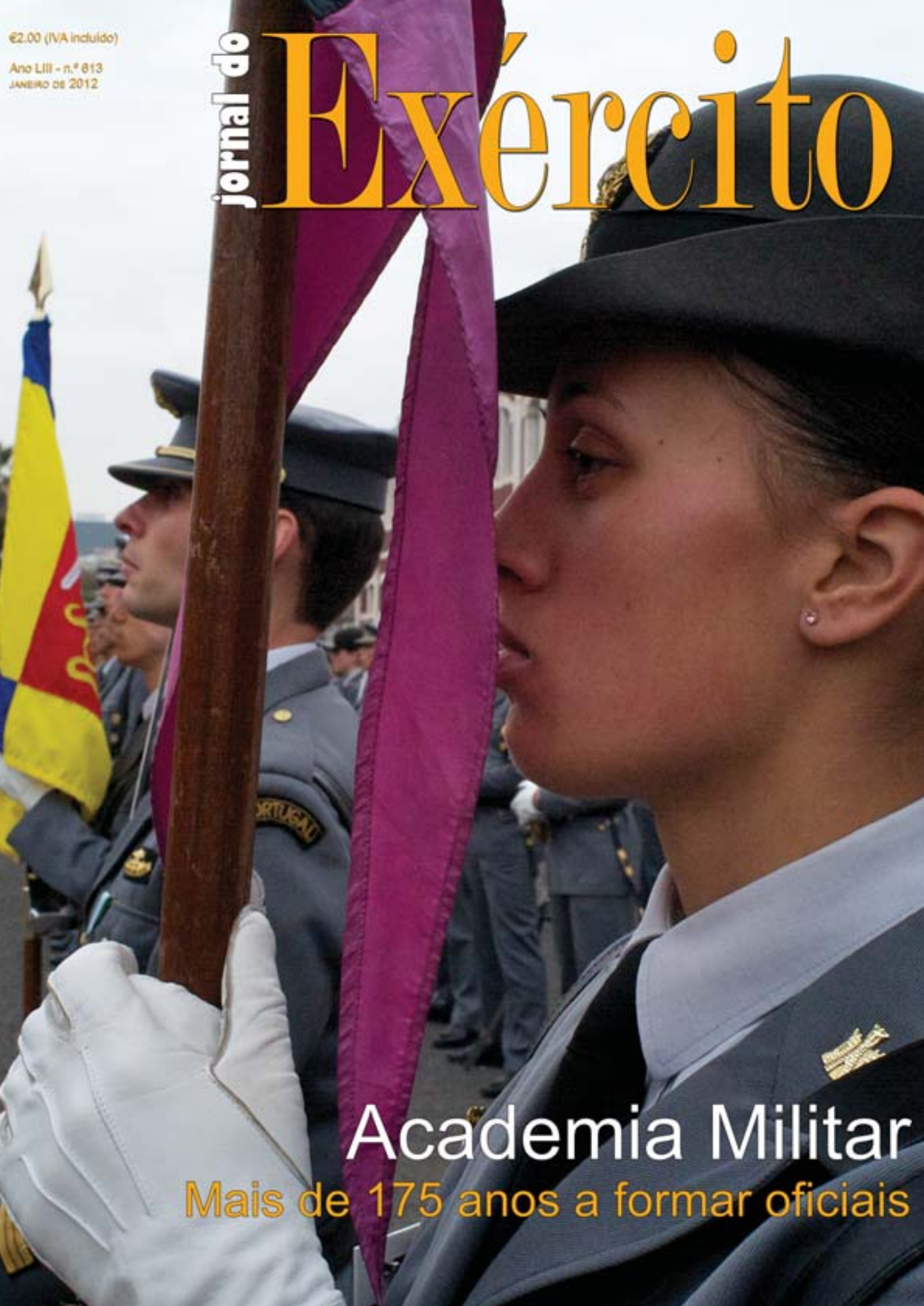
€2.00 (IVA incluído)

Ano LIII - n.º 613
JANEIRO DE 2012

jornal do Exército



Academia Militar

Mais de 175 anos a formar oficiais

Soluções mais55

Connosco o seu ordenado ou reforma tem mais valor.

Adira à Super Conta mais55 e saiba tudo o que o seu ordenado ou reforma lhe podem dar.

No Santander Totta trabalhamos todos os dias mais para merecer a confiança dos nossos Clientes. Para lhe podermos disponibilizar as soluções que dão mais valor ao seu ordenado ou reforma.

Domicilie o seu ordenado ou reforma no mínimo por 25 meses e receba, sem sorteio, à sua escolha:

Oferta Exclusiva

Câmara de Filmar Toshiba Camileo P20

Máquina de Café Delta Qool

LCD AV Toshiba 19"

GPS Garmin nüvi 2200

Máquina Fotográfica Samsung ES80

Para ordenados a partir de 375€ ou reformas a partir de 300€*	Para ordenados ou reformas a partir de 1.500€*

Conheça ainda as Soluções de Poupança mais55 que oferecem ao seu dinheiro toda a segurança com uma rentabilidade muito atractiva!

* O valor mínimo de ordenado ou reforma líquido domiciliado para acesso a um dos equipamentos é de 375€ e 300€ respectivamente, excepto para o LCD TV que é de 1.500€. O pedido de equipamento deve ser efectuado pelo Cliente até 31 de Dezembro de 2011 (válido para novas domiciliações de ordenado ou reforma), devendo a 1ª domiciliação de ordenado ou reforma e reclamação do equipamento ocorrer nos 3 meses subsequentes. Caso cessem as domiciliações de ordenado ou reforma, antes de decorridos 25 meses, por causa não imputável ao Banco, o Cliente deverá devolver o valor de 300€ no caso do LCD TV e 150€ para os restantes equipamentos, na proporção do prazo não decorrido. Oferta limitada ao stock existente. A qualidade do equipamento e a sua garantia são da responsabilidade exclusiva dos fornecedores.

Santander Totta
O Valor das Ideias

PROTOCOLO

Jornal do Exército
ÓRGÃO DE INFORMAÇÃO, CULTURA E RECREIO DO EXÉRCITO PORTUGUÊS, CRIADO POR PORTARIA DE 14JUL60

Capa

Foto: Homem Cardoso

Monumentos com História Militar
Estátua de D. Catarina de Bragança – 4
Editorial – 5
Figuras e Factos – 6 a 12
200 Anos da Guerra Peninsular – 13
Dia do *Jornal do Exército* – 32

As Forças Armadas
num mundo em situação de anarquia – 14

Em memória do Tenente-General António
Avelino Pereira Pinto (1929 - 2010) – 38

A Academia Militar – Nas comemorações
dos 175 anos da Escola do Exército – 24

Suplemento Banda Desenhada:
“A Portuguesa – História de um Hino”
Pág: XIII a XVI

Os artigos publicados com indicação de autor são da inteira responsabilidade dos mesmos, não refletindo, necessariamente, o pensamento da Chefia do Exército Português

PROPRIEDADE DO ESTADO-MAIOR DO EXÉRCITO
Direção, Redação e Administração: Largo de S. Sebastião da Pedreira, 1069-020 Lisboa, Telef: 213 567 700, Fax Civil: 213 567 791 Militar: 414 091, E-mail: jornal.do.exercito@mail.exercito.pt, jornal.exercito@sapo.pt, E-mail - Intranet: Jornal do Exército, Home page: www.exercito.pt DIREÇÃO - Diretor: Coronel de Infantaria José Custódio Madaleno Geraldo; Sub-Diretor: Tenente-Coronel J. Pinto Bessa. REDAÇÃO - Chefe: Tenente-Coronel J. Pinto Bessa; Assistente de Redação: 1.º Sargento Anjos Das Neves; Redatores: Alferes RC Nelson Cavaco, Alferes RC Filipa Domingos; Operadoras Informáticas: Assistente Técnica Elisa Pio, Assistente Técnica Guiomar Brito; SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS - Chefe: Tenente-Coronel António N. Marcos Andrade; Auxiliares Sargento-Ajudante João Belém, Sargento-Ajudante Luís Silva; Operadoras Informáticas: Assistente Técnica Joana Moita; Assistente Técnica Tânia Espírito Santo; COLABORAÇÃO FOTOGRÁFICA - Lusa - Agência de Notícias de Portugal, SA; Centro de Audiovisuais do Exército RCRPP/GabCEME; EXECUÇÃO GRÁFICA - PERES - SOCTIP Indústrias Gráficas, SA, Estrada Nac. 10, Km. 108,3 - Porto Alto, 2135-114 Samora Correia, Telef. 263 009 900 - Fax 263 009 999, acosta@peres-soctip.pt Tiragem - 6 000 exemplares Depósito Legal - nº 1465/82 ISSN - 0871/8598

Estátua de D. Catarina de Bragança

Filha de D. João IV e de D. Luísa de Gusmão, irmã de D. Joana, de D. Afonso VI e de D. Pedro II de Portugal, D. Catarina de Bragança nasceu em Vila Viçosa a 26 de novembro de 1638. Ficou conhecida por se ter tornado rainha de Inglaterra pelo seu casamento com o rei Carlos II da Inglaterra.

Portugal, sentindo-se ameaçado pelos seus vizinhos peninsulares, partiu em busca de apoios contra Filipe IV de Espanha na Guerra da Restauração, resultando na negociação do casamento da sua Infanta com o rei Carlos II.

Por intermédio do embaixador D. Francisco de Melo e Torres, Conde da Ponte, foi assinado em 23 de junho de 1661 entre Portugal e Inglaterra, o contrato que estipulou o casamento que aconteceria, mais tarde, em 28 de Abril de 1662.

Da união resultou a ajuda de Inglaterra a Portugal, caso se verificasse um ataque espanhol ou holandês, e a garantia de que a Infanta poderia continuar a praticar a religião católica. Em contrapartida pelo seu dote, as cidades de Bombaim e de Tânger passaram para o domínio britânico e os mercadores ingleses passaram a ter o privilégio de habitar quaisquer praças do reino, assim como as do Rio de Janeiro, da Bahia e de Pernambuco. Ficou igualmente estipulado o pagamento de dois milhões de cruzados à casa real britânica.

D. Catarina não teve, contudo, vida fácil em Inglaterra por ser católica, o que a impediu de ser coroada, e por encontrar um marido libidinoso, ao contrário do homem sério e virtuoso que lhe haviam prometido. Apesar de ter estado grávida várias vezes nunca deu à luz um herdeiro, o que a colocava numa posição difícil, já que o seu marido continuava a ter filhos das suas amantes.

Carlos II faleceu a 16 de fevereiro de 1685, enviuvando D. Catarina, que decidiu permanecer em Inglaterra até 1692. Chegou a Lisboa em 20 de janeiro de 1693, tendo D. Pedro II à sua espera no Lumiar, assim como o povo que a aclamava. Habitou no palácio de Alcântara, no palácio do conde Redondo, no palácio dos condes de Soure, e no palácio do conde de Aveiras, até decidir ter casa própria e mandar construir o palácio da Bemposta, que é sede da Academia Militar desde meados do século XIX.

No paço assumiu por duas vezes a regência do reino: em maio de 1704, quando D. Pedro II partiu para a Beira com o arquiduque de Áustria para dar início à guerra da sucessão espanhola; e em 1705 por motivo de doença de El-Rei.

O seu casamento com Carlos II acabou por não dar os frutos desejados, saldando-se pela perda das possessões cedidas e pela abertura ao comércio das colónias aos mercadores ingleses.

Faleceu em Lisboa em 31 de dezembro de 1705 no palácio da Bemposta. Enterrada no Real Convento de Belém, foi depois transladada para o panteão dos Braganças, em São Vicente de Fora.

A estátua em sua memória, instalada no Parque das Nações, em 1998, é obra do escultor norte-americano Audrey Flack. Tem 10 metros de altura e trata-se de uma réplica de uma estátua construída nos Estados Unidos da América, pela Associação Friends of Queen Catherine, para celebrar o facto do Borough de Queens, na cidade de Nova Iorque, dever o nome à rainha D. Catarina.

Alferes RC Nelson Cavaco

INFORMAR PARA BEM SERVIR

No passado dia 11 de janeiro o *Jornal do Exército* cumpriu o 52.º aniversário, como damos conta mais à frente. O Chefe do Estado-Maior do Exército, General Artur Neves Pina Monteiro, esteve presente e proferiu as seguintes palavras orientadoras e inspiradoras para todos aqueles que servem e escrevem neste Órgão de Informação do Exército: "O objectivo do *Jornal do Exército* é primar pela qualidade, fazendo mais e melhor pelo Exército e pelos seus militares, onde quer que estejam, tendo em vista contribuir para o moral e bem-estar; cimentar a coesão e espírito de corpo, o apoio à Família Militar; preservar a nossa identidade e memória coletiva e, ainda, reforçar os laços com a sociedade nacional que é a nossa base e a nossa raiz estrutural." É este espírito de servir que caracteriza os militares portugueses ao longo da História gloriosa portuguesa. É o culto de valores que faz com que o todo seja mais que a soma das partes. O culto da cidadania aprende-se na família, nas instituições de referência, como as escolas, as universidades, as associações e, também, com os bons exemplos de quem nos lidera.

A Academia Militar, herdeira do ensino superior militar em Portugal, com mais de dois séculos, assinalou a 12 de janeiro mais um aniversário, que evoca a fundação da Escola do Exército pelo Marquês de Sá da Bandeira, em 1837, como nos esclarece o Coronel João Borges no seu artigo "A Academia Militar: Nas comemorações dos 175 anos da Escola do Exército; Mais de 175 anos a formar Comandantes". Se devemos guiar-nos pelos bons exemplos, o fundador da Escola do Exército é um daqueles patriotas que deveríamos conhecer e nunca esquecer. O General Ferreira Martins cita-o, no seu livro "Virtudes Militares", como exemplo de constância no combate e resignação no leito de dor. De seu nome Benardo de Sá Nogueira, com o posto de Tenente-Coronel era Governador Militar do Porto, quando, em 8 de setembro de 1832, o informaram de que as forças miguelistas avançavam em grande número, de Grijó sobre o Alto da Bandeira, apenas defendido por um batalhão. Dirigiu-se para o local da luta desigual e perigosa para os Liberais e deu ordem de retirada de forma cautelosa ao batalhão, no sentido de minimizar danos. Contudo, o bravo oficial foi ferido por uma bala que lhe fracturou o braço direito. Apesar do sofrimento, continuou a comandar as suas tropas até que estas tivessem ao abrigo de uma derrota que se adivinhava. A esvair-se em sangue, a alternativa foi a amputação do braço.

Com todas as vicissitudes deu ordens para acautelar a Serra do Pilar e a invicta cidade do Porto, ordenando o desmantelamento da ponte das barcas sobre o rio Douro. Quando um oficial de engenheiros o procurou, já depois de amputado o braço, para lhe dar conta do cumprimento da ordem acerca da ponte, foi encontrar o bravo militar, mutilado, sentado na cama a escrever com a mão esquerda. Consta que ao recebê-lo, aquele que viria a ser o Marquês de Sá da Bandeira por mercê da Rainha D. Maria II, lhe terá dito a sorrir: "Estou já ensinando a escrever a única mão que tenho, visto que perdi a outra no ofício". Fica assim retratado, de forma breve, um episódio histórico de um dos grandes militares e homem de estado do século XIX, que bem serviu Portugal.

Nos Monumentos com História Militar evocamos D. Catarina de Bragança, a rainha que mandou construir o Palácio da Bemposta para seu Paço Real, hoje sede da Academia Militar em Lisboa.

O Professor Doutor Adriano Moreira partilha connosco um artigo que convida à reflexão dos nossos leitores e à ação dos decisores. Palavras sábias que merecem a nossa maior atenção sobre "As Forças Armadas, num mundo em situação de anarquia".

Também aqui evocamos, através de um panegírico, o Tenente- General António Avelino Pereira Pinto, a cargo da Comissão de História das Transmissões.

Continuamos com a bela história em banda desenhada "Contra os Canhões marchar, marchar! A Portuguesa: História de Um Hino", de José Pires.

José Custódio Madaleno Geraldo
Coronel de Infantaria

Despedida do Vice-CEME

No dia 30 de dezembro de 2011, o Tenente-General Fernando Manuel Paiva Monteiro deixou de exercer as funções de Vice-Chefe do Estado-Maior do Exército.

Para assinalar o momento, realizou-se uma cerimónia de despedida presidida pelo Chefe do Estado-Maior do Exército (CEME), General Artur Neves Pina Monteiro. A cerimónia decorreu no Estado-Maior do Exército, no gabinete do CEME.

Comemorações da Restauração da Independência de Portugal

A Direcção da Sociedade Histórica da Independência de Portugal promoveu no dia 1 de dezembro, um programa alusivo ao Dia da Restauração da Independência de Portugal, que serviu em simultâneo para encerrar as comemorações do 150.º aniversário da respetiva entidade.

Centenas de ilustres convidados militares e civis assistiram às actividades de um vasto programa que teve início às 11h00 com o içar das bandeiras no palácio da Independência; uma Missa Solene de Acção de Graças, na Igreja Paroquial de Santa Justa, no Largo de São Domingos, às 12h00, e a uma homenagem aos Heróis da Restauração, na Praça dos Restauradores. Seguiu-se a inauguração da exposição "Lusitânia Pátria Minha", da pintora Maria de Fátima Sobral Mendonça, patente no Palácio da Independência, no Espaço Fernando Pessoa.

Visita do Reverendíssimo Bispo das Forças Armadas e de Segurança

Teve lugar no dia 5 de dezembro de 2011, no Regimento de Infantaria Nº. 10, a visita pastoral do Reverendíssimo Bispo das Forças Armadas e das Forças de Segurança, D. Januário Torgal Mendes Ferreira.

A visita iniciou-se com os cumprimentos de boas vindas no Salão Nobre da Unidade, ao que se seguiu uma breve palestra subordinada ao tema "Diálogo da igreja com o mundo de hoje" no auditório do Regimento, na qual estiveram presentes Oficiais, Sargentos, Praças e Civis da unidade.

O programa seguiu com a celebração eucarística que culminou com a Cerimónia do Crisma de militares do Regimento.

D. Januário, terminou a sua visita com a assinatura do livro de honra.

Cerimónia Comemorativa do Dia da Arma de Artilharia e da Escola Prática de Artilharia

No dia 7 de dezembro de 2011 comemorou-se o Dia da Arma de Artilharia e da Escola Prática de Artilharia (EPA).

A cerimónia foi presidida pelo então Chefe do Estado-Maior do Exército (CEME), General José Luís Pinto Ramalho.

O dia festivo iniciou-se com a alvorada festiva, pela Fanfarra do Regimento de Artilharia Antiaérea N.º1 (RAAA1), a que se seguiu o Içar da Bandeira Nacional. Mais tarde, teve lugar uma missa na Capela da Escola, por intenção dos militares já falecidos.

À chegada do General CEME foram prestadas as honras protocolares, com Guarda de Honra e 19 Salvas de Tiro de Artilharia, executadas pela Bateria de Bocas de Fogo. Seguidamente, teve lugar a cerimónia de Homenagem aos Mortos em Defesa da Pátria, com um Pelotão de Guarda de Honra e a Fanfarra do RAAA1.

A cerimónia militar teve lugar na Parada El-rei D. Pedro V. Esta parada situa-se no exterior da Escola Prática e foi escolhida, precisamente, para envolver a população da Cidade de Vendas Novas nos festejos da Arma e, assim, poder dar mais visibilidade ao evento.

Do programa da cerimónia constava o discurso do Comandante da EPA, Coronel de Artilharia Carlos Manuel Cordeiro Rodrigues e o discurso do General CEME. A cerimónia incluiu, ainda, a condecoração do Estandarte Nacional à guarda da EPA, como Membro Honorário da Ordem Militar de Avis e de militares que se distinguiram pelos serviços prestados ao Exército, ao que se seguiu o desfile das Forças em Parada, na Avenida da República.

As comemorações do Dia da Arma e da EPA continuaram com a atuação da Banda do Exército, após o que teve lugar uma demonstração militar, subordinada ao tema – "150 Anos de História da EPA".

A demonstração teve como objectivo fazer uma retrospetiva do fardamento, armamento e equipamento usado pelos militares e respetivos materiais de artilharia desde 1861, altura em que a Escola foi criada, passando pelas 1.ª e 2.ª Guerras Mundiais, Guerra do Ultramar até aos dias de hoje.

O Dia Festivo terminou com um almoço convívio. Este momento, em particular, permitiu o convívio fraterno e aberto entre várias gerações de artilheiros, dando lustre à divisa "Mais Afinando a Fama Portuguesa".

Concerto de Reis

Realizou-se no dia 5 de janeiro o "Concerto de Reis" na Academia Militar (AM), onde tiveram ocasião de atuar os coros do Corpo de Alunos da AM e do polo de Lisboa da Universidade Católica, acompanhados pelo Grupo de Metais da Banda Sinfónica do Exército.

Os grupos apresentaram um reportório alusivo à data, entoando canções de Natal e de musica sacra. O momento alto da noite aconteceu quando elementos surdos se juntaram ao coro da Universidade Católica, utilizando a linguagem gestual para acompanhar o restante coro.

A noite terminou com uma atuação conjunto dos dois coros dirigidos pelo Maestro do Coro da AM, Sargento-Ajudante BFE Fernando Fernandes.

Cantar as Janeiras

O dia 6 de janeiro foi escolhido para cumprir a tradição de Cantar as Janeiras nas Caves Manuelinas do Museu Militar de Lisboa na presença do novo Chefe do Estado-Maior do Exército (CEME), General Artur Neves Pina Monteiro. Ao espaço deslocaram-se as delegações dos três Estabelecimentos Militares de Ensino. De vozes afinadas e com os respetivos instrumentos os alunos do Colégio Militar, Instituto dos Pupilos do Exército e as alunas do Instituto de Odivelas presentearam o CEME com os cantares típicos desta quadra natalícia que culminou neste dia. Aos presentes o CEME agradeceu e retribuiu os votos de boas festas e próspero Ano Novo, sublinhando o provérbio "quem canta os seus males espanta", no sentido de olharmos para 2012 com mais otimismo.

Cerimónia de Desmobilização do *Battle Group* da União Europeia

Realizou-se no dia 9 de janeiro no Regimento de Infantaria N.º 13 (RI13) em Vila Real, a Cerimónia de Desmobilização do *Battle Group* da União Europeia (EU ERF BG 2-2011).

O evento foi presidido pelo Chefe do Estado-Maior do Exército (CEME), General Artur Neves Pina Monteiro e, além de outros oficiais da estrutura superior do Exército e do Comando de Forças Terrestres, contou com a presença dos Comandantes, Diretores e Chefes das Unidades de Apoio que contribuíram com meios humanos e materiais para a Força.

O General CEME foi recebido com Guarda de Honra pelas 12h30, seguindo-se uma sessão de cumprimentos e o almoço convívio.

Após o almoço, as entidades convidadas puderam assistir a um brifingue alusivo ao evento no Auditório do RI13, findo o qual decorreu a Cerimónia Militar, ponto alto deste evento, onde os discursos do General CEME e do Comandante da Brigada de Intervenção (BrigInt) exaltaram a prestação de todos quantos integraram o projeto *Battle Group*.

Para assinalar o cumprimento desta missão foi entregue, pelo Comandante da BrigInt, aos Comandantes do 1º. Batalhão de Infantaria (1BI) e do *National Suport Elements*, uma placa alusiva, que se constituirá como uma referência para a posteridade, recordando e enaltecendo a participação do 1BI/BrigInt e do Batalhão de Apoio e Serviços no EU ERF BG 2-2011.

Para finalizar o programa de atividades, foi possível aos presentes visitar uma exposição estática constituída com alguns equipamentos e materiais utilizados pela força que agora é desmobilizada.

Dia da Academia Militar

Comemorou-se em 12 de janeiro, na sede, em Lisboa, o dia da Academia Militar (AM) e os 175 anos da Escola do Exército, data da publicação do diploma legal que, em Janeiro de 1837, reestruturou o Ensino Superior Militar e alterou a designação de Academia Real de Artilha, Fortificação e Desenho para Escola do Exército.

Fundada pelo Marquês de Sá da Bandeira, tem conhecido várias denominações, adotando o atual nome em 1959, mantendo a divisa *Dulce et Decorum est pro Patria Mori* (É doce e honroso morrer pela Pátria) da antecessora Escola do Exército.

É responsável pela formação dos oficiais do Exército português destinados às armas e serviços e também da Guarda Nacional Republicana.

As atividades comemorativas do seu dia festivo decorreram dentro dos preceitos de distinção, elevação e sobriedade típicos da instituição castrense, exaltando a história, as tradições, os valores e a cultura intrínsecos à AM.

As comemorações incluíram: a Missa de Sufrágio pelos antigos alunos e servidores da AM já falecidos, na Capela, no Paço da Rainha; um almoço de convívio, no refeitório dos alunos; a homenagem aos antigos alunos mortos ao serviço da Pátria, no átrio do Palácio da Bemposta; a apresentação, na biblioteca, do livro "História da Academia Militar; História-Organização-Funcionamento-Ensino no período de 1890-1911", do Coronel António Ribeiro Gaspar; o lançamento da emissão filatélica (dos CTT) alusiva aos 175 anos da Escola do Exército, no Salão Nobre; a cerimónia militar, na Parada "Capitão Simões de Sousa", com alocuções do Tenente-General Vítor Manuel Amaral Vieira, Comandante da AM, e do Chefe do Estado-Maior do Exército (CEME), General Artur Neves Pina Monteiro, com imposição de condecorações e desfile das forças em parada; e um jantar de confraternização dos antigos alunos.

O General CEME iniciou o seu discurso dirigindo-se aos cadetes da AM, alertando-os para a responsabilidade inerente a uma opção de Carreira com a qual iriam viver toda ou parte significativa da sua vida.

Ciente das transformações e exigências atuais que o país está a sofrer, apontou preocupações para a estabilidade dos efetivos, a sua qualificação, a promoção nas carreiras e as condições socioecónomicas no quadro abrangente da Família Militar, referindo que no contexto de transformação do Exército vê na sua modernização um processo permanente que nunca está terminado, optando agora por lhe chamar "Transformação Dinâmica" que exigirá dos seus efetivos total disponibilidade, zelo e aptidão, consubstanciados num estado de espírito coletivo, assente no patriotismo e na nossa coesão e disciplina.

Destacou ainda a sua convicção que os recursos disponíveis não têm tendência para aumentar e que uma das linhas de ação liga-se com o conceito de sustentabilidade.

Emissão Filatélica

Associando-se às celebrações dos 175 anos da AM, os CTT lançaram a primeira emissão filatélica do ano.

A nova emissão filatélica é composta por dois selos de 0,32 e 0,68 euros, um bloco com o valor facial de 2,50 euros, um carimbo, uma pagela com a História da Instituição em português e inglês e dois envelopes alusivos.

O selo de 0,32 euros reproduz o Marquês de Sá da Bandeira e o edifício do Paço da Bemposta, enquanto o selo de 0,68 apresenta o brasão de armas da AM e os logos da Escola do Exército e da AM. O selo do bloco reproduz a espada, monograma e estrela dos alunos da AM.

Depois das palavras iniciais proferidas pelo comandante da AM, em que agradeceu aos CTT e a todos os intervenientes do processo o trabalho de elevada qualidade produzido, que prestigia a Escola do Exército, a Academia Militar e o Exército, usou da palavra o Engenheiro Pedro Santos Coelho, Vice-Presidente dos CTT que salientou a importância e o prestigio da Escola do Exército e da Academia Militar e o prazer dos CTT em darem cumprimento ao estabelecido no Estatuto do Selo Postal Português com uma emissão filatélica de rara beleza.

Seguiu-se a obliteração e carimbo efectuados pelo General CEME, pelo Comandante da AM e pelo Vice-Presidente dos CTT aos primeiros exemplares (destinados ao Museu da Presidência, ao Museu dos CTT e ao Museu da AM) entidades que assinaram ainda os diplomas de emissão. Foram então oferecidos pelos CTT os dois primeiros exemplares ao General CEME e ao Comandante da AM.

CEME inicia ciclo de visitas na Inspeção-Geral do Exército

No sentido de estabelecer uma relação de maior proximidade junto das unidades e dos respetivos comandantes e funcionários militares e civis, com vista a um conhecimento profundo da realidade de cada instituição (Unidade, Estabelecimento ou Órgão), o Chefe do Estado-Maior do Exército (CEME), General Pina Monteiro iniciou no dia 13 de janeiro um conjunto de visitas.

O primeiro organismo a encabeçar a lista do General CEME foi a Inspeção-Geral do Exército (IGE), localizada no Palácio Vilalva que, em 1948, foi oficialmente inaugurado como Quartel-General do Governo Militar de Lisboa, até à sua extinção em 2006.

É também neste edifício que estão sedeadas mais três unidades militares, para além da IGE. Desta feita, o General CEME Pina Monteiro foi recebido pelo Comandante da IGE, Tenente-General Vaz Antunes, tendo ficado a conhecer os comandantes das respetivas unidades: Jornal do Exército, Conselho Superior de Disciplina do Exército e do Centro de Finanças Gerais do Exército.

A visita teve início com uma sessão de cumprimentos no salão nobre da IGE, e terminou após o brifingue.

Desmontagem de Ponte Militar sobre o Rio Mira

A Escola Prática de Engenharia, através da sua Companhia de Pontes, efetuou, no período entre 12 e 20 de dezembro, a desmontagem da ponte militar tipo Mabey, que se encontrava sobre o Rio Mira, em Odemira.

A ponte, montada desde 15 de março de 2011, constituiu-se como via alternativa da Estrada Nacional N.º 120, período durante o qual se procedeu a trabalhos de reabilitação e reforço da ponte de arcos metálicos existente naquela estrada.

A ponte agora desmontada tinha um vão livre entre apoios de 57,91m e possibilitava a transposição em segurança de viaturas até 40 toneladas, tendo sido a maior ponte militar lançada até hoje em Portugal.

Colaboração entre a EPE e a Fundação Alter Real

Decorreu nos dias 21 e 22 de dezembro o apoio da Companhia de Pontes (CPontes) da Escola Prática de Engenharia (EPE) à Fundação Alter Real, responsável pela criação de cavalos da conhecida Raça Lusitana. Os poltros são criados em "estado selvagem" numa ilha do Tejo localizada em Lezirão (Azambuja) e são recolhidos assim que atingem três anos de idade, para posterior treino, na Coudelaria em Alter do Chão.

A missão da CPontes consistiu em assegurar a transposição em segurança dos Poltros, tendo sido empregue para o efeito um trem de Navegação Classe 40 da Ponte Flutuante Ribbon.

Dia do Museu Militar de Lisboa

No dia 5 de dezembro o Museu Militar de Lisboa comemorou mais um aniversário, nas suas Caves Manuelinas. A cerimónia que pretendeu apagar as 160 velas desta instituição contou com a presença do Vice-Chefe do Estado-Maior do Exército (VCEME), Tenente-General Fernando Manuel Paiva Monteiro, do Diretor de História e Cultura Militar, Major-General Hugo Borges e do Diretor do Museu Militar de Lisboa, Coronel Sodré Albuquerque.

Entre as várias alocuções, destaque para uma palestra relativa ao restauro dos azulejos do Pátio dos Canhões, para a imposição de condecorações e entrega de diplomas de louvor, e para a inauguração da exposição "Guerra Peninsular – 200 anos".

Dia do Conselho Superior de Disciplina do Exército

Instituído por despacho do General Chefe do Estado-Maior do Exército, de 10 de setembro de 2002, a 12 de dezembro é celebrado o dia do Conselho Superior de Disciplina do Exército (CSDE).

Presidida pelo Tenente-General João Nuno Jorge Vaz Antunes, Presidente do CSDE, a cerimónia contemplou a leitura da resenha histórica do CSDE e a intervenção do seu Presidente, seguido da imposição de condecorações. Foram condecorados a Assistente Técnica, Maria Fernanda Cacais da Costa Rocha, com a Medalha D. Afonso Henriques – Mérito do Exército de 4.ª classe, e o Major SGE, Francisco José Gordo Gasalho Bicho, com a Medalha de Ouro de Comportamento Exemplar.

A cerimónia culminou com um porto de honra.

Dia do Regimento de Transportes

Realizou-se no dia 16 de dezembro a comemoração do 96.º aniversário do Regimento de Transportes, nas suas instalações. Esta celebração contou com a presença de ilustres convidados, dos quais se destaca o Diretor de Material e Transportes (DMT), Major-General Alfredo Oliveira Gonçalves Ramos, que presidiu à cerimónia.

Como é tradição da instituição militar, a cerimónia começou com a receção dos convidados, a que se seguiu a homenagem àqueles que tombaram ao serviço da Pátria, o discurso do DMT e uma demonstração das capacidades deste Regimento que consistiu no desfile da Companhia de Transportes e da Companhia de Transporte de Pessoal, do Batalhão de Transportes, que apresentaram os seus diversos meios.

As festividades terminaram com a realização de um almoço de confraternização, no refeitório geral.

Lançamento de livro

O livro "O Islamismo Radical e o Combate às suas Ameaças", da autoria do Mestre Francisco Gonçalves, foi lançado no dia 6 de dezembro, no Palácio da Independência, em Lisboa, com apresentação do Prof. Doutor José Fontes (Docente da Universidade Aberta/Academia Militar e comentador de assuntos políticos na TVI).

De realçar que o Mestre Francisco Gonçalves é autor de textos publicados no *Jornal do Exército*, e no ano de 2010 foi o vencedor do Prémio *Jornal do Exército*, destinado a premiar o melhor artigo publicado nesse ano pelo *JE*.

In memoriam

General Nuno Viriato Tavares de Melo Egídio faleceu a 7 de dezembro aos 89 anos

O General Nuno Viriato Tavares de Melo Egídio nasceu a 18 de fevereiro de 1922. Concluiu o preparatório para a admissão à Escola do Exército, na Faculdade de Ciências da Universidade de Lisboa; fez o Curso de Armas Gerais (Infantaria) da Escola do Exército; o tirocínio, como Aspirante a Oficial, na Escola Prática de Infantaria (EPI); o Curso de Comandantes de Companhia (EPI); o Curso Geral de Estado-Maior, no Instituto de Altos Estudos Militares (IAEM); o Curso Complementar de Estado-Maior, no IAEM e o Curso de Altos Comandos (IAEM).

Em 1944 embarcou para Angola durante a II Guerra Mundial, de onde só regressou cinco anos depois. De entre os vários cargos e funções desempenhadas na vida deste General promovido no ano de 1976, destaca-se o cargo de Governador do distrito do Niassa da Província de Moçambique; de Comandante Territorial do Sul e Comandante Operacional de Lourenço Marques; de adjunto-coordenador do Chefe do Estado-Maior General das Forças Armadas (CEMGFA); de Governador de Macau e posteriormente de CEMGFA em 1981.

Durante a sua longa carreira Nuno Viriato Tavares de Melo Egídio recebeu 30 louvores como Oficial e 25 condecorações nacionais e estrangeiras.

TABELA DE PREÇOS PARA 2012

PREÇO DE CAPA €2,00 **ASSINATURA ANUAL (11 números):** VIA SUPERFÍCIE - **Portugal Cont. Madeira e Açores** €20,00; VIA AÉREA - **Países europeus** €45,00; **Restantes Países** €65,00 NOTA: **As assinaturas devem ser pagas antecipadamente** **NÚMEROS ATRASADOS - 1960 a 1969** €4,50; **1970 a 1979** €4,00; **1980 a 1989** €3,00; **1990 a 2001** €2,50; **2002** a **2011** €2,00. Os preços incluem IVA à taxa de 6%

N.B.: Os pedidos de envio pelos CTT serão acrescidos de portes segundo os códigos postais: **1000/2000** €4,21; **3000/8000** €5,79; **Açores** e **Madeira** €6,56.

XX Colóquio de História Militar

No âmbito do Bicentenário das Comemorações da Guerra Peninsular, e depois da primeira iniciativa em 2007 com a realização do XVII Colóquio de História Militar, "A Guerra Peninsular Perspetivas Multidisciplinares", a Comissão Portuguesa de História Militar, na conjuntura das mesmas comemorações, levou a efeito em novembro, o XX Colóquio de História Militar subordinado ao tema: "A Guerra Peninsular em Portugal (1810-1812): Derrota e Perseguição. A Invasão de Masséna e a Transferência das Operações para Espanha".

O colóquio que decorreu no Palácio da Independência contou na sua sessão inaugural com a presença do Dr. Paulo Braga Lino, Secretário de Estado Adjunto e da Defesa Nacional que entregou o Prémio Defesa Nacional 2010, e do Tenente-General Alexandre Maria de Castro de Sousa Pinto, Presidente da Comissão Portuguesa de História Militar.

No total, mais de três dezenas de ilustres conferencistas passaram pelo Palácio da Independência, entre militares, doutores e professores civis, que deixaram um importante e valioso contributo sobre as Guerras Peninsulares (1810-1812).

A sessão de encerramento, no dia 17 de novembro, contou com a presença do General Luís Evangelista Esteves de Araújo, Chefe do Estado-Maior General das Forças Armadas.

O Exército Português e as Comemorações dos 200 anos da Guerra Peninsular

O dia 12 de dezembro serviu para o lançamento de mais um livro publicado no âmbito das comemorações dos 200 anos da Guerra Peninsular. As Caves Manuelinas do Museu Militar de Lisboa encheram com dezenas de ilustres convidados militares e civis para assistir a esta cerimónia que foi presidida pelo Chefe do Estado-Maior do Exército, General José Luís Pinto Ramalho.

Intitulado "O Exército Português e as Comemorações dos 200 anos da Guerra Peninsular", coordenado pelo Major-General Adelino de Matos Coelho e pelo Tenente-Coronel Álvaro Urze Pires e editado pela Tribuna da História, é mais um contributo para a "preservação da memória de uma das guerras mais importantes da história do nosso país".

Depois da apresentação do livro seguiu-se uma visita à exposição intitulada "Guerra Peninsular – 200 anos", onde entre vários aspetos se pode observar uniformes das forças nacionais e armas de guerra, nomeadamente carabinas francesas e inglesas e o sabre-baioneta.

Presente neste lançamento esteve também o presidente da Comissão Coordenadora do Exército para as Comemorações dos 200 anos da Guerra Peninsular, Tenente-General Carlos Manuel Ferreira e Costa.

Professor Doutor Adriano Moreira *

Fonte: guerradarestauracao.wordpress.com.

As Forças Armadas

num mundo em situação de anarquia

Portugal viveu séculos em regime de cadeia de comando, antes e depois de a população assumir a natureza de Nação, o que se verificou no fim da Primeira Dinastia, com uma verdadeira refundação do Estado.

A Dinastia de Assis, que iniciou a expansão marítima e construiu o I Império que acabou, falido, em Alcácer Quibir, também foi gestora de uma Nação em cadeia de comando, com a vontade de El Rei D. João II a amarrar ao leme a mão do marinheiro. A III Dinastia foi de submissão a uma cadeia de comando invasor, mas a longa batalha da Restauração, as lutas liberais que levaram à vitória que parecia impossível do Duque de Bragança D. Pedro I do Brasil e IV de Portugal, que terminou com o II Império, multiplicou e dividiu as cadeias de comando, mas o regime liberal voltaria à Cadeia de Comando para a construção do III Império depois da Conferência de Berlim.

Também são facilmente enumeráveis as ocasiões em que a Cadeia de Comando se independentizou do Poder Político para instaurar uma Nova Ordem, como aconteceu com Sidónio, o chamado Presidente Rei, com o Marechal Gomes da Costa em 1926, e com os Capitães na Revolução de Abril de 1974.

Independentemente do nos parecer que a longa submissão à *cadeia de comando* teve influência no facto de ser constante a atitude de distância entre a sociedade civil e o poder político tratado na terceira pessoa (eles), a relação entre a obediência das forças militares e revolta, precisa de animar alguma meditação sobre se existe um *paradigma*

comum dos comportamentos. Ocorre-me sugerir que esse *paradigma*, permanente mas de conteúdo variável, está na conceção da *maneira portuguesa de estar no mundo*, que antecede a definição de qualquer regime, mesmo constitucional e democrático.

A questão é a de um *paradigma institucional*, que teve na identificação da Nação, um fato reconhecido e anotado por Goethe, na Batalha de Valmy, a expressão mais significativa do património imaterial dos ocidentais. Entre nós, tem-me parecido que os Lusíadas, cujas edições foram múltiplas durante o regime filipino, como padrão de resistência, definiu o conceito estratégico nacional naquilo que tanto o conservadorismo de Burke (1729-1797), como os defensores da chamada "constituição da liberdade" dos liberais, consideram o "eixo da continuidade" das instituições, sem impedir que o tempo imponha alterações políticas, económicas, culturais, que implicam reformulações sociais, preservando o embora frágil eixo da roda.

É justamente destas modificações que hoje se ocupam pensadores, analistas, governantes, todos enfrentando uma complexidade do mundo que escapa aos modelos da racionalidade herdada, e que também partilha o conceito e função das Forças Armadas, como de todas as outras instituições com que se articulam, começando pela instituição integradora, que é o Estado.

Em primeiro lugar o fenómeno do globalismo, do qual se disse que, invocando Pascal, "é uma esfera cujo centro está em toda a parte e a circunferência em nenhum lugar".

Até então, e pelo que toca ao dever militar, tomando como referência aquilo que se chamou a *primavera dos povos* em que a Nação era o valor cimeiro de referência, podemos citar o discurso de *Adeus aos Veteranos*, que Napoleão proferiu no Palácio de Fontainebleau em Abril de 1814: "Soldados da minha Velha Guarda: despeço-me de vós, Durante vinte anos, acompanhei-vos sem cessar no caminho da honra e da glória. Nos últimos tempos, tal como nos dias de prosperidade,

Fonte: www.globomidia.com.br.

Fonte: professor-andrelara.blogspot.com.

haveis sido modelo de coragem e fidelidade. Com homens assim, a nossa causa não pode estar perdida; mas a guerra seria interminável; seria uma guerra civil e acarretaria desgraças ainda maiores para a França. Sacrifiquei todos os meus interesses pessoais pelos gerais. Vou partir, mas vós, meus amigos, continuareis a servir a França".

Entretanto, a Europa que viveu num sistema que foi simultaneamente de *governo do mundo* (império euromundista, e ocidental) e de guerra *civil das soberanias*, perdeu com o império, de que Portugal tinha parte, o domínio das fontes de matérias-primas, de energias renováveis, e do mercado dos produtos acabados, que foi a dinâmica do novo III Império Africano; evolucionou no sentido de reconhecer que, rodeada de "perigos mais do que de ameaças" (Hassner), devia procurar numa unidade política, apoiada pelos EUA, essa criação de europeus emigrados, a paz para o futuro, e a recuperação do desenvolvimento sustentado da reorganizada vida interna das sociedades civis. Infelizmente, meio século de guerra fria, que manteve as Forças Armadas de prontidão, fizeram da ameaça soviética a inquietação dominante até à queda do Muro de Berlim em 1989, e depois, até à queda das Twin Towers, em 2001, descurando as ameaças inerentes de um globalismo em crescimento, que acompanhou o

declínio da Ordem Mundial oferecida com a Carta da ONU no fim da guerra de 1939-1945.

Os riscos nucleares, climáticos, as catástrofes naturais, vieram acrescentar as inquietações de uma polemologia em movimento, de algum modo imprevisível, porque as ameaças são novas e dificílimas de graduar. A proliferação nuclear e a proliferação balística, a cibernética apresentada como ameaça ou militar ou civil, de novo os mares infestados pela pirataria, e, subitamente, a União Europeia, o sonho de tantos visionários da paz, desde o filósofo Kant (1724-1804) ao gestor admirável que foi Jean Monnet (1888-1979), envolvida no desastre mundial da economia e das finanças em que estamos mergulhados. A crise é de tal modo grave, que o colóquio organizado em Paris, em Junho de 2011, teve como base um trabalho coletivo intitulado *Un Monde sans Europe?* (Fayard, Paris, 2011), e tendo como inspiração os trabalhos do Conseil Economique de Defense presidido por Philipe Esper.

Esta rapidíssima alteração da circunstância mundial e do declínio da Europa, verificou-se num período em que a rápida mudança de trajeto imprevisível da polemologia, cerca a crise financeira e económica da Europa de vários desafios que inevitavelmente se refletem no repensar e, portanto, na redefinição do papel das Forças Armadas.

Alguns erros de perspetiva são já suficientemente visíveis, designadamente o facto de a NATO, que manteve uma unidade dos ocidentais do Norte do mundo enquanto existiu a ameaça soviética, ter sido objeto de uma cisão interna causada pelo unilateralismo republicano dos EUA, com visível fartura no caso do Iraque. O antigo vício europeu de não ter Estados vizinhos, mas apenas inimigos íntimos, como aconteceu entre a França e a Alemanha, ou entre Portugal e Espanha, tendeu para ser ressuscitado pelo confronto entre *americanismo* e *europeísmo*, que o neoconservadorismo americano alimentou.

Por outro lado, quando o conflito das civilizações era anunciado por Huntington, contrariando o fim da História em que acreditou Fukuyama, desencadeou-se um turbilhão no Mediterrâneo que soma o perigo das violências religiosas à imprevisibilidade das revoluções árabes, advertindo os povos europeus, em crise financeira grave, e com os seus países mediterrânicos abrangidos pela fronteira da pobreza que subiu do Sul para o Norte do Globo, de que são responsáveis pelos programas de recuperação que anunciaram, mas também são responsáveis pelos imprevistos que podem decorrer dessa situação. E nenhuma perspetiva pode assegurar que os ideais democráticos ocidentais se vão conciliar harmoniosamente com os imperativos do Corão, podendo acontecer que

Fonte: foruns.ddo.com.

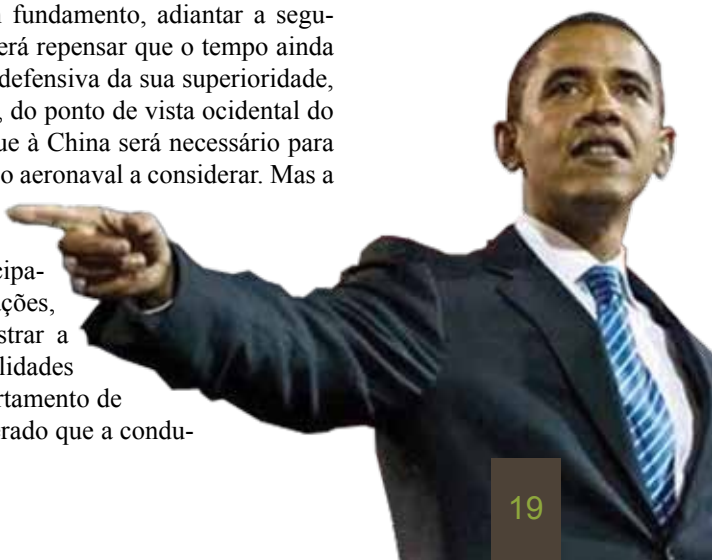
Mar Chuchi
Mar Beaufort
Mar de Okhotsk
CANADÁ
Oceano Ártico
Mar Leptev
Baía de Hudson
Baía de Baffin
Mar da Groenlândia
GROENLÂNDIA
Mar Kara
Deserto de Gobi
Mar Barents
Montes Urais
Mar da Noruega
Mar Báltico
Mar do Norte
Aral Sea
Mar Caspio
Caucasus
Mar Negro
Mar Mediterrâneo
Montes Atlas
Mar da Arábia
Mar Vermelho
Deserto do Saara
Oceano Índico
Oceano Atlântico
Deserto Kalahari

a situação no Iémen, na Líbia, e na Somália, favoreçam a Al-Qaida, e que na Tunísia e no Egipto os partidos islâmicos, designadamente os já visíveis Fréres Musulmans, assumam um papel político inquietante. Nesta data, o crescimento da violência contra os cristãos no Médio Oriente ou contra os coptas no Egipto, já obrigam a prestar atenção.

Enquanto isto se passa na Europa, os EUA, para além do unilateralismo e do conflito doutrinado entre o europeísmo e o americanismo, dá mostras de uma evidente debilitação perante os poderes emergentes, como são, mais destacadamente, a China e a União Indiana. O discurso do *Yes, we can* de Obama, que entusiasmou pelo menos todo o mundo ocidental, e deu esperança de mudança ao resto do mundo, não apenas não conseguiu alterar visivelmente a estrutura de comprometimentos e responsabilidades assumidas pela administração republicana, como também os próprios EUA estão envolvidos pela crise financeira de que são responsáveis nas causas, e vítimas dos efeitos.

E aqui chegamos, sem necessidade de maiores reflexões sobre a conjuntura em mudança, pelo menos a estas conclusões: a) não é apenas a Europa que sofre de decadência e vê a fronteira da pobreza avançar para o Norte do Mediterrâneo, é o Ocidente que está em visível decadência que exige uma profunda meditação conjunta da polemologia em mudança; por isso, é um erro que as forças e dirigentes europeus coloquem em risco a própria União, com a tendência para o Diretório já revelada pela Alemanha e pela França, quando é evidente que nenhum desses países tem capacidade global, que a França não tem dimensão para ser membro com direito de veto no Conselho de Segurança, tudo quando os recursos orçamentais provocam duvidas sobre a sabedoria de insistir, quer na Europa, quer nos EUA, em defesas independentes. Pode o incómodo Henry Kissinger (1973) sustentar que a Europa é uma potência regional e os EUA uma potência global, mas a dependência dos EUA da China não consente dar-lhe indiscutível credibilidade. O certo é que "os orçamentos militares emagrecem no Ocidente, e os países emergentes, a começar pela China, aumentam de maneira espetacular os esforços e as ambições" (Hassner, 2011). Não evito destacar o esforço marítimo do Império do Meio.

Por muito que o globalismo esteja presente em todas as avaliações da conjuntura internacional, o facto é que parece existir um pano de fundo sobre o qual as atenções se fixam sucessiva e alternadamente em pontos concretos, em geral anunciados de perigo agudo, e que a semântica da comunicação leva a desviar as atenções do globalismo que se consolida sem projeto. Assim acontece com um facto importantíssimo da evolução estratégica mundial, e que é o de a China ter mostrado a bandeira, segundo uma linguagem que parece ter caído em desuso, ao inaugurar a presença do seu primeiro porta-aviões, chamado Varyag, objeto final dos vagares inerentes à maneira chinesa de olhar para o tempo, e neste caso desde 1990. Por esse tempo ainda a crise financeira e económica mundial não preenchia os ocupados dias dos observatórios mundiais, e o velho porta-aviões que a China adquirira à Ucrânia pode, sem segredo, que resultou ser a melhor maneira de agir sem despertar a vigilância das altas potências, produzir o agora crismado Shi Long, inteiramente reformulado em termos de poder iniciar a sua primeira e tranquila viagem experimental no mar chinês. É necessário lembrar que um porta-aviões exige alguma coisa mais em termos de proteção própria, quer marítima, quer aérea, e, para resumir o ponto que parece tornar-se claro, a partir deste mostrar da bandeira, vai decisivamente ganhar relevo a questão dos vários Pacíficos, um tema muito especificamente do interesse permanente americano, que tem ali uma das referências históricas do seu conceito estratégico militar, e da sua histórica e fundacional marcha para o Oeste. A agenda das visitas diplomáticas do atual Presidente dos EUA já tinha mostrado que esta referência do Oeste voltava a impor a sua validade, mas um porta-aviões com bandeira chinesa tem o efeito imediato de tornar mais evidente e presente o interesse histórico nacional, acrescido agora de admissível inquietação dos EUA. É natural que o saber americano, comprovado em todas as suas intervenções marítimas, possa, com fundamento, adiantar a segurança em que poderá repensar que o tempo ainda será uma barreira defensiva da sua superioridade, porque será longo, do ponto de vista ocidental do tempo, o tempo que à China será necessário para constituir um grupo aeronaval a considerar. Mas a perspetiva política é necessariamente mais antecipatória nas meditações, e não parece mostrar a maior das tranquilidades o facto de o Departamento de Estado ter considerado que a condu-



ta chinesa tem "falta de transparência", premissa eventual dos corolários inquietantes sobre a questão de saber qual será o interesse vital que a China procurará proteger com a esquadria que deixa perceber que pretende possuir, designadamente incluindo a definição do Pacífico chinês que terá em vista. É difícil fundamentar a esperança de uma resposta, se possível ao mesmo tempo esclarecedora e tranquilizante, na história passada do crescimento dos poderes marítimos que sucessivamente foram alcançando e perdendo, as outrora grandes potências marítimas. Parece difícil ignorar que, como anos já passados foi de quando em vez sublinhado, designadamente tendo em conta a situação de Taiwan, que o Pacífico será múltiplo nas áreas de influência, e que não é apenas no domínio da dívida soberana que os analistas americanos deverão pensar

As imagens da página anterior têm como fonte: www.guiageo-europa.com e 3.bp.blogspot.com, respetivamente. Esta imagem tem como fonte: ovigia.wordpress.com.

na China sobre o futuro incerto que se avizinha. Incerto, mas trazendo o que parece ser já uma certeza, a de que a balança de poderes será outra, e que a China pesará no desejável equilíbrio. Muita da contenção verificável nas relações dos EUA com a China, no período Obama em curso, passando discretamente sobre o tema dos direitos humanos, tem relação clara com a perceção do enorme poder que começou a demonstrar o crescimento na relação financeira. Mas o poder marítimo que desponta obrigará a repensar a relação entre a fronteira geográfica e a fronteira dos interesses.

Neste panorama, o debilitado Portugal, com o Estado a evoluir para Estado exíguo, e o território a ser abrangido pela fronteira da pobreza, tem de meditar na sua viabilidade perante o mundo e na sua confiabilidade para reconstruir o futuro, o que o obriga a pensar nas suas Forças Armadas e nas janelas de liberdade que possui. Em primeiro lugar aparece uma evidência, sem contestação possível, que toda a envolvente da complexidade de ameaças lhe respeita, e que não participar nas respostas possíveis agravaria o inevitável agravamento de ser atingido pelas agressões, depois de atingido previamente pelas decisões em que não participara. Designadamente, no que toca ao turbilhão do Mediterrâneo, Portugal está abrangido pelo desafio, como está abrangido pelo desafio do Atlântico Norte, como está abrangido pelo desafio do Atlântico Sul, seja qual for o Orçamento, e estando sempre em causa a viabilidade do país. Durante meio século da NATO nunca foi posta em causa a idoneidade e capacidade dos seus militares: essa capacidade mantem-se, a vontade política é

que tem de meditar-se a si própria, na sua capacidade e determinação.

Por outro lado, a identidade nacional não está em perigo, porque a crise o que atinge é o Estado, não é a Nação. Na confusão habitual entre globalismo conjunto de interdependências geralmente colaterais, mundialismo que diz mais respeito ao consumismo, e identidade que diz respeito à sociedade, neste caso a Nação, as Forças Armadas tiveram sempre um papel inapagável, mas quero destacar a época do serviço militar obrigatório: na alfabetização das populações, na profissionalização dos recrutas, na doutrinação do civismo e do patriotismo a sua intervenção é historicamente inegável.

No multiculturalismo desordenado das so-

Fontes (esquerda para a direita): www.portalwasd.com; pt.indymedia.org; j2da.com.br; e wallpapers.eu.com.

ciedades europeias e ocidentais, agora sublinhado pela espécie de cemitério em que está a transformar-se o Mediterrâneo, esse papel é impossível de ser retomado face às novas convicções políticas, agravadas pelo economicismo da crise, sobre o serviço militar obrigatório. Mas a divisão que o multiculturalismo está a criar entre *sociedade civil e multidão*, esta provocando a anarquia que se manifestou em Paris, em Atenas, em Setúbal, mostra que não se encontrou substituto para essa extinta função, e que o risco é evidente. Acontece ainda que, em parte pela evolução da técnica aliada às atitudes mais ideológicas, e substituição do *dever cívico* da incorporação pelo *contrato* do contingente, contribuiu para cortar a ligação da sociedade civil com a ética, a função, e a capacidade dos quadros permanentes. É necessário remédio. Porque a capacidade dos quadros permanentes, atestada pela qualidade do ensino dos seus estabelecimentos, faz designadamente desses quadros elementos insubstituíveis na consolidação das relações com os países da CPLP, toda constituída por países marítimos, onde a sua intervenção é de um relevo comprovado e excecional, e essa excelente qualidade profissional tem de ser usada e aproveitada nas redes das instituições de segurança e defesa que o Ocidente tem de revigorar e consolidar: *o saber e a inteligência são contribuições que não dependem da dimensão e qualidade da gestão dos Orçamentos*. Por isso uma articulação entre o Ministério dos Negócios Estrangeiros e da Defesa parece uma tarefa inadiável, assim como, finalmente, o completo reconhecimento do nível universitário do seu ensino. Temos crise financeira grave, economia débil, um Estado a caminhar para exíguo, um povo a enfrentar exigências de pobreza. Mas temos um capital de civismo que as Forças Armadas acumulam, uma capacidade científica e técnica que não teme confrontos, uma inteligência disponível cujo maior indesculpável risco é que não seja usada. Trás-os-Montes é um lugar de exceção para o afirmar: este Reino Maravilhoso, como lhe chamou Torga, foi sempre do Reino. Aquilo que nos desafia é que esta realidade secular portuguesa não sofra diminuição nem afrontas. As Forças Armadas são indispensáveis, com qualidade científica, técnica, e sobretudo como baluarte da ética cívica, para que, seja qual for a crise do Estado, se mantenha integra a identidade da Nação.

---

* Presidente do Instituto de Altos Estudos da Academia das Ciências de Lisboa e Presidente do Conselho Geral da Universidade Técnica de Lisboa.

Coronel Tirocinado de Artilharia João Vieira Borges

A Academia Militar

Nas comemorações dos 175 anos da Escola do Exército

Mais de 175 anos a formar Comandantes

Mais de 175 anos a formar Comandantes

Ao abordarmos as questões relacionadas com a formação específica dos oficiais do Exército[1], não podemos deixar de as enquadrar na evolução da "arte [e ciência] da guerra", na História do ensino em Portugal e no próprio papel do Exército na sociedade portuguesa enquanto Instituição matriz do Estado. Sendo o Exército (e as Forças Armadas em geral) muito mais do que um mero instrumento do poder político, com uma função única do Estado (da defesa "armada" da Independência e da Soberania) que vem da fundação da nacionalidade, as raízes centenárias da formação do seu corpo de oficiais estão indelevelmente associadas aos "Comandantes" que construíram Portugal ao longo de quase nove séculos.

No entanto, e com raras e fundamentadas exceções[2], é normal associar a História da formação (ensino, instrução, educação, pedagogia, instituições, etc.) dos oficiais das Forças Armadas à profunda viragem que se deu a partir do século XVII (e muito especialmente com o iluminismo, já no século XVIII "das luzes") em termos económicos, sociais (tendo a "ciência" como agente fundamental do progresso social), militares (crescendo do papel da engenharia e da artilharia) e políticos.

No caso específico de Portugal, a maior parte das obras sobre o ensino militar, remonta as origens da atual Academia Militar à Restauração, designadamente à criação do novo Exército de Portugal por D. João IV (1604-1656). Foi efetivamente o "Restaurador" (pai de Catarina de Bragança, tão ligada à Academia e ao Paço da Bemposta) que criou, por decreto de 13 de Maio de 1641, a **Lição de Artilharia e Esquadria**, considerada como "a primeira escola oficial de ensino militar em Portugal" (Costa, 1900: 5 & Sena, 1922: 1 & Conceição, 1950: 12). Destinada ao ensino teórico e prático dos artilheiros ou bombardeiros da Nómina, teve no "Cosmógrafo-Mor do Reino" (e Tenente-General), Luís Serrão Pimentel, o seu grande mentor e mestre[3].

Outro marco significativo das origens da Academia Militar está relacionado com a criação da **Academia Real de Fortificação, Artilharia e Desenho** (ARFAD), por D. Maria I, a 2 de janeiro de 1790. Os estatutos desta Academia regulavam já

O dilema do rei Dom Carlos era doloroso e aflitivo. A dura exigência inglesa surgia sob a forma de um vexame intolerável. Algo que nunca fariam se Portugal fosse uma potência com a envergadura da França ou da Alemanha. Aceitar tão humilhantes condições era como se alguém não reagisse mesmo que fosse esbofeteado em público. Sabia que se cedesse teria o vergonhoso epíteto de cobarde. Mas também sabia que se rejeitasse, a Nação arriscava-se a perder a quase totalidade dos seus territórios africanos e até mesmo os asiáticos. Portugal entraria numa guerra sem esperança, caindo depois em completa bancarrota, com milhares de mortos e estropiados nos seus braços, sem recursos para lhes acudir. Lembrava-se do que haviam feito os espanhóis dois anos antes que, orgulhosamente sós, haviam enfrentado os Estados Unidos por causa de Cuba, perdendo a guerra, perdendo o território, e por acréscimo, as Filipinas. Portugal estava isolado e não tinha recursos. Nem tinha alternativas...

Quando a decisão do rei de ceder ante as humilhantes condições do Ultimato Britânico foi conhecida, a indignação geral foi completa, e a incompreensão, total...

Esta agora?!... Então aquela besta do rei vai por-se cócoras perante os sacanas dos ingleses?! É uma desgraça, esta porcaria desta monarquia! Se a gente fosse uma república outro galo cantaria!...

No campo republicano, rejubila-se...

Caramba, rapazes! Melhor era impossível! O rei ficou borrado de susto e deu-nos os trunfos todos! A populaça está furiosa com a vergonha que ele fez tombar sobre a nação e está a cair nos braços da república!

Pois foi! Mas esqueces que o gajo 'tava entre a faca e a parede! Fizesse ele o que fizesse, perdia sempre!

Que diabo queres tu dizer com isso?!..

Homem, usa a cabeça! Achas que a gente ganhava uma guerra contra a Inglaterra, achas? Claro que a gente perdia! Tinhamos inúmeros mortos, bancarrota, e o diabo a quatro! E isso tudo ia tombar em cima da cachola dele! Estás a ver o panorâma?...

A monarquia até podia cair, é verdade, mas depois quem teria de tirar as castanhas do lume seriamos nós, entendes? Assim ele até nos prestou um belo servicinho! Cedeu, perdeu a face perante a população e quem ganha com tudo isso é a nossa causa; a República! Estás a perceber?...

Bom! Não tinha visto as coisas sob esse prisma...

Nos cafés da Baixa de Lisboa forma-se uma pequena multidão indignada, animada por alguns jornalistas...

Isto não pode ficar assim! Quem aconselhou o rei a aceitar estas humilhações só pode ter sido o pulha do ministro dos negócios estrangeiros! Assim proponho que devemos dar-lhe a devida punição!

Apoiado! Vamos a casa dele dar um merecido "arranjo" à frontaria!

Vamos embora! Eu até sei onde ele mora!

A residência do ministro Barros Gomes é vandalizada por uma exaltada e enfurecida multidão...

Vendido!

Porco!

Abaixo os ingleses!

Pulha!

Filho d'uma porca!

O outro numeroso grupo de populares vai até junto do consulado britânico, apredreja o edifício e arranca escudo inglês da fachada, que arrasta depois pelas ruas da cidade...

Filhos de porcas codelas!

Ladrões!

Bandidos!

Canalhas!

Abaixo a cachorrada inglesa!

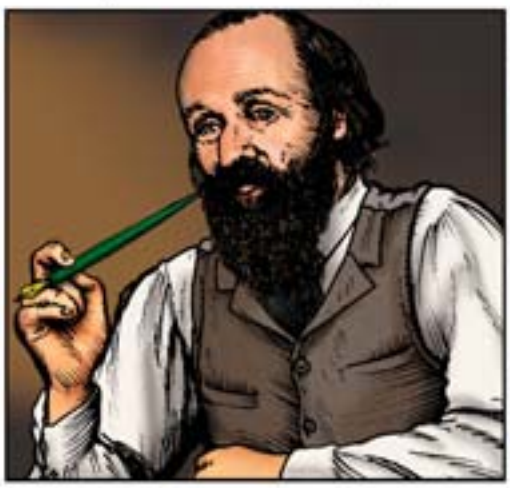
Meio milhar de populares invade o teatro de S. Carlos, interrompendo o espectáculo com gritos de revolta...

A pátria está de luto!

Hoje não é dia de espectáculo, é dia de luto!

As forças policiais detêm cerca de 60 elementos dos mais turbulentos entre os manifestantes...

Os intelectuais não perdem tempo. Homens como Guerra Junqueiro vêm à liça com obras panfletárias, insuflando a revolta no ardor patriótico que varre Portugal de lés a lés. O célebre poema "Finis Patriae" é o que melhor reflecte a ira popular...



Cospe o estrangeiro afrontas assassinas
Sobre o rosto da Pátria a agonizar...
Rugem nos corações fúrias leoninas,
Erguem-se as mãos crispadas para o ar!...

Papagaio real, diz-me, quem passa?
- É o príncipe Simão que vai à caça.

A Pátria é morta! a Liberdade é morta!
Noite negra sem astros, sem faróis!
Ri o estrangeiro odioso à nossa porta,
Guarda a Infâmia os sepulcros dos Heróis!

Papagaio real, diz-me, quem passa?
- É o príncipe Simão que vai à caça.

Tiros ao longe numa luta acesa!
Rola indomitamente a multidão...
Tocam clarins de guerra a Marselhesa...
Desaba um trono em súbita explosão!...

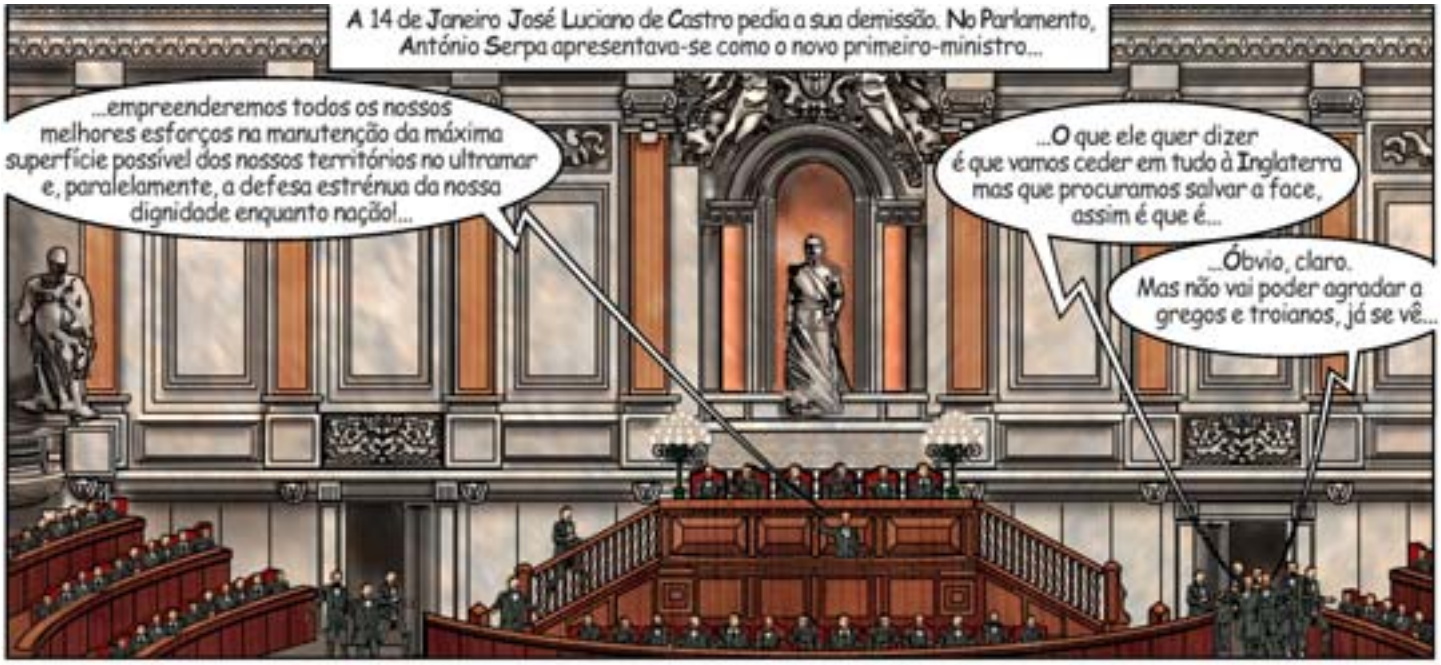
Papagaio real, diz-me, quem passa?
- É alguém, é alguém que foi à caça.
Do caçador Simão!...

Em Coimbra, no ambiente de quase insurreição que se vivia, o estudante António José de Almeida publica um artigo intitulado **Bragança, o último**. Considerado calunioso para o rei, tal facto irá levá-lo à prisão.

Por ordem de el-rei, o senhor está sob prisão!

Caramba! Que lestos andam os esbirros d'el-rei!

Cale-se e acompanhe-nos! Não nos obrigue a usar a força!


A 14 de Janeiro José Luciano de Castro pedia a sua demissão. No Parlamento, António Serpa apresentava-se como o novo primeiro-ministro...
...empreenderemos todos os nossos melhores esforços na manutenção da máxima superfície possível dos nossos territórios no ultramar e, paralelamente, a defesa estrénua da nossa dignidade enquanto nação!...
...O que ele quer dizer é que vamos ceder em tudo à Inglaterra mas que procuramos salvar a face, assim é que é...
...Óbvio, claro. Mas não vai poder agradar a gregos e troianos, já se vê...

Alfredo Keil dá a notícia a Henrique Lopes de Mendonça do fracasso que A Portuguesa obtivera entre as personalidades da corte que a tinham examinado, entre as quais, o próprio rei...
Pois é como te conto, meu velho. A Portuguesa não só não obteve a aprovação real, como Sua Majestade se mostou particularmente incomodada com a estrofe final do "...contra os bretões, marchar! Marchar!"
Era de prever, meu caro Alfredo. Portugal cedeu perante as exigências britânicas! Agora uma coisa como A Portuguesa até será muito inconveniente, convenhamos... Foi pena...

Agora só nos resta editarmos a marcha e colocar a partitura à venda. Mas claro que nem os salões da alta a vão comprar, nem a média burguesia a irá apreciar...
Parece que o que mais incomodou o rei foi o título ser A Portuguesa, que ele logo relacionou com A Marselhesa, como eu já previa. Trabalhámos p'ro boneco, Henrique. Foi tudo p'ró maneta!...
RETROSARIA

Mas A Portuguesa acaba não só rejeitada como proibida pelo regime monárquico. A invectiva que fazia contra a Inglaterra era agora inconveniente. E Alfredo Keil, até aí um protegido do rei, vê-se banido da corte...
Pois meu caro Henrique, acabo de ser informado de que deixei de ter acesso ao Palácio das Necessidades. Passei a ser ali persona non grata...

Reunião do Partido Republicano. Teófilo Braga apresenta a sua moção de estratégia...
Camaradas! Penso que temos o dever de explorar ao máximo este caso do Ultimato Inglês! A Causa Republicana tem andado em crise e algo desmotivada. Mas se levarmos a população a aderir ao nosso ponto de vista patriótico, acredito que poderemos crescer em credibilidade e em prestígio!
E esta estratégia começou logo a dar os seus frutos, pois nas eleições gerais seguintes o Partido Republicano Português conseguia obter quatro deputados, três dos quais por Lisboa.
Na verdade, o republicanismo é um liberalismo que buscando incorporar uma mística patriótica, ou até remoçá-la, contém em si a ideia para um ressurgir da pátria portuguesa, mediante um governo do povo, pelo povo e para o povo!
Apoiado, meu caro dr. Praxedes! É isso mesmo!
A notícia da proibição de A Portuguesa pelo governo monárquico chega ao conhecimento dos republicanos...
Já sabem a última? Os talassas* acabam de proibir uma marcha patriótica que termina com este apelo... ...contra os bretões marchar, marchar! Não acham lindo?
Claro, homem! Aqui a tens. Lê!...
Eh, pá! Mas isso é porreiro! E como é que é o resto da letra, sabes?
Caramba! Mas isto tem uma força e uma alma de estarrecer! Até parece que foi feito de propósito para nós! Quem é o autor?
São dois monárquicos! O comandante Henrique Mendonça e o músico Alfredo Keil!
O quê? Até já há música e tudo? Porreiro! Mesmo a calhar para ser o nosso hino!
Notícias
*Talassas - [illegible] dos monárquicos
15

com assinalável pormenor, a estrutura, a organização e o funcionamento de cariz académico (Sena: 1922, 4), claramente marcados pelas "luzes" do iluminismo. O ensino na ARFAD (cujos lentes eram equiparados em honras e vencimentos aos da Universidade de Coimbra) abrangia um período de três (Infantaria e Cavalaria) a quatro anos (Artilharia e Engenharia militar e civil) e exigia aos candidatos a oficial, como preparatórios, o 1º (para Infantaria e Cavalaria) e o 2º ano (para Artilharia e Engenharia) do curso de matemática da Academia Real de Marinha. Destinada à formação superior dos oficiais do Exército de Portugal (passou a ter carácter obrigatório de frequência para acesso na carreira), a ARFAD (cumpriu 222 anos a 2 de janeiro de 2012) foi inclusivamente considerada pelo Prof. Doutor Montalvão Machado como "a primeira escola verdadeiramente científica, destinada ao ensino superior das matérias que interessam ao oficialato do exército português". Esta Academia formaria muitos oficiais ilustres, como por exemplo, o Marquês de Sá da Bandeira (entre 1816 e 1818), o Capitão José Maria das Neves Costa e o General Fortunato José Barreiros.

Trespassada pelas consequências das invasões francesas, da transferência da Corte portuguesa para o Brasil (e da maioria dos seus mais ilustres pensadores) e da guerra civil, a ARFAD seria interrompida pelo fervor liberal aos 47 anos de idade. Efetivamente, a 12 de janeiro de 1837, num ambiente político, social e económico muito con-

[1]Embora a Academia Militar forme oficiais da GNR desde 1991, a parte histórica deste texto incide especialmente sobre os oficiais do Exército.

[2]Caso da ligação da Escola Naval à "Aula do Cosmógrafo Mor", criada em 1559 sob os auspícios de Pedro Nunes. Alguns anos antes, em 1525, tinha sido criada em Vila Viçosa, por D. Teodósio I, futuro 5º Duque de Bragança, uma **Escola de Ensino Militar**, "destinada a preparar os nobres para o exercício da arte militar onde lhes caberia, por inerência do seu estatuto, ser chefes" (Barata, 2004: 417). Nesta Escola (também designada por Escola de Vila Viçosa) ensinava-se aos oficiais, humanidades, esgrima e equitação (Sampaio, 1991:11).

[3]O qual viria a fundar na Corte, a 13 de Julho de 1647, a **Aula de Fortificação e Arquitetura Militar**. Esta Aula viria posteriormente a designar-se por **Academia Militar**, onde se ensinava matemática, fortificação e castrametação aos ajudantes de Infantaria com exercício de Engenheiro.

[4]No âmbito da reforma do ensino implementada por Passos Manuel foi criada, a 11 de janeiro, a Escola Politécnica, com o fim de habilitar os alunos (incluía engenheiros civis) com os conhecimentos necessários para servirem os diferentes cursos das Escolas de aplicação do Exército e da Marinha (os cursos preparatórios, entre três e quatro anos).

Carta Geral da Academia Real de Fortificação, Artilharia e Desenho (1790), considerada a primeira "escola militar verdadeiramente científica em Portugal"

Foto: Academia Militar.

turbado[4], foi criada pelo Coronel Sá Nogueira de Figueiredo (e Visconde de Sá da Bandeira, então no desempenho das funções de Ministro da Guerra)[5], a **Escola do Exército** (EE). Entre as razões da sua criação (no reinado de D. Maria II) estiveram a necessidade da remodelação da ARFAD, quer pela insuficiente instrução preparatória da Academia Real de Marinha para os futuros oficiais do Exército, quer pela desatualização do ensino relativamente ao que se passava no resto da Europa, com especial referência para Espanha, Inglaterra e França (Sena, 1922:9)[6]. A Escola do Exército, que ocuparia as atuais instalações no Palácio da Bemposta, em janeiro de 1851, tinha já então equiparação à "universidade portuguesa" ao nível do método de ensino, das disciplinas e dos seus professores (com iguais honras e categorias).

Depois de sucessivas reestruturações (EE entre 1837 e 1910, Escola de Guerra entre 1911 e 1919, Escola Militar entre 1919 e 1938 e novamente EE entre 1938 e 1959) foi criada a **Academia Militar** pelo Decreto-Lei nº 42151 de 12 de fevereiro de 1959. A nova Academia Militar formaria alunos (e alunas) do Exército, mas também da Força Aérea (entre os anos de 1959 e 1982), da Marinha (ano de formação geral comum entre 1992 e 1996, e preparatórios nos anos 50), da GNR (desde 1991) e inclusivamente alunos civis dos cursos de engenharia civil, mecânica e eletrónica (entre os anos de 1973 e 1980).

Nestes últimos 175 anos, a Escola do Exército/Academia Militar formou **13.876 oficiais que entraram nos Quadros Permanentes**, dos quais **12.621 para o Exército, 611 para a Força Aérea e 444 para a GNR** (já mais de 50% daquela Força de Segurança de natureza militar). No entanto, no seu conjunto (se considerarmos aqueles que entretanto reprovaram ou desistiram, assim como os alunos da Marinha e os alunos civis), este número ultrapassa os **17.500 alunos** que viveram os valores da Escola de *Comandantes da Bemposta*.

A discussão, já antiga, relativa à antiguidade da Academia Militar no concerto das Academias Militares no Mundo, despertou-nos para o estudo e análise das referências históricas de onze países na Europa e América (Quadro A). Como podemos verificar no referido quadro, os critérios adotados pelas diferentes academias, para a escolha das escolas de referência histórica, são claramente diferentes, variando entre a formação meramente militar, o acesso na carreira, a especificidade da continuidade da formação e a cientificidade da mesma. Para além dos critérios, as próprias realidades no que concerne ao enquadramento do ensino superior

Comemorações dos 100 Anos da Escola do Exército, na Escola Militar, com a presença do Presidente do Conselho de Ministros, Dr. António de Oliveira Salazar e do Presidente da Republica (e ex-aluno), Marechal António Óscar de Fragoso Carmona.

Foto: Academia Militar.

Países/Academias Militares	Referências Históricas	Observações
Austria (1156): *Theresian Military Academy*	Criada em 1751.	1751 – Assumida como a mais antiga academia militar do mundo (critério associada à cientificidade dos currículos).
Bélgica (1830): *Royal Military Academy*	Criada em 1834.	1834.
Brasil (1822): Academia Militar das Agulhas Negras	Criada em 1811 (Academia Real Militar). Origens remontam à Real Academia de Artilharia, Fortificação e Desenho, de 1792 (a primeira das Américas).	1811 – Assumida como o "marco da formação sistemática para o Exército Brasileiro".Outras origens a 1792.
Canadá (1867): *Royal Militari College*	Criada em 1874.	1874.
Espanha (1469): *Academia General Militar*	Criada em 1882. Origens remontam à "*Compañía de los Cien Donceles*" (1340).	1882. Outras origens a 1340.
EUA (1776): *United States Military Academy West Point*	Criada em 1802.	1802.
França (843): *Ecoles de Saint Cyr Coetquidan*	Criada em 1802 (*Ecoles Spéciale Militaire de Saint Cyr)*.	1802.
Holanda (1648): *Royal Military Academy of the Netherlands*	Criada em 1828.	1828.
Itália (1861): *Accademia Militare di Modena*	Criada em 1648 (Reale Accademia de *Savoia)*.	1648 – Assumida como a mais antiga academia militar do mundo.
Portugal (1143): Academia Militar	Criada em 1837 (Escola do Exército). Origens remontam à Academia Real de de Fortificação, Artilharia e Desenho, de (1790), à aula de Artilharia e Esquadria (1641) e à Escola de Vila Viçosa (1525).	1837 – Origens de academia (já com cariz científico) a 1790. Outras origens a 1641 e 1525.
Reino Unido (1707): *Royal Military Academy Sandhurst*	Criada em 1947. Origens remontam à *Royal Military Academy* (1741) e ao *Royal Military College* (1800).	1947 – Origens de academia a 1741.

Quadro A – Origem histórica de onze Academias Militares (Europa e América).

são muito diferentes (incluindo escolas militares com datas de fundação anteriores à independência). Assim, os argumentos utilizados por algumas academias (caso da Austríaca e da Italiana), para se assumirem como as mais antigas do Mundo, são bastante discutíveis, sobretudo relativamente a países mais "antigos" como Portugal ou o Reino Unido (Inglaterra), que no século XVII e XVIII já dispunham de escolas de formação dos seus oficiais com elevado nível de qualidade e cientificidade.

Portugal optou claramente por um critério de rigor, associado às características científicas da Instituição, mas também à qualidade da formação, dos formadores (com uma parte significativa a destacar-se na sociedade do seu tempo) e dos formandos, o que levaria a Escola de Guerra, a Escola Militar e a Academia Militar a adotarem a **Escola do Exército** como sua antecessora institucional. No entanto, a Academia Militar não deixa de assumir a sua responsabilidade histórica enquanto legitima herdeira de um património que (como atrás descrevemos) se estende muito para além da Escola do Exército. Portugal comemora os 175 anos da criação da Escola do Exército, mas é indubitável que a sua Academia Militar conta com mais de 222 anos de existência ao serviço de Portugal.

Independentemente dos critérios (sempre discutíveis) associados à origem histórica das instituições, o mais importante é efetivamente continuar a construir a História de Portugal, formando "Comandantes" de (e para) o futuro, na linha (entre outros não menos ilustres que se projetaram como combatentes ou cientistas) dos sete ex-alunos que atingiriam as mais altas funções do Estado enquanto Presidentes da República (Quadro B "Ex-Alunos Presidentes da República").

[5]Viria a ser Marquês de Sá da Bandeira (em 1864) e comandante da Escola do Exército, entre 1863 e data do seu falecimento, a 6 de janeiro de 1876.

[6]No relatório assinado por Sá da Bandeira, que precede o decreto de 12 de janeiro consta: «Mas a verdadeira reforma desta Academia [ARFAD] era impossível, enquanto se não criasse uma escola de sciências físicas e matemáticas, na qual os alunos adquirissem todos os princípios necessários para poderem entrar com o indispensável desenvolvimento no estudo da difícil sciência da guerra e das suas vastíssimas aplicações; essa escola está criada...» (Sena: 1922, 10).

Nome	Nascimento/Morte	Presidente	Aluno	Curso
António dos Santos **Ramalho Eanes**	1935	1976-1986	Escola do Exército 1953-1957	Infantaria
Francisco da **Costa Gomes**	1914-2001	1974-1976	Escola Militar 1932-1935	Cavalaria
António Sebastião Ribeiro **de Spínola**	1910-1996	1974	Escola Militar 1930-1933	Cavalaria
Francisco Higino **Craveiro Lopes**	1894-1964	1951-1958	Escola de Guerra 1912-1915	Cavalaria
António **Óscar** de Fragoso **Carmona**	1869-1951	1926-1951	Escola do Exército 1890-1894	Cavalaria
Manuel de Oliveira **Gomes da Costa**	1863-1929	1926	Escola do Exército 1881-1884	Infantaria
Sidónio Bernardino Cardoso da Silva **Pais**	1872-1918	1917-1918	Escola do Exército 1888-1892	Artilharia

Quadro B - Ex-Alunos Presidentes da República (Fonte: Arquivo Histórico Militar).

Construir o Futuro Hoje

A Academia Militar é um Estabelecimento de Ensino Superior Público Universitário Militar, que desenvolve atividades de ensino, de investigação e de apoio à comunidade, com a missão primária de formar oficiais destinados aos quadros permanentes do Exército e da Guarda Nacional Republicana.

Com um *campus* em Lisboa e outro na Amadora, confere aos futuros oficiais as competências necessárias ao cumprimento das suas missões, promovendo o desenvolvimento individual para o exercício de funções de comando, direção e chefia.

Nos últimos anos a Academia Militar (AM) tem desenvolvido um grande esforço no sentido de acompanhar a evolução do ensino superior em Portugal e na Europa, sem descurar a sua especificidade militar.

Nesta linha de ação, a AM passou a fazer parte da Fundação das Universidades Portuguesas e concluiu entretanto a adequação dos seus cursos ao processo de Bolonha, conferindo o grau de mestre aos seus alunos através de um ciclo de estudos integrado[7] que os habilita ao ingresso na categoria de oficiais dos quadros permanentes do Exército e da GNR, a saber: os alunos dos ciclos de estu-

dos de ciências militares (das Armas e da GNR – 5 anos) só escolhem a sua Arma (especialidade) no final do 3º ano; os alunos de saúde (7 anos), depois do primeiro ano militar, frequentam a Universidade nos cinco anos seguintes e antes do tirocínio; os alunos das engenharias (7 anos) frequentam o Instituto Superior Técnico no 5º e 6º anos, e antes do tirocínio nas Escola Práticas. Entretanto, os tirocínios passaram a incluir a formação geral militar, técnica e tática da arma ou serviço (15 semanas) e um estágio de natureza profissional (com prática de comando, em 13 semanas e um Trabalho de Investigação Aplicada, em 10 semanas).

A Academia foi ainda pioneira ao criar, em 2000, o primeiro centro de investigação (CINAMIL – Centro de Investigação da Academia Militar)[8] ao nível dos estabelecimentos de ensino superior militar. Foi também o primeiro Estabelecimento de Ensino Superior Militar a ser sujeito a avaliação externa internacional, entre Março de 2006 e Março de 2007 (pela EUA – *European University Association*), e a organizar o primeiro seminário sobre "Política Europeia de Segurança e Defesa" no âmbito do "Erasmus Militar" Europeu em 2009.

A abertura e plena integração na sociedade civil, no sentido de relevar o papel da Instituição Militar (sobretudo depois do final da conscrição), levou ainda a AM a desenvolver um conjunto de atividades, com destaque para os cursos de liderança e as pós-graduações ministradas a alunos civis e militares (Mestrados em Guerra de Informação/*Competitive Intelligence* e em Liderança – Pessoas e Organizações – para 2012/13), algumas das quais em cooperação com outras universidades, casos do Mestrado em História Militar, com a Universidade dos Açores e do Mestrado e Doutoramento em História, Defesa e Relações Internacionais, com o ISCTE.

No entanto, o *core* da Academia Militar continua a estar centrado nas exigências específicas de ordem moral, intelectual e física (que consubs-

[7]Ciências Militares, nas especialidades de Infantaria, Artilharia, Cavalaria e Segurança (GNR), Administração Militar, Administração da GNR, Engenharia Militar (Exército e GNR), Engenharia Electrotécnica Militar, nas especialidades de Transmissões (Exército e GNR) e Mecânica Militar (Exército e GNR). Em cooperação com a Universidade (UNL, UL e UTL), os mestrados de Saúde (Exército e GNR), nas especialidades de Medicina, Medicina Dentária, Ciências Farmacêuticas e Medicina Veterinária.

[8]Cumulativamente constitui um centro coordenador das actividades de investigação e desenvolvimento do Exército.

Alunos	Número	Percentagem	Observações
Exército	481	69 %	175 Armas; 36 Engenharias; 46 Infantaria; 23 Artilharia; 20 Cavalaria; 37 Administração Militar; 39 Engenharia Militar; 37 Transmissões; 15 Material Mecânica; 2 Material Eletrónica; 45 Medicina; 3 Dentária; 1 Farmácia; 1 Veterinária; 1 Politécnico.
GNR	185	26 %	76 Armas; 65 Infantaria; 15 Cavalaria; 11 Administração Militar; 3 Engenharia Militar; 4 Transmissões; 1 Material Mecânica; 7 Medicina; 1 Farmácia; 2 Veterinária.
Lusófonos	34	5 %	11 Angola; 9 Moçambique; 5 Cabo Verde; 4 São Tomé e Príncipe; 4 Guiné; 1 Timor Leste.
Total	700	-----	11% do sexo feminino.

Quadro C – Situação de Alunos em 2012 (relativa a 23 de Janeiro).

tanciam a "condição militar") dos futuros Oficiais dos quadros permanentes do Exército e da GNR. Nesse sentido, o *campus* da Amadora foi modernizado com novos e funcionais edifícios de laboratórios, salas de aulas, anfiteatros, salas de convívio de alunos e alojamentos, o que vem garantindo melhores condições de habitabilidade, mas também de funcionalidade em termos de ensino e de formação militar.

A Academia Militar é diferente das outras universidades no que respeita à formação científica de índole técnica e tecnológica, mas sobretudo na formação comportamental (consubstanciada numa sólida educação militar, moral e cívica) e na preparação física e de adestramento militar. Formar Comandantes com diferentes valências para enfrentarem, com eficácia e eficiência, as adversidades do *novo Mundo*, é um trabalho árduo e contínuo, mas também criativo e desafiante para todos quantos servem na Academia Militar.

Com cerca de 700 alunos (Quadro C) e de 130 docentes (entre militares e civis), a Academia Militar vem desenvolvendo um trabalho de (e para o) futuro, o qual não pode, nem deve ser descontinuado, pois a qualidade dos frutos do futuro em muito deverão à exigência, ao rigor, à disciplina, e ao saber incutidos nas sementes de hoje.

Independentemente das contingências que se avizinham, entendemos que a Academia Militar deve continuar a ser: uma Escola de formação de oficiais fiel ao interesse global das Instituições que serve; uma Escola respeitadora das tradições,

e construtora de novos caminhos sustentados pela inovação e criatividade; uma Escola de valores (lealdade, honra, dever e sentido de serviço por Portugal) que continue a atrair os *jovens portugueses*; um espaço aglutinador e integrador da *inteligência militar*; um instrumento importante para a consolidação de uma visão estratégica para o Exército e a GNR; um "pilar estratégico da cidadania e da civilidade"; e um ator "reconhecido" do desenvolvimento de Portugal.

Nas comemorações dos 175 anos da criação da Escola do Exército, a Academia Militar continua a lembrar os comandantes do passado e do presente (desde a fundação da nacionalidade aos novos teatros de operações da Bósnia, Kosovo, Angola, Moçambique, Somália, Timor, Iraque e Afeganistão, passando pelas campanhas de África, da I Grande Guerra, e da Campanha do Ultramar), para melhor Formar os Líderes do Futuro.

Num futuro caracterizado certamente pela globalização e por novos desafios e ameaças, a Academia Militar continuará a cuidar do mais adequado equilíbrio entre uma formação académica que acompanhe os progressos da ciência e uma formação comportamental que prepare os futuros oficiais para o desempenho das missões mais críticas.

A Academia Militar será "avaliada", explicitamente pela qualidade dos frutos do seu trabalho, à luz dos mais avançados conhecimentos científicos e técnicos, e tacitamente pelo capital de orgulho dos seus alunos (militares e civis) em fazerem parte de uma Instituição secular indissociável da História de Portugal.

A Academia Militar continuará a comemorar o aniversário da Escola do Exército (1837) e a da Academia Real de Fortificação, Artilharia e Desenho (1790), sem esquecer a Aula de Artilharia e Esquadria (1641) e todos aqueles que, com o seu exemplo, contribuíram para que a Academia constitua hoje uma Escola de referência[9] na formação de Líderes para as Forças Armadas e de Segurança, ao serviço de um Portugal independente e soberano.

[9]O Estandarte Nacional da Academia Militar, à guarda do Corpo de Alunos, ostenta as seguintes condecorações: Cavaleiro da Ordem Militar da Torre e Espada (1935); Medalha de Mérito Militar do Brasil (1955); Grã-Cruz da Ordem do Infante D. Henrique (1961); Membro honorário da Ordem de Santiago da Espada (1984); Membro Honorário da Ordem Militar de Avis (1987); Grã-Cruz da Ordem de Mérito Militar de Espanha (2006); Medalha de Ouro de Serviços Distintos de Segurança Pública (2010).

Bibliografia

- ACADEMIA MILITAR, *Anuário da Academia Militar 1958-1959*, Lisboa, 1959.
- ANTUNES, José Ricardo da Costa Silva, *Apontamentos para a História da Escola do Exército*, Imprensa Nacional, Lisboa, 1886.
- BARATA, Manuel Themudo, Ensino Militar, *Nova História Militar*, vol.3, Circulo de Leitores, Rio de Mouro, 2004, pp.412-429.
- BORGES, João Vieira (Autor Projecto, Coordenador e Co-Autor), *50 Anos de Patronos da Escola do Exército e da Academia Militar*, Edição Comemorativa, Academia Militar, Lisboa, 2004.
- BORGES, João Vieira e CANAS, António, Uma Cronologia da História do Ensino Superior Militar em Portugal, Revista Militar, Nº 2440, Lisboa, Maio 2005, pp. 445-453.
- BORGES, João Vieira, A Formação de Oficiais 1960-1974, in *A Academia Militar e a Guerra de África*, Academia Militar e Prefácio, Lisboa, Janeiro 2010, pp. 21-62.
- CARVALHO, Rómulo de, *História do Ensino em Portugal*, Fundação Calouste Gulbenkian, 2ª ed., Lisboa, 1996.
- CONCEIÇÃO, Alfredo Pereira da, *A Escola do Exército: Sua Fundação e Evolução Histórica*, 2ª ed., Academia Militar, Lisboa, 1950.
- COSTA, Francisco Felisberto Dias, *L`École de L`Armée de Lisbonne: Histoire-Enseignement-Organization*, Lisbonne, 1900.
- GASPAR, António Pedro Ribeiro, *História da Academia Militar: História–Organização–Funcionamento-Ensino no período de 1890-1911*, 2º vol., 3 Tomos, Academia Militar, Lisboa, 2009.
- MAGALHÃES, Julio Cezar Garcia de, *Apontamentos para a Historia da Escola do Exército (1886-1890)*, Escola do Exército, Lisboa, 1891.
- RIBEIRO, Silvestre, *Historia dos estabelecimentos scientificos, litterarios e artísticos nos sucessivos reinados da monarchia,* Typographia da Academia Real das Sciencias, Lisboa, 1871-1893.
- SIMÕES, J. M. D`Oliveira, A *Escola do Exército: Breve Noticia da sua Historia e Da sua Situação Actual*, Imprensa Nacional, Lisboa, 1892.
- SAMPAIO, Rui Manuel de Almeida Trigueiros, *História da Academia Militar*, 1º Vol. Academia Militar, Lisboa, 1991.
- SENA, Camilo, *A Escola Militar de Lisboa: História-Organização-Ensino*, Imprensa Nacional de Lisboa, Lisboa, 1922.

Alferes RC Nelson Cavaco

DIA DO JORNAL DO EXÉRCITO

INFORMAR PARA BEM SERVIR

Foto: CAVE.

As seiscentas e doze edições publicadas materializam os cinquenta e dois anos de história que o *Jornal do Exército* (JE) comemorou no dia 11 de janeiro, no Palácio Vilalva, assim como o consagram como uma das mais antigas publicações de âmbito militar no país e no mundo.

Nascido em 1960, quando Almeida Fernandes, Ministro do Exército, elabora o despacho que o valida, tem "vivido" desde então nas mais diversas moradas em Lisboa: Colégio Militar; Rua da Escola Politécnica; Largo da Graça e atualmente no Palácio Vilalva, desde 2007.

Aprovo com a maior satisfação a presente proposta que vem ao encontro de uma aspiração que há muito acalentámos e que as circunstâncias parecem tornar agora oportuna. Conviria que o primeiro número do Jornal saísse ainda no corrente mês, o que julgo possível, em face do trabalho preliminar já realizado. O Jornal intitular-se-á Jornal do Exército(…), escreveu Almeida Fernandes, então Ministro do Exército, quando em 1960 elabora o despacho que o valida.

Um ano depois, em janeiro de 1961, na edição n.º 13 escrevia-se no seu editorial:

(…) *O* Jornal do Exército *venceu, é hoje uma realidade e, em todo o território nacional, desde o Minho a Timor, é com regularidade marcante, que chega às mãos dos destinatários que o recebem com entusiamo e até com ansiedade. Mas ainda, a sua expansão passou as fronteiras nacionais e pedidos de assinatura vindos de Espanha, Alemanha, Brasil, Venezuela, França, Bélgica, Estados Unidos da América entraram já na redação.*

Mês após mês o JE continua a sua missão: a publicação de nova edição.

Cerimónia Comemorativa

Presidida pelo Chefe do Estado-Maior do Exército (CEME), General Artur Neves Pina Monteiro, a cerimónia comemorativa do dia festivo do JE, decorreu dentro das normas de simplicidade e dignidade, que são apanágio do Exército.

Entre as várias individualidades, destaca-se a presença da Deputada da Assembleia da República, Mestre Mónica Ferro, do Presidente da Comissão Portuguesa de História Militar, Tenente-General Alexandre Sousa Pinto, do Inspetor-Geral do Exército, Tenente-General João Nunes Jorge Vaz Antunes, do Vice-Presidente do Conselho Nacional de Planeamento Civil de Emergência, Tenente-General António José Maia de Mascarenhas, do Chefe do Gabinete do Chefe do Estado-Maior do Exército, Major-General Frederico José Rovisco Duarte, do Presidente da Junta de Freguesia de São Sebastião da Pedreira, senhor Nelson Pinto Antunes e dos antigos diretores do JE, Coronel Tirocinado Rio de Carvalho e Coronel Manuel de Assis Teixeira de Góis.

A casa é vossa porque fazeis parte desta família (…) *Parte da História do* Jornal do Exército *que tem vindo a ser escrita pertence-vos*, afirmou o Di-

Foto: Pedro Vaz Antunes.

Foto: CAVE.

Foto: CAVE.

Foto: CAVE.

retor do JE, Coronel José Custódio Madaleno Geraldo na alocução que efetuou no inicio da cerimónia.

A nossa missão, é por vós sobejamente conhecida, editamos onze números do JE por ano, procurando fazer jus ao nosso lema "Informar para bem servir", esclareceu, salientando o trabalho de ano transato com destaque para os artigos que foram distinguidos com o Prémio JE e a banda desenhada de José Pires.

Terminou citando Almeida Fernandes e perspetivando o futuro, afirmando que *procuraremos, num esforço contínuo, adaptar-nos com critérios de qualidade e de objetividade, imprimindo a este órgão de informação, cultura e recreio do Exército, uma imagem de modernidade, para que mereça uma posição digna no exigente panorama das revistas militares nacionais e estrangeiras*.

Seguiu-se o discurso do General CEME (artigo subsequente), após o que se assistiu à imposição de condecorações e à entrega do prémio *Jornal do Exército*, referente ao ano de 2011.

A cerimónia culminou com um momento musical pelo Quarteto de Saxofones da Banda do Exército, composto pelo Sargento-Ajudante João André, no Saxofone Alto, pelo Primeiro-Sargento Nélio Barreiro, no Saxofone Barítono, pelo Soldado Ricardo Duarte, no Saxofone Tenor, e pelo Soldado Ricardo Cipriano, no Saxofone Alto e Saxofone Soprano.

Os presentes participaram ainda na inauguração da exposição, patente na Biblioteca do Palácio Vilalva, intitulada "Cinquentenário das Últimas Campanhas Portuguesas em África", composta por um vídeo, uma mostra fotográfica e uma mostra de livros, documentos de embarque e jornais do exército.

Foi organizada com a colaboração do Centro de Audiovisuais do Exército (fotos); do Museu Militar (vídeo e apoio técnico); do Arquivo Histórico Militar, (documentação e a organização); e do Instituto Geográfico do Exército.

A exposição "é uma singela homenagem a todos os combatentes que serviram Portugal no Ultramar e que merecem o nosso preito e admiração", segundo o Diretor do JE.

Foto: CAVE.

Prémios e Condecorações

Foram condecorados civis e militares do JE com a Medalha D. Afonso Henriques – Mérito do Exército, que se destina a galardoar aqueles que revelam qualidades pessoais que contribuam para a eficiência, prestigio e cumprimento da missão do Exército.

O Dr. Mauro Diniz Reixa Monteiro Alves Matias, Técnico Superior/Designer recebeu a Medalha D. Afonso Henriques 3.ª Classe, imposta pelo General CEME.

Com a Medalha D. Afonso Henriques 4.ª Classe foram condecorados os auxiliares dos serviços administrativos, Sargento-Ajudante António João Ramalho Belém e Sargento-Ajudante Luís Miguel Guerreiro da Silva, impostas pelo Tenente-General Alexandre de Sousa Pinto e João Nuno Jorge Vaz Antunes.

No âmbito do estímulo à reflexão e à criatividade de militares e civis no tratamento de assuntos com particular interesse para o Exército, é entregue anualmente o *Prémio Jornal do Exército*. Este ano o prémio constou de um livro, edição do Exército Português, e de um cartão-presente atribuído pelo Banco Santander Totta.

O primeiro prémio foi atribuído ao artigo "Sustentabilidade Económico-Financeira das Operações Militares entre 1961-1974", da autoria do Tenente-Coronel Reforma PilAv João Brandão Ferreira, publicado no JE n.º 603/604, de Fevereiro/Março de 2011.

O segundo prémio foi atribuído ao artigo "A Irmandade Muçulmana e o Ocidente – Diálogo ou Cooperação?", da autoria do Mestre Francisco Jorge Gonçalves, publicado no JE n.º 611 de Novembro de 2011.

Por fim, o terceiro prémio foi atribuído ao artigo "Operações Militares na Estremadura – Os exércitos de Massena e Wellington no concelho de Santarém em 1810 e 1811", da autoria do Major Infantaria Fernando Manuel da Silva Rita, publicado no JE n.º 608, de Julho de 2011.

A entregar os prémios estiveram o Tenente-General António José Maia de Mascarenhas, a Mestre Mónica Ferro e o Major-General João Miguel de Castro Rosas Leitão, respetivamente, em conjunto com a Dr.ª Fátima Henriques, responsável pelo Gabinete dos Protocolos Coletivos do Banco Santander Totta.

Foto: CAVE.

Foto: CAVE.

Foto: CAVE.

Foto: CAVE.

DIA DO JORNAL DO EXÉRCITO MENSAGEM DO GENERAL CHEFE

Oficiais, Sargentos, Praças, Funcionários Civis e Colaboradores do Jornal do Exército:

Comemoram-se hoje cinquenta e dois anos desde que, em Janeiro de 1960, surgiu a primeira edição do Jornal do Exército. Ao longo destes anos, como órgão de divulgação institucional do Ramo, o Jornal acompanhou o desenvolvimento do Exército e estampou nas suas páginas os acontecimentos que hoje fazem parte da sua História. Por isso, o Comandante do Exército pretende, neste dia festivo, testemunhar publicamente o extraordinário contributo que este órgão de informação tem dado para a divulgação de informação interna e para o adequado conhecimento do Exército pela população em geral.

Nestas cinco décadas, apesar de vicissitudes várias, o trabalho tem sido feito e merece o apreço de todos os militares. Um trabalho onde a dedicação e o empenho ao Exército souberam ultrapassar cada dificuldade, consolidando a imagem de uma revista moderna, que está sempre a inovar, adaptando-se em cada época, com inteligência, às diferentes realidades do Exército e do País, apresentando novos formatos, publicando conteúdos com atualidade e pertinência, melhorando processos e integrando as novas tecnologias de Informação e Comunicação disponíveis, com o objetivo de incrementar a qualidade desta publicação, conferindo-lhe um merecido destaque no exigente e competitivo panorama das publicações militares nacionais e estrangeiras.

Novos paradigmas e novos constrangimentos afetam o Exército pelo que, está em marcha um processo de transformação de âmbito genético, estrutural e organizacional, que se pretende dinâmico, permanente e inovador. Dinâmico, na medida em que, decorrendo a todos os níveis da organização, procura adaptar-se permanentemente à acelerada mutação do sistema em que se insere. Permanente, dado que está interiorizado que esta atitude, em lugar de um estado final desejado, tem como horizonte constituir-se num processo contínuo, marcado pela procura de se ser sempre mais eficaz e mais eficiente. Inovação, tanto no domínio das doutrinas como no domínio técnico e tecnológico, assumida como incontornável.

Vivemos um período em que as mudanças ocorrem de forma mais rápida, gerando novas dinâmicas e exigindo novas respostas, pelo que a importância da atividade do Jornal do Exército, no

DO ESTADO-MAIOR DO EXÉRCITO

contexto da sociedade da informação, da comunicação e do conhecimento, é evidente, sendo necessário criar novas configurações, mais apelativas, publicando conteúdos com atualidade e pertinência, dirigidos a um público-alvo, cada vez mais qualificado e exigente.

O objetivo do Jornal é primar pela qualidade, fazendo mais e melhor pelo Exército e pelos seus militares, onde quer que estejam, tendo em vista contribuir para o moral e bem-estar, cimentar a coesão e espírito de corpo, o apoio à Família Militar, preservar a nossa identidade e memória coletiva e, ainda, reforçar os laços com a Sociedade Nacional que é a nossa base e a nossa raiz estrutural.

Militares, Funcionários Civis e Colaboradores do Jornal do Exército:

Desde a data da sua criação, o Jornal passou por grandes mudanças. Contudo, há coisas que o tempo não altera e por vezes até acentua. O empenho e a devoção de todos aqueles que aqui servem continua presente em cada número, pelo que presto a merecida e justa homenagem à generosidade, profissionalismo e espírito de sacrifício, de todos os militares, funcionários civis e colaboradores que, ao longo dos anos, concorreram com o seu esforço anónimo, dedicado e persistente, para que o conteúdo do Jornal do Exército contribuísse para a informação interna e para a consolidação de um melhor conhecimento dos militares e do Exército, pela Sociedade Civil nacional.

Os desafios da modernidade são muitos e as tarefas que se vislumbram são porventura, complexas, exigindo grande sensibilidade, criatividade e capacidade de inovação nas soluções preconizadas.

Porém, o Comandante do Exército está ciente de que por mais difíceis e complicadas que sejam as circunstâncias, a vossa determinação, inteligência, elevado espírito de sacrifício e de abnegação, são o garante de que a missão do Jornal do Exército continuará a ser cumprida com determinação e rigor, em prol do objetivo que todos partilhamos: garantir o Exército do futuro e continuar Portugal.

Palácio Vilalva, 11 de janeiro de 2012

O Chefe do Estado-Maior do Exército
Artur Neves Pina Monteiro
General

Em memória do Tenente-General António Avelino Pereira Pinto
(1929 - 2010)

Esta imagem tem como fonte: Comissão de História das Transmissões; o logótipo na página seguinte tem como fonte: deetc.isel.ilp.pt.

No âmbito da habitual colaboração prestada à Revista Almenara, a Comissão de História das Transmissões (CHT) decidiu destacar a notável e brilhante ação que o Tenente-General Pereira Pinto desenvolveu nas Transmissões do Exército, dando especial relevo à sua atuação como Diretor da Arma, a parte central deste panegírico.

De realçar que o valor da atuação do Tenente-General Pereira Pinto foi reconhecido pelo Exército, que dignificou, através de desempenhos nos altos cargos de General Quartel-Mestre-General (1983), Comandante da Academia Militar (1984-1988) e Inspetor-Geral do Exército (1988 - 1990).

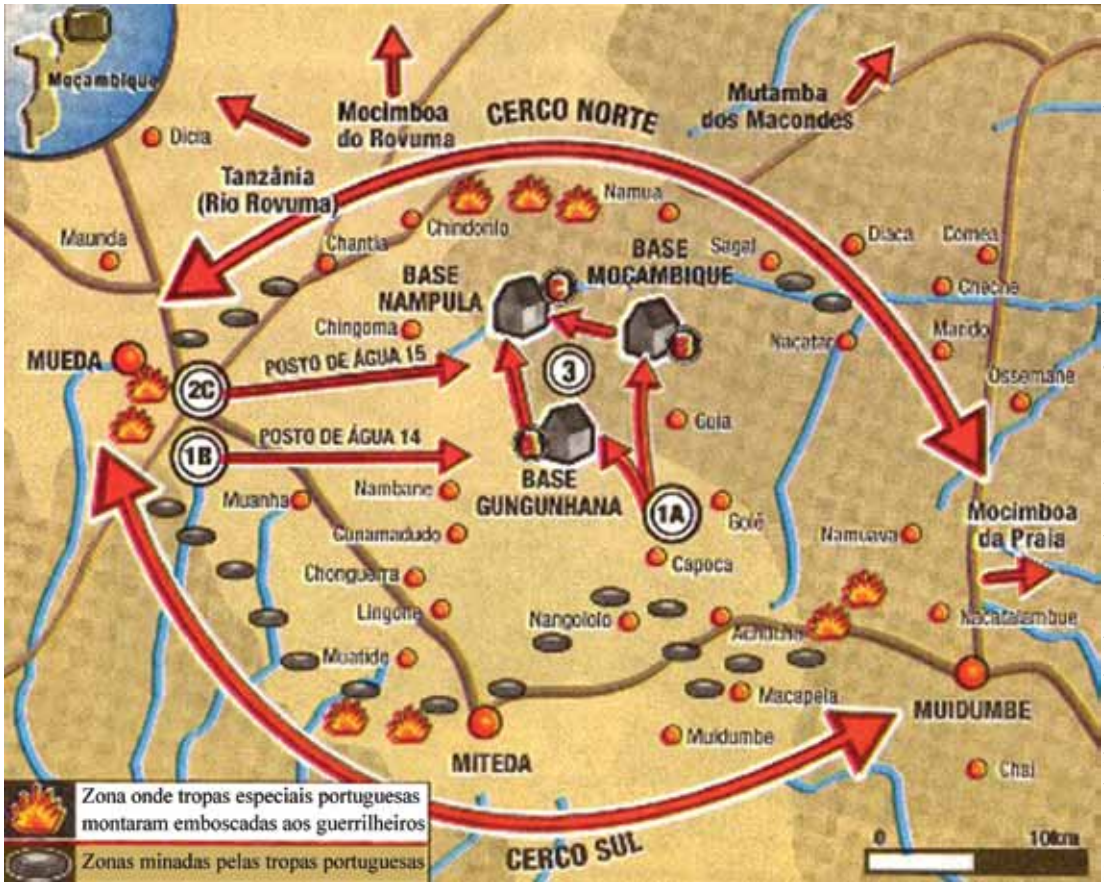
Como Diretor da Arma de Transmissões, concebeu e levou a cabo várias transformações, reveladoras do vasto conhecimento que tinha de todos os seus sectores e da sua intenção em colocar a capacidade técnica da Arma ao serviço do Exército e do país, conferindo à sua Direção uma dimensão de interesse nacional. Por isso, não é possível explicar a sua ação como Diretor sem ter em conta a sua ligação com a sociedade civil e o percurso interventivo que teve na Arma, antes de ocupar o cargo de Diretor, e que são aspetos que a seguir, de forma breve, se procurarão ilustrar.

Com efeito, o Tenente-General Pereira Pinto foi, desde oficial muito jovem, membro da Ordem dos Engenheiros, na especialidade de engenharia civil, exercendo funções na Direção do Serviço de Fortificações e Obras Militares, enquanto exercia a engenharia em regime de profissão liberal, nomeadamente, na área da pré-fabricação. Foi nesta área que concretizou, tecnicamente, o projeto "Ovo de Colombo" (conceção de blocos/tijolos de encaixe às quatro faces) da autoria de um empresário e que mereceu a Medalha de Ouro da Organização Mundial da Propriedade Intelectual. Mais tarde, na situação de reserva, dirigiu o Gabinete de Obras Públicas do Pólo Tecnológico do Lumiar (1990-1993) e foi presidente do Conselho Fiscal da SISTEL e da EID. Participou, também, sempre empenhadamente, em atividades de carácter cívico, cultural e religioso, ocupando a presidência de várias associações, nomeadamente da Associação dos Doentes da Próstata, de que foi fundador.

Ao longo da sua carreira militar, como Capitão e oficial superior, a principal ação desenvolvida integrou-se na área da Instrução de Transmissões, que ministrou na Academia Militar (AM), Escola Prática de Transmissões (EPT) e Instituto de Altos Estudos Militares (IAEM), o que lhe permitiu, para além de aprofundar os seus conhecimentos, um largo contacto com oficiais das outras Armas mas também com as primeiras gerações de oficiais engenheiros eletrotécnicos, que considerava a grande "mais-valia técnica" da Arma. Foi Adjunto do Diretor da Arma e esteve colocado no BTm3 (o "glorioso"), no Depósito Geral de Material de Transmissões (DGMT) e na EPT (Lisboa). Cumpriu duas comissões em África: uma em Angola e outra em Moçambique.

Das suas frequentes intervenções e iniciativas, nesse período de cerca de vinte anos, quase sempre inovadoras e com reflexo no futuro da Arma, há exemplos que devem ser apontados.

Como jovem Tenente, Pereira Pinto, logo após o tirocínio, frequentou, nos EUA, o Curso de Comandante de Companhia de Transmissões, destinado a oficiais superiores, por a companhia de Transmissões Divisionária americana (que em Portugal se transformou no BTm3) ser comandada por um Major ou Tenente-Coronel. No relatório final do curso apontou a deficiente preparação dos oficiais de Engenharia do ramo de Transmissões e propôs a separação das Transmissões, em relação à Arma de Engenharia. A apreciação deste relatório pela Inspeção das Tropas de Transmissões conduziu à criação, em 1959, na Academia Militar, do primeiro curso destinado a oficiais de Transmissões, passo inicial do longo percurso que iria conduzir à criação da Arma, em 1970.



Mapa, capa da Almenara e logótipo no canto das páginas têm como fonte: historiadastransmissões.wordpress.com.

No BTm3, após completado o curso, o Capitão Pereira Pinto, com os conhecimentos que adquirira, tornou-se uma figura emblemática, essencial na ligação do comando do Batalhão com o estado-maior da Divisão, em exercícios ou manobras, contribuindo para o prestígio que aquele Batalhão alcançou, dentro e fora do Exército português.

Ainda no BTm3, dependente da Escola Prática de Engenharia (EPE) para efeitos de Instrução, o Capitão Pereira Pinto como diretor do curso de Transmissões para oficiais das Armas, foi o coordenador da publicação "Curso de Transmissões para Oficiais de Infantaria, Artilharia e Cavalaria" baseada nos textos dos instrutores distribuídos aos alunos durante o curso. A publicação destinava-se ao Batalhão de Telegrafistas, que seria extinto, e criada, em sua substituição, a Escola Prática de Transmissões, onde o curso passaria a ser ministrado. Posteriormente foi reconhecido o interesse da publicação para o Exército, pelo que foi feita nova edição, distribuída a todas as Unidades e que, durante décadas, constituiu uma obra de referência na área das Transmissões.

Em Maio de 1961, o Capitão Pereira Pinto chegou a Luanda para cumprir uma comissão nas Obras Militares, para que fora indevidamente nomeado.

Na altura estava em curso a resposta das forças portuguesas ao sangrento massacre dos Dembos, desencadeado pela UPA em Março. As nossas forças não dispunham de apoio adequado de Transmissões, nomeadamente as colunas militares que saíam de Luanda, para o Norte de Angola, sem qualquer tipo de comunicações rádio.

Foi imediatamente nomeado pelo QG da Região, para esta área operacional, em substituição da nomeação inicial, pois a sua competência era conhecida no QG desde os tempos do BTm3.

Foi com a preciosa colaboração do Capitão Pinto Correia, chefe da Delegação do STM, que lhe disponibilizou equipamentos adequados (AN/GRC-9), que, em poucos dias, o Capitão Pereira Pinto solucionou o problema e continuou a sua comissão em funções de Transmissões.

Mais tarde, em Moçambique, foi o Comandante das Transmissões na operação "Nó Górdio", operação de grande dimensão destinada a acabar com a guerra em Moçambique, visando o ponto forte da FRELIMO, para lhe retirar o controlo da população Maconde. O grande problema do Major Pereira Pinto consistia na reduzida fiabilidade do rádio CHP-1, fundamental para o fun-

> A Comissão de História das Transmissões, ao mesmo tempo que passa a considerar que o Tenente-General Pereira Pinto foi, indiscutivelmente, um dos "Vultos Relevantes da Arma de Transmissões", afirma a sua vontade em tomar outras iniciativas de homenagem, que permitam dar o devido relevo à sua dimensão militar e humana

cionamento das transmissões na operação, pois era considerado como "equipamento maldito" e já tinha sido rejeitado em Angola e na Guiné. No entanto, com os melhoramentos, entretanto introduzidos pelo fabricante e a modificação do sistema de alimentação por pilhas, impulsionada pelo próprio Pereira Pinto, os CHP-1 funcionaram impecavelmente.

Em 1963 escreveu um texto policopiado "Contribuição para o Estudo das Transmissões para a Guerra Subversiva", que tem o mérito e a particularidade de ser obra única sobre esta matéria.

Como Tenente-Coronel e Diretor do DGMT escreveu um outro texto que intitulou "Contribuição para o Estudo da Logística de Transmissões", também pioneiro, e que constituiu a base teórica das transformações que se iriam verificar na área da Logística das Transmissões.

Depois de promovido a Coronel foi nomeado comandante da Escola Prática de Transmissões (Lisboa), em Novembro de 1974, numa altura em que se viviam os momentos difíceis do PREC. Na sequência do 11 de Março de 1975, autorizou a realização de um plenário na Unidade, no decurso do qual tomou a iniciativa de pôr o seu lugar à votação, que perdeu em circunstâncias pouco claras, e teve que abandonar o Comando da Escola.

Anos mais tarde, quando lhe foi apontado o erro que cometera, esclareceu que contava ganhar a votação e por isso arriscou, pois se a votação lhe tivesse sido favorável o seu comando teria outra "força moral".

Em casos semelhantes, no Exército, um comandante era inevitavelmente afastado do serviço, em nome do princípio da "legitimidade revolucionária". No caso do Coronel Pereira Pinto felizmente tal não sucedeu. O Comandante do Exército teve o bom senso de aceitar a opinião de um colaborador direto, oficial de Transmissões, que lhe fez perceber o erro que seria privar a Arma de um dos seus oficiais mais competentes.

A "recuperação" do Coronel Pereira Pinto foi rápida e a forma brilhante como cumpriu uma missão ligada à Dinamização Cultural tirou quaisquer dúvidas sobre o acerto da decisão e permitiu que, alguns meses depois, fosse nomeado Diretor da Arma sem qualquer contestação.

Neste longo período que vai desde o posto de Tenente a Brigadeiro/Major-General, Pereira Pinto adquiriu uma espantosa experiência de toda a Arma, tendo estado em todos os passos que conduziram à sua criação e produziu valiosos trabalhos teóricos sobre as Transmissões. Não seria difícil prever que conseguisse ir longe como Diretor.

Para ele seria, naturalmente, prioritário o problema das Transmissões perante a evidente e inevitável necessidade de transformar o Exército, no período pós Guerra Colonial. Tinha duas soluções: ou esperava que o Exército iniciasse a sua remodelação, que as Transmissões necessariamente acompanhariam, ou então avançava o mais depressa possível com a reestruturação da Arma de Transmissões.

A primeira solução seria a mais corrente e que a prudência aconselhava. A segunda era muito arriscada, por envolver estudos detalhados, complexos e trabalhosos que dificilmente seriam aceites pelo EME, por poderem vir a comprometer a poste-

rior remodelação do Exército. Aliás nenhuma outra Arma ou Serviço seguiu este caminho.

Para muitos oficiais de Transmissões, a segunda solução representava "andar o carro à frente dos bois", e parecia exceder a capacidade da própria Arma, dada a dimensão dos estudos que implicava.

Ciente do risco que corria, o Brigadeiro Pereira Pinto teve a capacidade e o talento para, em cinco meses, elaborar, sozinho, o livro "Reflexões sobre a problemática da Arma de Transmissões". Foi um trabalho imenso e excecional, a que alguém chamou "a obra da sua vida", por não conhecer quem, no Exército, tivesse capacidade para algo de semelhante.

Mas não se ficou por aqui. Era preciso que o projeto tivesse a validação interna da Arma, essencial para obter a "força moral" necessária para a mobilizar, condição que considerava indispensável para viabilizar a sua reorganização.

Por isso distribuiu o projeto a todos os oficiais e sargentos do quadro permanente da Arma e convocou um Conselho da Arma Alargado, que não teve dificuldade em o aprovar.

A posterior aprovação do projeto, pelo Estado-Maior de Exército (EME), abriu novas perspetivas para a Arma, que se revelaram mobilizadoras do seu pessoal, em especial da geração dos oficiais engenheiros eletrotécnicos, que apresentou propostas arrojadas para empreendimentos de vulto, e que o Diretor teve o mérito de apoiar e defender calorosamente, para obter o indispensável sancionamento superior.

O sucesso de cada empreendimento dava origem a nova proposta, que o Diretor ponderava, apoiava e concretizava, num processo interativo e contagiante, que deu à Arma uma apreciável dinâmica e outra e maior dimensão ao projeto inicial.

Na parte final da concretização do projeto, com os contributos "de baixo para cima" integrados, o Tenente-General Pereira Pinto, juntamente com a remodelação da Arma, pretendia fundamentalmente o seguinte:

• Dar condições de funcionamento adequado às Unidades essenciais da Arma (Escola Prática de Transmissões e RT/STM);

Fonte: historiadastransmissões.wordpress.com.

• Reformular completamente a Logística de Transmissões;

• Criar um Batalhão de Transmissões de Campanha;

• Equipar totalmente o Exército português com material de Transmissões produzido em Portugal;

• Cooperar com o desenvolvimento tecnológico nacional, pondo à disposição da sociedade civil as inovações tecnológicas que o processo iria introduzir no Exército;

• Cooperar no aperfeiçoamento da qualificação profissional em Portugal na área da Eletrónica;

• Criar um sistema de controlo da ação desenvolvida e dinamização da Arma, em especial da jovem geração eletrotécnica.

Este ambicioso projeto teve a seguinte concretização até 1983, quando o Tenente-General Pereira Pinto terminou as suas funções de Diretor da Arma:

• A Escola Prática de Transmissões, entretanto transferida para o Porto, passou a ter condições para um desenvolvimento acrescido e atualizado das suas missões;

• No Regimento de Transmissões avançava-se com passos seguros para, em breve, dar o grande salto tecnológico da passagem do sistema analógico para o digital;

• O DGMT, com a inclusão do núcleo de Investigação e Desenvolvimento, que o projeto lhe acrescentou, ganhou nova dimensão e deu outra dignidade e eficácia à Logística de Transmissões;

• O Batalhão de Transmissões de Campanha não foi criado, como se previa, mas foi-se adquirindo progressivamente o material considerado necessário, a maior parte fabricado em Portugal, o que permitiu, mais tarde, a constituição e equipamento do BTm4 (Moçambique) e da CTm5 (Angola), Unidades pionei-

ras das Forças Armadas em missões de apoio à paz do âmbito da ONU, da NATO e da UE;

• Produziu-se o rádio P/PRC-425, distribuído a todas as Unidades do Exército e ainda em uso, com projeto e controlo da produção por oficiais da Arma e fabricado em Portugal, bem como muitos outros equipamentos;

• A criação do Laboratório de Circuitos Impressos de Furo Metalizado, no DGMT, do Laboratório de Circuitos Híbridos em cooperação com o LNETI e a criação do Curso de micro-soldadura que foram inovações tecnológicas introduzidas em Portugal pelas Transmissões e postas à disposição da sociedade civil;

• A criação, em Paço de Arcos, em colaboração com o Instituto de Emprego e Formação Profissional, dos primeiros cursos de Formação Profissional na Área da Eletrónica;

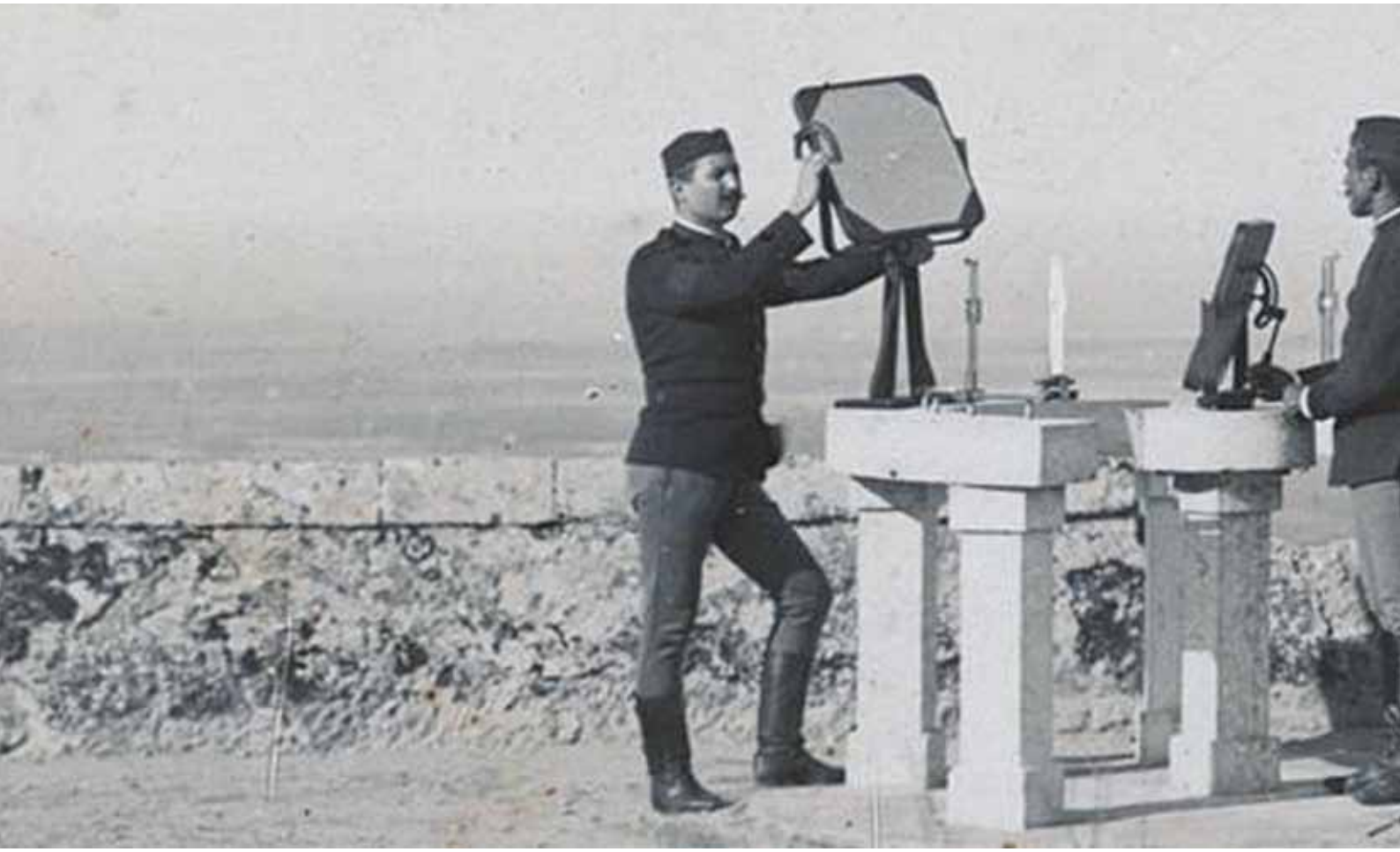
• A atualização e valorização técnica da Arma, que promoveu de forma pioneira no Exército, através da frequência, por oficiais da Arma, do primeiro curso de mestrado em engenharia eletrotécnica realizado no IST, em colaboração com o INESC;

• A instituição das Semanas da Arma destinadas a dar coerência, controlar o processo de mudança, em termos de gestão participativa por objetivos, e incentivar a capacidade técnica dos oficiais mais jovens, como continuadores do processo. Daí as Semanas incluírem o controlo dos objetivos fixados para o ano anterior para as diferentes Unidades, a apresentação da Diretiva Técnica, fixando os objetivos para o ano seguinte e a apresentação de trabalhos de natureza técnica, por parte dos oficiais convidados ou que o quisessem fazer.

A impressionante listagem apresentada é suficiente, e fala por si, para caracterizar a ação do Tenente-General Pereira Pinto, durante os oito anos de Diretor, e os resultados que obteve com a mobilização que conseguiu do pessoal da Arma, em especial da geração eletrotécnica, que foi a chave do sucesso do projeto.

Pode, por isso, afirmar-se que se tratou do "período de ouro da Arma", o que se julga ser consensual para as gerações que o atravessaram.

Depois de deixar a DAT e já retirado do serviço ativo, o Tenente-General Pereira Pinto con-



tinuou a interessar-se pelos problemas da Arma. Na fase de estudo que precedeu a extinção do DGMT, em 2002, lutou tanto quanto podia, junto do Chefe do Estado-Maior do Exército (CEME), para que tal não acontecesse, mostrando coerência ao defender o valor da obra feita e da eficiência do sistema logístico montado pela Arma de Transmissões. Prevaleceu a ideia da uniformização e do controlo unificado de todo o material do Exército, embora se acredite que a razão estava do seu lado.

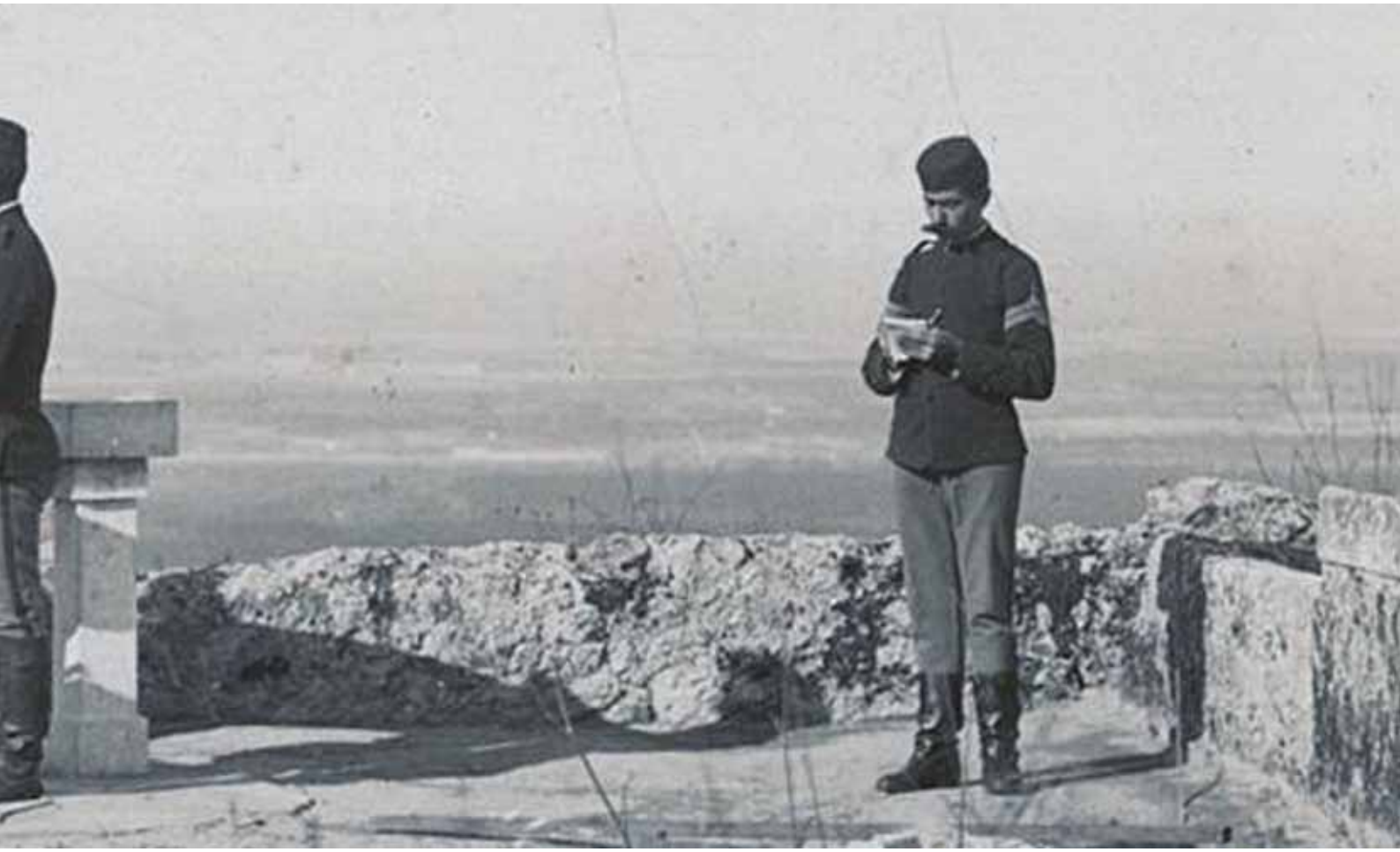
Em relação à CHT, embora a iniciativa da criação da Comissão tenha sido do general Garcia dos Santos, a ideia resultou da leitura de uma entrevista do Tenente-General Pereira Pinto, publicada na revista Mensagem, da EPT.

Na elaboração, pela CHT, do livro "As Transmissões Militares Da Guerra Peninsular ao 25 de Abril" publicado em 2008, o papel do Tenente-General Pereira Pinto foi fundamental. Sem as suas "Memórias" relativas ao período de 1950 a 1983 e o seu meticuloso trabalho sobre as Transmissões na Guerra Colonial, o livro só poderia ter saído muito mais tarde para poder apresentar o mesmo rigor e coerência no tratamento daqueles períodos.

Posteriormente, em 2009, no ano anterior à sua morte, apresentou ainda, com evidente sacrifício, o seu último trabalho relativo ao texto do livro da CHT. Como de costume foi pioneiro. Ninguém fez um comentário com igual profundidade e qualidade e que não poderá deixar de ser considerado em nova edição do livro.

Uma das razões que levou a elaborar este texto está ligada ao facto de, no livro que a CHT publicou, o Tenente-General Pereira Pinto não ter sido apontado como Vulto Relevante, como era inevitável, para cumprir o critério adotado de só dar tal estatuto a personalidades já falecidas, para garantir o desejável distanciamento e não ferir suscetibilidades. Com o seu falecimento o livro ficou, assim, desatualizado.

Para terminar, a CHT, ao mesmo tempo que passa a considerar que o Tenente-General Pereira Pinto foi, indiscutivelmente, um dos "Vultos Relevantes da Arma de Transmissões", afirma a sua vontade em tomar outras iniciativas de homenagem, que permitam dar o devido relevo à sua dimensão militar e humana.



Fonte: historiadastransmissões.wordpress.com.

jornal do **Exército**

Pretendo assinar o *Jornal do Exército*

Para encomendar basta fotocopiar o cupão e enviar para *Jornal do Exército*, Largo S. Sebastião da Pedreira – 1069-020 LISBOA

Nome: _____ Profissão: _____

Morada: _____

Código Postal: _____ Localidade: _____ Telefone: _____

(Só para Militares) Posto: _____ Ramo das FA: _____ NIF: _____

Assinatura Anual – Continente e Ilhas: € 20.00 - Via Aérea: Países Europeus € 45.00 - Restantes Países € 65.00
Para pedido de números atrasados, ou encadernações, contacte-nos para: Largo S. Sebastião da Pedreira - 1069-020 Lisboa, Tel: 213 567 700 ou via email: jornal.exercito@sapo.pt

PARA PAGAMENTO DA MINHA ASSINATURA

TRANSFERÊNCIA BANCÁRIA: Nacional 0781 0112 0112 0011 6976 9 – D.G.T.

CHEQUE: junto envio o Cheque n.º - _____ s/Banco - _____ à ordem da Instituto de Gestão da Tesouraria e do Crédito Público, IP.

VALE POSTAL Nº _____ no valor de _____

MILICIA

WWW.MILICIAPRO.COM

SEDE
Showroom
Nova Loja

+80 Marcas
Loja 170M²
Showroom 180 M²
Estacionamento
700 M² Armazém

FARDAMENTO
EQUIPAMENTO
SEGURANÇA

5.11 TACTICAL SERIES

BLACKHAWK!

Aimpoint, American Body Armor, AmeriGlo, Arktis, Armor Accessories, Bates, BCB, Bianchi, C-A-T, Sam Medical CAA Tactical, Cadex, CamelBak, Crimson Trace, Defcon 5, Defense Technology, Eagle, Eberlestock, ESS, Explorer First Choice, Fisher Labs, Forensics Source, Peli, GoldEck, Hatch, Hawke, Hellstorm, Hiatt, Inova, Lansky, Ledwave Libervit, Marlow, Maxpedition, MOD, Monadnock, Oakley, Otis, Fox, Peltor, Protech, Quickstep, Savvy Armor Second Chance, Seeker, Sog, Suex, SureFire, Tactical Medical, Taser, TSSI, United Shield, Garret, Tristar Armored Cars

Visite-nos na Av Poeta Eugénio de Andrade, nº 1267 - Canidelo VNG
coordenadas GPS: 41,115871 / -8,648119

PLANO DE SAÚDE DENTÁRIO EXCLUSIVO

PARA OS MILITARES E CIVIS DO EXÉRCITO PORTUGUÊS, INCLUINDO AS SUAS FAMÍLIAS

Já não custa ter um sorriso bonito e uma boca saudável

Preço: 30€ pessoa/ano - (Preço família, especial de lançamento 75€/ano incluíndo cônjuge e descendentes)

VANTAGENS:

- Mais de **3000 médicos dentistas** à sua disposição em todo o território nacional e ilhas.
- **Todas as especialidades cobertas** e todos os tratamentos que possa necessitar.
- **Clínicas seleccionadas** que cumprem os máximos standards de Qualidade.
- **Redução dos custo nos tratamentos em mais de 50% do preço privado** (ver tabela completa na página Web).
- **Tratamentos preventivos e mais frequentes SEM CUSTO**.

TRATAMENTOS	PLANO DE SAÚDE EXÉRCITO / DENTALREDE	PREÇOS MÉDIOS EM PRIVADO
CONSULTAS E VISITAS DE ESPECIALIDADE	SEM CUSTO	30,00€
DESTARTARIZAÇÃO (LIMPEZA)	SEM CUSTO	40,00€
RADIOGRAFIAS	SEM CUSTO	10.00€
COROAS E PONTES DE CERÂMICA	240.00€	400.00€
ORTODÔNTIA	255,00€ (POR APARELHO)	500,00€ (POR APARELHO)
EXTRACÇÕES SIMPLES	SEM CUSTO	30,00€

Ver toda a informação
www.Dentalrede.pt/parceiros/exercito português

INSCREVA-SE JÁ!!!

Fale connosco através do

☎ **808 201 665**

€2,00 (IVA incluído)
Ano LIII - N.º 614
Fevereiro de 2012

jornal do Exército

Exército Português no Líbano

Soluções mais55

Connosco o seu ordenado ou reforma tem mais valor.

Adira à Super Conta mais55 e saiba tudo o que o seu ordenado ou reforma lhe podem dar.

No Santander Totta trabalhamos todos os dias mais para merecer a confiança dos nossos Clientes. Para lhe podermos disponibilizar as soluções que dão mais valor ao seu ordenado ou reforma.

Domicilie o seu ordenado ou reforma no mínimo por 25 meses e receba, sem sorteio, à sua escolha:

Oferta Exclusiva

Câmara de Filmar Toshiba Camileo P20

Máquina de Café Delta Qool

LCD AV Toshiba 19"

GPS Garmin nüvi 2200

Máquina Fotográfica Samsung ES80

Para ordenados a partir de 375€ ou reformas a partir de 300€*	Para ordenados ou reformas a partir de 1.500€*

Conheça ainda as Soluções de Poupança mais55 que oferecem ao seu dinheiro toda a segurança com uma rentabilidade muito atractiva!

* O valor mínimo de ordenado ou reforma líquido domiciliado para acesso a um dos equipamentos é de 375€ e 300€ respectivamente, excepto para o LCD TV que é de 1.500€. O pedido de equipamento deve ser efectuado pelo Cliente até 31 de Dezembro de 2011 (válido para novas domiciliações de ordenado ou reforma), devendo a 1ª domiciliação de ordenado ou reforma e reclamação do equipamento ocorrer nos 3 meses subsequentes. Caso cessem as domiciliações de ordenado ou reforma, antes de decorridos 25 meses, por causa não imputável ao Banco, o Cliente deverá devolver o valor de 300€ no caso do LCD TV e 150€ para os restantes equipamentos, na proporção do prazo não decorrido. Oferta limitada ao stock existente. A qualidade do equipamento e a sua garantia são da responsabilidade exclusiva dos fornecedores.

Santander Totta
O Valor das Ideias

PROTOCOLO

Jornal do Exército
ÓRGÃO DE INFORMAÇÃO, CULTURA E RECREIO DO EXÉRCITO PORTUGUÊS, CRIADO POR PORTARIA DE 14JUL60

Capa

Foto © Lusa

Monumentos com História Militar
Fortaleza de Nossa Senhora da Conceição
de Ormuz – 4
Editorial – 5
Figuras e Factos – 6 a 11
Parábola Cúbica – 12
Livros – 44
Saúde: Diabetes Ocular – 46

OS DESAFIOSATUAIS ÀS INFORMAÇÕES
MILITARES – 14

A Medicina Militar
no tempo das Invasões Francesas – 34

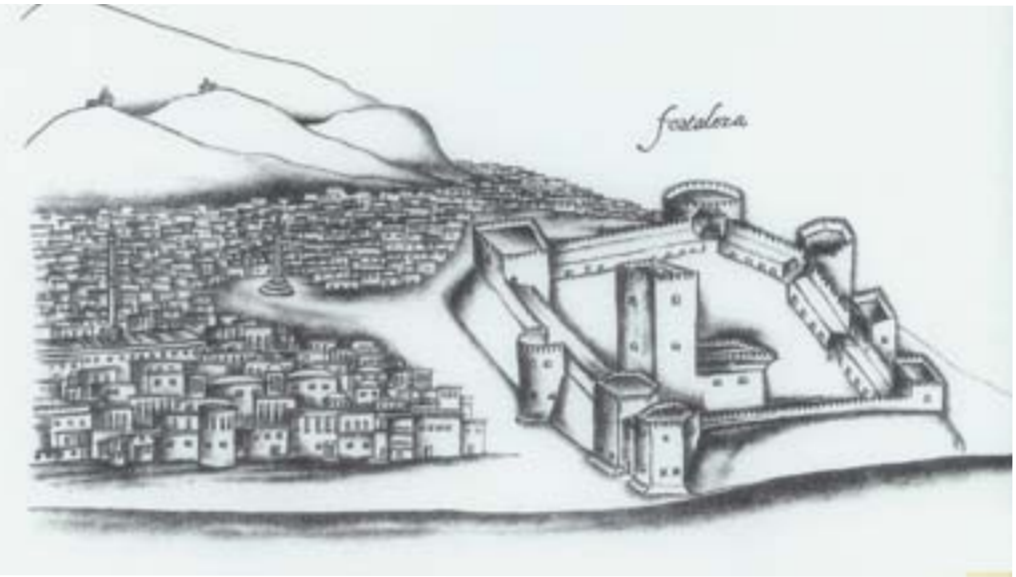
A intervenção humanitária:
Do Kosovo à Líbia – 24

Suplemento Banda Desenhada:
“A Portuguesa – História de um Hino”
Pág: XVII a XX

Os artigos publicados com indicação de autor são da inteira responsabilidade dos mesmos, não refletindo, necessariamente, o pensamento da Chefia do Exército Português

PROPRIEDADE DO ESTADO-MAIOR DO EXÉRCITO
Direção, Redação e Administração: Largo de S. Sebastião da Pedreira, 1069-020 Lisboa, Telef: 213 567 700, Fax Civil: 213 567 791 Militar: 414 091, E-mail: jornal.do.exercito@mail.exercito.pt, jornal.exercito@sapo.pt, E-mail - Intranet: Jornal do Exército, Home page: www.exercito.pt DIREÇÃO - Diretor: Coronel de Infantaria José Custódio Madaleno Geraldo; Sub-Diretor: Tenente-Coronel J. Pinto Bessa. REDAÇÃO - Chefe: Tenente-Coronel J. Pinto Bessa; Assistente de Redação: 1.º Sargento Anjos Das Neves; Redatores: Alferes RC Nelson Cavaco, Alferes RC Filipa Domingos; Operadoras Informáticas: Assistente Técnica Elisa Pio, Assistente Técnica Guiomar Brito; SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS - Chefe: Tenente-Coronel António N. Marcos Andrade; Auxiliares Sargento-Ajudante João Belém, Sargento-Ajudante Luís Silva; Operadoras Informáticas: Assistente Técnica Joana Moita; Assistente Técnica Tânia Espírito Santo; COLABORAÇÃO FOTOGRÁFICA - Lusa - Agência de Notícias de Portugal, SA; Centro de Audiovisuais do Exército RCRPP/GabCEME; EXECUÇÃO GRÁFICA - PERES - SOCTIP Indústrias Gráficas, SA, Estrada Nac. 10, Km. 108,3 - Porto Alto, 2135-114 Samora Correia, Telef. 263 009 900 - Fax 263 009 999, acosta@peres-soctip.pt Tiragem - 6 000 exemplares Depósito Legal - nº 1465/82 ISSN - 0871/8598

Fortaleza de Nossa Senhora da Conceição de Ormuz



Ormuz (Desenho nas Lendas da Índia de Gaspar Correia, vol.III. Meados do século XVI.) (MARJAY, F. P. (dir.), Navegadores Portugueses - Heróis do Mar, Lisboa, Livraria Bertrand, 1970, p.79).

Ormuz foi uma importante cidade marítima situada à entrada do golfo Pérsico, localizada na ilha de Gerun, atualmente pertencente à República Islâmica do Irão. A posição estratégica que ocupava no golfo Pérsico conferia-lhe particular importância no controle do comércio da região no século XV.

Portugal, movido pelo seu espirito militar e evangelizador, nesse mesmo século inicia a reconquista do norte de África, transpondo rapidamente os seus interesses para a área comercial, fruto do conjunto de viagens e explorações marítimas da Era dos Descobrimentos.

Sob o comando de Afonso de Albuquerque - um dos mais determinantes fidalgos portugueses para o estabelecimento do império português - Ormuz é conquistada pela primeira vez, em 1507.

Afonso de Albuquerque fundeou a sua armada e, antes de entrar em confrontos, negociou com Coge Agar, o senhor da cidade, a sua rendição e o pagamento de um tributo em sinal de vassalagem ao Rei de Portugal.

Coge Agar recusou a proposta de rendição, iniciando-se uma dura batalha que culminaria com a vitória portuguesa. Como resultado da derrota, o soberano de Ormuz ficaria obrigado a pagar um tributo anual e, ficaria também acordado, o início da construção de uma fortaleza, cuja primeira pedra foi lançada em 24 de outubro desse mesmo ano. Chamar-se-ia fortaleza de Nossa Senhora da Vitória.

Durante a sua construção, registou-se o chamado "Motim dos Capitães". Em janeiro de 1508, apoiados pelo soberano de Ormuz, três capitães portugueses, que não acolheram bem a medida de construção da fortaleza, sob o risco de ficarem fixos a um ponto em vez de navegarem pelos mares em busca das naus muçulmanas carregadas de riqueza, revoltaram-se contra as forças de Albuquerque, culminado com a retirada dos portugueses da cidade e o abandono da construção da fortaleza.

Em março de 1515, Albuquerque regressou a Ormuz com o objetivo de reconquistar a cidade perdida. Consciente da sua mais-valia estratégica e política, económica e comercial, Afonso de Albuquerque não descansou enquanto não atingiu tal feito. Em 1 de abril ocupará novamente a antiga fortaleza, retomando a sua construção, agora sob a invocação de Nossa Senhora da Conceição.

Por volta de 1515, o cronista João de Barros retratou a importância de Ormuz da seguinte forma:

"A cidade em sy é muy magnifica em edificios, grossa em tracto por ser hua escala onde concorrem todalas mercadorias orientaes e occidentaes a ella, e as que vem da Persea, Armenia e Tartaria que lhe jazem ao norte: de maneira que nam tendo a ilha em sy cousa propria, per carreto tem todalas estimadas do mundo /...../ a cidade é tam viçosa e abastada, que dizem os moradores della que o mundo é hum anel e Ormuz hua pedra preciosa engastada nelle" (João de Barros, Décadas da Ásia II, L. II cap.2)

À época, os principais portos do golfo Pérsico e da Arábia encontravam-se sob o domínio do reino de Ormuz que, com a tomada da cidade pelos portugueses, se tornaram todas tributárias do Rei de Portugal. Alcançada esta vitória, os portugueses ficaram em controle da rede de distribuição de comércio inter-regional do Oriente, tendo Afonso de Albuquerque considerado Ormuz como a terceira chave do Império Português na Ásia, juntamente com as praças-fortes de Goa e Malaca.

O forte de Ormuz situa-se na extremidade da ilha, separado por um fosso, apresentando uma planta de formato quadrangular.

Alferes RC Nelson Cavaco

INFORMAR PARA BEM SERVIR

Portugal foi eleito como membro não-permanente do Conselho de Segurança das Nações Unidas (CSNU) para o biénio 2011-2012, assumindo a presidência deste órgão durante o mês de novembro. Portugal foi responsável pela gestão da agenda do CSNU e presidiu a todas as suas sessões tendo agido como seu porta-voz. A presidência como se sabe é exercida rotativamente por todos os membros do Conselho que é composto também pelos seguintes países: EUA, África do Sul, Federação Russa, China, Gabão, Nigéria, Reino Unido, Alemanha, Líbano, Brasil, Bósnia-Herzegovina, Colômbia, Índia e França.

O Presidente da República Portuguesa, Professor Doutor Aníbal Cavaco Silva, Comandante Supremo das Forças Armadas, presidiu no dia 9 de novembro de 2011 ao debate aberto do CSNU, sobre o tema "proteção de civis em conflitos armados", assinalando assim o início do mandato de Portugal à frente do Conselho de Segurança.

A sua intervenção pautou-se por uma defesa enérgica da língua portuguesa, referindo que o Conselho de Segurança conta no momento com dois países que se expressam nesta língua, Portugal e Brasil, "sinal expressivo do seu compromisso inequívoco com a promoção dos valores da paz, da segurança e do respeito pelos direitos inalienáveis de todos os seres humanos". Acrescentou que o português é "um dos idiomas em maior expansão no mundo, sendo a terceira língua europeia, em número global de falantes, e a sexta a nível mundial" e que faria todo o sentido que fosse elevada a língua oficial da ONU.

Segundo a jornalista Luísa Meireles, Cavaco Silva aproveitou também para expor a posição portuguesa sobre a temática da intervenção humanitária em situações de conflito, dizendo que Portugal não só condena os ataques que têm os civis como alvo, como advoga a intervenção da ONU e em especial do Conselho. "Portugal condena da forma mais veemente possível todos os ataques que tiveram e têm os civis como alvo", disse Cavaco Silva, destacando em particular os casos da Líbia, da região dos Grandes Lagos, do Afeganistão, do Iraque e da Síria. Tendo afirmado ainda que "Vítimas não são somente aqueles que são parte no conflito, que são mortos, mutilados ou feridos por integrarem um exército regular ou um grupo de combatentes, são de facto os civis que continuam a sofrer, em larga escala, os efeitos diretos das guerras".

O *Jornal do Exército* partilha com os seus leitores esta temática oportuna e pertinente intitulada "A intervenção humanitária: Do Kosovo à Líbia", da autoria da nossa habitual colaboradora Prof. Doutora Maria do Céu Pinto, que nos refere o seguinte "o conceito de intervenção humanitária foi sendo desenvolvido ao longo da década de 1990 como a "responsabilidade de proteger" [RdP]: os Estados têm a responsabilidade primária de proteger os seus cidadãos de genocídio, de morte em massa e de limpeza étnica e que quando eles provarem ser incapazes ou não demonstrarem vontade de cumprir com esta obrigação, a responsabilidade de proteger é transferida para a comunidade internacional."

Da autoria do Tenente-Coronel de Engenharia Rui Vieira transcrevemos um seu artigo baseado na sua experiência pessoal no Afeganistão e na EUROFOR.

Revisitamos também o período da Guerra Peninsular com o artigo "A Medicina Militar no tempo das Invasões Francesas", da autoria do Tenente-Coronel Médico Rui Pires de Carvalho.

O Engenheiro Zúquete traz-nos mais uma das suas curiosas histórias.

José Pires, o célebre autor de Banda Desenhada, brinda-nos com mais quatro páginas inéditas do seu trabalho "Contra os canhões marchar, marchar! A Portuguesa: História de Um Hino"

José Custódio Madaleno Geraldo
Coronel de Infantaria

Secretário de Estado em visita ao Instituto dos Pupilos do Exército e Colégio Militar

No dia 31 de janeiro o Secretário de Estado Adjunto e da Defesa Nacional (SEADN), Dr. Paulo Braga Lino, realizou uma visita ao Instituto dos Pupilos do Exército (IPE), acompanhado pelo Chefe do Estado-Maior do Exército (CEME), General Artur Neves Pina Monteiro, e pelo Comandante da Instrução e Doutrina, Tenente-General Francisco António Correia. A visita iniciou-se com uma receção e apresentação de cumprimentos no Auditório da 2.ª Seção, seguindo-se um brífingue no mesmo local, onde o SEADN e o CEME tiveram a oportunidade de colocar algumas questões. Após o brífingue, a

cargo do Major-General António Francisco Alves Rosa, diretor do IPE, seguiu-se uma visita pelas instalações escolares e desportivas da 2.ª Seção, assim como da 1.ª Seção, onde a delegação visitou as instalações do internato, blocos de aulas e área museológica da Unidade.

No cumprimento desta agenda, o SEADN, Dr. Paulo Braga Lino, seguiu durante a manhã para o Colégio Militar (CM), onde foi recebido pelo Coronel Tirocinado Fernando Joaquim Alves Cóias Ferreira. Após a apresentação de cumprimentos, que decorreu na Biblioteca deste estabelecimento militar de ensino, onde estiverem presentes representações de oficiais, professores, sargentos, praças e funcionários civis, o Diretor do Colégio Militar guiou a comitiva pelo Museu do CM, efetuando um brífingue sobre o projeto educativo desta escola. A visita culminou com a assinatura do Livro de Honra.

Tomada de Posse do Tenente-General Vice-CEME

No dia 6 de janeiro, teve lugar no Gabinete do Chefe do Estado-Maior do Exército, a Cerimónia de Tomada de Posse do Tenente-General Vice-Chefe de Estado-Maior do Exército (VCEME) .

A cerimónia contou com a presença de toda a estrutura superior do Exército, tendo sido empossado no cargo o Tenente-General António Carlos de Sá Campos Gil.

Após a leitura do Decreto-Lei do Presidente da República n.º 15/2012, de 6 de janeiro o CEME, General Artur Neves Pina Monteiro, usou da palavra, aproveitando a ocasião para desejar ao Tenente-General VCEME as maiores venturas nas funções que assumiu.

CEME visita Comando do Pessoal

O General Artur Neves Pina Monteiro, Chefe do Estado-Maior do Exército (CEME), efetuou, em 17 de janeiro, uma visita de trabalho ao Comando do Pessoal, no âmbito do Plano Geral de Visitas do General CEME às U/E/O do Exército em 2012.

A visita iniciou-se com a receção do General CEME pelo Tenente-General Luís Miguel de Negreiros Morais de Medeiros, Ajudante-General do Exército, à Porta de Armas do Quartel de Santo Ovídio, no Porto, seguindo-se a apresentação de cumprimentos, no Salão Nobre do Comando do Pessoal.

De seguida foi efetuada uma apresentação pelo Chefe do Estado-Maior do Comando do Pessoal, sobre a situação atual dos recursos humanos no Exército e as principais atividades do Comando do Pessoal, à qual assistiram os representantes das direções e dependências deste Comando.

Após o brifingue, realizou-se um almoço no Salão Nobre do Quartel de Santo Ovídio, que contou com a participação de Oficiais Generais na situação de reserva e reforma.

A visita culminou com a assinatura, pelo General CEME, do Livro de Honra do Comando do Pessoal.

CEME visita Comando de Instrução e Doutrina

O Chefe do Estado-Maior do Exército (CEME), General Artur Neves Pina Monteiro, visitou no dia 19 de janeiro o Comando da Instrução e Doutrina (CID), em Évora.

Depois da apresentação de cumprimentos da estrutura de Comando do CID na Sala de Honra do Quartel dos Castelos, realizou-se a reunião de trabalho traduzida na apresentação de um brifingue no Auditório efetuado pelo Comandante da Instrução e Doutrina, Tenente-General Francisco António Correia. Na reunião estiveram presentes os Comandantes, Diretores e Chefes das Unidades, Estabelecimentos e Órgãos dependentes do CID.

Tomada de Posse do novo Inspetor-Geral do Exército

O Tenente-General António José Maia de Mascarenhas tomou posse como Inspetor-Geral do Exército (IGE), no dia 1 de fevereiro, no gabinete do General Chefe do Estado-Maior do Exército (CEME).

O ato foi formalizado com a leitura do despacho de nomeação e com a assinatura do termo de posse pelo empossado e pelo General CEME.

No dia 2 de fevereiro, no salão nobre da IGE, o Tenente-General Maia de Mascarenhas, apresentou-se perante os militares e civis que prestam funções na IGE, congratulando-os pelo trabalho efetuado até à data e perspetivando o futuro durante o seu mandato.

Visita do CEME à Zona Militar dos Açores

Integrado no plano geral de visitas às Unidades do Exército, o Chefe do Estado-Maior do Exército (CEME), General Artur Neves Pina Monteiro, visitou a Zona Militar dos Açores no período de 1 a 3 de fevereiro.

No dia 2 destaca-se o encontro com o Presidente do Governo Regional dos Açores, Dr. Carlos Manuel Martins do Vale Cesar, realizado no Forte de S. Brás e a visita ao Regimento de Guarnição N.º 2 (RG2).

No RG2, acompanhado pelo Major-General Comandante da Zona Militar dos Açores, o CEME foi recebido com as honras regulamentares, seguindo-se o almoço na messe de Oficiais do Regimento. No final do almoço foi feita uma evocação das unidades antecessoras do RG2, o GAG1 e o RIPD onde serviu em 1978 e 79. À data, o então Capitão Pina Monteiro, foi o primeiro Comandante da 1.ª companhia de atiradores aqui levantada, facto este que fez questão de frizar, como sendo um motivo de orgulho na sua carreira militar.

Após o almoço, o RG2 teve a oportunidade de mostrar ao Comandante do Exército, uma exposição, subordinada ao tema, "Capacidades do RG2". Foram apresentadas as capacidades operacionais, nas suas duas vertentes (infantaria e artilharia) e as capacidades para o apoio à Proteção Civil, que têm uma importância acrescida no arquipélago dos Açores. Durante esta atividade e apesar da chuva, o General Pina Monteiro fez questão de falar aos militares presentes. Este foi um gesto simbólico, mas que para os militares do Regimento teve grande importância, pois funcionou como uma inequívoca demonstração de que todas as dificuldades podem ser ultrapassadas se transformadas em desafios.

Seguiu-se uma visita às obras em curso no Regimento, onde o CEME teve a oportunidade de se aperceber dos melhoramentos feitos nos últimos anos, das obras atualmente em curso (executadas por militares do RG2), e das obras futuras, que revelam a importância que o Exército tem dado ao Regimento no período mais recente.

O ponto alto da visita deu-se no Salão Nobre do Regimento, aquando da apresentação de cumprimentos pelos militares e civis ao Comandante do Exército. O General Pina Monteiro dirigiu importantes palavras sobre o estado atual do Exército, apelou ao espírito de coesão e ao sentido de responsabilidade dos militares. Enalteceu o valor do soldado português destacando o soldado açoriano e o seu sentido de justiça. Apresentou os principais desafios que o Exército atravessa neste momento de crise, e por fim, pôs-se à disposição dos presentes para prestar qualquer esclarecimento.

Antes da saída do General CEME, houve ainda lugar para a assinatura do Livro de Honra do Regimento e para a audiência entre o General CEME e o Comandante do RG2, Coronel de Artilharia Monteiro Fernandes.

No dia 3 efetuou a visita ao Regimento de Guarnição N.º 1 (RG1) onde foi recebido pela Guarda de Honra à entrada do Forte de S. João Batista.

A ocasião serviu para presenciar uma mostra de capacidades do RG1, na vertente de Proteção Civil.

Finalizou a visita com a assinatura do Livro de Honra.

Mestrado em Museologia

No dia 6 de dezembro de 2011, pelas 15h00, na Faculdade de Letras da Universidade do Porto, foi apresentado, pela Segundo-sargento Mariana Jacob Teixeira, o trabalho de projeto para cumprimento dos requisitos necessários à obtenção do grau de Mestre em Museologia, realizado sob a orientação científica da Professora Doutora Alice Lucas Semedo.

A investigação, denominada "A natureza e gestão das colecções dos Museus Militares na dependência da Direcção de História e Cultura Militar", foi autorizada pelo Vice-Chefe do Estado-Maior do Exército

e contou com o apoio da Direção de História e Cultura Militar (DHCM).

O objecto de estudo selecionado foi o universo constituído pelos seis Museus Militares que se encontram na dependência da DHCM do Exército Português.

O trabalho de projeto encontra-se disponível para consulta na Faculdade de Letras da Universidade do Porto, no Instituto dos Museus e da Conservação, na Biblioteca do Exército, na DHCM, bem como nos Museus Militares que constituíram o objeto de estudo.

Zona Militar da Madeira recebe CEME em visita de trabalho

No dia 13 de fevereiro, o Chefe do Estado-Maior do Exército (CEME), General Artur Neves Pina Monteiro, efetuou uma visita de trabalho à Zona Militar da Madeira (ZMM) no âmbito do "Plano Geral de Visitas do General CEME" às U/E/O do Exército, para 2012.

O General CEME foi recebido pelo Major-General Tiago Vasconcelos, Comandante da ZMM, no quartel da Unidade de Apoio do Comando da Zona Militar da Madeira (UnAp/CmdZMM), onde foram prestadas as honras militares regulamentares e decorreu a apresentação de cumprimentos por parte dos Comandantes, Diretores e Chefes das Unidades e Órgãos da ZMM, assim como pelas respetivas delegações de Oficiais, Sargentos, Praças e Funcionários Civis.

Posteriormente, o General CEME recebeu um brifingue, pelo Comandante da ZMM, no qual foi exposta a situação da Zona.

Após uma breve visita à Unidade, deslocou-se ao Regimento de Guarnição N.º 3, tendo efetuado uma breve visita às instalações, após o almoço, no qual teve ainda oportunidade de contactar com militares na situação de reforma residentes na Região Autónoma.

Durante a sua estada o General CEME teve ocasião de testemunhar as excelentes relações institucionais existentes entre a ZMM e as entidades oficiais regionais, aquando da apresentação de cumprimentos protocolares às suas mais altas entidades, nomeadamente na Quinta Vigia, com o Presidente do Governo Regional da Madeira, Dr. Alberto João Jardim; na Assembleia Legislativa da Madeira com o seu Presidente, Dr. Miguel Mendonça, e no Palácio de São Lourenço com o Representante da República, Juiz Conselheiro Ireneu Cabral Barreto.

CEME visita a Brigada de Intervenção

A Brigada de Intervenção (BrigInt) recebeu no dia 16 de fevereiro a visita do Chefe do Estado-Maior do Exército (CEME), General Artur Neves Pina Monteiro.

O General CEME foi recebido com honras militares prestadas pela Guarda de Polícia, seguindo-se o tradicional cumprimento de boas vindas no Salão Nobre do aquartelamento.

O Comandante da BrigInt, Major-General Antunes Calçada, apresentou um brífingue no Auditório do Comando, onde expôs a situação da Brigada, os trabalhos em curso, as dificuldades e os desafios a alcançar. Ao longo deste brífingue, o General CEME, foi intervindo, pedindo esclarecimentos e clarificando os presentes, designadamente sobre aspetos que se encontram na ordem do dia e que mais preocupam os militares e o Exército.

Terminado o brífingue, e aproveitando a estadia em Coimbra, o General CEME deslocou-se também ao Centro de Saúde Militar de Coimbra em visita de trabalho.

Seguidamente decorreu um almoço convívio no Aquartelamento de Sant`Anna, onde, além dos militares e civis do Comando e Unidade de Apoio e dos participantes na visita de trabalho, também aceitaram estar presentes os antigos comandantes da Região Militar do Centro e Brigada Ligeira de Intervenção.

Após o almoço, e para finalizar o evento, ainda houve disponibilidade para realizar uma visita às instalações e proceder à assinatura do Livro de Honra da BrigInt.

CEME visita Comando das Forças Terrestres

No dia 26 de janeiro, o Chefe do Estado-Maior do Exército (CEME), General Artur Neves Pina Monteiro, visitou o Comando das Forças Terrestres (CFT).

Foi recebido com as honras militares regulamentares prestadas pela Guarda de Polícia, seguindo-se a tradicional apresentação de cumprimentos de boas vindas, na Sala de Honra deste Comando, onde estiveram presentes, a estrutura de Comando com todos os Comandantes de Brigada, Zonas Militares, Diretor de Comunicações e Sistemas de Informação, Comandantes das Forças de Apoio Geral, Centro de Segurança Militar e de Informações do Exército e Unidade de Apoio na dependência direta do Tenente-General CFT.

No cumprimento do programa da visita seguiu-se um brífingue onde o Adjunto do Comandante das Forças Terrestres, Major-General Martins Ribeiro, fez um ponto de situação respeitante aos Elementos da Componente Operacional do Sistema de Forças (ECOSF) do Exército onde, entre outros assuntos, foi abordado o impacto da atual situação Orçamental e dos Recursos Humanos disponíveis, no treino e prontidão operacional dos ECOSF.

Findo o brífingue teve lugar, no Centro de Operações Terrestres, um *Staff update*, onde o General CEME, pode tomar conhecimento do ponto de situação das Forças Nacionais Destacadas nos Teatros de Operações (TO) do Kosovo, Líbano, Afeganistão e Uganda e ainda de todas as atividades que se encontram em curso e cujo acompanhamento diário é levado a cabo pelo Estado-Maior do CFT.

No decurso do *Staff update* teve ainda lugar uma vídeo-conferência com os TO do Kosovo, do Líbano e do Afeganistão onde o General CEME teve oportunidade de falar com os respetivos Comandantes.

Pelas 12h30 teve lugar um almoço volante no Rancho Geral onde o General CEME se dirigiu aos Oficiais, Sargentos, Praças e Funcionários civis que prestam serviço no CFT.

A assinatura do Livro de Honra finalizou a visita.

Unidade de Engenharia 11 no Líbano

A Unidade de Engenharia 11 (UnEng11), comandada pelo Tenente-Coronel Paulo Costa, iniciou o aprontamento em 11 de julho de 2011 e foi projetada para o Teatro de Operações do Líbano em 16 de janeiro de 2012, para render a UnEng10, comandada pelo Tenente-Coronel Barros Sepúlveda.

Coube à Brigada Mecanizada a organização e o aprontamento da FND/UNIFIL, empenhando uma Estrutura Operacional de Pessoal 120 elementos do Exército, contemplando 12 Oficiais, 36 Sargentos e 72 Praças, e mais 11 de Timor, correspondente a um Oficial, um Sargento e 9 Praças.

O ambiente multinacional onde se inserem as Forças Nacionais Destacadas no Líbano, acarreta alguns requisitos particulares que não podem deixar de ser considerados num quadro de aprontamento e preparação das Forças, nomeadamente a capacidade para conduzir, simultaneamente, tarefas de Ajuda Humanitária e Construção Vertical e Horizontal, sem nunca descurar a Proteção da Força.

Decorrente dos requisitos acima referidos a UnEng11 tem os seguintes trabalhos em execução:

Pequenas reparações - UNP 2-31 - Ubique Camp;

Construção de quatro posições defensivas na UNP 6-5 (IRISHBATT);

Construção de três posições defensivas na UNP 1-0A (GHANBATT);

Execução das fundações para painéis fotovoltaicos (GREEN HILL);

Nivelamento de plataforma usada como local de vazamento (GREEN HILL);

Execução de drenagem numa plataforma em Shama.

Dia do Comando do Pessoal

O Comando do Pessoal (CmdPess) realizou no dia 26 de novembro o seu dia festivo. Nesse âmbito, planeou, organizou e conduziu, o V Torneio de Golfe do Comando do Pessoal, as Jornadas do Comando do Pessoal 2011, o lançamento do livro "O Afeganistão" e o IV Ciclo de Conferências de Gestão de Recursos Humanos. Realizaram-se ainda, as Cerimónias Comemorativas do Dia desta unidade.

O V Torneio de Golfe organizado pelo ComdPess com o apoio técnico do Clube de Golfe do Exército (CGE) decorreu a 4 de novembro. A prova, realizada na Quinta da Barca, em Esposende, teve como vencedores o Major-General Diamantino Correia e o Coronel João Ambrósio.

As Jornadas do CmdPess aconteceram por sua vez no dia 9 de novembro, com a finalidade de difundir orientações, determinações e informação pertinente no âmbito da Gestão dos Recursos Humanos. O evento contou com a presença de todos os Oficiais de Pessoal das Unidades de Apoio do Exército, o que permitiu potenciar e acrescentar mais valias à iniciativa.

O Lançamento do livro "O Afeganistão" decorreu, no dia 16 de novembro, no Salão Nobre do Quartel de Santo Ovídio. Iniciativa promovida pelo Programa D. Afonso Henriques com o apoio do Comando do Pessoal. A cerimónia foi presidida pelo Tenente-General Ajudante-General do Exército Luis Miguel de Negreiros Morais de Medeiros e contou com a presença de diversas entidades civis e militares. A apresentação do livro esteve a cargo do Professor Doutor Ivo Sobral, da Universidade Fernando Pessoa.

O IV Ciclo de Conferências de Gestão de Recursos Humanos Associado ao Programa D. Afonso Henriques decorreu, no dia 22 de novembro, subordinado ao tema "Gestão de Competências". O certame destinou-se a divulgar e debater conteúdos atuais e relevantes no âmbito da Gestão dos Recursos Humanos no Exército e envolveu a participação de Oficiais estrangeiros do Brasil e Espanha.

Por fim realizou-se a Cerimónia Comemorativa do Dia do CmdPess no dia 25 de novembro, com a programação de diversas atividades de cariz religioso e militar. A comemoração foi presidida pelo Tenente-General Vice-Chefe de Estado-Maior do Exército e contou com a presença de diversas entidades.

Engenheiro Eduardo Zúquete

Parábola Cúbica

A unidade ia instalar-se noutra cidade e a transferência era feita aos poucos, para não perturbar o funcionamento da instrução. Chegara a vez da secretaria.

Quem diz secretaria diz alguns móveis, diversos aparelhinhos de escritório de formas encantadoramente bizarras, máquinas de escrever imponentes e cintilantes de adereços, como a tia Henriqueta, montes de papelada e muitos, muitos livros – alinhados, encadernados, amuralhados em enormes estantes e muito, muito pesados. Havia que transportar esta gigantesca construção para outras bandas.

- Como é, com os livros? – perguntou o Encarregado.

- Bom, para livros… para livros… caixotes! Manda fazer caixotes à carpintaria! – respondeu o Graduado.

- Quantos? retornou o Encarregado.

- Bom, para começar fazemos só um para ver como é – ponderou o Graduado. A todo o tempo fazem-se mais, se for preciso.

- E de que tamanho? – insistiu o Encarregado.

- Bom…

O Graduado substituiu então o discurso pela imagem e avançou com as duas mãos paralelas, reeditando o gesto universal que todo o pescador desenha para descrever o peixe fenomenal que uma vez apanhou e que só ele viu.

- … talvez assim …

Aí, o Encarregado emitiu uma opinião.

- Parece-me pouco, gasta-se muita madeira para pouca coisa. Talvez assim …

O Peixe mudou de mãos e cresceu um pouco.

- Sim, talvez fique melhor – concedeu o Graduado.

O Encarregado desencantou algures uma fita métrica e leu o comprimento do Peixe:

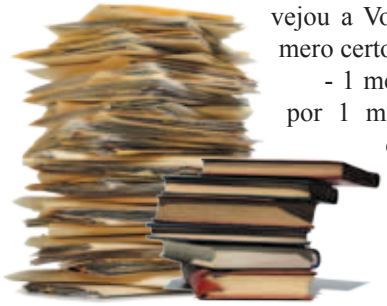
- Setenta e dois centímetros!

- Talvez 80 centímetros, para ficar um número certo – opinou o Graduado. Um cubo com 80 centímetros de lado.

Deu à cabeça, estava satisfeito com a conclusão.

- Quais 80 centímetros, quais carapuça! – tro-

Fontes das imagens: 1.bp.blogspot.com; medischinformatiecentrum.nl; 3.bp.blogspot.com; arrivatomoveis.com.br.



vejou a Voz afastada. Número certo é 1 metro.

- 1 metro por 1 metro por 1 metro? Um cubo de 1 metro de lado? – apurou o Graduado, os olhos muito abertos.

- Claro! – determinou a Voz.

O Peixe cresceu 20 centímetros e o volume do caixote – portanto o peso – passou para o dobro. As terríveis armadilhas da função cúbica, que cresce que se farta.

Na altura própria, o caixote aterrou no centro da Secretaria e foi recebendo doses copiosas e bem arrumadinhas dos tais livros encadernados e pesados que rapidamente o encheram até à borda. A viatura esperava lá fora, era só questão de o pôr em cima dela. Chamaram-se militares, muitos militares. Bivaques entalados na platina, como era uso ao tempo, mãos postas na borda do caixote, encarniçaram-se certinhos à voz de comando. O caixote nem sequer buliu.

O Encarregado reforçou a equipa: em lugar de dois homens em cada borda de caixote, conseguiu alinhar três. Substituiu os três lingrinhas da equipa por homens de força da caserna. Sincronizou cuidadosamente o esforço.

- Agora!

Nada. O caixote continuava a não mexer, era desanimador. Nesta altura, o Mirone avançou com um papel direito ao Graduado.

- Dá-me licença?

- Sim, diz.

- Sabe, fiz umas continhas que estão aqui… – e avançou o papel.

- E então?

- Sabe, – o Mirone hesitava – um metro cúbico de papel mais as capas duras mais o peso do caixote, isto é coisa para dar uns mil e duzentos quilos, para mais e não para menos. A dividir por 12 …

A impossibilidade de levantar o caixote desenhou-se em toda a extensão e inundou a sala. O Graduado avaliou a situação, acenou para o Mirone e depois de uma breve reflexão ordenou ao Encarregado:

- Esvaziem o caixote!

Fora mais fácil encher que esvaziar porque pescar os livros do caixote para fora com a borda do caixote a um metro de altura estava longe de ser fácil mas a mão de obra abundante arranjou rapidamente uma cadeia humana, um artista mais pequeno saltou para dentro quando a manobra foi possível e a tarefa concluiu-se num ai.

- Levem o caixote para a viatura! Carreguem o caixote quando ele estiver lá em cima!

A primeira parte foi fácil, a segunda muito menos. O caixote ficava muito alto e cedo se percebeu que era complicadíssimo carregar o caixote com ele montado na viatura.

- Arreiem o caixote!

Com o caixote na parada, houve um compasso de espera e a solução emergiu por si.

- Carreguem os livros em pilhas na caixa da viatura! Com cuidado, para as pilhas não esboroarem!

A cadeia humana reconstituiu-se rapidamente, os mais habilidosos saltaram lá para dentro para dar conta da faina com mestria, os mais alentados içavam os volumes e o metro cúbico de livros desdobrou-se miraculosa e rapidamente pela caixa da viatura. Estavam tão arrumadinhos que até parecia que o fundo da caixa fora pintado de outra cor.

O Graduado estava satisfeito com o final da operação. Encaminhou-se para a cabina da viatura e estava a pôr o pé no estribo quando o Outro o interpelou:

- Então o caixote? Não levam o caixote?

- O caixote? Não, nós já não precisamos do caixote.

- Está bem, mas nós também não o queremos para nada e fica aqui a estorvar. Levem lá o raio do caixote!

O Graduado ponderou e concordou com a lógica do Outro. Além disso, estava apertado de tempo e com pouca pachorra para discussões. Deu as suas ordens, o taipal desceu, o pessoal apeou-se, o caixote tornou a ser içado, o taipal fechado e o pessoal reembarcado.

- Vamos embora, que estamos atrasados!

Nesta altura, em terra, o Mirone perguntou ao Outro:

- Afinal, para que serviu o caixote?

- Sabes – respondeu o Outro – o caixote…

Mas a viatura arrancou nesse mesmo momento, fez muito barulho porque estava pesada e fora muito acelerada e a explicação do Outro perdeu-se para sempre. Coisas que acontecem.

Tenente-Coronel de Engenharia Rui M. C. R. Vieira*

Fontes: esta imagem: www.srizone.us; imagem nos cantos superiores direitos das páginas ímpares: 4.bp.blogspot.com.

OS DESAFIOS ATUAIS ÀS INFORMAÇÕES MILITARES

O objetivo desta reflexão é analisar alguns dos atuais e exigentes desafios às estruturas e eficiência de atuação das Informações Militares (IM) no decurso das operações militares de hoje. Parte destes desafios foram superados por algumas nações e organizações, enquanto outras percorrem um caminho que é definido pelos estímulos que resultam do seu nível participação em operações.

O conjunto de reflexões apresentadas têm por base a minha experiência no Afeganistão, nomeadamente, no *Counter-Improvised Explosive Device* (C-IED) *branch* do Quartel-General da *International Security Assistance Force* (ISAF), do trabalho realizado na repartição de Informações (G2) da *European Rapid Operational Force* (EUROFOR) e da participação na preparação e na operacionalização do *European Union Battlegroup* 2011/12 (EUBG) da EUROFOR.

Iniciamos com a caracterização genérica dos conflitos atuais com o intuito de identificar o fator que determina esses desafios e desenvolvemos o tema ensaiando em cada momento eventuais soluções práticas ou conceptuais, algumas já efetivas, outras passivas de serem implementadas.

1. Modelo de conflito atual O fator '*indivíduo*'

O quadro[1] seguinte apresenta os principais fatores diferenciadores entre aquilo que era o conflito tradicional e o atual.

Examinando os fatores constantes do quadro, sem perder de vista a finalidade desta reflexão, isto é, os desafios colocados às IM, destaca-se que nos conflitos atuais onde os possíveis inimigos são entidades não-estatais, organizações rebeldes, insurgentes ou terroristas, dificilmente identificáveis, que atuam no seio dos meios populacionais que lhes conferem apoio e/ou donde recrutam os seus operacionais, o fator '*indivíduo*' passou a estar fortemente presente nos objetivos de qualquer órgão de IM. Este racional é igualmente válido no caso das *Complex Emergencies*[2], que incluem todo o espectro referente a operações de resposta a crises.

Este '*indivíduo*' na maioria das vezes não veste uma farda, tem comportamentos criminais que servem de apoio à sua atuação de base militar, usufrui de apoio da população e/ou de agentes estatais corruptos ou simpatizantes da sua causa

Modelo tradicional do conflito	Modelo atual de conflito
Estado-Nação vs Estado-Nação	**Estado-Nação vs Entidade não-estatal**
Alianças	Alianças/Coligações/Organizações Internacionais
Hostilidade entre as forças militares	Hostilidades entre militares vs irregulares Polícia vs terroristas/Criminoso transacional
Ações militares e policiais independentes	Ação independente de todos os recursos de uma nação ou organização
Vitória = fim da campanha decisiva	Vitória = derrota política do adversário
Vitória = derrota da força militar adversária	Vitória = fim das opções/vontade

e pode estar associado direta ou indiretamente a redes e ameaças transnacionais. Na maioria dos casos é parte integrante do tecido social e cultural onde atua, contrariamente ao caso das forças coligadas que são de natureza expedicionária e operam num ambiente desconhecido, longe das suas origens.

Os inimigos que as forças coligadas enfrentam não integram Brigadas, Divisões ou outras unidades convencionais, constituídas por uma maioria de militares cuja personalidade, poder, autoridade ou influência não são considerados no planeamento das operações. O inimigo de hoje integra uma rede (*network*) de nós com vários graus de interdependência e onde cada '*indivíduo*' tem um peso específico resultante da sua *'autoridade'*, do seu *'poder'* e da sua *'influência'*. A rede de que falamos tem uma componente física que resulta do contacto direto entre os seus membros e uma componente digital ou virtual que está altamente ampliada pelo uso entre indivíduos, quando disponível, da internet. As IM devem agir sobre estas duas componentes, sendo que a digital ou virtual é aquela que apresenta maiores dificuldades. Estas dificuldades resultam da necessidade das IM terem necessidade de monitorizar ou, no mínimo, de conhecer os conteúdos do tráfego e dos fluxos de comunicações de indivíduos hostis em plataformas disponibilizadas pelos estados, acessíveis a todos os cidadãos de grande parte do mundo. Este detalhe globalizante faz com que existam, por vezes, questões legais restritivas referentes à violação do direito de privacidade de cada cidadão e exija contactos e troca de informação entre serviços/forças de segurança interna e as IM. Esta colaboração poderá contribuir decisivamente para que as IM identifiquem e localizem estes indivíduos hostis, os avaliem nas suas três dimensões[3] para que depois sejam neutralizados através das diferentes e adequadas capacidades das forças coligadas, sejam de natureza letal ou não-letal.

Para tornar ainda mais complexa a forma como as IM se devem organizar estruturalmente, que ligações devem estabelecer, de que meios se devem dotar e como devem atuar temos, frequentemente, forças coligadas com missões de base político-militar alargada que têm como objetivos proteger a mesma população de onde este indivíduo hostil emerge e implementar um Estado de Direito[4] dando especial relevância à implementação e funcionamento do sistema judicial da Nação Hospedeira (NH) onde se trava o conflito. As IM participam neste esforço de proteger a população e apoiar a implementação de um sistema político e judicial funcional onde os '*indivíduos*' são julgados. O General americano David Petraeus, coautor do recente *Field Manual* (FM) 3-24 *Counterinsurgency* (COIN) reforça a ideia de que a ação militar, nas suas diferentes dimensões deve centrar-se na população. Deve referir-se também, que o capítulo das Informações deste manual é o

[1] SMITH, Edward A. – Complexity, Networking, & Effects-Based Approaches to Operations, p. 12.

[2] Crise humanitária num país, região ou sociedade onde existe uma quebra significativa ou total de autoridade que resulta de um conflito interno ou externo, exigindo uma resposta da comunidade internacional que ultrapassa o mandato ou capacidade de uma única organização ou estado. Definição retirada do Manual *Programme, Policies and Procedures* da UNICEF de 2007.

[3] As três dimensões: Autoridade, Poder e Influência. Ideia adaptada da apresentação *The Importance of Cultural Understanding*, do Prof. Dr.Patrick Sookhdeo, professor convidado da *NATO school* – Curso M3-50-B11 *Peace Support Operations*.

[4] Na maioria dos casos de padrão ocidental.

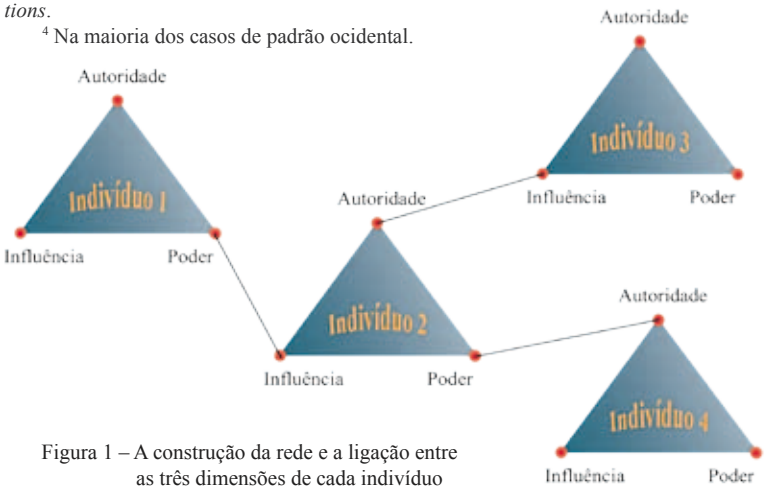


Figura 1 – A construção da rede e a ligação entre as três dimensões de cada indivíduo

maior de todos e termina com um sumário onde defende que os Comandantes militares devem analisar o inimigo e compreender os aspetos socioculturais do Teatro de Operações (TO) donde o mesmo inimigo nasce e se desenvolve.

Este fator '*indivíduo*' constitui-se como o mais relevante e mais atual motor de transformação das IM que força a operacionalização de estruturas, ligações, capacidades e tecnologias capazes de garantir o conhecimento necessário ao processo de decisão militar e político.

2. O modelo atual do conflito e os desafios às informações militares

Analisando o que foi exposto no número anterior podemos identificar um conjunto de desafios às IM. Iremos abordá-los como se fossem células interligadas que fazem parte de um todo, dinâmico e complexo.

a. Desafio 1 – Integração de capacidades de natureza policial e criminal

Cumprir a missão das forças coligadas nestes ambientes de conflito implica identificar indivíduos que participaram, que participam ou que poderão participar em ações hostis que ameaçam as próprias forças e a paz e a segurança das populações. A identificação de um indivíduo passa pelo reconhecimento visual (nem sempre possível) e/ou pela recolha e reconhecimento dos seus dados biométricos. Tomemos como exemplo o engenho explosivo improvisado (IED), "arma" que isoladamente mais vítimas faz entre a população e entre as forças coligadas no Afeganistão. O IED implica uma rede que abrange o financiador, o comprador e transportador dos materiais que o constituem, o construtor do engenho, o que o coloca no terreno e, em alguns casos, o que aciona o mecanismo. O IED encontrado ou detonado contra uma força militar ou objetivo civil poderá ter, muito provavelmente, o registo biométrico de alguns destes indivíduos. Será importante a exploração (*exploitation*) do incidente, desde a recolha ao processamento dos elementos de prova.

A recolha imediata ou posterior e o processamento, que poderá e deverá implicar métodos laboratoriais, só deverão ser efetuados por pessoal com as devidas competências e em infraestruturas especializadas. Estes dados para além de importantes para a força militar podem ser uma ferramenta decisiva para acionar mecanismos legais que credibilizam o sistema político-judicial da HN e em última instância a capacidade da força coligada em cumprir a sua missão. A grande maioria das forças militares ou não possui esta capacidade de investigação policial e criminal que reside nas forças policiais e forças de segurança de natureza militar ou, se a possui, é limitada por questões legais nos âmbitos dos seus espectros de atuação. As diversas nações (sobretudo as europeias) que contribuem com forças projetam efetivos policiais muito reduzidos dado que a prioridade desta força é a segurança interna dos seus próprios espaços de soberania. Para além disto a integração de forças policiais e militares numa estrutura única é algo ainda tido como difícil e "constrangedor" pelas duas partes.

A solução passa de momento por garantir esta capacidade recorrendo a alguns (poucos) agentes ou forças de segurança de natureza militar, à formação de militares e à contratação de civis e de agentes policiais aposentados que integram estruturas no TO e fora dele (capacidade *Reachback*).

Vejamos o exemplo da estrutura militar americana *Combined Explosive Exploitation Cell* (CEXC) no Afeganistão. Estas células sob comando militar americano e "*enabler*" da ISAF possuem diversas capacidades de exploração de campo e laboratorial em teatro, recolhem e processam dados biométricos e elaboram relatórios que são difundidos e sincronizados com as IM da ISAF e demais órgãos militares e civis dos EUA. Contribuem decisivamente para a segurança das tropas projetadas e para a inte-

Figura 2 – Algumas entidades americanas e internacionais que partilham informação recolhida pelas células CEXC

gração da segurança interna e externa dos EUA.

Outro exemplo é o *Joint Prosecution & Exploitation Center* (JPEC), sob comando militar da *Multinational Force West*, capacidade militar conjunta americana projetada no Iraque, constituída por militares do serviço de Informações dos *Marines*, da *Naval Criminal Investigative Service*, da Força Aérea, por agentes policiais contratados e por intérpretes. A missão desta estrutura é sincronizar as IM e os esforços na consecução de processos judiciais relativos a indivíduos hostis presos e/ou de outro material de prova recolhido no TO.

Como se poderá verificar pelo descrito e pelas figuras acima expostas, estas capacidades contribuem decisivamente na produção de Informações de níveis tático, operacional e estratégico.

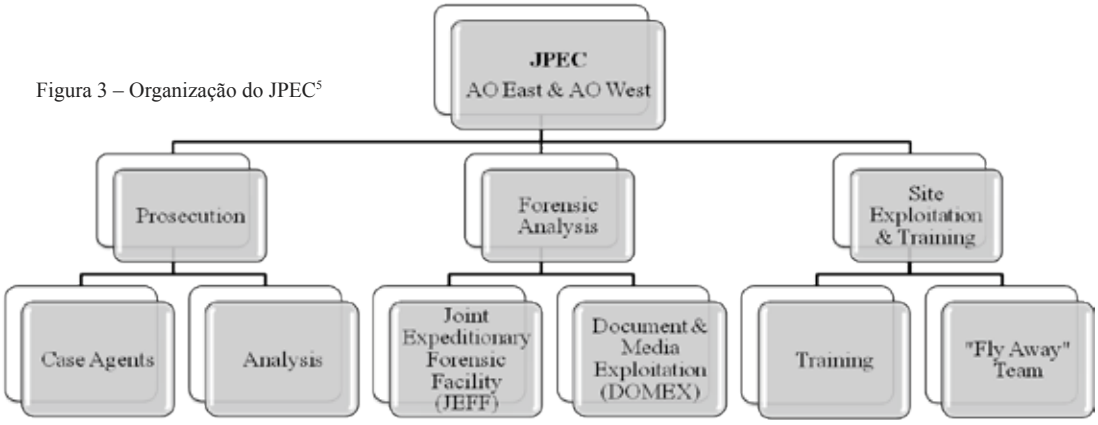
Os dois exemplos referidos demonstram, implicitamente, que existem grandes desafios no estabelecimento das estruturas fixas e projetáveis, na definição dos canais de fluxo de informação, na aquisição e treino de competências de *Crime Scene Processing*, no manejamento e preservação de elementos de prova, na materialização de investigação laboratorial e no desenvolvimento de prova usável e válida em tribunal.

b. Desafio 2 – Capacidade Permanente de Análise Sistémica

O '*indivíduo*' hostil (inimigo) de que falamos insere-se num ambiente com múltiplas dimensões: social, cultural, religiosa, política, familiar,

[5] http://publicintelligence.net/joint-prosecution-and-exploitation-center. Acedido em 23/10/11.

Figura 3 – Organização do JPEC[5]



Fontes: esta imagem: onlyhdwallpapers.com; canto da página anterior: 4.bp.blpgspot.com.

Figura 4 – *Battlefield Information, Collection and Exploitation System* (BICES)

etc. Em cada dimensão possui determinados de graus de 'autoridade', 'poder' e 'influência' que importam analisar. Resulta desta análise holística o conhecimento da posição relativa deste indivíduo no seio da rede e das suas ligações diretas e indiretas. Esta situação é francamente diferente quando comparada com a de um ambiente de conflito tradicional centrado em atores estatais, organizações militares e seus líderes políticos, que são previamente identificados e analisados.

Atualmente, operacionais e apoiantes hostis (inimigo) possuem grande mobilidade, movem-se entre diferentes aglomerados populacionais, por vezes atravessam fronteiras e entram e saem das diversas redes ao ritmo dos interesses individuais e/ou coletivos. Dado que a ameaça está centrada em '*indivíduos*' dinamicamente relacionados, isto é, com tarefas interdependentes e fazendo parte de um sistema, de uma rede (que importa conhecer detalhadamente) em que cada elemento afeta os restantes, as IM passaram a ter obrigatoriamente uma abordagem sistémica. Esta abordagem leva a que as forças coligadas tenham hoje um vasto conjunto de pessoas, estruturas e capacidades de avaliação e interação com os meios populacionais. Cada uma delas é uma fonte de pesquisa e de informação com as quais as IM devem interagir. O já referido manual FM 3-24 COIN do General Petraeus afirma que "*All Marines are collectors*".

Por força desta vasta interação e panóplia de "órgãos de pesquisa" devem surgir e têm surgido *Coordination, Synchronization, Review and Analysis Boards* liderados pelas IM (ex. CJ2) onde têm assento e voz o Conselheiro Cultural, as Operações Psicológicas (PsyOps), o *Civil-Military Cooperation* (CIMIC), as Operações de Informação (InfoOps), etc. Estes *Boards* constituem-se como fóruns importantes de partilha, de recolha e de análise de informação que conduz a um maior conhecimento integrado do ambiente (*environment*) essencial para as avaliações (*assessments*) e produtos das IM. Mas esta interação deve ser metódica e sistemática, daí resultando a necessidade de adotar estruturas dotadas dos adequados meios tecnológicos de gestão de informação e de conhecimento. Toda esta informação e todo este conhecimento serão relativamente inúteis se não forem registados e tratados de forma metódica e permanente. Para isso são necessárias bases de dados e sistemas de análise permanentes e poderosos (mesmo ao nível tático) capazes de correlacionar dados e produzir relatórios de apoio a análises complexas. Isto torna-se decisivo quando temos conflitos de longa duração em que intervêm contingentes militares de diferentes nações com rotações em cada 4, 6 e 12 meses, por exemplo. Neste contexto é tão importante o registo, o arquivamento e o tratamento da informação como a passagem de conhecimento entre contingentes e militares no *Hand Over/Take Over*. A OTAN possui já um conjunto satisfatório destas ferramentas como, por exemplo, o *Battlefield Information, Collection and Exploitation System* (BICES), o *Joint Operations Intelligence Information System* (JOIIS) e outras construídas em teatro (ex: *Counter-IED database* na ISAF). Estes sistemas ou outros equivalentes são uma das vias

Figura 5 – É fundamental para as IM o conhecimento que flui na componente digital da rede que alimenta a ação hostil de natureza militar

Fonte: www.lablynx.com.

Fontes: 4.bp.blogspot.com; apnendnovaodessa.blogspot.com.

para que as forças coligadas atinjam a desejada superioridade de informação, essencial para a eficácia e eficiência das operações.

Neste capítulo, a União Europeia (UE) tem um caminho mais longo a percorrer devido à ausência destas ferramentas nos *Battlegroups* (BG) aos níveis operacional e tático. Quando existem são desenvolvidos pelos próprios países que integram os BG, fora do contexto e da liderança do *European Union Military Comitee* (EUMC) ou *Staff* (EUMS), trazendo as esperadas dificuldades de interoperabilidade e de partilha de informação. As coisas complicam-se ainda mais quando os BG integram países membros e não membros da OTAN que não assinaram acordos necessários para aceder à informação vinda desta organização. Nesta situação poderemos ter forças de um mesmo BG com informação diferenciada mas impossibilitadas de a partilharem formalmente. A UE não possui uma adequada ferramenta de análise sistémica transversal aos três níveis estratégico, operacional e tático. Tem no entanto, por via de uma grande integração política, maior facilidade na interação judicial e policial, facto que não se verifica (em igual modo) ao nível das suas estruturas militares.

Por força da dimensão social e da componente digital da rede, nomeadamente da internet e do seu possível uso por indivíduos hostis, as IM têm perante si um enorme desafio de promover a criação de mecanismos de colaboração com entidades e serviços judiciais e de segurança interna. Estas entidades poderão garantir o conhecimento de conteúdos de comunicações sobre plataformas estatais ou privadas de indivíduos hostis militarmente. Ou seja, se estes indivíduos usarem a internet e os serviços nela disponíveis para coordenarem ações e acederem a conteúdos de apoio à sua ação militar, o conhecimento que corre sobre esta plataforma de comunicação é importante para as IM na dita análise sistémica. Este é talvez o maior dos desafios.

c. Desafio 3 – Partilha de Informação

Os dois desafios anteriores centram-se na capacidade de processar informação enquanto este tem a ver com a informação já processada. Este desafio deriva de fatores diretamente relacionados com a soberania dos Estados que frequentemente criam limitações à partilha de informação recolhida pelas suas próprias fontes e serviços. Quando pertencem às mesmas organizações (OTAN, UE, etc.) estas limitações reduzem-se substancialmente mas o peso dos interesses de cada nação é sempre determinante no que concerne ao que desejam e permitem partilhar. Devido à natureza dos

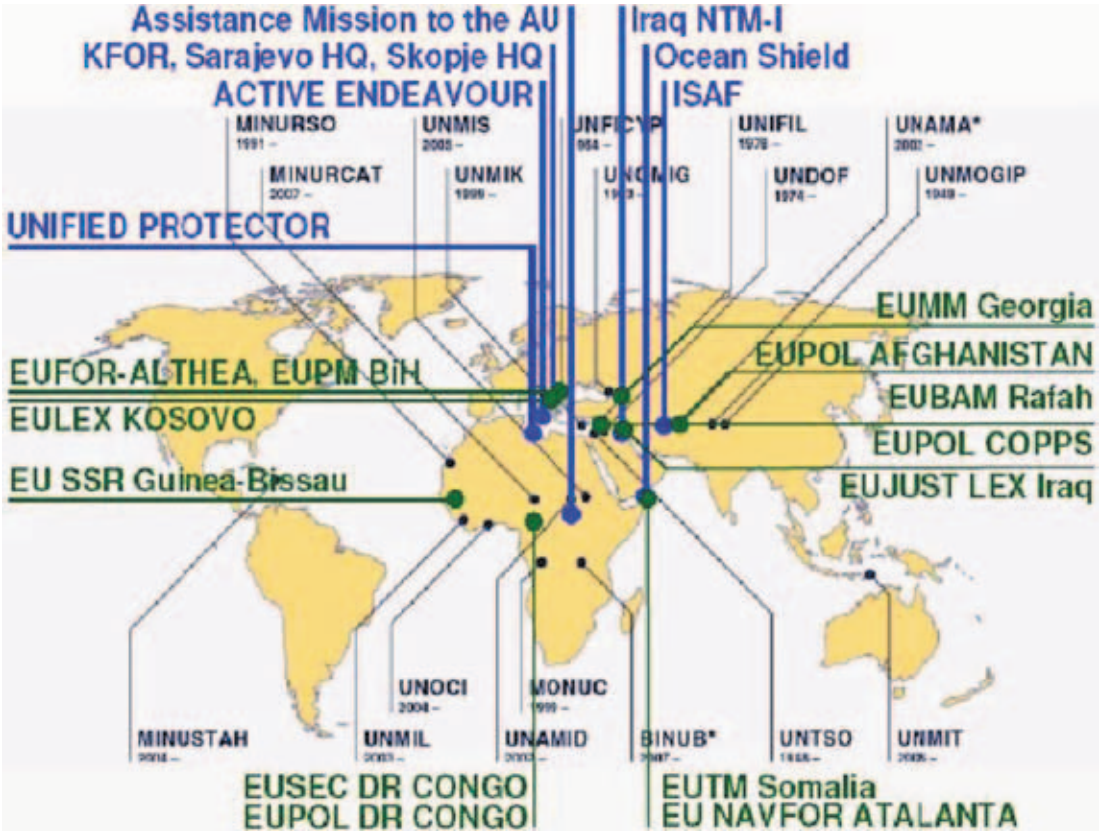


Figura 6 – Localização de missões militares e civis recentes da ONU, UE e OTAN[6]

conflitos modernos este desafio tende a ser cada vez maior e mais complexo, na medida em que, as missões/operações incluem forças militares de diversas organizações e países, organizações não-governamentais e organizações internacionais de diversa natureza. As suas participações derivam dos seus compromissos e dos interesses individuais e coletivos que podem ou não ser coincidentes. Vejamos os números de algumas das missões em curso para melhor percebermos a dimensão do desafio. ISAF, 49 nações, 21 das quais não pertencentes à OTAN. *NATO Kosovo Force* (KFOR), 30 nações, 8 das quais não pertencentes à OTAN. *Unified Protector*, 18 nações, 4 não OTAN. *Active Endeavour*, 14 nações OTAN e 2 no programa de *Partnership for Peace* (PfP) e em crescendo. A UE tem também em curso um vasto conjunto de missões militares e civis, algumas delas nas regiões onde se desenrolam as que acima referimos. Esta concentração aumenta ainda mais a complexidade da partilha de informação. São os casos da EULEX no Kosovo, EUPOL no Afeganistão, a EUNAVFOR Atlanta nas águas do corno de África, etc. Se às da OTAN e UE juntarmos as missões da Organização das Nações Unidas (ONU) temos um mapa ainda mais complexo.

Olhando para a figura parece existirem motivos operacionais fortes para que se partilhem informações entre forças e missões que basicamente identificam ameaças equivalentes (ou mesmo coincidentes) e que procuram atingir estados-finais idênticos. Nem sempre assim acontece.

Referimos anteriormente que no seio de uma aliança ou de uma força coligada a partilha está facilitada mas devemos dizer que mesmo aí nem todos os membros têm acesso aos mesmos conteúdos apesar de se verificar o critério da "necessidade de conhecer". Vejamos a ISAF, em 2007/08, no C-IED *branch* um oficial originário de país não pertencente à OTAN, chefe das operações, só tinha acesso á rede *ISAF Secret* estando vedado aos conteúdos existentes na *NATO Secret* e no *Secret Internet Protocol Router Network* (SIPRNet) dos EUA. Aliás, esta última rede estava apenas disponível para a chamada comunidade dos "*4 eyes*" constituída pelos EUA, Grã-Bretanha, Canada e Austrália, deixando de fora todas as restantes nações da ISAF. A mesma informação corria em todos os diferentes sistemas? A dúvida persiste. Ao nível dos BG da UE situações semelhantes poderão ocorrer como aquela que já descrevemos anteriormente.

O problema pode residir nalgumas das seguintes deduções:

1. Interesses competitivos entre países e organizações;

2. Número reduzido ou ausência de *Fusion Centres*[7] comuns a dois ou mais países/organizações ou independentes mas colaborantes e comunicantes;

3. Ausência de estruturas multinacionais ou multiorganizacionais, de nível político estratégico, de gestão de órgãos de pesquisa de diferentes origens e de filtragem de grandes quantidades de informação capazes de perceber 'o que interessa a quem';

4. Receio de "fugas" de informação.

Pela natureza dos problemas referidos podemos calcular que dificilmente serão ultrapassados sem serem acompanhados de medidas de integração política e militar, sejam elas de caráter temporário ou permanente.

3. Os desafios Reflexão conclusiva

Dado a natureza da ameaça nos modernos TO as IM em campanha têm-se centrado também no '*indivíduo*' que tem sido o fator catalisador de parte da sua transformação recente. Este fator tem participado fortemente na geração de um conjunto de transformações e desafios que se centram:

1. Na interligação entre a Segurança Interna e a Segurança Externa;

2. Na interação metódica e sistemática das IM com estruturas, entidades e capacidades que são externas à força militar, à organização ou ao país a que pertencem;

3. Na integração nas IM de estruturas e capacidades até aqui exclusivas de entidades de natureza policial e criminal (ex: *Crime Scene Investigation*).

Devemos reforçar que este fator '*indivíduo*' revelou que existem motivos operacionais fortes para que se partilhem informações entre forças e missões que basicamente identificam ameaças equivalentes (ou mesmo coincidentes) e que procuram atingir estados-finais idênticos. Tudo passa por, ao nível político, se estabelecerem os acordos aos níveis estratégico e operacional, se criarem as estruturas e os fluxos para que, ao nível tático, se possa recolher, processar e disseminar a informação de forma a garantir a desejada superioridade de informação.

Na referida transformação as IM têm-se concentrado no ambiente no sentido mais lato do termo. Este facto tem forçado a que as IM passem

[6] Retirado da apresentação *Tensions and Challenges* do Coronel Peter Schneider, professor convidado da *NATO school* – Curso M3-50-B11 *Peace Support Operations*.

[7] *Fusion Centre* pode ser definido como sendo uma estrutura de colaboração entre duas ou mais entidades que partilham recursos, competências técnicas e/ou informação (INTEL) com o objetivo de maximizar a capacidade de compreender, detetar, prevenir ameaças e, consequentemente, apoiar medidas de natureza diplomática, política, judicial, militar ou policial. Adaptado do documento *Fusion Centre Guidelines* dos Departamentos de Justiça e Segurança Interna dos EUA, 2005.

Fonte: upload.wikipedia.org.

Fonte: www.inscom.army.mil.

a interagir com um conjunto vasto de estruturas e capacidades, de natureza civil, de segurança e de defesa, que possuem informações pertinentes à sua ação. Podemos afirmar que atualmente, decorre uma mudança de paradigma no que concerne às esferas de atuação e interação entre forças militares dos diferentes ramos, forças policiais e forças de segurança de natureza militar. Esta mudança de paradigma implica mudanças legais, maior integração operacional, treino conjunto e criação de sinergias através do recurso partilhado de estruturas, de pessoal e de mecanismos de processamento de informação. Valerá a pena continuar neste caminho porque terá como resultado um *targeting*[8] mais eficaz, um maior grau de proteção das forças, países mais conhecedores das suas ameaças e riscos e por isso em melhores condições de adotarem contramedidas. Para garantir um todo coerente a transformação tem conduzido a que aos níveis tático e operacional cada vez maior número das tradicionais estruturas de IM (G2/CJ2) passassem a:

- Liderar fóruns alargados de recolha, de partilha e de análise de informações;

- Munir-se de ferramentas (bases de dados e sistemas de filtragem e de análise) partilhadas com os níveis político e estratégico que permitem uma análise sistémica;

- Garantir a receção, o registo, o processamento, a partilha e a disseminação de informações com origem em capacidades de *Crime Scene Investigation*.

No entanto, convém referir que os atuais teatros de operações também demonstram que não existem fórmulas únicas e que cada operação tem especificidades que determinam o estabelecimento das IM. O que é basilar é perceber que qualquer processo de decisão se inicia com o que se observa, com o que se conhece, com informação. Qualquer ação, desfasada no tempo em relação ao que se conhecia, incide sobre uma realidade que pode ou não corresponder já à nossa anterior observação. Se a ação incidir sobre a realidade que se conhecia a ação será eficaz, se incidir sobre uma realidade diferente daquela que serviu de base à decisão de agir a ação será desadequada, ineficaz e terá consequências imprevistas no processo de decisão.

Poderemos afirmar, para este efeito, que as IM são decisivas no designado ciclo de Boyd (OODA *Loop*) constituído por quatro fases: Observar (O), Orientar (O), Decidir (D) e Agir (A). De facto um dos fatores de sucesso da ação (Agir) resulta da qualidade, rigor e rapidez da fase da observação (Observar), isto é, dos produtos das IM. A garantia da qualidade dos produtos depende da sua organização, das suas ferramentas de gestão do conhecimento, dos seus órgãos de pesquisa e dos seus fluxos de informação. Tudo isto deve ser permanentemente avaliado a fim de garantir adaptações que derivam da transformação da ameaça e do desenvolvimento da campanha. A geração de

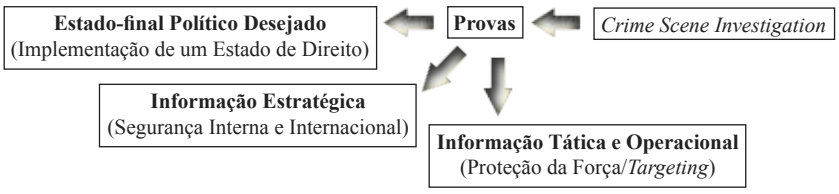


Figura 7 – Níveis que beneficiam dos contributos da *Crime Scene Investigation* no TO e respetivas áreas onde existe impacto

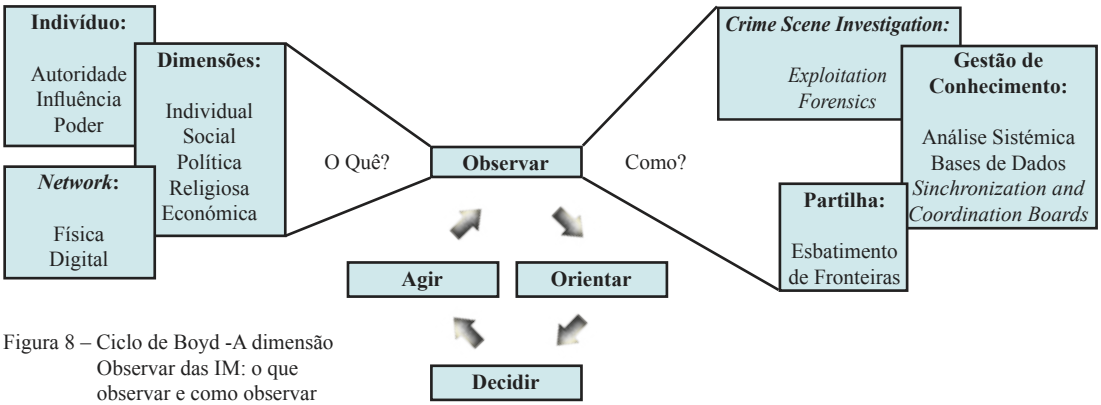


Figura 8 – Ciclo de Boyd -A dimensão Observar das IM: o que observar e como observar

forças, onde se incluem os quartéis-generais, para "alimentar" a operação, deve ter em conta estas necessidades de adaptação. Determinado TO pode exigir laboratórios de IED *exploitation*, outros poderão exigir estruturas de *Crime Scene Investigation* ou então capacidades e ligações para obter informação do mundo virtual/digital. Mais, nos modernos campos de batalha uma força coligada poderá ter de transitar de operações de combate de alta intensidade para missões de apoio à paz, ou até ter de as realizar simultaneamente. Cada necessidade irá gerar estruturas de IM próprias. Por conseguinte, não se devem adotar soluções cristalizadas no tempo.

Por conseguinte, a resposta positiva aos desafios enumerados terá de ser mais ambicioso e abrangente, havendo a necessidade de se constituir como um processo transversal e comum ao conjunto de países e organizações defensores dos mesmos princípios da democracia e da liberdade. Terá de haver um "esbatimento das fonteiras" entre países, no seio das organizações militares, entre estas e entidades de natureza policial e criminal, etc.

Enquanto isto não acontecer, os ditos 'indivíduos' que fazem um todo hostil disperso continuarão a poder esconder-se e a operarem nas zonas "escuras" criadas pela falta de integração e colaboração interna e externa do conjunto de países e organizações. A ameaça continuará a ter um leque de opções que alimenta a vontade de continuar a combater!

[8] Definição de *Target*: Área geográfica, objeto, organização, complexo, instalação, unidade ou pessoa sobre a qual está planeada uma ação de vigilância, investigação, neutralização ou destruição por meios militares. O *Targeting* constitui-se como o processo que inclui todos os passos do planeamento e da ação de capacidades militares de natureza letal e não-letal.

*** Biografia**

O Tenente-Coronel de Engenharia Rui Manuel da Costa Ribeiro Vieira é Licenciado em Ciências Sociomilitares pela Academia Militar, tem o Curso de Estado-Maior – Exército – IESM, tem o Curso de Estado-Maior Conjunto – IESM e ainda um Curso de Pós-graduação em Estudos da Paz e da Guerra nas Novas Relações Internacionais – UAL .

Tem publicados os seguintes artigos:

- O Combate às Ameaças Transnacionais – Sua articulação entre Portugal, UE, EUA e as Principais Organizações Internacionais de Segurança e Defesa (ONU e OTAN) – Volume XVII – Estratégia, do Instituto Português da Conjuntura Estratégica, 2008. Coordenação de Adriano Moreira e Pinto Ramalho.
- A tarefa chave: Sincronização no Nível Operacional – *Newsletter* do *Counter Improvised Explosive Device* (C-IED) *Branch* do QG ISAF, 2007.
- Projeto – A análise da capacidade C-IED da ISAF – *Newsletter* do C-IED *Branch* do QG ISAF, 2008.
- Projeto – A Normalização dos Relatórios – *Newsletter* do C-IED *Branch* do QG ISAF, 2008.
- *Nuclear Terrorism Threat – The World's And Pakistan's Concerns – EUROFOR Bulletin #10 – September 2010*.
- OTAN 2020 – Reforço da Defesa Coletiva e Afirmação da Segurança Cooperativa – O Modelo Possível, Necessário ou de Transição? – Revista Militar – abril 2011.

Neste momento está a desempenhar a função de *G2 Intelligence Production Section Chief* no QG da *European Rapid Operational Force* (EUROFOR), em Florença.

Como orador participou nas conferências:

- Jornadas de Engenharia – 2007;
- Seminário -A Proteção Civil e Formas de Colaboração das Forças Armadas – BrigInt – 2007;
- C-IED S*eminar – Joint Force Training Centre* – OTAN – Polónia – 2007;
- C-IED *Conference* – QG ISAF – 2007.

Como organizador participou nas conferências:

- C-IED *Conference* – QG ISAF – 2007;
- C-IED *Conference* – QG ISAF – 2008.

Professora Doutora Maria do Céu Pinto

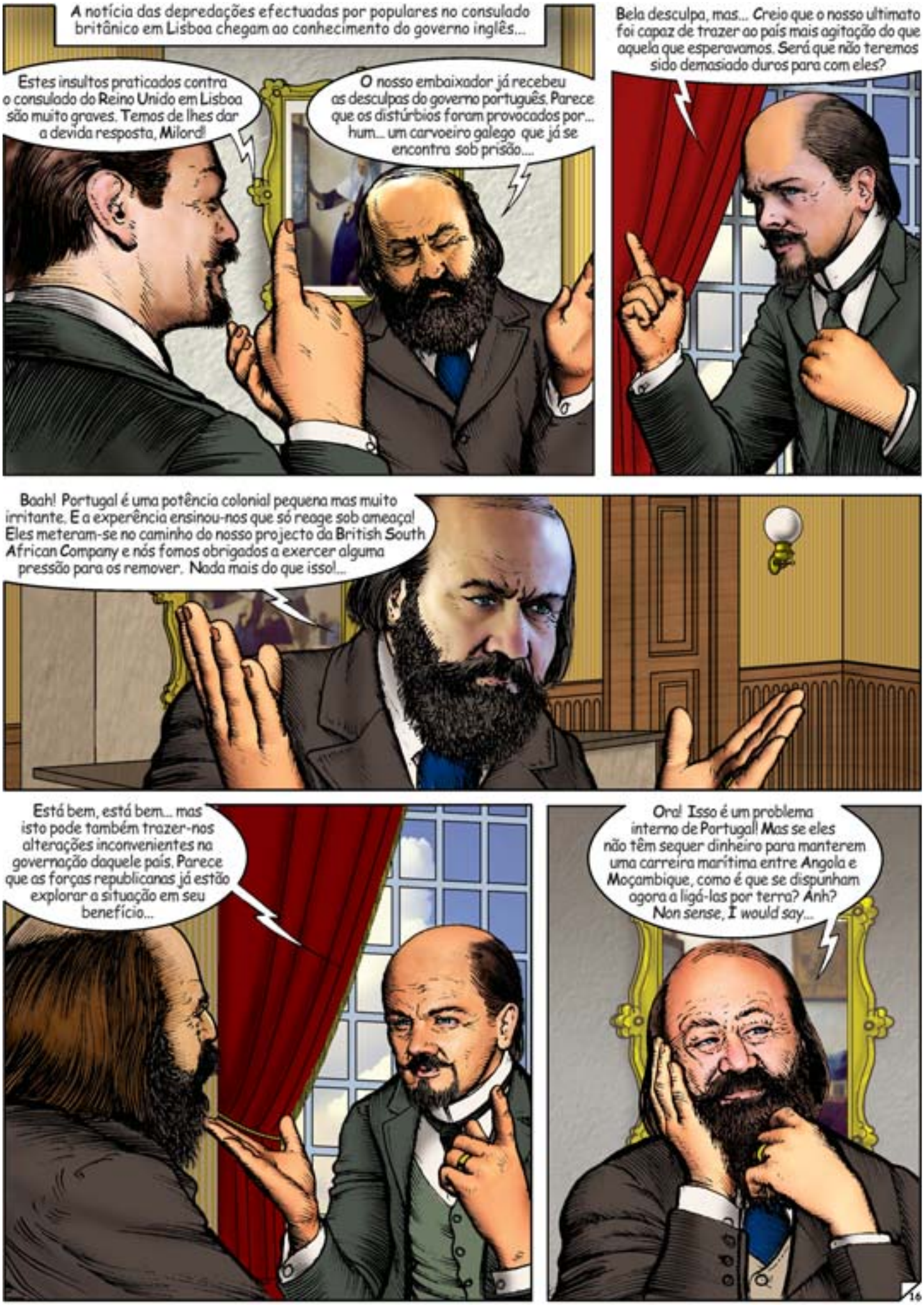
Fontes: varvara.wordpress.com; refunitebrasil.files.wordpress.com; gfcampos.files.wordpress.com.

A intervenção humanitária:
Do Kosovo à Líbia

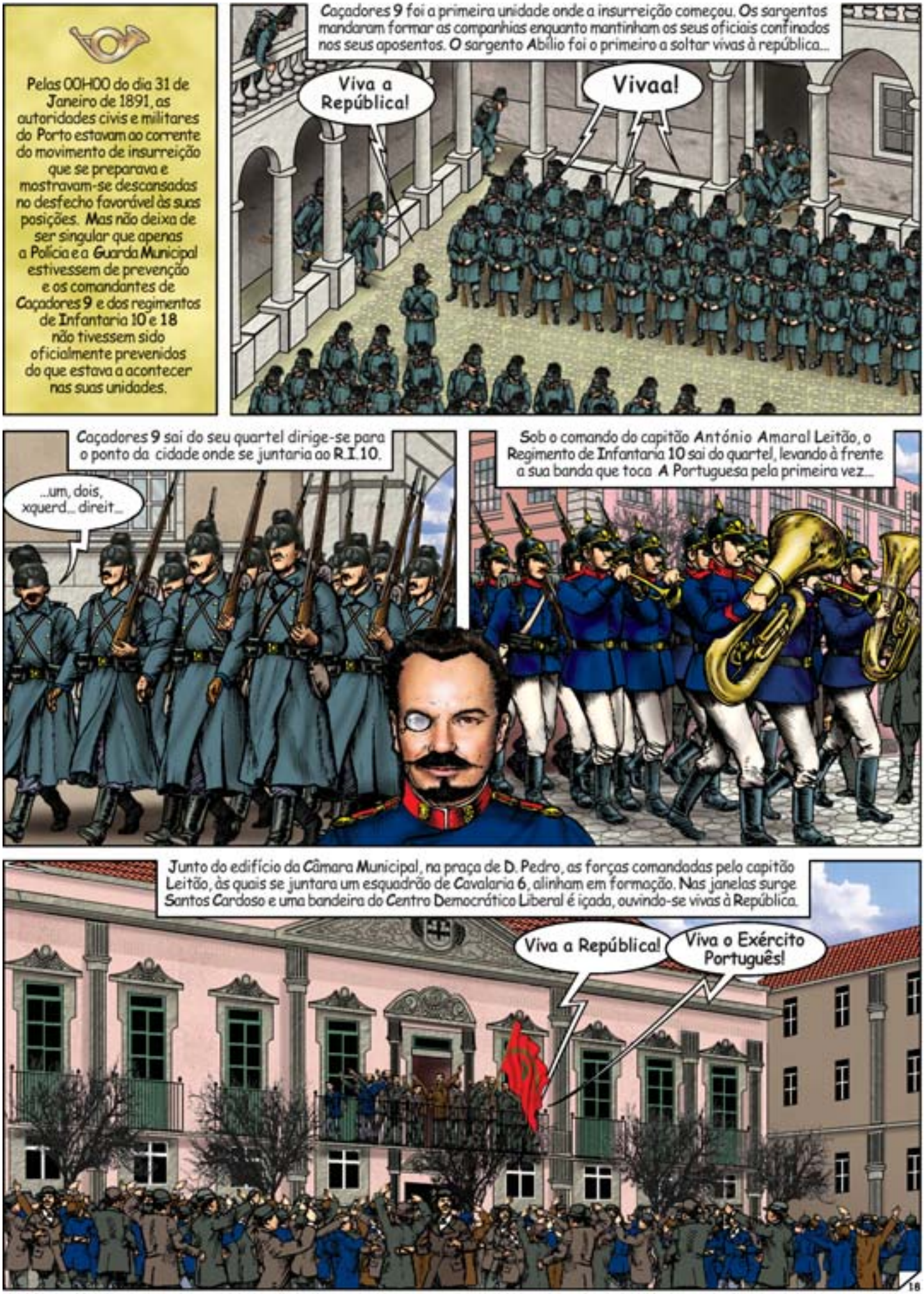
Em março de 2011, em consequência dos protestos que desencadearam uma situação de guerra civil na Líbia, o Conselho de Segurança das Nações Unidas (CSNU), aprovou a resolução 1973 que dava via livre a uma intervenção militar com vista a proteger a população civil líbia da repressão das forças governamentais. Pela sua amplitude e efeitos, sem precedente na "história" das *intervenções militares tendo como objetivo a proteção humanitária*[1], a resolução 1973 representa um marco histórico na implementação da doutrina da responsabilidade de proteger.

Do mesmo modo, a resolução veio de certa forma reverter o precedente estabelecido pela NATO no Kosovo, em 1999, quando, após o falhanço das negociações com os Sérvios, a 24 de março desse ano, foi desencadeada uma campanha de bombardeamentos aéreos, que durou 78 dias. Tratou-se de uma reação unilateral conduzida fora do quadro legal das Nações Unidas – colocando em cheque o papel supremo do Conselho de Segurança, embora ancorada numa invocação do direito internacional consuetudinário e num dever moral de intervir. Tal a importância dessas negociações, cujo resultado motivou a referida campanha de bombardeamentos aéreos.

Embora esta campanha tenha gerado grande controvérsia, uma vez que o uso da força carecia da aprovação do CSNU,[2] a Aliança regressaria a um quadro de legalidade onusiana com o final da guerra e a aprovação da resolução 1244.[3] Este precedente foi contestado no plano jurídico, embora se tenha tentado na altura "limitar os danos" dessa intervenção, facto a que não terá sido alheia a presença no CSNU de três membros permanentes que são simultaneamente membros da NATO (EUA, Reino Unido e França). Esta operação veio agora restabelecer os princípios gerais afirmados na Carta das Nações Unidas. Por outras palavras, decidiu quem tinha o poder e autoridade para o fazer.


A notícia das depredações efectuadas por populares no consulado britânico em Lisboa chegam ao conhecimento do governo inglês...
Estes insultos praticados contra o consulado do Reino Unido em Lisboa são muito graves. Temos de lhes dar a devida resposta, Milord!
O nosso embaixador já recebeu as desculpas do governo português. Parece que os distúrbios foram provocados por... hum... um carvoeiro galego que já se encontra sob prisão....
Bela desculpa, mas... Creio que o nosso ultimato foi capaz de trazer ao país mais agitação do que aquela que esperavamos. Será que não teremos sido demasiado duros para com eles?
Baah! Portugal é uma potência colonial pequena mas muito irritante. E a experência ensinou-nos que só reage sob ameaça! Eles meteram-se no caminho do nosso projecto da British South African Company e nós fomos obrigados a exercer alguma pressão para os remover. Nada mais do que isso!...
Está bem, está bem... mas isto pode também trazer-nos alterações inconvenientes na governação daquele país. Parece que as forças republicanas já estão explorar a situação em seu benefício...
Ora! Isso é um problema interno de Portugal! Mas se eles não têm sequer dinheiro para manterem uma carreira marítima entre Angola e Moçambique, como é que se dispunham agora a ligá-las por terra? Anh? Non sense, I would say...
16

O ultimato britânico criara inúmeras e profundas clivagens na sociedade civil portuguesa. O descontentamento popular face à humilhante cedência do governo de Portugal perante o abuso das exigências britânicas avolumou-se, fazendo deslocar para o lado do Partido Republicano um verdadeiro êxodo de homens importantes que até aí tinham dado o seu firme apoio aos partidos monárquicos. O orgulho nacional fora contundido, e as consequências disso não tardaram a fazer-se sentir...


Pelas 00H00 do dia 31 de Janeiro de 1891, as autoridades civis e militares do Porto estavam ao corrente do movimento de insurreição que se preparava e mostravam-se descansadas no desfecho favorável às suas posições. Mas não deixa de ser singular que apenas a Polícia e a Guarda Municipal estivessem de prevenção e os comandantes de Caçadores 9 e dos regimentos de Infantaria 10 e 18 não tivessem sido oficialmente prevenidos do que estava a acontecer nas suas unidades.
Caçadores 9 foi a primeira unidade onde a insurreição começou. Os sargentos mandaram formar as companhias enquanto mantinham os seus oficiais confinados nos seus aposentos. O sargento Abílio foi o primeiro a soltar vivas à república...
Viva a República!
Vivaa!
Caçadores 9 sai do seu quartel dirige-se para o ponto da cidade onde se juntaria ao R.I.10.
...um, dois, xquerd... direit...
Sob o comando do capitão António Amaral Leitão, o Regimento de Infantaria 10 sai do quartel, levando à frente a sua banda que toca A Portuguesa pela primeira vez...
Junto do edifício da Câmara Municipal, na praça de D. Pedro, as forças comandadas pelo capitão Leitão, às quais se juntara um esquadrão de Cavalaria 6, alinham em formação. Nas janelas surge Santos Cardoso e uma bandeira do Centro Democrático Liberal é içada, ouvindo-se vivas à República.
Viva a República!
Viva o Exército Português!
18

O capitão Leitão começa a sentir algum desconforto por as forças do R.I.18 não comparecerem como fora planeado...
Receio que tenhamos sido traídos, tenente Coelho! O R.I.18 não apareceu! Mas mande já seguir o seu pessoal para a praça da Batalha!
No caminho vamos ao encontro do general Fernando de Magalhães. Temos de o persuadir a passar-se para o nosso lado!

A coluna que estava sob o comando do capitão Leitão começou a subir a rua de Santo António na direcção da Praça da Batalha, levando na frente a banda do R.I.10 que tocava A Portuguesa e arrastava consigo uma numerosa multidão de populares...
PERFUMARIA Clothilde
R.I.10

A certa altura, junto à igreja de Santo Ildefonso, a coluna do capitão António Amaral Leitão depara com uma formação da Guarda Municipal que, em posições de combate, lhe barrava o caminho...
Alguns soldados saem da formatura e tomam posições de tiro...
Calma! Não atirem! A Guarda não nos fará mal!
Mas o capitão Leitão enganava-se redondamente...
19

As intervenções humanitárias no pós-Guerra Fria

Em abril de 1991, após o fim da Guerra do Golfo, os aliados criaram zonas refúgio para os Curdos, no norte, e zonas de exclusão aérea para proteger os Xiitas, a sul. A intervenção humanitária no norte do Iraque foi reveladora do novo contexto. Estas populações, que o Presidente Bush tinha incitado à rebelião, foram alvo da repressão por parte do regime de Saddam Hussein. Centenas de milhares de Curdos iraquianos foram obrigados a fugir e a procurar refúgio nas áreas fronteiriças com o Irão e a Turquia. Na resolução 688 de 5 de abril de 1991, o CSNU descreveu o êxodo curdo como "uma ameaça à paz e segurança internacionais", implicitamente enquadrando esta crise interna no âmbito do Capítulo VII da Carta.[4]

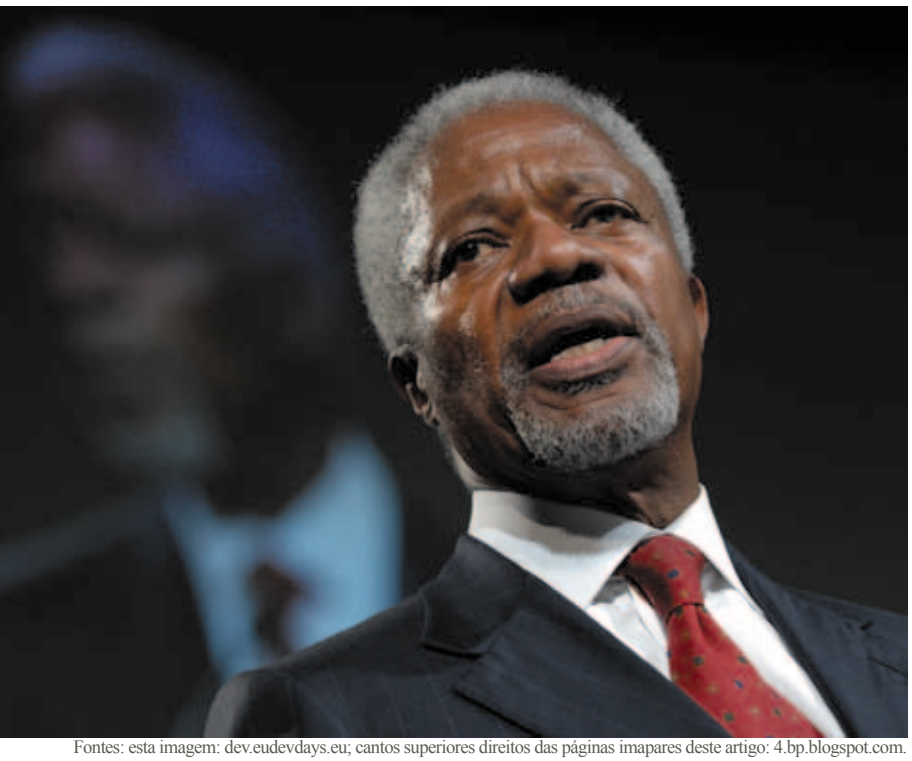
Também a intervenção da ONU de 1992 na Somália foi desencadeada por razões humanitárias, como aconteceu com a NATO no Kosovo. Outras intervenções foram motivadas em parte devido a crises humanitárias: no Haiti, Bósnia, Ruanda, Serra Leoa, Timor-Leste e Kosovo. Mas a ONU é mais conhecida pelos seus fracassos do que pelos seus êxitos nas intervenções humanitárias: o Ruanda o melhor exemplo dessa evidência.

O desastre humanitário no Ruanda prende-se em parte com as dificuldades experimentadas imediatamente antes, na Somália. Em abril de 1994, após um atentado contra o avião presidencial, extremistas Hutus no exército e na polícia iniciaram um ataque concertado contra a minoria Tutsi, e contra os Hutus moderados. Num período de dez semanas, mais de 750.000 Tutsis foram mortos e aproximadamente dois milhões de Ruandeses fugiram das suas casas na maior e mais rápida migração do século XX.

Na altura, a ONU tinha em curso, desde 1993, a missão *UN Assistence Mission in Ruanda* (UNAMIR) para controlar as tréguas e investigar alegações do não-cumprimento das mesmas. Em abril de 1994, o CSNU deliberou a favor da redução da força de 2.539 para 270 militares. Entretanto, o General Dallaire, comandante da força, tinha recebido informação sobre o armamento que estava prestes a ser distribuído à milícia hutu, Interahamwe, e a outros grupos violentos e, preocupado, tinha comunicado a situação a Nova York. Dallaire pediu autorização a Nova Iorque para organizar uma operação usando de "força massiva", mas da sede obteve apenas uma orientação vaga e contemporizadora.

No auge dos massacres, o CSNU decidiu enviar 5.500 militares, afim de proteger os cidadãos e proporcionar ajuda humanitária, mas poucos países se ofereceram para os disponibilizar. O Conselho de Segurança invocou o Capítulo VII para autorizar os Estados-membros, liderados pela França, a montar uma operação multinacional temporária, abrindo assim caminho para o reforço da UNAMIR. Entre 23 de junho e 22 de agosto de 1994, a França interveio no Ruanda com a cobertura legal da ONU (Operação "Turquesa"). No sudoeste do país, as tropas francesas mantiveram uma "área segura" para acolher os refugiados do genocídio.

Imagem retirada do livro *De Coimbra Para o Mundo – 2006-2010, do Cor Cav J. Rodrigues*



Fontes: esta imagem: dev.eudevdays.eu; cantos superiores direitos das páginas imapares deste artigo: 4.bp.blogspot.com.

O clamoroso genocídio (e a igualmente ultrajante inação do CSNU) levou a ONU em 1995 a criar o Tribunal Penal Internacional para o Ruanda. Contudo, nas duas situações atrás referidas, uma ação prévia por parte do Conselho de Segurança teria certamente evitado ou reduzido a dimensão do desastre. Na sua Resolução 1296 de 2000, o CSNU afirma que os ataques contra as populações civis e as "violações sistemáticas, flagrantes e generalizadas" das normas humanitárias e dos Direitos Humanos, "podem constituir uma ameaça à paz e segurança internacional…"[5] O relatório sobre o Ruanda culpa o CSNU de falta de vontade política em aumentar a força de intervenção no Ruanda de forma a estancar o massacre. Em face ao genocídio, conclui o relatório, a ONU "tem uma obrigação de agir que transcende os princípios tradicionais do *peacekeeping*."[6]

A ação da NATO no Kosovo, uma intervenção armada sem autorização prévia do CSNU, foi a mais problemática de todos, embora os argumentos apresentados, que a configuravam como uma intervenção humanitária, tivessem encontrado substancial acolhimento. Ela foi desencadeada pela intransigência sérvia em relação a um acordo político para o Kosovo, durante a conferência de Rambouillet, e pela repressão exercida contra a população kosovar-albanesa, responsável por um êxodo maciço da população. Em poucas semanas, um milhão de refugiados tinha fugido para a Albânia, Macedónia, Bósnia e outros países limítrofes.

Os casos de inatividade do CSNU

O precedente do Kosovo levantou uma série de questões pertinentes, seja no âmbito do Direito internacional, seja com relevância prática para a atuação da ONU. O primeiro quesito prende-se com a legitimidade do uso da força para propósitos humanitários na ausência de uma autorização por parte do Conselho de Segurança. A Rússia, a China e outros países opuseram-se à ação da NATO, alegadamente devido à sua ilegalidade. Contudo, é interessante notar que quando a Rússia propôs uma resolução condenando a ação da NATO, a mesma não colheu os votos necessários, o que faz pensar que alguns Estados sentiam que, apesar de legalidade duvidosa, a intervenção humanitária se justificava. A segunda questão relevante é saber se o bombardeamento da NATO aliviou ou agravou a crise humanitária, por acelerar o fluxo de refugiados, as perdas civis e a destruição de importantes infraestruturas. Não se obteve um consenso, mas a Comissão Independente Internacional sobre o Kosovo concluíu que a intervenção foi "ilegal, mas legítima".[7]

As crises dos anos 90 demonstraram que a força pode ser a única maneira de parar os genocídios, as "limpezas" étnicas e outros crimes contra a humanidade. A controvérsia sobre a intervenção da NATO no Kosovo levou a que o Secretário-Geral, Kofi Annan, criasse a Comissão Internacional sobre Intervenção e Soberania dos Estados para examinar as questões legais, morais, operacionais e políticas, relacionadas com a intervenção humanitária. O seu relatório avança com o conceito da "responsabilidade de proteger", delineando critérios de operacionalização do conceito. O relatório da ONU, *A More Secure World*,[8] lançado em dezembro de 2004, aborda a questão do uso da força sancionado pela ONU. Trata-se, quer de situações de autodefesa, quer de respostas no âmbito das ameaças previstas no Capítulo VII.[9] Em todos os casos, para ser legítimo, o emprego da força deve obedecer aos seguintes critérios:

(1) Seriedade da ameaça: o mal em causa (contra os Estados, ordem internacional ou segurança humana) é suficientemente claro e sério para justificar, *prima facie*, o uso da força militar?

(2) Reto propósito: é claro que o principal objetivo da ação militar é deter ou evitar a ameaça em questão, à parte outras considerações envolvidas?

(3) Último recurso: todas as opções não militares foram exploradas a fundo?

(4) Meios proporcionais: a escala, duração e intensidade da ação militar são estabelecidas com base no mínimo necessário para fazer frente à ameaça em questão?

(5) Balanço das consequências: a ação militar tem probabilidades razoáveis de fazer face à ameaça ou as consequências dessa ação podem ser piores do que a falta dela?

Enquanto se avaliava as implicações para os Estados da "responsabilidade de proteger", o caso do Darfur veio levantar dúvidas sobre a vontade política do CSNU em aceitar força das normas emergentes de intervenção humanitária.

Em 2003, a região ocidental do Darfur,[10] no Sudão, apresentava-se como cenário de outro desastre humanitário. A luta entre as forças governamentais e os rebeldes do Exército de Libertação do Sudão e do Movimento para a Justiça e Igualdade, forçaram milhares de pessoas a abandonar as suas casas, após os ataques das milícias *Janjaweed*, atuando a soldo do regime. As populações ameaçadas procuraram abrigo no país vizinho. No prazo de um ano, o número de refugiados cresceu para 100.000, a que se somavam mais de um milhão de deslocados internos. Várias agências especializadas da ONU intervieram fornecendo ajuda humanitária e alertando a comunidade internacional para a violação dos direitos humanos. Contudo, os seus esforços eram bloqueados pelo governo sudanês.

Foi só em maio de 2004 que o CSNU se pronunciou sobre o assunto, na forma de um apelo ao governo sudanês para desarmar os *Janjaweed* e terminar o conflito. Surgiu então a proposta de ajudar a montar uma missão da União Africana, composta por monitores de cessar-fogo. Uma resolução posterior do Conselho de Segurança sugeriu a possibilidade de a ONU agir, se o Sudão fracassasse no controlo da violência, mas quatro membros abstiveram-se, incluindo a China e a Rússia. Kofi Annan defendeu a necessidade de uma ação mais concertada, no que foi apoiado pelo Secretário de Estado norte-americano, Colin Powell, que, em meados de 2004, definiu o Darfur como um evidente caso de genocídio.[11] Em março de 2005, o CSNU, agindo ao abrigo do Capítulo VII, remeteu a crise de Darfur para o novo Tribunal Penal Internacional (TPI) para punir os responsáveis pelo genocídio.[12] Nessa altura, o número de mortes ascendia já às 180.000/200.000 pessoas e os deslocados a 2.4 milhões de indivíduos. O governo do Sudão afirmou que não cooperaria com o Tribunal.

Fonte: blogs.estadao.com.br.

O caso do Darfur colocava três grandes problemas essenciais em sede da intervenção humanitária. O primeiro está relacionado com os critérios de seleção: porquê é que a ONU interveio na Somália, mas ignorou o Sudão e a Libéria? Ambos sofriam no início dos anos 90 de grandes perdas humanas devido à fome e às migrações forçadas. Porquê é que a ONU ignorou a guerra na Chechénia e não conseguiu responder às crises humanitárias do Congo e do Darfur? O segundo problema prende-se com a questão do *timing*. As ações internacionais não são suficientemente rápidas para salvar milhares de seres humanos, como acon-

Fonte: voltadomundo.com.

teceu na Somália, Srebrenica,[13] Ruanda, Serra Leoa e no Darfur. Preparar uma força de *peacekeeping* leva tempo e as grandes potências, que detêm os meios necessários, geralmente não têm interesse em fazê-lo.

Talvez mais importante, o Darfur pôs em evidência o problema da vontade política e, em concreto, dos interesses dos P-5. Apesar do curso desapontador dos acontecimentos, muitas pessoas acreditavam que os precedentes existentes apontam para o processo em curso de emergência de normas de responsabilidade internacional dos Estados com vista a proteger cidadãos de ataques violentos.[14]

Em julho de 2008, o procurador do Tribunal Penal Internacional (TPI), Luis Moreno-Ocampo, pediu aos juízes do TPI a emissão de um mandado de captura contra o Presidente sudanês, Omar al-Bashir, por "genocídio" no Darfur. Tratou-se do primeiro pedido de detenção de um chefe de Estado em exercício diante do TPI. A possibilidade de julgar o presidente sudanês era remota: o mandato teria de ser aplicado coercivamente pelo CSNU. Tal não era provável, dada a previsível oposição de países como a China ou Rússia.

A questão da "responsabilidade de proteger" também foi posta em cima da mesa a propósito da repressão exercida pelo regime militar de Myanmar aquando da onda de protestos pró-democracia no país, chefiados por monges budistas, em agosto de 2007. A China defendeu que a situação em Myanmar não constitui uma ameaça à paz e segurança regional e internacional. A China opôs-se firmemente à intervenção do CSNU nos assuntos de Myanmar. Pequim afirmou que o problema de Myanmar é um assunto puramente interno dos Birmaneses.[15]

A evolução para a "responsabilidade de proteger"

O conceito de intervenção humanitária foi sendo desenvolvido ao longo da década de 1990 como a "responsabilidade de proteger" (RdP):[16] os Estados têm a responsabilidade primária de proteger os seus cidadãos de genocídio, de morte em massa e de limpeza étnica e que quando eles provarem ser incapazes ou não demonstrarem vontade de cumprir com esta obrigação, a responsabilidade de proteger é transferida para a comunidade internacional.

Embora este não seja um conceito gerado nas Nações Unidas, ele tem vindo a ser operacionalizado em vários mandatos que incluem a proteção dos civis. Efetivamente, as intervenções das Nações Unidas criaram precedentes de que põem em causa a inviolabilidade e a soberania dos Estados.

Em 2000, o Canadá criou a Comissão Internacional sobre a Intervenção e a Soberania dos Estados, presidida por Gareth Evans (ex-Ministro dos Negócios Estrangeiros da Austrália) e por Mohammed Sahnoun (Conselheiro Especial da ONU). O Comité partiu do princípio que tem havido uma mudança conceptual no conceito de soberania que tende a ser visto como responsabilidade e não tanto como uma faculdade de controlo. O Comité considerou que a "responsabilidade de proteger" é "uma norma internacional emergente, ou um princípio orientador do comportamento para a comunidade internacional de Estados, que poderá muito bem ser integrada no direito internacional consuetudinário, se mais consolidada na prática dos países e intergovernamental."[17]

Um dos aspetos positivos, da Cimeira da As-

Fonte: nationalpostcomment.files.wordpress.com.

sembleia Geral de setembro de 2005, foi a figura de compromisso oficialmente consignada como a "responsabilidade de proteger". Pela primeira vez, foi conseguido um consenso global, ao nível dos chefes de Estado e de governo, que declararam que todos os países têm a "responsabilidade de proteger" as suas populações. Os Estados-membros exprimiram a sua determinação em agir coletivamente, através do CSNU, quando uma população estiver ameaçada de genocídio, crimes de guerra, limpeza étnica ou crimes contra a humanidade. Esta RdP não é vaga e indefinida. Ela engloba um leque de deveres que se impõem aos Estados: a prevenção, a ação contra o incitamento à violência, a capacidade de lançar alertas precoces e todo o tipo de medidas que forem apropriadas. São especificados os meios diplomáticos, humanitários e no âmbito da ação coletiva, que podem ser usados pela ONU quando os Estados faltarem aos seus deveres ou forem omissos. Esta disposição prevê, contudo, que a comunidade internacional recorra a medidas diplomáticas, humanitárias ou a outros meios pacíficos "de modo a proteger as populações contra o genocídio, os crimes de guerra, a limpeza étnica e os crimes contra a Humanidade".

Se estas medidas se revelarem inadequadas, compete ao Conselho de Segurança, ao abrigo do Capítulo VII da Carta das Nações Unidas, decidir, caso a caso, o uso da força. A responsabilidade de proteger vai assim permitir a intervenção da comunidade internacional na proteção de civis em casos e exclusivamente de uma manifesta incapacidade, voluntária ou involuntária, de um Estado em pôr cobro a situações extremas no seu território, como genocídio, violações repetidas e em larga escala dos Direitos Humanos e crimes contra a Humanidade.

Tornou-se assim possível aos países coletivamente exercer ação coerciva e, em particular, ação militar, contra outro país, não com o fim de autodefesa nem para evitar uma clássica ameaça à paz e segurança internacional, mas para proteger pessoas em risco dentro de um país. A evolução do Direito Internacional ditou "… a erosão do princípio da não-ingerência e propicia que a soberania seja finalmente apresentada, não como um escudo de líderes opressores, mas como um instrumento ao serviço da proteção dos cidadãos."[18]

Na opinião crítica de Adam Roberts, a "responsabilidade de proteger" é uma responsabilidade dos Estados em relação aos seus cidadãos. Trata-se de "…uma tentativa engenhosa de reformular a questão da intervenção humanitária, mas, até agora, existem poucos indícios de os Estados aceitarem explicitamente tal responsabilidade. A relutância dos estados é devida em parte ao seu nervosismo em subscrever qualquer doutrina que possa criar uma base para a intervenção."[19] O autor conclui que o relatório *The Responsibility to Protect*, discutido no CSNU, "…teve maior impacto no mundo das ideias…do que nas decisões do Conselho até à data."[20]

Fontes: esta imagem: vhirsh.com; imagens das páginas seguintes: fc01.deviantart.net; 2.bp.blogspot.com.

Também Alex Bellamy considera que o conceito perdeu força nos anos a seguir à sua aprovação. Todavia, apesar das boas intenções, e apesar da relativa adesão por parte da comunidade internacional, a verdade é que, fruto das intervenções mal justificadas no Afeganistão (2001) e, principalmente, no Iraque (2003) e devido ao impasses sobre o Darfur, a doutrina da RdP, que começou a ganhar forma em 2005, começou logo a cair em desuso.

Como se tal não bastasse, Bellamy defende que a intervenção no Iraque, em 2003, retirou legitimidade aos EUA e à Grã-Bretanha, enquanto defensores da tese da "responsabilidade de proteger". Essa perda de legitimidade favoreceu aqueles que contestavam o ativismo daquelas nações no CSNU.

O caso da Líbia: as resoluções 1970 e 1973

A Resolução 1793, aprovada a 17 de março, é inovadora pois desenvolve o sentido e a importância da proteção de civis. A ideia da proteção de civis é transversal a toda a resolução, impondo-se como o seu elemento fundamental e como o objetivo principal da intervenção. A existência desta preocupação é cabalmente demonstrada no parágrafo 4, que autoriza a adoção de todas as medidas necessárias referência típica a uma intervenção militar para proteger a população civil na Líbia.

Antes da aprovação da resolução 1973, o CSNU tinha votado por unanimidade a Resolução 1970 (26 de fevereiro) que impunha sanções ao regime de Khaddafi.

A resolução levanta várias questões que vale a pena dissecar. Em primeiro lugar, o Conselho de Segurança lamenta a "violação grosseira e sistemática dos direitos humanos, incluindo a repressão de manifestantes pacíficos", mas também considera que "os ataques generalizados e sistemáticos em curso na Jamhiriya Árabe Líbia contra a população civil podem constituir crimes contra a humanidade". Noutra passagem, o CSNU relembra "a responsabilidade das autoridades líbias em proteger a sua população", uma referência clara à doutrina da RdP. Simultaneamente, o Conselho de Segurança reitera o seu "forte compromisso para com a soberania, independência, integridade territorial e unidade nacional do Jamarhiriya Árabe Líbia".

Esta passagem pode oferecer mais do que uma leitura. A doutrina da RdP afirma que há, em primeiro lugar, uma responsabilidade do Estado de proteger a sua população contra qualquer tipo de crime que atente contra os seus direitos fundamentais. Segundo: são as autoridades internas que, com a ajuda de agências estrangeiras, devem cooperar para construir a capacidade de proteger as populações, nos casos em que os Estados sejam deficitários. Só falhando os anteriores requisitos, é que nasce a responsabilidade de intervenção da comunidade internacional. Por outras palavras, para passar de um nível para o outro é necessário verificar-se a impossibilidade de preenchimento dos sucessivos requisitos.

Nesse sentido, a resolução apelava ao Estado líbio para resolver o problema internamente, de forma a evitar uma intervenção externa, isto é, a passagem ao segundo patamar enunciado na doutrina. Por outro lado, para ser coerente com a doutrina, ao invocá-la incorre-se o risco de ser "puxado" para esta intervenção. Uma leitura alternativa é que aquele parágrafo se referia a uma posição de princípio do CSNU em relação à oposição líbia, ou seja que a mesma, na luta contra o regime, não devia provocar a separação ou divisão da Líbia (como de resto se estava a verificar na Cirenaica).

A resolução 1973 tem um elemento distintivo: permite o recurso a todas as medidas necessárias

à proteção dos civis, mas exclui, explicitamente, o recurso a qualquer ocupação territorial. Daqui resulta, portanto, uma preocupação do CSNU em assegurar que toda e qualquer atuação seja feita no estrito respeito da resolução. O Conselho de Segurança pretendeu aqui evitar excessos de atuação, garantindo que os Estados agiam por razões humanitárias e não motivados por interesses próprios.

Obviamente, tornou-se evidente, desde o início, uma certa indefinição sobre os reais objetivos da intervenção militar: proteger a população ou derrubar o regime. A verdade é que a ideia de intervenção contra a soberania de um Estado gera não poucas resistências, de resto visíveis pelo facto dos países emergentes presentes no CSNU - Rússia, Brasil, China e Índia se terem abstido na votação da resolução. Existe uma relutância evidente, sobretudo nas áreas não ocidentais do mundo, de autorizar o uso da força contra um governo "funcional", mesmo com o objetivo de proteger os civis face a situações de violência inaudita, pois este tem profundas implicações quanto à ideia de uma certa "sacralidade" da soberania dos Estados.

De resto, pode-se contestar a forma como a resolução foi interpretada, pois a mesma estabelece uma zona de exclusão aérea de forma a impedir os ataques das forças aéreas do regime. Há que dizer que a resolução foi elaborada com a habitual habilidade diplomática do CSNU de forma a deixar a porta aberta a uma atuação armada mais abrangente. Assim, a parte fulcral da resolução é aquela que permite "proteger os civis nas áreas povoadas, sob ameaça de ataques na Jamahiriya Árabe Líbia, incluindo Benghazi". Este excerto é aquele que fornece maior latitude às operações, inclusivamente possibilitando atacar as forças do regime que visavam as cidades sob o controle das forças rebeldes.

Fica sempre no ar a questão do objetivo real final da intervenção. A resolução afirmava que o CSNU exigia "a criação imediata de um cessar-fogo e um fim completo à violência e de todos os ataques e violência contra os civis". O objetivo não era pois o de derrubar o regime. O principal objetivo declarado era o de travar os combates para alcançar um cessar-fogo. Não se apelava explicitamente ao derrube de Khadafi, embora se possa supor que era isso o que os países promotores da resolução pretendiam. A leitura subliminar que se pode fazer destas declarações é que não se tratava de um operação meramente reativa: o objetivo final era favorecer a ofensiva rebelde de forma a derrubar o regime.

O caso da intervenção na Líbia suscita uma série de perplexidades relativamente à natureza da intervenção, que se convencionou chamar de "intervenção humanitária".

Seria importante clarifi-

car os conceitos e separar as águas. A especialista Mary Kaldor afirma a nosso ver com muito discernimento que "há uma diferença entre a guerra e a intervenção humanitária, ou como prefiro chamá-lo, uma intervenção da segurança humana. Os atuais ataques contra a Líbia, como os ataques aéreos da NATO contra a Jugoslávia em 1999, destinam-se a fins humanitários, à proteção dos civis, mas os meios são os de guerra."[21]

Outros aspetos que ainda não foram discutidos são as implicações e consequências da RdP quando a intervenção é levada às suas últimas consequências. Uma intervenção RdP, como neste caso, pode envolver a mudança de regime no Estado intervencionado. A questão fundamental é: quanto tempo pode a RdP ser usada para justificar a ocupação prolongada que a experiência e os estudos mostraram ser necessário para construir um ambiente seguro e estável? O mandato do CSNU implementado pelas forças da NATO não terminará certamente com a queda do governo de Khadafi. O terceiro pilar da RdP é a responsabilidade de reconstruir.

Assim sendo, a própria NATO continuará a ter algumas responsabilidades. De resto, terminadas as hostilidades, foram as novas autoridades de Tripoli que solicitaram à Aliança que permaneça no país até ao final do ano. Se a estabilização de Tripoli, após o colapso do governo Khadafi, se tornar um desafio tão grande que as autoridades de transição necessitam de uma assistência internacional robusta, esta é uma tarefa que excede a capacidade da ONU. E aqui poderíamos enfrentar um cenário semelhante ao Iraque após o derrube de Saddam Hussein. Nesta situação, a única opção viável para garantir um ambiente seguro em Tripoli será que as autoridades de transição sejam acompanhadas por conselheiros externos, como aqueles que atuaram durante o conflito. A ONU deverá contribuir para a construção de um ambiente de confiança e segurança e para desempenhar tarefas militares, através dos observadores militares. Tal confiança será necessária para manter as tropas do anterior regime que se encontram

Fontes: miltonbasile.blogspot.com; cartacapital.com.br; cir.usc.edu; 1.bp.blogspot.com.

sob o controle das forças vencedoras, evitando o erro fundamental que se cometeu no Iraque de desmantelar todas as forças do anterior regime. Estas são algumas das dificuldades que se perspetivam na transição para um novo regime.

---

[1] Designação preferida pela Comissão Internacional sobre a Intervenção e a Soberania dos Estados, como consta no relatório "Responsabilidade de Proteger" *The Responsibility to Protect: Report of the International Commission on Intervention and State Sovereignty*, dezembro de 2001, disponível em http://responsibilitytoprotect.org/ICISS%20Report.pdf, p. 9.

[2] A resolução 1199 de 23 de setembro de 1998 é tida como a que fornece a base legal implícita para a atuação da NATO: ela repete exigências políticas feitas anteriormente ao Presidente Slobodan Miloševic, incluindo a cessação das hostilidades, a retirada das tropas e das forças especiais de polícia, o regresso dos refugiados e deslocados, o acesso das organizações humanitárias e a monitorização internacional do Kosovo.

[3] De 10 de junho de 1999. A resolução seguia o modelo dos Acordos de Dayton: estabelecia uma administração provisória para o Kosovo sob a égide da ONU: a *UN Mission in Kosovo* (UNMIK). A administração encarregar-se-ia das tarefas do *peacebuilding* pós-conflito, criando as condições para a definição do estatuto permanente do Kosovo.

[4] Tonny Brems Knudsen, "Humanitarian Intervention Revisited: Post-Cold War Responses to Classical Problems", in Michael Pugh (ed.), *The UN, Peace and Force*, Londres, Frank Cass, 1997, pp. 153-4.

[5] Resolução 1296 de 19 de abril de 2000.

[6] "Report of the Independent Inquiry into the Actions of the United Nations during the 1994 Genocide in Rwanda", S/1999/1257, 15 de dezembro de 1999, p. 38.

[7] V. sobre este assunto Karen A. Mingst e Margaret P. Karns, *The UN in the 21st Century*, Boulder, CO, Westview Press, 2007, pp. 11-12 e o relatório da Comissão Internacional Independente sobre o Kosovo, *The Kosovo Report: Conflict, International Response, Lessons Learned, Oxford, Oxford University Press*, 2000.

[8] United Nations, *A More Secure World: Our Shared Responsibility. Report of the Secretary-General´s High-level Panel on Threats, Challenges, and Change*, 2004 (em http://www.un.org/secureworld/).

[9] Em relação ao Capítulo VII, o relatório faz a distinção entre as ameaças externas e as ameaças internas e a consequente responsabilidade dos Estados de protegerem as suas populações.

[10] Seguimos Mingst e Karns, op. cit., pp. 112-114.

[11] "Powell Declares Killing in Darfur 'Genocide'", Online Newshour, 9 de setembro de 2004 (em http://www.pbs.org/newshour/updates/sudan_09-09-04.html).

[12] Resolução 1593 de 31 de março de 2005.

[13] Os familiares das vítimas acusaram a ONU e a força de paz holandesa de não terem protegido os civis naquela zona, que era uma "*safe area*" da ONU, e instauraram um processo na Holanda contra as Nações Unidas. O tribunal holandês declarou que se considera incompetente para julgar o processo: Isabel Gorjão Santos, "Tribunal holandês reusa julgar as Nações Unidas no processo das vítimas do massacre de Srebrenica", *Público*, 11.07.2008, p. 18.

[14] Seguimos Karns e Mingst, op. cit., pp. 114-5.

[15] "Conselho da ONU debate situação política em Mianmar", EFE, 26/09/2007 (http://noticias.uol.com.br/ultnot/efe/2007/09/26/ult1808u102252.jhtm).

[16] *The Responsibility to Protect*.

[17] Gareth Evans, "A responsabilidade de proteger", Notícias da OTAN, inverno de 2002 (em http://www.nato.int/docu/review/2002/issue4/portuguese/analysis_pr.html).

[18] Teresa Cravo, "Entre a centralidade e a marginalização: a reforma da ONU para o séc. XXI", Working Paper nº 13, 1 de outubro de 2005 (em http://www.ipri.pt/ipri/ipri.html).

[19] Adam Roberts, "The Use of Force", in David Malone (ed.), *The UN Security Council: From the Cold War to the 21st Century*, Boulder, CO, Lynne Rienner Publishers, 2004, p. 147.

[20] Ibid.

[21] "Libya: war or humanitarian intervention?", *open Democracy*, 29 de março de 2011 (http://www.opendemocracy.net/mary-kaldor/libya-war-or-humanitarian-intervention).

Tenente-Coronel SS/Med Rui Pires de Carvalho

A Medicina Militar no tempo das Invasões Francesas

Viatura de Percy (reprodução de gravura do espólio da Direção de Saúde)

Preâmbulo

Em maio de 2009, o Major-General Lopes Henriques, à época Diretor de Saúde do Exército, desafiou o autor a apresentar o tema "A Medicina Portuguesa da Guerra Peninsular ao Presente" no Seminário "Medicina e Farmácia no tempo das Invasões Francesas", que ocorreu na Lourinhã a 23 de junho de 2009.

Após revisão e atualização do seu conteúdo, surgiu a ideia de o propor ao Jornal do Exército. Apresenta-se uma resenha dos aspetos mais significativos no tempo das Invasões Francesas, com breve referência aos antecedentes e período imediato.

Palavras-Chave: Medicina Militar, Guerra Peninsular, Invasões Francesas, Exército.

Antecedentes

Na medicina militar no período da Guerra da Restauração até meados do século XVIII os cuidados estavam praticamente entregues aos cirurgiões[1], muitos dos quais eram simples cirurgiões-barbeiros[2].

No entanto, a sua escassez levava a que os Comandantes dos Terços ou Regimentos os contratassem sem grandes critérios de exigência. Por isso, e de acordo com o instituído na época, recorriam à apreciação e orientação dos físicos da povoação onde a sua unidade estava estacionada. Para complicar a situação, em 1715 chegam a ser suprimidos (medida anulada logo em 1716) os Cirurgiões nos Regimentos de Infantaria e Cavalaria, "por estes se poderem valer dos Hospitais", e os postos de Físico-Mor e Cirurgião-Mor, "por não haver Exército no tempo de Paz"[3]. Também,

em 1715, após a Paz de Utrech, foram despedidos os Enfermeiros seculares dos Hospitais Militares, ficando apenas os religiosos de S. João de Deus[4].

Esta realidade mereceu também a atenção do grande reformador que foi o Conde de Lippe. Este, nos seus Regulamentos de 1763-1764, definiu o número de cirurgiões e ajudantes nos Regimentos, consoante a Arma (Regímentos de Infantaria - no Estado-Maior um cirurgião mor e *seis ajudantes do mesmo*; Regimentos de cavalaria em cada regimento um cirurgião mor e quatro ajudantes de cirurgião), eliminou a intervenção dos comandantes na nomeação dos cirurgiões mores, não podendo ser nomeado nenhum sem prévia apresentação ao Cirurgião Mor do Exército, *o qual o fará examinar de Medicina e de Cirurgia*[5], definiu soldo e equivalência de posto (Ponto 5.º do Capítulo XXV: *O Cirurgião mór vencerá também o soldo, e ração do pão como Alferes*) e faz referência ao seu atavio (Ponto 7.º do Capitulo XVI : *Não será permittido, nem ao Cirurgião mór, nem a outro qualquer, que não entrar no Regimento no numero dos Combatentes, trazer o uniforme, ou a banda*)[6].

Ainda no referido regulamento, o Conde de Lippe entende que *Os capitaens devem contentar--se do Cirurgião, que segue a sua Companhia, se fizer a barba aos Soldados todas as vezes, que for preciso; se tomar grande cuidado dos feridos, e enfermos; se conservar na sobordinação que deve; e encher com exatidão as obrigaçoens do seu lugar*[7]. Neste período, os Ajudantes do Cirurgião eram "fatura" do cirurgião mor, isto é, era ele que os contratava por um período determinado de anos, pagava e era ainda ele que os despedia por incompetência ou outro justificado motivo. Tratava-se de "modestos práticos" mas os regulamentos citados determinavam aos cirurgiões mores que só os recebessem sendo bastante "versados na sua Arte"[8]. Estes eram, por sua vez, coadjuvados por Assistentes e Serventes.

Anos mais tarde, em 17 de junho de 1782, é criada a Junta do Proto-Medicato, pela rainha D. Maria, substituindo as funções dos Físico mor e de Cirurgião-mor, o que irá durar até 1805, data em que D. João VI restaura os cargos referidos[9].

---

[1] "Não tenho notícia que houvesse "Físico" nos terços, o que é natural, por serem muito poucos. Havia um "Físico Mor" em cada exército e "Físicos" nos hospitais. Já cirurgiões, melhores ou piores, a prática da guerra os ia criando o que não sucedia com os físicos, de formação universitária."– REIS, Cor Med Carlos Vieira, *História da Medicina Militar Portuguesa*, pag. 105, Vol I.

[2] "Os cirurgiões dos Terços são uns barbeiros romancistas com pouca ou nenhuma experiência, (…)" (Excerto de Parecer do Conselho de Guerra, em 4 de fevereiro de 1648) – REIS, Cor Med Carlos Vieira, *História da Medicina Militar Portuguesa*, pag. 166, Vol I.

[3,4] REIS, Cor Med Carlos Vieira, *História da Medicina Militar Portuguesa*, pag. 527, Vol II.

[5] No topo da Hierarquia do Serviço de Saúde Militar estavam os Físico-Mor e Cirurgião-Mor do Exército.

[6] REIS, Cor Med Carlos Vieira, *História da Medicina Militar Portuguesa*, pags 178-181, Vol I. Relativamente ao Uniforme e Uso da Banda, estes vieram a ser autorizados em 1782 (REIS, Cor Med Carlos Vieira, *História da Medicina Militar Portuguesa*, pag. 535, Vol II e GIÃO, Dr. Manuel. Algumas notas para a história do Corpo de Médicos Militares, Separata do Jornal da Sociedade das Sciências Médicas de Lisboa, tomo XCI, abril 1927, Tipografia do Comércio, Biblioteca do Exército, n.º 6407 do Inventário: a solicitação partiu dos Cirurgiões-Mores dos Regimentos da Corte, por constatarem trazê-los os do Alentejo, tornando-os mais respeitados dos soldados doentes…).

[7] REIS, Cor Med Carlos Vieira, *História da Medicina Militar Portuguesa*, pag. 178, Vol I.

[8] REIS, Cor Med Carlos Vieira, *Brevíssima História do Serviço de Saúde do Exército*, Revista Militar, Outubro de 2006.

[9] REIS, Cor Med Carlos Vieira, *História da Medicina Militar Portuguesa*, pag. 542, Vol II: contudo, a junta só foi oficialmente extinta por Decreto de 7 de janeiro de 1809.

No entanto, em 1797 foi novamente criado o posto de Físico-Mor (sendo nomeado o Dr. João Francisco de Oliveira), embora com funções mais limitadas aos Hospitais Militares. É de salientar que o campo de jurisdição da Junta do Proto-Medicato ultrapassava a Instituição Militar e abrangia a supervisão da prática da medicina e cirurgia civis (exames de aptidão, por exemplo), incluindo os ofícios de algebrista ("endireita") e sangrador, a saúde pública, etc[10].

Merece, ainda, ser referido que já nos séculos XVII e XVIII há registos de cirurgiões e auxiliares estrangeiros[11].

A partir de 1644, passa a haver sempre notícia de boticários e atividades farmacêuticas no Exército[12]. As funções dos Boticários e o funcionamento das Boticas encontram-se devidamente especificados no Regulamento das Instruções para o Hospital da Corte, de 1 de setembro de 1765, e no Alvará a confirmar o Regulamento dos Hospitais Militares de Campanha, de 7 de agosto de 1797[13]. Neste último documento prevê-se a formação de um Dispensário Geral do Exército e Depósitos. Também em 1797, é publicado o primeiro Regulamento de Serviço de Saúde em que o boticário é designado *pharmacêutico*[14].

Em 1794 foi promulgado um "Alvará determinando a Farmacopea Geral do Reino e Domínios"[15].

Em relação aos cuidados de Enfermagem, é de destacar, desde sempre, o papel de religiosos, em particular os da Ordem de S. João de Deus, que desde a Restauração se evidenciaram em muitos Hospitais Militares, encarregando-se inclusive, muitas vezes, da administração dos mesmos[16]. Também os Ajudantes de Cirurgião, juntamente com Assistentes, Enfermeiros seculares, realizavam cuidados de enfermagem, auxiliados por serventes e forçados[17].

No campo de batalha, esses cuidados eram naturalmente rudimentares e geralmente realizados, "em primeira linha", pelos companheiros, pelas mulheres (é sabido que, até ao século XIX, muitas mulheres acompanhavam os maridos na retaguarda dos exércitos, inclusive numerosas súbditas de Sua Majestade Britânica na Guerra Peninsular[18]) e pelos religiosos que acompanhavam as campanhas.

O ensino civil da Medicina e Cirurgia, no século XVIII e princípios do século XIX, tinha lugar nas Universidade de Coimbra e Escola Cirúrgica do Hospital Real de Todos os Santos, respetivamente. Curiosamente, regista-se que houve, na 4.ª década do século XVIII, a primeira instituição privada, de Ensino Médico em Portugal, com horário pós-laboral[19]: Ensino de Anatomia e Ci-

PRATICA
DE
BARBEYROS PHLEBOTOMANOS
OU
SANGRADORES
REFORMADA,
No qual por perguntas, & repostas, para melhor intelligencia, se declara tudo, o que pertence saber aos Sangradores, para a boa applicação da Sangria, com infinitos cazos, que se apontam, nos quais se pode fazer, ou com lancetas, Ventosas sarjadas, ou Sanguixugas; obra muito preciza para os Sangradores, & necessaria para os Cirurgiões, pelas muitas advertencias, & cazos praticos, que se oferecem, com a decisão de muitas duvidas em quatro Capitulos, em que vay repartida.
POR
LEONARDO DE PRISTO
Da Barreyra, Medico da Villa do Prado.
COIMBRA:
NO REAL COLLEGIO DAS ARTES da Companhia de JESUS.
Com todas as licenças necessarias, & Privilegio Real.

Fonte: imagem de baixo: www.cm-elvas.pt.

[10] REIS, Cor Med Carlos Vieira, *História da Medicina Militar Portuguesa*, pag. 425, Vol I (diploma de algebrista), e pags. 535 a 538, Vol II. Outros exemplos: regulamentação de preços de medicamentos, fiscalização de venda de bebidas espirituosas, etc.

[11] GIÃO, Dr Manuel, Algumas notas para a história do Corpo de Médicos Militares Separata do Jornal da Sociedade das Sciências Médicas de Lisboa, tomo XCI, abril 1927, Tipografia do Comércio Biblioteca do Exército, n.º 6407 do Inventário.

[12] Opúsculo do Laboratório Militar, pag. 9.

[13] BORGES, Agusto Moutinho, *Reais Hospitais Militares em Portugal* (1640-1834), pags. 150 a 158 e 158 a 177.

[14] Opúsculo do Laboratório Militar, pag 10.

[15] REIS, Cor Med Carlos Vieira, H*istória da Medicina Militar Portuguesa*, Voluma II, pag. 536.

[16] REIS, Cor Med Carlos Vieira, *História da Medicina Militar Portuguesa* e BORGES, Agusto Moutinho, *Reais Hospitais Militares em Portugal* (1640-1834). Em 1641 foi-lhes entregue o Real Hospital Militar do Castelo de S. Jorge; em 1645 os de Elvas, Campo Maior e Monção; e em 1646 foram encarregados de fundar, administrar e organizar todos os Reais Hospitais Militares do Reino.

[17] BORGES, Agusto Moutinho, *Reais Hospitais Militares em Portugal* (1640-1834), pags. 155 e 157. Regulamento das Instruções para o Hospital da Corte.

[18] SOUSA, Maria Leonor Machado de (Coord.). A Guerra Peninsular em Portugal. Relatos britânicos.

[19] REIS, Cor Med Carlos Vieira, *História da Medicina Militar Portuguesa*, pag. 183.

Antigo Hospital Militar de Évora

rurgia / Academia dos Ocultos, fundada por António Monravá Y Roca (que tinha sido convidado a lecionar na Escola Cirúrgica do referido Hospital Real e, posteriormente demitido, por alegada incompetência). No entanto, para garantir o ingresso no exército de cirurgiões melhor preparados, no fim do século XVIII, foram fundadas Aulas de Anatomia e Cirurgia dos Hospitais Militares em Almeida (1773), Elvas (1783), Tavira (1786) e Chaves (1789). Estas aulas destinavam-se a ser frequentadas por ajudantes de cirurgião, soldados voluntários e também por civis (pelo menos em Elvas), que, terminado o curso, se dedicavam uns ao Exército e outros à clínica rural[20]. Para dar garantias aos diplomados determinou-se que as vagas de cirurgiões mores na província do Alentejo fossem preenchidas com alunos da aula de Elvas e as da província de Trás-os-Montes com alunos da aula de Chaves.

De referir, ainda, a Escola (de enfermagem) da Ordem de S. João de Deus, em Elvas, onde, em 1741, surgiu o primeiro manual de Enfermagem para os Hospitais Militares[21]. Há notícias que a Ordem tentou, junto de Pina Manique, a criação de um Colégio para frequência de Medicina pelos seus membros[22] e sabe-se de vários religiosos daquela Ordem com o curso de Medicina (por exemplo Frei S. Frutuoso, do Hospital Militar de Chaves).

No que diz respeito a Hospitais, além dos fixos, quer civis (Reais, da Misericórdia, etc), quer militares (praças de armas, Lisboa, Porto, Coimbra), havia a necessidade, em tempo de guerra, de instituir "Hospitais provisórios", por requisição e ocupação de casas ou conventos que tivessem condições para esse efeito, muitas vezes sem qualquer indemnização dos proprietários. O primeiro Hospital Militar construído de raiz foi o da Marinha, inaugurado em 1806 e ainda em funcionamento.

A título de curiosidade, refira-se que na Campanha do Rossilhão (1793-1795) foi atribuído material (incluindo "duas galeras grandes" para levantar feridos, com "oito catres de lona" fornecidas pelo Arsenal) e pessoal para um hospital chamado "volante", que não incluía médicos nem cirurgiões no seu quadro, pelo que para funcionar tinha que aproveitar o 1.º e 2.º médico e os cirurgiões tirados aos regimentos[23].

Em 1797, publicou-se o "Regulamento económico para os Hospitais Militares de Sua Majestade Fidelíssima em tempo de campanha" (Dr. João Francisco de Oliveira). Já em 1792, por outro lado, atestando preocupação social pelos inválidos ou ex-militares sem recursos, iniciou-se a construção do Asilo de Veteranos Militares de Runa, fundado pela Princesa Maria Francisca Benedita, irmã da Rainha D. Maria I.

S DEPUTADOS DA JUNTA DO PROTOMEDICATO

Físico Mor 1806 - Ribeiro Arthur

Os Hospitais dependeriam provavelmente, do ponto de vista logístico, desde 1706, data em que se sobrepõe à Junta dos Três Estados, até 1763, ano em que foi extinta pelo Conde de Lippe, da Vedoria Geral das Tropas (prés, compra e distribuição de mantimentos, transportes, por exemplo). Depois dessa data, interagiriam com a Junta dos Três Estados (abastecimentos), o Serviço de Transportes e as Contadorias das Tropas no Erário Régio[24] (mais tarde, segundo se depreende, substituídas pela Real Junta da Fazenda dos Arsenais do Exército[25]). Desde 1736 ficaram na dependência máxima da Secretaria de Estado dos Negócios Estrangeiros e da Guerra (responsável pela "Saúde Militar"), deixando de estar "sob as ordens da Junta dos Três Estados"[26].

Quanto ao transporte dos feridos e doentes, apesar de algumas tentativas na melhoria do transporte de indisponíveis entre hospitais (quer no que diz respeito à conceção de novas viaturas de uso específico para o efeito, quer em regras de regulação sanitária de evacuação)[27], no campo de batalha ou suas imediações continuavam a verificar-se as mesmas limitações: as baixas eram evacuadas a pé, com o auxílio dos camaradas de armas, em viaturas ou solípedes, *em condições tais que, por vezes, ocorria um agravamento do estado de saúde do paciente*[28]. Também, da inadequada evacuação, resultava *frequentemente, morte lenta no campo, à mercê de roubo, de assassínio, do fogo e da desidratação*[29]…

Já nesta época, no entanto, havia espíritos esclarecidos que tentavam mudar e promover os cuidados de saúde e a humanidade. Foi o caso de Manuel José Leitão, Cirurgião-Mor do Regimento de Cavalaria de Chaves e Lente da Aula de Anatomia e Cirurgia do Hospital Militar de Chaves, que, em 1794, escreveu num tratado de Cirurgia Militar: "*Depois de curádos todos os feridos indiferentemente, sejão os nossos concidadãos, sejam os nossos inimigos cujas feridas prometem maior perigo, e que talvez se não curássem durante o caminho antes de chegarem ao hospital* (…)"[30]! Ou seja, uma postura isenta e profética, mais de sessenta anos antes da Batalha de Solferino e do movimento humanitário que desencadeou e que levou à criação da Cruz Vermelha…O autor, na qualidade de neurocirurgião, não pode deixar de referir, ainda, a publicação, pelo mesmo Cirurgião, de um artigo, no Jornal Enciclopédico em 1789, a propósito de um caso clínico, defendendo que "*os nervos que se distribuem do lado direito, têm a sua origem no lado esquerdo da medulla oblongada e cérebro, e os que se distribuem no lado esquerdo do corpo tinham o seu nascimento no lado direito da base da mesma medulla oblongata e cérebro*"[31]. Esta posição verificou-se várias décadas antes de Broca descrever a área motora da linguagem verbal…

---

[20] REIS, Cor Med Carlos Vieira, *Brevíssima História do Serviço de Saúde do Exército*, Revista Militar.

[21] BORGES, Agusto Moutinho, *Reais Hospitais Militares em Portugal* (1640-1834), GRAÇA, L., HENRIQUES, A. Isabel, *Proto-história da Enfermagem em Portugal*, I Parte.

[22] GRAÇA, L., HENRIQUES, A. Isabel, *Proto-história da Enfermagem em Portugal*, I Parte.

[23] REIS, Cor Med Carlos Vieira, *Brevíssima História do Serviço de Saúde do Exército*, Revista Militar, e GIÃO, Dr. Manuel – *O Serviço de Saúde na Campanha do Rossilhão*, Apontamentos para a sua história, Biblioteca do Exército n.º 11273 do Inventário. Galera era uma carroça grande, de carga, de quatro rodas.

[24] AMARAL, Manuel "*Portal da História*", site da *Internet*.

[25] REIS, Cor Med Carlos Vieira, *História da Medicina Militar Portuguesa*, pag. 575, Vol I (transcrição de manuscrito do Arquivo Histórico Militar).

[26] REIS, Cor Med Carlos Vieira, *História da Medicina Militar Portuguesa*, pag. 530, Vol II.

[27] BORGES, Agusto Moutinho, *Reais Hospitais Militares em Portugal* (1640-1834). Transcrição do Alvará a confirmar o Regulamento dos Hospitais Militares de Campanha, 1797. Recomenda-se a leitura do Título IV (Do transporte dos doentes de um Hospital para outro), pags. 161-162.

[28] REIS, Cor Med Carlos Vieira, *Brevíssima História do Serviço de Saúde do Exército*, Revista Militar.

[29] ASSIS, José Luís, *Cirurgia nas Guerras Peninsulares*, Revista Militar.

[30] REIS, Cor Med Carlos Vieira, *História da Medicina Militar Portuguesa*, pag. 210, Vol I.

[31] REIS, Cor Med Carlos Vieira, *História da Medicina Militar Portuguesa*, pag. 203, Vol I.

Salamanca – Batalhas de Portugal - Tribuna

Por fim, realça-se o papel dos físicos e cirurgiões militares na criação das primeiras sociedades médicas e na implementação de higiene e investigação[32].

Invasões Francesas

No período que antecedeu a primeira Invasão Francesa assiste-se a uma tentativa de reorganização do Exército, que contemplou o Serviço de Saúde. O Regulamento dos Hospitais de 1805, interessante regimento que mantém atualidade em muitos aspetos, reflete a influência das experiências colhidas na Campanha do Rossilhão e das novas doutrinas do Serviço de Saúde dos Exércitos Imperiais, em particular das conceções de cirurgiões como Larrey e Percy. O primeiro preferindo uma rápida evacuação do campo de batalha (concebendo as conhecidas "ambulâncias[33] voadoras"), o segundo dando prioridade à rápida assistência no campo de batalha, com célere colocação no mesmo do pessoal de saúde (através das viaturas de transporte de pessoal conhecidas por ambulâncias de Percy). Ainda este último, em 1809, impulsionou a criação de onze companhias de "Enfermeiros" (uma por Corpo de Exército), que se destinavam aos Hospitais, constituídas por 248 elementos, incluindo operários especializados e cozinheiros[34]. Por sua vez, Larrey concebeu também o sistema de ambulâncias (hospitais)[35] volantes que acompanhavam os Exércitos: cada divisão de ambulâncias dispunha de um Cirurgião-Mor, dois ajudantes, restante pessoal administrativo e outro, somando 340 homens, e 12 viaturas ligeiras (oito de duas e quatro de quatro rodas) e quatro pesadas (o Exército de Itália tinha, em 1797, três destas divisões)[36].

Um dos nossos cirurgiões mais distintos dessa época, Theodoro Ferreira de Aguiar, tinha participado, como elemento da saúde, nas campanhas militares da jovem República Francesa, adquirindo, assim, conhecimentos que se vieram a aplicar no nosso Exército, nomeadamente através da sua contribuição para o supra mencionado Regulamento[37].

Pessoal de Saúde

Em 1805 são restaurados os postos de Físico e Cirurgião-Mor do Exército. O Serviço de Saúde do Exército passava a depender da Junta Central (que reportava ao Ministro da Guerra), constituída por aqueles e um Contador-Fiscal. O Físico-Mor era o "*Chefe immediato de todos os Medicos, e Boticários empregados nos Hospitais Militares*". Este e o Cirurgião-Mor propunham a nomeação dos Médicos e Cirurgiões para os Hospitais e Regimentos (Primeiros e Segundos Médicos e Cirurgiões nos Hospitais; nos Regimentos continuava a haver Cirurgiões-Mores). Estava, ainda, previsto haver, em tempo de guerra, as figuras de Primeiro Médico e Primeiro Cirurgião em cada Exército.

No mesmo ano, é concedida a graduação de Tenentes aos cirurgiões-mores dos regimentos da Corte, medida posteriormente extensiva aos de todas as Unidades (mantendo-se o soldo anterior…). Posteriormente, em 1806, há um decreto concedendo as honras de Coronel ao Físico-Mor do Exército afim de poder exercer a sua jurisdição em tempo de Guerra (a título de curiosidade refira-se que, em 1809, é também atribuída ao Físico-Mor a responsabilidade da inspeção e do licenciamento de venda de licores e bebidas nas lojas…[38]).

Na primeira invasão coube ao Dr. Bernardo José de Abrantes e Castro o desagradável papel de, embora sem o título, chefiar o serviço (substituindo nas funções o Dr. Nunes do Vale) e interagir com os invasores. Digno de nota é o facto deste médico ter proposto ao Príncipe Regente, em 1805, *a união do Hospital Militar de Xabregas no da Marinha*[39]… Conservou-se no cargo até ser preso pela inquisição, como pedreiro livre, em 30 de março de 1809.

Não obstante ter havido progressiva exigência na admissão de cirurgiões, até 1809-1810 continuou a haver nomeações abusivas, pelos Coronéis comandantes de Regimentos (isto é, sem aprovação do Físico-Mor ou mesmo por não terem habilitações legais)[40]. Neste contexto, a 7 de fevereiro de 1810, sob impulso do Marechal Beresford, é criada a Junta de Exames para Cirurgiões Militares, presidida pelo Físico-Mor e tendo por vogais dois cirurgiões. Essa Junta examinava os cirurgiões-mores e ajudantes, sendo os aprovados graduados em capitães e tenentes, respetivamente, medida que permitiu melhorar o seu valor técnico e a sua situação moral e material[41]. Temos notícia dos dois primeiros vogais terem sido Francisco José de Paula e Jacinto José Vieira. Esta Junta teria sido criada por determinação direta de Beresford, o que levou o Dr. Nunes do Vale, Físico-Mor nessa data, a enviar um oficio para o Ministro Pereira de Forjaz, pedindo-lhe para legalizar a situação da Junta, pois a sua criação "lhe fora comunicada diretamente pelo Marechal, não lhe

---

[32] REIS, Cor Med Carlos Vieira – *História da Medicina Militar Portuguesa*.

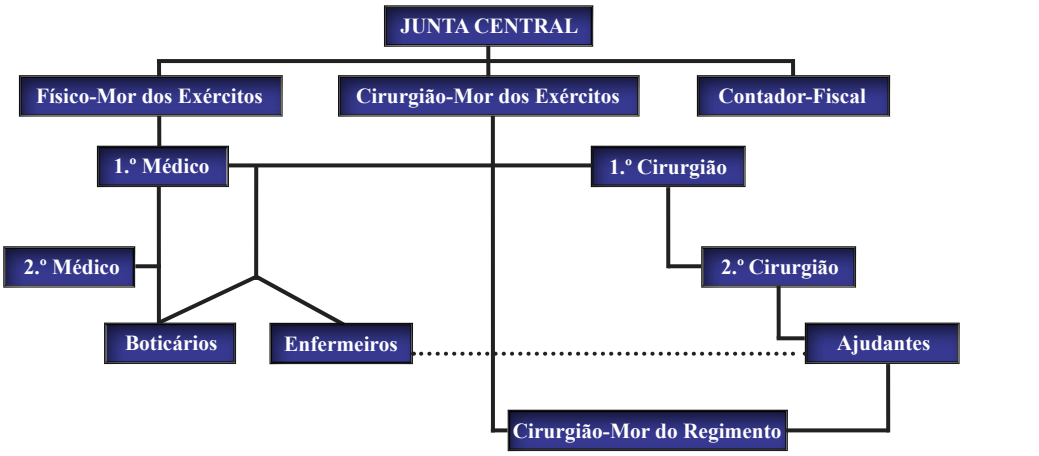
[33] Até aí o termo ambulâncias era sobretudo usado para o conjunto de pessoal, tendas e viaturas dos hospitais volantes.

[34,35,36] DEROO, Éric (Coord.), *La Médicine Militaire: Le service de santé des armées*, pags. 29-43 e *Le Service de Santé de la Révolution au 1er Empire* (1792-1815), Tradition Magazine, Hors Série n.º 28, 2004.

[37] REIS, Cor Med Carlos Vieira – *História da Medicina Militar Portuguesa*, pags. 415-417, Vol I.

[38,39,40] REIS, Cor Med Carlos Vieira, *História da Medicina Militar Portuguesa*; [(38)] – pag. 543, Vol II ; [(39)] – pag. 577, Vol I; [(40)] – pag. 108, Vol I.

[41] REIS, Cor Med Carlos Vieira, B*revíssima História do Serviço de Saúde do Exército*, Revista Militar.



Dependência hierárquica e técnica do 1.º Cirurgião do 1.º Médico a nível hospitalar, salvo em caso de urgência

sendo feita comunicação da Resolução de S. A. R., não sendo o Marechal órgão competente pelo qual se devam comunicar à sua Repartição coisas de semelhante natureza"[42]. Curiosamente, refira-se que uma publicação britânica[43] menciona que o Júri seria constituído por um Inglês e dois Portugueses… Na verdade, sabemos que, em 1810, Beresford mandou vir doze Cirurgiões Militares ingleses, devido à desorganização causada pelo conflito e à perda dos profissionais que foram com a Legião Portuguesa, entre outros motivos. Um deles, William Ferguson, foi nomeado Inspetor-Geral dos Hospitais. O número aumentou para 20 no ano seguinte (há registos de 28 no total, sendo os mais conhecidos, além do já referido: Andrew Halliday[44] e David Barry[45]). Embora os cirurgiões ingleses considerassem a maioria dos Físicos e Cirurgiões portugueses "mais atrasados", muitos deles tinham práticas que hoje se reconhecem mais avançadas: Halliday comenta, lamentando-se, que os Cirurgiões portugueses faziam poucas sangrias[46]… Naturalmente, durante o conflito, muitos foram os médicos e cirurgiões civis que trataram de militares, nas localidades perto de locais de confronto ou onde eram montados Hospitais Militares Provisórios em Hospitais Civis pré-existentes (caso do Dr. António Gomes Silva Pinheiro, no Hospital das Caldas).

Os cirurgiões-mores e os ajudantes de cirurgião pertenciam àquilo que se designava como Pequeno Estado-Maior. Todos os outros médicos pertenciam aos chamados Corpos Civis do Exército.

Nesta época o Pessoal Médico, ao Serviço do Exército, começou a ser contemplado com uniforme devidamente regulamentado (Plano de Uniformes de 1806):

- Casaca azul clara (cor atribuída aos não-combatentes), pantalonas azuis ou brancas, colarinho, canhão das mangas e forro escarlate, botões de prata[47], espadim com elementos prateados e bicórnio sem penacho.

No caso dos "Oficiais, e Pessoas não combatentes empregadas ao serviço do Exército" (Cirurgião-Mor e Ajudante de Cirurgia dos Regimentos):

- Cirurgião-Mor – Um galão em ângulo sobre o braço esquerdo, com as pontas pregadas junto à costura do ombro, e com o vértice a meia distância do ombro ao cotovelo;

- Ajudante de Cirurgia – Dragonas, como o primeiro-sargento, e o ângulo o galão, no braço esquerdo, como fica determinado para o cirurgião-mor.

No caso dos "Empregados nos Corpos Civis pertencentes ao Exército", de Prata:

- Físico-Mor – As mesmas casas, e galões pertencentes ao Contador-Geral dos Hospitais (Sete casas de galões em cada uma das bandas da farda,três ordens do mesmo galão em roda de cada canhão, e uma em roda da gola);

- 1.º Médico – Os mesmos galões pertencentes ao Primeiro Escriturário (três galões em roda dos canhões, um em roda da gola);

- 2.º Médico – Os mesmos galões pertencentes ao Segundo Escriturário (dois galões em roda dos canhões, um em roda da gola);

- Cirurgião-Mor – Sete casas de galões em cada uma das bandas da farda, duas de cada lado da gola, três em cada canhão;

- 1.º Cirurgião – Três casas de galão em cada canhão e duas de cada lado da gola;

Monumento às Guerras Peninsulares na rotunda da Boavista, no Porto

- 2.º Cirurgião – Três casas de galão em cada canhão e uma de cada lado da gola.

Neste último grupo, a publicação da Osprey apresenta a sua interpretação, que se afigura, pelo supra descrito, menos correta. De Prata:

- Físico-Mor – Um cordão fino na margem da manga e colarinho e três galões na manga;
- 1.º Médico – Três galões na manga e um no colarinho;
- 2.º Médico – Dois galões na manga e um no colarinho;
- Cirurgião-Mor – Um cordão fino na margem do casaco, três galões na manga e duas no colarinho;
- 1.º Cirurgião – Três galões na manga e dois no colarinho;
- 2º Cirurgião – Um galão na manga e dois no colarinho.

Os Enfermeiros, por sua vez, eram escolhidos de entre os Ajudantes de Cirurgião, que pertenciam aos diferentes Regimentos aquartelados nos sítios ou praças onde havia Hospital Militar, para os lugares de Enfermeiros Mores, de Enfermeiros Ordinários e Supranumerários (sendo estes ajudados por "Moços", que efetuavam a limpeza das instalações). Os religiosos, em particular da Ordem de S. João de Deus, continuavam, naturalmente, a dar os seus préstimos nesta área.

[Continua no próximo número.]

Militar do Exército Português das Guerras Peninsulares

Fontes: imagem da página anterior: perdidaenelciberespacio.files.wordpress.com; imagem dos cantos superiores direitos das páginas ímpares: www.educolorir.com.

---

[42] REIS, Cor Med Carlos Vieira, *Brevíssima História do Serviço de Saúde do Exército*, Revista Militar. Esta ingerência é confirmada por Girão, no seu trabalho. Algumas notas para a história do Corpo de Médicos Militares: Beresford, em 14 de março de 1810, ordena "que aos doentes com venéreo se dê mercúrio, remédio acreditado em toda a parte e de que os cirurgiões militares fazem pouco uso".

[43] CHARTRAND, René – *Osprey – The Portuguese Army of The Napoleonic Wars*.

[44] REIS, Cor Med Carlos Vieira, *História da Medicina Militar Portuguesa*: personagem pouco simpática, uma vez que tendo estado ao Serviço de Portugal, publicou umas memórias (1812) em que muito denegriu a imagem do nosso País, o que não o impediu de requerer, em 1823, o Hábito da Torre Espada… Da mesma maneira criticou os nossos médicos, esquecendo-se da sua experiência no Hospital de Abrantes em que "um antidisentérico por ele adotado e que era à base de água de cal e leite, e que levou à morte de quase todos os enfermos"… – pags. 445-446, Vol I.

[45] REIS, Cor Med Carlos Vieira, *História da Medicina Militar Portuguesa*: que, tendo alcançado elevado posto no Exército Britânico, se veio a descobrir mais tarde ser uma mulher… – pags. 447-448, Vol I.

[46] CHARTRAND, René – *Osprey* – The Portuguese Army of The Napoleonic Wars.

[47] Segundo o plano de uniformes de 1806 (ver página 42 do livro *Uniformes Portugueses na Guerra Peninsular*, seguido também pela *Osprey*), não se afigurando correta a descrição de botões amarelos na obra *História da Medicina Militar Portuguesa* (volume I, página 327).

Coping e Stress Traumático em Combatentes

Carlos Anunciação, oficial do Exército e licenciado em Psicologia, tem demonstrado particular interesse pela temática da área do stress e stress traumático.

O livro encontra-se estruturado em 3 partes: uma primeira parte que aborda e contextualiza o fenómeno do stress traumático; uma segunda parte que apresenta o estudo que deu o nome ao livro; e uma terceira parte com informações sobre como lidar com o problema e sobre diversas associações de combatentes e de legislação relacionada com o tema.

Conta com o apoio da Liga dos Combatentes e com prefácio do Presidente da Liga dos Combatentes, Tenente-General Joaquim Chito Rodrigues.

ANUNCIAÇÂO, Carlos - Coping e Stress Traumático em Combatentes. Liga dos Combatentes. 1ª Edição, Abril de 2010

"A Guerra Peninsular em Santarém - Impactos da Terceira Invasão Francesa na região em 1810 e 1811"

A Guerra Peninsular em Santarém - Impactos da Terceira Invasão Francesa na região em 1810 e 1811" é o nome da mais recente obra do Major Fernando Manuel da Silva Rita. Este oficial do Exército, natural de Santarém conta no seu vasto currículo duas licenciaturas, é mestre em História Regional e Local e doutorando em História Moderna e Contemporânea, pelo Instituto Universitário de Lisboa (ISCTE).

Este estudo reveste-se agora de um renovado interesse, num período em que se comemoram duzentos anos sobre os acontecimentos que decorreram no concelho de Santarém, durante a Terceira Invasão Francesa. Fruto de interessantes pesquisas, esta obra é caracterizada pelo Major-General, Adelino de Matos Coelho, Director da Direcção de História e Cultura Militar do Exército "como um contributo importante para o acervo bibliográfico e historiográfico publicado no tempo de comemorações dos 200 Anos da Guerra Peninsular e da sua publicação resultará um incentivo ao autor para prosseguir um trabalho especializado, na pesquisa e exploração das fontes históricas portuguesas sobre a Guerra Peninsular".

Fernando Manuel da Silva Rita "transporta-nos facilmente", continua o Major-General, "ao contexto histórico daquela época, dando relevo aos impactos sociais, políticos, patrimoniais e económicos, bem como às respectivas consequências resultantes da ocupação militar da região". De Linguagem clara e de forma esquematizada, "no desenvolvimento da obra, Fernando Rita aborda o emprego e a distribuição do "donativo britânico" e as "providências reais", como contributos para a recuperação das actividades económicas e do património das populações afectadas, que tiveram um papel primordial na resistência ao invasor". No terceiro e último capitulo, "o autor discorre sobre a organização militar das unidades portuguesas que actuaram na região de Santarém, realçando a actividade operacional e os serviços de apoio logístico, com destaque para o reabastecimento e alimentação das tropas, os transportes e os serviços de saúde.

RITA, Fernando Manuel da Silva, "A Guerra Peninsular em Santarém - Impactos da Terceira Invasão Francesa na região em 1810 e 1811". Prefácio - Lisboa, 2011

MILICIA

WWW.MILICIAPRO.COM

SEDE
Showroom
Nova Loja

+80 Marcas
Loja 170M²
Showroom 180 M²
Estacionamento
700 M² Armazém

FARDAMENTO
EQUIPAMENTO
SEGURANÇA

5.11 TACTICAL SERIES

BLACKHAWK!

Aimpoint, American Body Armor, AmeriGlo, Arktis, Armor Accessories, Bates, BCB, Bianchi, C-A-T, Sam Medical CAA Tactical, Cadex, CamelBak, Crimson Trace, Defcon 5, Defense Technology, Eagle, Eberlestock, ESS, Explorer First Choice, Fisher Labs, Forensics Source, Peli, GoldEck, Hatch, Hawke, Hellstorm, Hiatt, Inova, Lansky, Ledwave Libervit, Marlow, Maxpedition, MOD, Monadnock, Oakley, Otis, Fox, Peltor, Protech, Quickstep, Savvy Armor Second Chance, Seeker, Sog, Suex, SureFire, Tactical Medical, Taser, TSSI, United Shield, Garret, Tristar Armored Cars

Visite-nos na Av Poeta Eugénio de Andrade, nº 1267 - Canidelo VNG
coordenadas GPS: 41,115871 / -8,648119

Diabetes Ocular

O que importa saber?

O que é a Diabetes?

É uma doença decorrente da incapacidade em regular o açúcar (glucose) no sangue.

A insulina permite que a glucose seja utilizada pelos tecidos ou transformada no fígado para armazenamento.

No diabético, a glucose não é usada convenientemente, quer por falta de produção de insulina (tipo 1), quer por incapacidade das células de utilizá-la (tipo 2). Há acúmulo de glucose no sangue, levando a que determinados tecidos não consigam utilizá-la e outros se vejam afectados pelo seu excesso.

A tipo 1, 10% dos casos, manifesta-se na infância ou adolescência. É tratada com insulina.

A tipo 2, 90%, manifesta-se depois dos 45 anos. Habitualmente é tratável com dieta e medicação oral, no entanto, metade acaba por necessitar de insulina.

Pode aparecer na gravidez e desaparece após o parto.

Em Portugal a quantidade de diabéticos é estimada em meio milhão.

Os níveis elevados de açúcar podem levar a alterações estruturais dos vasos sanguíneos. O oxigénio e outros nutrientes, não chegam aos tecidos, levando ao compromisso das suas funções. São mais afectados cérebro, coração, rins e os olhos, aumentando o risco de AVC, enfartes, insuficiência renal e perda de visão.

Porque é preocupante para o olho?

É uma das principais causas de cegueira no mundo desenvolvido, e a principal abaixo dos 65 anos.

Como é o olho afectado?

A retina é a estrutura mais afectada. Funciona como película onde são captadas as imagens. Os vasos sofrem alterações estruturais, dilatando e deixando de ser estanques, provocando hemorragias e exsudação de líquido. Deste modo, aparecem na retina edema e hemorragias (retinopatia). A afectação da visão dependerá da extensão e da localização das lesões, sendo mais graves as que afectam a porção central (mácula).

A deficiente oxigenação da retina é o estímulo para que novos vasos (neovasos) se desenvolvam. No entanto, estes têm paredes pouco estanques sendo fonte de novas hemorragias e exsudações.

Como evitar os neovasos?

Destruímos a retina que menos nos faz falta, para que tenhamos nutrição suficiente para a porção central (mácula). Tal é feito com laser.

Mitos sobre o laser

É frequente o receio por parte dos pacientes relativamente ao laser. Está provado que o atraso no início do tratamento é a principal causa de insucesso.

Como o objectivo do laser é sobretudo a estabilização da retinopatia, é muito importante não protelar pois está-se a perder retina a cada momento que passa.

Conhecer os sintomas é suficiente?

Variações bruscas dos níveis de açúcar no sangue pode provocar turvação da visão, enquanto situações avançadas, nas quais as lesões não afectam a porção central da retina, é possível passarem sem sintomas.

A resposta é claramente não.

Consultar o médico de família é suficiente?

O olho é um órgão que exige um nível de conhecimento muito elevado para poder ser convenientemente analisado. O clínico geral é importantíssimo, mas neste caso não é suficiente.

Quem se deve consultar?

O oftalmologista é antes de mais um médico e como tal habilitado a entender a doença, especializado em olhos.

A consulta deve ser anual, salvo surgimento de sintomas ou indicação em contrário por parte do médico.

Que exames podem ser importantes?

Os exames mais usados são a angiografia na qual é injectado na circulação uma substância (fluoresceína) sendo posteriormente analisado o seu comportamento nos vasos, podendo-se tirar conclusões acerca da integridade dos mesmos e o OCT que permite estudar as dimensões da retina, importante em situações de edema.

Quando é necessária a cirurgia?

A causa mais frequente é a catarata.

No entanto, em casos muito avançados, com hemorragias ou descolamentos de retina, é necessário proceder a cirurgia denominada vitrectomia de modo a tentar repor a estrutura original do olho. Mesmo assim, a função pode permanecer seriamente afectada.

O glaucoma avançado também podem requerer procedimento cirúrgico.

O que deve fazer por si o diabético?

Dieta, exercício, não fumar.

Cumprir a medicação.

Consultar regularmente o oftalmologista.

Dr. Sérgio Ribeiro

ASSOCIAÇAO PORTUGUESA DE COLECCIONADORES DE ARMAS

Apresentação de candidaturas para novos membros e cursos de formação para obtenção da Licença de Coleccionador.

Encontram-se abertas as candidaturas à admissão de novos membros assim como as inscrições no curso para obtenção de Licença de Coleccionador.
(curso com número limitado de participantes).

Informações e contactos:
Travessa do Poço Novo, nº8
2750-469 Cascais Portugal
apca@sapo.pt
telefone: 214832321
Horário: das 10 às 17 h. (fechado à segunda-feira)

EXÉRCITO
RECRUTAMENTO
O FUTURO É AQUI...
www.exercito.pt 800 20 12 74 recrutamento@mail.exercito.pt

€2,00 (IVA incluído)
Ano LIII - nº 615
Março de 2012

jornal do Exército

Primeiro-Ministro visita Regimento de Infantaria N.º 14 em Viseu

Soluções mais55

Connosco o seu ordenado ou reforma tem mais valor.

Adira à Super Conta mais55 e saiba tudo o que o seu ordenado ou reforma lhe podem dar.

No Santander Totta trabalhamos todos os dias mais para merecer a confiança dos nossos Clientes. Para lhe podermos disponibilizar as soluções que dão mais valor ao seu ordenado ou reforma.

Domicilie o seu ordenado ou reforma no mínimo por 25 meses e receba, sem sorteio, à sua escolha:

Oferta Exclusiva

Câmara de Filmar Toshiba Camileo P20

Máquina de Café Delta Qool

LCD AV Toshiba 19"

GPS Garmin nüvi 2200

Máquina Fotográfica Samsung ES80

Para ordenados a partir de 375€ ou reformas a partir de 300€*	Para ordenados ou reformas a partir de 1.500€*

Conheça ainda as Soluções de Poupança mais55 que oferecem ao seu dinheiro toda a segurança com uma rentabilidade muito atractiva!

* O valor mínimo de ordenado ou reforma líquido domiciliado para acesso a um dos equipamentos é de 375€ e 300€ respectivamente, excepto para o LCD TV que é de 1.500€. O pedido de equipamento deve ser efectuado pelo Cliente até 31 de Dezembro de 2011 (válido para novas domiciliações de ordenado ou reforma), devendo a 1ª domiciliação de ordenado ou reforma e reclamação do equipamento ocorrer nos 3 meses subsequentes. Caso cessem as domiciliações de ordenado ou reforma, antes de decorridos 25 meses, por causa não imputável ao Banco, o Cliente deverá devolver o valor de 300€ no caso do LCD TV e 150€ para os restantes equipamentos, na proporção do prazo não decorrido. Oferta limitada ao stock existente. A qualidade do equipamento e a sua garantia são da responsabilidade exclusiva dos fornecedores.

Santander Totta
O Valor das Ideias

PROTOCOLO

Jornal do Exército
ÓRGÃO DE INFORMAÇÃO, CULTURA E RECREIO DO EXÉRCITO PORTUGUÊS, CRIADO POR PORTARIA DE 14JUL60

Capa

Foto: 1º Sargento FA Chaves

Monumentos com História Militar
Memorial "Ao Colégio Militar" – 4
Editorial – 5
Figuras e Factos – 6
História da Academia Militar – 14
EUROFOR
EUROPEAN UNION BATTLE GROUP 2011-2
(ERF EU DG 2011-2) – 42
Biblioteca do Exército – 46

A Medicina Militar
no tempo das Invasões Francesas – 34

A Génese
dos Torneios e Justas – 16

Plataformas eletrónicas de controlo e gestão
em uso no Comando da Logística – 24

Suplemento Banda Desenhada:
“A Portuguesa – História de um Hino”
Pág: XXI a XXIV

Os artigos publicados com indicação de autor são da inteira responsabilidade dos mesmos, não refletindo, necessariamente, o pensamento da Chefia do Exército Português

PROPRIEDADE DO ESTADO-MAIOR DO EXÉRCITO
Direção, Redação e Administração: Largo de S. Sebastião da Pedreira, 1069-020 Lisboa, Telef: 213 567 700, Fax Civil: 213 567 791 Militar: 414 091, E-mail: jornal.do.exercito@mail.exercito.pt, jornal.exercito@sapo.pt, E-mail - Intranet: Jornal do Exército, Home page: www.exercito.pt DIREÇÃO - Diretor: Coronel de Infantaria José Custódio Madaleno Geraldo; Sub-Diretor: Tenente-Coronel J. Pinto Bessa. REDAÇÃO - Chefe: Tenente-Coronel J. Pinto Bessa; Assistente de Redação: 1.º Sargento Anjos Das Neves; Redatores: Alferes RC Nelson Cavaco, Alferes RC Filipa Domingos; Operadoras Informáticas: Assistente Técnica Elisa Pio, Assistente Técnica Guiomar Brito; SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS - Chefe: Tenente-Coronel António N. Marcos Andrade; Auxiliares Sargento-Ajudante João Belém, Sargento-Ajudante Luís Silva; Operadoras Informáticas: Assistente Técnica Joana Moita; Assistente Técnica Tânia Espírito Santo; COLABORAÇÃO FOTOGRÁFICA - Lusa - Agência de Notícias de Portugal, SA; Centro de Audiovisuais do Exército RCRPP/GabCEME; EXECUÇÃO GRÁFICA - PERES - SOCTIP Indústrias Gráficas, SA, Estrada Nac. 10, Km. 108,3 - Porto Alto, 2135-114 Samora Correia, Telef. 263 009 900 - Fax 263 009 999, acosta@peres-soctip.pt Tiragem - 6 000 exemplares Depósito Legal - nº 1465/82 ISSN - 0871/8598

Memorial "Ao Colégio Militar"

O memorial "Ao Colégio Militar" nasceu da ideia de um grupo de antigos alunos em junho de 1925, ano em que se completavam cem anos sobre a morte do Marechal Teixeira Rebelo.

Para darem corpo a esta ideia de evocar a obra do fundador do Colégio Militar, constituíram uma comissão promotora, que foi prontamente subscrita pelos alunos, ex-alunos e outras pessoas afetas ao colégio.

O projeto foi concebido por dois ex-alunos, um arquiteto e um engenheiro, e fundido na Fábrica do Braço de Prata, sob a direção de um engenheiro, também ele antigo aluno do colégio.

O memorial encontra-se localizado no Parque Teixeira Rebelo, caracteriza-se pelas suas formas simples, conjugando o bronze e o branco da pedra de lioz.

O fator principal da sua composição são as divisas da Ordem Militar da Torre e Espada, com cujo grau de Cavaleiro o Colégio foi condecorado em 1920. Em três das suas faces estão representados em baixos relevos, o Valor, a Lealdade e o Mérito e, na quarta face, a principal, encimada pelo escudo nacional, estão esculpidas as legendas *Ao Colégio Militar 1802 e Os Antigos Alunos 1932* e gravadas as palmas da Grã-Cruz da Ordem da Instrução, com que o Colégio foi condecorado em 1931.

Por baixo destas faces serve de base ao monumento uma cruz, onde estão esculpidas as palavras Valor, Lealdade e Mérito, correspondentemente aos baixos-relevos das faces e, a insígnia da Torre e Espada, correspondente à face principal.

Foi inaugurado a 3 de março de 1932 e descerrado pelo então Presidente da República Marechal Carmona.

Alferes RC Nelson Cavaco

INFORMAR PARA BEM SERVIR

O *Jornal do Exército* (JE) orgulha-se de noticiar a visita do Primeiro-Ministro de Portugal, Dr. Pedro Passos Coelho, ao Exército Português por ocasião do dia festivo do Regimento de Infantaria N.º 14 (RI 14), em Viseu. Este regimento foi organizado há mais de dois séculos; data a sua constituição de 1807, ano em que Napoleão mandou invadir Portugal com um Exército comandado por Junot. Durante a Guerra Peninsular esta venerável unidade participou em inúmeras batalhas e ações, onde desempenhou sempre um papel decisivo para a vitória das forças aliadas, das quais destacamos a Batalha do Bussaco, em 27 de setembro de 1810; Sítio da praça de Olivença, desde 9 até 15 de abril de 1811; 3.º Sítio de Badajoz, desde 17 de março até 6 de abril de 1812; Batalha de Vitória, em 21 de junho de 1813 e na Batalha de Toulouse, em 10 de abril de 1814, que deu aso à abdicação do imperador dos franceses e ao seu exílio na ilha de Elba.

Uma das outras campanhas em que este regimento se notabilizou foi I Grande Guerra, depois da Alemanha ter declarado guerra a Portugal a 09 de março de 1916. O envolvimento de Portugal neste conflito deu-se primeiro na África portuguesa [Angola e Moçambique], com cerca de 50 000 homens. Como transcreve Conde Falcão no livro Imagens da I Guerra Mundial "Em Janeiro de 1917, Portugal marcava presença no teatro europeu, tendo destacado para a Flandres um Corpo Expedicionário [C.E.P.] sob o comando do general Tamagnini, constituído inicialmente por uma Divisão sob o comando do General Gomes da Costa, e posteriormente por duas divisões, com efectivos totais de 1551 oficiais e 38 034 praças (os sargentos faziam à época parte da classe das praças)". Foi nesta Guerra que o RI 14 se distinguiu mais uma vez, em particular no Raid que a Companhia pertencente ao Batalhão de Infantaria 14 executou no dia 19 de Março de 1918. Pelos bravos feitos foi assim condecorada com a Cruz de Guerra de I.ª Classe, "Pela bravura e intrepedez com que realizou esta operação em que atingiu todos os objectivos que lhe tinham sido determinados [...], demonstrando assim as qualidades ofensivas do soldado português, com que muito contribuiu para fortalecer o moral das tropas e para realçar o seu prestígio perante os nossos aliados."

Hoje como ontem, o RI 14 continua a cumprir Portugal e por isso o Primeiro-Ministro o dignificou com a imposição das insígnias de Membro Honorário da Ordem Militar de Avis. Como soldados que somos, deste secular Exército, sentimo-nos honrados com este reconhecimento, pois como dizia o Capelão e Professor da Academia Militar, António dos Reis Rodrigues, numa conferência proferida no Colégio Militar, intitulada - A Apologia do Exército, perante os alunos do 6.º e 7.º anos, no dia 21 de maio de 1959 " […] o Exército é a melhor segurança da paz e, por esse motivo, uma das mais eficazes salvaguardas da civilização. […] Nos casos vulgares dos países civilizados, em que a soberania nacional é limitada, como entre nós, pelas exigências do direito e da boa vizinhança internacional, logo o Exército surge na sua verdadeira fisionomia: aprestado unicamente para o serviço da ordem, interna e externa, condição da paz e da felicidade dos homens. É a ordem que visa, é o amor da paz que o define. Prepara-se para a guerra, travará a guerra se ela tiver de vir. Mas não deseja a guerra, nem existe afinal senão para a evitar."

A fazer jus a estas palavras são relevantes a participação do Exército, com Forças Nacionais Destacadas, nas missões da Organização das Nações Unidas, da Organização do Tratado do Atlântico Norte e da União Europeia, a fim de manter e impor a paz em diversos pontos do Mundo.

O JE traz-nos mais uma vez artigos diversificados que esperamos serem do agrado dos nossos leitores, dos quais destacamos "A Génese dos Torneios e Justas", da autoria do Dr. Rui Dias. O Comando da Logística traz-nos um artigo, que aborda a gestão eficaz e eficiente dos recursos disponíveis no Exército intitulado "Plataformas eletrónicas de controlo e gestão em uso no Comando da Logística". O Major-General Martins Ferreira partilha connosco os aspetos mais relevantes do seu Comando do EUROFOR Force Headquarters e do Battle Group Package, baseado na sua experiência pessoal. A Guerra Peninsular é mais uma vez assinalada com a última parte do artigo "A Medicina Militar no tempo das Invasões Francesas", da autoria do Tenente-Coronel Médico Rui Pires de Carvalho. José Pires continua com mais quatro páginas inéditas do seu notável trabalho "Contra os canhões marchar, marchar! A Portuguesa: História de Um Hino".

José Custódio Madaleno Geraldo
Coronel de Infantaria

Primeiro-Ministro de Portugal presidiu às cerimónias no Regimento de Infantaria N.º 14

Foto: 1º Sargento FA Chaves

O Regimento de Infantaria N.º 14 (RI 14) comemorou uma vez mais o seu dia da Unidade. Neste dia tão especial para os militares e civis que servem no "14", foi uma honra e um privilégio receber na casa dos "Viriatos", o Primeiro-Ministro de Portugal, Dr. Pedro Passos Coelho, que presidiu às cerimónias, entre outras individualidades políticas e militares.

Nos termos do nº 7 da Portaria nº 10 480 de 4 de setembro de 1943, foi fixado, como dia festivo do RI 14, o dia 19 de março, por ser a data em que alguns elementos desta Unidade se distinguiram na Campanha da Flandres em 1918.

O Dia festivo do RI 14 comemora um feito que indiscutivelmente toca profundamente nos mais íntimos sentimentos de todos os Viriatos e que faz jus a uma das páginas de grande glória da brilhante História do nosso Povo.

Recorda um Raid efetuado sobre as linhas alemãs, a 19 de março de 1918, por uma Companhia do Batalhão organizado pelo RI 14, comandada pelo Capitão Vale de Andrade, que integrou o Corpo Expedicionário Português, criado a 17 de janeiro de 1917, para participar no esforço Aliado no conflito contra a Alemanha, durante a 1ª Guerra Mundial. Devido a este feito, a Companhia foi louvada e condecorada com a Cruz de Guerra de 1ª Classe.

Foto: 1º Sargento FA Chaves

A figura de Viriato foi institucionalizada como patrono do RI 14 por despacho de 30 de julho de 2006 do General Chefe do Estado-Maior do Exército. As suas extraordinárias qualidades humanas e militares, valeram-lhe o atributo de figura mítica da História, que a tornou digna de ser escolhida pelos militares do RI 14 como exemplo e estímulo a seguir em todas as missões e tarefas que cumprem.

Do programa de atividades do dia festivo do RI 14, constaram os seguintes eventos:

- Içar da Bandeira Nacional;
- Alvorada festiva junto à Câmara Municipal de Viseu, pela Fanfarra da Brigada de Intervenção, seguida do tradicional desfile de uma Companhia, pelas principais artérias de Viseu, até à Cava de Viriato;
- Cerimónia de Homenagem a Viriato, na Cava de Viriato;
- Guarda de Honra ao Primeiro-Ministro na avenida do RI 14;
- Cerimónia de Homenagem aos Mortos, realizada junto ao monumento existente no interior do Regimento;
- Cerimónia Militar, com imposição das insígnias de Membro Honorário da Ordem Militar de Avis, no Estandarte Nacional Regimental;
- Assinatura do Livro de Honra;
- Visita à exposição de viaturas, material e equipamento, e às instalações do 2º Batalhão de Infantaria;
- Almoço de convívio.

Durante a Cerimónia Militar, o Primeiro-Ministro de Portugal impôs as insígnias de Membro Honorário da Ordem Militar de Avis, no Estandarte Nacional do RI 14.

O titulo de Membro Honorário da Ordem Militar de Avis foi atribuído por alvará de 22 de fevereiro do Presidente da República, e teve por base a verificação da prática continuada de atos e serviços altamente meritórios, relevantes e distintos, alguns em campanha com risco de vida, reconhecidos por entidades nacionais e internacionais e que contribuíram, de modo muito significativo, para o prestígio das Forças Armadas e do País, por feitos de heroísmo militar e cívico.

As atividades relativas às comemorações do Dia da Unidade, iniciaram-se a 16 de março com um concerto da Orquestra Ligeira do Exército, que decorreu no Pavilhão Multiusos de Viseu, e que com agrado foi assistido pela população da região, que desta forma se associou aos seus militares neste evento.

Como vem sendo já uma tradição, no dia seguinte, 35 pintores estiveram presentes no Regimento para mais um Encontro de Pintura, e que este ano foi dedicado a "tema livre". Os trabalhos decorreram em ambiente de são

convívio, e que contou com a presença de inúmeras pessoas de todas as idades, que no âmbito do programa de "Portas Abertas", nos quiseram visitar.

A tradicional e emblemática prova pedestre "Viriatos", na edição de 2012, realizou-se no domingo, 18 de março. Esta prova, inscrita no calendário da Associação de Atletismo de Viseu, contou com a presença de 247 participantes dos vários escalões. Teve o seu início junto ao monumento a Viriato, na Cava de Viriato, e percorreu as principais artérias da cidade de Viseu até ao RI 14, numa distância de 11,5 Km e 8,5 Km para os atletas masculinos e femininos, respetivamente. Após a distribuição de troféus aos atletas que se destacaram, foi servido o "rancho à moda do RI 14", num almoço de convívio no rancho geral da Unidade.

Com a colaboração do Museu Militar do Porto, foi possível mostrar à cidade, uma invulgar exposição, com o tema "O Humor no Jornal do Exército 1961-1974" que agradou a quem teve a oportunidade de a visitar. Esta exposição esteve patente no Palácio do Gelo, de 16 a 25 de março, num espaço habitualmente cedido por esta entidade a várias iniciativas do RI 14.

Ministro da Defesa Nacional visitou o Comando das Forças Terrestres

No dia 24 de fevereiro, o Ministro da Defesa Nacional (MDN), Dr. José Pedro Aguiar-Branco, visitou o Exército materializando-se esta visita ao Comando das Forças Terrestres (CFT).

O MDN e a sua comitiva chegaram ao CFT cerca das 11h00 onde foram recebidos pelo Chefe do Estado-Maior do Exército (CEME), General Artur Neves Pina Monteiro, pelo Tenente-General Vítor Manuel Amaral Vieira, pelo Comandante da Unidade de Apoio e pelo Sargento-Mor do CFT.

As honras militares regulamentares à chegada do MDN foram prestadas por uma Guarda de Polícia do Regimento de Lanceiros N.º2, após o que teve lugar a tradicional apresentação de cumprimentos de boas vindas, na Sala de Honra deste Comando.

Foto: CAVE

No cumprimento do programa da visita o General CEME brifou o MDN colocando-o a par da atual situação do Exército, com especial enfoque nos Elementos da Componente Operacional do Sistema de Forças do Exército (ECOSF).

Após o brifingue, teve lugar, no Centro de Operações Terrestres, um *Staff update*, onde o MDN pode assistir ao ponto de situação relativo às atividades que se encontram em curso nas Unidades da Componente Terrestre e cujo acompanhamento diário é levado a cabo pelo Estado-Maior do CFT. Entre outros assuntos foram abordados os efetivos dos ECOSF, o aprontamento de forças com destino aos vários Teatros de Operações, a retração do Líbano, emprego da Engenharia Militar, quer em apoio das populações (Plano de Atividades Operacional Civil) quer em prol das Unidades do Exército (Plano de Atividades Operacional Militar), o Elemento de Defesa Biológica Química e Radiológica, o Plano Integrado de Treino Operacional, a execução dos Planos Lira, Aluvião e Vulcano e ainda os protocolos em vigor efetuados entre Unidades do CFT e instituições civis, no âmbito das outras missões de interesse público (OMIP).

No decurso do *Staff update* foi efetuada a ligação, em vídeo-conferência, às Brigadas, Zonas Militares e à Direção de Comunicação e Sistemas de Informação onde, os seus Comandantes e Diretor, deram conhecimento, ao MDN, das atividades mais significativas que decorreram ou que estão em curso nestas Grandes Unidades, Zonas Militares e Direção, destacando-se o início do Exercício PRISTINA durante o qual terá lugar a avaliação da prontidão operacional do 1.º Batalhão de Infantaria da Brigada de Intervenção, com vista à sua certificação, força esta a projetar para o Teatro de Operações do Kosovo em meados de março do corrente ano.

O MDN teve ainda oportunidade de falar com os Comandantes das Forças Nacionais Destacadas em missão no Afeganistão, Kosovo e Líbano, após o que se dirigiu aos militares que prestam serviço no Centro de Operações Terrestre e a todos quantos assistiram, por vídeo-conferência, a este *Staff update*.

Houve ainda lugar a um almoço volante no rancho geral seguindo-se uma visita ao Quartel-General das Operações Especiais que se encontra colocalizado com este Comando.

A visita terminou após a assinatura do Livro de Honra do CFT.

SEADN visita à EPI e ao CMEFD

A Escola Prática de Infantaria (EPI) e o Centro Militar de Educação Fisica e Desportos (CMEFD) recebeu avisita do Secretario de Estado Adjunto e da Defesa Nacional (SEADN), Dr. Paulo Braga Lino, em 29 de fevereiro. A acompanhá-lo esteve o Chefe do Estado-Maior do Exército, General Artur Neves Pina Monteiro, o Tenente-General Francisco António Correia, Comandante da Instrução e Doutrina (CID) e o Major-General Santos de Carvalho, Diretor de Formação do CID.

Da visita, que muito honrou todos aqueles que servem na Escola, salienta-se a apresentação de cumprimentos por parte dos Oficiais, dos Sargentos, uma representação de Praças e funcionários Civis no Salão Nun'Álvares, a cerimónia de Homenagem aos Mortos pela Pátria, o brífingue sobre a EPI, na Sala de Honra da Infantaria, e uma visita ao CMEFD e às instalações conventuais, onde se incluiu a biblioteca do Palácio Nacional de Mafra.

A visita terminou com a assinatura do livro de honra por parte do SEADN.

Colégio Militar celebra o 209.º aniversário

Foi em ambiente de festa que se comemorou o 209.º aniversário da Fundação do Colégio Militar (CM), prestando-se a grande homenagem ao Marechal Teixeira Rebelo que fez nascer aquela casa. A cerimónia foi presidida pelo Comandante do Comando de Instrução e Doutrina (CID), Tenente-General Francisco António Correia, numa festa que se dividiu em dois dias, 3 e 4 de março, respetivamente.

Ano após ano, aniversário após aniversário: excelso, sublime e solene refletem todos os momentos que o Colégio persegue e têm sido o seu apanágio ao longo de mais de dois séculos.

No primeiro dia os "Meninos da Luz" reuniram-se nos históricos claustros para relembrarem a vida e a obra do fundador do CM. Foram homenageados os Antigos Alunos mortos em Campanha; assistiu-se à imposição de condecorações; foram recebidos os prémios instituídos pelo CID e pelo CM e houve desfile dos alunos pela Estrada da Luz.

No segundo dia, o brio e empenho dos alunos foi visto na Avenida da Liberdade com um pomposo desfile de garbosos rapazes, altivos e orgulhosos, tendo-se seguido a tradicional Missa na Igreja de S. Domingos, com a atuação do Orfeão.

TABELA DE PREÇOS PARA 2012

PREÇO DE CAPA • 2,00 **ASSINATURA ANUAL (11 números):** VIA SUPERFÍCIE - **Portugal Cont. Madeira e Açores** • 20,00; VIA AÉREA - **Países europeus** • 45,00; **Restantes Países** • 65,00. NOTA: **As assinaturas devem ser pagas antecipadamente**
NÚMEROS ATRASADOS - **1960 a 1969** • 4,50; **1970 a 1979** • 4,00; **1980 a 1989** • 3,00; **1990 a 2001** • 2,50; **2002** a **2011** • 2,00.
Os preços incluem IVA à taxa de 6%.
PREÇO DE ENCADERNAÇÃO • 30,00, com IVA incluído à taxa de 23%.
N.B.: Os pedidos de envio pelos CTT serão acrescidos de portes segundo os códigos postais: **1000/2000** • 4,21; **3000/8000** • 5,79; **Açores** e **Madeira** • 6,56.

Academia Militar recebe Comandante do Exército

O Chefe do Estado-Maior do Exército (CEME), General Artur Neves Pina Monteiro, visitou a Academia Militar (AM) em 7 de março.

Nesta sua primeira visita ao Aquartelamento da AM na Amadora, o CEME foi recebido com a hospitalidade e a cordialidade que se impõem e são apanágio da AM. A vista proporcionou um conhecimento abrangente da história, missão, organização, atividades, infraestruturas, situação atual e perspetivas deste Estabelecimento de Ensino Superior Público Militar, bem como o contacto com militares e civis que prestam serviço na AM.

O General CEME foi recebido à Porta de Armas pelo Comandante da AM , Tenente-General Vitor Manuel Amaral Vieira, e pelo restantes Oficiais da AM, a que se seguiu a apresentação de cumprimentos da delegação da AM no Átrio do Edifício dos Auditórios.

Após teve início um brífingue sobre a AM apresentado pelo Comandante da AM, no Pequeno Auditório, seguido de uma reunião com Oficiais e Sargentos da AM, na qual o CEME proferiu uma alocução.

Finda a reunião, procedeu-se a uma visita ao Estúdio TV da AM – Sala de Comando e Liderança, onde se realizou uma apresentação das capacidades e objetivos do estúdio.

De seguida, o CEME presidiu à formatura para a 2.ª refeição, e recebeu a continência do 1.º Batalhão de Alunos.

A visita finalizou com a assinatura do Livro de Honra, no Edificio do Aluno, e com a visita às instalações do Aquartelamento, com o seguinte itinerário, Edifício de Apoio ao Ensino, Edifício das Aulas, Edifício dos Laboratórios, Edifício da 2.ª Companhia de Alunos e Edifício da 1.ª Companhia de Alunos.

Comemorações do ex-BSCF

O ex-Batalhão de Sapadores dos Caminhos de Ferro (BSCF) comemorou 200 anos de existência no dia 9 de março. A data foi comemorada no Regimento de Engenharia N.º 1(RE1), através de uma cerimónia evocativa do dia, presidida pelo Chefe do Estado-Maior do Exército (CEME), General Artur Neves Pina Monteiro.

Do historial do BSCF, destaca-se a sua integração durante dois anos no Corpo Expedicionário Português, onde o seu desempenho mereceu o seguinte louvor em Ordem de Serviço N.º 14 de 1919 (2.ª Série): "O Batalhão de Sapadores de Caminhos de Ferro foi a Unidade Portuguesa que, com mais persistência e assiduidade cooperou na zona de guerra, onde prestou notáveis e assinalados serviços, em circunstâncias por vezes difíceis e arriscadas".

O BSCF veio a ser extinto na sequência do 25 de abril de 1974.

A comemoração do dia contou com a presença de diversos ex-militares que prestaram serviço no BSCF e constou de uma Guarda de Honra à Alta Entidade, a Cerimónia de Homenagem aos Mortos, uma fotografia de conjunto junto ao monumento do ex-BSCF, no Largo Major-General Machado Sousa e de uma evocação histórica, na Biblioteca do RE1, intitulada "O Batalhão de Sapadores de Caminhos de Ferro".

Teve ainda lugar um almoço de confraternização onde ex-militares do BSCF reviveram e partilharam história com os militares do RE1, atuais herdeiros do extinto Batalhão.

A assinatura do Livro de Honra pelo General CEME encerrou o programa de atividades destinadas a celebrar os 200 anos do ex-BSCF.

179.º Aniversário do RL2

O Regimento de Lanceiros N.º 2 (RL2) comemorou, em 7 de fevereiro, o 179.º aniversário da sua criação. A cerimónia foi presidida pelo Vice-Chefe do Estado-Maior do Exército, Tenente-General António Carlos de Sá Campos Gil, e contou com a presença de várias entidades militares e civis, entre elas o General António Martins Barrento e o Presidente da Junta de Freguesia de Santa Maria de Belém, Dr. Fernando Manuel Pacheco Ribeiro.

Do programa constaram, entre outras actividades, uma Guarda de Honra à Alta Entidade (AE), a Cerimónia Militar e de Homenagem aos Mortos pela Pátria do RL2 e RC7, a leitura do Código de Honra do Lanceiro, uma alocução pelo Comandante do RL2 e a imposição de condecorações, a preceder o habitual desfile das forças em parada em continência à AE.

Na cerimónia, foram condecorados os seguintes militares e ex-militares da Unidade: o 1.º Sargento na Reserva António Manuel Rosa, com a Medalha de Serviços Distintos de Grau Cobre; o Tenente-coronel José Túlio Marques da Silva, ex-2.º Comandante do Regimento, com a Medalha de Mérito Militar de 2.ª Classe; os Sargento-Chefe Honório Rodrigues, Sargento-Ajudante Carlos Marques e Sargento-Ajudante João Gomes com a Medalha de Mérito Militar de 4.ª Classe; os Sargento-Ajudante António Pina, 1.º Sargento Hélder Mamede e 1.º Cabo na Disponibilidade Cláudia Antunes, com a Medalha D. Afonso Henriques, Mérito do Exército de 4.ª Classe.

Na parada Marechal Carmona foi ainda apresentada uma demonstração de carácter operacional da Polícia do Exército, oferecendo a todos aqueles que assistiram uma mostra das capacidades do Regimento. Após, foi inaugurada uma nova instalação do Regimento, a "Sala das Espadas", onde se pôde visitar a exposição "Oito Séculos da Espada em Portugal", organizada pelo Dr. Miguel Sanches Baiena e pelo Sr. Vitor Martins em conjunto com o RL2.

Seguiu-se um almoço convívio no Refeitório Geral, fomentado pela sã camaradagem e convivência entre os Lanceiros e todos os convidados.

Exercício PRISTINA 121

Realizou-se na região de Sabrosa, distrito de Vila Real, de 22 de fevereiro a 2 de março, o Exercício "PRISTINA 121", integrado na fase final do aprontamento do 1.º Batalhão de Infantaria da Brigada de Intervenção (1BI/BrigInt), com vista à sua integração na Kosovo Force (KFOR). O exercício teve como finalidade validar o treino da Força, de forma a garantir a sua capacidade operacional para o desempenho das diferentes missões e tarefas que lhe possam vir a ser atribuídas no âmbito da missão de Reserva Tática do Comandante da KFOR. Na sua execução estiveram envolvidos cerca de 300 militares, integrando militares do 1BI/BrigInt, do Comando da BrigInt e da estrutura de apoio ao exercício.

Em simultâneo, o 1BI/FND/KFOR foi sujeito a uma Creditação de Validação por parte da Inspecção Geral do Exército, nos dias 27 e 28 de fevereiro, com o objetivo de avaliar a prontidão operacional da unidade para o desempenho da missão atribuída.

O dia 29 de fevereiro constituiu-se como *Open Day*, tendo sido permitido aos órgãos de comunicação social e a convidados acompanhar as atividades de treino do 1BI/FND/KFOR.

De grande significado e especial simbolismo, decorreu em 1 de março na Avenida dos Combatentes da Grande Guerra, na Vila de Sabrosa, a cerimónia pública de entrega ao 1BI/FND/KFOR do Estandarte Nacional que ficará à sua guarda no Teatro de Operações (TO) do Kosovo. Desta forma, encerra parte significativa do aprontamento, estando o 1BI/FND/KFOR preparado para ser projectado para o TO do Kosovo, que acontecerá no decurso do mês de março de 2012.

Pupilos do Exército – "Eco-Eficiência de Excelência"

Todos os dias somos confrontados com problemas ambientais, estes adjacentes ao comportamento do homem na nossa sociedade. Pensamos e interrogamo-nos, qual o impacto destes? De quem é a responsabilidade dos mesmos? É nossa. Todos temos direito a um meio ambiente ecologicamente equilibrado, defendendo-o e preservando-o, no presente e para o futuro.

Hoje, a Gestão Ambiental desempenha um papel muito importante no seio das Instituições, a rentabilidade e sustentabilidade destas está dependente de uma sólida estratégia. É preciso reduzir e rentabilizar, necessitamos de alternativas mais ecológicas e mais eficientes. Assim, e valorizando o papel preponderante da Escola na Educação Ambiental, o Instituto dos Pupilos do Exército (IPE) tem a responsabilidade de conseguir, dia após dia, mais e melhor, aliando a eficiência à eficácia, em prol de um melhor desempenho ambiental da Instituição.

O IMPE, como Estabelecimento de Ensino, submeteu-se a um Programa Eco-Escolas, tendo constituído um Núcleo de Protecção Ambiental bem como uma Comissão Ambiental com o objetivo de traçar um plano estratégico do ambiente com duas finalidades: implementar o SGA – Sistema de Gestão Ambiental (Directiva 202/CEME/Ago07) e promover a Educação Ambiental a toda a sua comunidade escolar. Deste plano estratégico surgiu um Plano de Ação, reformulado de ano para ano, onde constam as medidas a implementar, áreas de intervenção, objetivos e parcerias. Com base neste, no IPE é feita uma monitorização diária de todos os consumos energéticos e hídricos, bem como um controlo dos resíduos sólidos urbanos, resíduos orgânicos, óleos finos, tinteiros, pilhas e baterias de telemóveis, resíduos hospitalares e reagentes inflamáveis, papel usado, equipamentos elétricos, eletrónicos e lâmpadas.

Integrando o Programa Eco-Escolas em 2008/09, o IPE tem vindo a ser reconhecido pelo trabalho desenvolvido. No presente ano, e com base nas Auditorias de Qualidade Eco-Escolas 2010/11, o IPE foi galardoado com o prémio "Diploma de Qualidade ou Excelência" com uma pontuação final de 98%, destacando-se entre as quatro melhores escolas a nível nacional, num universo de 230 escolas visitadas.

É este o caminho a seguir, com trabalho, persistência e determinação, é esta a nossa missão. O IMPE está no caminho certo no âmbito do desenvolvimento sustentável ambiental, económico e financeiro para a Instituição.

"Querer é Poder!" e o ambiente agradece.

	CONSUMOS IPE				
ANO	Electricidade (kwh)	Água (m3)	Gás (Km3)	Resmas Papel	Canetas Aguas Invento (L)
2007	513.463	24.823	37.822	/	/
2008	530.268	24.903	42.875	/	11.000
2009	534.209	14.594	46.120	1548	0
2010	545.537	12.440	26.813	1048	0
2011	520.483	11.664	22.333	735	0

Rendimento "*per capita*" mensal do agregado familiar do militar das Forças Armadas, do militar da GNR, da PSP ou do funcionário civil das Forças Armadas	Tabela de mensalidades dos alunos dos Estabelecimentos Militares de Ensino componentes do agregado familiar de militar das Forças Armadas, de militar da GNR, de guarda ou graduado da PSP ou de funcionário civil das Forças Armadas			
	CM e IO		IPE	
	Internato	Externato	Internato	Externato
IPE - Até 130 €			0 €	0 €
CM e IO de 0 € a 390 € IPE de 130 € a 390 €	150 €	120 €	120 €	100 €
De 390 € a 600 €	250 €	200 €	200 €	140 €
De 600 € a 800 €	360 €	280 €	280 €	200 €
De 800 € a 1.000 €	430 €	360 €	360 €	260 €
Superior a 1.000 €	520 €	420 €	420 €	300 €

Tabela de mensalidades dos alunos dos Estabelecimentos Militar de Ensino que não se enquadram na tabela anterior				
Ano Letivo 2012/2013	681€	CM - 510 € IO – 450 €	600 €	320 €

94.º Aniversário do Laboratório Militar

O Laboratório Militar teve a sua origem na Farmácia Central do Exército, criada por decreto a 16 de fevereiro de 1918, com um Quadro próprio, composto por 18 oficiais farmacêuticos, e nasceu para apoiar o Exército Português, como clamorosa necessidade sentida, durante o conflito da 1ª Guerra Mundial, em que Portugal tinha enviado o Corpo Expedicionário Português para a Flandres, e era necessário dar resposta rápida e de qualidade aos pedidos de material sanitário e de medicamentos. Em 1947, com a Lei 2020 que estabeleceu as bases dos Estabelecimentos Fabris do Exército, a Farmácia Central, dá origem ao Laboratório Militar de Produtos Químicos e Farmacêuticos, ficando este, seu herdeiro de bens, história e tradições.

CONVITE

TERTÚLIA *IMPERII FINIS*

Os presidentes da Sociedade Histórica da Independência de Portugal, dr. Alarcão Troni; da Comissão Portuguesa de História Militar, tenente-general Sousa Pinto; e da Direcção Central da Liga dos Combatentes, tenente-general Chito Rodrigues, têm o gosto de convidar para as sessões da tertúlia *Imperii Finis*, a realizar-se na sala D. Antão de Almada, no Palácio da Independência, Lg. de S. Domingos, 11, em Lisboa.

PROGRAMA:

1.ª sessão - 29 fevereiro 2012, 16h00:
A Queda da Índia Portuguesa; Crónica da Invasão e do Cativeiro, do falecido coronel Carlos Alexandre de Morais. Apresentação por tenente-general Sousa Pinto, presidente da CPHM.

2.ª sessão - 28 março 2012, 16h00:
A Fisga, romance, Angola, 1973-74, 42.ª Companhia de Comandos, de dr. Valdemiro Correia, ex-alferes miliciano. Apresentação por dr. João Bosco Mota Amaral.

3.ª sessão - 26 abril 2012, quinta-feira, 16h00:
Momentos de Convergência, memórias da descolonização em Angola, forças militares mistas, de coronel ref. Luís Castel-Branco Silva. Apresentação por general da Força Aérea Aleixo Corbal e dr. juiz-conselheiro Camilo Moreira Camilo (ex-capitão miliciano).

4.ª sessão - 23 maio 2012, 16h00:
Kinda e outras histórias de uma guerra esquecida, de major piloto-aviador Carlos Acabado. Apresentação por general da Força Aérea Brochado de Miranda.

Presença de autores. Livros a preço especial, autografados.

Contactos: ship.actividadesculturais@ship.pt (dr.ª Ana Prosérpio), 213 241 470; mbaraocunha@gmail.com (dr. Barão da Cunha), 917 519 280.
Acessibilidades: Metro «Rossio». Estacionamento: Restauradores e Praça da Figueira.

VENDA PERMANENTE DE LIVROS DESTA COLECÇÃO na Comissão Portuguesa de História Militar (Pal. Independência) e na Liga dos Combatentes (Sede e Núcleo de Oeiras).

A passos largos de completar um século de existência, o Laboratório Militar comemorou no dia 16 de fevereiro, na sua sede, em Lisboa, o seu 94.º aniversário. Na cerimónia, presidida pelo Vice-Chefe do Estado-Maior do Exército Tenente-General António Carlos de Sá Campos Gil, estiveram também o Diretor de Saúde Major-General Esmeraldo Correia da Silva Alfarroba e o Diretor da Unidade aniversariante, o Coronel Pet Rodney Costa Mazarelo. Entre dezenas de militares e civis, destaca-se a presença das seguintes individualidades, que habitualmente trabalham em parceria com o Laboratório Militar: Juiz Conselheiro, Doutor António Augusto Santos de Carvalho; Diretor de Material e Transportes Major-General Alfredo Oliveira Gonçalves Ramos; Diretor de Finanças Major-General José Jesus da Silva; Diretor do Centro de Dados da Defesa Contra-Almirante Mário do Carmo Durão; Diretor do Hospital Militar Principal Major-General Luís Jorge Almeida Duarte; Major- General António Manuel Netas Silva Graça, do Ministério da Defesa Nacional; Subdiretora da Direção Geral de Saúde do Ministério da Saúde Doutora Graça Freitas; Bastonário da Ordem dos Farmacêuticos Professor Doutor Carlos Maurício Barbosa; Presidente do Conselho da Faculdade de Ciências da Saúde da Universidade da Beira Interior Professora Doutora Luiza Augusta Breitenfeld Granadeiro; Vogal do Conselho Diretivo do Instituto da Farmácia e do Medicamento Professora Doutora Cristina Furtado e Vogal do Conselho Diretivo do Instituto da Droga e Toxicodependência Doutor Manuel Cardoso.

Caracterizado pelo seu diretor como "um organismo único", que "congrega quase todas as áreas da atividade farmacêutica, desde a farmácia comunitária, passando pela distribuição, análises clínicas, análises de águas e sanitarismo, até à produção", o Laboratório Militar mostrou-se confiante e preparado para enfrentar os desafios vindouros com a mesma determinação e sucesso do passado.

MILICIA

WWW.MILICIAPRO.COM

SEDE
Showroom
Nova Loja

+80 Marcas
Loja 170M²
Showroom 180 M²
Estacionamento
700 M² Armazém

FARDAMENTO
EQUIPAMENTO
SEGURANÇA

5.11 TACTICAL SERIES

BLACKHAWK!

Aimpoint, American Body Armor, AmeriGlo, Arktis, Armor Accessories, Bates, BCB, Bianchi, C-A-T, Sam Medical CAA Tactical, Cadex, CamelBak, Crimson Trace, Defcon 5, Defense Technology, Eagle, Eberlestock, ESS, Explorer First Choice, Fisher Labs, Forensics Source, Peli, GoldEck, Hatch, Hawke, Helistorm, Hiatt, Inova, Lansky, Ledwave Libervit, Marlow, Maxpedition, MOD, Monadnock, Oakley, Otis, Fox, Peltor, Protech, Quickstep, Savvy Armor Second Chance, Seeker, Sog, Suex, SureFire, Tactical Medical, Taser, TSSI, United Shield, Garret, Tristar Armored Cars

Visite-nos na Av Poeta Eugénio de Andrade, nº 1267 - Canidelo VNG
coordenadas GPS: 41,115871 / -8,648119

Tenente-General Alexandre de Sousa Pinto*

História da Academia Militar

Fonte: CAVE.

Há já vários anos que tenho vindo, junto de diferentes comandantes da Academia Militar (AM), a lavrar o meu protesto pelo anualmente repetido erro do convite, em 12 de janeiro, para o aniversário daquela instituição. Estava enraizada a ideia de que a fundação pertencia ao Marquês de Sá da Bandeira por decreto de 12 de janeiro de 1837.

No Jornal do Exército (JE) de janeiro de 2012 é publicado um excelente artigo da autoria do Coronel Tirocinado de Artilharia João Vieira Borges com o título *A Academia Militar nas Comemorações dos 175 anos da Escola do Exército*[1]. Acontece que tenho pelo Autor grande consideração não só pelas suas qualidades militares mas, neste caso, principalmente, pelas suas qualidades de historiador, firmadas em obras já por si publicadas e nos artigos e conferências com que tem participado em diversas revistas da especialidade e em congressos e colóquios, sendo membro do Conselho Científico da Comissão Portuguesa de História Militar (CPHM), a que me honro de presidir, e da Revista Militar (RM), sendo mestre e quase doutor em História. Este artigo, pelo seu título, é já um primeiro passo no bom caminho, uma vez que não se trata de comemorar 175 anos da AM mas sim os da Escola do Exército (EE). Que me desculpe, pois, o Autor mas é, no entanto, em minha opinião, ainda um passo muito curto.

Começando pela conclusão, eu diria que para sermos historicamente corretos a AM deveria festejar em 2013 os seus 372 anos de vida[2], o que poderia, e julgo que até deveria, fazê-lo em 12 de janeiro, data comemorativa dos 176 anos do decreto do Marquês de Sá da Bandeira, por se tratar da reforma que dá ao ensino militar o cariz científico da modernidade universitária.

O próprio Marquês, no texto deste decreto, ao referir que «*a verdadeira reforma da Academia Real de Fortificação, Artilharia e Desenho* [ARFAD] *era impossível enquanto se não criasse uma escola de ciências físicas e matemáticas*...[3]» está a assumir-se como um reformador e não como um fundador. A contagem do tempo histórico do ensino superior militar a partir desta reforma corresponderia a dizer-se, por exemplo, que a Universidade de Coimbra existe desde a reforma pombalina em vez de desde a sua criação por D. Dinis.

No entanto, o Autor justifica tal contagem porque, contraditoriamente[4], aliás, considera que é a data que lhe confere «claramente por um critério de rigor, associado às características científicas da Instituição, mas também à qualidade da formação, dos formadores e dos formandos» o cariz científico da modernidade. Ora esta afirmação é, em minha opinião, controversa e, como vimos, é contrariada pelo próprio Autor no seu texto. Mas vejamos como, ao longo dos quase nove século da existência de Portugal, os Oficiais eram formados.

Na Idade Média, mais concretamente até ao século XVI, o ensino militar tinha por base a prática da profissão militar, junto de quem estava para tal credenciado. Os «*pajens*» e os «*escudeiros*» representavam graus diferentes desse ensino, talvez o que hoje chamaríamos o Ciclo e o Secundário, cuja «*licenciatura*» era dada através de provas efetivas no campo de batalha com a graduação em «*cavaleiro*». Estes eram os mestres que poderiam ter ao seu serviço novos pajens e escudeiros. D. Nuno Álvares Pereira, com 13 anos e face ao seu comportamento numa missão que lhe foi atribuída é feito escudeiro da Rainha D. Leonor Teles enquanto um seu irmão mais velho, na mesma ocasião, é feito cavaleiro pelo Rei D. Fernando[5]. Aqui, sim, o ensino militar não era o que poderia chamar-se científico, ele era feito através da prática e do exemplo dado pelo mestre cavaleiro junto de quem se aprendia.

Mas já em 1525, ainda no século XVI portanto, D. Teodósio, futuro 5º Duque de Bragança,

cria em Vila Viçosa uma Escola de Ensino Militar com cariz que pode já considerar-se científico, pois, para além do ensino e prática da equitação e da esgrima, se obrigava os alunos ao estudo de humanidades[6]. Não havia, no entanto, ainda, nesta época aquilo que se pudesse considerar como um exército permanente, o que só veio a criar-se em 1641, data em que são criados também diversos órgãos que garantam a alimentação desse exército e a estruturação legislativa adequada à nova situação (por exemplo, a Aula de Artilharia e Esquadria, logo substituída, em 1647, pela ARFAD[7], e o Conselho de Guerra, entre outros). É este sistema que vai, com algumas reformas, manter-se até à reforma do Marquês de Sá da Bandeira e com resultados que demonstram a sua qualidade, bastando lembrar que é ele que produz oficiais da categoria de um Marquês das Minas, conquistador de Madrid na Guerra da Sucessão de Espanha, ou da de Bernardim Freire, Silveira, Saldanha, Terceira ou do próprio Sá da Bandeira, na Guerra Peninsular e na Guerra Civil.

A minha recusa em aceitar o tal critério de rigor que, segundo o Autor, dá uma importância ao decreto de 12 de janeiro de 1837 que justifica considerar-se a antiguidade histórica da AM apenas a partir dele, tem por base, em primeiro lugar, como julgo ter acabado de demonstrar, o facto de ele não corresponder à realidade histórica e, em segundo lugar, porque, como veremos seguidamente, esse critério conduz a erros históricos clamorosos.

Atente-se no Quadro A – Origem histórica de onze academias militares – publicado no artigo em análise e logo dele ressaltam questões que também justificam aquela minha recusa. Salta imediatamente à vista a criação, no Brasil, da Academia Real Militar em 1811, data comemorada pela Academia Militar das Agulhas Negras como a da sua fundação. Em 1811 o Brasil era Portugal sendo até o Rio de Janeiro, desde 1808, a capital de Portugal onde se encontrava a Família Real, a Corte e o Governo e com eles a totalidade da Armada portuguesa e a própria Academia de Guardas Marinhas. Em Lisboa, Junot tinha extinguido o Exército Português e, com ele, a ARFAD o que leva o Príncipe-Regente a reabri-la no Brasil para nela se continuar a fazer oficiais, isto é, a Academia Real Militar do Rio de Janeiro não é senão a Academia Militar de Portugal, onde os muitos oficiais que se encontravam no Brasil iam preparando os nossos futuros oficiais. Mas hoje em dia, mercê do tal critério de rigor chega-se à conclusão, obviamente errada, de que a Academia das Agulhas Negras foi criada 26 anos antes da Academia Militar Portuguesa.

Não se trata de um erro histórico clamoroso? O critério da cientificidade, que já vimos nem sequer ser muito fundamentado, dá como resultado da sua aplicação este tremendo erro.

E que dizer da «mais antiga academia militar do mundo» ser a italiana, criada em 1648, mais de 200 anos antes da existência da própria Itália? E da Academia Belga, país com menos de 200 anos de existência, ser mais antiga do que a portuguesa? É que nós, portugueses, naturais de um País com quase 900 anos de história militar encontramos sempre os critérios mais inteligentes e rigorosos para nos inferiorizarmos perante aqueles que, com critérios por vezes bem rebuscados, encontram as soluções para melhorar a sua imagem. Não temos que inventar história, temos apenas que a relatar tal qual é, sem procurar soluções de rigor que a invertam totalmente.

Nestas circunstâncias, não sou capaz de ficar calado deixando, mais uma vez, que tal erro passe em claro. Que me desculpe o meu bom amigo e excelente historiador Coronel João Vieira Borges.

---

*Presidente da Comissão Portuguesa de História Militar.

---

[1] JE, nº 613, pp. 24-31. O Coronel Vieira Borges é especialista na matéria tendo publicado em coautoria «Ensino Superior Militar», *Revista Militar* nº 5/2005.

[2] Criação em 1641 da primeira escola de oficiais do Exército permanente de Portugal, a *Aula de Artilharia e Esquadria*.

[3] A Escola Politécnica, fundação do Marquês de 1837.

[4] No Quadro A, pág. 27, o Autor refere o cariz científico da ARFAD a partir de 1790.

[5] *Cronica do Condestabre de Portugal*, Lisboa, 1969, Cap. II, ff. IIv-IIIv.

[6] Themudo Barata, «O Exército e o Ensino Superior Militar em Portugal (Sec. XVII e XVIII)», *Fraternidade e Abnegação*, APH, 1999, pág. 1050, onde refere expressamente tratar-se «duma iniciativa avançada para o tempo e precursora em toda a Península Ibérica».

[7] Themudo Barata, *op.cit.*, pág. 1052, refere que os seus alunos aprendiam matemática, fortificação e castrametação e, no final do curso, eram chamados «ajudantes de infantaria com exercício de engenheiros».

Dr. Rui Dias Sena

Fonte: www.karenswhimsy.com.

A Génese dos Torneios e Justas

Objetivos da investigação

O interesse por esta temática nasceu devido à compilação de um conjunto de regras para simular batalhas medievais[1] com miniaturas à escala 1/72, tendo que para tal investigar sobre determinados aspetos do quotidiano militar da época para se representar o jogo durante os anos de 1100 a 1499 d.C. A partir desse momento detive-me com bastante interesse sobre a questão dos *torneios* e das *justas* que muitas vezes geram controvérsia tanto para a Idade Média como para a Idade Moderna.

As teorias sobre esta temática variam de autor para autor, de país para país ou mesmo de região geográfica, ou seja podemos falar de realidades diferentes para a Península Ibérica, como para a Inglaterra, ou o Norte de França, para o Sul de França, Alemanha ou Itália. Isto claro falando num *ideal-tipo*, pois em cada uma destas regiões seria possível verificar "micro-culturas" para os *torneios* e para as *justas*. Não é por essa razão tarefa fácil, investigar esta temática e as interpretações dos autores dificilmente podem coincidir em linhas gerais, ainda para mais se todos os autores procurarem trazer uma visão completamente nova sobre esta realidade a cada estudo que publicam. Assim no presente artigo procura-se trazer de novo esta temática que poucas vezes foi explorada em Portugal.

Estado da Questão e Limitações à investigação

Como já foi referido a temática varia muito de região geográfica mas no que toca ao caso português, tenho para mim que apenas se conheciam os estudos de João Gouveia Monteiro sobre os *torneios* e *justas* na Idade Média.[2] Todavia, nunca vi referenciado uma obra à qual se deve dar o devido mérito por ter sido concretizada no começo do Estado Novo e mediante as diversas questões

políticas e "travões" à investigação que se faziam sentir na época. Nessa obra foi possível encontrar uma investigação de fontes e bibliografia notáveis. Trata-se da obra *O Torneio Medieval* da autoria de Pavia de Magalhães,[3] e traz uma visão dos *torneios* e das *justas* medievais bastante interessante. Os dois autores mencionados marcam a evolução historiográfica dos *torneios* e das *justas* em Portugal: o primeiro foi Pavia de Magalhães na década de trinta do século XX e João Gouveia Monteiro no final da década de noventa do século XX. O presente artigo tinha objetivos mais ambiciosos mas devido a vários compromissos e principalmente devido ao encerramento provisório da Biblioteca Nacional de Portugal,[4] não foi possível consultar bibliografia e fontes que podiam ter feito a diferença para trazer uma visão mais elaborada sobre este tema. Sendo assim, procura-se comparar várias interpretações nacionais e estrangeiras sobre os *torneios* e as *justas* e retirar algumas conclusões para que modestamente se possa contribuir para o avanço da investigação.

A origem

A primeira questão que se coloca sobre os *torneios* e as *justas*, é quando foram criados? E onde nasceram? As respostas evidentemente variam e não é irrealista acreditar que nunca se saberá uma resposta com exatidão, podemos apenas criar um *ideal-tipo*. Assim sendo, ao nível dos autores portugueses já mencionados temos as seguintes respostas: João Gouveia Monteiro afirma que o *torneio* terá sido "inventado" em França nos finais do século XI.[5] Ambos os autores estão em sintonia de que os *torneios* terão tido o seu auge no século XIV. Mas Pavia de Magalhães vai mais longe ao indicar que apenas se pode chamar àquele fenómeno militar realmente de "*torneio*" exatamente a partir do século XIV, altura em que os *torneios* passaram a realizar-se em recintos fechados por liças quadrangulares e existiam regras específicas para serem seguidas, em que a desonra por não as cumprir fazia com que todos os cavaleiros procurassem cumpri-las sem exceção.[6] Segundo o au-

[1] http://temposmedievais.wordpress.com.

[2] V. João Gouveia Monteiro, *A Guerra em Portugal nos finais da Idade Média*, Editorial Notícias, Lisboa, 1998, e João Gouveia Monteiro, «Torneios, justas e feitos de armas: escolas de guerra e desporto de nobres no ocidente medieval», in *Atas do V Colóquio Do Infante e Tordesilhas*, Lisboa, Comissão Portuguesa de História Militar, 1994, pp. 293-360.

[3] Pavia de Magalhães, *O torneio medieval*, Centro Tipográfico Colonial, Lisboa, 1935.

[4] À data da conceção do presente artigo a BNP estava encerrada.

[5] João Gouveia Monteiro, *A Guerra em Portugal nos finais da Idade Média*, p. 419.

[6] Pavia de Magalhães, *O torneio medieval*, pp. 15 e 16.

Fontes: guerradarestauracao.files.wordpress.com./Imagem de canto superior das folhas ímpares: www.tienda-medieval.com.

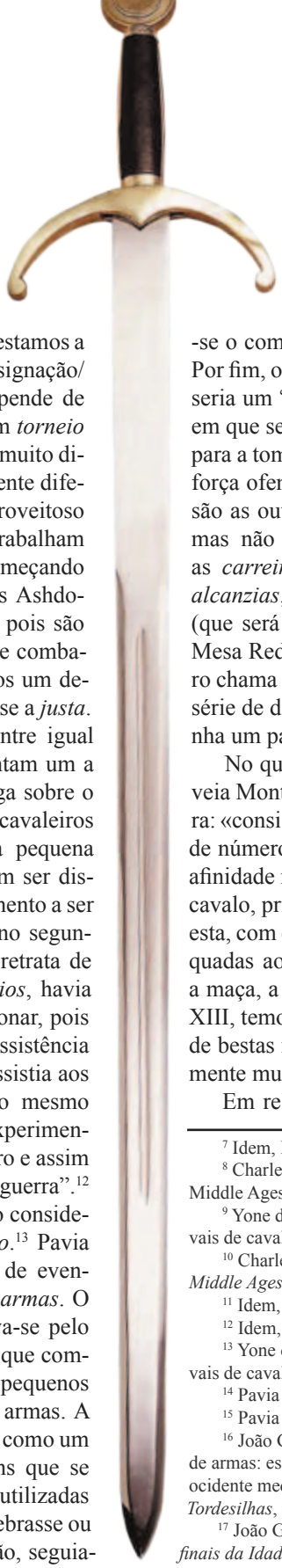
Fontes: esta imagem: www.en.wikipedia.org/ página seguinte: www.tienda-medieval.com e www. karenswhimsy.com.

tor, a razão principal para que os torneios começassem a ter um recinto fechado era para evitar a intromissão de "espectadores" alheios ao evento.[7] Na verdade a questão não seria tanto a intromissão de indivíduos estranhos no *torneio*. O que aconteceu foi uma demarcação social a partir do século XIV, onde o *torneio* passou a ser uma realidade restrita da nobreza, ou pelo menos, onde existia um cerimonial que não acontecia noutros *torneios* organizados por outros "extratos" sociais. Sobre os primórdios dos *torneios* e *justas* temos uma visão mais abrangente através de Charles Ashdown, segundo o autor estes eventos remontam aos finais do Império Romano Ocidental e o autor crê que os *torneios* em Inglaterra começaram a ser uma prática comum durante o reinado de *Stephen I*, que reinou desde 1135 até ao ano de 1154. Mas o autor reconhece que na zona geográfica da França este tipo de eventos já estariam a enraizar-se desde o século onze.[8] É interessante pensar que terá sido a França, o primeiro reino a criar raízes neste tipo de eventos porque é também na França que os *torneios* e *duelos* (o duelo tenho para mim que se trata de uma variante dos *torneios* e *justas* que evoluiu durante os séculos) vão ser mais difíceis de conter apesar de passarem a estar proibidos por decreto régio, estando assim os duelistas à rebeldia da lei, prova disso são os periódicos nacionais do século XIX que noticiam duelos em França que geralmente terminavam da pior maneira.

Ao nível da lusofonia temos a historiadora medievalista, Yone de Carvalho que vai ao encontro da teoria que no século XIV se atingiu o auge dos *torneios* através de todo um aparato cerimonial para o dito evento: «por volta do século XIV, os *torneios* tornaram-se eventos tão sofisticados que incluíam festas, bailes, banquetes e outras cerimónias. Eram excelentes ocasiões para os jovens cavaleiros encontrarem beldades, filhas da aristocracia, selando alianças pelo casamento entre poderosas famílias feudais.»[9] A visão anglo-saxónica é-nos transmitida novamente através de Charles Ashdown que também partilha esta teoria. Mas Yone de Carvalho afirma que já no século XII, os *torneios* se encontravam espalhados por toda a Europa Ocidental e que já se encontravam regulamentados. Indo contra toda a visão de que essa regulamentação de aparato cerimonial só ocorre dois séculos mais tarde, ou seja, o já referido século XIV.

A nomenclatura: *torneio* e *justa*?

A questão da nomenclatura é outra questão com que o investigador tem de interagir Até ao presente momento sempre que se menciona *torneio* ou *justa*, surge em itálico porque na verdade



muitas vezes não se sabe ao que nos estamos a referir e novamente afirmo que a designação/interpretação de *torneio* e *justa* depende de autor para autor. Quando falamos em *torneio* podemos referirmo-nos a realidades muito diferentes ou a "modalidades" igualmente diferentes e por essa razão parece ser proveitoso perceber como os autores citados trabalham e diferenciam estas designações. Começando pela versão anglo-saxónica, Charles Ashdown demarca as *justas* dos *torneios*, pois são combates singulares ou uma série de combates singulares que disputavam ambos um determinado prémio para quem vencesse a *justa*. Enquanto *torneio* é um combate entre igual número de cavaleiros que se defrontam um a um, a cavalo para desferir uma carga sobre o seu adversário, ou então todos os cavaleiros batalhavam juntos simulando uma pequena escaramuça.[10] Os *torneios* aparentam ser distinto das *justas* no que toca ao armamento a ser empregue, no primeiro não letal e no segundo letal. Outro aspeto que o autor retrata de forma interessante é que nos *torneios*, havia uma maior necessidade de impressionar, pois o aparato seria maior ao nível da assistência e geralmente a donzela prometida assistia aos combates do seu pretendente.[11] Ao mesmo tempo era uma altura ideal para se experimentar as peças que protegiam o cavaleiro e assim estar mais apto para a "verdadeira guerra".[12] Enquanto a autora Yone de Carvalho considera que *justa* é o mesmo que *torneio*.[13] Pavia de Magalhães considera três tipos de eventos, o *torneio*, a *justa* e o *passo de armas*. O primeiro até ao século XIV, pautava-se pelo combate entre dois grupos distintos que combatiam à lança mas que em recintos pequenos combatiam com espada e maço de armas. A *justa* é visto por Pavia de Magalhães como um combate singular entre dois homens que se defrontavam num duelo. As armas utilizadas eram a lança e quando a primeira quebrasse ou algum dos adversários caísse ao chão, seguia-se o combate apeado com espada ou maço.[14] Por fim, o *passo de armas* que segundo o autor seria um "espetáculo" que duraria vários dias em que se procurava simular uma escaramuça para a tomada de um castelo, onde existia uma força ofensiva e defensiva. Mais interessante, são as outras variantes que o autor menciona mas não as explica: *combates de barreira*, as *carreiras de pontas*, as *escaramuças*, as *alcanzias*, os *jogos de canas* e do *tavolado*[15] (que será o que Charles Ashdown chama de Mesa Redonda e o que João Gouveia Monteiro chama de *Távolas Redondas inglesas* - uma série de divertimentos em que neles a *justa* tinha um papel primordial).[16]

No que diz respeito ao *torneio*, João Gouveia Monteiro descreveu-o da seguinte maneira: «consistia num combate entre duas equipas, de número variável e geralmente com alguma afinidade regional ou familiar. Era disputado a cavalo, primeiro com lança e depois, quebrada esta, com espada e com outras armas mais adequadas ao combate corpo-a-corpo, tais como a maça, a facha, ou a porra, nos séculos XII e XIII, temos até notícia da utilização de arcos e de bestas nestas disputas, mas de forma certamente muito esporádico.»[17]

Em relação às *justas* o autor considera-as

[7] Idem, Ibidem.

[8] Charles H. Ashdown, Armour and Weapons in the Middle Ages, p. 185.

[9] Yone de Carvalho, «Como eram os torneios medievais de cavalaria», *Super Interessante*.

[10] Charles H. Ashdown, *Armour and Weapons in the Middle Ages*, p. 185.

[11] Idem, *Ibidem*, p. 187.

[12] Idem, *Ibidem*, p. 188.

[13] Yone de Carvalho, «Como eram os torneios medievais de cavalaria», *Super Interessante*.

[14] Pavia de Magalhães, *O torneio medieval*, p.17.

[15] Pavia de Magalhães, *O torneio medieval*, p.17.

[16] João Gouveia Monteiro, «Torneios, justas e feitos de armas: escolas de guerra e desporto de nobres no ocidente medieval», in *Atas do V Colóquio Do Infante e Tordesilhas*, p. 312.

[17] João Gouveia Monteiro, *A Guerra em Portugal nos finais da Idade Média*, p. 419.

como um duelo entre dois nobres munidos de uma lança.[18] Mas o mesmo autor indica que nas *justas* também se podiam criar equipas como acontecia nos *torneios*. Havendo por isso uma "equipa da casa" conhecida pela designação *mantenedores*[19] enquanto aqueles que respondiam ao desafio formavam outra equipa com a designação de *aventureros*.[20] Pavia de Magalhães parece estar em sintonia com João Gouveia Monteiro quando em 1935 indica que existia um *apelante* (correspondente ao *mantenedor* que João Gouveia Monteiro menciona) e existia um *defendente* que respondia ao desafio, ou seja, era o *aventurero*.[21]

A designação do *jogo de canas* que refere Pavia de Magalhães é-nos explicada através de João Gouveia Monteiro, era uma variante das *justas* seria travada de forma mais informal e invés de lanças utilizavam-se canas aguçadas.[22] Voltando à questão específica das *justas* e ainda tendo como referência João Gouveia Monteiro que considera existir uma separação entre "*justa* de paz" e *justas* de guerra. As *justas* da paz serão aquelas que se encontram mencionadas no ambiente cortesão e palaciano, com armas não letais. As *justas* de guerra utilizavam-se armas letais, seria nestas *justas* que se desafiavam homens com desavenças políticas e militares.[23] Existe outro autor que considera existirem dois tipos de *justas* através de um trabalho de investigação notável que originou um romance histórico estritamente convincente, trata-se da obra *O Último Duelo de Eric Jager*.[24] Este autor designa dois tipos de *justas*: as civis e as judiciais, portanto engloba as *justas* de paz e de guerra como *justas* civis, enquanto as judiciais surgem como uma designação nova, ou seja, são aquelas que colocam nobres frente a frente num duelo com aprovação régia para resolver um litígio entre ambos.

Outra variante é-nos transmitida por João Gouveia Monteiro, "os feitos de armas" que consistiam «*em desafios para combates singulares ou em pequenas equipas* (…) *a cavalo ou a pé*»[25] serviam para resolver questões políticas e militares, a disputa entre as equipas fazia com que não houvesse um derramamento de sangue tão grande como numa batalha campal. João Gouveia Monteiro indica também a hipótese de «lavar a honra»[26] de um dos participantes ofendidos no *feito de armas* e ainda indica a façanha de alguém procurar «ganhar experiência e renome (…) desafiando um cavaleiro mais velho ou mais famoso».[27]

Fiquemos ainda com um olhar sobre a definição e diferenciação entre *torneio* e *justa* segundo Caetano de Albuquerque, saudoso militar que contribuiu com um excelente glossário de armaria. O primeiro termo foi definido do seguinte modo: «*Festa publica e militar da Idade Média, simulacro de guerra a pé ou a cavalo, em que se exercitavam vários combates, consistindo as provas de justas, que eram combates singulares, ao passo que o torneio constava de várias justas; quadrilhas em que se pelejava por grupos, castilhas ou simulação de cerco e outras, como os tripudios. Henrique II, rei de França morreu em 1559 em consequência de ferimentos que recebeu* [num] *torneio, após ter quebrado várias lanças, este caso fez com que o torneio fosse abandonado em quase toda a Europa*.»[28] A *justa* recebeu a seguinte definição: «antigo jogo militar ou guerreiro da Idade Média, duelo a lança entre homens a cavalo».[29] Uma imagem que também se propaga através do *torneios* e *justas* era o facto dos vencidos terem de entregar os seus cavalos, escudos, lança e armadura, existe ainda a ideia de que o cavaleiro era "preso" e a sua casa familiar tinha de pagar um resgate.[30] Neste sentido podemos destacar as evidências da importância dos *torneios* e das *justas* no começo da Idade Moderna, através do inventário do Duque de Bragança D. Teodósio I, onde é possível constatar: 24 unidades de *borneos*; *escudos de armas*; 27 *espadas de torneios*; 10 *pares de esporas de justa*; 150 *lanças de justa*; um *paramento de cavalo para justa*.[31] As condições em que se

processavam estes diversos eventos não são homogéneos e não é possível criar um padrão verificando as designações na época e nem tendo em consideração as designações e interpretações dos diversos autores.

Qual a função?

A função destes eventos é variada, podendo gerar várias interpretações. A maioria dos autores concorda que os *torneios* (enquanto evento geral) facilitava o treino militar e preparavam os "militares" para as guerras futuras que certamente ocorreriam. João Gouveia Monteiro corrobora esta teoria: alegando que existiam longos períodos de interrupção na vida militar e os *torneios* ajudavam a manter a cavalaria apta para a guerra. Pavia de Magalhães[32] acredita que os *torneios* tratavam-se de um «passatempo predileto e belicoso dos senhores feudais».[33] Charles Ashdown menciona que os *torneios* eram jogos militares, organizados para compensar a pausa durante a guerra entre reinos, sendo por isso uma maneira de praticar a guerra.[34] O autor considera ainda que este tipo de *torneios* são manifestações de "rivalidade amigável"[35] no seio de guerreiros que se concentram numa determinada região, podendo então ser encarada como uma afirmação masculina. Os autores atestam também que os *torneios* serviam igualmente para

[18] João Gouveia Monteiro, «Torneios, justas e feitos de armas: escolas de guerra e desporto de nobres no ocidente medieval», in *Atas do V Colóquio Do Infante e Tordesilhas*, p.306.

[19] Segundo o autor seria a designação na versão Peninsular.

[20] João Gouveia Monteiro, *A Guerra em Portugal nos finais da Idade Média*, p. 424.

[21] Pavia de Magalhães, *O torneio medieval*, p.19.

[22] João Gouveia Monteiro, «Torneios, justas e feitos de armas: escolas de guerra e desporto de nobres no ocidente medieval», in *Atas do V Colóquio Do Infante e Tordesilhas*, p.309.

[23] João Gouveia Monteiro, «Torneios, justas e feitos de armas: escolas de guerra e desporto de nobres no ocidente medieval», in *Atas do V Colóquio Do Infante e Tordesilhas*, p. 312.

[24] Eric Jager, *O último duelo: crime, escândalo e justiça na Idade Média*, Fronteira do Caos, Porto, 2008.

[25] João Gouveia Monteiro, «Torneios, justas e feitos de armas: escolas de guerra e desporto de nobres no ocidente medieval», in *Atas do V Colóquio Do Infante e Tordesilhas*, p. 330.

[26] Idem, *Ibidem*, p. 331.

[27] Idem, *Ibidem*.

[28] Caetano M. de F. e Albuquerque, *Dicionário Técnico Militar de Terra*, p. 365. Transcrição sem atualização ortográfica.

[29] Idem, *Ibidem*, p. 229. Transcrição sem atualização ortográfica.

[30] Charles H. Ashdown, *Armour and Weapons in the Middle Ages*, p. 188.

[32] João Gouveia Monteiro, «Torneios, justas e feitos de armas: escolas de guerra e desporto de nobres no ocidente medieval», in *Atas do V Colóquio Do Infante e Tordesilhas*, p. 296.

[33] Pavia de Magalhães, *O torneio medieval*, p. 7.

[34] Charles H. Ashdown, *Armour and Weapons in the Middle* Ages, p. 185.

[35] Charles H. Ashdown, *Armour and Weapons in the Middle Ages*, p. 185.

Fontes: esta imagem: www.faculty.cua.edu./ página anterior: 4.bp.blogspot.com e www.tienda-medieval.com.

comemorar diversos tipos de acontecimentos, casamentos, tréguas e pausas durante as batalhas campais. Os *torneios* quando chegam ao seu apogeu (século XIV), tinham uma nova função, o de "exercer um efeito de reflexo" sobre a classe da nobreza e na criação de um ambiente de corte que se começava a formar. É Charles Ashdown quem melhor corrobora esta teoria, em que existe toda uma lógica por de trás de tais eventos. Primeiro que tudo, é um evento muito dispendioso e de grande pompa, logo apenas a elite da sociedade medieval e moderna podia patrocinar tais eventos e os cavaleiros não tinham igualmente origens humildes, são eventos de famílias, de senhores locais e regionais. Em segundo lugar, há todo um aparato cerimonial antes, durante e depois de um *torneio*, existia para tudo uma "maneira de fazer e de agir". Charles Ashdown afirma que «a sociedade medieval tinha uma paixão por todo um cerimonial de regras e regulamentos que à época contemporânea parece tão estranha».

Conclusão

Podemos resumidamente concluir o seguinte: ao nível da "Origem" dos *torneios* e *justas* é extremamente difícil "oficializar" uma posição sobre que século e o local onde foram criados tais eventos. Muitas vezes o historiador é impelido a trazer algo de novo e a rever as teorias de outros autores, mas tal abordagem nem sempre implica ultrapassar essas mesmas teorias, mas sim visualizá-las de outro prisma.

Analisando o fenómeno dos *torneios* e das *justas* de forma genérica, ou seja analisá-las enquanto raiz de tudo o que estes fenómenos acarretam, parece-me que são realidades que poderão ter ocorrido em balizas temporais infinitas, senão vejamos o fenómeno militar que ocorria nas arenas romanas, fosse homem contra homem ou homem contra animal, é um *torneio* militar mas em moldes diferentes do que então ocorria na Idade Medieval e posteriormente na Idade Moderna? O duelo de espada ou pistola tão em voga no século XVIII e XIX, não é uma variante do então romanceado *torneio* medieval? E na atualidade? Não é possível encontrar fenómenos físicos que incutem à violência e que são encarados como desporto ou como uma afirmação da masculinidade? O que é o boxe, o râguebi ou o *wrestling*? Onde a violência é aceite como algo necessário à realização do evento, qual a diferença do homem contemporâneo para o homem romano que se assiste à matança da arena? Não existe todo um cerimonial e todo um aparato comum neste eventos que atrai o individuo? Nos desportos contemporâneos não assistimos a todo um cerimonial cheio de aparato? Como explicar as saudações e a criação de uma imagem magnânima à volta do pugilista? A mística à volta do toureiro? A agitação do público na arena quando a besta quase desfere um golpe no toureiro ou no cavaleiro? São fenómenos diferentes daqueles que ocorriam na Antiguidade Clássica, na Idade Medieval ou na Idade Moderna? A mim parece que não. Todos estes fenómenos mudam ao longo dos séculos, muda-se-lhes as designações mas a sua génese é a mesma. Nestes eventos está inserido o homem, nalguns deles insere-se também o animal mas em todos, existe a componente de afirmação masculina, de competição e onde o cariz bélico está presente com mais ou menos violência latente. Para finalizar, já Tito Lívio séculos antes dos *torneios* medievais, ao contar como tinha sido concretizada a República em Roma, descreve o combate de três contra três para se poupar a vida

Fontes: esta imagem: peoplehowstuffworks.com / pág. seguinte: blog.editoradnaco.com

de centenas de homens de ambos os lados da batalha. Este combate de três contra três, não pode ser considerado um torneio? Uma *justa* no sentido da resolução de rivalidades políticas e militares?

Em segundo lugar, temos a questão da nomenclatura, podemos concluir que é difícil compreender se um *torneio* corresponde a uma *justa*, se uma *justa* corresponde a um *torneio*. A razão é simples, os autores são heterogéneos nas designações e nas interpretações que atribuem aos diversos tipos de eventos que analisam, existe uma enorme proliferação de designações como já foi demonstrado no presente texto e para terminar os textos coevos possuem diversas designações por vezes para o mesmo evento, ou seja, é possível que uma *justa* fosse designada de *torneio* ou vice-versa.

Por fim, em relação à função de um *torneio* no sentido genérico do termo, podemos constatar a necessidade bélica que está inerente ao homem mesmo em tempo de paz e a sua necessidade constante de competir contra outros homens para demonstrar a sua virilidade e a força perante as mulheres. Seria de todo o interesse termos investigadores antropólogos e sociólogos a teorizar sobre este tipo de eventos e as manifestações associadas a estes. Todo o aparato cerimonial que surge nestes espetáculos, são o fruto de vários "espetáculos embriões" que originaram todo uma lógica "de como proceder" após diversos séculos, assim a nobreza delega para si o exclusivo dos *torneios* como forma de espetáculo e de promoção pessoal dentro da própria classe e perante o poder senhorial e real, mas segundo Eric Jager os *torneios* continuaram a ser efetuados por "extratos sociais" mais baixos, então podemos afirmar que o gosto por esta temática dos *torneios* e *justas* é-nos influenciada pela própria literatura romancista do século XIX e pela própria imagem cavaleiresca criada à volta do cavaleiro medieval. O que nos traz uma enorme margem de erro para interpretar este fenómeno militar ao longo dos séculos, pois a nossa mente tem uma imagem pré-fabricada desta realidade histórica.

Arquivos consultados
Biblioteca Nacional de Portugal
Arquivo Nacional da Torre do Tombo

Dicionários e Glossários
- BANDEIRA, Luís Stubbs Saldanha Monteiro, *Glossário Armeiro (Séculos XI a XIX)*, Fundação da Casa de Bragança, Lisboa, 1993.
- MONGE, Maria de Jesus (Coord.), *Armaria do Paço Ducal de Vila Viçosa*, Fundação da Casa de Bragança, [S.I.], 2001.
- ALBUQUERQUE, Caetano M. de F., *Dicionário Técnico Militar de Terra*, Typ. Do Annuário Commercial, Lisboa, 1911.

Fontes Literárias
Damião de Góis, *Crónica do Príncipe D. João*, Lisboa : Universidade Nova, [D.L. 1978].

Imprensa periódica consultada
Jornal do Exército de 1960 a 2009:
-Anónimo, «Armas Antigas, Das Bestas», fevereiro de 1959, *Jornal do Exército*, pp. 22 e 23.
-Anónimo, «Armas Antigas, Armas de Hastes», março de 1959, *Jornal do Exército*, pp.30 e 31.
-Anónimo, «Armas Antigas, A Guerra dos Cem Anos, A besta e o "long bow"», abril de 1959, *Jornal do Exército*, pp.38 e 39.

Estudos consultados (bibliografia)
ASHDOWN, Charles H., Armour and Weapons in the Middle Ages, Holland Press, London, 1975.
JAGER, Eric, O último duelo: crime, escândalo e justiça na Idade Média, Fronteira do Caos, Porto, 2008.
MAGALHÃES, José Vitorino Pavia de, O torneio medieval, Centro Tipográfico Colonial, Lisboa, 1935.
MONTEIRO, João Gouveia, A Guerra em Portugal nos finais da Idade Média, Editorial Notícias, Lisboa, 1998.
MONTEIRO, João Gouveia, «Torneios, justas e feitos de armas: escolas de guerra e desporto de nobres no ocidente medieval», in Atas do V Colóquio Do Infante e Tordesilhas, Lisboa, Comissão Portuguesa de História Militar, 1994, pp.293-360.
RODRIGUES, António, Tratado Geral de Nobreza, Porto, Biblioteca Pública Municipal, 1931.
VILHENA, Thomaz de Almeira Manoel de, História da Instituição da Santa Ordem da Cavalaria e das Ordens Militares em Portugal, Coimbra : Imp. da Universidade, 1920.

Tenente-Coronel de Infantaria J. Pereira*

Plataformas eletrónicas de controlo e gestão em uso no Comando da Logística

Em qualquer organização, a gestão eficaz e eficiente dos recursos disponíveis, pressupõe a utilização de instrumentos adequados de gestão e controlo, que permitam uma contínua avaliação dos resultados e as necessárias correções.

O Exército entende, cada vez mais, a utilização de instrumentos de gestão e controlo como uma ferramenta, que de uma forma integrada e proficiente, permita reunir capacidades, dinamizar atividades e maximizar desempenhos. Neste sentido, o Comando da Logística (CmdLog) tem ao seu dispor um conjunto de plataformas eletrónicas, que em muito têm contribuído para os elevados padrões de concretização dos objetivos definidos, tendo em conta os escassos recursos materiais e financeiros colocados ao seu dispor.

Indicadores Hospitalares

Na génese deste projeto encontra-se a materialização de um dos objetivos da Direção de Saúde (DS), que consistia na implementação, com base na Rede de Dados do Exército (RDE), de um sistema de informação de indicadores assistenciais, alinhado com o que é monitorizado ao nível dos hospitais do Serviço Nacional de Saúde e que contribuísse para o cumprimento da sua missão. Com a concretização deste projeto foi possível dotar a DS e o CmdLog, de uma ferramenta com capacidade de recolher, tratar e apresentar informação, de forma integrada, relativa ao desempenho dos Hospitais e Centros de Saúde do Exército.

Esta plataforma eletrónica, em vigor desde 01 de janeiro de 2010, procura dar resposta a algumas questões, nomeadamente:

- Falta de uniformização da informação disponibilizada pelas diferentes entidades;
- Dificuldade em responder a solicitações internas (CmdLog) e externas, como o Instituto Nacional de Estatística e Estado-Maior do Exército, devido à dispersão e qualidade dos dados;
- Inexistência de informação centralizada, bem como de um sistema de exploração dessa mesma informação;

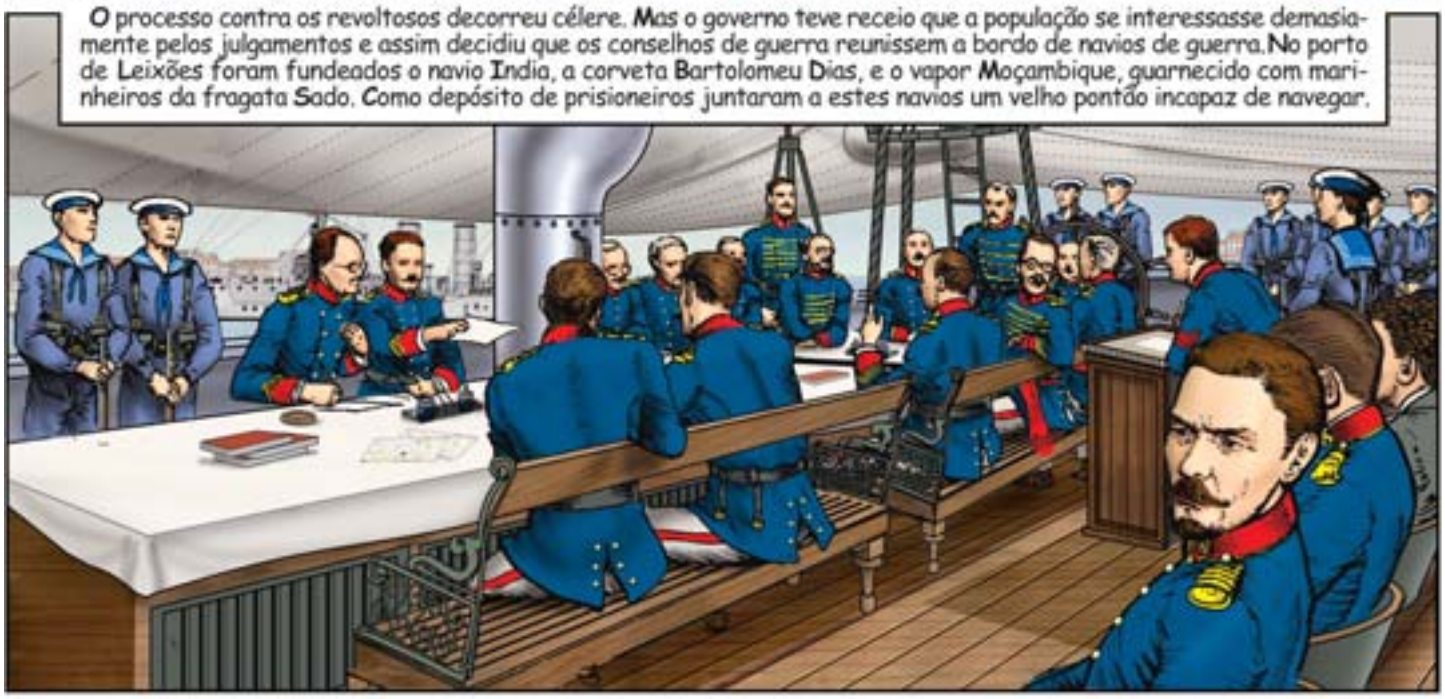
Atenção,... Companhia!... Apontaar... FOGO!
Ignorando os gestos do capitão Leitão que demonstravam ser pacífica a atitude das forças sublevadas, a Guarda Municipal fez pontarias baixas e desfechou uma descarga, lançando o pânico entre a tropas e a multidão de populares...

Apanhadas de surpresa, as forças revoltosas dispersam-se, procurando abrigo como pudessem contra as balas da Guarda Municipal...

O capitão Leitão, ferido na cabeça e abrigado numa casa, manda o seu corneteiro tocar repetidamente cessar fogo, mas a Guarda Municipal ignora a ordem e continua a disparar descarga atrás de descarga...
Toque a cessar fogo, corneteiro! Cessar fogo!...

O resto do Regimento de Infantaria 10, que marchava na rectaguarda, ao ouvir o tiroteio retira-se para o interior do edifício da Câmara. Foi então que uma bateria do Regimento de Artilharia da Serra do Pilar entrou em acção, disparando as suas peças sobre os revoltosos ali refugiados...
O Capitão Leitão consegue reunir-se à sua unidade, encurralada no interior do edifício da Câmara...
Força, rapazes! Vamos contra-atacar e bater a Guarda Municipal! Firmes a meu lado!
A rebelião foi sufocada! Rendam-se!
Mas era tudo inútil. A Guarda Municipal protegida pela artilharia, atacou os sublevados que resistiam no interior do edifício e pelas 9 horas tudo estava terminado. Disfarçado e apoderando-se de um cavalo, o Capitão Leitão consegue esquivar-se à sua captura...
Fui traído pelos oficiais do R.I. 18! Mas com as forças que tinha podia ter esmagado a Guarda Municipal. Fui um ingénuo! Nada mais me resta do que sair daqui...
21

Olha! O capitão Leitão foi capturado perto de Viseu! Foi denunciado pelo padreca Manoel Lemos! Do degredo é que ele não se safa!
Nem ele nem aquele actor, o Miguel Verdial, que estava com ele! E os sargentos revoltosos também deverão ir, claro!
Os gajos até tocaram aquela música que o governo proibiu... A Portuguesa! Lá coragem não lhes faltou! Mas tiveram azar, coitados!...
A Portugesa? Aquela dos: "contra os bretões, marchar, marchar"?...
Essa mesmo!...
Chiça! Tiveram topete, não haja dúvida!...


O processo contra os revoltosos decorreu célere. Mas o governo teve receio que a população se interessasse demasiamente pelos julgamentos e assim decidiu que os conselhos de guerra reunissem a bordo de navios de guerra. No porto de Leixões foram fundeados o navio India, a corveta Bartolomeu Dias, e o vapor Moçambique, guarnecido com marinheiros da fragata Sado. Como depósito de prisioneiros juntaram a estes navios um velho pontão incapaz de navegar.

Com o propósito de desencorajarem futuras rebeliões, as condenações pretendiam ser exemplares. Desta feita todos foram condenados a 20 anos de degredo em Angola.
Os revoltosos detidos a bordo do India.

A partida dos condenados para Angola.
22

Em Lisboa, o Directório do Partido Republicano, como manobra táctica, toma publicamente as suas posições, condenando o golpe de 31 de Janeiro...
O Partido Republicano não pode deixar de condenar um golpe que se revestiu de flagrante irresponsabilidade...
Já sabes esta? Dizem por aí que a Maçonaria irradiou o Alves da Veiga por causa daqueles mesmos motivos...
E tu também já sabes do que o general Correia da Silva, que se oferecera para comandar o movimento, à última hora aborregou?
Por acaso já sabia. E deve ter sido por isso mesmo que ele só apanhou um mês de detenção! Agora no Elias Garcia - que foi quem forneceu os "fósforos" para o incêndio - nesse ninguém tocou!...
E o que é que tu esperavas?
Camaradas! Depois do que sucedeu no Porto, mais do que nunca A Portuguesa tem razão de ser o hino da causa republicana!
Decerto! Não haverá até melhor maneira de homenagear aqueles valentes que tão bem se bateram pela causa republicana!
Pois foi. Mas, bem à portuguesa, quem no fim pagou o barato foram os pobres dos soldados, porque quando o mar bate na rocha, já se sabe, quem se lixa é o mexilhão!...
23

- Inexistência de um ambiente dedicado à geração de indicadores assistenciais.

Este projeto teve, na sua conceção, duas fases distintas:

- Definição dos indicadores a medir e respetivas dimensões ou perspetivas, segundo as quais se pretende visualizar esses indicadores

- Trabalho técnico de implementação da arquitetura estabelecida.

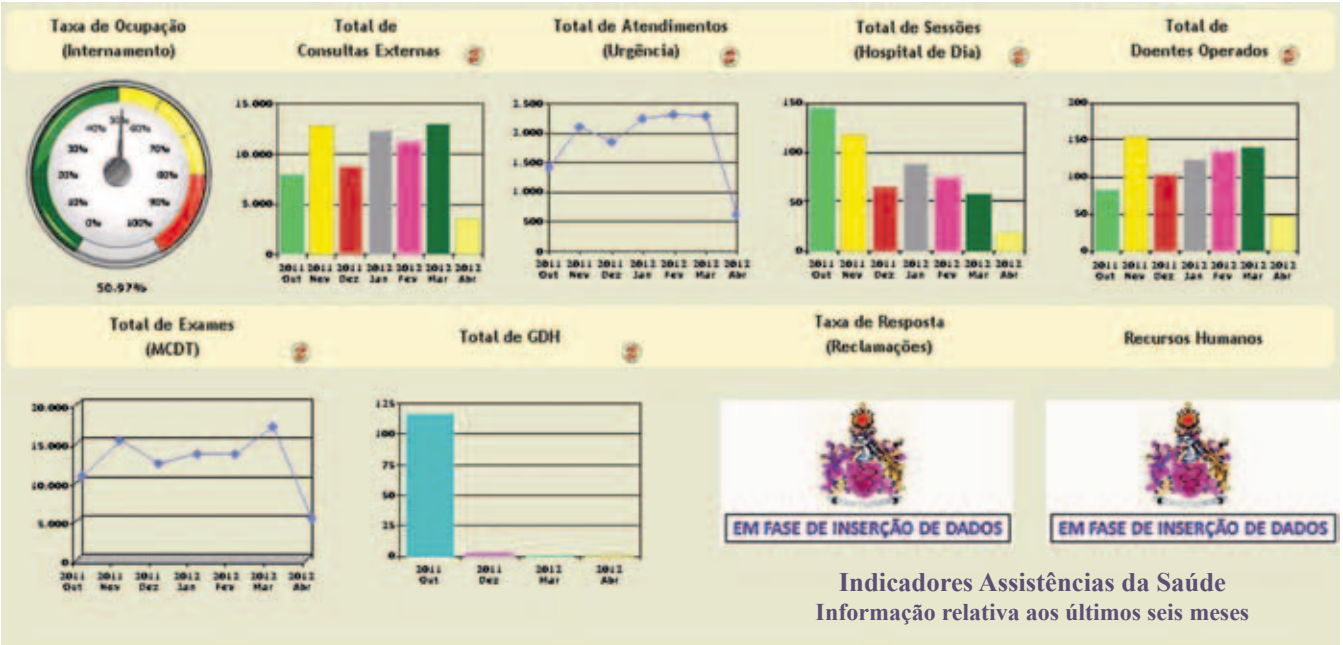
Âmbito

A solução implementada permite dar resposta a três tipos de indicadores: de atividade, de produtividade e de acesso e qualidade, em sete áreas de atuação - Ambulatório (consultas de especialidade e urgências); Meios Complementares de Diagnóstico e Terapêutica (MCDT); Hospital de dia, Internamento, Grupo diagnóstico homogéneo (GDH) e Cirurgia. Deixam-se, de seguida, alguns exemplos de áreas de atuação e respetivos indicadores.

Acesso aos dados

A aplicação de visualização de dados está disponível através da RDE, sendo que todos os utilizadores desta rede são potenciais utilizadores da aplicação. Com isto queremos dizer que existe uma integração com a *Active Directory* do Exército, e por isso, quer o username a utilizar, quer a *password* de acesso são as mesmas com que o utilizador faz *login* na RDE. Evita-se, assim, o incómodo, para os utilizadores e para os administradores do sistema, de criar novas credenciais. Como

	Área de atuação	Indicador
Indicadores de atividade	Consulta Externa/Urgência	Consultas realizadas/atendimentos Primeiras Consultas (especialidade) Consultas subsquentes (especialidade)
	Meios complementares de diagnóstico (MCDT)	Total de MCDT
	Hospital de dia	Total de sessões
	Internamento	Grupo de diagnóstico homogéneo Doentes internados Doentes saídos
	Cirurgia	Doentes operados Intervenções
Indicadores de acesso e qualidade	Consulta Externa/Urgência	Taxas de consultas não realizadas Doentes em espera para primeira consulta há mais de quatro semanas Taxa de abandonos do serviço de urgência
Indicadores de produtividade	Consulta Externa/Urgência	Consultas realizadas/antedimentos por serviço e médico Primeiras consultas (especialidade) por serviço e médico Consultas subsquentes (especialidade) por serviço e médico
	Meios complementares de diagnóstico (MCDT)	Total de MCDT por serviço e médico
	Hospital de dia	Sessões por médico/enfermeiro
	Internamento	Taxa de ocupação Demora média
	Cirurgia	Doentes operados por cirurgião Intervenções por cirurgião



não podia deixar de ser, apenas terão efetivamente acesso aos dados, os utilizadores aos quais forem dadas as respetivas permissões.

A informação é atualizada todos os dias, durante a noite, pelo que o intervalo de tempo máximo entre o que existe nos sistemas operacionais dos hospitais e a informação constante no *Data Warehouse* (base de dados construída com o propósito de armazenar informação, sendo otimizada para operações de consulta e alimentada por diferentes fontes de informação), é de 24 horas.

Nesta fase do projeto temos em sistema informação relativa ao Hospital Militar Principal e ao Hospital Militar Regional N.º 1.

A apresentação para os decisores de topo, consiste num quadro geral com informação agregada de todas as áreas de atuação e de um quadro de detalhe para cada uma das áreas em particular.

Gestão do Reabastecimento em ambiente Windows – GRW

A extinção dos cinco Depósitos Nacionais, em 2003, e a consequente fusão num único Depósito, o Deposito Geral de Material do Exército (DGME), revelou-se um processo complexo e delicado, que obrigou ao desenvolvimento de uma ferramenta informática, suficientemente prática e eficiente que permitisse continuar a reabastecer o Exército com o mínimo de perturbação e, se possível, aumentar os níveis de controlo por parte da Entidade Gestora (EG), a Direção de Material e Transportes (DMT) do CmdLog, bem como uniformizar os processos logísticos, modernizar os métodos de armazenagem e, principalmente, encurtar o tempo de resposta aos pedidos das Unidades Estabelecimentos e Órgãos (UEO). A ferramenta encontrada foi o Sistema de Gestão de Reabastecimento em ambiente Windows (GRW).

A implementação do GRW, em 2004, saldou-se, ao nível de todo o processo logístico do Exército, numa importante inovação na forma de receção, armazenamento, fornecimento e recolha de material. Ao nível da DMT e do CmdLog, o controlo e a gestão correta da armazenagem passaram a ser garantidos de uma forma eficaz, uma vez que se tornou possível o acesso, em tempo real, a todos os artigos em canal de reabastecimento e à carga das UEO.

Esta aplicação informática, atual gestora de todo o processo logístico de reabastecimento no Exército, revolucionou este processo, passando a funcionar como um sistema de informação único que, por ser operado por módulos aplicados às diferentes áreas de ação, tem permitido:

- Uniformização e automatização dos processos logísticos, transformando todo o processo existente, passando o DGME a ser um verdadeiro "Depósito Eletrónico";
- Uma eficaz capacidade de direção e controlo, em todas as fases do processo, por parte da EG com responsabilidades no processo logístico;
- A moderna gestão dos abastecimentos em canal de reabastecimento, permitindo uma racionalização na sua armazenagem, e na aquisição de novos artigos;
- A gestão dos artigos à carga das diferentes UEO, possibilitando às mesmas, via intranet, visualizar as respetivas cargas, tornando obsoletas as anteriores relações anuais que todas as UEO enviavam em papel, para as respetivas EG de então;
- Ganhos significativos na produtividade, já que se passou a fazer o mesmo, com menos pessoal e de forma mais rápida e organizada;
- Diminuição acentuada do tempo de resposta às ordens de fornecimento emanadas pela DMT;
- Alteração profunda no conceito de armazenagem, que passou do armazenamento por "classe de utilização", para o de "afinidade de manuseamento";
- Etiquetagem, com código de barras, de todos os abastecimentos em canal de reabastecimento.

Assim, com a implementação desta ferramenta, o processo logístico tornou-se muito mais simples, rápido e eficaz, na qual a utilização de meios como a etiquetagem com códigos de barras é um

Porta de Ármas do Depósito Geral de Material do Exército

Fontes: esta imagem: DGME/imagem da página 30: www.jms-networks.net.

exemplo. A circulação de informação em suporte de papel, foi totalmente eliminada, exceto a guia de fornecimento emitida no Centro de Expedição, documento esse que se constitui como a prova física do levantamento dos artigos por parte do delegado de cada UEO. Outro requisito da implementação do GRW foi a possibilidade da transição para o SIG, pela uniformidade que criou em todos os processos.

Com a implementação desta plataforma eletrónica, foi possível promover a necessária modernização dos processos logísticos do Exército, garantindo-se, deste modo, um efetivo controlo do inventário e do património material do Exército.

Manutenção dos novos sistemas de armas

O esforço de renovação efetuado pelo Exército nas suas estruturas físicas e materiais foi materializado com a aquisição de novos sistemas de armas, nomeadamente as Viaturas Blindadas de Reconhecimento (VBR) 8x8 PANDUR II e os Carros de Combate (CC) Leopard 2A6.

A evolução tecnológica preconizada pela aquisição destes dois sistemas de armas foi um salto qualitativo que colocou o Exército Português ao nível do que mais avançado existe em termos de tecnologia militar.

A tecnologia e os valores de aquisição associados às VBR 8x8 PANDUR II e dos CC Leopard 2A6 não são compatíveis com estruturas de manutenção e documentação que há longos anos estão em vigência no nosso Exército. Assim, no final de 2008, o CmdLog adquiriu um programa que visava dotar o Exército com um sistema de gestão da manutenção que para os sistemas de armas VBR Pandur II e CC Leopard 2A6, permitisse:

- Organizar a manutenção destes novos sistemas de armas que estão a reforçar a componente operacional do Exército, de um modo automatizado e sistemático;
- Controlar os custos ao longo do ciclo de vida dos equipamentos, cujo valor de investimento envolvido não é compatível com processos manuais de controlo e gestão da manutenção;
- Controlar e gerir os sobressalentes necessários para a manutenção programada e pós-avaria;
- Implementar canais eletrónicos de comunicação, assentes na Rede de Dados do Exército, entre as unidades utilizadoras e os órgãos superiores de execução e gestão da manutenção.

Esta aplicação, que se encontra em fase de implementação (aplicação baseada no programa Manwinwin, da Navaltic, e que ainda carece de trabalhos continuados de parametrização e de adaptação), vai conduzir a uma importante alteração da Manutenção no Exército.

Fontes: esta imagem: defesaglobal.files.wordpress.com; primeira imagem deste artigo: www.acingov.pt.

Viatura Blindada de Reconhecimento 8x8 PANDUR II

Neste momento é possível saber, em tempo real, as mais variadas e pertinentes informações sobre uma viatura – como o estado de operacionalidade, número e tipo de avarias, sobressalentes aplicados, consumos, custos, descrição das reparações efetuadas, programação da manutenção preventiva e o cadastro, permitindo uma gestão mais eficiente e integrada.

Contratação Pública

As plataformas eletrónicas constituem uma infraestrutura informática que serve de suporte aos procedimentos de contratação pública, desenrolando-se os vários passos sob o comando direto da entidade adjudicante e dos interessados ou concorrentes, nos termos e dentro dos limites previamente estabelecidos. Não cabe, por isso, às plataformas eletrónicas uma intervenção própria e autónoma em cada procedimento específico, mas exclusivamente um papel de base automática disponibilizada aos utilizadores, e detentora de uma série de aplicações informáticas, que consubstanciam os serviços que prestam. Consiste num conjunto de meios, serviços e aplicações informáticas necessárias ao funcionamento dos procedimentos de formação dos contratos públicos e constitui a infraestrutura na qual decorrem as formalidades

eletrónicas relativas aos procedimentos de formação dos contratos públicos, nos termos do Código dos Contratos Públicos. Devem disponibilizar os serviços de base necessários à implementação das formalidades eletrónicas relativas aos procedimentos de formação dos contratos públicos previstas naquele código.

A prestação de serviços relativos às plataformas eletrónicas, nomeadamente a disponibilização, a operação, a gestão, a manutenção e alojamento, pressupõe o respeito pelos princípios fundamentais da disponibilidade, da não discriminação e livre acesso, da interoperabilidade e compatibilidade, da confidencialidade, da integridade e da segurança, e outros conexos, descritos no Decreto - Lei N.º 143 -A/2008, de 25 de julho. A Portaria n.º 701-G/2008, de 29 de julho, define os requisitos e condições a que deve obedecer a utilização de plataformas eletrónicas pelas entidades adjudicantes, na fase de formação dos contratos públicos, bem como as regras de funcionamento das plataformas eletrónicas utilizadas pelas entidades adjudicantes, as obrigações a que aquelas se encontram sujeitas, e as condições de interligação com o Portal dos Contratos Públicos, previsto no n.º 1 do artigo 4.º do Decreto-Lei n.º 18/2008, de 29 de janeiro.

Carro de Combate Leopard 2A6

No dia 5 de fevereiro de 2010, o Exército reuniu as condições para iniciar a utilização da Plataforma Eletrónica de Contratação Pública (PECP), através da empresa Vortal (www.vortal.biz.) adjudicada pelo Ministério da Defesa Nacional (MDN), ao abrigo do Acordo Quadro 09.09 da Agência Nacional de Compras Públicas (ANCP).

Sistema de Gestão de Alimentação

O Sistema de Gestão de Alimentação (SGA) é uma aplicação informática que permite satisfazer com a máxima eficácia e eficiência as requisições de alimentação solicitadas por todas as UEO do Exército Português. O SGA apresenta como grande virtude a possibilidade de validar on-line, em tempo útil e de acordo com um padrão, todas as requisições de alimentação em Território Nacional e nos Teatros Operacionais das Forças Nacionais Destacadas.

As UEO, de acordo com as atividades planeadas e devidamente autorizadas pelos respetivos Comandos, elaboraram o pedido diário de alimentação, com uma antecedência de 96 horas. A Direção de Material e Transporte verifica e valida as requisições inscritas no SGA. A Manutenção Militar (MM) efetua as devidas diligências no sentido de fornecer os respetivos géneros, previstos no plano de ementas.

Esta metodologia, que tem por base um conjunto de procedimentos totalmente informatizados, possibilita a imputação de responsabilidades e induz um maior rigor aquando da requisição da alimentação. Confere, ainda, rapidez e transparência ao processo de fornecimento dos géneros e agiliza a obtenção de dados fiáveis, passíveis de serem utilizados na elaboração de análises e estudos técnicos referentes ao processo de reabastecimento da classe I.

Reconhecida a importância desta aplicação, em termos de perspetiva futura, considera-se fundamental a sua manutenção, bem como a necessidade de continuar a desenvolver estudos, destinados a refinar processos que visam a otimização dos fluxos inerentes ao reabastecimento da classe I do Exercito Português.

Sistema de Gestão de Fardamento do Exército

As exigências decorrentes do emprego de forças do Exército Português, no âmbito das missões humanitárias e de paz, em diversos Teatros de Operações, e da entrada em vigor do regime de voluntariado e de contrato, vieram alterar significativamente o apoio logístico ligado aos abastecimentos da Classe II Fardamento e Equipamento.

Esta nova conjuntura e envolvimento operacional do Exército determinaram um aumento do número de dotações individuais de fardamento e equipamento, o qual conduziu a uma diversidade de artigos, que veio gerar uma grande complexidade no processo de reabastecimento e, sobretudo, uma dificuldade acrescida de controlo sobre o fardamento e equipamento fornecidos aos militares e respetivos prazos de duração.

Esta realidade tornou inevitável a implemen-

tação de um novo modelo de gestão, baseado nas novas tecnologias e capaz de garantir uma adequada administração e controlo do fardamento e equipamento no Exército, impondo a substituição do ultrapassado sistema de gestão assente no registo manual das diversas transações.

Foi neste contexto, que se implementou e se encontra em produtivo, o novo sistema de gestão de fardamento e equipamento, baseado numa execução descentralizada e num rigoroso controlo centralizado, permitindo assim uma adequada e eficaz administração dos recursos colocados à disposição do Exército.

Este Sistema de Gestão de Fardamento e equipamento é suportado numa nova valência acrescentada ao GRW que garante as diferentes transações inerentes ao reabastecimento dos abastecimentos da Classe II, a saber, distribuição, transferência, espólio, classificação, abate e alienação.

A ideia base deste sistema de gestão advém dos princípios da logística, em especial dos princípios da economia, simplicidade e flexibilidade, pois o sistema baseia-se num rigoroso controlo de custos e numa simplicidade e flexibilidade de processos.

No essencial o sistema de gestão de fardamento e equipamento caracteriza-se pela existência de dois tipos de fornecimentos: coletivos e individuais.

O fornecimento coletivo ocorre quando uma UEO tem que distribuir o fardamento aos efetivos de uma incorporação ou fardar e equipar uma força para o cumprimento de uma missão operacional. Nesta situação, os artigos são fornecidos para a carga da Unidade, sendo, posteriormente, abatidos à medida que a Unidade os distribui aos seus militares, passando estes, nessa altura, a ser contabilizados no seu Registo Individual de Fardamento.

O fornecimento individual ocorre quando um militar é nomeado para uma missão internacional. Nesta situação, o militar procede ao levantamento dos artigos diretamente no Depósito Geral de Material do Exército, ficando aqueles lançados no registo individual do militar.

Volvido este tempo após a implementação deste sistema é possível afirmar que foi dado um passo decisivo para uma adequada e eficaz gestão da área do fardamento e equipamento no Exército.

Sistema Integrado de Gestão da Defesa Nacional – SIG

Em exploração desde 1 de janeiro de 2006, com mais de três mil licenças atribuídas, abrangendo um universo superior a duzentas Unidades militares dos três Ramos das Forças Armadas, bem como o EMGFA e os Serviços Centrais de Suporte do Ministério da Defesa Nacional (MDN), o Sistema Integrado de Gestão da Defesa Nacional (SIG DN) é um dos maiores ERP (Enterprise Resource Planning) até agora implementado na Administração Pública em Portugal e, seguramente, o mais importante nos organismos integrados da Administração Central do Estado.

Representa por isso um enorme desafio quer para os organismos da Defesa Nacional (DN), quer para todos aqueles que diretamente ou indiretamente tem participado na sua implementação e na sua utilização.

Conceito

O diagnóstico ao estado dos sistemas de informação que precedeu a decisão de adquirir esta solução, apontava com toda a clareza para a necessidade de racionalizar os principais elementos do modelo em vigor na DN: aplicações, infraestruturas, bases de dados e processos através da implementação de um sistema integrado de gestão, que, utilizando uma plataforma tecnológica comum (ERP), permitisse uniformizar em todo o espectro da Defesa os processos financeiros, logísticos e de recursos humanos, de acordo com as melhores práticas reconhecidas para cada área, garantindo assim, uma informação fiável, atempada, agregada e comparável, para uso nos vários níveis de responsabilidade dos organismos da Defesa, e induzindo, ao mesmo tempo, uma significativa redução de custos em Tecnologias de Informação (TI). Assim, o SIG é um sistema de informação e gestão, comum a todos os organismos do MDN, que consiste na implementação de um *software* aplicacional (SAP R3) com vista a uniformizar procedimentos, integrando as áreas financeira, logística e de recursos humanos, contribuindo decisivamente para o rigor e transparência exigida na prestação de contas.

O caminho percorrido

A grandeza e complexidade do projeto, obrigaram a optar por uma estratégia de implementação faseada (tipo "*step by step*"), em detrimento da inicialmente prevista, do tipo "*Big Bang*", tendo em conta as diferentes realidades e graus de preparação dos organismos envolvidos. Aliás, refira-se que em todos os países cujas Forças Armadas implementaram um ERP, a estratégia tem sido sempre por etapas, avançando prudentemente para a fase seguinte, apenas quando a fase anterior se mostra devidamente consolidada.

A adoção desta nova estratégia consubstanciou-se nos seguintes pontos:

- Toda a direção e gestão operacional do projeto foi assegurada por recursos internos do MDN obtidos nos Ramos das Forças Armadas;
- As Equipas de Projeto foram reorganizadas por áreas funcionais e coordenadas por militares qualificados na ferramenta SAP e com competências técnicas nas respetivas áreas;
- Suspensão do desenvolvimento de novas áreas funcionais enquanto aquelas que se encontram em produtivo não estejam consolidadas.
- Adoção de uma estratégia de distribuição dos módulos já disponíveis por entidade, sustentada com uma forte componente de apoio local aos utilizadores.

O início da exploração ocorreu em janeiro de 2006, tendo a Força Aérea e o Exército dado início à exploração dos módulos financeiros. Em abril, do mesmo ano, a componente logística arranca na BA1 da Força Aérea.

O caminho percorrido, desde então, encontra-se sintetizado no Quadro 1.

É de referir que o módulo SD inclui as funcionalidades de venda e distribuição de fardamento e equipamento individual na Marinha e na FAP. Os módulos PP/MM gerem o Sistema de Alimentação na Marinha e na FAP.

Caminho futuro

Entre muitos projetos, destaca-se o início da implementação do módulo de Recursos Humanos, a Gestão da Manutenção (para todas as Unidades da FAP e implementação em Unidades piloto do Exército) e o Controlo de Execução das Aquisições efetuadas ao abrigo de Acordos de Quadro.

Mais do que um projeto de TI (Tecnologias de Informação), o SIG deve ser encarado com uma alavanca para a modernização das Forças Armadas Portuguesas, no sentido de aumentar a eficiência e a eficácia de uma forma sustentada, sendo a colaboração de todos essenciais para o seu efetivo sucesso.

Em resumo

Numa perspetiva de racionalidade económica, e na conjetura atual de rigor e controlo dos meios materiais e financeiros colocados à disposição do Exército, a adoção destas plataformas eletrónicas traduziu-se numa melhoria dos mecanismos de controlo e gestão das atividades e funções logísticas, a par da simplificação dos processos, com reconhecida melhoria do desempenho e economia de recursos.

Apesar da indiscutível importância que assumem estas plataformas, não basta a sua simples existência para se concluir que se segue pelo bom caminho. Isto porque, de pouco valem as atividades nelas desenvolvidas se no seu manuseamento não estiverem fixadas metas perfeitamente definidas, assim como, a preparação, entrega e motivação dos militares e civis que servem nas diferentes UEO do CmdLog.

---

* Oficial Coordenador do Comando da Logística.

Agradecimentos: Este artigo foi elaborado com os contributos dos seguintes militares: Capitão-de-Mar-e-Guerra Artilharia Naval Figueira Curado e Major Transmissões Nascimento, da DSSI/TIC; Major Artilharia Cunha, do CDD; Tenente-Coronel Infantaria Calmeiro, da DA; Major Administração Militar Gomes, da DFin; e, Tenente-Coronel Material Chantre de Sousa, Tenente-Coronel Administração Militar Torrado, Capitão Administração Militar Simenta, Major Administração Militar Luz e Capitão Material Abreu, da DMT.

Repartição de Engenharia do CFT*

Emprego da Engenharia Militar em outras missões de interesse público

Plano de Atividade Operacional Civil

De entre outras, ressalta da Missão do Exército a importante tarefa de colaboração com entidades civis, no apoio à satisfação das necessidades básicas das populações. O quadro legal enquadrante deste tipo de atividade, decorre da Constituição da República (Lei n.º 1/2005, de 12 de agosto), da Lei de Defesa Nacional (Lei n.º 31-A/2009, de 7 de julho) e da Lei Orgânica de Bases da Organização das Forças Armadas (Lei n.º 1-A/2009, de 7 de julho) estabelecendo que as Forças Armadas podem ser incumbidas, nos termos da lei, de colaborar em missões de proteção civil e em tarefas relacionadas com a satisfação das necessidades básicas e a melhoria da qualidade de vida das populações.

É dentro do espírito definido por este quadro legal que o Exército através da Engenharia Militar, tem nos últimos anos vindo a executar trabalhos de beneficiação e abertura de itinerários, em regiões do país mais carenciadas. Esta atividade desenvolve-se fundamentalmente no domínio da rede viária rural e das infraestruturas ligadas ao desenvolvimento económico das regiões com acessibilidades mais deficientes, compreendendo entre outros, trabalhos de desmatação, terraplanagens, compactações mecânicas, obras de drenagem e demolições.

Salvo circunstâncias excecionais justificadas pela urgência do apoio, estes trabalhos são executados ao abrigo do Plano de Atividade Operacional Civil (PAOC), com periodicidade anual, enquadrado por um Protocolo Interministerial Quinquenal (PIQ), cuja versão a vigorar no período 2011 – 2015 foi celebrada entre a Presidência do Conselho de Ministros, o Ministério da Defesa Nacional e o então Ministério do Ambiente e do Ordenamento do Território.

Em traços gerais, o protocolo estabelece que até 31 de maio de cada ano a Direção Geral de Autarquias Locais (DGAL), em coordenação com as Comissões de Coordenação e Desenvolvimento Regional (CCDR), envia ao Comando das Forças Terrestres (CFT) uma relação dos municípios a apoiar no ano seguinte, ordenados por ordem de prioridade, discriminando os trabalhos a realizar. Através das Unidades de Engenharia executantes do PAOC, o Exército executa o reconhecimento dos trabalhos, enviando ao CFT até 31 de agosto os respetivos relatórios e propostas de alteração. Com base nos reconhecimentos efetuados e nas prioridades atribuídas pelas CCDR, o CFT elabora até 30 de setembro a proposta inicial do PAOC a discutir pelo Grupo de Coordenação previsto no PIQ. Este grupo, constituído por representantes da DGAL, CCDR e Exército, reúne durante a primeira quinzena de outubro e elabora a proposta final de PAOC até 15 de novembro, para posterior aprovação pelo General Chefe do Estado-Maior do Exército e Secretário de Estado da Administração Local e Reforma Administrativa e subsequente divulgação até dezembro do ano anterior ao que diz respeito.

Antes do início de cada trabalho, é celebrado um protocolo específico entre as Unidades de Engenharia executantes e as autarquias apoiadas,

que é submetido a homologação do General Chefe do Estado-Maior do Exército, passo prévio ao início dos trabalhos planeados. Neste protocolo, são estabelecidas de forma pormenorizada as responsabilidades mútuas do Exército e da entidade apoiada, ressalvando-se que a realização dos trabalhos não poderá pôr em causa a missão primária do Exército nem a sua operacionalidade, pelo que o Chefe do Estado-Maior do Exército pode ordenar, em qualquer momento, a interrupção ou cancelamento dos trabalhos em curso, caso motivos de ordem militar o justifiquem.

As Unidades de Engenharia executantes do PAOC são a Escola Prática de Engenharia (EPE Tancos), o Regimento de Engenharia N.º 1 (RE1 Lisboa) e o Regimento de Engenharia N.º 3 (RE3 Espinho). Referem-se de seguida, a título exemplificativo, trabalhos no âmbito do PAOC em apoio de vários municípios recentemente executados pelo RE1, unidade diretamente dependente do CFT.

Em apoio do Município de Setúbal, o RE1 executou o caminho de fuga do Parque Industrial da Mitrena, na Reserva Natural do Estuário do Sado, onde se situam empresas com grande importância estratégica para o País como a PORTUCEL, a SAPEC Parques Industriais, a REN Gasodutos, a CP Carga, a REFER, e a LISNAVE, entre outras. Este itinerário de emergência, constitui uma alternativa à EN 10-4 que permitirá, em caso de incidente ou catástrofe, facultar um itinerário de acesso rápido a meios de socorro e à evacuação dos milhares de pessoas que trabalham naquela zona industrial. Esta colaboração do Exército, deu corpo a uma antiga ambição do Município de Setúbal, sublinhado pela sua Presidente, Dr.ª Maria das Dores Meira, no ato de inauguração da obra em 11 de julho de 2011: *em caso de catástrofe as pessoas teriam que ser evacuadas por água ou por via aérea, o que vai deixar de acontecer com este novo acesso*. O itinerário, com quatro quilómetros de extensão, obrigou a um considerável movimento de terras (cerca de 10.000 m3, compreendendo zonas de aterro com sete metros de altura por seis metros de largura) tendo sido executado num prazo de quatro meses, envolvendo dez militares, cinco equipamentos pesados de engenharia e cinco viaturas.

Ainda em apoio ao Município de Setúbal, o RE1 efetuou a modelação do terreno para o Parque Público de Azeitão. Nesta vasta área ajardinada foi montado um equipamento lúdico para crianças e outro para seniores, para além de um quiosque e respetiva esplanada, criando-se junto à EN 10, um espaço nobre da localidade em benefício direto da sua população.

Como corolário desta estreita cooperação, o RE1 foi distinguido com a Medalha de Prata da Cidade de Setúbal, o que muito honrou a Unidade e contribuiu para a afirmação do prestígio do Exército Português, no seio da comunidade que serve.

Em proveito do Município de Beja e inserido no PAOC de 2011, o RE1 desenvolveu uma série de trabalhos no âmbito do melhoramento da rede viária rural e florestal e de abertura de aceiros, numa extensão de cerca de 40 quilómetros, contribuindo desta forma para o desenvolvimento económico da região.

Em apoio da Câmara Municipal de Sesimbra o RE1 levou a cabo diversas intervenções na área do Concelho, designadamente a modelação de um terreno para um parque público em Santana, a execução de acessos e parques de estacionamento nas Praias das Bicas e da Foz, para além de trabalhos de melhoramento da rede viária rural.

Atualmente, no âmbito do PAOC 2012, o RE1 desenvolve a sua ação em apoio do Município de Aljustrel, onde executa o melhoramento da rede viária rural numa extensão aproximada de 30 quilómetros, incluindo a execução de drenagem longitudinal e transversal dos itinerários, a que se seguirá a limpeza de quatro troços de ribeiras, contribuindo assim para a preservação e conservação da Natureza, a par da melhoria das condições de vida das populações.

Em cumprimento do PAOC 2012 o RE1 irá ainda durante o corrente ano apoiar os Municípios de Cuba, Monchique, Lagos e Tavira.

---

* Este artigo, da responsabilidade da Repartição de Engenharia do Comando das Forças Terrestres, foi elaborado com a colaboração do Regimento de Engenharia N.º 1.

Azeitão

Setúbal – Mitrena

Setúbal – Mitrena

Setúbal – Mitrena

Sesimbra

Tenente-Coronel Médico Rui Pires de Carvalho

A Medicina Militar no tempo das Invasões Francesas

(Última parte)

Hospital Real de Todos os Santos

REGULAMENTO

PARA

OS HOSPITAES MILITARES

DE

SUA ALTEZA REAL

O PRINCIPE REGENTE

NOSSO SENHOR,

TANTO EM TEMPO DE PAZ, COMO EM TEMPO

DE GUERRA.

LISBOA

NA IMPRESSÃO REGIA.

M.D.CCC.V.

Fontes: imagem inicial: 2.bp.blogspot.com/imagem canto superior direito págs. ímpares: www.educolorir.com.

Hospitais

Em 27 de março de 1805, como já referido, foi publicado o "Regulamento para os Hospitais Militares de Sua Alteza Real o Príncipe Regente Nosso Senhor, tanto em tempo de paz como em tempo de guerra", alterando o de 1797 e que preconizava Hospitais Permanentes e Interinos (os criados em tempo de Campanha[1]), enumerava, como o anterior, os diferentes grupos profissionais e suas funções[2], regulamentava o transporte dos doentes[3], previa a formação de Dispensários Gerais (Lisboa e Coimbra, cada um com o seu Laboratório), etc.

Como já referido, a execução do regulamento cabia "ao *Fyfico Mór*, ao *Cirurgião Mór* do Exército e a um *Contador Fifcal*", ocupando-se os dois primeiros do pessoal "de saúde", material técnico e medicamentos e o terceiro do pessoal administrativo, da mobília e utensílios (nos Hospitais estas últimas funções eram desempenhadas pelos Almoxarifes).

Este Regulamento foi substituído pelo de 1813, sob influência de Beresford, trazendo algu-

mas novidades do ponto de vista administrativo (conforme adiante se referirá) e logístico (além de um Dispensatório Geral, cria o Depósito Geral de Instrumentos, Apósitos de Cirurgia e Macas e o Depósito de Roupas e Utensílios[4]).

Por vezes, as mesmas instalações eram sucessivamente ocupadas pelos diferentes beligerantes (exemplo do Convento de S. Bento, o Velho: existiram, no mesmo edifício, os Hospitais dos Ingleses (1797-1802 e 1808), dos Franceses (1807-1808) e dos Portugueses (1804-1805 e 1834[5]), sendo que foram vários os Hospitais civis usados ou convertidos em hospitais militares (Hospital das Caldas, entre outros), onde foram tratados indistintamente portugueses, franceses e ingleses. Infelizmente, à mercê de avanços e recuos dos aliados ou das tropas imperiais, nem sempre os hospitais eram poupados à sanha dos combatentes (caso das represálias sobre os feridos franceses em Coimbra, na 3.ª Invasão[6]). Na parte final da Guerra Peninsular (1812-1814), houve mesmo Hospitais Militares Portugueses em Espanha (exemplo: Santander). Em termos de equipamento, além do fornecido, com dificuldade, pelas autoridades nacionais, temos conhecimento que leitos de campanha e material cirúrgico e médico foram enviados de Inglaterra durante a Guerra Peninsular[7].

Não é claro, pela leitura das diversas fontes, como se articulavam, em termos logísticos, a Junta Central (correspondendo, a nosso ver, a uma "Direção do Serviço de Saúde") e a Junta dos Três Estados, que em relação aos víveres passou teste-

Mappa dos Médicos e Cirurgiões dos Hospitaes Militares no mez de Junho de 1814 em que este Num. do Jornal não está ainda concluido.

Provincias.	Hospitaes.	Medicos.	Cirurgiões.
Algarve	Tavira.	Director. Daniel Pessoa e Cunha.	Duarte José Dias Rollão.
Alem-Téjo	Elvas.	Dir. José Antonio Banazol. Francisco Evora Freire de Lima.	Cirurgião em Chefe José Fradesso Bello.
Extremadura.	Lisboa. Beato Antonio.	Dir. Luiz José da Lança. José Maria Sauvant Monteiro. Egidio Patricio do Couto. João Thomaz de Carvalho	1.º Francisco José de Paula. 2.º Francisco Ferreira Rodrigues de Sousa.
	Lisboa. Grillos.	. . . . .	Director, Jacintho José Vieira. Antonio Pedro de Lima. José dos Santos Pinto.
	Lisboa. Santa Clara.	Dir. Ignacio Xavier da Silva. Luiz José da Silva Fragoso.	1.º Jacintho da Costa.
	Caxias.	1.º José Jacintho Leitão.	1.º Rafael José Affonso Casal.
	Peniche.	1.º Felix José Franco	1.º Paulino da Rocha. Ajudante Fernando Antonio Cardoso.
	Abrantes.	Dir. José Gonçalves Bobella. Francisco Xavier d'Almeida Pimenta.	1.º Manoel José da Rocha.
Beira.	Almeida.	1.º José Ferreira Xavier.	José Martins Abrantes.
Minho.	Porto.	1.º do Exército, Dir. Francisco Gomes da Silva. 2.º do Exército, Antonio Gonçalves Pinto.	Em Chefe, Bento José da Silva.
Minho.	Valença do Minho.	1.º José Soares de Freitas.	1.º João Alvares Lagoa.
Traz-os-Montes.	Chaves.	Director Fr. Antonio de S. Fructuoso.	Matheus Correia Barbosa.
Hespanha.	Santander.	Dir. Francisco José Maria de Lima e Quina.	1.º Felisardo Antonio de Sá Carneiro.

N.º 2.

TABELLA

Dos Officiaes do Departamento de Saude do Exercito, que tem Graduações Militares, com declaração dos Soldos, e mais vencimentos que lhes competem.

Empregos	Graduações	Soldos mensaes	Cavalgaduras de Pessoa	Ditas de Bagagem	Rações de Pão, e Etapes	Ditas de Forragem
Fisico Mór	Coronel	100$000	3	2	5	5
Cirurgião Mór	Dito	100$000	3	2	5	5
Primeiro Medico	Tenente Coronel	60$000	1	1	2	2
Segundo Mediro	Major	50$000	1	1	2	2
Cirurgião do Exercito	Major	40$000	1	1	2	2
Ajudante de Cirurgia do Exercito	Alferes	15$000	1		1	1

Todos os Officiaes acima mencionados serão contemplados na Classe do Estado Maior do Exercito, e vencerão os seus Soldos pela Thesouraria Geral das Tropas, e as Rações pelo Commissariado. Os designados nesta Tabella, hindo servir fóra do Reino, vencerão em metal, mas nada mais.

---

[1] REIS, Cor Med Carlos Vieira – *História da Medicina Militar Portuguesa* – Estes, por sua vez, eram fixos, colocados em 1.ª, 2.ª ou 3.ª linha, ou ambulantes, destinados aos primeiros socorros e seguindo as Divisões Militares em tempo de guerra, ficando no Depósito Geral em tempo de paz.

[2] Idem – Exemplos das diversas disposições: o Primeiro Médico fiscalizava os Boticários, os Primeiros Cirurgiões não operavam sem solicitar conferência ao Primeiro Médico, salvo em caso de emergência.

[3] Idem – Muito interessante é o n.º III, do artigo I, do título 6.º, que estabelece que nas listas nominais, que deviam acompanhar os doentes, "farão as observações necessárias a respeito da moléstia, e dos remédios que tem aplicado a fim de esclarecer os Facultativos dos outros Hospitais". Ou seja, os princípios da continuidade do tratamento na evacuação e de correta referenciação! – págs. 329 a 393, Vol. I.

[4] *Regulamento para os Hospitais Militares*, 1813, capítulo IX – n.º 11273 do Inventário da Biblioteca do Exército: dependendo, respetivamente do 1.º Boticário do Exército, do 1.º Cirurgião do Exército e dos Funcionários da Fazenda, que reportavam à Contadoria.

[5] REIS, Cor Med Carlos Vieira – *História da Medicina Militar Portuguesa* – págs. 584 e 585, Vol. I.

[6] BUTTERY, David – *Wellington contra Massena*; e KOCH, General – *Memórias de Massena, entre outras fontes*.

[7] CHARTRAND, René – *Osprey – The Portuguese Army of the Napoleonic Wars*.

N. 1.

TABELLA

Dos Soldos dos Empregados que não tem Graduações Militares, e que não de ter exercicio nos Hospitaes Militares, e seus respectivos Depositos.

Capellães	12$000					
Medicos	20$000	a	40$000			
Cirurgiões	15$000	a	30$000			Fieis do Thesouro vencerão mais meio Soldo, o tudo em metal.
Primeiro Boticario do Exercito	30$000					
Almoxarifes	20$000	a	30$000	ou	40$000	
Escrivães	12$000	a	20$000	ou	30$000	
Boticarios	21$000					
Ajudantes dos Boticarios	15$000					
Escreventes	10$000					
Enfermeiros mores	15$000					
Enfermeiros	6$000					
Serventes	2$400					

Os Fieis, Porteiros, Barbeiros, e Cozinheiros terão os mesmos Vencimentos, que os Enfermeiros, mas cada hum será designado pelo nome correspondente ao exercicio, que tiver.

Os Soldos acima declarados serão pagos (sem desconto algum) pelos Cofres dos Hospitaes em que estiverem servindo, á excepção do Primeiro Boticario do Exercito, e dos mais Empregados nos Depositos Geraes, que serão incluidos em Folha separada, que será paga pelo Cofre das diversas Despezas d'Administração Central.

Os Empregados nos Depositos Geraes não terão Vencimento de rações.

Os Fieis Conductores, e os Serventes ou Guardas addidos aos Depositos Geraes, por isso que não tem rações vencerão os primeiros 15$000 por mez, e os segundos 9$600.

Os Empregados, que forem mandados marchar de huns para outros Hospitaes, e bem assim os seus Conductores, vencerão em os dias de marcha 600 reis para o seu transporte pessoal, e para Comedoria a quantia correspondente ao Soldo, que diariamente vencerem, devendo-lhes tudo ser pago á vista das suas Guias, ou Itinerarios.

munho, em 1801, à Junta de Direção Geral para Provimento das Munições de Boca do Exército, a Junta dos Arsenais Reais (curiosamente, documento manuscrito do início do século XIX[8], atribui a administração dos Hospitais à *Junta da Fazenda dos Arcenaes*…), o Serviço de Intendência de Transportes (1801) e, finalmente, mais tarde (1812), no tempo de Wellesley, o Comissariado, mas há interações bem documentadas em Avisos ou Decretos (ex.: 1802, 1804, etc.)[9]. Na vigência do Comissariado o pão era preferencialmente fornecido por essa organização, inferindo-se que os restantes artigos (principalmente alimentares) poderiam ser adquiridos, em caso de incapacidade de satisfação de necessidades, no mercado local[10], possibilidade que anteriormente constituiria exceção e só após autorização do Contador Fiscal[11]. Um dos elementos que se destacou no Comissariado foi Manuel Fernandes Tomás.

Por outro lado, em termos de vencimentos, sabemos que, em 1813, os profissionais de saúde com Graduações Militares venciam pela Tesouraria Geral das Tropas e recebiam alimentação através do Comissariado; os restantes eram pagos pelos Cofres dos Hospitais, exceto o Primeiro Boticário do Exército e demais empregados dos depósitos gerais, que venciam pelo *Cofre das diversas Despezas d`Administração Central*[12]. A alimentação para os empregados civis era fornecida pelos Hospitais, exceto médicos e cirurgiões territoriais (que "não devem receber Ração alguma"), sendo menor para os Serventes e maior para todos "os mais empregados"[13].

TABELLA

Das Dietas dos Enfermos nos Hospitaes Militares, e dos generos de que ellas se compõem.

Dietas			Generos e quantidades de que se compõem as Rações					
	Numero	Qualidades	Arroz	Vacca, Carneiro, ou Vitella	Pão	Mãos de Vacca	Assucar	Cevadinha
			Onças	Onças	Onças	Numero	Onças	Onças
Ordinarias	1	Caldos						
	2	Dietas	1		5			
	3		2	8	10			
	4		3	16	20			
Extraordinarias	5				10	1		
	6	2 Caldos de pão			10		2	
	7	4 dietas de Cevadinha						8

OBSERVAÇÕES

N.º 1, e 2. Os Caldos são de Vacca com Vitella, ou Carneiro, o numero delles ha de ser determinado pelos Facultativos, e para cada 12 Enfermos se hão de deitar na Marmita 6 arrates de Carne; que se devem deitar de menos na Marmita Geral.

N.º 2. A onça de Arroz he para o jantar; e as 5 de Pão são 3 para o jantar, e 2 para a cêa. Nos dias 2 numero a Ração para o Official he a mesma.

N.º 3. As 8 onças de Carne são 5 para o jantar, e 3 para a cêa. As 2 onças de Arroz, e 10 de Pão são meta e para o jantar, e metade para a cêa. Na Ração do dito número tem o Official mais meio Frango assado para o jantar, e 2 onças de Chocolate para o almoço.

N.º 4. As 16 onças de Carne, e 20 de Pão são metade para o jantar, e metade para a cêa. As 3 onças de Arroz são 2 para o jantar, e hum para a cêa. Na Ração do dito número tem o Official mais 2 onças de Chocolate para o almoço, hum quarto de Galinha, ou meio Frango assado, ou meia libra de Carne para o jantar, e o mesmo para a cêa, e duas frutas para todo o dia.

N.º 5. He metade para o jantar, metade para a cêa.

N.º 6. Cada Caldo he composto de 24 onças de Pão, e meia onça de assucar.

N.º 7. Cada Caldo leva 2 onças de Cevadinha em Caldo da Marmita Geral.

Palacio do Governo em 9 de Fevereiro de 1813.

Infere-se, pela leitura dos Regulamentos, que não seria muito popular estar internado num Hospital (por conta da fazenda Real) pois tal implicava a perda total ou parcial do soldo, conforme o posto, além do Pão[14].

Ensino

O Regulamento já referido impunha ao Físico-Mor a rápida apresentação de um "Plano de Escola Regular e Científica de Medicina Operatória": procurava-se assim manter e melhorar as "Aulas de Anatomia e Cirurgia dos hospitais militares", em que se tinham habilitado cirurgiões militares e mesmo civis. No entanto, o ensino teórico refletiu-se negativamente, sobretudo com as convulsões causadas pelas Invasões Francesas, já que as Aulas de Anatomia e Cirurgia dos Hospitais Militares foram encerradas nos anos 1803-1817[15] e interrompidas as aulas na Universidade de Coimbra, com a formação do Batalhão Académico (constituído por lentes e alunos)[16]. O empenho desta Universidade foi tal que, inclusivamente, se fabricou pólvora nos seus laboratórios!... Pelo contrário, o Brasil beneficiou da presença da Família Real: fundou-se a primeira Escola de Cirurgia na Baía, em fevereiro de 1808, tendo sido criada em novembro do mesmo ano a Escola de Anatomia Cirúrgica e Médica no Hospital Real Militar e da Marinha da Côrte do Rio de Janeiro.

Apesar de, no Regulamento de 1813, se consignar que *Para os Hospitaes Militares possão ser verdadeiras Escolas da Medicina Cirurgica, o Physico e Cirurgião Mór dos Exércitos apresentarão com a maior brevidade ao Ministro da Guerra um Plano de Escola regular, e scientifica de medicina opperativa, na qual se-ensinem, além do que he Cirurgia, os conhecimentos geraes da medicina* (…), só em 1825, D. João VI funda as Régias Escolas de Cirurgia de Lisboa e Porto (por influência do Cirurgião-Mor do Reino, Theodoro Ferreira d'Aguiar).

Transporte e Assistência no Teatro de Operações

Muito embora, tal como Leitão preconizava, o Regulamento de 1805 previsse a construção de veículos próprios e com molas, critérios de transferência e continuidade de tratamento (na forma de listas onde constavam as moléstias e terapêuticas instituídas), e apesar do contacto com o Serviço de Saúde Militar imperial e sua filosofia, na prática, em termos de capacidade e oportunidade de evacuação, tudo continuava essencialmente igual…[17] Naturalmente, não podemos ignorar a penúria em que se encontrava o país. Daí preferir-se inclusivamente, por mais cómodo, o transporte de doentes por barco.[18]

Cada Regimento tinha solípedes para transporte de instrumentos cirúrgicos e botica.

Os meios terapêuticos continuavam a ser sensivelmente os mesmos quer a nível cirúrgico (uso do garrote, limpeza, exploração, extração de cor-

---

[8] REIS, Cor Med Carlos Vieira – *História da Medicina Militar Portuguesa*, pág. 575, Vol. I.

[9] REIS, Cor Med Carlos Vieira – *História da Medicina Militar Portuguesa*; SANTOS, José Manuel Alves – *A Administração na Guerra Peninsular*; AMARAL, Manuel – *Portal da História – Junta dos Três Estados e Vedoria Geral*; Arquivo Nacional da Torre do Tombo (Portal) – *Junta dos Três Estados*.

[10] *Regulamento para os Hospitais Militares*, 1813, pág. 108 – n.º 11273, do Inventário da Biblioteca do Exército.

[11] REIS, Cor Med Carlos Vieira – História da Medicina Militar Portuguesa – *Regulamento para os Hospitais Militares*, 1805, pág. 381.

[12] *Regulamento para os Hospitais Militares*, 1813, Tabelas n.º 2 e n.º 3 – n.º 11273, do Inventário da Biblioteca do Exército.

[13] *Regulamento para os Hospitais Militares*, 1813, Tabela n.º 4 – n.º 11273 do Inventário da Biblioteca do Exército.

[14] AMARAL, Manuel – *A Luta Política em Portugal nos finais do Antigo Regime I – A Proposta de Reforma do Exército de 1803*.

[15] REIS, Cor Med Carlos Vieira – *História da Medicina Militar Portuguesa*: *como os alunos da Aula* (Chaves) *não gozavam de privilégio algum, que os isentasse de pegar em armas, foram abandonando a escola no tempo da restauração*.

[16] AMARAL, Manuel – *A Luta Política em Portugal nos finais do Antigo Regime I – A Proposta de Reforma do Exército de 1803*: refira-se, a título de curiosidade, que esta contemplava, no recrutamento, a possibilidade de se fazerem substituir, entre outros, os estudantes da Universidade de Coimbra, que seguirem as Aulas com aproveitamento, e os alunos das Aulas de Anatomia, Cirurgia no Hospital de S. José, mostrando aplicação.

[17] SANTOS, José Manuel Alves – *A Administração na Guerra Peninsular – um testemunho da época acerca dos carros de bois nacionais*: "Facilmente se concebe o grande inconveniente de um tal transporte aos solavancos para pessoas doentes e feridos; para além do barulho que fazem, que é o mais desagradável possível, com a rotação dos eixos a produzir uma espécie de zumbido monótono, algo semelhante à nota baixa de uma gaita-de-foles, que pode ser ouvido à distância de uma milha ou mais" – págs. 116-117.

[18] REIS, Cor Med Carlos Vieira – *História da Medicina Militar Portuguesa – Regulamento para os Hospitais Militares*, 1805, pág. 341.

pos estranhos, sutura[19], laqueação, amputação e trepanação), embora com a noção da necessidade da precocidade dos atos para evitar infeções, quer da intervenção médica (sangrias[20], eméticos, purgantes, suadouros, tinturas e diluentes), registando-se, no entanto, a divulgação do uso da quina (destacando-se os trabalhos nesta área do Dr. Bernardino Gomes (pai), médico naval). No que diz respeito às cirurgias, a "anestesia" consistiria na aguardente ou rum e um pau para morder…[21]

Além das feridas de guerra, os facultativos militares tinham que lidar com as doenças que normalmente flagelavam os exércitos da altura (e que muitas vezes eram o que mais mortes causavam) como a disenteria, o tifo, as pneumonias e a tuberculose.

Durante a Guerra Peninsular, o Exército Português participou em cerca de 280 ações de combate (15 batalhas, 215 combates, 14 sítios, 18 assaltos, 6 bloqueios e 12 defesas de praças) com um total de 21 141 baixas portuguesas (sem contar com as baixas entre as milícias e as ordenanças)[22].

O Papel da Medicina Militar no Recrutamento

Sobre este tema é muito interessante o articulado do Regulamento Provisional para as Ordenanças do Reino, e do Algarve, na proposta de Reforma do Exército em 1803[23]. Este revogaria, daí em diante, a Lei de 24 de fevereiro de 1764, ficando provisoriamente em vigor, no que dizia respeito ao artigo 20.º, o Decreto de 24 de outubro de 1797. Da sua leitura, nomeadamente o n.º I do Capítulo I, é claro que seriam "hábeis para serem recrutados" todos os "moços solteiros maiores e menores de 17 anos de idade com altura de 58 polegadas e mais do pé Português (…)[24] não tendo lesão, ou, deformidade que os incapacite" (sendo que voluntários poderiam ser admitidos a partir dos 15 anos completos, desde que tivessem aquela altura)[25]. Conclui-se do n.º V, do capítulo III, que o Oficial Superior que presidia ao processo de seleção tinha autonomia para os apurar "achando que são hábeis", não os admitindo os "que tiverem fontes, ou chagas, ainda sendo antigas". Para verificar outras doenças ou enfermidades é que pedia a comparência de "Médico, ou Cirurgião do distrito da Companhia". Estes ficavam responsáveis por aqueles que tivessem isentado indevidamente, pagando multas "no caso de se lhe provar legalmente" e, no caso de reincidência, sofrendo adicionalmente pena de degredo, por seis anos, para uma distância de 20 léguas afastada do "Lugar da sua Residência". De igual forma lhes competia emitir Certidão, caso o seu paciente estivesse impossibilitado de se apresentar às sortes, por motivo de doença.

Período Pós-Invasões Francesas

Após a Guerra Peninsular (1814), iniciou-se um longo período de agitações e instabilidade política que acabou em guerra civil.

Em 1814, a constituição do Exército Português incluía 40 840 homens previstos para tempo de paz, sendo que em cada Regimento de Infantaria ou de Artilharia havia um cirurgião-mor e dois ajudantes de cirurgião e nos Batalhões de Caçadores e nos Regimentos de Cavalaria havia um cirurgião-mor e um ajudante de cirurgião. Ora, como havia 24 Regimentos de Infantaria, 12 Batalhões de Caçadores, 12 Regimentos de Cavalaria e 4 Regimentos de Artilharia, isto representava um total de 52 cirurgiões-mores e 80 ajudantes de cirurgião, número que excede o número atual de médicos do Exército (QP), mesmo tendo em conta apenas os elementos referidos e não contabilizando aqueles que trabalhavam nos Hospitais, como médicos ou cirurgiões, e os que ocupavam lugares de chefia...

Em 14 de junho de 1816, já finda a guerra mas ainda com o Marechal Beresford no comando,

determinou-se, do Rio de Janeiro, que fosse posto em vigor o regulamento de 1805, com algumas alterações que constituíam a parte nova do diploma.

Em 1817 foi vedado o uso da banda aos Médicos e Cirurgiões (concessão anteriormente deferida em 12 de dezembro de 1782)[26].

As Cortes, saídas do movimento de 1820, na carta de lei de 20 de dezembro de 1821[27], reorganizam a saúde militar, considerando que *o actual systema de Hospitaes do Exercito, tendo sido formado para o tempo de Guerra, he mui dispendioso*, mantendo apenas os Hospitais Regimentais e declarando extintos, em tempo de paz, os lugares de físico e cirurgião-mor do Exército e seus deputados. Como tal, a correspondência anteriormente enviada à Junta passava a ser direcionada para o Ministro da Guerra, sendo criada uma vaga para um Facultativo, que ficava colocado na Repartição de Saúde da Secretaria do Ministério da Guerra. Neste contexto e antecipadamente, em 13 de novembro do mesmo ano, foi nomeado *Deputado Graduado do Físico-Mór do Exército*, o médico Joaquim Tomaz Valadares, considerado ao abrigo do disposto no Regulamento de 1805 para a nomeação do físico mor. Como a lei também incluía a extinção do lugar de *deputado do do físico-mór*, criou-se a designação de *deputado graduado* para o recém-nomeado. A referida Repartição, na prática, superintendia o Serviço de Saúde.

Igualmente foram extintos o Dispensatório Geral, os depósitos de medicamentos, roupas, utensílios, instrumentos e aparelhos de cirurgia bem como a Contadoria Fiscal[28].

Durante a guerra civil D. Miguel restabeleceu os antigos cargos, voltando a ser Físico-Mór o Dr. José Carlos Barreto.

Em 1836, pela Reforma de Passos Manuel (introdução de cadeiras médicas), as Régias Escolas de Cirurgia de Lisboa e Porto passam-se a designar por Escolas Médico-Cirúrgicas.

A título de curiosidade refere-se que apenas em 1837 alcançaram os cirurgiões a autonomia dos médicos…[29]

Por fim, regista-se o contributo dos médicos militares, durante e após a Guerra Peninsular, na sociedade civil, na constituição do Instituto Vacínico (Dr. Bernardino Gomes - Marinha - e outros colegas militares), vocacionado para a vacinação contra a varíola,

[19] Geralmente com fio de linho ou seda; por vezes com fios resistentes feitos a partir de tendões de animais.

[20] Por lancetamento, escarificação ou usando sanguessugas.

[21] Embora haja registos de uso de "grãos de ópio" – ASSIS, José Luís – "Cirurgia nas Guerras Peninsulares", *Revista Militar*.

[22] PIRES, Tenente-Coronel Nuno Correia Barrento Lemos – "Os Exércitos não se improvisam - Um estudo sobre o Exército Português e o novo Exército Anglo-Português em 1808" – *Revista Militar*.

[23] AMARAL, Manuel – *A Luta Política em Portugal nos finais do Antigo Regime I – A Proposta de Reforma do Exército de 1803*.

[24] AMARAL, Manuel – *A Luta Política em Portugal nos finais do Antigo Regime I – A Proposta de Reforma do Exército de 1803* – medidos com pés descalços com recurso a craveiras distribuídas pelo Arsenal do Exército – pág. 49.

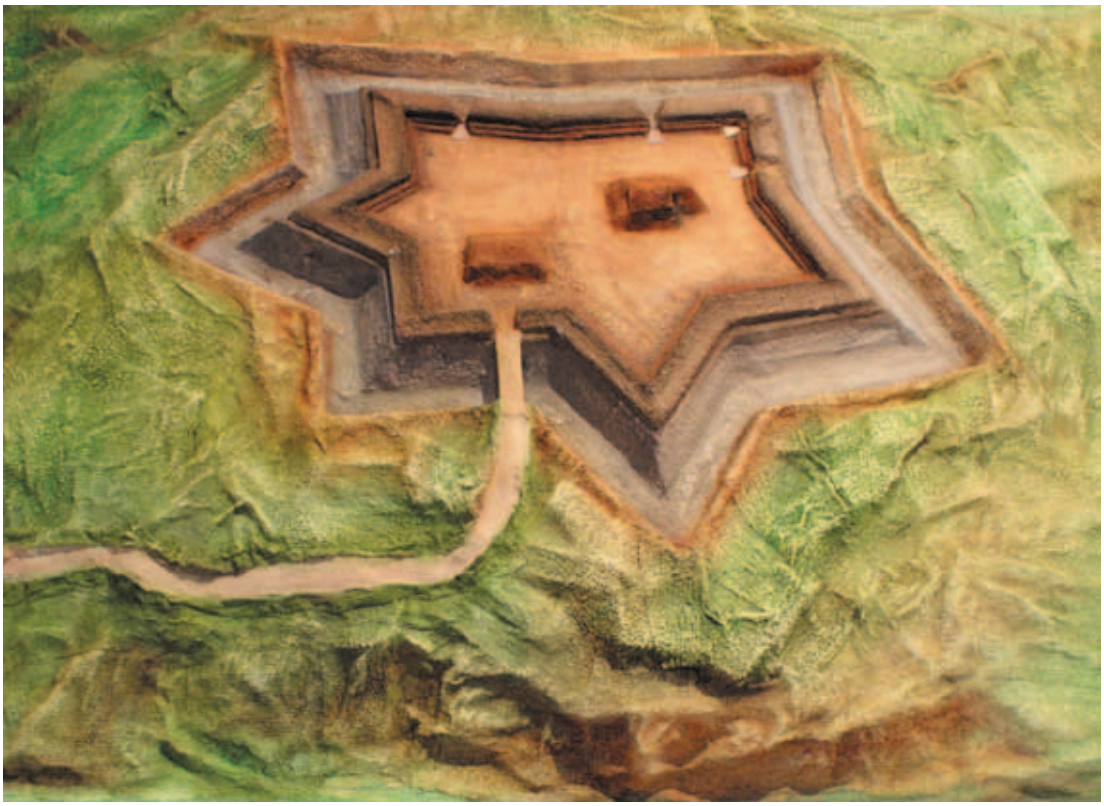
[25] REIS, Cor Med Carlos Vieira – *História da Medicina Militar Portuguesa* – em 1791, houve, por necessidade, um regulamento permitindo admitir recrutas com altura inferior – pág. 536, Vol. II.

[26] REIS, Cor Med Carlos Vieira – *História da Medicina Militar Portuguesa* – pág. 545, Vol. II.

[27] Coleção de Decretos, Resoluções e Ordens – 1821, Parte I.

[28] Coleção de Decretos, Resoluções e Ordens – 1821, Parte I – os medicamentos foram distribuídos pelos Hospitais; as roupas, utensílios e aparelhos de cirurgia, depois de inventariados foram entregues ao Depósito do Arsenal do Exército e daí para os Hospitais das Províncias onde houvesse depósitos (um Hospital Regimental por província); as cartas e livros da Contadoria Fiscal dos Hospitais Militares foram enviados para a Contadoria Fiscal do Exército.

[29] REIS, Cor Med Carlos Vieira – *História da Medicina Militar Portuguesa* – pág. 473, Vol. I; a Faculdade de Medicina da Universidade do Porto, na sua página oficial da Internet, referencia o ano de 1866, como sendo aquele em que se verificou a elevação dos alunos das Escolas Médico-Cirúrgicas a Facultativos de plenos exercício, nivelando em igualdade de garantias e direitos toda a classe médica.



na fundação e continuidade da Sociedade de Ciências Médicas de Lisboa (até 1866 a presidência era preponderantemente de médicos militares), na farmacologia (isolamento dos alcaloides da quina) e no ensino (no papel desempenhado na fundação e no ensino das Régias Escolas de Cirurgia de Lisboa e Porto).

Bibliografia

AMARAL, Manuel – *A Luta Política em Portugal nos finais do Antigo Regime I, A Proposta de Reforma do Exército de 1803* – Tribuna – 2010.

ASSIS, José Luís – "Cirurgia nas Guerras Peninsulares" – *Revista Militar* – 22 de junho de 2008.

CARDOSO, Rui – *Invasões Francesas 200 Anos Mitos Histórias e Protagonismo* – INCM – 2010.

BARATA, Manuel Themudo e TEIXEIRA, Nuno Severiano – *Nova História Militar de Portugal* – Círculo de Leitores – 2004.

BRANCO, Pedro Soares – *Os Uniformes Portugueses na Guerra Peninsular* – Tribuna – 2008.

BUTTERY, David – *Wellington contra Massena* – Gradiva – 2007.

CHARTRAND, René – *The Portuguese Army of the Napoleonic Wars – Osprey* – 2000.

DEROO, Éric (Coord.) – *La Médicine Militaire: Le service de santé des armées* – 2008.

FERREIRA, Brandão – "Serviço de Saúde Militar: Uma Síntese Histórica" – *Jornal do Exército* – fevereiro de 2007.

GIÃO, Manuel – "Algumas notas para a história do Corpo de Médicos Militares" – Separata do *Jornal da Sociedade das Sciências Médicas de Lisboa*, tomo XCI, abril 1927, Tipografia do Comércio – Biblioteca do Exército, nº 6407 do Inventário.

GIÃO, Manuel – *O Serviço de Saúde na Campanha do Rossilhão (Apontamentos para a sua história)* – Empresa Literária Fluminense, Lda., Lisboa – Biblioteca do Exército, n.º 11273 do Inventário.

HENRIQUES, Mendo de Castro – *Salamanca – Batalhas de Portugal* – Tribuna – 2002.

KOCH, General – *Memórias de Massena* – Bertrand – 2007.

MÓRA, José A. Damas – *Laboratório Militar de Produtos Químicos e Farmacêuticos – Farmácia Central do Exército desde 1918* – LMPQF – 2000.

PIRES, Nuno Correia Barrento Lemos – "Os Exércitos não se improvisam – Um estudo sobre o Exército Português e o novo Exército Anglo-Português em 1808" – *Revista Militar* – 15 de outubro de 2006.

REIS, Carlos Vieira Reis – *História da Medicina Militar Portuguesa* – EME – 2004.

REIS, Carlos Vieira Reis – "Brevíssima História do Serviço de Saúde do Exército" – *Revista Militar* – 21 de outubro de 2006.

SANTOS, José Manuel Alves – *A Administração na Guerra Peninsular* – Caleidoscópio – 2010.

SOUSA, Maria Leonor Machado (Coord.) – *A Guerra Peninsular em Portugal – Relatos Britânicos* – Caleidoscópio – 2007.

Regulamento para os Hospitais Militares, de 1813 – Biblioteca do Exército.

Revista Le Service de Santé de la Révolution au 1er

Empire (1792-1815), Tradition Magazine, Hors Série n.º 28, 2004.

Internet – Sites

AMARAL, Manuel – *Portal da História – Junta dos Três Estados*, Vedoria Geral, D. Rodrigo de Sousa Coutinho.

Arquivo Nacional da Torre do Tombo (Portal) – *Junta dos Três Estados*.

GRAÇA, L.; HENRIQUES, A. Isabel (2004) – *Proto-história da Enfermagem em Portugal*. I Parte.

Google – Book – *Coleção de Decretos, Resoluções e Ordens* – 1821.

Página Oficial da Internet da Faculdade de Medicina da Universidade do Porto (FMUP) – *A Escola Médico-Cirúrgica do Porto*.

Iconografia

Arquivos.

Arquivo Histórico Militar.

Biblioteca do Exército – Direção de Saúde.

Pessoais.

Ricardo Leite.

Publicações

CHARTRAND, René – *The Portuguese Army of the Napoleonic Wars – Osprey* – 2000.

DEROO, Éric (Coord.) – *La Médicine Militaire: Le service de santé des armées* – 2008.

HENRIQUES, Mendo de Castro – *Salamanca – Batalhas de Portugal* – Tribuna – 2002.

REIS, Carlos Vieira Reis – *História da Medicina Militar Portuguesa* – EME – 2004.

Internet - Sites

Google – Book – *Coleção de Decretos, Resoluções e Ordens* – 1821.

Agradecimentos:

Pelo apoio no levantamento iconográfico e elaboração do organograma do Serviço de Saúde de 1805:

- Cap TEDT Nelson Santos/Direção de Saúde;
- 1º Cabo RC Suzy Rodrigues/Direção de Saúde.

Pela cedência, para consulta, da publicação da Osprey e cópia da gravura de Ribeiro Arthur:

- Sr. Ricardo Leite.

Pela prestimosa colaboração e esclarecimentos em relação aos uniformes:

- Dr. Pedro Soares Branco.

Pela prestimosa colaboração:

- Biblioteca do Exército.

Pelo apoio informático:

- 1º Sargento Simões – Secção de Informática/Comando da Logística.

Major-General José Alberto Martins Ferreira

EUROFOR
EUROPEAN UNION BATTLE GROUP 2011-2 (ERF EU BG 2011-2)

O presente artigo tem como finalidade apresentar os aspetos que considero mais relevantes do meu Comando do *EUROFOR Force Headquarters* (ERF F HQ) e do *Battle Group* (BG) *Package*, após terminado o fim do período de *stand by* a 31 de dezembro de 2011.

O *EUROFOR Battle Group* é uma Força Conjunta e Combinada de 1793 militares das quatros nações que compõem a EUROFOR, centrada num Batalhão de Infantaria com os respetivos apoio de combate e apoio de serviços e ainda dotado de meios aéreos com capacidade para missões de evacuação médica de Transporte Aéreo Estratégico (C-130) e de *HeliMedevac* (EH-101), de Apoio Aéreo Próximo (CAS), de Reconhecimento Aéreo Tático (TAR) e de *Combat Air Patrol* (CAP). O *Force Headquarters* tem um Estado-Maior Conjunto e Combinado de 167 elementos com uma unidade de Apoio de 217 elementos, incluindo uma moderna Companhia de Transmissões.

Uma das características que distinguiu este BG foi o de ter sido organizado com base em quatro *Framework Nations* e uma *Lead Nation*, que é Portugal. O nosso país constitui-se também como *Battle Group Point of Contact* (BG POC) *Nation*, sendo o seu Comandante português.

Para a concretização de todas as ações conducentes à certificação, foi elaborado e acordado pelas nações o *EUROFOR Road Map*.

O *Road Map* estendeu-se ao longo de mais de dois anos e apresenta-nos uma clara definição das responsabilidades de cada um dos intervenientes no processo e das duas grandes fases: a de Planeamento e a da Preparação.

Na fase de planeamento procurou-se elaborar e aprovar quase toda a documentação necessária utilizando o processo de decisão da EUROFOR composto por *Expert Groups*, *Subworking Groups*, o *Pol Mil* e o *High Level Inter-Ministerial Committee* (CIMIN).

A fase de preparação, da minha responsabilidade, foi basicamente constituída por quatro exercícios: em Florença foram realizados os exercícios FIESOLE 10, MERCURIOUS 11, TOSCANA 11 e em Pian de Spille, próximo de Roma, o exercício de certificação BORA11.

Após a certificação e antes do período de *stand*

by, realizou-se o exercício LIVEX DRAGÃO PADRELA/ORION 11 (DPO11), em Portugal, em que tive a oportunidade de comandar cerca de 50% das forças que constituem o *BG Package*.

Na fase de *stand by* realizaram-se dois exercícios: o FIESOLE11, em Florença, e o CITADEL GUILBERT 11 na Alemanha, ambos com a finalidade de treinar as atividades de projeção, em particular o *Reception, Staging and Onward Movement/Integration* (RSOI).

Outra das características que também distingue o ERF EUBG tem a ver com o *Conceito de Comando e Controlo* aprovado pelas nações. O comando deste BG junta o nível tático do *Battle Group* com o nível operacional do *Force Headquarters*, o que significa na prática a eliminação de um patamar de comando, sendo eu ao mesmo tempo Comandante Tático e Operacional. Testámos este conceito durante um ano em cinco exercícios diferentes e funcionou muito bem.

Importa também referir a importância da existência de um orçamento aprovado anualmente para fazer face às despesas de funcionamento normal (*operating expenditures*), investimentos e exercícios. Este orçamento permitiu-nos, em 2008, 2009 e 2010, colmatar todas as necessidades em investimentos e, em 2011, aplicar quase 50% do orçamento anual em exercícios.

A EUROFOR, no final da preparação do BG, estava equipada a 100% na sua capacidade C4 e pronta para desempenhar qualquer das possíveis missões dos BG.

Gostaria ainda de referir o método que utilizei para operacionalizar os exercícios que levaram a certificação. Comecei por dar a minha intenção do Comandante para a operação que iríamos realizar, utilizando o cenário criado pela UE, de uma forma verbal e visual, com a colocação de um vídeo na WISE (a rede de trabalho do QG).

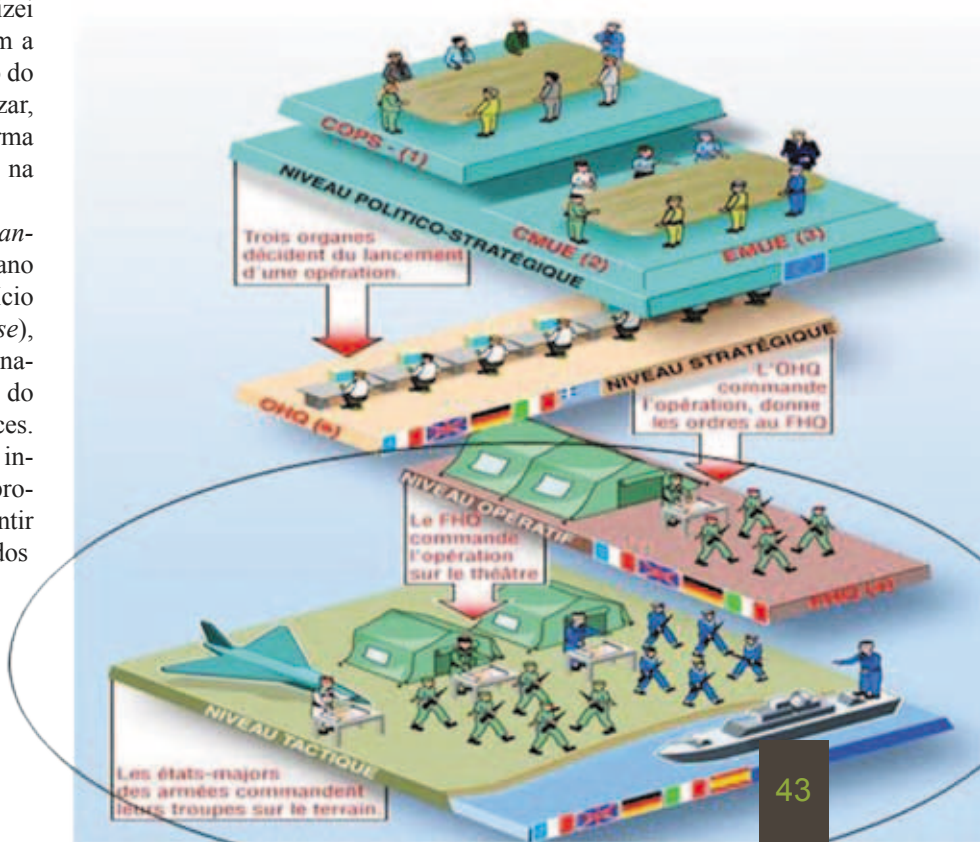
Após a divulgação da *Intenção do Comandante* foi desenvolvido de uma forma didática o Plano de Operações BLUE FLAG, durante o exercício FIESOLE 10 (*Operational planning Exercise*), com a participação de *augmentees* das quatro nações da ERF para trabalhar as diferentes áreas do plano e elaborar os respetivos anexos e apêndices.

O *Desenho Operacional* desse plano, que inclui as diferentes fases da operação desde a projeção até à retração, serviu de base para garantir de forma coerente a realização sequencial dos exercícios.

Depois de termos testado e treinado a fase de consolidação do Plano de Operações BLUE FLAG e de acordo com o Desenho Operacional nos exercícios TOSCANA 11, BORA 11 e DRAGÃO PADRELA/ORION, durante a execução exercício FIESOLE11, concentrámo-nos na Fase de Projeção e de RSOI. Foi utilizado o sistema NATO ADAMS (*Allied Deployment And Movement System*) que permite avaliar os requisitos e a capacidade de mobilidade e projeção das nações bem como "desconflituar" os planos de *Projeção Detalhados Multinacionais*. Com base nos planos elaborados por Portugal, Itália, França e Espanha e com o contributo de *experts* das quatro nações, do *Operational Headquarters* (Mont Valerien, Paris) e do *Movement Coordination Center Europe* – Eindhoven (MCCE) executamos o *Plano de Projeção Detalhado Integrado* do FHQ e do *BG Package*, para um local fictício, em Africa.

Um documento fundamental do ERF BG foi o *Readiness Plan*. O seu objetivo foi o integrar num único documento todos os conceitos, requisitos, procedimentos e um conjunto variado de outros documentos que foram sendo aprovados durante as fases de planeamento e de preparação do FHQ e do *BG Package*, de modo a estarmos preparados para ser empregues num Teatro de Operações (TO) durante a fase de *stand by* que terminou a 31 de dezembro de 2011.

Relevo ainda para o facto da importância de termos assumido, desde o início da fase de preparação, que éramos uma *Força Conjunta e Combinada*, utilizando capacidades conjuntas e combinadas, executando exercícios conjuntos



e combinados e que estávamos a preparar-nos para executarmos operações conjuntas e combinadas.

Destacava a grande preocupação que tive com a organização do moderno *Centro de Operações Conjunto e Combinado* (CJOC) que incluía a grande capacidade para rentabilizar as capacidades C4I e ISTAR, bem como em coordenar e comandar em tempo real as Operações Especiais e os meios aéreos através do AOCC (*Air Operations Coordination Centre*) que se encontravam sob o meu comando.

No CJOC eram utilizados diversos sistemas. O sistema de *video hall* constituiu a ferramenta através da qual se operacionalizava a capacidade de comando e controlo com um painel de nove ecrãs planos de um metro, onde eram projetados, através do *Sistema Automatizzato di Comando e Controllo* (SIACCON), o equivalente ao nosso SICCE, a *Common Operacional Picture* (COP). Através da rede WISE era utilizado o *CJOC Chat Room*, muito útil, principalmente quando o comandante estava presente no CJOC e em especial como nos casos denominados hoje em dia de *Complex Attack*, que envolvem não só *Improvised Explosive Device* (IED) mas também emboscadas, o que permitia a coordenação de todos os meios a disposição do comandante para a resolução do incidente, incluindo a integração dos meios aéreos, o CAS e a Evacuação Médica Aérea (AirMedEvac), com as Forças Terrestres, através do Controlador Aéreo Avançado (FAC), e também, a "libertação" das adequadas Regras de Empenhamento (ROE's) controladas ao nível do comandante; a *Tracking Incident Matrix*, que nos permitiu também acompanhar todos os incidentes no Teatro de Operações em tempo real, ou ainda o *LogBook* ou a *Wise Events Table*, onde eram registados todos os acontecimentos por ordem cronológica, uma COP secundária, os *Commander's Critical Intelligence Requirements* (CCIR's) e se necessário o acompanhamento das estações de televisão julgadas pertinentes, tudo de forma modular e adaptadas as necessidades no painel de ecrãs.

Outra das características do ERF BG é a sua forte componente de Apoio Sanitário, o que o distingue dos outros BG anteriormente disponibilizados para missões da União Europeia, com base num Hospital de Campanha de *Role 2E* (*Enhanced*) francês, reforçado com capacidade para pequenas cirurgias e estabilização de pacientes, e posterior evacuação estratégica caso seja necessário.

Os meios aéreos disponibilizados para a *Evacuação Aérea* eram dois helicópteros EH101 Merlin, com capacidade para transportar até dezasseis macas por helicóptero.

Importa também referir a elevada capacidade em meios aéreos do *Battle Group*, fundamentais para uma *Initial Entry Force*, permitindo-lhe missões de Transporte Aéreo Estratégico e de *HeliMedevac*, de CAS, de Reconhecimento Aéreo Tático (TAR) e de CAP.

Relevo também a importância do processo de definição em tempo útil, bem como a aprovação e cedência por parte das nações de todos os *Enablers* necessários para operar em Teatros de Operações de média e de alta intensidade com a exceção da capacidade de reconhecimento especial *Special Recce* (Operações Especiais), por nenhuma das nações se ter disponibilizado para a colmatar.

O processo de avaliação e certificação foi executado segundo os critérios da UE, complementados pelos *standards* e critérios da NATO. A nação que liderou todo este processo foi Portugal e o que distinguiu, verdadeiramente, o EUROFOR BG dos outros BG foram, fundamentalmente, duas coisas:

-A primeira foi o levantamento rigoroso dos critérios e *standards* a avaliar nas duas fases, estática e dinâmica. Todo este trabalho que levou meses a concluir, não estava feito ao nível da UE e poderá servir de referência para futuras certificações de outros BG.

Fontes: esta imagem: www.militaryphotos.net/imagem do topo: www.baf.mil.bd.

- A segunda foi ter sido a primeira vez, na história dos BG, que a avaliação foi efetuada, realmente, por uma equipa independente, multinacional e multidisciplinar, constituída por 22 elementos das quatro nações e liderada por Portugal.

O exercício de certificação BORA11 teve a duração aproximada de um mês e, para além da certificação ter sido o objetivo principal, também pretendia demonstrar que éramos capazes de projetar um FHQ completamente autónomo e modular, todo em tendas, constituído por 167 militares do Quartel-General, apoiados por uma Unidade de Apoio de 217 militares, incluindo a Companhia de Transmissões e um destacamento de Transmissões, constituído por 29 militares do nosso *Operational Headquarters* (OHQ), sediado de Mont Valérien, Paris.

O OHQ, comandado pelo Brigadeiro-General Jean Philippe Ganascia, do Exército Francês, oficial de grande experiência que foi comandante da operação da EUFOR na República do Chade, entre 2007 e 2009, a direção do exercício (EXDIR), constituída por cerca de 100 quadros da Divisão Italiana Acqui, chefiada pelo seu Comandante o Major-General Vicenzo Santo, a Equipa de Avaliação liderada pelo Major-General Carlos Jerónimo e, ainda, o LOCON, que representava as nossas subunidades, estavam todos localizados em CESIVA, Centro de Simulação do Exército Italiano, sediado na localidade de Civitavecchia.

Importa nesta fase relevar o facto da experiência por mim adquirida na certificação do Comando da Brigada de Intervenção se ter revelado crucial em todo o processo de planeamento do projeto do QG projetável. Assim, começámos por escolher um terreno isolado que tivesse um espaço adequado, em seguida, com base num esboço elaboramos um projeto à escala em pasta de papel que serviu de base para finalmente projetámos o Quartel-General. Só para se ter uma ideia geral da dimensão daquilo que estou a falar, foram utilizadas mais de 100 tendas de três e quatro arcos, complementadas por oito tendas de grandes dimensões, tipo oficina, e toda a logística necessária para apoiar, durante cerca de um mês, cerca de 400 militares.

O processo ficou concluído quando em 26 de maio de 2011, na qualidade de Comandante da EUROFOR, assinei, em Pian di Spille, Tarquinia – Civitavecchia – Itália, a Carta de Certificação do *Force Headquarters* e do *BG Package*, após obter 93% na qualificação nos *standards* definidos pelas quatro nações, que foram efetivamente avaliados, durante o exercício BORA 11, pela equipa responsável pela avaliação.

Por último, foi a preocupação que tivemos com a criação de um DVD interativo, onde foi compilada toda a documentação produzida durante as fases de planeamento e preparação, integrando todos os exercícios e os processos de certificação e avaliação, incluindo o período da fase de *stand by*. É minha convicção de que, se no futuro for necessário preparar outro BG, este DVD poderá certamente ser de grande utilidade, pela relevância e inovação da informação que contém.

Foram dezasseis meses caracterizados por uma intensa atividade da EUROFOR, muito devido às atividades decorrentes da fase de planeamento do ERF EUBG, com especial realce para o processo de certificação e início do período de *stand by*. Todo este processo do ERF BG ficou encerrado com um seminário realizado em Florença, em fevereiro de 2012, para o levantamento das *Lessons Learned /Lessons Identified*, em que as quatro nações chegaram a acordo sobre quais as lições que irão ser apresentadas ao *European Union Military Committee* (EUMC) em Bruxelas, por Portugal, na qualidade de *lead nation* pelo *Battle Group Point Of Contact* (BG-POC).

O *EUROFOR European Union Battle Group 2011-2* ficará na memória coletiva de todos aqueles, militares e civis, que ao longo de mais de dois anos, com o seu esforço, contribuíram para o sucesso deste projeto. Tendo terminado a minha função de Comandante do *Battle Group 2011-2*, a 31 de dezembro de 2011, não posso deixar de agradecer a todos aqueles que, direta ou indiretamente, estiveram envolvidos e, especialmente, a Espanha, França, Itália e Portugal, o apoio incondicional que me foi dado para a sua concretização.

Modernização dos serviços da Biblioteca do Exército

A Biblioteca do Exército foi transferida para as atuais instalações no Largo do Outeirinho da Amendoeira, em 2010, ocupando um espaço remodelado e moderno, onde, em tempos, funcionou a fábrica de calçado das Oficinais Gerais de Fardamento e Equipamento do Exército.

Decorre atualmente o processo de transferência de publicações da antiga Biblioteca da Arma de Artilharia, que surge na sequência da integração da Biblioteca dos Paulistas e da Biblioteca da Direção de História e Cultura Militar.

A sua coleção, especializada e focada em temas militares, também abrange outras áreas do conhecimento, designadamente da geografia, história e política, é composta para além das publicações editadas em português, também por livros em língua inglesa, espanhola, italiana, francesa ou até em latim, impressos ou manuscritos.

Está em curso um processo de modernização dos serviços da Biblioteca, em que, a par da necessidade de criar condições de preservação e conservação adequadas, que garantam a longevidade dos livros, alguns dos quais considerados antigos porque foram impressos nos séc. XVI, XVII e XVIII, constitui um desafio a atualização, o enriquecimento do acervo e a divulgação do património bibliográfico militar, proporcionando condições de consulta e investigação ou apenas de fruição do conhecimento.

Destaque Bibliográfico

Cosmographiae uniuersalis

Ao longo dos séculos a Biblioteca do Exército foi incorporando no seu acervo um conjunto de publicações, que pela sua raridade e interesse constituem um repositório de incalculável valor e que muito contribui para o estudo do pensamento e da evolução da ciência.

Destacamos esta obra "Cosmographiae uniuersalis" de Sabastian Münster. "Cosmographiae uniuersalis", por ter sido uma das primeiras obras descritivas do Mundo, bem como um dos mais avançados estudos sobre a Geografia terrestre durante o período da Reforma.

Descreve sucintamente os usos e costumes de inúmeras cidades europeias, designadamente: Friburgo, Roma, Constantinopla (Istambul) etc., acompanhada com mapas e ilustrações de rara beleza.

Teve pelo menos 46 edições até 1650, sendo traduzida em seis línguas. O seu autor, Sebastian Münster, foi professor de hebraico na Universidade de Basileia e um dos mais distintos linguistas, matemáticos e geógrafos da época.

Cosmographiae uniuersalis Lib[ri] VI. in quibus, iuxta certioris fidei scriptorum traditionem describuntur, Omniu[m] habitabilis orbis partiu[m] situs, propriaeq[ue] dotes /Sebastian Münster Basileae: Henrichum Petri, 1552.

A Biblioteca do Exército está aberta ao público de 2ª a 6ª feira, das 09H30 às 12H30 e das 14H00 às 17H00, no Largo do Outeirinho da Amendoeira, 1100-386 Lisboa; telefone: 218842456, e-mail: bibex@mail.exercito.pt

Escolas seculares ao serviço da educação

COLÉGIO MILITAR

Masculino/Internato

INSTITUTO DOS PUPILOS DO EXÉRCITO

Externato/Feminino e Masculino
Internato/Masculino

INSTITUTO DE ODIVELAS

Feminino/Internato e Externato

Candidaturas abertas
Novas mensalidades
Ano Letivo 2012/2013

(ver tabela na Página 11 deste JE)

EXCELÊNCIA PRESTÍGIO VALORES

PLANO DE SAÚDE DENTÁRIO EXCLUSIVO

PARA OS MILITARES E CIVIS DO EXÉRCITO PORTUGUÊS, INCLUINDO AS SUAS FAMÍLIAS

Já não custa ter um sorriso bonito e uma boca saudável

Preço: 30€ pessoa/ano - (Preço família, especial de lançamento 75€/ano incluíndo cônjuge e descendentes)

VANTAGENS:

- Mais de **3000 médicos dentistas** à sua disposição em todo o território nacional e ilhas.
- **Todas as especialidades cobertas** e todos os tratamentos que possa necessitar.
- **Clínicas seleccionadas** que cumprem os máximos standards de Qualidade.
- **Redução dos custo nos tratamentos em mais de 50% do preço privado** (ver tabela completa na página Web).
- **Tratamentos preventivos e mais frequentes SEM CUSTO**.

TRATAMENTOS	PLANO DE SAÚDE EXÉRCITO / DENTALREDE	PREÇOS MÉDIOS EM PRIVADO
CONSULTAS E VISITAS DE ESPECIALIDADE	SEM CUSTO	30,00€
DESTARTARIZAÇÃO (LIMPEZA)	SEM CUSTO	40,00€
RADIOGRAFIAS	SEM CUSTO	10.00€
COROAS E PONTES DE CERÂMICA	240.00€	400.00€
ORTODÔNTIA	255,00€ (POR APARELHO)	500,00€ (POR APARELHO)
EXTRACÇÕES SIMPLES	SEM CUSTO	30,00€

Ver toda a informação
www.Dentalrede.pt/parceiros/exercito português

INSCREVA-SE JÁ!!!

Fale connosco através do

☎ **808 201 665**

€2.00 (IVA incluído)

Ano LIII - n.º 616
ABRIL DE 2012

jornal do Exército

Exercício Kabul 121
Preparação para o Afeganistão

Soluções mais55

Connosco o seu ordenado ou reforma tem mais valor.

Adira à Super Conta mais55 e saiba tudo o que o seu ordenado ou reforma lhe podem dar.

No Santander Totta trabalhamos todos os dias mais para merecer a confiança dos nossos Clientes. Para lhe podermos disponibilizar as soluções que dão mais valor ao seu ordenado ou reforma.

Domicilie o seu ordenado ou reforma no mínimo por 25 meses e receba, sem sorteio, à sua escolha:

Oferta Exclusiva

Câmara de Filmar Toshiba Camileo P20

Máquina de Café Delta Qool

LCD AV Toshiba 19"

GPS Garmin nüvi 2200

Máquina Fotográfica Samsung ES80

Para ordenados a partir de 375€ ou reformas a partir de 300€*	Para ordenados ou reformas a partir de 1.500€*

Conheça ainda as Soluções de Poupança mais55 que oferecem ao seu dinheiro toda a segurança com uma rentabilidade muito atractiva!

* O valor mínimo de ordenado ou reforma líquido domiciliado para acesso a um dos equipamentos é de 375€ e 300€ respectivamente, excepto para o LCD TV que é de 1.500€. O pedido de equipamento deve ser efectuado pelo Cliente até 31 de Dezembro de 2011 (válido para novas domiciliações de ordenado ou reforma), devendo a 1ª domiciliação de ordenado ou reforma e reclamação do equipamento ocorrer nos 3 meses subsequentes. Caso cessem as domiciliações de ordenado ou reforma, antes de decorridos 25 meses, por causa não imputável ao Banco, o Cliente deverá devolver o valor de 300€ no caso do LCD TV e 150€ para os restantes equipamentos, na proporção do prazo não decorrido. Oferta limitada ao stock existente. A qualidade do equipamento e a sua garantia são da responsabilidade exclusiva dos fornecedores.

Santander Totta
O Valor das Ideias

PROTOCOLO

Jornal do Exército
ÓRGÃO DE INFORMAÇÃO, CULTURA E RECREIO DO EXÉRCITO PORTUGUÊS, CRIADO POR PORTARIA DE 14JUL60

Capa

Foto: 4.º CN/FND/ISAF

Monumentos com História Militar
Coimbra aos seus mortos
na grande guerra – 4
Editorial – 5
Figuras e Factos – 6
Preparação do 4.º Contigente Nacional que
visa integrar a International Security
Assistance Force (ISAF) – 20
200 Anos da Guerra Peninsular – 44
Saúde: Catarata – 46

A Matemática, a Estatística e o ensino nos
estabelecimentos de formação de Oficiais
do Exército Português no período 1837-1926:
uma caracterização – 12

Memórias de Timor – 34

A Construção das Linhas de
Torres Vedras – 24

Suplemento Banda Desenhada:
“A Portuguesa – História de um Hino”
Pág: XXV a XXVIII

Os artigos publicados com indicação de autor são da inteira responsabilidade dos mesmos, não refletindo, necessariamente, o pensamento da Chefia do Exército Português

PROPRIEDADE DO ESTADO-MAIOR DO EXÉRCITO
Direção, Redação e Administração: Largo de S. Sebastião da Pedreira, 1069-020 Lisboa, Telef: 213 567 700, Fax Civil: 213 567 791 Militar: 414 091, E-mail: jornal.do.exercito@mail.exercito.pt, jornal.exercito@sapo.pt, E-mail - Intranet: Jornal do Exército, Home page: www.exercito.pt DIREÇÃO - Diretor: Coronel de Infantaria José Custódio Madaleno Geraldo; Sub-Diretor: Tenente-Coronel J. Pinto Bessa. REDAÇÃO - Chefe: Tenente-Coronel J. Pinto Bessa; Assistente de Redação: 1.º Sargento Anjos Das Neves; Redatores: Alferes RC Nelson Cavaco, Alferes RC Filipa Domingos; Operadoras Informáticas: Assistente Técnica Elisa Pio, Assistente Técnica Guiomar Brito; SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS - Chefe: Tenente-Coronel António N. Marcos Andrade; Auxiliares Sargento-Ajudante João Belém, Sargento-Ajudante Luís Silva; Operadoras Informáticas: Assistente Técnica Joana Moita; Assistente Técnica Tânia Espírito Santo; COLABORAÇÃO FOTOGRÁFICA - Lusa - Agência de Notícias de Portugal, SA; Centro de Audiovisuais do Exército RCRPP/GabCEME; EXECUÇÃO GRÁFICA - PERES - SOCTIP Indústrias Gráficas, SA, Estrada Nac. 10, Km. 108,3 - Porto Alto, 2135-114 Samora Correia, Telef. 263 009 900 - Fax 263 009 999, acosta@peres-soctip.pt Tiragem - 6 000 exemplares Depósito Legal - nº 1465/82 ISSN - 0871/8598

Coimbra aos seus mortos na grande guerra

Em 10 de junho de 1932, a cidade de Coimbra, representada pela sua Câmara Municipal, e a Comissão de Coimbra da Liga dos Combatentes, inaugura o monumento de homenagem aos mortos da I Guerra Mundial.

http://en.wikipedia.org/wiki/File:Coimbra_aos_seus_mortos_na_grande_guerra.jpg

Portugal entra na guerra como uma forma indireta de preservar os territórios do seu vasto império colonial que vinha a ser cobiçado pelas potências: Alemanha, Inglaterra e França. Desta forma, entra na guerra como aliado da Inglaterra, proporcionando-lhe um lugar à mesa das negociações nas questões coloniais junto de outros países que lutavam também pela preservação dos seus territórios.

A entrada oficial ocorre em março de 1916 quando Portugal oficializa a declaração de guerra. Sob a direção do ministro da Guerra General Norton de Matos é enviado para o teatro de operações o Corpo Expedicionário, que englobava uma força de artilharia e brigadas de infantaria. Este corpo participou em algumas batalhas, com particular referência para a batalha de La Lys, onde integrado num sector da frente sofreu baixas pesadíssimas.

À semelhança do que acontece pelos mais diversos distritos, concelhos e freguesias de Portugal, a cidade de Coimbra tomou a iniciativa de homenagear os soldados da região que combateram na I Grande Guerra, lançando a primeira pedra do monumento em 5 de outubro de 1930.

O monumento feito de pedra calcária encontra-se na faixa central e ajardinada da Avenida Sá da Bandeira. Assenta sob um pedestal que contêm a inscrição: "COIMBRA/AOS SEUS MORTOS/NA GRANDE/GUERRA/1914/1918" e é constituído por blocos de pedra justapostos, apresentando quatro soldados em sentinela, opostos entre si. Os soldados encontram-se uniformizados com a indumentária da época, segurando a arma ao alto, junto ao peito, encostados a um elemento quadrangular e vertical, decorado com símbolos nacionais e rematado com a figura de um projétil.

Anualmente é realizada uma cerimónia de homenagem aos mortos na guerra, que decorre em 11 de novembro, que consta de uma deposição de coroa de flores e de uma guarda de honra.

Alferes RC Nelson Cavaco

INFORMAR PARA BEM SERVIR

Hoje, como ontem, o Exército Português continua a cumprir Portugal, contribuindo para a segurança e estabilidade internacionais, através da sua participação em operações de Paz e Humanitárias, no Kosovo, no Afeganistão e no Líbano, para além das missões de Cooperação-Técnico Militar [CTM], na Comunidade de Países de Língua Portuguesa [CPLP], assim como assegura uma presença permanente nas estruturas das Organizações Internacionais e Alianças, de que o nosso País faz parte. A sua presença está no Kosovo, com uma Força Nacional Destacada [FND] de escalão Batalhão como Reserva Tática do Comandante da Kosovo Force [COMKFOR], com 163 militares; no Líbano com uma Companhia de Engenharia, no âmbito da United Nations Interim Force in Lebanon [UNIFIL], com 122 militares; e no Afeganistão, com duas equipas de Missão Operacional de Assessoria e Ligação, de apoio ao Exército Afegão e correspondente módulo de apoio, com 98 militares.

O Exército tem participado, ultimamente, no âmbito da International Security Assistance Force [ISAF], em equipas com elementos da Marinha, do Exército, da Força Aérea e da Guarda Nacional Republicana para a formação e treino das Forças Armadas e Polícia do Afeganistão. Com este propósito realizou-se na Brigada Mecanizada, semana de 26 a 30 de março, o Exercício Final de Aprontamento do 4.º CN/FND/ISAF [4.º Contingente Nacional das Forças Nacionais Destacadas para a ISAF], Exercício KABUL 121, que inclui no seu programa uma CREVAL [Avaliação da Prontidão para o Combate] e um Distinguished Visitors Day (DVD). A Brigada Mecanizada foi a Grande Unidade do Exército Português, anfitriã da visita da Comissão de Defesa Nacional (CDN), que esteve presente neste dia especial, composta por Deputados e Assessores da Assembleia da República. Conduzida pelo Chefe do Estado-Maior do Exército, General Artur Neves Pina Monteiro, a visita teve como objetivo proporcionar aos membros da Comissão de Defesa Nacional uma visão genérica das capacidades e dos meios da Brigada Mecanizada e uma visão particular do estado de prontidão e de treino do 4.º CN/FND/ISAF num cenário com características similares ao do Teatro de Operações do Afeganistão. O Presidente da CDN, Dr. José Manuel de Matos Correia, deixou escrito no Livro de Honra da Brigada Mecanizada a sua satisfação e confiança nos militares portugueses. Os nossos militares têm, de facto, honrado o nome de Portugal além-fronteiras contribuindo, ao lado dos seus aliados, para uma maior segurança no Mundo. Podemos complementar este tema com a leitura do artigo do Coronel Leitão.

O *Jornal do Exército* traz-nos, neste número, um artigo muito interessante, do ponto de vista histórico acerca da nossa Engenharia Militar Portuguesa e a sua evolução até "A Construção das Linhas de Torres Vedras", título do artigo da autoria do Tenente-General António José Maia de Mascarenhas. O Major-General José Alberto Martins Ferreira partilha connosco as suas "Memórias de Timor", em que se realça o papel do Estado Português no processo de independência de Timor, ocorrida há uma década [maio de 2002]. O Professor Doutor Filipe José Loureiro Lopes Papança oferece-nos um trabalho de investigação baseado na sua tese de doutoramento "A Matemática, a Estatistica e o ensino nos estabelecimentos de formação de Oficiais do Exército Português no período 1837-1926: uma caracterização]. Continuamos com mais quatro páginas inéditas do singular trabalho de José Pires "Contra os canhões marchar, marchar! A Portuguesa: História de Um Hino".

José Custódio Madaleno Geraldo
Coronel de Infantaria

CEME visita RA5

No dia 29 de março, o Regimento de Artilharia N.º 5 (RA5) recebeu a visita do Chefe do Estado-Maior do Exército (CEME), General Artur Neves Pina Monteiro.

O CEME foi recebido pelo Comandante da Instrução e Doutrina (CID), Tenente-General Francisco António Correia, acompanhado pelo Diretor de Formação do CID, Major-General Santos de Carvalho, pelo Comandante do RA5, Coronel de Artilharia, Mendes Ferreiro e pelo Sargento-Chefe Carvalho Ferreira, que desempenha interinamente a função de Adjunto do Comandante do RA5, tendo de seguida, recebido no Salão Nobre, a apresentação de cumprimentos dos Oficiais, Sargentos e de uma representação de Praças e Civis que prestam serviço no Regimento.

Dando cumprimento ao programa da visita, seguiu-se a apresentação de um brífingue pelo Comandante da RA5, sobre a situação do Regimento, destacando-se a polivalência desta infraestrutura militar, com capacidade para a execução de diversas atividades, tais como:

- Centro de Formação Geral Comum de Praças do Exército;
- Aprontamento de um Grupo Artilharia de Campanha 155 mm;
- Centro de Divulgação do Dia da Defesa Nacional;
- Apoio ao Gabinete de Classificação e Seleção do Porto.

O CEME teve a oportunidade de visitar as instalações da Unidade, constatando as diversas melhorias efetuadas ao nível das infraestruturas, assistindo ainda, no campo de manobras, ao treino do Encargo Operacional.

A visita que se concluiu com a assinatura do Livro de Honra, foi precedida pela passagem pelo Mosteiro e Claustro da Serra do Pilar, imóvel à guarda do RA5, classificado pela UNESCO como Património da Humanidade.

Visita do Reverendissimo Bispo das Forças Armadas e das Forças de Segurança à Brigada Mecanizada e ao 4.º Contingente Nacional/ISAF

O Reverendíssimo Bispo das Forças Armadas e das Forças de Segurança, D. Januário Torgal Ferreira, em 20 de março, visitou a Brigada Mecanizada (BrigMec) e neste particular o 4.º Contingente Nacional/ISAF (International Security Assistance Force). A visita consubstanciou-se por uma palestra ao Contingente Nacional, que decorreu no Auditório do 2.º BIMec, seguida de uma missa celebrada na Igreja do Campo Militar de Santa Margarida, com a participação de militares das diversas Unidades da BrigMec.

No decorrer da referida palestra, D. Januário Torgal Ferreira falou de paz e de justiça, abordando diversos temas centrados em Sua Santidade o Papa João Paulo II e no Patrono da BrigMec, D. Nuno Álvares Pereira, o Santo Condestável.

Em particular, aludiu aos valores e virtudes que nortearam e constituíram referências da vida pessoal e militar do Santo Condestável, entre as quais destacou: a camaradagem e a entreajuda, o espírito de corpo, a lealdade e a honra, que inquestionavelmente fazem parte do código de ética e de conduta dos Soldados de Portugal.

Encerrou a sua intervenção, transmitindo os seus votos de confiança, esperança e sucesso no cumprimento da missão acometida ao Contingente Nacional que no início de abril será projectado para o Teatro de Operações do Afeganistão.

Após a Celebração Eucarística, decorreu, na Unidade de Apoio do Campo Militar de Santa Margarida, um tradicional almoço de confraternização, que contou com a presença do Major-Genenal Esperança da Silva, Comandante da BrigMec.

O evento foi marcado por boa disposição, confraternização e camaradagem e encerrou com a assinatura do Livro de Honra.

CEME em visita à Escola de Sargentos do Exército

Decorreu no dia 15 de março na Escola de Sargentos do Exército (ESE), a visita de trabalho do Chefe do Estado-Maior do Exército (CEME), General Artur Neves Pina Monteiro.

Do programa constou: Honras Militares/Guarda de Honra; apresentação de cumprimentos na Sala de Honra; Brífingue; visita às instalações e áreas de instrução, almoço no refeitório geral e assinatura do Livro de Honra.

À chegada, o General CEME, foi recebido à Porta de Armas, pelo Tenente-General Francisco António Correia, Comandante da Instrução e Doutrina (CID), pelo Major-General Santos de Carvalho, Diretor de Formação do CID, pelo Coronel Alves de Oliveira, Comandante da ESE e pelo Sargento-Mor Costa Almeida, Adjunto do Comandante da ESE.

Visita às OGME

O General Artur Neves Pina Monteiro, Chefe do Estado-Maior do Exército (CEME), efetuou, em 11 de abril, uma visita de trabalho às Oficinas Gerais de Material de Engenharia (OGME).

A visita iniciou-se com a receção e apresentação de cumprimentos ao CEME, pelo Coronel MAT (Eng) João António da Fonseca Salvado Alves, Diretor das OGME, seguindo-se uma visita às instalações. Acompanharam esta visita o Major-General Gonçalves Ramos, Diretor do Serviço de Material e Transportes, o Chefe de Gabinete do General CEME, Major-General Rovisco Duarte, e Sub-diretor das OGME, Tenente-Coronel Vieira.

Durante a visita o CEME teve oportunidade de observar as diversas secções em laboração donde se destaca a reparação das viaturas de rodas M818, HMMWV, UNIMOG 1300, Iveco 90.17 e Toyota Land Cruiser, a reparação de viaturas de lagartas M113, M578, M577 e Chaparral, a reparação duma viatura de

Solipedes da Escola Prática de Engenharia, a reparação de uma VBR 8x8 PANDUR II e a manufactura de granadas 105mm para a realização de ensaios relativos ao projecto FIREND, tendo em vista o combate a incêndios.

53º Aniversário da DHCM

No dia 27 de março realizou-se a Cerimónia Comemorativa do 53º Aniversário da criação da Direção da História e Cultura Militar (DCHM), no Salão alusivo à 1ª Grande Guerra, no Museu Militar de Lisboa.

Presidiu às comemorações o Tenente-General António Carlos de Sá Campos Gil, Vice-Chefe do Estado-Maior do Exército. O ato contou com a presença de muitas outras entidades militares e civis, que muito dignificaram o evento.

Além do cerimonial adjacente a este tipo de comemorações, contou com duas comunicações no âmbito da Museologia, intituladas "Museu e Coleções: das diferenças e da Unidade", e "Natureza e gestão das Coleções dos Museus Militares na dependência da DHCM: esboço de um projeto de investigação", realizadas pela Drª Raquel Henriques da Silva e pela Drª Mariana Jacob Teixeira, ambas da Universidade Nova de Lisboa.

De realçar ainda a interpretação pelo Quarteto de Saxofones

da Banda do Exército de um momento musical , o qual encerrou o ato solene.

Pedra Viva 12

Dando cumprimento ao Plano de Treino Operacional do Regimento de Guarnição N.º 3 (RG3) para 2012, no dia 13 de março, foi realizado na Região do Farol da Ponta do Pargo, o Exercício PEDRA VIVA 12.

O exercício constou de uma sessão de fogos reais das armas coletivas que equipam as Forças da Zona Militar da Madeira pertencentes à Componente Operacional do Sistema de Forças do Exército, nomeadamente a Metralhadora Bitubo 20mm AA M/81, Metralhadora Pesada Browning M2 HB 12,7mm, Metralhadora Ligeira MG42 7,62mm, Metralhadora Ligeira HK21 7,62mm, Lança Granadas 40 mm KH 79 e Canhão S/R M40A1 106mm com redutor de calibre 7,62mm M9.

De uma forma direta, este tipo de exercício não carece de qualquer cenário específico que enforme o planeamento e a sequência das atividades. Indiretamente, pretende materializar uma situação de conflito onde os meios de defesa antiaérea e terrestre desempenham um papel determinante, confinado a uma determinada área e efetuando todos os procedimentos técnicos relativos à conduta de tiro.

Exercício "TAMPELLA 121"

O Grupo de Artilharia de Campanha da Brigada de Reação Rápida (BrigRR) realizou, no Campo Militar de Santa Margarida, no período de 19 a 20 de março, o Exercício "TAMPELLA 121". Este Exercício constou de uma sessão de fogos reais de Morteiro Pesado TAMPELLA 120mm, com o objetivo de treinar e validar os procedimentos técnicos ao nível do Posto Central de Tiro, Observadores Avançados e Secções de Morteiro Pesado.

O exercício materializou a *Initial Operational Capability* (IOP), tendo sido maximizada a formação ministrada no Regimento de Artilharia N.º4 durante o Estágio de Morteiros Pesados TAMPELLA 120mm, estando as guarnições das Secções de Bocas de Fogos qualificadas em Secções de Morteiros Pesados (dupla valência).

Desta forma, o Grupo de Artilharia de Campanha adquire maior versatilidade na capacidade de apoio de fogos, com o Obús Light Gun ou com o Morteiro Pesado, conforme as necessidades de apoio específicas da BrigRR e dependentes das variáveis de missão.

TABELA DE PREÇOS PARA 2012

PREÇO DE CAPA € 2,00 **ASSINATURA ANUAL (11 números):** VIA SUPERFÍCIE - **Portugal Cont. Madeira e Açores** € 20,00; VIA AÉREA - **Países europeus** € 45,00; **Restantes Países** € 65,00. NOTA: **As assinaturas devem ser pagas antecipadamente**
NÚMEROS ATRASADOS - **1960 a 1969** € 4,50; **1970 a 1979** € 4,00; **1980 a 1989** € 3,00; **1990 a 2001** € 2,50; **2002** a **2011** € 2,00.
Os preços incluem IVA à taxa de 6%.
PREÇO DE ENCADERNAÇÃO € 30,00, com IVA incluído à taxa de 23%.
N.B.: Os pedidos de envio pelos CTT serão acrescidos de portes segundo os códigos postais: **1000/2000** € 4,21; **3000/8000** € 5,79; **Açores** e **Madeira** € 6,56.

Participação do Exército na II SSPC

Decorreu no ISLA Campus Lisboa, entre 19 e 24 de março, a II Semana da Segurança e da Protecção Civil (II SSPC), com a participação ativa do Exército Português e da Licenciatura em Gestão da Segurança e da Proteção Civil ali ministrada. Este evento, que foi realizado pelo segundo ano consecutivo naquele Estabelecimento de Ensino Superior Universitário, teve por objetivo central reunir um conjunto de meios adstritos aos vários agentes de Protecção Civil, que sendo dispostos em exposições, demonstrações diversas e exercícios de simulação, pudessem transmitir à comunidade estudantil e sociedade civil em geral, a importância cada vez mais premente das atividades de Protecção Civil.

Tendo sido convidado a participar na qualidade de agente de Protecção Civil, o Exército Português fez-se representar pelo Regimento de Engenharia N.º 1 (RE1), que alocou uma tenda com uma exposição fotográfica durante todo o período do evento, apresentando as diversas valências do Exército nesta temática, tanto a nível nacional como a nível internacional.

Aproveitou-se ainda esta oportunidade para realizar uma palestra, que teve como orador o Comandante do RE1 (Coronel Eng Nisa Pato) e uma assistência composta por professores do ISLA Campus Lisboa, discentes, investigadores e vários interessados que visitaram o evento.

Esta participação do Exército Português mereceu o elevado reconhecimento por parte do ISLA Campus Lisboa, expresso na pessoa do seu Director Académico, Professor Doutor Tawfiq Rkibi, e foi amplamente divulgada pela *Laureate International Universities*, a maior rede universitária em todo o mundo.

CONFERÊNCIA 11 DE JUNHO

"Os combates por Portugal - passado recente e futuro"

A Comissão Executiva do Encontro Nacional de Combatentes 2012, em colaboração com a Revista Militar e com a Associação de Auditores de Cursos de Defesa Nacional, promove uma conferência subordinada ao tema em epígrafe que decorrerá no dia 11 de Junho no Auditório 2 da Fundação Calouste Gulbenkian, em Lisboa. A Comissão tem a honra de convidar todos os interessados a estarem presentes nessa sessão pública que terá o seguinte programa:

14H00 - Sessão de Abertura.
Prof. Dr. Eduardo Marçal Grilo, General José Pinto Ramalho e Tenente-General Manuel Vizela Cardoso.

Painel "A Caracterização dos Combates"
Moderador - Almirante Nuno Vieira Matias

14H40 - As relações civis-militares
General Gabriel Espírito Santo
O objectivo é analisar os princípios em que se deverá basear a relação entre entidades civis e militares, aos diferentes níveis, em particular numa situação de crise ou guerra.

15H15 - Os valores do combatente num quadro de pós modernidade – as dissonâncias sanáveis
Prof. Dr. Nuno de Assis Costa Rogeiro
O objectivo é caracterizar o estado do debate actual sobre a natureza dos pilares fundamentais das sociedades actuais, sobre a natureza dos riscos e das forças que os pretendem transfigurar, e sobre o papel da força institucionalizada neste contexto.

15H50 - O combatente do presente e do futuro
Tenente-Coronel Luís Machado Barroso
O objectivo é situar o combatente actual nas operações militares do tempo presente e nas relações nas sociedades onde é chamado a desempenhar o seu papel, assim como o desenho de uma perspectiva nas situações previsíveis do futuro próximo, em termos de atitude e de comportamento do elemento militar.

Debate

17H00 - Encerramento

OS SÍMBOLOS NACIONAIS

A questão dos símbolos nacionais constituiu uma das prioridades do Governo Provisório formado na sequência do 5 de Outubro de 1910. Quando o Governo nomeou uma comissão para estudar este assunto, esta apresentou um projecto que correspondia à bandeira do 5 de Outubro, com a diferença de a disposição das cores ser invertida em relação àquela, com a cor verde junto à tralha. Quanto às armas, a comissão propôs a esfera armilar, «padrão eterno do nosso génio aventureiro», e o escudo branco com quinas azuis «da fundação da nacionalidade». O Governo aprova-o em 29 de Novembro de 1910. A Assembleia Nacional Constituinte, na sua sessão de abertura, sancionou esta decisão do Governo.
A Bandeira Nacional é bipartida verticalmente nas duas cores fundamentais, verde-escuro (dois quintos) e escarlate (três quintos), ficando o verde do lado da tralha. A comissão defendeu que o vermelho era a cor combativa, quente, viril por excelência e que o verde era a cor da esperança.

Heróis do mar, nobre povo,
Nação valente, imortal,
Levantai hoje de novo
O esplendor de Portugal!
Entre as brumas da memória,
Ó Pátria, sente-se a voz
Dos teus egrégios avós,
Que há-de guiar-te à vitória!

Às armas, às armas!
Sobre a terra, sobre o mar,
Às armas, às armas!
Pela Pátria lutar
Contra os canhões marchar, marchar!

...

10 de Junho de 2012
XIX Encontro Nacional de Combatentes

Junto ao Monumento aos Combatentes do Ultramar, em Belém, Lisboa

As cerimónias que ali terão lugar têm por objectivos comemorar o Dia de Portugal e prestar homenagem a todos aqueles que tombaram em defesa dos valores e da perenidade da Nação Portuguesa.

O programa para o dia 10 é o seguinte:

10H30 - Missa campal junto ao Monumento;
11H30 - Concentração para a cerimónia;
12H00 - Abertura pelo Presidente da Comissão, Tenente-General Vizela Cardoso;
12H05 - Cerimónia inter-religiosa (católica e muçulmana);
12H10 - Discurso de homenagem aos combatentes pelo Prof. Dr. Manuel Antunes;
12H20 - Homenagem aos mortos e deposição de flores;
12H40 - Hino Nacional (salva protocolar por navio da Marinha);
12H45 - Passagem de aeronaves da Força Aérea;
12H50 - Passagem final pelas lápides;
13H10 - Salto de pára-quedistas do Exército;
13H20 - Almoço-convívio.

Heróis do mar, nobre povo,
Nação valente, imortal,
Levantai hoje de novo
O esplendor de Portugal!

"MEDULA 121" e "MEDULA 122"

Os Exercícios da série "MEDULA" incluem-se no ciclo do treino da Brigada de Intervenção (BrigInt) e têm por objetivo garantir que os conhecimentos e o desempenho ao nível da Técnica Individual de Combate (TIC) dos quadros da BrigInt sejam uniformes e atinjam um nível de proficiência adequado à Missão desta grande unidade.

O planeamento e organização destes exercícios é missão do Regimento de Infantaria N.º 19 (RI19); tendo-se realizado, entre os dias 13 e 17 de fevereiro, o Exercício "MEDULA 121" e de 5 a 9 de março de 2012, o Exercício "MEDULA 122". Participaram 24 Oficiais e 32 Sargentos da BrigInt oriundos dos RI13, RI14, RI19, RAAA1, RA5, EPT, RC6 e RE3.

As actividades realizadas, de carácter essencialmente prático, foram organizadas em Pistas de Combate, compostas por estações, nas quais, após uma introdução teórica a cargo dos instrutores do RI19 e uma demonstração por parte do Pelotão de Guarnição e Segurança da CCS/RI19, os militares tiveram de executar acções de TIC no âmbito das seguintes matérias: Camuflagem, Progredir no Terreno, Assalto a uma Posição Inimiga, Observar e Relatar Noticias, Reagir a Acções Inimigas (emboscadas, fogos indirectos e tiro de Sniper), Progredir em Áreas Edificadas, Tiro Instintivo Diurno e Nocturno com espingarda.

Para a execução das acções acima enunciadas foram utilizadas as áreas de instrução interiores ao perímetro do Regimento, as contíguas aos seus limites, a zona da Serra da Olga/Alto do Queimado e a carreira de tiro do Centro de Tropas de Operações Especiais.

É de salientar o empenho demonstrado por todos os intervenientes e os elevados níveis de execução individual atingidos, a par da interação e do conhecimento mútuo entre os jovens quadros de BrigInt.

Inauguração do NSE Português no HQ NRDC-SP

Foi recentemente inaugurado o *National Support Element* (NSE) português no Quartel-General do NATO *Rapid Deployable Corps* - em Bétera/Valencia - Espanha (HQ NRDC-SP), contando com a presença de várias altas entidades militares de que se destacaram o 2º Comandante e o Chefe do Estado-Maior do Quartel-General.

Com esta inauguração criou-se um espaço que irá perpetuar a memória de cerca de dez anos de presença do Exército Português, assim como receber diversas entidades convidadas, num ambiente tipicamente português.

Para que este espaço se tornasse realidade contou-se com o contributo, de forma generosa e desinteressada, de várias entidades e instituições, de que se relevam a SOFA / HQ NRDC-SP, o Exército Português, através do Gabinete do Chefe do Estado-Maior do Exército, da BrigMec e da Direção de Comunicações e Sistemas de Informação, assim como a Delta Cafés.

Celebração Pascal na Academia Militar

A Academia Militar (AM) levou a efeito, em 29 de março, na Capela da Bemposta, no Paço da Rainha, Lisboa, a Celebração Pascal, presidida por Sua Excelência Reverendíssima o Bispo das Forças Armadas e de Segurança, D. Januário Torgal Mendes Ferreira.

A celebração da Missa contou ainda com a participação do Coro de Alunos da AM e incluiu o peditório, com o objetivo de recolha de ofertas da Renúncia Quaresmal, em favor do Fundo Solidário da Conferência Episcopal.

Culminou a Celebração Pascal com a realização de um Jantar de Páscoa no Refeitório de Alunos da Sede, uma oportunidade de franco convívio e do fortalecimento dos laços de camaradagem que ligam todos os membros da família da AM.

Dia do Regimento de Infantaria N.º 19

Cada Unidade tem um historial e tradições próprias que resultam de acontecimentos que marcaram a sua história. Estes momentos são evocados e relembrados com orgulho e as virtudes militares, nelas referidas, cultivadas com especial ênfase. O Regimento de Infantaria N.º 19 (RI19) tem o seu Dia da Unidade em 25 de março, data que evoca a retomada de Chaves aos franceses (25 de março de 1809), pelas tropas do General Silveira durante a Guerra Peninsular.

Assegurando uma interação entre a Unidade e a comunidade onde este se insere, o RI19 levou a cabo, no período de 17 a 23 de março um conjunto de atividades militares, desportivas e culturais no âmbito nas comemorações do Dia da Unidade.

As atividades tiveram início na manhã de 17 de março com realização de uma Pista Aventura, no Jardim do Tabulado, destinada aos alunos das escolas secundárias da cidade onde estes tiveram a oportunidade de experimentar orientação, tiro ao arco e passagem de obstáculos, entre diversas outras atividades. No final, a entrega dos diplomas de participação foi realizada através do Gabinete de Atendimento ao Público de Chaves/Centro de Recrutamento de Vila Real, tendo-se aproveitado o momento para realizar uma ação de divulgação.

No dia 18 de março foi realizado o Iº Cross Country BTT do RI19, com Apoio do BTT Clube de Chaves, onde cerca de 30 atletas civis e militares percorreram as instalações da Unidade e Forte de S. Neutel, tendo sido amplamente elogiadas as condições de Unidade, em especial das áreas de instrução, para apoio a este tipo de modalidade.

Nos dias 20 e 21 de março em colaboração com as Escolas do Ensino Básico do Concelho e com a Câmara Municipal de Chaves, inserido no Dia Internacional da Floresta/ Dia da Árvore, 1126 crianças visitaram o Quartel, realizando uma Pista Ambiental, com o objetivo de sensibilizar as crianças para a importância da Árvore, na redução da nossa "Pegada de Carbono" e para a qual também contribuem a redução do consumo da água e da energia, a recolha seletiva de lixo, a prevenção de incêndios florestais e a compostagem dos resíduos orgânicos.

Ainda no dia 21, à noite, a Banda Militar do Porto realizou um concerto no Auditório do Centro Cultural de Chaves, oferecido à população flaviense.

As comemorações culminaram no dia 23 de março, com a realização de uma sessão solene no Regimento, com a presença do Major-General Comandante da Brigada de Intervenção, que presidiu à Cerimónia; após a imposição de condecorações seguiu-se uma Palestra, proferida pelo Prof. Dr. Jorge Valadares, subordinada ao tema "O Regimento de Infantaria N.º 19 e a cidade de Chaves".

Professor Doutor Filipe José Loureiro Lopes Papança*

A Matemática, a Estatística e o ensino nos estabelecimentos de formação de Oficiais do Exército Português no período 1837-1926

Uma caracterização

Fontes: imagem da página seguinte: www.ime.usp.br/imagem do canto superior direito das páginas ímpares deste artigo: www.ufsj.edu.br.

Este artigo é baseado na Tese de Doutoramento *A Matemática, a Estatística e o ensino nos estabelecimentos de formação de Oficiais do Exército Português no período 1837-1926: uma caracterização*, defendida na Universidade de Évora no dia 7 de junho de 2010 e agora publicada em livro pela EdiumEditores[1]. Devido às limitações inerentes relacionadas com a edição impressa os Anexos não constam desta edição. A editora comprometeu-se a colocá-los no seu site.

Resumo

O objetivo deste trabalho é estudar a evolução da formação de Oficiais do Exército Português no período 1837-1926 em especial nas vertentes da Matemática e da Estatística.

Em particular este trabalho procura responder às seguintes questões:

a) Como se pode caracterizar, em termos de conteúdos, a formação militar nas áreas da Matemática e da Estatística ministradas em cursos

de formação de oficiais do exército? Quais os critérios que estiveram na base da escolha desses conteúdos, considerados fundamentais para a sua formação? Como se pode caracterizar o contexto educativo castrense, em particular nas áreas da Matemática e da Estatística em termos de formação de Oficiais do Exército, assim como em outros cursos de formação ministrados nessas instituições?

b) Qual o papel das representações e da Matemática e da Estatística nos momentos solenes?

c) Qual o papel da Estatística no funcionamento da instituição?

A dissertação efetua uma análise baseada em fontes documentais (recolhidas em bibliotecas do exército) do quotidiano da formação Oficiais do Exército neste período, em particular das secções de ensino, regulamentos, estatísticas, professores, cerimoniais, visitas de estudo e livros escritos por docentes. Foi feito um levantamento exaustivo da organização curricular, docentes e manuais produzidos por professores da Escola.

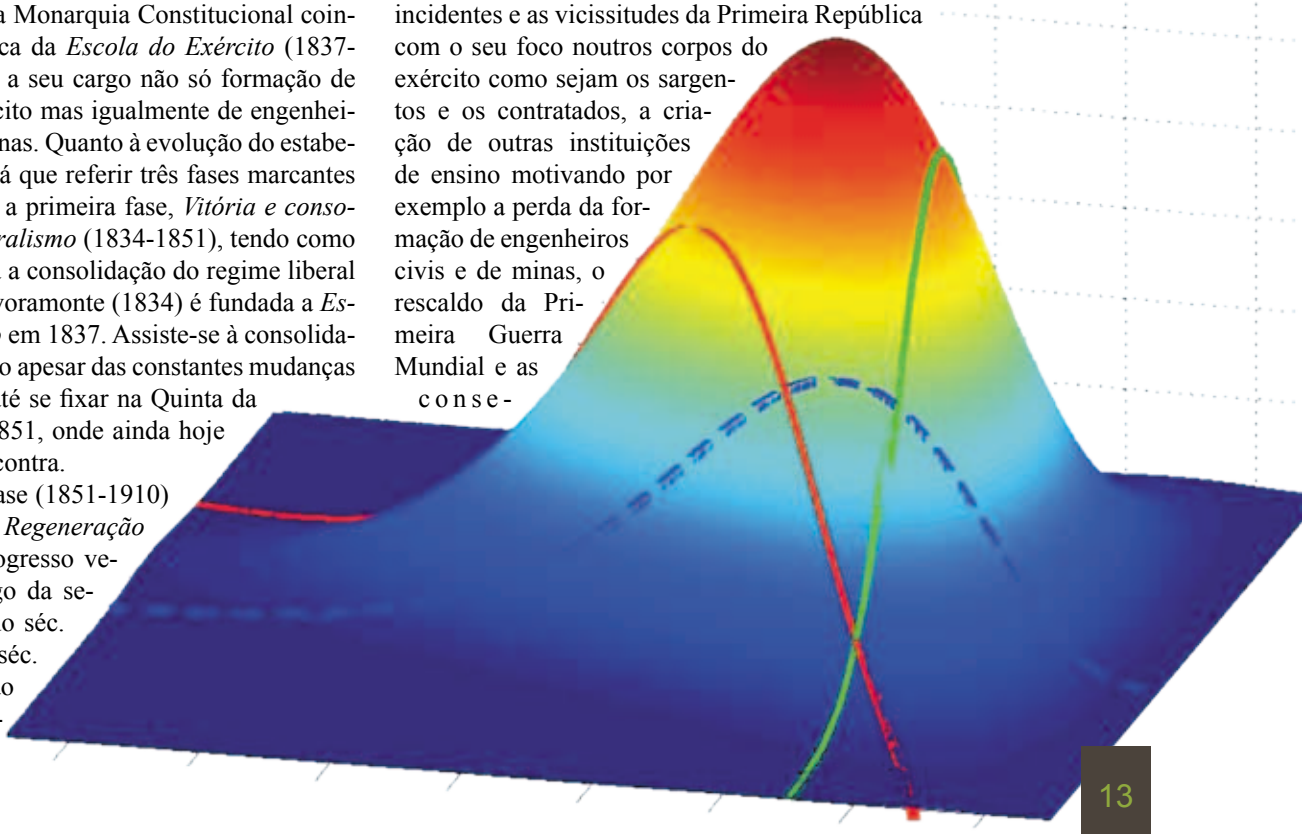
Ao longo do período estudado, a organização curricular procurou-se adaptar às novas exigências tecnológicas. Procurou ainda dotar a Escola de um ensino prático e laboratorial. Nos momentos solenes a Matemática desempenha diversas funções. A Estatística desempenha um papel importante como fator organizativo.

As três fases do estabelecimento

O período da Monarquia Constitucional coincide com a época da *Escola do Exército* (1837-1911) que tinha a seu cargo não só formação de oficiais do exército mas igualmente de engenheiros civis e de minas. Quanto à evolução do estabelecimento haverá que referir três fases marcantes dessa evolução: a primeira fase, *Vitória e consolidação do Liberalismo* (1834-1851), tendo como ponto de partida a consolidação do regime liberal com a paz de Evoramonte (1834) é fundada a *Escola do Exército* em 1837. Assiste-se à consolidação da instituição apesar das constantes mudanças de localização até se fixar na Quinta da Bemposta em 1851, onde ainda hoje parte dela se encontra.

A segunda fase (1851-1910) começa com a *Regeneração* e o surto de progresso verificado ao longo da segunda metade do séc. XIX e início do séc. XX, a instituição torna-se na verdadeira escola de que o país necessitava para o seu desenvolvimento. Grande parte do progresso e prosperidade vivida nesse período se lhe deve, uma vez que formou os técnicos que a indústria emergente necessitava, os engenheiros civis para as obras públicas, os engenheiros para supervisionarem as minas e a construção de portos. Também no campo literário uma miríade de escritores e historiadores provem desta instituição. Ela ajudou a formar militares, engenheiros, profissionais liberais que davam o seu contributo para o enriquecimento dos mais variados campos da sociedade e era já como profissionais experientes e especializados num determinado ramo do saber que alguns deles voltavam à escola, assumindo a lecionação de cadeiras integrantes dos sucessivos planos de estudo.

A terceira fase, coincidente com a Primeira República (1911-1926), inicia-se com *A Escola de Guerra* (1911-1919) que procurou continuar a obra entretanto encetada, aperfeiçoando o ensino, modernizando os laboratórios e gabinetes, editando regulamentos, alargando a sua esfera de ação a novas áreas do saber, a Sociologia por exemplo, modernizando o currículo, preocupando-se com a beleza e o lado artístico de que são exemplo os belíssimos painéis de Jorge Colaço. Nesta nova fase os cursos passam a ser exclusivamente militares a que não é alheio o facto da criação do Instituto Superior Técnico sendo, no entanto, abertos a civis (alunos livres) como meio de difusão da cultura militar. A instabilidade política, os incidentes e as vicissitudes da Primeira República com o seu foco noutros corpos do exército como sejam os sargentos e os contratados, a criação de outras instituições de ensino motivando por exemplo a perda da formação de engenheiros civis e de minas, o rescaldo da Primeira Guerra Mundial e as conse-



quên-
cias do regime
especial, constituíram fatores que
dificultaram em muito essa tarefa. Neste período a Capela assim como a torre onde mais tarde seria instalado o observatório foram entregues à Escola.

Entretanto ocorre a Primeira Guerra Mundial, conflito que Portugal participou ativamente. Respondendo a este apelo, *O regime especial* (1916-1919), modo de funcionamento adaptado às necessidades da Guerra, foi a solução que a instituição encontrou para fazer face a esta situação. A Escola procurou adequar a lecionação ao esforço de guerra, revelando um esforço didático e uma notável capacidade de organização, mas degradou o ensino com as passagens administrativas, motivou a quebra da disciplina militar, frustrou a realização dos objetivos de muitos ao provocar um congestionamento de carreiras que contribuiu indiretamente para agravar o *deficit* das contas públicas.

No pós-guerra, a *Escola Militar* (1919) esforçou-se por restaurar uma certa credibilidade perdida, continuando a modernizar as instalações e a aperfeiçoar os regulamentos, a alargar a sua esfera de ação a novas áreas como as questões coloniais, a Economia e a Contabilidade, procurando de novo, gradualmente, aumentar o nível de exigência tanto na entrada como na frequência, a nível do conhecimento e no âmbito militar. Esforçou-se igualmente por repor a autoridade e a disciplina. A exigência de provas de admissão, instituídas pela primeira vez na Escola Militar em 1925, constituiu um marco importante ao restituir o rigor, a credibilidade na admissão permitindo, ao mesmo tempo, a abertura a um leque mais variado de candidatos, simplificando o processo, fomentando a liberdade de escolha, uma vez que já não se está condicionado à frequência de cadeiras em determinadas instituições, colocando-se a ênfase no domínio dos conhecimentos exigidos. Consoante os cursos, eram exigidas provas específicas de Matemática, Física, Química, Desenho, Contabilidade e Escrituração e Processos Gerais de Análise que incidiam sobre conteúdos previamente estabelecidos. Os conteúdos propostos para os cursos de Engenharia Militar e Artilharia a Pé têm a ver com matérias lecionadas hoje em dia nos primeiros anos do ensino superior, em cadeiras de Análise Matemática. Complementarmente, de registar o fomento à prática desportiva através das provas de aptidão física, com a imposição de mínimos a atingir, conhecimento da língua materna, além da História Pátria e Geografia de Portugal e da Península Ibérica, matérias que compunham o tronco comum.

Nos últimos anos do período em estudo, começa-se a notar a falta de um certo contacto com a fruição da beleza, constatando-se na própria análise da documentação que se começa tornar mais cinzenta, paradoxalmente numa altura em que se coloca a ênfase na criatividade e no espírito de iniciativa. Afinal na Matemática, parte integrante da própria arte da guerra, tanto em termos da tática, da estratégia, como da fortificação, como é devidamente realçado nos discursos de abertura solene, também existe um certo toque artístico.

Fontes: imagens desta página: marcasdasciencias.fc.ul.pt e 2.bp.blogspot.com.

A instabilidade criada durante a Primeira República e a laicização forçada do ensino levada a cabo nesse período, o rescaldo da Primeira Guerra Mundial, uma excessiva ênfase nas questões económicas e financeiras, uma exagerada preocupação com os regulamentos, poderão constituir algumas das possíveis causas para essa situação. O contacto com as mais diversas formas de expressão artística é algo marcante ao percorrer a capela, a sacristia, a entrada do palácio decorada com belíssimos painéis de Jorge Colaço, os retratos da sala do conselho, a biblioteca com as magníficas estantes e os lindíssimos painéis de azulejo.

No final do período analisado, a criação de novas escolas superiores militares especializadas como a *Escola Militar de Aviação*, a *Escola Militar de Aerostação*, precursoras da Academia da Força Aérea e embrião de um novo ramo das Forças Armadas, *Escola de Serviço de Saúde Militar* e reestruturação da *Escola Central de Sargentos* abriram novos horizontes à formação de oficiais do exército, diversificando-a e motivando a alteração do quadro de referência deste trabalho.

O ensino no contexto educativo castrense

Ao longo do período estudado, foi feito um levantamento dos professores responsáveis por cadeiras.

Em termos de *organização curricular* procurou-se adequar os cursos face às novas exigências em termos tecnológicos, modernizar as terminologias, ministrar o ensino de aplicação. Instituíram-se igualmente as viagens e visitas de estudo. Criaram-se novos cursos como os de Engenharia de Minas que com a Primeira República passou a ser lecionado noutras instituições, a Administração Militar e outros divididos como o de Artilharia em Artilharia de Campanha e Artilharia a Pé.

De realçar a enorme mudança ocorrida desde os tempos da *Academia Real de Fortificação, Artilharia e Desenho* no sentido de dotar a escola de um ensino prático, compreendendo a aquisição do material (apesar das constantes restrições financeiras) para as diferentes secções, gabinetes, laboratórios museus e estação cronográfica. As instalações foram-se adequando de modo a ir de encontro a estas necessidades, sendo o picadeiro a primeira infraestrutura a ser construída, seguindo-se os gabinetes das cadeiras, os laboratórios e museus sempre em constante reformulação, a biblioteca, o internato, o ginásio, o campo de treinos, o observatório astronómico, a estação cronográfica e a carreira de tiro. Houve a preocupação, muitas vezes, de adaptar estruturas preexistentes na antiga quinta e paço real às novas funções, assim como adquirir edifícios vizinhos compensando, assim, a perda de terreno motivada pelo traçado dos novos arruamentos e construção do Hospital D. Estefânia.

Estas secções receberam doações de particulares, de empresas, de organismos do Estado, beneficiando igualmente de aquisições, entretanto, efetuadas. Determinadas ocasiões, como as Aberturas Solenes, foram aproveitadas para realçar esta faceta do ensino, bem como para chamar à atenção dos responsáveis no sentido de obter mais e melhores meios. Com esse mesmo objetivo eram elaborados relatórios dirigidos ao Conselho de Instrução. Além dos livros de matemática existentes na Biblioteca e museu adjacente, a instituição é possuidora de uma apreciável quantidade de armas portáteis e metralhadoras patentes em museu e de uma valiosa coleção de paramentos expostos no pequeno museu contíguo à sacristia. Pela análise de documentação, podemos constatar a variedade de material existente nestas secções.

O ensino prático, visando a aplicação das matérias lecionadas na teoria, uma realidade pelo menos a partir da localização da Escola no Palácio da Bemposta em 1851, concretizou-se através da realização de projetos realizados especialmente na sala de estudo e apoiados pelos diversos gabinetes, museus e laboratórios, complementados por visitas de estudo e exercícios militares. A nível de engenharia a Éco-

Fontes: esta imagem: padornelo.com.sapo.pt/da pág. anterior: farm1.static.flickr.com.

le Nationale des Ponts et Chaussées, criada em 1747, serviu de inspiração ao seu ensino através da utilização e construção de modelos e maquetas, como testemunham os Discursos de Abertura Solene.

A nível da lecionação, para além da exposição teórica, em termos da organização curricular estava reservado um espaço para a exposição prática das matérias lecionadas e realização, por parte dos alunos, de trabalhos de projeto, obedecendo a uma programação elaborada no início do ano, sendo esta, assim como o seu peso na avaliação, publicados no Anuário. Após a sua conclusão e avaliação os melhores trabalhos ficavam expostos nas salas para servirem de inspiração e motivação aos cursos seguintes.

Os prémios aos alunos melhor classificados, entregues aquando da Cerimónia de Abertura do Ano Letivo assim como as viagens ao estrangeiro, funcionavam como incentivos. Além da mera aplicação prática, procurava-se estimular o espírito de iniciativa, visando a procura de soluções inovadoras para problemas conhecidos ou novas aplicações de soluções já existentes.

As viagens de estudo contribuíram para um melhor conhecimento da realidade militar noutros países, nomeadamente em aspetos que mais tarde viriam a ser implementados em Portugal, contribuindo para uma gradual consciencialização de um espírito de classe que assume já contornos internacionais como o testemunham os *Apontamentos sobre alguns estabelecimentos e fortificações da França, Belgica e Allemanha* de Fernando Pimentel.

A atividade física, em termos de ensino militar, desempenha igualmente um papel preponderante, abrangendo um vasto leque de modalidades desportivas compreendendo para além da ginástica propriamente dita, o atletismo, o ciclismo, denominado naquela época por velocipédia, a esgrima, o hipismo entre outras.

Os programas começaram por ser listas de conteúdos, acompanhando as cadeiras, passando posteriormente a ser mais detalhados, introduzindo secções mas continuando a acompanhar a organização curricular. Posteriormente passam a ser objeto tanto de publicação autónoma, como em anuário, autonomizando-se face à organização curricular. Com a suspensão da publicação dos anuários (1912) passam a ser apenas objeto de publicação autónoma. Os programas do regime especial (1916), pelo seu esforço de síntese e adaptação pedagógica procuram corresponder ao desafio proposto de, em pouco tempo, formar oficiais capazes de assegurar as missões relacionadas com a presença de Portugal na Primeira Guerra Mundial. Analisando os seus conteúdos, constata-se a não existência de um ensino unificado no âmbito das Probabilidades e Estatística e Estatística, estando a sua lecionação repartida por diversas cadeiras. Esta aparece relacionada com a História e Geografia Militar, a Balística e posteriormente também com a Administração Militar, Escrituração, Economia e Contabilidade. Atribui-se cada vez mais importância a estas duas últimas áreas, condicionando a própria admissão, uma vez que para o curso de Administração Militar era exigida uma prova de admissão de Contabilidade e Escrituração.

Os manuais abrangem as mais diversas maté-

rias que integram o programa (ou parte dele) das cadeiras que constituem o currículo ministrado. As publicações analisadas, elaboradas por docentes da Escola ou no âmbito de cadeiras da Escola, incluem conteúdos de diversas áreas da Matemática (Geometria Analítica, Astronomia, Probabilidades, Topografia e Modelos de Balística) sendo, sobretudo, resultado do esforço efetuado na preparação das aulas aliado à vivência escolar, experiência adquirida na lecionação, experiência adquirida no contacto com as matérias lecionadas, pesquisa, experimentação, experiência profissional e no caso de José Nunes Gonçalves de uma missão ao estrangeiro. O esforço de atualização e procura de uma cada vez melhor adequação do ensino à realidade dos exércitos, evolução tecnológica especialmente a nível industrial, pesaram igualmente na sua elaboração.

Os estabelecimentos de formação de oficiais de outros países terão influenciado a formação de oficiais e engenheiros em Portugal, designadamente o modelo francês através da Escola Politécnica de Paris, fundada em 1794. De registar a bibliografia da autoria de influentes matemáticos que lecionaram nesta instituição. As primeiras traduções para Português datam da segunda década do século XIX.

A nível da escola em geral, também em termos militares escola é vista como um meio de consolidar a colonização e uma forma de espalhar a civilização, o que não deixa de exercer influência nos meios de ensino castrenses. O próprio conceito de família militar assume igualmente aspetos transnacionais.

Verifica-se uma preocupação com a história, anotando-se primeiro em cadernos sob a forma de relatórios ao Conselho de Instrução, os acontecimentos dignos de registo. A contribuição para exposições e eventos internacionais como o Congresso Pedagógico Hispano-Portuguez-Americano de 1892 e a Exposição Internacional do Rio de Janeiro de 1922, através da elaboração de monografias que relatam a história dos estabelecimentos de ensino encarregues da formação de oficiais, constituiu uma prioridade nestes estabelecimentos.

O funcionamento

A Estatística acompanhou a formação de oficiais do exército, desde os estabelecimentos que precederam a *Escola do Exército* até à atualidade, revelando-se um elemento essencial da gestão do ensino castrense, ajudando a caracterizar o universo escolar e contribuindo para um melhor planeamento do funcionamento da instituição. Como

Fontes: esta imagem: 4.bp.blogspot.com/imagem da página seguinte: 3.bp.blogspot.com.

exemplo dessa situação, salientam-se as estatísticas que referem o número de alunos terminando o primeiro ano com a indicação da arma a que foi destinado, o número de alunos matriculados em cada uma das armas, a proveniência dos alunos por distrito e concelho, em cada uma das armas o número de alunos que concluiu o respetivo curso, o movimento geral de alunos, o número de alunos que deram entrada na enfermaria, e em muitos outros aspetos. Em relação à biblioteca, de referir as estatísticas do número de livros entrados, nesta, em cada ano.

De registar a quantidade de publicações referentes a estatísticas militares destacando-se a nível nacional, por exemplo as estatísticas criminais e disciplinares e a nível internacional as referentes por exemplo ao armamento e aprovisionamento das tropas de superfície, da população dos estados e dos assuntos militares e financeiros dos diversos países da Europa. Também em relação a outros aspetos da atividade humana, principalmente a nível económico e social, abrangendo temas como a emigração, a navegação, o comércio, a indústria, o setor bancário, a fiscalização económica, o consumo de água. A cultura castrense assume igualmente aspetos transnacionais, procurando definir um padrão universal. Esse padrão é reforçado, por exemplo, pela elaboração de tabelas militares internacionais que incluem informação quantitativa e qualitativa acerca de determinados itens, participação em conflitos internacionais como a Primeira Guerra Mundial, missões em África e no Sudoeste Asiático, viagens internacionais, viagens de Estado-Maior, frequência de cursos no estrangeiro por parte de militares e engenheiros, exposições internacionais, congressos e convenções, padrões, nomenclaturas, projetos internacionais de investigação, acordos e tratados internacionais.

No início do período estudado, as regras de funcionamento (regulamentos) acompanham a organização curricular, especialmente os das secções de apoio como a biblioteca e laboratórios, além de explicitarem as normas, deveres e tarefas respeitantes aos alunos. Posteriormente passam a ser incluídos no anuário e durante a República (após 1912) são publicados autonomamente. Instrumentos pedagógicos úteis em termos castrenses, tanto no aspeto organizativo como disciplinar e educacional, dever-se-ia ter um certo cuidado com eles, como alerta Rodrigo de Sousa Coutinho, pois existe sempre o perigo da instalação de uma certa mentalidade regimental. Uma escola não é um simples quartel mas um estabelecimento de ensino que pretende ser uma academia, sendo conveniente suavizar algumas dessas normas tendo em vista o fomento de um certo espírito académico.

A Matemática e a Estatística no contexto educativo castrense

O ano letivo era marcado por cerimónias como as Aberturas Solenes em que se procurava fazer um ponto da situação, reunir toda a comunidade, fomentar laços com outros estabelecimentos de ensino e instituições de investigação, assim como em relação ao poder político procurando cativá-lo no sentido da obtenção de melhores meios e entregar os prémios aos alunos contemplados, constituindo um potencial fator de motivação.

Os discursos de Abertura Solene procuravam motivar a reflexão, abordando temas de interesse para o meio castrense e para a comunidade em geral, a maior parte relacionada com as matérias lecionadas pelos oradores. Neles eram também abordados temas relacionados com a Matemática, com o seu ensino, visando a formação de militares e engenheiros, ou com o seu papel como ciência ou face às outras ciências que iam normalmente de encontro a matérias lecionadas como Astronomia, Tática, Estratégia, Balística, Fortificação, Estatística entre outras.

Por vezes era utilizada igualmente como metáfora como modo de exaltação do sentimento nacional. Embora os conteúdos abordados sejam os mesmos da lecionação, estes surgem agora de forma solene e mistificada, exaltando-se os vultos, figuras relacionadas com a Matemática, cuja aparição no quotidiano escolar não surge assim tão frequentemente.

Na presença de tão ilustres convidados, incluindo o Rei ou o Chefe de Estado, na esperança de obter ajudas, era natural que se destacassem os seus méritos, no primeiro caso na área da Oceanografia e no segundo caso das Relações Internacionais.

Também o ensino e a escola em geral eram merecedores de atenção, refletindo-se sobre o lugar da escola, o espaço reservado ao ensino politécnico, o caráter pedagógico do serviço militar, a organização curricular, os congressos e reuniões internacionais salientado, igualmente, o papel desempenhado por ex-discentes nas campanhas militares, principalmente em África. Estes discursos são publicados em anuário (no período 1895-1912), revista ou publicação autónoma.

Outras cerimónias marcavam o ano escolar, como a bênção da bandeira que incluía missa campal e alocução do capelão[2], juramento da bandeira, podendo a respetiva cerimónia incluir provas desportivas e até os momentos fúnebres. Estes últimos ajudam-nos a compreender o esforço desenvolvido por docentes no sentido de reunirem coleções museológicas, escrita de artigos e elaboração de monografias, preparação de apontamentos e outras atividades desenvolvidas, por estes, para além da lecionação na *Escola do Exército*.

Desenvolvimentos futuros

Apesar deste estudo apresentar algumas sugestões do que poderiam ser práticas de ensino relacionadas com a Matemática, elas estiveram fora do seu âmbito e poderão ser a base para estudos futuros. Refere-se em particular ao uso da Matemática, não apenas durante as aulas convencionais mas também durante os exercícios militares.

Por outro lado, o estudo de materiais de ensino relacionados com a Matemática centrou-se num conjunto de brochuras selecionado, sendo importante alargar o seu âmbito a todas as disponíveis em arquivo.

Uma outra proposta incide sobre o levantamento das consequências das mudanças na formação de oficiais do exército (em termos da admissão aos cursos, currículo, programas, metodologias) nas escolas civis.

[1] Possíveis interessados poderão encontrar esta publicação no endereço eletrónico: http://www.wook.pt.

[2] Incluía também, na época em que era realizada, o juramento de bandeira.

* Doutorado em Ciências da Educação, Mestre em Estatística e Gestão de Informação, Licenciado em Matemática Aplicada, Professor na Academia Militar – Portugal.

Fonte: www.aman.ensino.eb.br.

Preparação do 4º Contingente Nacional que visa integrar a *International Security Assistance Force (ISAF)*

Fontes: esta imagem: www.militaryphotos.net/imagem de maior dimensão da página 23: 1.bp.blogspot.com.

Exercício Kabul 121

Na semana de 26 a 30 de março decorreu na Brigada Mecanizada (BrigMec) o Exercício Final da preparação do 4º CN/FND/ISAF (4º Contingente Nacional das Forças Nacionais Destacadas para a *International Security Assistance Force* [Força de Assistência à Segurança Internacional]), Exercício Kabul 121, que incluiu, no seu programa, uma CREVAL (Avaliação da Prontidão para o Combate) e um *Distinguished Visitors Day* (DVD).

O Exercício Kabul 121, que materializou o culminar do ciclo do processo de aprontamento do 4º CN/FND/ISAF, foi conduzido com a finalidade de validar a proficiência e o estado de preparação dos seus militares, para o cumprimento das missões que lhes forem atribuídas no âmbito da formação, treino e assessoria das unidades das *Afghan National Security Forces* (ANSF) e *Afghan National Police* (ANP) com vista ao seu emprego operacional.

O Exercício realizou-se no Campo Militar de Santa Margarida, nos dias 26 e 27 de março

e foi desenvolvido com base na situação geral do Teatro de Operações do Afeganistão, ocorrida no período de 26 de fevereiro a 25 de março, nas províncias de Kandahar, Bagram e Kabul, onde tiveram lugar incidentes que potenciaram o aumento de ataques e de atentados contra as forças da ISAF naquele território.

Assim, foi recriada no Campo Militar de Santa Margarida a geografia do aquartelamento do CN em *Camp Warehouse* (CW), o Quartel-General da *Kabul Capital Division* (KCD HQ), em Pol-e-Charki, o *Afghan National Police Training Center* (ANPTC) em Wardak e o *Kabul International Airport* (KAIA), nas quais, as "*Advisor Teams*" e as Equipas de Formação, desenvolvem as suas atividades de assessoria e de treino às ANSF bem como os itinerários de deslocamento no Teatro de Operações.

Nesses trajetos foram criados incidentes (emboscadas, IED [*improvised explosive devices* – dispositivos explosivos improvisados], ataques complexos, etc.), com o objetivo de validar a execução das Técnicas Táticas e Procedimentos (TTP) no âmbito do treino integrado com a Companhia de Proteção, adquirido durante o decorrer da Fase II do "aprontamento" assim como a prática da elaboração de relatórios quer de pedido de apoio (AIRMEDEVAC, E-CAS, *Call for Fire*, CAS), quer de reporte de ocorrências ou incidentes (UXO/IEDREP, INCREP, BOMBREP, SHOTREP, etc.).

O Exercício Kabul 121, para além da execução de TTP, incluiu no seu programa várias sessões de *Situation Training Exercise* (STX), com a finalidade de promover o debate e a procura da melhor solução, na análise de várias situações reais ocorridas no Teatro de Operações, colocadas às "*Advisor Teams*" e às Equipas de Formação.

É de referir que esta atividade foi conduzida e moderada por um conjunto de SME (*Subject Matter Experts*) com experiência de mentoria/assessoria em missões no âmbito da ISAF.

CREVAL ao 4º CN/FND/ISAF

A CREVAL ao 4º CN/ISAF inseriu-se no âmbito da Diretiva 174/CEME/11 e realizou-se nos dias 27 e 28 de março de 2012.

Na sua preparação e condução foi utilizado como documento de referência, o Regulamento para a Inspeção no Exército (RAD-95), que define os critérios de avaliação a atingir e teve como objetivo a certificação nas áreas da organização, instrução individual e coletiva e os procedimentos administrativo-logísticos e operacionais, bem

Reação a um Ataque Complexo

Medical Evacuation (MEDEVAC) após Ataque Complexo

GNR no emprego das suas TTP durante a reação a uma emboscada

Intervenção da *Quick Reaction Force* (QRF)

EH – 101 Merlin da FAP a preparar-se para efectuar um AIRMEDEVAC

Assinatura do livro de Honra da BrigMec pelo Presidente da Comissão de Defesa Nacional

como outros itens, não incluídos no Regulamento para a Inspeção no Exército, específicos da missão FND/ISAF.

A CREVAL ao 4º CN/ISAF foi conduzida em três fases por uma equipa multidisciplinar composta por inspetores da Inspeção-Geral do Exército (IGE) e por SME de outros OCAD e UEO do Exército, responsáveis por avaliar transversalmente todas as áreas de Estado-maior.

Na primeira fase processou-se à troca de informação e apresentação de *briefings*, quer por parte do 4º CN/ISAF, particularmente focado na organização, missão e projeção do CN para o TO, e por parte dos avaliadores, sobre a finalidade, estrutura e conduta da avaliação.

A segunda fase consistiu na avaliação propriamente dita, na qual foi dada aos avaliadores a oportunidade de se reunirem com os responsáveis pelas áreas de Estado-Maior das componentes do CN a avaliar para cumprimento dos critérios e dos objetivos da CREVAL. Neste particular os avaliadores focalizaram-se na inspeção à existência e validade dos documentos produzidos pelo CN bem como na execução de procedimentos relativa à aplicação desses mesmos documentos como resposta a uma série de incidentes injetados pela Equipa de Avaliação de forma a avaliar a capacidade de reação e o estado de prontidão do CN.

A última fase consistiu na reunião final da Equipa Inspetora com o Comando do 4º CN para o *debriefing* sobre a Avaliação, dando como pronto o 4º Contingente Nacional composto por 93 militares do Exército, 12 da Marinha, 12 da Força Aérea Portuguesa e 15 da Guarda Nacional Republicana, num total de 132 militares.

Distinguished Visitors Day

A Brigada Mecanizada foi a Grande Unidade do Exército Português, anfitriã da visita da Comissão de Defesa Nacional (CDN), composta por Deputados e Assessores da Assembleia da República. Paralelamente a esta visita decorreu o *Distinguished Visitors Day* do Exercício KABUL 121.

Liderada pelo Chefe do Estado-Maior do Exército, General Artur Neves Pina Monteiro, a visita teve como objetivo proporcionar aos membros da Comissão de Defesa Nacional uma visão genérica das capacidades e dos meios da Brigada Mecanizada e uma visão particular do estado de prontidão e de treino do 4º Contingente Nacional/ISAF através de um *Live Field Exercise* (LFX), num cenário com características similares ao do Teatro de Operações do Afeganistão em que se

pretendeu demonstrar a reação de uma coluna de cinco HMMWV a um "ataque complexo" a que se seguiu a intervenção da *Quick Reaction Force* (QRF), um CAS (*Close Air Support*) levado a cabo por dois Aviões F-16 e um AIRMEDEVAC (evacuação médica em transporte aéreo) com recurso a um helicóptero EH-101 Merlin, da Força Aérea Portuguesa.

Aos Deputados foi ainda proporcionada uma visita a um Agrupamento Mecanizado, a sistemas e meios representativos da Brigada Mecanizada e um périplo pelo Campo Militar de Santa Margarida em viaturas de lagartas.

A visita à Brigada Mecanizada e ao 4º CN/FND/ISAF terminou com um almoço convívio e com a assinatura do Livro de Honra da Brigada Mecanizada, pelo Presidente da CDN, Doutor José Manuel de Matos Correia.

Tenente-General António José Maia de Mascarenhas

A construção das Linhas de Torres Vedras

Introdução

Relembremos para melhor chegarmos ao tempo do século XIX, à Guerra Peninsular, à fortificação e às Linhas de Torres:

• Em Portugal, o Castelo foi base para prosseguir a conquista, foi foco da fixação, foi agregador das atividades civis e sede do poder e foi também reduto defensivo;

• Os nossos castelos sempre constituíram conjuntos ligados face a objetivos comuns, primeiro na reconquista, como "linhas": a linha do Douro, a linha da Beira, a linha do Tejo, a linha do Alentejo, controladoras de fronteiras, inicialmente em expansão e depois demarcadoras do espaço territorial português; e em segundo lugar na fixação, funcionando como sedes do ordenamento administrativo do território;

• No Séc. XV a Arquitetura Militar era já matéria de estudo tendo atingido modelos e métodos inovadores e de verdadeira arte militar. Um dos mestres de obras referenciados nesta época é Rodrigo Anes, nomeado em 1444 por D. Afonso V para as obras de Santarém;

• No Séc. XV muitos foram os "mestre de obras" a quem se deve a construção das principais praças fundadas no Norte de África com a particularidade de nelas serem feitas as adaptações nos muros mouros para utilização da artilharia e para permitir a sobrevivência das guarnições e respetivas famílias isoladas da metrópole por vários dias de navegação;

• Em 1473, D. João II nomeou Rodrigo Anes, então mestre pedreiro em Santarém, mestre de obras de Alcácer Ceguer, Arzila, Tanger e Ceuta;

• No Golfo da Guiné Diogo de Azambuja iniciou a construção do Forte de S. Jorge da Mina (Daomé), em 1481;

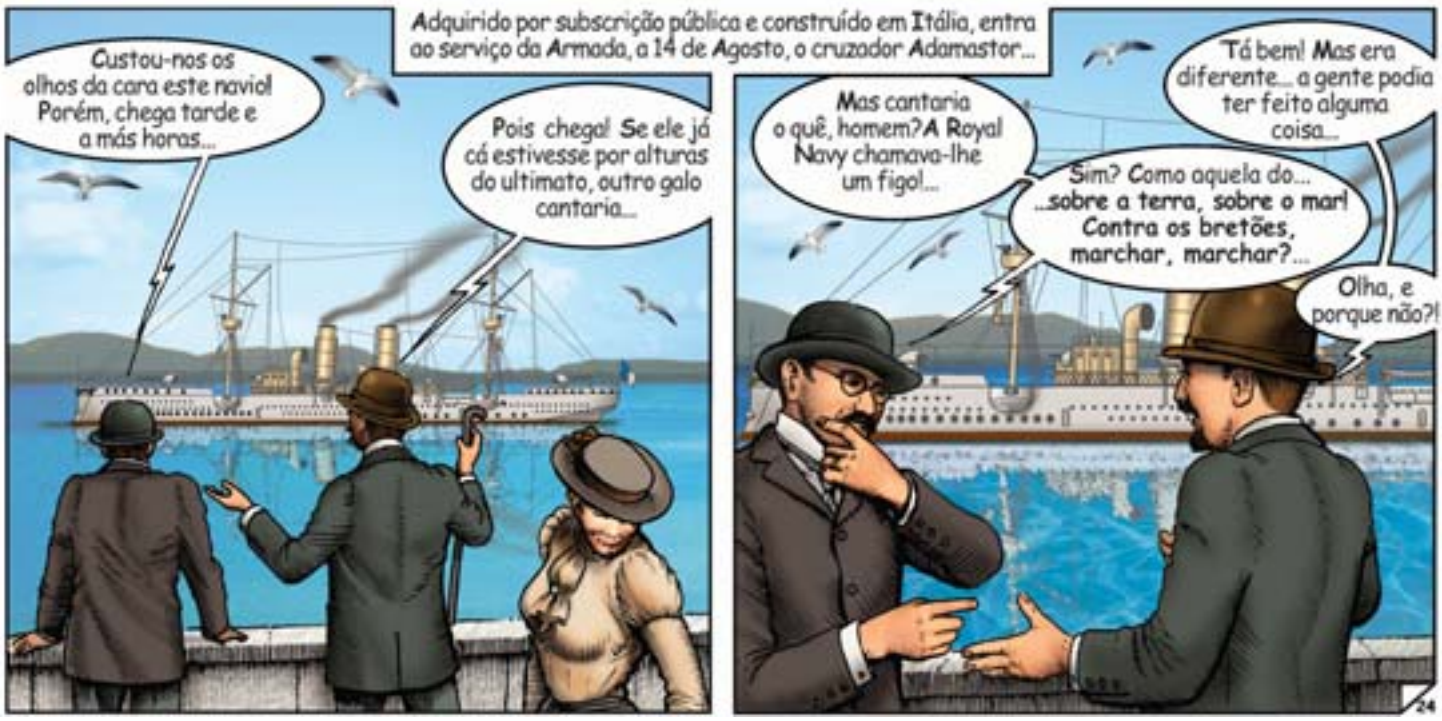
• No início do Séc. XVI a Diogo e Francisco de Arruda se devem a reconstrução de Safim (1512), Mazagão (1512), Ceuta (1514) e Azamor (1514);

• As novas fortalezas manuelinas, quer no continente quer no ultramar, têm forma de quadrilátero regular com torres quadradas ou redondas nos ângulos e torre de "homenagem" no centro ou no pano da muralha;

• Nos castelos e cercas fortificadas foram construídas torres redondas em semicírculo; no reinado de D. Manuel I estas torres foram rebaixadas, foi-lhes aumentado o diâmetro e, nos pisos

Janeiro de 1895. A notícia de que o régulo Gungunhana, chefe dos Xanganas, ameaçava transformar o seu reino num protectorado britânico, provoca o envio de António Enes a Lourenço Marques, Moçambique...
Sim, porque Vossa Alteza não pode permitir que os acontecimentos gerados pelo ultimato se repitam agora Temos de agir rapidamente e em força!
Mas as nossas finanças estão num caos como muito bem sabe, caro Hintze Ribeiro!
Claro que sei. Mas também sei que o Vosso trono corria sérios riscos de tombar e não agissemos agora! Cortaremos despezas noutros sectores...
Não estou bem a ver onde, mas enfim, seja...

A 28 de Dezembro de 1895, Mouzinho de Albuquerque vence vários recontros contra os indígenas e acaba por capturar Gungunhana, depois do seu triunfo em Chaimite.


Adquirido por subscrição pública e construído em Itália, entra ao serviço da Armada, a 14 de Agosto, o cruzador Adamastor...
Custou-nos os olhos da cara este navio! Porém, chega tarde e a más horas...
Pois chega! Se ele já cá estivesse por alturas do ultimato, outro galo cantaria...
Mas cantaria o quê, homem? A Royal Navy chamava-lhe um figo!...
Tá bem! Mas era diferente... a gente podia ter feito alguma coisa...
Sim? Como aquela do... ...sobre a terra, sobre o mar! Contra os bretões, marchar, marchar?...
Olha, e porque não?!

13 de Junho de 1896 - Comício do Partido Republicano no Porto sobre a situação financeira...

Portugal é um país pobre! As nossas finanças estão exaustas! Mas o rei que temos comporta-se como se fosse o rei de um país rico! Que não se detém perante gastos sumptuosos, como foi a electrificação do Palácio das Necessidades! Assim não pode ser! Por muito menos rolou no cadafalso a cabeça de Luis XVI!...

Muito bem! Apoiado! Abaixo a monarquia!

Viva, a República! Toca o hino! Toca o hino!

ABAIXO A MONARQUIA

A Portuguesa é entoada a plenos pulmões pela multidão em delírio, que recorda o movimento de 31 de Janeiro de 1891...

Heróis do mar, nobre povo, nação valente e imortal!
Levantai hoje de novo o esplendor de Portugal!
Entre as brumas, da memória, ó Pátria sente-se a voz,
dos teus egrégios avós, que há-de levar-te à vitória!
Às armas! Às armas! Pela Pátria lutar!
Contra os bretões, marchar! Marchar!

A notícia de que Bernardino Machado, tido como membro da Maçonaria, aderira ao Partido Republicano, corre entre os meandros políticos do país...

Já sabem que se diz por aí que o Bernardino Machado, farto de apoiar o Partido Regenerador, pretende aderir à Causa Republicana?

E será muito bem vindo! Homens com o seu perfil e prestígio são indispensáveis!

Perante a instabilidade política que se tomara conta da nação, Hintze Ribeiro propõe a coligação dos partidos monárquicos para a defesa de um governo prometido pelo rei...

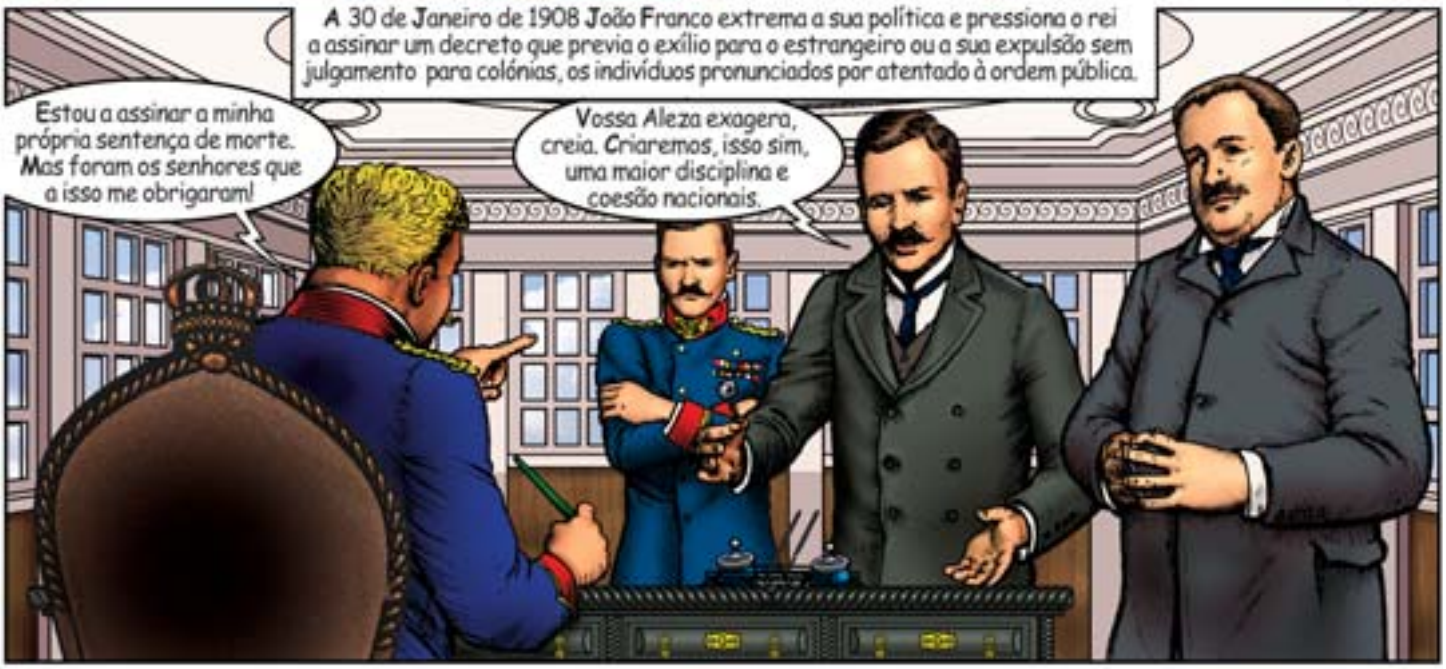
Caros senhores. A situação tornou-se insustentável! Os partidos Renovador e Progressista têm de se unir para ajudar o rei manter um governo que seja politicamente estável!

Bem que gostaríamos disso! Mas os Progressistas só aceitam os seus pontos de vista! E esses pontos de vista são inaceitáveis!

E os dos Renovadores nem pontos de vista são! São uma incongruência!!

A 10 de Junho de 1905, uma divisão naval britânica está de visita a Lisboa. Os efeitos do ultimato britânico ainda estão na memória da população, que não se inibe em demonstrar a sua hostilidade para com a Inglaterra...
É preciso lata para estes safados destes ngleses aparecerem por aqui com a sua marinha! Trata-se de uma demonstração de força, não há dúvida!
Uma provocação, é o que é! E nem o rei nem o governo demonstram reacção nenhuma, ainda por cima! É uma vergonha!
A gente já lhes dá o arroz! Se o governo não mostra a reacção adequada, é o povo quem deve reagir!
Heróis do mar, nobre povo, nação valente e imortal! Levantai hoje de novo o esplendor de Portugal! Entre as brumas, da memória, ó Pátria sente-se a voz, dos teus egrégios avós, que há-de levar-te à vitória! Às armas! Às armas! Sobre a terra, sobre o mar! Às armas! Às armas! Pela Pátria lutar! Contra os bretões, marchar! Marchar!
Grupos de populares recebem os oficiais e marinheiros ingleses que desembarcam no Terreiro do Paço, entoando em tons provocatórios A Portuguesa, a marcha patriótica que fora proibida pelo governo...
Corram-me com aquela cachorrada, pessoal! Chanfalhada no lombo, qu'é p'ra a aprenderem!
Cães de fila! Sacanas!
Canalhas! Patifes
Seus filhos duma porca!

Pressionado pela constante instabilidade política, D. Carlos acaba por nomear primeiro-ministro João Franco, líder do partido Regenerador-Liberal. O governo é recebido com a maior hostilidade por todas as forças oposicionistas e a instabilidade continua...
Enquanto não se instaurar uma República neste país, isto não vai lá! E se as coisas já estavam más, com este João Franco no governo vão ficar ainda piores!
Pior! A Monarquia é um sistema caduco, assente em pressupostos medievalistas ultrapassados! Não há direito algum que subsista em pleno século XX!


A 30 de Janeiro de 1908 João Franco extrema a sua política e pressiona o rei a assinar um decreto que previa o exílio para o estrangeiro ou a sua expulsão sem julgamento para colónias, os indivíduos pronunciados por atentado à ordem pública.
Estou a assinar a minha própria sentença de morte. Mas foram os senhores que a isso me obrigaram!
Vossa Aleza exagera, creia. Criaremos, isso sim, uma maior disciplina e coesão nacionais.

Na sala traseira do Café Gelo, no Rossio, estão reunidos vários revolucionários radicais anarquistas, como o antigo militar e professor Manuel Buíça e o empregado de comércio Alfredo Costa...
Pharmacia
64
65
Café Gelo

Não pode passar de hoje! O porco do rei vai morrer como um porco que é!
Sim! E nós, estamos aqui, estamos em Timor...

inferiores, foram construídas "canhoneiras"; desta forma se garantia a possibilidade de fazer tiro rasante a partir delas e aumentavam os ricochetes; são exemplo, o castelo de Portel ou o de Torres Vedras; para impedir o escalamento foram construídos "cordões" boleados, quer nas torres, quer nas muralhas e, para aumentar a resistência, as bases foram reforçadas por "jorramentos" oblíquos, que conferiam às torres uma estrutura telescópica; as barbacãs passaram a ser construídas à frente das portas, como bastiões ou baluartes, com troneiras para cruzarem fogo sobre a entrada;

• Nestas obras usavam-se as alvenarias de pedra, as argamassas de cal, areia e água e na construção das abóbadas de aresta e nervura as tijoleiras. Nestas obras trabalhavam pedreiros, carpinteiros, canteiros e serventes sob a direção de mestres arquitetos;

• A Torre de Belém, que é deste período, é um exemplo da arquitetura militar de transição para o modelo abaluartado;

• Na arquitetura militar o modelo abaluartado, da escola italiana, fez a sua introdução em Portugal neste período;

• O Séc. XVI foi o período de maior número de praças-fortes portuguesas por todo o mundo: na costa portuguesa, em Marrocos, na costa de África Ocidental e Oriental, na Arábia, na Índia, na Indochina, nas Molucas, no Bornéu e no Brasil;

• O Príncipe D. Teodósio (filho de D. João IV) teve como mestre o jesuíta Cosmander e deste recebeu a noção da importância da fortificação militar. D. Teodósio influenciou diretamente D. João IV no sentido de formar engenheiros nacionais e apoiou as propostas do Cosmógrafo-Mor do Reino e mestre de matemáticas no Paço da Ribeira, Luís Serrão Pimentel, para a criação da escola portuguesa de fortificação e arquitetura militar.

A criação da Engenharia Militar Portuguesa a 13 de julho de 1647

• Devido às necessidades da defesa do reino, D. João IV por conselho da Junta de Defesa, órgão de consulta do Conselho de Guerra, criou por decreto em 13 de julho de 1647 a primeira escola de engenharia em Portugal, A Aula de Fortificação e Arquitetura Militar;

• Luís Serrão Pimentel foi o primeiro lente da Aula de Fortificação e Arquitetura Militar na Ribeira das Naus. Em 1673 o Cosmógrafo-Mor do Reino Luís Serrão Pimentel foi nomeado também Engenheiro-Mor. Luís Serrão Pimentel foi um homem de formação científica segura. Foi mestre na arte de marear e lente de matemática na Aula Régia da Ribeira das Naus. Teve entre os seus antecessores o ilustríssimo Pedro Nunes, matemático e também Cosmógrafo-Mor do Reino;

• Em Portugal a construção da fortificação raia-

Fontes: esta imagem: 4.bp.blogspot.com/imagem da página anterior: inpressionaluz.files.wordpress.com.

na tornou-se imperiosa para defesa das principais penetrantes no território nacional de que se destacam: Valença do Minho; Chaves; Almeida; Elvas;

• Também no litoral se construíram e reconstruíram fortificações cuja principal missão era defender a embocadura dos rios e outros locais de mais fácil desembarque;

• A Engenharia Militar deu os seus primeiros passos como instituição estruturada, por um lado, sobre um quadro de Oficiais com o Exercício de Engenheiros exercendo a sua atividade individualmente e, por outro, sobre pequenas unidades de especialistas integrados em Regimentos de Infantaria ou de Artilharia cuja ação era apoiar a defesa ou o ataque;

• A primeira unidade de engenharia independente parece ter sido uma Companhia de Pontoneiros (com material flutuante de origem holandesa) constituída em 1705. Após as unidades de pontoneiros, foram criadas as unidades de mineiros em 1708 e, em 1750, as Companhias de Sapadores, orgânicas dos Regimentos de Infantaria;

• Em 1787 foi criado o quadro de oficiais designado por Corpo de Engenheiros. Por decreto de 2 de janeiro de 1790 os oficiais que serviam na Academia Real de Fortificação e desenho e formavam o quadro designado por Corpo de Oficiais Engenheiros, são integrados no Corpo de Engenheiros;

• Em 1801 o Real Corpo de Engenheiros foi organizado, por plano do Brigadeiro Pinheiro Furtado, em 3 brigadas:

- A 1ª Brigada, com quartel em Évora, apoiava o Alentejo e Algarve;

- A 2ª Brigada, com quartel em Santarém, era destinada a apoiar Lisboa, Estremadura e Beiras;

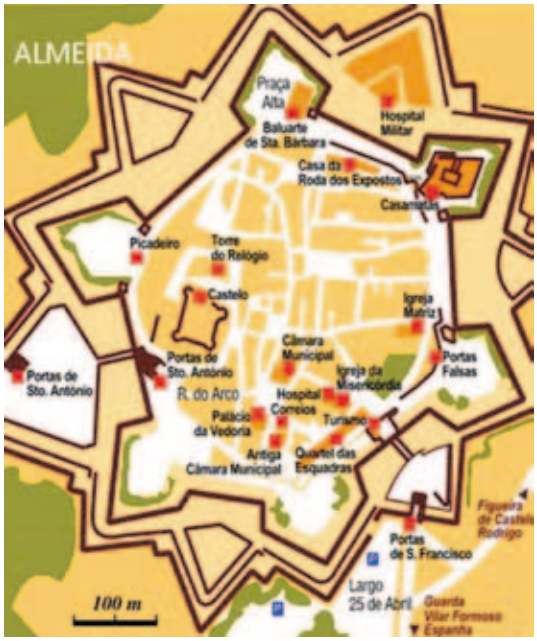
- A 3ª Brigada, com quartel em Guimarães, apoiava o Porto, Minho e Trás-os-Montes;

• É também neste ano que os engenheiros militares Bernardo Caula e Pedro Folque iniciam o lançamento da rede geodésica de 1ª ordem em Portugal Continental;

• Em 4 de novembro de 1808 foi nomeado o primeiro Comandante do Real Corpo de Engenheiros, o Marechal de Campo José de Morais Antas Machado;

• Em 1808, o Capitão de Engenharia José Joaquim de Almeida e Freitas projetou a fortificação da Cidade do Porto e o Marechal de Campo Antas Machado, Comandante do Real Corpo de Engenheiros, estudou a defesa de Lisboa;

• Foi ainda em 1808 que foram reconhecidas as linhas defensivas a Norte de Lisboa trabalho esse efetuado pelo Engenheiro Militar Brigadeiro José Maria das Neves e Costa a quem é atribuída a identificação das posições cujas linhas fortificadas são



conhecidas pelo nome de Linhas de Torres Vedras;

• Em 1810 foi nomeado Comandante do Real Corpo de Engenheiros o Tenente -General Matias José Dias Azedo.

Com esta introdução outra coisa não quis mostrar senão o saber e organização da arte e ciência de construção militar portuguesa, à data da Guerra Peninsular. Então, a experiência recente da engenharia militar portuguesa em campanha assentava na participação de alguns engenheiros militares portugueses na Campanha do Rossilhão integrados na força expedicionária portuguesa e em território nacional na campanha da Guerra das Laranjas de 1801. Nesta última o Marquês de Alorna, com forças instaladas na Serra das talhadas chegou a efetuar a construção de algumas posições de campanha.

No entanto, a preocupação do Real Corpo de Engenheiros era sobretudo com as obras de natureza civil e com as fortificações permanentes.

A fortificação de campanha era estudada e prevista em especial para apoiar o ataque a fortes e redutos. Este era o modelo europeu.

Entretanto, outros desenvolvimentos se tinham dado no mundo nomeadamente na América do Norte onde a Guerra da Independência tinha já mostrado novas formas de fortificar e de fazer a guerra com fortificação de campanha (na América do Norte não havia fortificação permanente).

Estes novos modelos já faziam parte dos conhecimentos militares da época e o conceito não seria estranho para o Major Neves Costa e seus contemporâneos do Real Corpo de Engenheiros e muito menos para os engenheiros militares ingleses.

O empreendimento

Objetivo do empreendimento

A 2 de abril de 1809 Wellesley foi nomeado Comandante – Chefe do Exército Anglo – Luso tendo chegado a Portugal a 22 do mesmo mês.

Por esta altura as forças napoleónicas de Soult estavam praticamente cercadas no Porto. Wellington toma o comando das forças inglesas e algumas portuguesas; Beresford comanda as forças portuguesas. As duas colunas dirigem-se para Norte, derrotam Soult e este ordena a retirada para a Galiza dando fim á 2ª invasão.

Em final de maio de 1809 os exércitos inglês e português estão concentrados em Coimbra e prepara-se uma incursão em Espanha onde as forças napoleónicas pressionam as forças espanholas.

A meados de junho Wellington está em Tomar a preparar-se para seguir pelo vale do Tejo com as forças de Beresford saindo de Coimbra e protegendo-lhe o flanco Norte de um possível ataque de Soult que continuava na Galiza. Wellington junta-se com o General Cuesta e enfrentam e derrotam as forças napoleónicas do General Vítor na Batalha de Talavera (27 e 28 de julho).

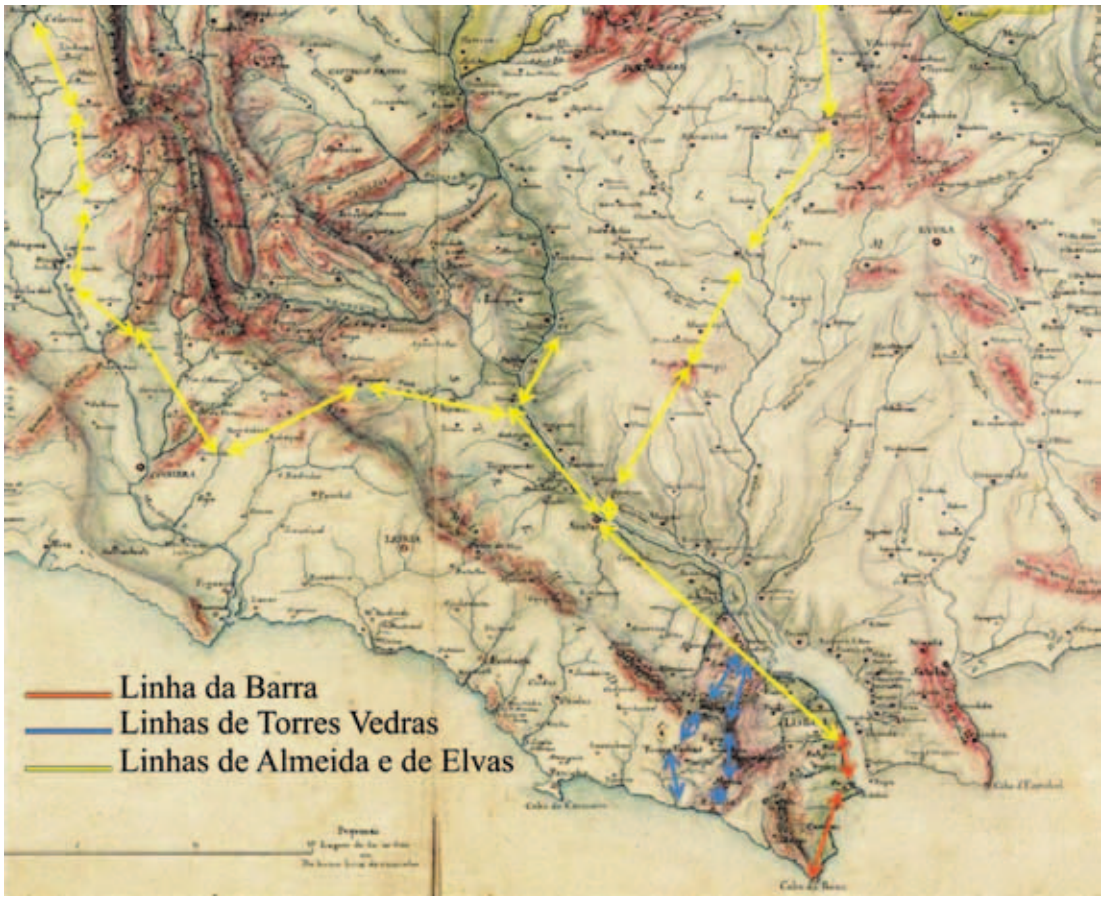
A meados de agosto Wellington retira e instala o Quartel-general em Badajoz enquanto Beresford o faz em Castelo Branco.

Wellington regressa a Portugal com as suas forças muito desgastadas pela incursão em Espanha e também pelo calor e a escassez de alimentos. No entanto não se detém muito tempo em Badajoz e ainda no mês de agosto volta a Portugal e inicia o estudo da defesa do país no convencimento que Napoleão preparará nova invasão.

Em Espanha a Junta Governativa perde terreno para as forças napoleónicas.

Na regência portuguesa D. Miguel Pereira Forjaz é o Secretário da Guerra. Beresford é o Comandante do Exército Português e prepara intensivamente as forças de linha e as milícias.

Em 1808 e no início de 1809 o Major Neves Costa do Real Corpo de Engenheiros efetuara o esboço da carta itinerária militar que contém a topografia do terreno a Norte de Lisboa e escrevera uma memória sobre as posições defensivas. O Major Neves Costa foi o autor da primeira conceção das Linhas de Torres Vedras. Os trabalhos concluíram-se em fevereiro de 1809 sendo entregues em maio seguinte. Também nesta altura e pela mão do Major do Real Corpo de Engenheiros Homem Cunha D'Eça são elaboradas *A Memória*



sobre a Linha Defensiva que deve cobrir Lisboa e em maio é apresentada outra *Memória de Plano de Defesa da Capital*.

Após a retirada de Soult (15 de maio de 1809), entre o Mondego, o Zêzere e o Tejo a Brigada de Engenharia do Exército de Operações inicia um plano de reconhecimentos defensivos nessa área. Era Comandante desta Brigada o Tenente-Coronel do Real Corpo de Engenheiros Carlos Frederico Bernardo de Caula.

No Norte do país, sob comando do Brigadeiro do Real Corpo de Engenheiros Dias Azedo desenvolvem-se trabalhos defensivos.

O Tenente-Coronel do Real Corpo de Engenheiros Duarte Fava que comandava outra Brigada é encarregue da construção dos Telégrafos.

O objetivo do empreendimento começa a ser claro: escolher terreno adequado e reforçá-lo para apoiar uma manobra defensiva que permita manter a posse do território português ou no mínimo manter o espaço para proteger o exército e se necessário proceder a sua evacuação por embarque naval.

Elementos do empreendimento

O plano de defesa de Portugal foi enviado por Wellington a Londres e só em março de 1810 é que o Governo Inglês deu a sua aprovação. Este plano previa que os franceses tentariam entrar em Portugal pela fronteira da Beira para conquistarem Lisboa. A defesa de Portugal tinha por linha avançada as fortalezas de Ciudad Rodrigo (à frente de Almeida) e Badajoz (à frente de Elvas) ambas defendidas por forças espanholas. Em território português a primeira linha defensiva na Beira era a Fortaleza de Almeida e o Rio Coa. Foram preparadas posições e colocadas forças ao longo deste rio e o General Bacelar, Comandante da Beira, recebeu ordem para preparar a destruição das pontes entre Pinhel e Castelo Bom.

Certo que os franceses, caso passassem a 1ª linha defensiva, empreenderiam a marcha pela margem esquerda do Mondego, pela estrada da Beira, Wellington mandou preparar posições defensivas no Rio Alva em especial na área da Ponte da Mucela e determinou ao General Bacelar que preparasse a destruição de todas as pontes: sobre aquele rio, outras desde Celorico até Penacova, sobre o Zêzere e outras menores. Mas a sua destruição só se consumaria sob risco de utilização pelo inimigo. Mais a Este, sobre a estrada de Castelo Branco para Abrantes, mandou construir redutos e trincheiras na Serra das Talhadas, na região onde a estrada passa sobre o Rio Alvito e

colocando forças em Sobreira Formosa.

Mandou também reparar muitas estradas: de Almeida para Penacova; de Penacova para Tomar; de Castelo Branco para Abrantes via V. V. de Ródão; de Abrantes para Lisboa via Santarém.

Quanto às fortalezas, Wellington mandou reforçar com construções e guarnições Marvão, Elvas, Campo Maior, Abrantes cuja ponte estava pronta para ser retirada se houvesse ameaça por parte do inimigo e ainda Valença e Peniche e também as de Cascais, S. Julião da Barra e Bugio no porto de Lisboa. Em complemento, seria proclamado aos portugueses o abandono dos seus bens em caso de proximidade do inimigo e a destruição do que tivesse de ficar.

Aos Engenheiros Militares portugueses foram entregues os trabalhos nas fortalezas, nas estradas e de preparação da destruição das pontes.

Quanto às forças anglo-lusas, Wellington entendia que, em primeiro lugar, estas deveriam guarnecer as praças de Elvas, Almeida, Abrantes e Valença; depois, constituir 3 corpos de batalha:

- O da Beira;
- O do Alentejo;
- A Leal Legião Lusitana com 8 Bat. de Caç. e um de milícias na Serra das Talhadas.

Para a defesa de Lisboa, Wellington determinou um conjunto de linhas fortificadas a norte de Lisboa que ficaram conhecidas por Linhas de Torres Vedras. Lembra-se no entanto que Lisboa propriamente dita tinha também um plano de defesa, chamemos-lhe "imediata", que apoiava forças defensivas da cidade.

Programa preliminar

Objetivo das Linhas de Torres Vedras

São três as personagens principais para a decisão da construção das Linhas de Torres Vedras: D. Miguel Pereira Forjaz, Beresford e Wellington.

D. Miguel Pereira Forjaz é o Secretário da Guerra ao qual relatam quer Beresford quer Wellington; conhece bem o território e sabe bem que o objetivo principal em Portugal é Lisboa; trabalhou nos estudos sobre a defesa do país e na reorganização do Exército terminada em 1806 e implementação subsequente; foi a ele que em 4 de março 1809 o Major do Real Corpo de Exército José Maria das Neves Costa entregou a carta com o levantamento da região a Norte de Lisboa e 3 meses depois a memória militar sobre as posições defensivas.

Beresford é o Comandante em Chefe do Exército desde 7 de março de 1809 após a sua chegada a Portugal e praticamente quando Soult entra em Trás-os-Montes; Beresford fala português e inicia o trabalho de organização e preparação do Exército Português sob a direção de D. Miguel Pereira Forjaz com vista á defesa de Portugal.

Wellington é o Comandante-Chefe dos exércitos inglês e português desde 2 de abril de 1809 mas só chegou a Portugal no dia 22. Junta-se às forças inglesas em Coimbra e a 6 de maio inicia a operação ofensiva que irá conduzir á libertação do Porto. Até então Wellington conhecia a região Oeste da Figueira da Foz a Lisboa (1808). Depois de expulso Soult, Wellington dirige as suas forças pela Beira a caminho de Espanha e vai travar e vencer a batalha de Talavera em 27/28 de julho de 1809 após o que recolhe a Badajoz e só em agosto volta a Lisboa. É então que trata com D. Miguel Pereira Forjaz do Plano de Defesa de Portugal.

O Plano de Defesa de Portugal prevê uma manobra defensiva em posições sucessivas entre a fronteira da Beira e o corredor litoral, seguida de uma retirada até á linha principal da defesa (defesa em posição) do objetivo estratégico – Lisboa e o seu porto. Previa-se a possibilidade de uma retirada do Exército por via marítima com embarque em S. Julião da Barra.

O objetivo das Linhas de Torres Vedras é garantir a recolha das forças do Exército anglo-luso retiradas da Beira; garantir uma defesa em posição para impedir a conquista de Lisboa e do porto no Tejo; se necessário assegurar a possibilidade de uma operação de embar-

que e retirada de Portugal das forças inglesas.

Características gerais da obra

A obra deve ser um multiplicador do potencial defensivo das forças anglo-lusas cujo objetivo é impedir a progressão das forças napoleónicas. A obra deve ser localizada na península de Lisboa e não ser contornável em especial no verão mesmo de forças vindo do Sul do país e abordando a margem esquerda. A obra deve conter os seguintes elementos principais:

• Um local protegido e de embarque em caso de necessidade com uma rápida saída para o mar – este local foi logo escolhido – S. Julião da Barra situado onde o rio e o mar se encontram correspondia àquelas condições;

• Em Torres Vedras, Sobral de Monte Agraço e Castanheira, locais estes de chegada das principais estradas para Lisboa e de onde, de cada um deles, difundiam estradas, algumas pavimentadas, que constituíam várias alternativas em direção a Lisboa, criar posições protegidas para apoiar a recolha das forças em retirada para as posições defensivas ou para embarcarem;

• Entre o Rio Tejo e o mar identificar os pontos importantes e as posições mais vantajosas para criar a linha defensiva principal.

Dados sobre a localização da obra

A obra localiza-se na Península de Lisboa, apoiada no mar e no Rio Tejo de forma a não permitir o contornamento.

Para quem conhece o Ribatejo era fácil ter a noção que o Tejo, em especial no verão é vadeável exceto a partir de Vila Franca de Xira para jusante pelo que só a partir daí foi considerado existir a condição de não contornamento da posição defensiva, mesmo se abordada pela margem esquerda uma vez que a travessia era impossível por jangadas ou barcos desde que batida por armas de fogo. Para quem não conhecia o Tejo, apenas a observação dos mapas da época ou a passagem pela estrada de Santarém para Lisboa seria suficiente para a escolha do local a partir do qual o rio constituía um obstáculo de muito difícil passagem se batido por fogos de artilharia. Wellesley identificou este local como o do curso da Ribeira da Castanheira.

Elementos topográficos e demográficos, construções existentes, redes de infraestruturas locais e outros elementos geográficos

Foi o então Major do Real Corpo de Engenheiros José Maria das Neves Costa quem descreveu e representou topograficamente em mapa a região da Península de Lisboa e que a apresentou ao Secretário da Guerra (membro da regência), D. Miguel Pereira Forjaz em 4 de março de 1809, lembrando a importância da região para a defesa da capital. Curiosamente ou não essa carta representa o terreno para Sul da linha Foz do Sizandro – T. Vedras – Monte Redondo – Serra do Monte-

junto – Labrugeira – Abrigada – Ota. A carta mostra a topografia do terreno até à Serra de Sintra e estrada Sintra – Rio de Mouro – Cacém – Queluz – Porcalhota – Lumiar – Sacavém. Nesta carta são representadas as estradas e as posições defensivas possíveis graduando o seu valor defensivo e chamando-lhe *linhas de obstáculos naturais*.

Wellington conhecia a região especialmente no espaço que percorrera no verão de 1808 nomeadamente por Torres Vedras até Lisboa. No entanto é possível que quer Beresford quer Wellesley tivessem conhecimento da carta nesta altura quando assumiram funções e antes de seguirem para Norte para a campanha de libertação do Porto ou seja ainda em abril/maio de 1809. Wellington faz o reconhecimento à região em 10 de outubro de 1809 depois da sua incursão em Espanha e de ter recolhido a Badajoz de onde veio a Lisboa (agosto) aparentemente já com a ideia de formular o plano de defesa de Portugal.

Na época esta região era a mais populosa do país. As suas estradas eram bem conhecidas especialmente pelos condutores de transportes e por toda uma população que por ela circulava nomeadamente por força do trabalho que sendo maioritariamente agrícola provocava pela variedade das produções a necessidade da rotação da mão de obra.

O país não tinha ainda mapas topograficamente corretos mas possuía desde os tempos mais remotos mapas das estradas.

A Serra do Montejunto divide a zona de ação em duas partes: uma a Oeste escorrendo águas diretamente para o mar e a outra escorrendo para o Tejo.

Wellington sabia que as suas forças em retirada teriam de se deslocar de um e do outro lado da serra pelas estradas existentes:

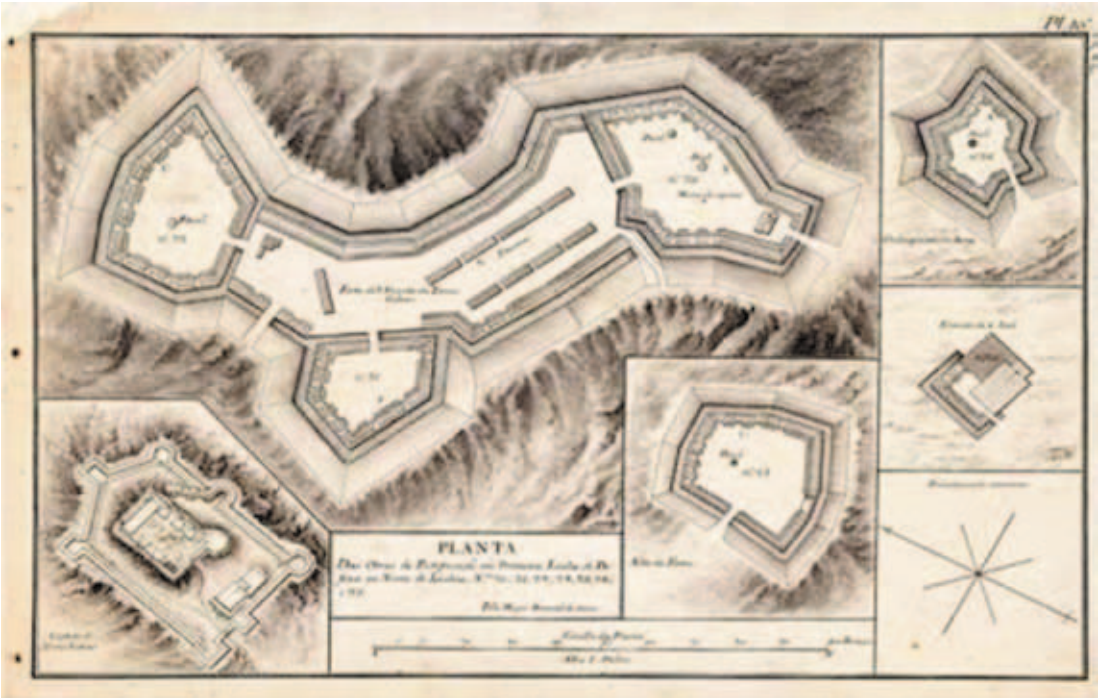
• A Oeste a estrada vinda das Caldas leva a Torres Vedras de onde saem 3 estradas; uma pelo desfiladeiro de Mafra conduz mais diretamente à zona de embarque (S. Julião da Barra); outra segue pelo desfiladeiro de Montachique em direção a Lisboa; e outra segue transversalmente em direção ao Sobral e depois por Arruda ligando a Alenquer e daqui ao Carregado;

• Entre o Montejunto e o Tejo, a estrada do Sobral segue para o desfiladeiro de Bucelas e daqui vai encontrar-se em Loures com a que vem do desfiladeiro de Montachique em direção a Lisboa; no Carregado juntam-se as estradas que veem de Alenquer e a do Cartaxo e segue em direção a Vila Franca – Alhandra – Alverca entrando em Lisboa por Sacavém. A estrada que vem por Alenquer tem origem em Coimbra e passa por Leiria; a que vem pelo Cartaxo conduz quem de Coimbra pretende passar por Tomar e depois por Santarém ou quem da Beira Baixa (Castelo Branco) se dirige junto ao Tejo por Abrantes a Santarém seguindo então ao Carregado.

Estas eram as principais estradas da zona.

Quanto à orografia

• Das regiões de Torres Vedras e das zonas



altas a Sul do Sobral, ambas oferecem boas condições para se organizarem posições para recolha das forças Anglo-Lusas e para oferecer resistência à passagem das forças napoleónicas desde que se organizem também a defesa dos desfiladeiros de Mafra, de Montachique e de Bucelas;

•, Quanto ao flanco junto ao Tejo, há que impedir a passagem pelo terreno da margem, espaço este que se estreita em Alhandra para de imediato as cotas subirem criando terrenos dominantes sobre a margem, o rio e para norte;

•,Quanto ao terreno para a defesa principal, este foi identificado por um alinhamento montanhoso constituído pelas alturas da Serra de Serves desde Alverca até Bucelas, a que se segue o Cabeço de Montachique, a Serra de Chipre na zona de Mafra, a que se segue a região de menores condições defensivas – a Tapada de Mafra (e por isso necessitou de ser reforçada com obras defensivas) e finalmente as alturas do Safarujo ou Ribeira de S. Lourenço. Este alinhamento montanhoso é escarpado e oferece condições para boa observação e campos de tiro e incorpora os desfiladeiros de Mafra, de Montachique, de Bucelas e o espaço marginal do Tejo. Este alinhamento reto permite uma estrutura defensiva que obriga o atacante a ataques frontais sem possibilidade de contornamento.

Dados básicos relativos ás exigências de comportamento e funcionamento da obra

• No local de embarque é necessário constituir uma posição que assegure espaço para espera de todas as tropas, a artilharia e abastecimentos; essa posição deve permitir a defesa caso o embarque tenha de ser retardado por condições adversas do mar e deve ter um reduto da linha principal que permita recuar e deixar as posições iniciais sem por em causa o local de embarque mantendo a sua proteção para nova vaga de embarque. Finalmente, este local deve ter um último reduto de defesa e proteção do embarque da guarda da retaguarda;

• Na linha principal é preciso: com elementos de fortificação, fechar as passagens dos desfiladeiros; entre os desfiladeiros constituir uma linha contínua de fortificações obrigando o adversário a executar um ataque frontal se quiser passar adiante;

• Nos postos avançados é necessário: construir posições para bater por fogos os eixos principais de aproximação; recolher as forças anglo-lusas e dar-lhes tempo para retirarem e instalarem-se atrás da linha principal;

• No conjunto há que instalar um sistema de comunicação por sinais para servir todas as linhas.

Questões relativas ao financiamento da obra

• No ano de 1809 a direção política, administrativa e financeira do país estava em grandes dificuldades. A regência foi reorganizada por decreto de 6 de julho de 1809. O Patriarca de Lisboa (o Bispo do Porto foi nomeado Cardeal pelo Príncipe Regente) e o Principal Sousa, dois dos três Governadores constituíam a oposição á crescente influência inglesa. Por outro lado os secretários liderados por D. Miguel Pereira Forjaz, constituindo a verdadeira liderança do País, correspondiam ás necessidades da defesa e tentavam apoiar os planos de Wellesley e a reorganização do Exército Português que Beresford levava a cabo. Os atritos na regência mantiveram-se durante todo este conturbado período de guerra;

• O dinheiro faltava porque o sistema de impostos funcionava mal e porque o comér-

cio internacional se desviara de Lisboa. Além disso as duas invasões anteriores tinham empobrecido todas as áreas produtivas do País;

• Portugal pediu ajuda financeira á Inglaterra, a regência iniciou um programa extraordinário de impostos e doações (dinheiro, cavalos, mulas);

• No Exército Português era necessário reorganizar-se um departamento de víveres e outro de transportes. O arsenal passou a trabalhar intensamente quer para as forças nacionais quer para as inglesas. Houve necessidade de criar um sistema de depósitos nas cidades principais;

• Com estas medidas e apoio inglês a situação financeira e a preparação do Exército melhoraram. No entanto e apesar da Contribuição Extraordinária para a Defesa decretada a 7 de junho de 1809 com efeitos só a partir de 1810, o défice em 1810 foi de cerca de 1 milhão de libras pelo que, no verão de 1810, a situação financeira era desesperada;

• D. Miguel Pereira Forjaz é o responsável nacional pelas despesas com os trabalhos cometidos ao Real Corpo de Engenheiros – reparação das praças e estradas, instalação da rede telegráfica e outros, por todos os meios de suporte do Exército Português (abastecimentos e transportes), e com o pagamento às tropas portuguesas; os ingleses asseguram o pagamento das suas tropas e dos seus abastecimentos e transportes que contratam localmente e ainda as despesas com a construção das linhas de Torres;

• Não parece ter havido uma estimativa prévia para a obra. As contas foram sendo feitas passo a passo pelo que foi sendo possível estimar custos e avançar na medida das disponibilidades e das adaptações que foram sendo reconhecidas no local;

• As verbas necessárias eram disponibilizadas pelo Comissário – geral inglês em Lisboa, dependente de Wellington, a quem competia fornecer materiais, as verbas para pagar mão de obra e os custos relativos á ocupação dos terrenos caso representassem utilização de edifícios, moinhos e outras construções ou o abate de árvores. De uma maneira geral os terrenos ocupados não eram de grande valor de utilização agrícola. O sistema financeiro inglês é mesmo de campanha e expedito a tal ponto que Wellington determina ao Comissário-geral:

...o Comissário-geral em Lisboa está autorizado a pagar todas as despesas que lhe forem enviadas pelo Coronel Fletcher, quer de mão de obra, dias de trabalho ou de aquisição de materiais…

• O custo total da obra até julho de 1810 foi cerca de 60.000 Libras (para servir de comparação: segundo dados da época, em Inglaterra a construção de uma casa de habitação familiar custaria cerca de 100 Libras; um polícia em Inglaterra em 1810 ganhava cerca de 50 Libras por ano e um engenheiro 300 Libras por ano; 60.000 Libras em 1810 equivale hoje a 180.000.000 Libras segundo o measuringworth.com *service for calculation relative worth time* tendo por referência o *GDP – Gross Domestic Product*).

Prazo para projeto e obra

• A decisão de se iniciarem as obras foi tomada por Wellington no seu memorando de 20 de outubro de 1809. A 26 de outubro Wellington escreveu a Beresford a pedir-lhe elementos das milícias para os trabalhos: 600 para Torres Vedras, 500 para o Sobral e 800 para S. Julião; a 1 de novembro escreveu ao Comissário-geral (Sir John Murray) para que fornecesse ao Tenente-Coronel Fletcher quantidades consideráveis de materiais de madeira e de faxinagem. A construção iniciou-se no início de novembro;

• Forjaz, Beresford e Wellington estavam cientes que Napoleão preparava nova campanha para conquistar Lisboa e todos sabiam que uma campanha se projeta para a primavera/verão do ano seguinte. O prazo era curto e incluía os meses de inverno. No total: 2 meses em 1809 e 6 meses em 1810 era o máximo tempo disponível para projeto e obra.

[Continua no próximo número.]

Major-General José Alberto Martins Ferreira

Memórias de Timor

Fontes: esta imagem: maquinatransformadora.files.wordpress.com/imagem do canto superior direito das páginas ímpares deste artigo: us.123rf.com.

Escrevi este artigo pensando que seria importante falar sobre um período crucial para o Estado Português, pelo seu empenho e mobilização, no processo de independência de Timor. Foi também um período conturbado em termos de Defesa Nacional pela instabilidade e mudança constante de ministros da Defesa (três no espaço de cerca de um ano) mas, apesar de tudo, a política em relação a Timor manteve-se inalterável e até foi reforçada em termos militares após a minha saída. O contingente militar português em 2001 passou a ser constituído por cerca de 900 militares, o que para um país como o nosso representou um enorme esforço e uma clara orientação da importância para Portugal da causa Timorense. A minha passagem por Timor dava para escrever um livro, quem sabe um bom romance e talvez um dia o faça. À chegada quando sobrevoava Dili e vendo o grau de destruição total, veio-me à memória Sarajevo em 1996. A política de terra queimada, que não tinha sido mais do que a execução de um eficaz plano, gizado pela liderança militar Indonésia, mostrava um cenário desolador em que sobressaíam os telhados de chapa zincada fornecidos às Nações Unidas (NU) pela empresa portuguesa Abrantina. Penso que terão sido fornecidas mais de 100.000 chapas zincadas para substituir ou cobrir em parte toda aquela desolação que se vislumbrava do ar.

Timor Leste foi um caso de sucesso em termos de Nações Unidas. Tinha uma figura carismática e com grande capacidade de liderança como Representante Especial do Secretário-Geral das NU (SRSG), o Dr. Sérgio Vieira de Melo, que viria posteriormente a morrer no Iraque.

Como SRSG tinha três "pilares" à sua disposição: Forças Armadas, Governo, onde se incluíam as Forças de Segurança e o Humanitário. Como seu órgão consultivo criou o, Conselho Nacional Consultivo (NCC) que serviu como embrião ao futuro governo de Timor Leste, onde, fez questão de incluir a representante integracionista dos interesses da Indonésia. Se fizermos uma comparação, embora a dimensão seja totalmente diferente, com o que se passou no Teatro de Operações do Iraque consigo, isto é a minha opinião, identificar duas lições. A primeira foi a do não desmembramento numa fase inicial das FALINTIL, mas o seu controlo, no caso presente num acantonamento em Aileu. De outro modo seria muito perigoso dado o elevado número de armas que possuíam. É preciso não esquecer que apesar de um terço da população ter sido dizimada pelos Indonésios, perderam também a vida cerca de 50.000 militares indonésios no conflito e, a arma de cada guerrilheiro pertencia ao inimigo que tinha morto. Confirmámos isto, quando um ano mais tarde recolhemos as armas, em contentores, no acantonamento de Aileu. A segunda foi ter envolvido no NCC, o representante dos Integracionistas, ao contrário do que foi feito com o partido *BA'ATH,* no Iraque.

A minha passagem por Timor Leste pautou-se por duas missões completamente distintas, embora seguidas. A primeira como Chefe da Repartição de Informações do Quartel-General da Força

de Manutenção de Paz (FMP) em Timor Leste (UNTAET) ao serviço das Nações Unidas. Quem conhece as NU sabe que é uma organização complexa e muita pesada, e que na maior parte das vezes consome os seus recursos com ela mesma. Tem alguma dificuldade para não dizer muita, em perceber o que são informações "Intelligence" na verdadeira aceção da palavra, pelo que adulterou as nossas funções tentando comparar-nos a oficiais de Informação Pública. O quadro orgânico aprovado tinha mais semelhança com uma Repartição de Informações Interna e Relações Públicas, com oito oficiais e sargentos de oito países diferentes e apenas com dois capitães, um australiano e um canadiano que eram verdadeiramente de *Intelligence*. A minha missão revelou-se algo complexa na fase inicial, porque tinha de substituir uma Divisão de Informações da *INTERFET*,a força de imposição de paz que precedeu a UNTAET com 21 elementos que tinham à sua disposição uma Companhia de Informações no terreno, onde havia inimigo, por exemplo, as milícias que tentavam destabilizar todo o processo inicial de independência, apoiadas pelos saudosistas dos generais indonésios e que foram os que mais perderam com todo este processo.

Foi nesta fase, que toda a minha experiência anterior, no SHAPE na Bélgica e na Bósnia-Herzegovina, dezoito horas de trabalho diário e o apoio incondicional do 2º Comandante da Força o Major-General australiano Mike Smith, que, mais tarde, pagou caro a sua amizade para comigo, face a tudo aquilo que Portugal estava a conseguir na altura, em contraponto com os objetivos da Austrália e, apesar de ter sido um elemento crucial em todo o processo de independência não só na faceta militar, mas também civil, viu-se obrigado a passar à reserva. Segundo as suas palavras, e transcrevendo o que com certeza lhe fora transmitido superiormente *o Exército australiano não tinha lugar para ele*. Lembro-me perfeitamente que quando o acompanhava nas visitas aos diferentes contingentes, me dizer, ao ver o comportamento da tropa portuguesa, que *eles os australianos e os anglo saxónicos jamais seriam capazes de imitar os portugueses no modo de lidar com esta situações e na empatia que provocavam nas populações*.

Era apenas o reconhecimento oficial de que a verdadeira diplomacia externa era feita pelos nossos soldados junto das populações.

Há coisas que parecem programadas pela maneira como encaixam vistas à distância, mas não foi o caso daquilo que vou contar. Encontrava-me a comandar o setor interinamente, em acumulação com as minhas funções de Chefe da Repartição de Informações, na ausência do Coronel Lima Pinto que estava em Portugal, quando fui chamado a uma reunião no palácio do Governador para discutir o problema das FALINTIL acantonadas em Aileu, desde setembro de 2009, em péssimas condições, começando a apresentar sintomas de cansaço e alguns atos isolados de indisciplina, por tantos meses de inatividade.

No fim da reunião o 2º Comandante da FMP, Major-General Mike Smith vira-se para mim e diz-me *José, o problema é no teu setor, resolve-o*. Chamei imediatamente o Coronel Simões, comandante do 1º Batalhão de Infantaria Paraquedista,

Fonte: giacontour.files.wordpress.comwordpress.com.

pu-lo ao corrente da situação e disse-lhe para pensar numa solução, uma atividade que não fosse militar, porque isso as Nações Unidas nunca iriam aceitar e que voltaríamos a falar no dia seguinte. Passado pouco tempo ligou-me e disse-me que já tinha gizado uma proposta de uma instrução de cariz não militar, no Aquartelamento em Aileu, envolvendo mensalmente e por rotatividade uma companhia FALINTIL. Esta atividade, aprovada pela NU e pela liderança timorense, na qual estiveram empenhados os dois Batalhões Paraquedistas, não sendo de âmbito humanitário teve, contudo, um forte impacto em Timor-Leste, na direção de uma tranquila evolução para o futuro estado independente. Esta atividade chamava-se Formação "Não Militar" porque a enorme sensibilidade da situação, aconselhava a que assim se procedesse. Lembro-me que, na altura, ainda se discutia se Timor-Leste deveria ter Forças Armadas ou tão-somente uma reduzida força de segurança. De qualquer modo, o Programa de Formação "Não Militar", iniciativa pura da estrutura militar portuguesa em Timor, incluiu, no seu currículo, um lote abrangente de matérias entre as quais se salientavam a educação física, a educação moral e cívica, saúde e primeiros socorros, topografia e orientação, português e inglês, proteção do meio ambiente e atividades culturais. Aos graduados era ainda ministrada liderança, informática e técnicas de ensino.

Fonte: 4.bp.blogspot.com.

Esta atividade, para além de trazer um natural incremento de conhecimentos aos membros das FALINTIL que nela participaram teve, mais importante ainda, o mérito de moralizar um corpo militar que se encontrava profundamente descontente, desmotivado e descrente, resultado de uma longa inatividade, das carências de toda a sua ordem e das incertezas relativamente ao seu futuro. As estruturas superiores das FALINTIL e da própria UNTAET viram, com enorme satisfação a tranquilidade de espírito regressar ao seio dos velhos guerreiros.

A minha experiência inicial como Chefe da Repartição de Informações facilitou-me, a missão que se seguiu em Timor Leste que foi a de Comandante do Setor Central e a de Comandante Contingente Português. Foi, sem dúvida, uma excelente oportunidade para me integrar na Força de Manutenção de Paz, no ambiente operacional e de segurança, incluindo toda a parte político-militar e das Forças de Defesa de Timor Leste, na altura os heróis da independência: os FALINTIL. Antes de falar na minha experiência como Comandante do Setor Central e, para as novas gerações que perderem tempo a ler isto, gostaria de lhes transmitir que quando tiverem que trabalhar a área das informações mesmo a nível tático ou na vossa vida pessoal habituem-se sempre a tentar perceber a relevância e pertinência das informações que lhes chegam. Nos Teatros de Operações (TO) habituei-me sempre a desconfiar da primeira informação, *First information always wrong*, e perguntar-me sempre a mim próprio *so what*, ou seja, qual o significado e as implicações para o Estado-Maior e para a Força.

Esta missão foi o meu primeiro comando de nível operacional. Timor Leste foi dividido em três setores de comando de oficial general mas, Portugal decidiu que o comando do Setor português seria atribuído a um Coronel. Era uma Força Conjunta e Combinada que pode ser comparável ao atual *Battle Group*, sendo a sua organização variável e dependendo da missão atribuída. No caso de Timor Leste a sua constituição era de cerca de 1.300 militares de Portugal, Quénia e Brasil tendo sido reforçado, a partir de setembro de 2000 com forças da Coreia do Sul, Filipinas e Moçambique. Era constituído com base no 2º Batalhão de Infantaria Paraquedista que na sua organização possuía uma Companhia de Fuzileiros. O Contingente Português englobava ainda um Destacamento de helicópteros "Alouette" que sempre que necessário nos apoiava em operações. Aliás, como hoje

Fontes: esta imagem: brasiltimor.files.wordpress.com./imagem da página seguinte: upload.wikimedia.org.

em dia, é crucial, para não dizer determinante, o emprego de helicópteros em operações de contra guerrilha. Tinha também uma Companhia Queniana responsável pela segurança do distrito de Ermera. O meu Quartel-General era em Caicoli, Dili e eu como comandante do setor central era responsável por um terço de Timor, o que efetivamente representava a segurança de seis distritos, incluindo Dili, a capital, e de cerca de 450.000 timorenses, o que em termos práticos significava que, cerca de 50% da população se encontrava no Setor Central. A área de operações do Setor Central abrangia os distritos de Liquiçá, Dili, incluindo a ilha de Ataúro, Aileu, Ermera, Manufahi (Same) e Ainaro o que era uma área demasiado extensa, considerando a intenção do Comandante da Força de Manutenção de Paz, em manter uma presença permanente em toda a área de operações, mesmo nas áreas mais remotas, com o propósito de transmitir às populações confiança. A satisfação cabal desse objetivo, foi também dificultada pela característica da área de operações, de onde se destacava a Cordilheira do Ramelau dividindo o setor em duas partes, Sul e Norte, provocando grandes restrições á mobilidade e aliada a uma rede estradal com grandes limitações, resultantes quer da orografia quer das más condições de conservação e manutenção e cujas condições de utilização pioravam na estação das chuvas. A solução mais prática, mas nem sempre disponível, era o recurso aos helicópteros, para as missões de reconhecimento e de patrulhamento em áreas remotas e por vezes para o reabastecimento às forças que ficavam isoladas devido ao mau tempo.

Foi uma missão para a qual me preparei muito bem, inclusivé tive a oportunidade, antes de assumir as funções, de comandar interinamente o setor durante três semanas, só que, não estava à espera daquilo que veio a acontecer quando assumi o comando.

Antes de tomar posse como Comandante de setor, durante o período que estive em Portugal as milícias organizaram-se em Timor Oeste e fizeram nos finais de julho, princípios de agosto, uma grande infiltração, através do Setor Oeste, em direção à cordilheira do Ramelau onde se situa o Monte Tataimelau, aquando da minha instrução primária era considerada a elevação mais alta de Portugal. No seu cume tem uma Nossa Senhora de Fátima, em tamanho natural, que na sua base tem uma placa com os seguintes dizeres *Portugal, alto império, que o sol logo em nascendo vê primeiro*.

Tive a oportunidade de ver nascer o sol na madrugada de 1 de janeiro de 2001 e é de facto uma visão inesquecível.

A informação que tínhamos na altura apontava para cerca de 100 elementos mas, penso, que não terá ultrapassado a meia centena, dos quais no meu setor identificámos, basicamente três grupos. Na sua passagem pelo Setor Oeste mataram um militar Nepalês e um Neozelandês (o soldado Joe Manning ao qual cortaram a cabeça e as orelhas)

Cristo-Rei de Dili

e infiltraram-se junto das populações procurando utilizar as mesmas táticas dos FALINTIL. Estas milícias eram constituídas por timorenses apoiados por militares indonésios que procuravam a sua subsistência, utilizando os laços familiares, pelo que era muito difícil serem denunciados por alguém do próprio sangue. As populações estavam completamente aterrorizadas e o primeiro grupo que identificámos foi localizado na região de Alas.

Nessa altura a liderança timorense resolveu criticar duramente o contingente português pela sua inoperância face ao que se estava a passar e essas críticas apareceram no Herald Tribune na Austrália. As palavras que me foram transmitidas verbalmente por um alto funcionário das NU, que as tinha ouvido pronunciar, eram graves e punham em causa todo o trabalho realizado nos últimos seis meses.

Estou talvez a ser demasiado exaustivo mas queria ressaltar o seguinte. Acabava, como Comandante do Contingente Português e de Comandante do Setor Central, de ser confrontado com uma situação lesiva dos interesses de Portugal. Estava completamente sozinho a dezasseis mil quilómetros de distância e teria de reagir inicialmente em relação às declarações depois ao problema das milícias no meu setor.

Essa altura fez todo o sentido a expressão *um comandante quando decide está sempre sozinho*. Felizmente não era um novato acabado de chegar e tendo facilidade de relacionamento e grande empatia com o Dr. Sérgio Vieira de Melo, no mesmo dia, 30 de agosto de 2000, último dia do Congresso do CNRT em Timor, conversamos. Não querendo revelar aquilo que foi abordado, mas percebendo a gravidade do que se estava a passar ficou convocada para as 21 horas uma reunião no Palácio do Governador. Lembro-me do Dr. Vieira de Melo, ao iniciar a reunião e antes de me dar a palavra, dizer, claramente e de forma dura, que se havia alguém a criticar era ele, porque ele era o responsável por tudo e não o contingente português. Nessa reunião algo conturbada, onde estiveram presentes apenas os líderes das NU, da Força de Manutenção de Paz de Timor e eu, não correu muito bem. Ao sair da reunião foram-me pedidas desculpas. Lembro-me ter tido esta conversa ao fundo das escadas do palácio do Governador, na retaguarda de um palco onde o cantor Luis Represas cantava na altura a sua célebre canção *Em Timor*. Respondi ao pedido de desculpas ressaltando que o mal estava feito, primeiro porque estas acusações tinham sido feitas publicamente e depois porque tinham sido divulgadas pelos jor-

nais do mundo inteiro. Em relação ao problema das milícias não havia volta a dar. O problema era no meu setor, da minha responsabilidade e o problema tinha de ser resolvido. A operação tinha de passar de uma Operação de Manutenção de Paz para uma de Imposição de Paz. Como? Com que meios e com que efetivos? A minha decisão estava tomada e íamos entrar em operações.

No dia seguinte, depois ter confrontado o Comandante de Batalhão, o Tenente-Coronel João Marquilhas, com a minha decisão, reuni-me com ele e com o Estado-Maior do seu Batalhão e chegámos à conclusão de que a operação para ter sucesso necessitaria de um reforço no setor para libertar o Batalhão Português das missões que tinha em Dili, e de uma alteração do dispositivo, deslocando a maior parte do Batalhão para Sul para o distrito de Same. Toda a operação não seria exequível sem o emprego de Helicópteros.

Concordei imediatamente e solicitei ao comandante da FMP, General Boomsrang Niumpradit, uma reunião de emergência e nessa reunião afirmei a minha decisão de entrar em operações mas pondo algumas condições. Primeiro queria uma ampliação das Regras de Empenhamento. Quando nos deparamos com um inimigo, que se desloca em posição de combate, pouco adianta gritar alto três vezes. Tínhamos na nossa memória as recentes mortes do soldado nepalês e do neozelandês. Depois tinha de ser libertado das minhas missões em Dili, capital, relacionadas com a segurança do aeroporto, do heliporto e do depósito de abastecimento de água e, por último, precisaria de um helicóptero médio e de outro ligeiro à minha ordem durante todo decorrer da operação. Todas as minhas exigências não eram fáceis de obter e penso que houve três fatores que pesaram para que todas elas fossem satisfeitas. A primeira a forte liderança do Dr. Sérgio Vieira de Melo e a sua determinação em erradicar o problema das milícias. A segunda, a grande compreensão do comandante e segundo comandante da FMP, em termos militares, da real necessidade da alteração do dispositivo e da obtenção dos helicópteros e, por último, pela minha afirmação pessoal e profissional no desempenho das minhas funções anteriores durante seis meses, como Chefe da Repartição de Informações e de Comandante interino do Setor Central.

Foi decidido que eu receberia em OPCON uma Companhia Coreana para garantir a segurança do Aeroporto e do depósito de abastecimento de água e um Pelotão Filipino para a segurança do heliporto.

Satisfeitas as exigências começou a *Operação Cobra*. O aquartelamento de Same constituiu a partir desse dia a base para todas as operações onde foram concentradas as Companhias Paraquedistas e a de Fuzileiros conseguindo uma rotatividade com o Aquartelamento de Bécora, em Dili, de modo a ter permanente duas companhias em operações. Antes do início da operação ainda tive de tomar outra decisão: teríamos de executar a operação sem colete e capacete, porque era humanamente impossível, fazer aquele tipo de operações de combate de contra guerrilha, com as elevadas temperaturas e humidade que se verificavam naquela zona de ação do setor de outro modo. As patrulhas de combate chegavam a fazer vinte quilómetros por dia e, para quem conhece Timor poderá imaginar-se o grau de dificuldade associado. Houve patrulhas cujos militares bebiam com facilidade com o *camel bag* mais de quatro litros de água por dia. Desde a guerra do Ultramar que não fazíamos operações daquela natureza pelo que muito do *know-how* teve de ser recuperado em pouco tempo na teoria e na prática. Revelaram-se preciosos nessa altura os cinco manuais *O Exército na Guerra Subversiva* editados pelo Estado-Maior do Exército, em 1963. Lembro-me que nas vésperas de me ter reunido com o Taur Matan Ruak, o lendário comandante das FALINTIL e atual comandante das FDTL, de lhe ter pedido a sua opinião, uma vez que, Alas, o local onde íamos operar, se situava na sua antiga zona de ação de guerrilha. Disse-me que os Indonésios chegaram a fazer retângulos no terreno,

Comandante das FDTL Taur Matan Ruak

Fonte: www.abc.net.au.

empregando batalhões inteiros, fazendo por vezes operações com mais de 10.000 homens, controlando os pontos altos e os locais onde havia água potável, e que essa altura foi a mais crítica para as FALINTIL chegando a estar reduzidas a noventa homens. Terminou, perguntando quantos homens tinha para essa operação. Respondi-lhe que, com a companhia queniana teria disponíveis cerca de 700 homens ao que ele me respondeu que só tinha uma solução. Grupos pequenos, grande liberdade de ação e iniciativa aos comandantes. Não tinha sido dessa maneira que nos tínhamos preparado para esta missão (*peace keeping*) mas felizmente a tropa á minha disposição eram paraquedistas e fuzileiros que rapidamente e verdadeiramente *on job training* se adaptaram e cumpriram todas as missões de forma exemplar. A pressão exercida sobre estas foi de tal ordem que não tiveram outra solução se não regressar a Timor Oeste e aos campos de refugiados de onde tinham vindo. Durante a *Operação Cobra*, felizmente, apenas houve uma confrontação direta com as milícias que resultou na morte de um deles.

Há dois episódios que me marcaram e que me vêm sempre à memória. O primeiro foi quando iniciámos a *Operação Cobra* em Timor Leste. Nesse dia meti-me num helicóptero e fui a Same onde assisti aos preparativos do primeiro grupo de combate que ia entrar em operações. Tinha tomada a decisão que a operação ia ser executada sem colete e capacete. Depois de ter falado um pouco com o grupo afastei-me e fiquei na conversa com o Comandante de Batalhão junto do helicóptero Puma chileno. Estava muito preocupado porque desde a guerra do ultramar que não eram executadas operações de contra guerrilha. Os militares para executar este tipo de operação apenas possuíam a boina azul da ONU, que lhe tinham sido dadas em Portugal e que não era certamente a cobertura adequada para este tipo de operação. O grupo de combate era comandado por um Alferes, em regime de contrato, muito popular e por coincidência um bom cantor de fado. Para solucionar o problema da cobertura de cabeça (quando se fazem vinte quilómetros de cabeça descoberta, face as temperaturas e o sol de Timor era queimadura pela certa) decidiu-se utilizar uns lenços de cabeça e uma vez prontos e equipados pareciam verdadeiros *Rambos*. Lembro-me que estavam descontraídos e riam. Tínhamos infiltrado já elementos de Operações Especiais que vigiavam o grupo de milícias, pelo que a missão deste grupo de combate era capturar ou matar este grupo já identificado. Tinha a sensação na altura de que o único que estava preocupado era eu, talvez fosse a

inconsciência da juventude mas, também, sem dúvida, a grande preparação física e psicológica que era dada à tropa paraquedista como tropa especial, contribuía para essa autoconfiança. O meu pensamento nessa altura foi o seguinte *aqueles miúdos têm a idade do meu filho e quem sabe se todos irão regressar*. Felizmente regressaram todos.

O segundo episódio foi ainda mais marcante. No decorrer da *Operação Cobra*, o desastre do helicóptero que caiu e onde morreram dois militares do 2º Batalhão de Infantaria Paraquedista (1° Sargento Fernandes e Soldado Lopes). Com a morte destes dois militares subiu para onze o número de mortos, nos diversos contingentes das Nações Unidas durante os primeiros dez meses de missão. Estas missões não são isentas de risco e quando um comandante sai do seu país com uma Força Nacional Destacada têm duas missões que não podem ser dissociadas.

A primeira é o cumprimento integral da missão atribuída e a outra é a proteção dos seus militares mas, apesar de darmos o nosso melhor para os livrar da doença e dos acidentes, por vezes, esse nosso melhor não chega e, sentimo-nos impotentes e esmagados pelo desenrolar dos acontecimentos. Foi por isso que, depois desse fatal acidente, sempre que tive a responsabilidade de aprontar forças, o que felizmente aconteceu numerosas vezes, no meu discurso de Entrega do Estandarte Nacional, passei a acrescentar, sempre quando me dirigia aos comandantes a seguinte frase *acima de tudo que a sorte não lhes falte*. As cerimónias fúnebres na Catedral de Dili e no aeroporto foram extraordinariamente marcadas pelos sentimentos, pela emoção e pelas lágrimas que escorriam nas faces de grande parte da assistência e dos camaradas.

Um exemplo de cooperação que gostaria aqui de salientar foi a utilização dos elementos de liga-

ção das FALINTIL, quer no planeamento quer na execução das operações, como guias e intérpretes, principalmente nas *Operações Cobra* (setembro/outubro de 2000, em Manufahi), *Crocodilo* (outubro de 2000, em Ainaro) e *Kuda* (janeiro de 2001, em Aileu) representou um bom exemplo do qual se obtiveram bons resultados.

A *Operação Cobra* foi considerada uma operação modelo, tendo sido decidido pela liderança das NU, fazer uma conferência, em Same, no final da operação, reunindo todos os líderes das NU, militares e civis para que lhes fosse feito um debriefing por mim e pelo Comandante de Batalhão sobre a operação.

Durante os meses de novembro e dezembro depois das *Operações Cobra* e *Crocodilo*, dei prioridade á elaboração e integração dos planos de segurança das unidades e instalações da FMP localizadas no setor, de acordo com a ordem recebida do escalão superior. Como Comandante do Setor Central era o responsável pela coordenação da defesa local e segurança de todas as Unidades e órgãos da FMP em Dili. Considerando que os problemas de distúrbios, com violações da lei e ordem estavam a aumentar, era prioritária a implementação de medidas de segurança adicionais.

Durante o mês de janeiro de 2001, foi atribuída ao setor central a missão de assumir o controlo da área de acantonamento das FALINTIL, já na fase de preparação para da extinção das FALINTIL para a criação das FDTL (Forças de Defesa de Timor Lorosae). Esta operação, conduzida de 18 a 29 de janeiro de 2001, no período de transferência da responsabilidade da segurança das FALINTIL para a Força de Manutenção de Paz (FMP), foi conduzida em coordenação e conjuntamente por forças do Batalhão Português e das FALINTIL.

A 1 de fevereiro de 2001, foram extintas formalmente as FALINTIL e foram criadas as FDTL. Saliente-se que durante este período de transição, decorreram em paralelo os processos de desarmamento das FALINTIL e de seleção dos candidatos a integrar as FDTL, o que constituiu uma grande preocupação pelas implicações que poderiam assumir na manutenção da ordem e segurança, em face de eventuais problemas de descontentamento por parte de alguns elementos das FALINTIL que teriam de ser desmobilizados, por não terem sido selecionados para as FDTL.

No entanto e não de menor importância, importa referir o empenhamento do Contingente português nas atividades de apoio á construção do novo estado de Timor Leste, nomeadamente no que respeita às ações no âmbito Civil Militar (CIMIC) destinadas a beneficiar as suas tão martirizadas populações.

Fontes: esta imagem: lh4.googleusercontent.com/imagem da página seguinte: 2.bp.blogspot.com.

Foi necessário ter em linha de conta que, a manutenção da segurança constituiu sempre a missão primária da Força de Manutenção de Paz, a atividades de apoio às populações teve sempre por base a utilização dos recursos disponíveis (remanescentes), configurando-se na prática como uma missão secundária e a qual foi emprestado, contudo, um grande empenhamento e dedicação.

Considerou-se sempre de extrema importância levar a cabo ou apoiar projetos que visavam desenvolver os hábitos de trabalho na população de Timor Leste, tendo em vista criar condições que levassem o povo do futuro país a conseguir os seus próprios meios de subsistência e a confiança renovada nas suas capacidades, tirando igualmente partido da apetência dos timorenses para receberem ensinamentos dos portugueses.

Das atividades levadas a cabo durante a minha permanência em Timor é também de inteira justiça destacar além dos dois Batalhões Paraquedistas, as contribuições das duas Companhias de Fuzileiros da Marinha de Guerra, e também com relevantes serviços prestados, as fragatas *Vasco da Gama* e *Comandante Hermenegildo Capêlo*, ao destacamento da Força Aérea Portuguesa e a Companhia de Intervenção da GNR atuando como Força de Reação Rápida da Policia da ONU em Dili, onde efetuaram um trabalho notável na manutenção da Lei e da Ordem. No Setor Central, particularmente, na área da saúde não posso deixar de referir as importantes contribuições do Contingente Brasileiro e Queniano.

O plano de atividades para a atuação destas Unidades, e segundo as diretivas do Comandante do Contingente português que era o responsável e coordenador de todas as atividades no âmbito Civil-Militar foi elaborado com a finalidade de contribuir para a reconstrução e para o desenvolvimento de Timor Leste, abrangendo as áreas de Formação Técnica nas vertentes de Construção Vertical e Horizontal, no Desenvolvimento Económico, Ensino e Educação a nível regional, Educação Cívica e Informação Publica, Educação Física e ainda de Saúde Publica.

De salientar que na fase de conceção deste plano, e antes da sua implementação, houve o cuidado de coordenar com um alargado leque de entidades locais, civis e religiosas das quais se destacavam os responsáveis do CNRT, os administradores do distrito, os chefes de posto e suco e naturalmente com o Comissariado de Apoio ao Território de Timor Leste (CATTL) através do Dr. Rui Silva, em representação do Padre Vítor Mílicias, posteriormente, com o Dr. Peres Metelo e, obviamente, com o Chefe da Missão Diplomática Portuguesa Dr. Pedro Moitinho de Almeida. Houve ainda o cuidado de associar as ações ao observar, em permanência, as reações das populações locais, no sentido de aferir se a atuação dos nossos militares correspondia às expectativas criadas pela presença Portuguesa em Timor Leste.

Não forma estabelecidos prazos de duração das diversas ações. Foi no entanto elaborado, um plano de construções vertical e horizontal, financiado por verbas de Apoio ao Desenvolvimento (APAD) do CATL através da missão diplomática portuguesa, submetido á aprovação do General Chefe do Estado-Maior General das Forças Armadas e tendo-se assumindo que seria feito o que fosse possível, na certeza de que o Bata-

Fonte: amscultori.blog.br.

lhão que efetuaria a rendição daria continuidade a este plano, o que de facto viria a acontecer.

Não fazendo parte do plano de atuação tiveram ainda lugar outras ações de apoio indireto (não dirigido as populações) como, por exemplo, o apoio em alimentação, e por pontualmente em alojamento, a médicos, enfermeiros e professores portugueses cooperantes em Dili, Maubisse, Ainaro e Same.

Como conclusão diria que as *Operações Cobra* e *Crocodilo* possibilitaram um clima de estabilidade e de segurança, que teve como consequência criar as condições para o incremento das atividades CIMIC, especialmente nos distritos de Ainaro e Manufahi havendo ainda muito trabalho para desenvolver especialmente no âmbito da assistência humanitária e reabilitação de infraestruturas, também nos outros distritos do setor.

O estabelecimento dos Centros de Operações Distritais, facilitaram o esforço integrado e a coordenação da atividade CIMIC entre as diferentes organizações que concorreram para o seu desenvolvimento, dispondo ainda da capacidade de resposta em 24 horas, especialmente em situações críticas de segurança, ajuda humanitária ou reabilitação de emergência, permitindo tirar o máximo rendimento dos meios disponíveis, facilitando assim a atividade CIMIC.

O desenvolvimento das ações de CIMIC possibilitou a criação de um clima de confiança, facilitou a interação com a população, permitindo o estabelecimento de um ambiente propício ao prosseguimento da missão da FMP, criando igualmente melhores condições para uma mais efetiva recolha de informações.

As condições existentes nos campos de refugiados em Timor Ocidental constituíram motivo de preocupação e motivaram as mais diversas diligências tendo em vista o retorno desses refugiados. O regresso era executado quer através de movimentos espontâneos, quer através de movimentos organizados por iniciativa do (UNHCR) ACNUR, (IOM) OIM, da UNTAET e outras agências, constituindo o apoio a estes fluxos populacionais, uma atividade CIMIC de primordial importância.

Muito mais haveria a dizer sobre Timor. Termino, dizendo que foi uma experiência profissional que vivi de forma intensa, ao serviço das Nações Unidas durante cerca de treze meses, onde aprendi muito, não só na parte operacional mas, também, no contacto com as estruturas sociopolíticas, regionais e administrativas de Timor, e, no lidar com um determinado número de situações completamente novas, como os dois incidentes que aconteceram, a explosão dum engenho explosivo improvisado na praia ferindo dois militares portugueses, a queda do helicóptero que vitimou dois militares portugueses e a forte exposição à comunicação social com tudo o de bom e o de mau que daí advêm. Ainda hoje recordo com saudade e orgulho a minha passagem por Timor porque sinto que fiz parte integrante dum processo que levou ao nascimento de uma nova nação do novo milénio.

Inauguração do Centro de Interpretação da Rota Histórica das Linhas de Torres

Decorreu em Bucelas no Município de Loures, no dia 4 de março, a Cerimónia de Inauguração do Centro de Interpretação da Rota Histórica das Linhas de Torres e, em Fanhões, a abertura ao público do Circuito de Ribas, materializada com a visita dos convidados ao reduto do Mosqueiro.

Evocação Histórica na Inauguração do Centro de Interpretação da Rota histórica das Linhas de Torres, em Bucelas

A Cerimónia teve início com a sentida evocação histórica, proferida pelo Chefe do Gabinete dos Estudos Arqueológicos da Engenharia Militar, Tenente-Coronel Engenheiro José Paulo Berger, que homenageou o esforço despendido pelos nossos antepassados, que à custa dos seus sacrifícios e sofrimentos levantaram em torno da Capital as Linhas de Defesa de Lisboa que, ao nunca serem ultrapassadas, permitiram que Portugal mantivesse a sua independência, a vontade de batalhar pela libertação integral do seu território continental e a força moral que influenciou os seus aliados para a continuação da luta contra Napoleão Bonaparte.

Seguiram-se as intervenções oficiais dos presidentes das juntas de freguesia de Bucelas, Senhor Hélio Santos, e de Fanhões, Senhor António Emídio, do Vereador da Cultura e Vice-presidente da Câmara Municipal de Loures, Senhor João Pedro Domingos, do Embaixador da Noruega, Doutor Ove Thorsheim, tendo o Presidente da Câmara Municipal de Loures, Engenheiro Carlos Teixeira, encerrado a sessão agradecendo o apoio de todas as entidades que colaboraram com o Município para a concretização do Centro de Interpretação, entre as quais o Exército Português.

Numa sala repleta, cuja assistência atenta ascendia a mais de 200 convidados, destaca-se a presença do deputado à Assembleia Constituinte e Vice-Presidente da Comissão Parlamentar de Defesa, Dr. Miranda Calha, a Presidente em exercício da Plataforma Intermunicipal para a Rota Histórica das Linhas de Torres (PILT) e Vereadora da Cultura da Câmara Municipal de Arruda dos Vinhos, Dr.ª Maria Gertrudes Cunha, o Diretor do *Jornal do Exército*, Coronel de Infantaria José Geraldo, que na altura representou o General Chefe do Estado-Maior do Exército e ainda os representantes da Direção de Infra-estruturas do Exército e da Escola Prática de Infantaria.

Seguiu-se a inauguração do Centro de Interpretação, uma unidade cultural concebida e montada pela Glorybox, utilizando alguma cartografia cedida pelo Exército, equipamento cultural que tem como objetivo dar a conhecer o esforço de guerra que as populações e os exércitos aliados tiveram na construção das linhas defensivas e orientar os visitantes para os seus vários circuitos visitáveis.

Após, os convidados percorreram parte do Circuito de Ribas onde visitaram o reduto do Mosqueiro. Posição destacada, preparada para três peças de artilharia e 270 homens de guarnição, integrada na 2.ª linha defensiva, é ainda hoje um prédio militar que no âmbito das comemorações do Bicentenário da Guerra Peninsular foi parcialmente recuperado pela Arqueohoje, uma empresa especializada em restauro e recuperação de património monumental, numa colaboração estreita do Exército com vários dos serviços do Município de Loures e o insubstituível apoio do mecanismo financeiro EEAGrants, patrocinado pelo Reino da Noruega, Principado do Liechtenstein e República da Islândia, conforme ficou patente na placa comemorativa descerrada, que aqui se transcreve: "Aos

Interior do Centro de Interpretação da Rota Histórica das Linhas de Torres, em Bucelas, Loures

4 dias do mês de março de 2012, na presença de suas excelências o presidente da Câmara Municipal de Loures, Carlos Teixeira, e o embaixador da Noruega, Ove Thorsheim, foi evocado pelo Exército Português e pelo Município de Loures, o esforço do Povo Português que construiu os fortes e redutos das Linhas Defensivas de Torres, durante a Guerra Peninsular. Reduto do Mosqueiro, Fanhões", e também nas palavras do Embaixador do Reino da Noruega, Doutor Ove Thorsheim que, como historiador de formação e por ter cumprido o seu serviço militar como oficial de infantaria, bem posicionado se sentia para testemunhar a importância militar das Linhas de Defesa de Lisboa no passado histórico português e europeu e ainda congratular-se com o esforço continuado para a sua recuperação que a Plataforma Intermunicipal tem realizado com o apoio incansável do Exército.

Lançamento da Obra "A Logística do Exército Anglo-Luso na Guerra Peninsular"

No dia 8 de março, as Caves Manuelinas do Museu Militar de Lisboa, foram palco de mais um lançamento de um livro, no âmbito das comemorações do bicentenário da Guerra Peninsular.

Da autoria do General Gabriel Espirito Santo e do Doutor Pedro de Brito, a obra intitulada "A Logística do Exército Anglo-Luso na Guerra Peninsular", uma edição da Tribuna da História, foi "magnificamente" apresentada pelo Tenente-Coronel Lemos Pires.

Na mesa de honra, presidida pelo Chefe do Estado-Maior do Exército, General Artur Neves Pina Monteiro, estiveram presentes as individualidades acima citadas, juntamente com o Dr. Pedro Avillez, da Editora Tribuna da História. A sessão contou com dezenas de ilustres convidados, entre os quais, se destaca o General António Ramalho Eanes e a sua esposa.

Recorde-se que o Exército Português, consciente da necessidade de aprofundar o conhecimento dos acontecimentos da Guerra Peninsular, tendo em conta a importância dos mesmos, programou e desenvolveu, de sua iniciativa ou em parcerias, designadamente, com autarquias, universidades e escolas, atividades de âmbito histórico-cultural, como contributo para as respetivas comemorações, do qual esta obra é parte integrante.

Catarata

O olho humano possui uma lente intra-ocular natural chamada cristalino. Este encontra-se dentro do olho, atrás da íris e da pupila, e tem essa designação por ser límpido e transparente. A sua função é focar na retina os raios de luz que entram no olho. Comparando o olho a uma máquina fotográfica, o cristalino seria a lente que está dentro da máquina e que permite focar as imagens no rolo fotográfico (que no olho corresponde à retina).

Com a idade, o cristalino começa a ficar turvo, leitoso, amarelado e passa a chamar-se catarata. O seu aparecimento faz parte do envelhecimento normal do olho e é tão natural como a perda de elasticidade da pele e o aparecimento de rugas na cara e nas mãos. Em algumas pessoas, a perda de transparência do cristalino e a sua opacificação são tão discretas que não prejudicam muito a visão. Quando as cataratas são mais avançadas, as pessoas já sentem a sua visão prejudicada. Tal como quando a lente de uma máquina fotográfica está suja a imagem fica desfocada, também a catarata faz com que a imagem focada na retina fique má, desfocada, turva.

A catarata não é mais do que uma doença dos olhos em que há diminuição da transparência do cristalino com consequente diminuição da acuidade visual. A catarata é a principal causa de cegueira reversível, agravada pelo envelhecimento progressivo das populações. A catarata não passa de um olho para outro (embora apareça frequentemente em ambos os olhos ao mesmo tempo). A catarata também não é provocada nem piora pelo "uso abusivo" dos olhos.

Quando aparece à nascença ou pouco depois do nascimento (catarata congénita e infantil), a catarata assume uma maior gravidade uma vez que, se não for tratada rapidamente, a baixa da acuidade visual pode tornar-se irreversível pelo desenvolvimento de ambliopia (que é uma falha no desenvolvimento da capacidade de ver). Muitas cataratas congénitas são de causa desconhecida, algumas são herdadas geneticamente (principalmente de forma autossómica dominante), outras são secundárias a doenças infecciosas intra-uterinas (rubéola, toxoplasmose, citomegalovírus e sífilis), doenças metabólicas ou ainda associadas a várias síndromes. É sempre adequado fazer uma pesquisa da causa, embora em muitos casos não se consiga identificar nenhuma.

As cataratas adquiridas ocorrem mais tarde, e o seu aparecimento pode ser desencadeado por diversos factores como a idade avançada, traumatismos, doenças como a diabetes mellitus, uveítes, uso prolongado de alguns tipos de medicamentos, etc. A causa mais frequente de catarata é

a idade avançada (chamando-se por isso catarata senil), aparecendo principalmente em pessoas com mais de 60 anos. O desenvolvimento de catarata senil é geralmente gradual, ao longo dos anos, ocorrendo em regra nos dois olhos muitas vezes de forma assimétrica.

No início da doença, quando a catarata não é ainda muito grande, as queixas mais frequentes são a diminuição progressiva da qualidade da visão, tornando-a mais embaciada, a menor nitidez das cores, a maior sensibilidade à luz com queixas mais frequentes de encandeamento com focos de luz fortes como os faróis dos carros, visão nocturna mais fraca, visão dupla, etc. À medida que a catarata progride, a visão vai ficando progressivamente mais turva e embaciada, prejudicando e até limitando a realização de actividades de vida diárias como ler, ver televisão e conduzir.

Quando as cataratas não são ainda muito densas, é possível melhorar a visão com a mudança de lentes nos óculos. Quando já não se consegue obter melhoria da visão através da mudança de óculos, então a única forma de tratar as cataratas e restabelecer uma boa visão é a cirurgia. Esta deverá ser realizada a partir do momento em que há perda da qualidade de vida e limitação das actividades diárias. Pode haver, no entanto, outras doenças oculares responsáveis pela baixa de visão, nomeadamente na córnea, na retina ou no nervo óptico. Se assim for, a melhoria da visão após cirurgia de catarata também está condicionada pela gravidade dessas doenças. A decisão de quando operar as cataratas deve ser uma decisão conjunta do médico e do doente.

Dra. Ana Fernandes Fonseca

MILICIA

WWW.MILICIAPRO.COM

SEDE
Showroom
Nova Loja

+80 Marcas
Loja 170M²
Showroom 180 M²
Estacionamento
700 M² Armazém

FARDAMENTO
EQUIPAMENTO
SEGURANÇA

5.11 TACTICAL SERIES

BLACKHAWK!

Aimpoint, American Body Armor, AmeriGlo, Arktis, Armor Accessories, Bates, BCB, Bianchi, C-A-T, Sam Medical CAA Tactical, Cadex, CamelBak, Crimson Trace, Defcon 5, Defense Technology, Eagle, Eberlestock, ESS, Explorer First Choice, Fisher Labs, Forensics Source, Peli, GoldEck, Hatch, Hawke, Hellstorm, Hiatt, Inova, Lansky, Ledwave Libervit, Marlow, Maxpedition, MOD, Monadnock, Oakley, Otis, Fox, Peltor, Protech, Quickstep, Savvy Armor Second Chance, Seeker, Sog, Suex, SureFire, Tactical Medical, Taser, TSSI, United Shield, Garret, Tristar Armored Cars

Visite-nos na Av Poeta Eugénio de Andrade, nº 1267 - Canidelo VNG
coordenadas GPS: 41,115871 / -8,648119

Protocolo Exército/tmn 2012

A tmn tem a oferta mais completa, para todos os militares!

OPÇÃO 1 A mensalidade mais baixa do mercado

OPÇÃO 2 Fale a **€0** para toda a família e entre camaradas

OPÇÃO 3 Navegue na internet e fale ou envie SMS a **€0** para toda a tmn

tmn smart a7

~~€99,90~~

€38,40

exclusivo tmn

Consulte esta oferta exclusiva na intranet do exército.

Ligue 800 967 777 e adira já!

* Oferta limitada ao stock existente.

tmn
vamos lá.

€2.00 (IVA incluído)

Ano LIII - n.º 617
MAIO DE 2012

jornal do Exército

31.º aniversário da Escola de Sargentos do Exército

Soluções mais55

Connosco o seu ordenado ou reforma tem mais valor.

Adira à Super Conta mais55 e saiba tudo o que o seu ordenado ou reforma lhe podem dar.

No Santander Totta trabalhamos todos os dias mais para merecer a confiança dos nossos Clientes. Para lhe podermos disponibilizar as soluções que dão mais valor ao seu ordenado ou reforma.

Domicilie o seu ordenado ou reforma no mínimo por 25 meses e receba, sem sorteio, à sua escolha:

Oferta Exclusiva

Câmara de Filmar Toshiba Camileo P20

Máquina de Café Delta Qool

LCD AV Toshiba 19"

GPS Garmin nüvi 2200

Máquina Fotográfica Samsung ES80

Para ordenados a partir de 375€ ou reformas a partir de 300€*	Para ordenados ou reformas a partir de 1.500€*

Conheça ainda as Soluções de Poupança mais55 que oferecem ao seu dinheiro toda a segurança com uma rentabilidade muito atractiva!

* O valor mínimo de ordenado ou reforma líquido domiciliado para acesso a um dos equipamentos é de 375€ e 300€ respectivamente, excepto para o LCD TV que é de 1.500€. O pedido de equipamento deve ser efectuado pelo Cliente até 31 de Dezembro de 2011 (válido para novas domiciliações de ordenado ou reforma), devendo a 1ª domiciliação de ordenado ou reforma e reclamação do equipamento ocorrer nos 3 meses subsequentes. Caso cessem as domiciliações de ordenado ou reforma, antes de decorridos 25 meses, por causa não imputável ao Banco, o Cliente deverá devolver o valor de 300€ no caso do LCD TV e 150€ para os restantes equipamentos, na proporção do prazo não decorrido. Oferta limitada ao stock existente. A qualidade do equipamento e a sua garantia são da responsabilidade exclusiva dos fornecedores.

Santander Totta
O Valor das Ideias

PROTOCOLO

Jornal do Exército
ÓRGÃO DE INFORMAÇÃO, CULTURA E RECREIO DO EXÉRCITO PORTUGUÊS, CRIADO POR PORTARIA DE 14JUL60

Monumentos com História Militar
Padrão Henriquino
Monumento à Lusofonia – 4
Editorial – 5
Figuras e Factos – 6
CIBERDEFESA – Um vetor da superioridade de informação – 16
CMEFD – Os 100 Anos do Depósito de Remonta e Garanhões – 34
Figuras e Factos - Destaque do mês – 46

Capa

Foto: ESE

A luta armada timorense na resistência à ocupação 1975-1999 – Parte I – 38

31.º aniversário da Escola de Sargentos do Exército – 12

A construção das Linhas de Torres Vedras (última parte) – 24

Suplemento Banda Desenhada: "A Portuguesa – História de um Hino" Pág: XXIX ao Fim

Os artigos publicados com indicação de autor são da inteira responsabilidade dos mesmos, não refletindo, necessariamente, o pensamento da Chefia do Exército Português

PROPRIEDADE DO ESTADO-MAIOR DO EXÉRCITO
Direção, Redação e Administração: Largo de S. Sebastião da Pedreira, 1069-020 Lisboa, Telef: 213 567 700, Fax Civil: 213 567 791 Militar: 414 091, E-mail: jornal.do.exercito@mail.exercito.pt, jornal.exercito@sapo.pt, E-mail - Intranet: Jornal do Exército, Home page: www.exercito.pt DIREÇÃO - Diretor: Coronel de Infantaria José Custódio Madaleno Geraldo; Sub-Diretor: Tenente-Coronel J. Pinto Bessa. REDAÇÃO - Chefe: Tenente-Coronel J. Pinto Bessa; Assistente de Redação: 1.º Sargento Anjos Das Neves; Redatores: Alferes RC Nelson Cavaco, Alferes RC Filipa Domingos; Operadoras Informáticas: Assistente Técnica Elisa Pio, Assistente Técnica Guiomar Brito; SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS - Chefe: Tenente-Coronel António N. Marcos Andrade; Auxiliares Sargento-Ajudante João Belém, Sargento-Ajudante Luís Silva; Operadoras Informáticas: Assistente Técnica Joana Moita; Assistente Técnica Tânia Espírito Santo; COLABORAÇÃO FOTOGRÁFICA - Lusa - Agência de Notícias de Portugal, SA; Centro de Audiovisuais do Exército RCRPP/GabCEME; EXECUÇÃO GRÁFICA - PERES - SOCTIP Indústrias Gráficas, SA, Estrada Nac. 10, Km. 108,3 - Porto Alto, 2135-114 Samora Correia, Telef. 263 009 900 - Fax 263 009 999, acosta@peres-soctip.pt Tiragem - 6 000 exemplares Depósito Legal - nº 1465/82 ISSN - 0871/8598

Padrão Henriquino - Monumento à Lusofonia

O conceito Lusofonia é entendido como um conjunto de identidades culturais existentes em países, regiões, estados ou cidades falantes da língua portuguesa, como Angola, Brasil, Cabo Verde, Guiné-Bissau, Macau, Moçambique, Portugal, São Tomé e Príncipe, Timor-Leste e por diversas pessoas e comunidades em todo o mundo.

Sete cidades do mundo lusófono evocam a Lusofonia com o Padrão Henriquino, que em Portugal apenas na cidade de Torres Novas se pode encontrar obra semelhante e evocativa desta ligação lusófona.

As cidades que nas ex-províncias ultramarinas adotaram este modelo arquitetónico foram Díli, em Timor-Leste; Água Grande, em São Tomé e Príncipe; Lourenço Marques (atual Maputo), em Moçambique; Cidade da Praia, em Cabo Verde; e em Bissau, Farim e Cacheu, na Guiné.

Foto: Município de Torres Novas

O monumento comemorativo dos 500 anos da morte do Infante D. Henrique foi o monumento que, o Estado Novo promoveu, como mostra de vigor ideológico, alheio à conjuntura sócio-económica que se agrava em Portugal.

Contribuíram para a escolha de Torres Novas, as diligências efetuadas pelo núcleo local da Mocidade Portuguesa e pela Câmara Municipal que, em 1939, efetuou diligências no sentido de homenagear os naturais de Torres Novas que combateram no cerco de Diu na Índia.

Essas diligências acabaram por surtir efeito em 1954, quando chega a Torres Vedras uma pedra pertencente à fortaleza de Diu e que foi incorporada no monumento.

O Padrão foi inicialmente erigido no Largo das Duas Igrejas (hoje, Heróis de Diu) e inaugurado a 19 de novembro de 1960 e, mais tarde, transferido para a Rotunda Heróis de Diu em 2003.

O monumento é erigido em pedra, calcário moleano e apresenta, sobre a pedra vinda da Fortaleza de Diu, a seguinte inscrição: "ESTA PEDRA VEIO/DA FORTALEZA/DE/DIU-PORTUGUESA". Na sua face esquerda, pode-se ler: "POR MARES/NUNCA DANTES/NAVEGADOS", e por baixo "V CENTENÁRIO/DA MORTE DO/INFANTE D. HENRIQUE". Na face direita está inscrita a homenagem aos torrejanos combatentes no cerco de Diu "HOMENAGEM AOS/TORREJANOS/DANIEL DE ARNIDE/FRANCISCO DE GOUVEIA/HEROIS DOS 1.º E 2.º/CERCOS DE DIU". Na sua base, na mesma face, lê-se a assinatura dos promotores da homenagem: "A MOCIDADE PORTUGUESA".

Alferes RC Nelson Cavaco

INFORMAR PARA BEM SERVIR

Na tarde de 29 de abril o Chefe do Estado-Maior do Exército (CEME), General Artur Pina Monteiro, presidiu à cerimónia da entrega de prémios e ao encerramento da 56.ª Semana Equestre Militar. Esta tradição com mais de meio século está indissociável da ligação de Mafra à arte equestre. Há cerca de um século [19 de agosto de 1911] foi criado o Depósito de Remonta e Garanhões, em Mafra, utilizando os terrenos e as instalações das Tapadas do Monumento de Mafra. As designações foram-se alterando ao longo dos anos até que em 1950 passou a designar-se Escola Militar de Equitação e em 1957, face à necessidade de se melhorar a condição e actividades físicas dos militares do Exército, passou a designar-se Centro Militar de Educação Física Equitação e Desportos [CMEFED]. Este Centro tinha as missões de formação de mestres, instrutores, monitores e outros especialistas militares necessários ao ensino e treino da Educação Física, Esgrima e Equitação, para além de ser considerado o berço dos Comandos e das Operações Especiais. Em 1993 recebe a designação que ainda se mantem, sempre a fazer jus à divisa "mente sã em corpo são". Ao longo da sua História tem contribuído para a formação dos Quadros Permanentes, formando especialistas nas áreas da Equitação, Educação Física, Combate Corpo-a-Corpo e Esgrima, que asseguram a prática essencial à desejada condição física para o cumprimento da missão e a estabilidade do moral das tropas através da dinamização e apoio da prática de desportos individuais e colectivos, mas também através da aplicação das comprovadas capacidades formativas da Equitação Militar, potenciando nos discentes qualidades fundamentalmente militares. É por isso que ainda hoje todos os alunos dos primeiros anos da Academia Militar têm Equitação.

Como todos os desportos a Equitação visa desenvolver capacidades aos seus praticantes, até que a excelência e a empatia entre o homem e o cavalo consegue ser arte e espetáculo, como é o caso da "Reprise da Escola de Mafra", fruto de um trabalho continuo, de experiência de décadas, e do espírito de grupo que encanta. Foi com o desempenho espetacular da Reprise da Escola de Mafra, que encerrou mais uma vez a Semana Equestre.

A Escola de Sargentos do Exército comemorou o seu 31.º aniversário, como é evocado neste *Jornal do Exército*, tendo as cerimónias sido presididas pelo CEME. Neste número partilhamos com os nossos leitores um interessante artigo do Coronel Tirocinado de Transmissões Henrique Macedo intitulado "Ciberdefesa: Um vetor da superioridade de informação".

O Tenente-General António José Maia de Mascarenhas brinda-nos com a segunda parte do artigo "A Construção da Linhas de Torres", a obra que nos deu a vitória contra a Invasão Napoleónica comandada por Massena, o Filho Querido da Vitória.

No mês em que se comemoram os dez anos da Independência de Timor [20 de maio de 2012], três oficiais portugueses, de primeira água, Tenente-Coronel Abílio Pires Lousada, Tenente-Coronel António José Oliveira e Major Carlos Dias Afonso, trazem-nos a primeira parte de um artigo que, segundo eles, representa a síntese de um livro em fase de pré-publicação com o mesmo título "A luta armada timorense na resistência à ocupação: 1975-1999", cuja iniciativa foi do então Chefe do Estado-Maior das Forças Armadas de Defesa de Timor-Leste, Major-General Taur Matan Ruak [ou José Maria de Vasconcelos, seu nome de batismo], e atual Presidente da República. A nossa sincera gratidão a todos.

O nosso amigo e colaborador José Pires oferece-nos as últimas páginas do seu álbum …, que segundo ele pretende com este trabalho dar o seu quinhão para promover a coesão nacional. Para além de contribuir para tão almejada coesão, nós temos a certeza que irá esclarecer muito cidadão, até alguns mais letrados. O Exército agradece tão precioso e patriótico contributo..

José Custódio Madaleno Geraldo
Coronel de Infantaria

Dia do Combatente - 94º Aniversário da Batalha de La Lys e 76ª Romagem ao Túmulo do Soldado Desconhecido

Comemorou-se no dia 14 de abril o Dia do Combatente, o 94.º Aniversário da Batalha de La Lys e a 76.ª Romagem ao Túmulo do Soldado Desconhecido. As comemorações tiveram lugar no Mosteiro de Santa Maria da Vitória, na Batalha, tendo sido presididas pelo Ministro da Defesa Nacional (MDN), Dr. José Pedro Aguiar-Branco. Estiveram também presentes o Presidente da Câmara Municipal da Batalha, o Chefe do Estado-Maior General das Forças Armadas, o Secretário de Estado Adjunto e da Defesa Nacional, o Chefe do Estado-Maior da Força Aérea, o Chefe do Estado-Maior do Exército, o Vice-chefe do Estado-Maior da Armada, o Director Nacional da PSP, o representante do Comandante-Geral da GNR e representantes de Associações de Combatentes, de Militares e numerosos Núcleos da Liga dos Combatentes.

As cerimónias tiveram início com uma Missa de Sufrágio pelos combatentes falecidos, na Igreja do Mosteiro, perante uma numerosa assembleia de combatentes, suas famílias e demais entidades, tendo sido celebrante o Reverendíssimo Bispo Castrense, D. Januário Torgal Mendes Ferreira, cuja homilia alusiva à efeméride se revestiu de profundo significado. Os cânticos religiosos foram entoados pelo Coro da Cruz Vermelha Portuguesa. De seguida, em Cerimónia Militar, após terem sido prestadas honras à Alta Entidade que presidiu, o Presidente da Direção Central da Liga dos Combatentes, General Chito Rodrigues, como representante da organização anfitriã, dirigiu cumprimentos às entidades convidadas e a todos os demais presentes, tendo feito uma intervenção, alusiva à defesa dos valores e do espírito de sacrifício do combatente português, destacando, por outro lado, a importância das Forças Armadas, como instituição vital para a defesa da independência nacional cuja importância remonta à origem da nacionalidade e têm tido ao longa da nossa História uma presença indiscutível na luta pela sobrevivência da Nação.

Seguiu-se uma alocução, do MDN, colocando ênfase na coragem dos combatentes portugueses e na reestruturação das Forças Armadas, para aumentar a sua capacidade de resposta, melhorando a formação e a sua operacionalidade. Após o desfile das Forças em Parada, constituídas por militares dos três Ramos, os convidados dirigiram-se ao Museu das Oferendas, onde foi assinado o Livro de Honra, pelo MDN.

Posteriormente, na Sala do Capítulo, o orador convidado, Almirante Nuno Vieira Matias, dissertou sobre o significado da homenagem ali prestada a todos os portugueses que, desde Guimarães a Ourique, passando pelas diversas batalhas travadas há mais de nove séculos para engrandecer a Pátria portuguesa, lutaram e muitos morreram por ela. Convidando todos os presentes a curvarem-se em silêncio, "sentida e respeitosamente perante a memória daqueles que um dia, quando ajoelharam e caíram, o fizeram apenas perante o Altar da Pátria". Posteriormente seguiu-se a Cerimónia de Homenagem aos Mortos pela Pátria, com a deposição de 24 coroas de flores junto ao Túmulo do Soldado Desconhecido, pelas entidades presentes e a prestação de honras por Força Militar. Este ato de profundo significado patriótico terminou com a entoação do Hino Nacional, executado pela Banda da Marinha e acompanhada pela assistência. Terminadas as cerimónias houve lugar a um almoço de confraternização nas instalações do Regimento de Artilharia N.º 4, em Leiria. De salientar a grande participação de muitos combatentes e seus familiares, bem como de várias Associações que, com a sua presença, quiseram, mais uma vez, associar-se a estas cerimónias.

150 Anos do Hospital Militar Regional N.º 1

Decorreram no dia 26 de abril, no Porto, as Cerimónias Comemorativas do Dia do Serviço de Saúde e o 150.º Aniversário do Hospital Militar Regional N.º 1 (HMR1). Esta comemoração está associada à data de colocação da primeira pedra do Hospital Militar D. Pedro V, em 22 de abril de 1862, facto que determina o dia festivo do atual HMR1.

Este ano as comemorações foram presididas pelo Secretário de Estado Adjunto e da Defesa Nacional (SEADN), Dr. Paulo Braga Lino e contaram com a presença de diversas entidades militares e civis.

O programa festivo iniciou-se com uma Eucaristia celebrada na Capela da Ressurreição e posteriormente a Sessão Solene no Salão Nobre, com as intervenções do SEADN, do Chefe do Estado-Maior do Exército, General Artur Pina Monteiro, bem como do Diretor de Saúde, Major-General Esmeraldo Alfarroba, e do Diretor do HMR1, Coronel Osório de Castro Alves.

Seguiu-se a cerimónia de Imposição de Condecorações, após a qual se realizou a palestra a cargo do Professor Dr. Rui Nunes intitulada "Testamento Vital".

O programa das comemorações terminou com o descerramento da placa alusiva aos 150 anos do HMR1.

CEME visita a Direção de Serviços de Pessoal

Em 3 de abril o Chefe do Estado-Maior do Exército (CEME), General Artur Pina Monteiro, efetuou uma visita de trabalho à Direção de Serviços de Pessoal (DSP), Edifício da Sé, na Travessa de S. Antonio da Sé.

A visita iniciou-se com a receção do CEME pelo Tenente-General Luís de Medeiros, Comandante do Pessoal, e pelo Major-General Aníbal Flambó, Director de Serviços de Pessoal, seguindo-se a apresentação de cumprimentos no Salão Nobre.

O programa de visita constou de uma reunião de trabalho com a apresentação de um brífingue pelo Director de Serviços de Pessoal, avivando a situação atual e perspetivas futuras, apoiado na formulação: "o que está feito, o que está a fazer-se e o que falta fazer".

Seguiu-se uma visita às instalações, realçando-se o facto da DSP ter apenas dois anos de permanência nas atuais instalações do Edifício da Sé, o qual oferece adequadas condições de trabalho e boa localização, nomeadamente para o atendimento da ADM, pela sua centralidade e acessibilidade.

O Comandante do Exército concluiu a visita, sublinhando a importância do trabalho desenvolvido neste órgão do Comando do Pessoal, atendendo à situação socioeconómica dos militares no período difícil que vivemos, tendo igualmente expressado a sua confiança na dedicação e espírito de bem-servir de todos os militares e civis que servem na DSP.

Lançamento da Obra "A Organização e as Operações Militares Portuguesas no Oriente 1498/1580"

Decorreu no dia 7 de maio, nas Caves Manuelinas do Museu Militar de Lisboa, a sessão de apresentação do I volume da obra "A Organização e as operações Militares Portuguesas no Oriente 1498/1580", da autoria do Coronel (R) Nuno José Varela Rubim.

O evento foi presidido pelo Chefe do Estado-Maior do Exército, General Artur Pina Monteiro, que abriu a sessão com umas breves palavras alusivas à ocasião.

A obra foi apresentada pelo General José Alberto Loureiro dos Santos.

Perante várias altas individualidades civis e militares, bem como da sua família e amigos, o Coronel de Artilharia Nuno José Varela Rubim fechou a sessão, usando da palavra para tecer algumas considerações e pensamentos acerca da obra agora editada.

Exposição fotográfica "Atividades do Exército da Geórgia"

No dia 8 de maio, decorreu, nas instalações do Museu Militar de Lisboa, a inauguração da exposição fotográfica relativa às atividades do Exército da Geórgia na *International Security Assistance Force*, no Afeganistão.

A sessão inaugural foi presidida pelo Chefe do Estado-Maior do Exército, General Artur Pina Monteiro, contando também com a presença do Embaixador da Geórgia em Portugal, Embaixador Giorgi Gorgiladze.

O Major Alexander Ozbetelashvili apresentou a missão e atividades levadas a efeito pelo contingente georgiano no Afeganistão, enquanto o Coronel de Infantaria Frederico Almendra abordou a presença do 3.º Contingente Nacional, do qual foi Comandante, em terras afegãs.

O Exército Português cedeu o espaço das Caves Manuelinas do Museu Militar para a realização do evento, respondendo à solicitação da Embaixada da República Democrática da Geórgia, como forma de estreitar as boas relações existentes entre os dois países.

A sessão terminou com a visita guiada à exposição fotográfica que se manteve aberta ao público até ao dia 15 de maio.

Dia da Arma de Cavalaria e da EPC

No dia 17 de abril, no Quartel de S. Lourenço, em Abrantes, realizou-se a Cerimónia Comemorativa do Dia da Arma de Cavalaria e o 122.º Aniversário da Escola Prática de Cavalaria (EPC).

A cerimónia foi presidida pelo Chefe do Estado-Maior do Exército (CEME), General Artur Pina Monteiro, e contou com a presença de altas individualidades militares e civis, destacando-se a presença do General António Eduardo Queiroz Martins Barrento e do General João de Almeida Bruno. O município de Abrantes fez-se também representar pelo Vice-Presidente da Câmara Municipal de Abrantes, Arquiteto Rui Miguel dos Santos Serrano.

As comemorações iniciaram-se com a Guarda de Honra à chegada do General CEME, que recebeu as honras militares regulamentares.

Seguiu-se a cerimónia militar, na Parada "Chaimite", com alocuções do Comandante da EPC, Coronel de Cavalaria Vitor Manuel Meireles dos Santos, e do General CEME.

Após a cerimónia militar, foi inaugurado o novo Campo de Obstáculos, que recebeu o nome de "Campo de Obstáculos Major-General Oliveira Duarte", onde foi acompanhado pelos familiares mais próximos daquele distinto Oficial de Cavalaria, numa sentida homenagem ao percurso do Major-General Emílio de Oliveira Duarte na Escola Prática de Cavalaria.

As comemorações terminaram com a inauguração da "Rua General João Eduardo Correia Barrento", cuja placa identificativa foi descerrada por seu filho, General António Martins Barrento.

Semana Equestre Militar

No dia 29 de abril o Chefe do Estado-Maior do Exército (CEME), General Artur Pina Monteiro, presidiu ao dia de provas, bem como à cerimónia de encerramento, da 56ª Semana Equestre Militar (SEM).

A prova, de larga tradição no calendário equestre nacional, decorreu no Centro Militar de Educação Física e Desportos, em Mafra, durante o período de 25 a 29 de Abril.

Realizada anualmente desde 1955, sendo, à data, o evento desportivo castrense de mais arreigadas tradições, a SEM sucedeu ao antigo "Campeonato do Cavalo de Guerra", disputado entre 1904 a 1954 em Torres Novas, contando, como então, com a presença obrigatória de todos os cavaleiros militares.

A SEM visa a apreciação e a classificação dos conjuntos militares nas disciplinas de Saltos de Obstáculos, Técnicas de Randonee Equestre de Competição, Ensino e Concurso Completo de Equitação, tendo em vista a participação do Exército em vários níveis de competições equestres, nacionais e, eventualmente, internacionais. Além dos cavaleiros militares do Exército e alunos dos Estabelecimentos Militares de Ensino, participaram também militares da GNR e civis convidados, destacando-se os seguintes momentos: em 28 de abril, a realização da prova de Obstáculos "Comando Geral da GNR" (Classe 1,20 mts) e em 29 de abril, as provas do Concurso Nacional Combinado "Federação Equestre Portuguesa" e, ainda, a prova "Comando do Exército" (Classe 1,20 mts, disputada em duas "Mãos"), a que se seguiu um conjunto de demonstrações do Colégio Militar, Instituto de Odivelas e Escola de Sargentos do Exército, culminando com a apresentação da "Reprise da Escola de Mafra".

Este evento, onde também esteve presente o Presidente da Câmara Municipal de Mafra, Engenheiro Ministro dos Santos, terminou com a atribuição dos Prémios Especiais, seguido de desfile de todos os concorrentes em continência ao General CEME.

Supremo Tribunal de Justiça tem novo Juiz Militar

Por deliberação de 14 de fevereiro de 2012, do Plenário do Conselho Superior da Magistratura, o Tenente-General António José Maia Mascarenhas foi nomeado Juiz Militar do Supremo Tribunal de Justiça, substituindo o Tenente-General Américo Pinto da Cunha Lopes.

O Tenente-General Maia Mascarenhas desempenhava funções como Inspetor-Geral do Exército, tendo tomado posse do seu novo cargo em 10 de maio.

A posse decorreu no salão nobre do Supremo Tribunal de Justiça, onde estiveram presentes, entre várias individualidades, o Chefe do Estado-Maior do Exército, o Chefe de Estado-Maior da Armada e um representante do Chefe de Estado-Maior das Forças Armadas.

Doutoramento do Coronel Tirocinado de Artilharia João Vieira Borges

O Coronel Tirocinado de Artilharia João Vieira Borges prestou provas de doutoramento em Ciências Sociais, na especialidade de Ciência Política, com uma dissertação intitulada "O Terrorismo Transnacional e o Planeamento Estratégico de Segurança Nacional dos Estados Unidos", no passado dia 10 de abril de 2012, na Universidade dos Açores (Ponta Delgada).

O Júri, constituído pelo Professor Doutor Cabral Vieira (Vice-Reitor), pelo Professor Doutor Adriano Moreira, pelo Professor Doutor Nuno Severiano Teixeira, pelo Professor Doutor António José Telo e pelo Professor Doutor Luís Vieira de Andrade (orientador), aprovou com a mais elevada classificação (distinção e louvor, por unanimidade) a tese apresentada pelo novo Doutor. Entre os amigos, alunos e camaradas presentes destacou-se a presença do Tenente-General Vitor Manuel Amaral Vieira, Comandante da Academia Militar, e do Major-General Isidro Pereira, Comandante da Região Militar dos Açores.

Foto: Dr. Flávio Ferreira

Esgrima no CM recebe ouro, prata e bronze

A Esgrima é uma modalidade física praticada no Colégio Militar (CM) há mais de dois séculos. Recentemente, a Sala de Armas do CM foi galardoada pela Federação Portuguesa de Esgrima com a distinção "Mais Antiga Sala de Armas Portuguesa em Funcionamento Ininterrupto".

A Esgrima, para além de ser uma disciplina curricular nos 8.ºs e 9.ºs anos de escolaridade, é uma modalidade que tem vindo a conhecer uma cada vez mais forte adesão dos alunos. Tanto que no ano letivo de 2011/2012, esta modalidade foi praticada por mais de 100 alunos.

Não obstante, na presente época, os atiradores do CM destacaram-se ao participarem em 25 competições onde conquistaram, a nível individual, 29 medalhas de ouro, 27 medalhas de prata e 42 medalhas de bronze. Os atiradores do CM ocupam os lugares cimeiros dos vários *rankings* nacionais nos escalões infantis/iniciados/cadetes, idades que são abrangidos pelos escalões etários dos alunos do CM. Pela primeira vez na sua história e a nível de equipas, a Esgrima do CM sagrou-se Campeã Nacional de Espada, nos escalões Iniciados, Cadetes e Juniores e, finalmente, Campeões Nacionais do Exército (atiradores militares do CM).

A nível internacional salienta-se a participação em diversas competições em representação da Seleção Nacional. Alguns dos alunos obtiveram o estatuto de "Alto Rendimento" nos Campeonatos da Europa e Campeonatos do Mundo. Estes mínimos são estipulados pelo Instituto de Desporto de Portugal para todas as modalidades e permitem aceder a condições especiais durante o seu percurso escolar e no acesso ao Ensino Superior.

TABELA DE PREÇOS PARA 2012

PREÇO DE CAPA € 2,00 **ASSINATURA ANUAL (11 números):** VIA SUPERFÍCIE - **Portugal Cont. Madeira e Açores** € 20,00; VIA AÉREA - **Países europeus** € 45,00; **Restantes Países** € 65,00. NOTA: **As assinaturas devem ser pagas antecipadamente**
NÚMEROS ATRASADOS - **1960 a 1969** € 4,50; **1970 a 1979** € 4,00; **1980 a 1989** € 3,00; **1990 a 2001** € 2,50; **2002** a **2011** € 2,00.
Os preços incluem IVA à taxa de 6%.
PREÇO DE ENCADERNAÇÃO € 30,00, com IVA incluído à taxa de 23%.
N.B.: Os pedidos de envio pelos CTT serão acrescidos de portes segundo os códigos postais: **1000/2000** € 4,21; **3000/8000** € 5,79; **Açores** e **Madeira** € 6,56

Tenente-Coronel Infantaria Paulo G. Vaz
Major Infantaria Afonso M. de Maia Alves

31.º aniversário da Escola de Sargentos do Exército

A Escola de Sargentos do Exército (ESE) comemorou, em 31 de maio, o seu trigésimo primeiro aniversário, tendo as cerimónias sido presididas pelo Chefe do Estado-Maior do Exército (CEME), General Artur Pina Monteiro.

O programa comemorativo do 31.º aniversário iniciou-se em 24 de maio com a abertura da ESE à comunidade local, através da efetivação de uma prova de corta-mato por estafetas, uma exposição fotográfica subordinada ao tema "365 dias da Escola de Sargentos do Exército", e ainda a realização de dois concertos pela Banda Sinfónica do Exército, realizados no Centro Cultural e Congressos das Caldas da Rainha, bem como o Toque de Recolher numa das principais praças da cidade.

Em 31 de maio decorreu a Cerimónia Militar, no aquartelamento da ESE, a qual contou com uma Guarda de Honra; Cerimónia de Homenagem aos Mortos; Cerimónia Militar; Atuação da Banda do Exército; Demonstração de Atividades Militares e por fim uma Exposição, subordinada ao tema "Transferência do Regimento de Infantaria 5 do Parque da Cidade para as novas instalações em 1953".

O Comandante da Escola, Coronel de Infantaria Jorge Manuel Fernandes Alves de Oliveira, no discurso alusivo a este dia festivo enalteceu as tradições que a Unidade encerra, uma vez que a mesma é herdeira de grandiosos feitos que remontam a 1641, com a criação do mais antigo corpo militar em Portugal, o terço de Elvas. Mais tarde teve um efetivo que mereceu a designação de Regimento de Infantaria e ao qual lhe foi dado o número 5 (RI 5). Em 1918 fixou-se nos pavilhões do parque D. Carlos I, nas Caldas da Rainha, onde permaneceu até 1953, ano em que se transferiu para as atuais instalações. Foi ainda desta unidade que foram projetados militares para Albuera, La Lys e Índia. Em 1981, por força do DL n.º 275/81, é criada a Escola de Sargentos do Exército, passando o RI 5 a ter esta designação e a ministrar, a partir de outubro desse ano, a 1ª Parte dos Cursos de Formação de Sargentos (CFS) e dos Cursos de Promoção a Sargento-Ajudante. Desde essa data e até aos dias de hoje a ESE ministrou formação diferenciada a 9.267 militares.

No seu discurso, o Comandante da ESE efetuou ainda um balanço das atividades realizadas durante o presente ano letivo e projetou os desafios para os quais a Escola se está a preparar, mormente a receção do 1.º Curso de 2013 do CFS do Regime de Voluntariado e Contrato, criando-se assim, no Exército, um verdadeiro pólo para a formação inicial dos sargentos, bem como, apro-

veitando as valências existentes e o projeto piloto em curso, potenciar o ensino da língua inglesa a todos os oficiais, sargentos, praças e civis, que assim o pretendam, através da plataforma *Moodle*, num sistema *B-Learning*.

A cerimónia teve o seu ponto alto com a intervenção do CEME, o qual reconheceu o elevado prestígio da Escola, saudando todos aqueles que ao longo de mais de três décadas acreditaram num projeto essencial para a formação e dignificação da classe de sargentos.

No discurso proferido denotou a sua preocupação, não só com a desadequação do atual edifício legislativo da Escola, como também, pela inexistência de um Perfil Profissional da carreira do sargento do Exército, uma vez que se encontra ciente que só com base no referido perfil se poderá elaborar o Perfil de Formação, essencial para a determinação do nível de qualificação da formação a ministrar. Só assim *…será possível reajustar os Cursos de Formação e de Promoção, quer no que aos conteúdos diz respeito, quer quanto ao momento em que deverão ser realizados. Este é o caminho a seguir, tendo em vista a certificação da Formação ministrada e possibilitar os ajustamentos legislativos necessários*.

Reconheceu também o esforço que os militares estão a fazer para que o país possa ultrapassar as atuais dificuldades económicas e, nesse quadro, ainda não foi possível desbloquear, ao nível da decisão politica, a graduação no posto de furriel no início do segundo ano do curso. Mostrou convicção que tal irá acontecer e não irá deixar de continuar a desenvolver igual esforço até obter a decisão final.

Por fim, na sua intervenção, projetou a sua visão para a ESE, referindo a necessidade de se terem de adequar *…estruturas e recursos aos condicionamentos decorrentes do atual quadro de dificuldades do país, que todos conhecemos e não podemos ignorar*, o que nos leva a repensar a atual estrutura de formação e instrução do Exército, na qual a Escola se insere.

O Exército tem contado e continuará a contar com o esforço e dedicação de todos os que servem na ESE e, na sua avaliação, esta tem potencial para ampliar a sua missão.

Coronel Transmissões Tirocinado Henrique Macedo

CIBERDEFESA
Um vetor da superioridade de informação

Introdução

A evolução tecnológica está a condicionar e alterar os modelos de interação e a própria geração de valor à escala global. O crescimento sustentado da *Internet*, favorecendo a perceção de que vivemos numa "aldeia global", fez surgir o ciberespaço[1] como um novo espaço virtual de interação económica, social e cultural.

Para além dos aspetos extremamente positivos, associados à exploração da *Internet* e do Ciberespaço, tem-se vindo a constatar que diferentes atores utilizam também o Ciberespaço para atacar empresas, os processos de tomada de decisão de Governos ou mesmo as infraestruturas de informação que apoiam a atividade das Forças Armadas e das Forças de Segurança. Dependendo da sua natureza e do grau de disrupção estimado para a sociedade, estes ataques podem colocar em risco as infraestruturas críticas, consideradas vitais para a sobrevivência das "Sociedades da Era da Informação".

Uma vez que o Ciberespaço, enquanto espaço de interação social, materializa uma área de responsabilidade coletiva, torna-se necessário identificar o papel a desempenhar pelos diversos Órgãos e Entidades do Estado na garantia da sua disponibilidade e utilização segura. Neste contexto, importa analisar o risco social e o impacto dos diversos tipos de ataque cibernético, separando os de motivação criminosa daqueles que, por apresentarem um maior poder disruptivo, possam colocar em risco a Segurança e Defesa do Estado. Enquanto o primeiro tipo se enquadra no âmbito da Cibersegurança, este último tipo de ataques, enquadra-se no domínio da Ciberdefesa, exigindo uma participação ativa das Forças Armadas.

O ambiente do moderno campo de batalha é cada vez mais descontínuo e multidimensional, constatando-se que as operações militares têm vindo progressivamente a abranger áreas tradicionalmente não militares. As Forças Armadas da Era da Informação dependem, cada vez mais, da livre utilização do ambiente de informação e do próprio Ciberespaço para conduzirem todo o espectro de operações.

Tendo por base a visão para a Superioridade de Informação e as iniciativas atualmente em curso no Exército, este artigo enquadra o levantamento de uma capacidade de Ciberdefesa, perspetivando o seu levantamento com base nas competências residentes e segundo uma lógica de duplo-uso.

Superioridade de Informação: Antecedentes, Visão e Plano de Ação

O Exército iniciou em 2001 um Projeto de Formação pós-graduada em Guerra de Informação na Academia Militar, desenvolvendo a partir daí um conjunto de iniciativas especialmente orientadas para a criação de uma capacidade de Guerra de Informação.

Tendo em mente este desafio, até 2007, teve lugar um período de consolidação de conceitos operacionais, com base essencialmente num acompanhamento próximo da evolução doutrinária e na participação em diversos Grupos de Investigação da NATO, na área dos novos processos e capacidades de Comando e Controlo, das Operações Centradas em Rede e das Operações de Informação.

Em 2007, na sequência de um estudo concluído pela Divisão de Comunicações e Sistemas de Informação do Estado-Maior do Exército, o Comando do Exército decidiu levantar uma capacidade operacional neste domínio, tendo nessa altura identificado como objetivo de força a criação de um "Elemento de Guerra de Informação". Em 2009, com base na Diretiva n.º 02/09 do General Chefe do Estado-Maior do Exército e decorrente da reorganização da sua Estrutura Orgânica, o Exército passou a dispor de um Núcleo CIRC[2] e de um Módulo Tático CIRC Projetável, destinados a garantir a proteção e defesa das suas redes de computadores.

Enquadrado num processo contínuo de revisão de conceitos e de adequação das suas capacidades à envolvente operacional, o Exército sentiu também a necessidade de rever o paradigma existente, constatando que a informação não era ainda perspetivada de forma global e integrada, na sua dupla vertente de recurso/arma. Estes aspetos foram tidos em linha de conta na elaboração da visão para a Superioridade de Informação, aprovada em abril de 2011. Realizando uma revisão integrada dos fundamentos conceptuais e doutrinários relacionados com o apoio de Comunicações e Sistemas de Informação (CSI) e com a área da Guerra de Informação, o Exército definiu a sua visão de forma a obter uma Gestão de Topo do domínio da Informação (o centro de gravidade da Superioridade de Informação) e a preparar o futuro, de acordo com o modelo doutrinário e

[1] A palavra "Ciberespaço" resulta da associação dos termos "cibernética" e "espaço". Tendo sido inicialmente utilizada pelo escritor canadiano William Gibson, no seu livro "Neuromencer" (1984), a sua utilização viria mais tarde a generalizar-se para descrever o espaço virtual associado à *Internet*. Atualmente, face às diferentes visões e interpretações sociológicas que o Ciberespaço suscita, existe a convicção, que o seu estudo poderá ser sistematizado segundo duas perspetivas (Nunes, 2010): como infraestrutura tecnológica de informação, composta pela interligação física de redes de computadores que constitui a World Wide Web; como espaço virtual, palco de interações sociais, económicas, políticas e culturais.

[2] *Computer Incident Response Capability*.

as tendências de evolução previstas pela NATO e União Europeia (UE).

Procurando "realizar a ponte" entre a visão formulada e o levantamento de uma capacidade operacional, o Exército elaborou para esse efeito um Plano de Ação em julho de 2011. De acordo com a metodologia adotada, este Plano de Ação permitiu integrar três elementos estruturantes, que se articulam de forma sequencial, garantindo a lógica e a coerência necessárias ao desenvolvimento de uma nova capacidade. Neste contexto, importa identificar os seguintes elementos:

– *A Visão* – consubstanciada num documento onde se define "o que" se pretende atingir e onde são também identificados os objetivos a atingir ao longo do tempo;

– *O Roadmap* – onde se clarifica "o como" se atingem os objetivos/metas estabelecidas. Tendo em vista a edificação plena da Capacidade, o *Roadmap* define as condições necessárias à resolução das lacunas identificadas;

– *O Plano de Implementação* – onde se clarifica "de que forma" se pretendem resolver as lacunas identificadas, ao nível dos diversos Vetores de Desenvolvimento, e se pretende promover a gestão criteriosa dessas lacunas de forma a implementar a capacidade.

A metodologia adotada, promovendo a gestão das lacunas existentes, serviu como matriz orientadora para a elaboração do plano de implementação desta capacidade, estabelecendo um conjunto de necessidades-chave a que importa dar resposta ao longo do tempo. Estas necessidades, refletindo-se ao nível dos diversos Vetores de Desenvolvimento, consubstanciam ações concretas que se têm revelado absolutamente necessárias para implementar a visão.

Por seu turno, a implementação destas ações tem vindo a ter lugar de acordo com uma série de passos incrementais, convenientemente geridos, de forma a permitir que os diversos elementos estruturantes da capacidade possam ser testados e que o seu impacto e implicações nas capacidades operacionais do Exército possam ser avaliados em cada um desses passos.

Superioridade de Informação e Ciberespaço

Constituindo o funcionamento em rede e a exploração intensiva dos recursos de informação uma condição essencial ao funcionamento das modernas Sociedades e das Forças Armadas Portuguesas, o sucesso operacional no atual campo de batalha, só poderá ser garantido com Superioridade de Informação.

As atividades conduzidas no domínio da informação podem ser de apoio (CSI) ou assumirem um papel central no combate (Guerra de Informação), caracterizando-se este como um domínio em que decorrem operações de ataque e defesa, destinadas a proteger os sistemas de Comando e Controlo

Fontes: esta imagem: starmodasmorumbi.files.wordpress.com; imagem da página 16: assets1.csc.com; imagem do canto superior direito das páginas ímpares deste artigo: lh6.ggpht.com.

(C2) das Forças Amigas e a afetar os de potenciais adversários. Tendo como objetivo a implementação de mecanismos de coordenação destas duas componentes da Superioridade de Informação, torna-se assim necessário perspetivar a Informação como uma área transversal (Apoio CSI) que influencia todas as outras áreas (Operações, Informações, Logística, etc.) e uma área vertical (Guerra de Informação), responsável pela condução de Operações no domínio da Informação.

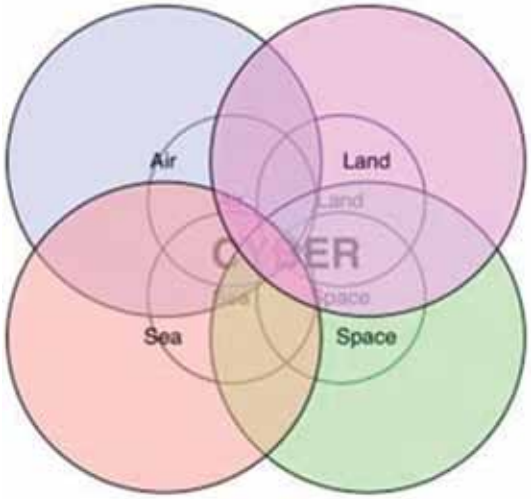
A Superioridade de Informação, constitui assim um objetivo estratégico a levantar pelo Exército[3], materializando uma nova capacidade. Esta capacidade, estrutura-se com base na gestão de

[3] Diretiva n.º 02/CEME/09, de 15 de janeiro de 2009.

topo do domínio da informação, coordenando e facilitando o alinhamento do apoio de CSI com a área da Guerra de Informação. Respeitando este enquadramento, o Exército entendeu que só através do desenvolvimento desta capacidade será possível atingir a eficácia operacional das Forças Terrestres e sincronizar a sua resposta organizacional em todo o espectro de operações e atividades a desenvolver.

Face à evolução do moderno campo de batalha, as operações militares são hoje conduzidas em cinco diferentes domínios, explorando para esse efeito o espaço terrestre, marítimo, aéreo, espacial e, mais recentemente, o Ciberespaço. Dentro deste contexto, o Ciberespaço constitui hoje o 5º domínio operacional, materializando um novo domínio de planeamento de operações militares destinadas a moldar o ambiente de informação de acordo com a salvaguarda dos interesses dos Estados.

Face ao impacto disruptivo das ciberameaças e à necessidade de garantir o comando integrado das operações a desenvolver no ciberespaço, o Secretário da Defesa dos Estados Unidos da América (EUA) anunciou, em junho de 2009, a criação do *U.S Cyber Command*. Com a criação deste Comando, os EUA passaram a encarar e a assumir de forma clara o Ciberespaço como um novo domínio operacional, onde podem vir a ser conduzidas operações militares. Este novo Comando de Componente declarou ter adquirido a plena capacidade operacional, a 13 de novembro de 2010. Seguindo



a iniciativa norte-americana, a Alemanha anunciou pouco tempo depois o levantamento da sua estrutura nacional de Cibersegurança e Ciberdefesa, no âmbito da qual se previa o levantamento e ativação de um Comando Militar para o Ciberespaço a 1 de abril de 2011. Mais recentemente, cerca de 30 Países assumiram também iniciativas neste domínio.

Ciberdefesa: Enquadramento da Capacidade

O campo de aplicação das atividades de Guerra de Informação é vasto e ainda pouco definido, não se restringindo a sua utilização apenas à esfera militar. A Guerra no domínio da Informação pode desenvolver-se com base em diversas atividades específicas e permitir, ao Estado que melhor a conduzir, o domínio do ambiente de informação. Só a correta perceção das dinâmicas que afetam este domínio e o acompanhamento da evolução do conceito de Guerra de Informação, nos diferentes Países e Forças Armadas do mundo, pode permitir o desenvolvimento de defesas mais eficazes.

Reconhecendo a existência de esforços similares atualmente em curso noutros países, na NATO[4] e na UE[5], conforme já antes referido, o Exército tem vindo a edificar, de forma consistente, a sua capacidade de "Guerra de Informação", de acordo com as linhas orientadoras expressas na Diretiva n.º 90/CEME/07. Esta iniciativa, visou dotar as Forças do Exército de uma capacidade para intervir no domínio cibernético de forma a garantir o correto

Fontes: esta imagem: 3.bp.blogspot.com; imagens das páginas seguintes: blog.cloudbr.com.br e 2.bp.blogspot.com.

funcionamento e a proteção das suas Comunicações e Sistemas de Informação, elementos fundamentais para o exercício do C2 no moderno campo de batalha.

Perspetivando-se de forma consistente a tendência para um aumento crescente das ciberameaças, tanto no âmbito internacional como nacional, importa equacionar o desenvolvimento urgente de uma capacidade nacional de Ciberdefesa, explorando de forma articulada as capacidades existentes nas Forças Armadas.

As Forças Armadas, à luz da Constituição da República Portuguesa, constituem o corpo social responsável pela defesa do Estado contra ameaças externas e devem assegurar, em situações de exceção (estado de sítio e de emergência), o regular funcionamento das instituições democráticas e o exercício das funções de soberania do Estado. Face à natureza assimétrica e transversal da ameaça, onde se torna difícil clarificar a origem (interna ou externa) e o impacto dos ciberataques, as Forças Armadas deverão também assegurar o desenvolvimento de capacidades e assumir competências no domínio da ciberdefesa, nomeadamente, as que permitem contribuir para proteger as infraestruturas de informação críticas e o governo eletrónico do Estado.

Também ao nível da Segurança da Informação, é possível constatar que as políticas de segurança foram, no passado, sempre baseadas no princípio de "evitar o risco". Esta aproximação, encontra-se no entanto algo desajustada da realidade, devendo o nível do risco ser mantido razoavelmente baixo, nomeadamente, através do levantamento de capacidades associadas à *Information Assurance* (Ciberdefesa e INFOSEC[6]). Na prática, trata-se de implementar mecanismos associados à proteção (Cibersegurança) e defesa (Ciberdefesa) das infraestruturas de informação críticas.

Tendo por base o desenvolvimento e exploração de uma capacidade residente de Guerra de Informação, consubstanciada através da condução de Operações de Informação (OI), de Operações em Redes de Computadores (*Computer Network Operations* – CNO) e da implementação de me-

[4] O novo Conceito Estratégico da NATO, aprovado na Cimeira de Lisboa (19 e 20 de novembro de 2010), define como prioritário o levantamento de uma Capacidade de Ciberdefesa da Aliança.

[5] Constituindo uma das principais lacunas identificadas no âmbito das capacidades militares da UE, foi recentemente desenvolvido um conceito de *Computer Network Operations* que, entre outros aspetos, procura dar resposta aos desafios levantados pela Ciberdefesa da UE.

[6] Inclui a Segurança dos Computadores e das Comunicações.

canismos de Garantia da Informação (*Information Assurance*)[7], assume também especial acuidade para as Forças Terresres o levantamento de uma capacidade de Ciberdefesa. Neste contexto, segundo uma perspetiva de duplo-uso, o Exército poderá trabalhar em conjunto com outros atores relevantes neste domínio, contribuindo desta forma para, colaborativamente, melhorar a proteção e coordenar a defesa das Infraestruturas de Informação Críticas, desenvolvendo e reforçando cooperativamente a capacidade de Ciberdefesa do País.

Tendo em vista preparar o Exército para enfrentar todo o espectro de operações e as novas dinâmicas que o moderno campo de batalha encerra, importa levantar no curto-prazo uma capacidade residente de Ciberdefesa. Face a esta necessidade emergente, faz sentido equacionar-se o levantamento de um Centro de Ciberdefesa que permita assegurar a Garantia da Informação (*Information Assurance*) através da proteção e defesa das Infraestruturas de Informação e da Segurança da Informação do Exército. Só assim será possível fazer

face a eventuais ciberataques (de âmbito nacional ou internacional) que ponham em causa a obtenção da Superioridade de Informação das Forças Terrestres e afetem a Sociedade Portuguesa.

Uma vez que a Ciberdefesa do País, consubstanciada através da proteção das infraestruturas críticas nacionais, só se poderá obter com base no desenvolvimento de Operações de Informação Defensivas e com o contributo indispensável das Forças Armadas, considera-se que estas capacidades deverão ser geradas com base no princípio de "duplo-uso".

Conclusões

Face ao elevado número de interações e mesmo de sobreposições que as infraestruturas de informação apresentam, o ciberespaço impõe hoje uma forte interdependência entre a construção de uma rede global como a *Internet* e as diversas Infraestruturas de Informação Nacionais, onde as fronteiras geográficas têm cada vez menos relevância.

A emergência de novos modelos de interação global, acompanhada pelos recentes sinais de uma crescente exploração militar da *Internet* e do Ciberespaço[8], tem um impacto profundo no ambiente estratégico internacional, não só ao nível político, económico e social mas também ao nível militar. A evolução das ciberameaças, no âmbito nacional e internacional, afeta assim, inevitavelmente, a atividade das Forças Armadas, impondo o levantamento de capacidades de proteção e defesa e a clarificação dos diferentes aspetos ligados à Cibersegurança e à Ciberdefesa do Estado.

O levantamento de um Centro de Ciberdefesa deverá assim ser enquadrado nas iniciativas atualmente em curso no País, nomeadamente, as associadas ao levantamento de uma capacidade de Cibersegurança Nacional e das Forças Armadas. Neste âmbito, deverão também ser tidos em atenção os esforços cooperativos já lançados pelas Organizações Internacionais de que Portugal faz parte integrante (NATO e UE) e por outros Países que, de forma individual ou cooperativa, procuram também estruturar uma capacidade neste domínio.

Revelando-se o levantamento de uma Capacidade de Ciberdefesa Nacional uma opção incontornável e um vetor estratégico da Segurança e Defesa Nacional, considera-se que o contributo das Forças Armadas em geral e do Exército em particular deverá ser potenciado e explorado de forma a evitar redundâncias e a explorar as necessárias sinergias nacionais.

Neste contexto, face às capacidades residentes e ao conjunto de iniciativas já desenvolvidas, faz todo o sentido perspetivar-se o Exército, na ótica de serviço público, como elemento gerador de futuras capacidades de duplo uso Civil-Militar, no quadro do desenvolvimento da Estratégia da Informação Nacional e do levantamento de uma capacidade de Ciberdefesa do País.

---

[7] Esta Capacidade é vista pela NATO como resultando do desenvolvimento integrado da Segurança da Informação (*Information Security* – INFOSEC) e de Operações de Ciberdefesa.

[8] Os recentes ciberataques conduzidos contra a Estónia (abril/maio de 2007) e contra a Geórgia (agosto de 2008), constituem bons exemplos do que aqui se refere.

Tenente-General António José Maia de Mascarenhas

A construção das Linhas de Torres Vedras (última parte)

Forte de S. Julião da Barra em Oeiras

Fontes: esta imagem: www.ccaetano.com; imagem do canto superior direito das páginas ímpares: cidadanialusofona.files.wordpress.com.

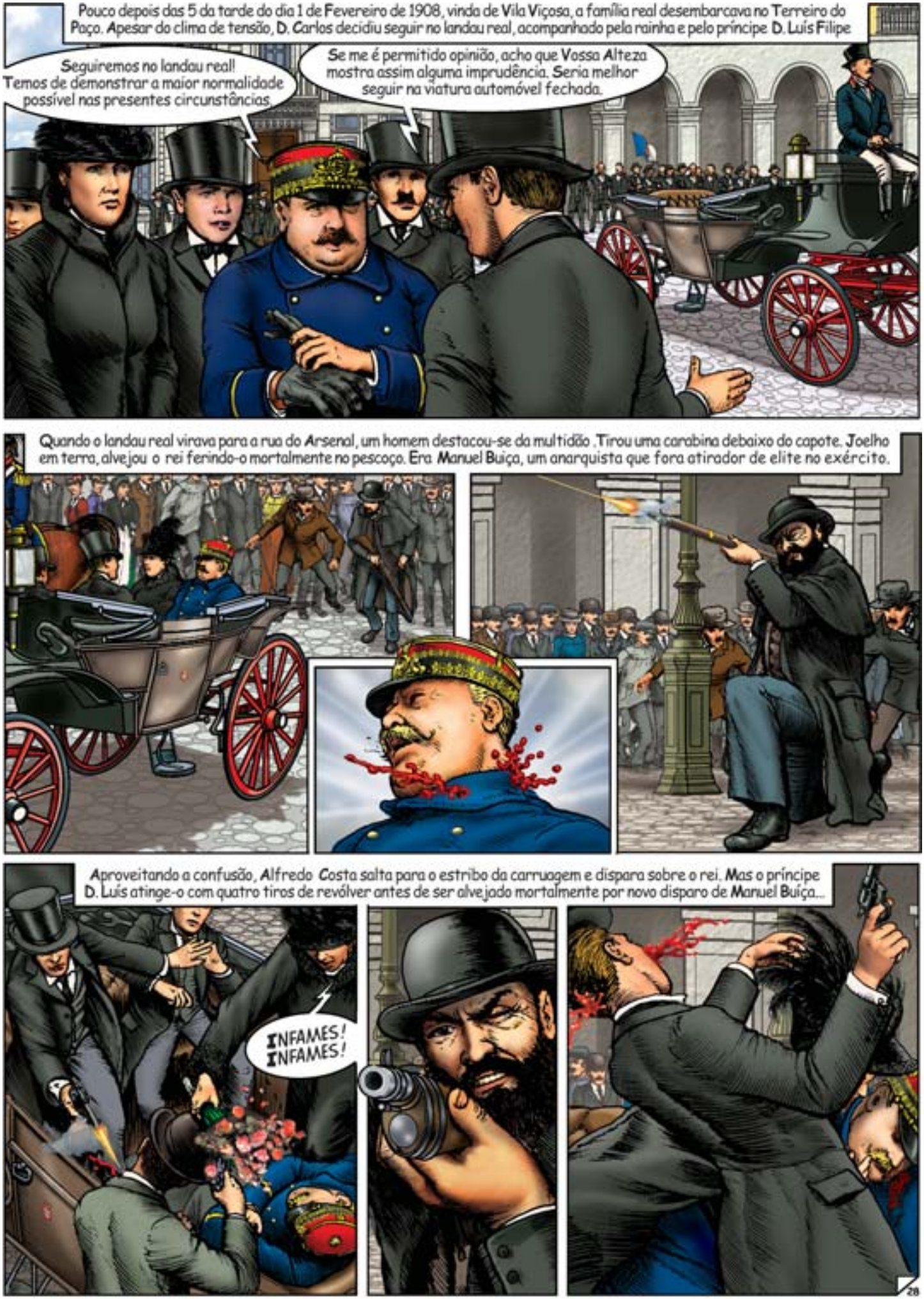
Projeto: O Programa Base

Esquema da obra e programação das ações a realizar:

A fortificação na Europa estava em mudança: por um lado ainda persistiam conceitos originados no século XVII e XVIII de utilização da fortificação permanente na defesa e da fortificação de campanha para a redução das praças ou seja no ataque; por outro lado os novos conceitos da batalha napoleónica e da guerra da independência dos Estados Unidos da América (1775-1783) estavam já presentes nas táticas e nas técnicas. Os engenheiros militares portugueses eram engenheiros de construção e menos de campanha. Os engenheiros ingleses foram intérpretes na guerra americana e conhecem as novas formas de utilizar e fazer a fortificação;

A fortificação serve de apoio às forças mas não as pode condicionar quer fixando-as quer limitando a sua mobilidade. Um mau trabalho de fortificação pode impedir as forças militares de manobrarem porque a tarefa de defender a fortificação se superioriza e se impõe ao objetivo geral que é vencer o opositor. Um reduto, um forte, uma linha de fortificação, uma área fortificada pretendem constituir pontos de apoio á manobra de um Exército com uma finalidade precisa concorrendo para tal quer homens, quer armas, quer formas e estruturas adequadas.

Nesta conceção as obras das linhas tinham como finalidade apoiar a manobra defensiva das forças do Exército.


Pouco depois das 5 da tarde do dia 1 de Fevereiro de 1908, vinda de Vila Viçosa, a família real desembarcava no Terreiro do Paço. Apesar do clima de tensão, D. Carlos decidiu seguir no landau real, acompanhado pela rainha e pelo príncipe D. Luís Filipe
Seguiremos no landau real! Temos de demonstrar a maior normalidade possível nas presentes circunstâncias.
Se me é permitido opinião, acho que Vossa Alteza mostra assim alguma imprudência. Seria melhor seguir na viatura automóvel fechada.
Quando o landau real virava para a rua do Arsenal, um homem destacou-se da multidão. Tirou uma carabina debaixo do capote. Joelho em terra, alvejou o rei ferindo-o mortalmente no pescoço. Era Manuel Buiça, um anarquista que fora atirador de elite no exército.
Aproveitando a confusão, Alfredo Costa salta para o estribo da carruagem e dispara sobre o rei. Mas o príncipe D. Luís atinge-o com quatro tiros de revólver antes de ser alvejado mortalmente por novo disparo de Manuel Buiça...
INFAMES! INFAMES!
28

Toda a Europa ficara em choque e revoltada com o atentado. D. Carlos era um monarca muito estimado e o seu assassinato não fora tomado como um acto isolado, mas como fruto de uma fria e metódica maquinação ...
Révoltant, en effect! Foi um acto bárbaro! Uma vergonha para aquele país!
Oui! E parece que eram mais do que dois, os atiradores, pois a carruagem real ficou crivada de balas!
Le Petit Journal
Matam dois cavaleiros da Ordem da Jarreteira em plena rua, como cães e, lá no país deles, ninguém parece importar-se com isso!
Gruesome, indeed!

Na sequência do assassinato de D. Carlos e do Principe Herdeiro, D. Manuel sobe ao trono de Portugal mas a situação deteriora-se rapidamente. O jovem rei não tem vontade nem força anímica para continuar a impor uma monarquia cada vez mais contestada nas ruas...
O quê? Outro levantamento? Basta! Não suporto ver mais conflitos nem mais mortandades entre os portugueses! Prefiro sair de cena!
Mas Vossa Alteza não pode fazer isso! O senhor D. Carlos não pode ter morrido em vão...
Assassinado em vão, quer Vossa Excelência dizer, senhor primeiro-ministro!

A Família Real decide tomar o rumo do exílio. A 5 de Outubro de 1910, depois do triunfo nos combates travados na Rotunda, José Relvas, prestigiado dirigente do Directório do Partido Republicano, do alto da varanda da Câmara Municipal de Lisboa, proclamava a implantação da República em Portugal.
Portugueses, o dia da liberdade chegou finalmente! Proclamo solenemente a instauração do regime republicano em Portugal!
Viva Portugal!
Viva a República!

O Partido Republicano delibera a adopção formal de A Portuguesa como Hino Nacional, em substituição do anterior, o Hino da Carta. Mas todos concordam em que alguma coisa deve ser modificada na respectiva letra...

Meus caros senhores. A forma como o refrão termina ... "**contra os bretões, marchar marchar**"... não pode continuar. Será como revolver uma faca numa ferida de cada vez que se cantar o hino! E nós não podemos manter-nos em permanente conflito com Grã-Bretanha, que diabo...

Mas substituir o "**contra os bretões, marchar marchar**", por que coisa? Sem aquela referência, o significado perde todo o sentido!

Tenho uma ideia! E se em vez de "**contra os bretões**", escrevermos "**contra os canhões**"? Que tal?

Pois! Assim mantemos a rima. Mas fazemos dos portugueses... ... **carne para canhão!** Não pode ser!

Não, não! Bem pelo contrário!...

O hino tem de se manter um hino patriótico, certo? Temos de **marchar** contra algo que seja temível! Contra algo que exija coragem! Determinação! Por isso, nada me parece mais adequado do que "**contra os canhões, marchar, marchar!**"...

Bom!...

E desta forma, hoje nenhum português deixa de se emocionar quando tem a oportunidade de cantar A Portuguesa a plenos pulmões, ..."**contra os canhões, marchar, marchar!**"...

"...contra os canhões, marchar, marchar!"

FIM

Depois de 40 anos de carreira trabalhando como publicitário, José Pires, agora reformado, dedica-se a fazer o que sempre mais gostou: a Banda Desenhada.
Nascido em Elvas em 1935, trabalhou para revistas portuguesas como o **Cavaleiro Andante**, **Mundo de Aventuras** e **Selecções BD**.
Sem nunca ter perdido de vista o seu sonho de criança, conseguiu o lugar de colaborador habitual da mítica revista belga ***Tintin***, onde de parceria com o argumentista Jean Dufaux, criou a personagem ***Irigo***. que logrou algum sucesso.
Com Benoit Despas, outro argumentista belga, publicou várias séries nas revistas ***Tintin, Kuifje*** e ***Hello BD*** e o álbum ***Le Sang et la Gloire***, visando a saga dos Templários. O ano passado, com este mesmo parceiro, publicou nas Editions Orphie, ***Alexandre Dumas - Le Diable Noire***, o pai do autor de Os Três Mosqueteiros.
Tem publicados vários álbuns sobre temas da nossa História, personalidades e cidades portuguesas. Este é apenas o mais recente de todos eles.

Contra os canhões marchar, marchar!

A Portuguesa

A História de um Hino

Comemora-se agora o Primeiro Século da República Portuguesa. Não foi por mim encarado desde princípio fazer um trabalho apologético da implantação do regime republicano, pois ainda hoje, largos sectores da nossa população encaram a república com algumas reservas. Não querendo reavivar discordâncias e contribuir de alguma maneira para promover a coesão nacional, imaginámos logo um princípio que nos levasse à concretização do nosso intento. E foi precisamente durante a transmissão televisiva de uma partida da nossa selecção nacional de futebol que a ideia surgiu. A imagem de jogadores e público, animados de tocante fervor patriótico, cantando a plenos pulmões a estrofe final do hino nacional, *"Contra os Canhões, Marchar. Marchar"*, foi a inspiração decisiva para a elaboração deste trabalho.
Mas, *"Contra os Canhões, Marchar. Marchar"*, porquê? Como se chegara a tão arrebatadora estrofe, que faz estremecer de exaltado patriotismo os portugueses quando a ouvem ou entoam? Ali estava um excelente motivo para levar às pessoas ao conhecimento de uma história que quase ninguém conhece e de que poucos se recordam. Esperamos que este trabalho contribua para que os portugueses se conheçam melhor e mais ainda amem a Pátria que os viu nascer.

Definição dos critérios de dimensionamento das diferentes partes constituintes da obra e Peças escritas e desenhadas e outros elementos informativos para esclarecimento do programa base:

A dimensão dos redutos depende do espaço disponível no terreno ou do número de homens adequado para a sua defesa ou do número e localização das peças a instalar e da combinação destes requisitos. Assim se o espaço é reduzido para o objetivo teriam de se combinar várias obras; se para o objetivo são necessários por exemplo 500 homens terá de haver espaço para que estes entrem em posição; se são necessárias por exemplo cinco peças para cobrirem pelo fogo os objetivos teriam de existir as respetivas posições dirigidas para aí.

O número de atiradores por obra calculava-se considerando o comprimento dos parapeitos e prevendo dois homens por 0,90 metros.

Quanto á forma dos redutos, o modelo padrão era em estrela permitindo defender os flancos para lá dos fossos. No entanto esta forma foi abandonada porque reduzia muito o espaço interior e obrigava a construir estruturas com espaços de implantação muito maiores. A forma foi assim ditada pelo terreno minimizando os trabalhos de terrapleno.

No entanto, se se pretendia com a obra impedir que o inimigo se instalasse nesse local tinha de ser dada maior atenção á sua defesa nomeadamente á proteção dos flancos; se com a obra se pretendia criar condições para os fogos de artilharia então o traçado podia ser mais simples. Neste caso a obra iniciava-se por este objetivo, ou seja, eram definidos os locais para as peças tendo em conta os campos de tiro e os pontos alvo.

De qualquer forma sempre que a obra apresentava, na sua forma, um saliente agudo, este teria de ser substituído por mais uma ou outras faces tornando-se as obras quase circulares.

Como regra, uma defesa de flanco nunca deveria: ter menos de três peças e estar localizada em local possível de escalar.

Quanto aos perfis das obras, diferiam conforme fossem obras dos flancos ou da frente o que corresponderia a uma menor ou maior possibilidade de serem assaltados e bombardeados.

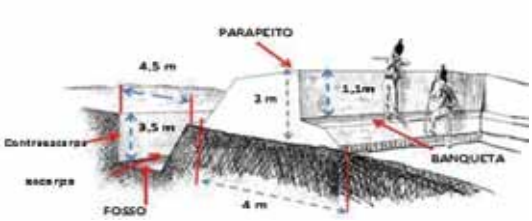
Os parapeitos das obras, se apenas sujeitas à ação da infantaria, podem ser em pedra e de espessura de cerca de 0,50 metros.

Os taludes de terra não devem ter inclinações superiores a 45 graus. Todas as superfícies interiores devem ser revestidas a pedra ou a paliçadas de madeira ou com faxinagem ou com sacos de terra.

As plataformas para as peças eram revestidas com estrados de madeira que regularizavam o piso para sobre eles assentarem as rodas dos reparos. Como as peças podiam ter de fazer tiro mergulhante estes estrados foram sendo preparados para colocar as peças nas posições adequadas.

Cada obra tinha de ter espaço para guardar:

- Água na medida de quatro litros por homem



e mais a quantidade necessária para a artilharia;

- Ferramentas (pás, picaretas e machados);

- Pólvora e outros artefactos para a artilharia;

o paiol seria uma construção meia enterrada com o lado virado ao inimigo protegido por terra, cobertura estruturada sobre vigamento em madeira e revestido interiormente com pranchas. A cobertura inclinada a 45/50 graus era constituída por cerca de 0,50 metros de espessura de sacos de terra cobertos com um oleado com impermeabilização de betume.

A entrada do reduto teria sobre o fosso uma ponte em madeira e imediatamente após a entrada deveria existir uma barreira em terra com forma de parapeito com banqueta do lado interior, para permitir a defesa deste ponto fraco.

A obra não se limitou á construção de posições fortificadas. Faziam parte da obra também escarpamentos, abatises, covas de lobo, minas, destruições de pontes e estradas e outros obstáculos, construção de estradas, instalação e operação de um sistema de comunicações por telegrafia ótica e outras tarefas como a deslocação e instalação da artilharia.

Os escarpamentos dificultavam as subidas pelos atacantes e canalizavam os movimentos destes para locais desejados.

As oliveiras fazem excelente abatis e eram colocadas entre os 20 e os 30 metros da obra, permitindo, a curta distância, parar o inimigo e facilitar a pontaria dos defensores e dar-lhes tempo para carregamento das armas.

As covas de lobo com 0,30 a 0,45 metros de profundidade, disfarçadas e tendo no fundo estacas, tinham grande impacto no desfazer das formações.

As minas eram feitas com bombas de pólvora e combinadas com outras soluções explosivas explodindo muitas vezes por simpatia. As destruições de pontes e estradas seriam só efetuadas perante a aproximação do inimigo, com explosivos e combinadas com outros obstáculos.

As peças colocadas e operadas nos redutos e baterias das linhas foi responsabilidade da artilharia portuguesa (cerca de 3.000 artilheiros de linha e milícias) sob o comando do General Rosa que também dirigia o arsenal (onde foram produzidos todos os elementos necessários para os fogos). A colocação das peças nas posições foi uma tarefa difícil sendo a maior parte delas provenientes de distâncias grandes (algumas da Beira e até do Porto por ordem de D. Miguel Pereira Forjaz) transportadas em carros de bois e outros animais.

Os acessos aos locais das posições tiveram em muitos casos de serem feitos traçando e cavando caminhos nos montes e montanhas e criando uma rede de estradas militares que se tornou importantíssima para a ligação rápida ao apoio e movimentos das forças do Exército de linha dentro da posição para ocorrer a possíveis ataques das forças inimigas. Estas estradas militares corriam atrás da crista dos montes, fora das vistas, que sendo rochosos ofereciam um pavimento rígido, mas nos vales tiveram de ser pavimentados.

Forte de S. Vicente em Torres Vedras

Fonte: www.linhasdetorresvedras.com.

Estrada Militar

Fonte: Livro - As Linhas de Torres Vedras, de António Ventura, Alexandre de Sousa Pinto e António Pedro Vicente.

As comunicações por telegrafia ótica para operarem nas Linhas foram previstas desde logo.

Em Portugal e no Século XVIII por iniciativa real foi criada a Linha da Barra ou do Mar que trazia informação sobre o trânsito marítimo desde o farol do Cabo da Roca até ao Castelo de S. Jorge. Os postos eram guarnecidos por pessoal da marinha que transmitia as mensagens içando bandeiras, galhardetes e um balão num mastro. A distância entre postos era inferior a três quilómetros.

Em 1803 Francisco António Ciera, português, matemático, astrónomo, geógrafo, foi encarregado da rede da barra e da instalação da telegrafia ótica. Havia mais de dez anos que Ciera trabalhava nas medições geodésicas e outros elementos da triangulação necessários á elaboração da *Carta do Reino* que com os engenheiros militares iniciara em 1800.

Ciera modernizou a rede da barra e ampliou-a para a residência real em Mafra. Em 1808 a rede expandiu-se seguindo por Monsanto em direção a Santarém. Daqui ramificou-se até Elvas e continuou ao longo do Tejo até Atalaia. De Atalaia novo ramal via Barquinha ligava a Abrantes. De Atalaia continuava na direção de Condeixa e daí para Midões (Tábua) ao longo do Mondego, Seia e finalmente Almeida. De Monsanto a Almeida a rede teria cerca de dezasseis postos. De Santarém a Elvas o ramal teria cerca de sete postos e de Atalaia a Abrantes apenas três. As distâncias oscilavam entre 18 quilómetros (Santarém – Alviela ou Alviela - Atalaia) e os 40 quilómetros (Almeirim – Montargil) podendo ser curtas como Atalaia – Barquinha ou Santarém – Almeirim.

O telégrafo utilizado era o de persianas, inventado por Ciera e monóculos de ampliação de 30 a 40 vezes para distâncias entre 15 e 30 quilómetros; para distâncias inferiores era utilizado o telégrafo de ponteiro, também invenção de Ciera. Qualquer destes telégrafos só tinha oito posições que transmitiam números com um código (táboas) para representar palavras pré definidas ou letra a letra.

A rede foi instalada entre 1809 e meados de 1810 tendo os trabalhos sido dirigidos por Pedro Folque. Para além da linha principal pequenos ramais foram usados com finalidades circunstanciais e de campanha, normalmente com telégrafos de ponteiro.

Entretanto, D. Miguel Pereira Forjaz criara, por decreto de 5 de março de 1810, o Corpo Telegráfico.

Condicionamentos principais relativos á ocupação do terreno:

A maior parte das obras seria construída na crista dos montes. Esta decisão teve a ver com a ponderação entre as vantagens resultantes da maior dificuldade de acessibilidade para o inimigo, da menor possibilidade de ser atingido o seu interior por fogos de artilharia e da maior confiança que dava aos defensores e as desvantagens de ser maior a dificuldade em fazer fogos com artilharia, maior a dificuldade em bater pelos fogos a base da elevação e menor a visibilidade em especial de noite. Sempre que venciam as desvantagens estas eram compensadas por obras complementares para as reduzirem, normalmente obras menores e cobertas pela principal ou pelas outras – foi o caso do reduto grande do Sobral ou o caso do Forte de S. Vicente em Torres Vedras que era completado a cotas inferiores pelos redutos do Castelo, de S. João e da Forca.

Relativamente aos terrenos a utilizar, os ingleses pagavam indemnizações aos proprietários de acordo com o valor das árvores abatidas para utilizar os terrenos ou para desimpedir os campos de tiro e rendas de acordo com o valor do rendimento anual que os moinhos ocupados normalmente davam.

Tenente-Coronel Fletcher

Projeto: Estudo Prévio/Anteprojeto (ou Projeto Base)

Definição e dimensionamento da obra (memórias descritivas e justificativas por capítulos conforme os objetivos especificados):

Com base no Programa, Wellington e o Tenente-Coronel Fletcher fizeram um reconhecimento à região, a 17 de outubro de 1809, de que resultou um memorando com data de 20 de outubro provavelmente elaborado com base nas notas que ambos retiraram da análise efetuada no terreno e que podemos considerar um verdadeiro estudo prévio referindo quer a definição da obra quer o seu programa de trabalhos inicial:

- Sobre a Posição da Castanheira – Verifica-se a necessidade de construir uma barragem na ribeira da Castanheira para inundar a margem do Tejo, escarpar as suas margens e destruir a ponte sobre esta por onde passa a principal estrada para Lisboa. Haverá que construir redutos nos montes à esquerda da estrada para a bater por fogos de artilharia;

- Sobre a Posição de Cadafais – É necessário fechar o Vale de Cadafais colocando redutos à esquerda e direita deste;

- Sobre a Posição de Torres Vedras – Em Torres Vedras é necessário construir uma posição para 5.000 homens. Na estrada de Torres Vedras para Montachique há que cortar o desfiladeiro e criar uma posição defensiva para 4.000 homens que assegure a retirada de Torres Vedras;

- Sobre a Posição de Cabeço de Montachique – No Cabeço de Montachique é necessário um conjunto de obras para 5.000 homens;

- Sobre a Posição de Sobral de Monte Agraço – Nas alturas que comandam a estrada de Sobral para Bucelas é necessário construir uma posição para 4.000 homens e entre Sobral e Bucelas, na posição de Nossa Senhora da Ajuda é necessário um reduto para 400 homens para cobrir a retirada do Sobral para Bucelas, prevendo-se também a destruição/corte dessa estrada. Um outro reduto deverá bater pela artilharia a estrada Sobral – Arruda:

- Sobre a Posição de Arruda dos Vinhos – Para defender a estrada de Arruda para Vila Franca e Alhandra será construído um reduto para 2.000 homens, devendo ser também cortada esta estrada;

- Sobre a Posição de Alhandra – Nos montes à frente de Alhandra será construído um reduto com comandamento sobre a estrada de Arruda; nos ribeiros que descem dos montes para o Tejo junto a Alhandra serão feitas barragens para inundação do espaço da margem. Nas alturas de Alhandra devem ser construídos redutos para bater a estrada para Lisboa;

- Sobre a Posição de Serra de Serves – Em Alverca devem ser construídos redutos que dominem a

estrada para Lisboa e sobre o flanco direito da Serra de Serves e para que o inimigo não a possa forçar.

- Sobre a Posição de Bucelas – Têm de ser construídos redutos para a defesa do desfiladeiro de Bucelas.

- Sobre a Posição de Mafra ao Mar – Wellington não faz referência no seu memorando a esta posição pelo que teria sido Fletcher a adicioná-la aos estudos e projetos tendo em conta a necessidade de redutos para fecharem o desfiladeiro como para valorizarem o terreno na área da tapada e ocupação do restante espaço quer até ao mar quer na ligação a Montachique. Sabe-se que Fletcher apresentou a questão assim a Wellington em 25 de dezembro de 1809.

- Sobre o sistema de comunicações com sinais – É determinada a sua montagem para comunicação entre as posições.

A 10 de fevereiro de 1810, Wellington visitou as posições e, percebendo a possibilidade de contornamento da posição da Castanheira, determinou a demolição das obras, pelo que, quer a posição da Castanheira, quer a de Cadafais, foram abandonadas.

Programa dos trabalhos:

O programa de trabalhos previa numa 1.ª fase: as obras de S. Julião da Barra, Torres Vedras e Sobral de Monte Agraço. Numa 2.ª fase as obras nos desfiladeiros e numa 3.ª fase as restantes.

O projeto de execução e a construção

O Projeto de execução e a direção da construção:

O estudo prévio foi rigorosamente analisado pelo Tenente-Coronel Fletcher que efetuou o cálculo de materiais e mão de obra necessários, submetendo á consideração de Wellington antes de ser distribuído para execução.

Os projetos de execução foram feitos um a um pelos oficiais de Engenharia e submetidos á aprovação prévia do Tenente-Coronel Fletcher que fazia os pedidos de material e de mão de obra conforme as necessidades. Era também Fletcher que informava Wellington das necessidades em homens e peças de cada reduto e das fragilidades que ia notando e que permitiram ao Comandante-Chefe não só determinar os locais das unidades de linha quando após o Buçaco retiraram para trás das linhas como as suas áreas de atuação nessas posições. Ou seja, foi a informação permanente e o trabalho de Fletcher que permitiram a Welling-

Oficial do Corpo de Engenheiros

Fontes: esta imagem: coleção de aguarelas do Coronel Ribeiro Arthur, exposta no Museu militar; imagem da página anterior: Livro - As Linhas de Torres Vedras, de António Ventura, Alexandre de Sousa Pinto e António Pedro Vicente.

Monumento às Linhas de Torres

ton executar a manobra de defesa que tinha concebido.

Os projetos compunham-se não só das peças desenhadas, provavelmente croquis quer de área quer dos conjuntos, mas também das peças escritas: memórias descritivas, mapas de medições, de materiais e de mão de obra.

Fletcher teve dois adjuntos principais: o Capitão Chapman e Capitão John Jones.

Em julho de 1810 Fletcher e os capitães Chapman e Squire juntaram-se a Wellington no Coa e a direção das obras nas linhas foram entregues ao Capitão John Jones.

No projeto e execução das obras Fletcher teve dezassete oficiais engenheiros: onze ingleses, dois da Legião Alemã do Rei (Hannover) e quatro portugueses. A equipa dirigente das obras contava ainda com alguns praças artífices ingleses e portugueses que dirigiam os trabalhadores, militares das milícias e civis contratados, cujo número diário rondaria os 5.000 e que por grupos que podiam chegar aos 1.500, eram destinados aos trabalhos.

A Brigada de Engenheiros do Real Corpo de Engenheiros portugueses empregue nas Linhas de Torres Vedras à ordem do Tenente-Coronel Fletcher e constituída pelos Majores do Real Corpo de Engenheiros Homem D'Eça, Bernardo Franco, Manuel Brandão, Xavier de Brito e Luís de Bellegarde.

As obras de S. Julião começaram em 3 de novembro e estavam a cargo do Capitão Wedekind e Tenente Meinecke. As obras de Sobral à responsabilidade do Capitão Williams (em agosto substituído pelo Tenente Trench) começaram a 4 de novembro e as de Torres Vedras sob a direção do Capitão Mulcaster começaram a 8 do mesmo mês. As obras do desfiladeiro de Montachique também sob direção de Mulcaster começaram a 19 de fevereiro e no de Mafra (Gradil), a 17 deste mesmo mês, sob direção do Capitão Ross e Tenente Hulme. Em Alhandra, Alverca e Serra de Serves, as obras iniciaram-se a 24 de fevereiro, sob direção do Tenente Stanway e Tenente Piper. Na Arruda o responsável foi o Tenente Forster que iniciou as obras em 17 de março. Na Ponte de Rol as obras começaram em 26 de março dirigidas pelo Tenente Thompson e na região da Ericeira em 19 de fevereiro pelo Tenente Rice Jones.

No verão de 1810 as obras de S. Julião foram completadas pelo Capitão Squire.

A construção:

Para efeitos de construção as áreas foram estabelecidas com uma ordem e numeração diferente da final que foi apenas estabelecida em 6 de outubro de 1810, em vésperas da chegada das forças

em retirada do Buçaco constituindo-se então distritos com sede respetivamente em Torres Vedras (nº 1), região de Sobral de Monte-Agraço (nº 21), Alhandra (nº 3), Bucelas (nº 4), Montachique (nº 5) e Mafra (nº 6).

Para analisar a construção vamos seguir esta divisão:

As obras da posição da Castanheira iniciaram-se a 8 de janeiro e foram abandonadas a 10 de fevereiro porque, sendo contornável, era vantajoso defender a estrada para Lisboa mais atrás em Alhandra, onde a margem do Rio Tejo mais se reduz e os montes melhor proporcionam a defesa.

As obras da 1.ª fase iniciaram-se em 3, 4 e 8 de novembro de 1809 respetivamente em S. Julião, Torres Vedras e Sobral. A 2.ª fase em fevereiro/março de 1810 a que se seguiram as restantes.

A 1 de julho, as obras previstas estavam praticamente prontas. Em 6 de julho o Tenente-Coronel Fletcher segue para o Coa juntando-se a Wellington e relatando-lhe os pormenores da construção tendo o Comandante-Chefe em 17 de julho dado ordem para melhorar as obras dos flancos quer sobre o Sizandro quer no Calhandriz (Alhandra) e ainda em S. Julião e iniciarem-se as obras da linha de Almada.

Apesar destas obras iniciadas já no verão de 1810 e sob a direção interina do Capitão John Jones foi julgado completar e reforçar a 1.ª Linha com outras obras nomeadamente na posição do Sobral e ligação desta á de Torres Vedras.

Sumário das obras (são referidas as obras numeradas; os homens indicados são de infantaria; as peças são portuguesas e de calibre 6, 9 ou 12 e os obuses de 5,5):

No Distrito de Torres Vedras destacam-se:

- O conjunto da Foz do Sizandro até Torres Vedras composto por 24 obras com cerca de 88 peças e cerca de 3.860 homens;
- A posição de Torres Vedras composta por sete obras com 44 peças e cerca de 2.900 homens;
- A posição da Ordasqueira composta por duas obras com nove peças e 550 homens.

No Distrito de Sobral destacam-se:

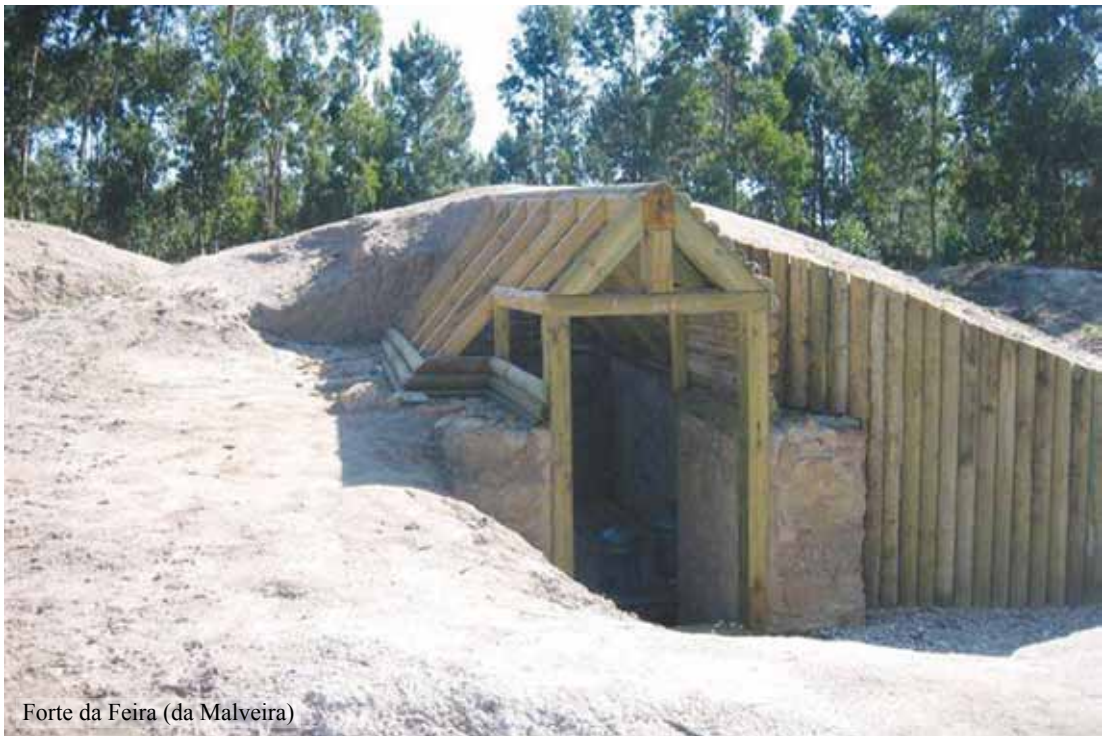
- A posição do Sobral composta por sete obras com 55 peças e obuses e cerca de 3.100 homens;
- A ligação da posição do Sobral com a de Torres Vedras composta por seis obras com 24 peças e 1.900 homens.

No Distrito de Alhandra destacam-se:

- A posição de Arruda composta por cinco obras com vinte peças e cerca de 1.530 homens;
- A Posição de Alhandra composta por dez obras com 33 peças e 2.900 homens;
- A posição do Calhandriz composta por nove obras com 36 peças e cerca de 1.650 homens.

No Distrito de Bucelas destacam-se:

- A posição de Vialonga composta à direita por oito obras com 38 peças e cerca de 1.900 homens e à esquerda composta por quatro obras com onze peças e cerca de 900 homens;
- A posição da defesa do desfiladeiro de Buce-



Forte da Feira (da Malveira)

las composta por seis obras com dezasseis peças e cerca de 200 homens;

- A posição (avançada) da Serra da Ajuda composta por duas obras e com sete peças e cerca de 500 homens.

No Distrito de Montachique destacam-se:

- A posição da defesa do desfiladeiro do Freixial composta por três obras com oito peças e cerca de 460 homens;

- A posição da defesa do desfiladeiro de Montachique composta por dez obras com 24 peças e com cerca de 2.100 homens;

- A posição da Malveira composta por doze obras com 41 peças e cerca de 3.000 homens.

No Distrito de Mafra destacam-se:

- A posição da defesa do desfiladeiro de Mafra composta por oito obras com 24 peças e cerca de 1.800 homens;

- A posição de Mafra composta por seis obras com dezanove peças e cerca de 1.350 homens;

- O conjunto de Mafra a Ribamar composto por sete obras com vinte peças e cerca de 1.800 homens;

- A posição da Carvoeira composta por três obras com sete peças e cerca de 900 homens.

Refira-se ainda que a posição de S. Julião compunha-se de treze obras com 94 peças e obuses e cerca de 5.350 homens e a linha de Almada era composta por 35 redutos e 25 obras complementares com 197 peças e cerca de 10.750 homens e uma reserva de 4.000 homens.

Instrumentos, materiais, equipamentos e ferramentas:

Para a construção dos redutos e outras obras os engenheiros e os ajudantes marcaram, piquetaram, nivelaram, mediram e serviram-se de técnicas e meios expeditos e simples como se pode supor.

As comunicações por telegrafia ótica:

Nas Linhas de Torres Vedras foram inicialmente montados telégrafos ingleses (telégrafo de balões servido pelo código Popham da marinha inglesa – transmissão de números que depois eram descodificados). A partir de outubro de 2010 e duplicando o sistema com postos nos mesmos locais, foram instalados telégrafos de ponteiro portugueses. Esta duplicação permitia prever a hipótese de retirada dos marinheiros ingleses e também a ligação do ramal das linhas com os outros nacionais (por Monsanto e daqui a S. Julião da Barra). Mais tarde (aparentemente após a retirada das forças napoleónicas) o sistema inglês foi substituído pelo modelo português de ponteiro e a rede passou a ser toda nacional.

Nas Linhas de Torres Vedras o centro de comunicações principal situava-se no monte da Sr.ª do Socorro na proximidade do Posto de Comando de Wellington. Na 1.ª linha os locais eram: nas alturas de Alhandra, no grande reduto de Sobral, na Senhora do Socorro, em Torres Vedras (Forte de S. Vicente) e na Ponte do Rol (Forte do Grilo); na 2.ª linha localizavam-se em: Serro (ou Cabeço) de Serves, Cabeço de Montachique, Sonível (na tapada de Mafra) e Ribamar (Ericeira).

A ligação com a frota do Almirante Berkeley no mar fazia-se através do posto de Forte do Grilo (obra nº 30 no distrito de Torres Vedras próximo de Ponte de Rol). A ligação com a frota do Tejo fazia-se através do posto de Cabeço de Montachique. A 1.ª Linha comunicava com a 2.ª Linha através da Serra do Socorro, que emitia as mensagens para o posto instalado no Cabeço de Montachique. Do Cabeço de Montachique comunicava-se com Lisboa através do posto de sinais do Monsanto.

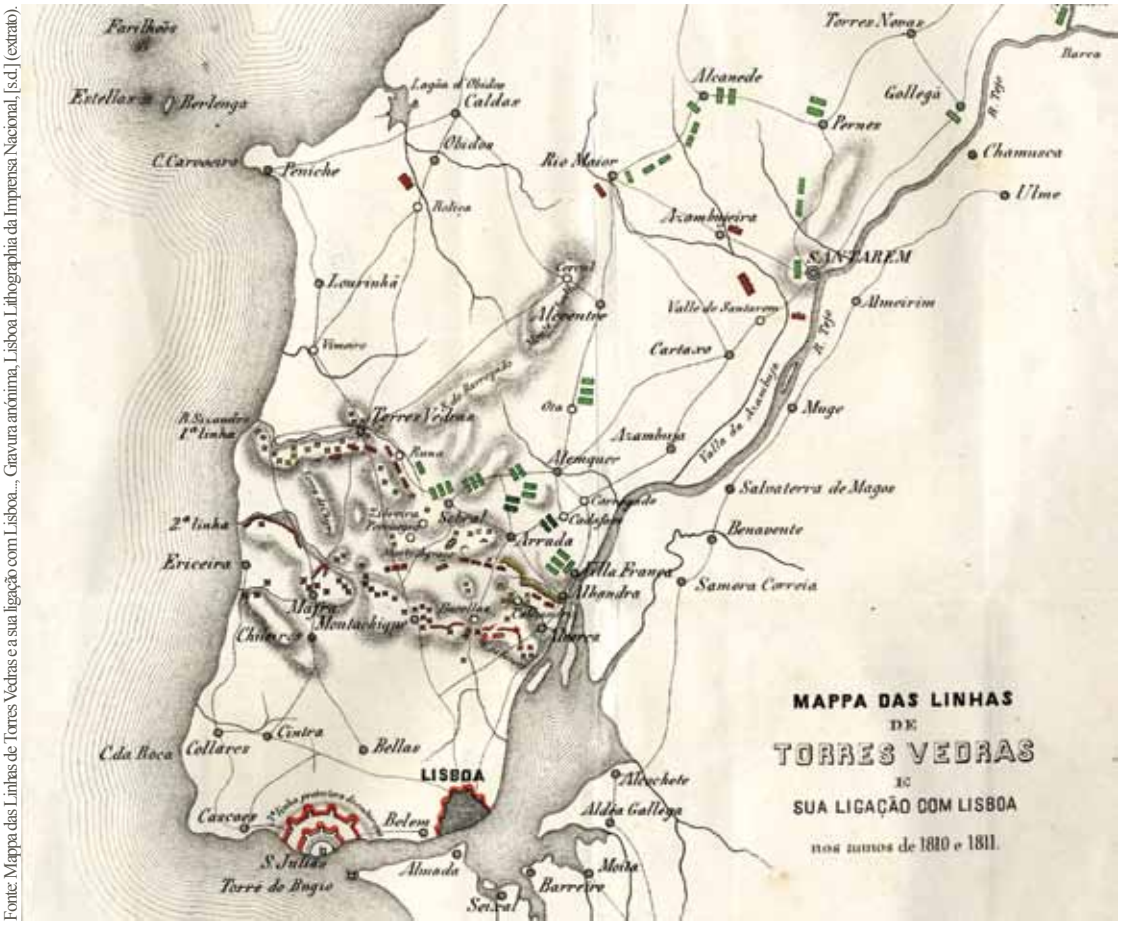
Finalmente

Foi no desempenho de funções de Chefe das Infraestruturas do Exército e depois de Diretor dos Serviços de Engenharia/Diretor de Infraestruturas, com responsabilidades na gestão do património a cargo do Exército e nomeadamente de um número ainda relevante de fortes, que o meu contacto e conhecimento direto das Linhas de Torres Vedras se completaram, por obrigação com a sua conservação e musealização.

As fontes de informação mais utilizadas por mim têm sido o valiosíssimo espólio cartográfico do Gabinete de Estudos Arqueológicos da Engenharia Militar, o Arquivo do Real Corpo de Engenheiros (ainda não tratado) existente na Direção de Infraestruturas do Exército, o acervo do Arquivo Histórico Militar e diversas publicações de referência de que destaco: a primeira publicação elaborada a propósito das Linhas de Torres Vedras, da autoria do Capitão John Jones – o principal dos engenheiros militares ingleses encarregues da construção, publicado pela primeira vez em 1829 e designado por *Memorando sobre as Linhas de proteção de Lisboa traçadas em 1810* e também várias publicações, manuscritos, plantas e desenhos dos oficiais do Real Corpo de Engenheiros, José Maria das Neves Costa, Lourenço Homem da Cunha D´Eça e Brandão de Sousa (todos do século XIX) e do Coronel de Engenharia Francisco Eduardo Batista (já no século XX) entre outros. Dos livros atuais têm especial interesse os da autoria do Prof. Doutor Pedro Vicente com recolhas preciosas nos arquivos de Vincennes, *As Linhas de Torres Vedras* do inglês John Greham publicado em 2000 e o *Wellington War – Peninsular Dispatches* de Julian Rathborn.

Em jeito conclusivo refiro os aspetos que mais me impressionam neste processo construtivo:

- A capacidade reorganizativa que emergiu da nação;
- A rapidez da decisão da construção das Linhas de Torres Vedras e a qualidade dos trabalhos quer em termos táticos quer técnicos e o secretismo que foi mantido sobre os mesmos durante a construção da maior obra de fortificação de campanha do mundo;
- A eficácia da organização administrativa e financeira do Exército Inglês;
- A capacidade de organização do Tenente-Coronel Fletcher;
- Os conhecimentos e organização e capacidade produtiva do Arsenal e da Artilharia portuguesa sob o comando do General Rosa;
- A qualidade técnica e organizacional do Real Corpo de Engenheiros nacional;
- A capacidade de decisão de Wellington e de Beresford;
- A força, dinamismo e patriotismo do homem que assinalo como o português mais determinante neste período – o Secretário da Junta de Regência, General Miguel Pereira Forjaz, Conde da Feira.



Tenente-Coronel Cavalaria Pedro Carmo Costa

CMEFD
Os 100 anos do Depósito de Remonta e Garanhões

A 19 de agosto do ano transato, o Centro Militar de Educação Física e Desportos (CMEFD) organizou, a cerimónia evocativa do centenário do Depósito de Remonta e Garanhões.

Esta efeméride constituiu prova do reconhecimento do ativo contributo de quantos, no Depósito de Remonta e Garanhões, no Depósito de Garanhões, no Depósito de Remonta, na Escola Militar de Equitação e no Centro Militar de Educação Física, Equitação e Desportos, prestaram ao Exército, às Forças Armadas e ao País.

O Coronel de Infantaria Américo Henriques, com a eloquência que lhe é habitual, proferiu uma palestra interessantíssima, alusiva aos "100 anos a servir Portugal", sendo apresentado, concomitantemente, o logótipo comemorativo da efeméride, pelo seu autor, o escultor José João Brito.

Presidiu à Cerimónia o Chefe do Estado-Maior do Exército em exercício de funções, Tenente-General Paiva Monteiro.

Decorrente da profunda reforma do Exército consolidada *por decreto com força de lei* de 25 de maio de 1911, publicado a 26 do mesmo mês através da Ordem do Exército nº 11, António Xavier Correia Barreto determina que *a Arma de Cavallaria comprehende* [Art. 108º]*:*

a) As inspeções da cavallaria;
b) A commissão technica de cavallaria;
c) Os serviços de remonta;
d) O serviço de recenseamento de animais e vehiculos;
e) As tropas ativas da arma;
f) As tropas de reserva da arma;
g) A escola de equitação.

No Art. 112º do mesmo diploma ficou então definido que *os serviços de remonta estarão a cargo:*

a) De uma comissão technica de remonta;
b) De uma coudelaria militar;
c) Dos depósitos de remonta.

O mesmo artigo refere ainda que *a coudelaria militar e os depósitos de remonta dependem technicamente da commisssão technica de remonta, e a sua constituição e funcionamento serão fixados em diploma especial*.

É assim, que a 19 de agosto de 1911, através da Ordem do Exército nº18, conforme determinado por portaria de 7 de fevereiro, *O Governo da República Portuguesa, pelo Ministro da Guerra,*

ha por bem decretar que seja posto em execução o regulamento de remonta (que substituiu o regulamento de 1902) através do qual foi criado o Depósito de Remonta e Garanhões, em Mafra, utilizando os terrenos e as instalações das Tapadas do Convento de Mafra, aproveitando a oportunidade da cedência daquelas Tapadas, por parte do Ministério das Finanças ao Ministério da Guerra.

Os Depósitos de Remonta destinavam-se (…) *a recreação e desbaste dos poldros de 2 e 4 annos comprados aos productores de cavallos para o exército e como taes registados* [Art. 93º].

Haverá pelo menos dois depósitos de remonta e annexos a elles os depósitos de garanhões [Art. 94º].

Foi assim definido que a Coudelaria Militar, destinada *a produzir reprodutores puro sangue árabe e seus derivados*, em cujo quadro constava, como pessoal superior, *um capitão de cavallaria – commandante, um capitão ou tenente do corpo de veterinários*, e como *pessoal meno*r dispunha de *um regente agrícola, praças de cavallaria no número fixado no regulamento especial da Coudelaria e pessoal agrícola, guardadores, etc., fixado no regulamento especial*.

Assim, o Depósito de Remonta e Garanhões foi organizado de forma a manter, como órgão de remonta, dois potris: um para os poldros dos dois aos três anos e meio, adquiridos pela Comissão de Remonta, sujeitos ao Regime de Recreação Simples, e outro para os poldros dos três anos e meio aos quatro anos e meio, sujeitos ao Regime de Transição e Desbaste e, como depósito de garanhões, manter os garanhões à sua responsabilidade em trabalho e distribuí-los pelos postos de cobrição, conforme determinado pela Direção da Comissão Técnica de Remonta.

A designação e as atribuições deste Depósito foram alteradas, através do Decreto n.º 19700 de 21 de abril de 1931 (Ordem do Exército [OE] n.º 6), passando a designar-se Depósito de Garanhões, e, pelo facto de se concluir que o Depósito se destinava essencialmente à remonta, na reorganização do Exército de 1937, através no Decreto n.º 28401 publicado em 31 de dezembro através da OE n.º 12, passou a ser designado por Depósito de Remonta.

A 28 de dezembro de 1942, pelo decreto n.º 32/592, foi aprovado um novo Regulamento do Depósito de Remonta, no qual, para além das missões que já lhe tinham sido atribuídas, acrescentou-se a de *Ministrar aos quadros da arma de cavalaria a instrução equestre especial necessária aos instrutores e monitores de equitação, ou outra qualquer julgada conveniente* (Art. 1º), instrução esta que, até então, era da responsabilidade da Escola Prática de Cavalaria.

O Curso de Aperfeiçoamento de Equitação (curso de mestre) ministrado na Escola Prática de Cavalaria, em Torres Novas, só em 1949 passa a ser ministrado no Deposito de Remonta, que começa a levar a cabo o Concurso Militar com duração de três dias e no qual se selecionavam os conjuntos para a Equipa Nacional constituída, naquela época, exclusivamente por cavaleiros militares.

Apenas um ano depois, através da Portaria n.º 13272 de 26 de agosto de 1950 (OE n.º 5), o Ministro do Exército Interino, Fernando dos Santos Costa decreta que *convindo tomar providências que garantam a unidade de doutrina em tudo o que respeita à instrução de equitação no Exército, assegurando, pela permanência na ação e continuidade no ensino, a uniformidade na preparação equestre dos Quadros e das tropas de todas as Armas e Serviços, e considerando que a experiência do Depósito de Remonta tornou já possível transformar este estabelecimento em verdadeira Escola Nacional de Equitação Militar, manda o Governo da República, pelo Ministro do Exército que o atual Depósito de Remonta passe a ter a designação de Escola Militar de Equitação.*

Com a urgente necessidade de se melhorar, qualitativamente, a condição e atividades físicas das tropas do Exército, impunha-se a criação de uma unidade especificamente dedicada para esse efeito, aproveitando, então, a Secção – já demasiado grande – de Educação Física, da Escola Prática de Infantaria, que se viria a integrar na Escola

Primeira apresentação pública da Reprise – a um Chefe de Estado estrangeiro (General Franco) em visita a Portugal – em 1949. Os cavaleiros eram: Xavier de Brito, Cabral, Albuquerque, Neto de Almeida, Farrusco, Rodes Sérgio, Fernando Paes, Pereira de Almeida, Cavaleiro, Carvalho Simões, Brandão de Brito e Mário Delgado.

Primeiro Curso de Instrutores de Educação Física ministrado no CMEFED (1956-1957), cujos formandos, foram: (na fila superior e da esquerda para direita) Pinto Simões, Vela Bastos, Regulho, Ramalho Eanes e Rua; (na fila intermédia) Cruz Silva, Canuto, Vieira Monteiro, Roberto Durão, Ravara e Ramalho; (na fila inferior) Paiva Mourão, Silva Teodósio, Goulão de Melo, Rodrigues dos Santos, Castela Rio e Magro.

Militar de Equitação, levando à estruturação e regulamentação do Centro Militar de Educação Física Equitação e Desportos (CMEFED), em 1957 (Decreto-Lei n.º 41368, de 16 de novembro – OE n.º10; e, Decreto-Lei n.º 41730, de 11 de julho de 1958), dependente diretamente da Direção da Comissão Superior de Educação Física do Exército.

Ao CMEFED cabiam as missões de: formação de mestres, instrutores, monitores e outros especialistas militares necessários ao ensino e treino da Educação Física, Esgrima e Equitação; a difusão e aperfeiçoamento dos conhecimentos respeitantes a estas especialidades, por meio de estágios de formação, demonstração e outras provas de treino físico militar; a preparação das representações militares nas provas desportivas internacionais em que o País tomasse parte; o estudo e ensaio de tudo quanto se refere à Educação Física do Exército; e a recolha, aclimatação e ensino dos solípedes destinados à instrução equestre e a montadas de desporto do Exército.

Antes do eclodir da guerra nas províncias ultramarinas, em 1961, a Educação Física Militar era muito débil, dada a pouca importância que lhe era merecida.

Com o aparecimento de Soares Carneiro e de Gilberto Santos e Castro em Mafra, alertados pela situação potencialmente perigosa no ultramar, começaram a procurar melhorar a situação, inventando a Ginástica de Aplicação Militar (GAM) e o Combate Corpo-a-Corpo (CCC), com arma ou sem arma, com o aproveitamento das técnicas de uma grande variedade de artes marciais, pois antes disso apenas existia a esgrima de baioneta oriunda da Primeira Grande Guerra (1914-1918).

Com base no pessoal das áreas de educação física e de esgrima que se encontravam colocados no CMEFED ou a frequentar cursos, fizeram-se experiências de "cursos de sobrevivência".

Todas estas experiências, acompanhadas por estudos científicos, serviram de base para a elaboração de variados regulamentos por parte de Soares Carneiro e Santos e Castro.

A partir destas experiências, ainda antes da "Guerra do Ultramar" rebentar, fizeram-se, no CMEFED, inúmeros cursos de GAM, de CCC e de sobrevivência.

Na publicação comemorativa dos 50 Anos do Centro de Instrução de Operações Especiais (CIOE), de Hélder da Silva Serrão, transcreve-se o seguinte:

(…) *verifica-se que, no primeiro trimestre de 1963 se iniciam as diligências necessárias à organização de um curso de instrutores e monitores de Operações Especiais (instrução de tipo Ranger*

ou de endurecimento). Previa-se que o programa do curso englobasse, além de outros aspetos, uma parte de cultura física, principalmente de endurecimento, e uma parte tática de Operações Especiais. (…)

Em função das capacidades que se pretendiam desenvolver, dos objetivos e características das áreas de formação, planeou-se um curso dividido em duas fases a decorrer em dois centros de instrução distintos. A primeira fase teria a duração de 6 semanas a ministrar no Centro Militar de Educação Física, Equitação e Desportos (CMEFED), em Mafra, centrada na preparação física. A segunda fase, de duração de 4 semanas, decorreria no CIOE, em Lamego, focada na instrução de patrulhas no âmbito da contrassubversão. (…)

Foi segundo estes princípios que se realizou o primeiro curso de Instrutores e Monitores de Operações Especiais (...) entre 29 de abril a 08 de junho, em Mafra e de 11 de junho a 6 de julho, em Lamego.

Este curso teve como diretor o Capitão de Artilharia Rodolfo António Cabrita Bacelar Begonha (…)

A 30 de julho de 1993, surge a surpreendente alteração do Centro Militar de Educação Física, Equitação e Desportos, em Centro Militar de Educação Física e Desportos, conforme o Despacho n.º 72 do Ministério da Defesa Nacional.

A nova designação em nada alterou a missão e os objetivos deste Centro, redefinidos quando da revisão do seu Quadro Orgânico de 1985.

Estes objetivos foram, e vêm sendo, amplamente alcançados sendo notável a competência, dedicação, e "carolice" de quadros de mestres, de instrutores e de todo o pessoal, militarizado e do quadro civil que entusiástica, e, conjuntamente com discentes têm tão bem levado a cabo todas as tarefas, que prestigiaram o Centro de então e preservam o património, único, que o é hoje.

Ao longo dos seus 100 Anos de história, o agora designado CMEFD contribuiu para a divulgação do prestígio do Exército em Portugal e além fronteiras, através de célebres participações desportivas dos cavaleiros militares nas variadas competições internacionais, das quais se destacam as inúmeras edições dos Jogos Olímpicos e do CISM (*Conseil International du Sport Militaire*), bem como de atletas que se evidenciaram em diversas modalidades, tais como o Pentatlo Militar, a Esgrima e o Tiro.

Contribuiu para a formação dos Quadros Permanentes, formando especialistas nas áreas da Equitação, Educação Física, Combate Corpo-a-Corpo e Esgrima, que asseguraram a prática essencial à desejada condição física para o cumprimento da missão e a estabilidade do moral das tropas através da dinamização e apoio da prática de desportos individuais e coletivos, mas também através da aplicação das comprovadas capacidades formativas da Equitação Militar, potenciando nos formandos qualidades essencialmente militares.

Assegurou, acima de tudo, a manutenção e o desenvolvimento de um património técnico e cultural, legado por várias gerações que ao longo de décadas souberam manter um inquestionável profissionalismo, demonstrado por aquela que se continua a constituir como um dos *ex libris* do Exército, a "Reprise da Escola de Mafra", testemunho de uma "unidade de doutrina" e da continuidade uma "Escola" com tudo o que estes conceitos envolvem.

Aprsentação na Feira Internacional *Cheval Passion*, em 2007, em Avignon

Vários autores*

Fontes: esta imagem: www.euroimpala.pt; imagem do canto superior direito das páginas ímpares: cidadanialusofona.files.wordpress.com.

A luta armada timorense na resistência à ocupação

1975-1999 – Parte I

Nota Prévia

O presente artigo representa a síntese de um livro em fase de pré-publicação com o mesmo título. Este estudo da luta armada timorense na resistência à ocupação indonésia teve no então Chefe do Estado-Maior-General das Forças Armadas das Forças de Defesa de Timor-Leste (F-FDTL) a iniciativa, o apoio e a principal motivação, foi desenvolvido entre novembro de 2010 e abril do corrente ano e inclui trabalho de campo em Timor-Leste ao nível da observação e análise territorial e entrevistas realizadas a elementos da resistência e guerrilha timorenses.

Uma vez que se trata de um tema original centrado numa análise estratégico-militar e operacional da resistência timorense, aproveitamos a efeméride dos dez anos de independência de Timor-Leste (20 de maio de 2002) para o dar a conhecer.

Introdução

Entre 1975 e 1999, o território de Timor-Leste foi sacudido por uma série de acontecimentos que o retirou da pacata letargia vivida nas décadas precedentes. Realmente, entre a vontade em existirem como Nação e a assunção de *jure* a uma Pátria, os timorenses sentiram a incompetência política e o abandono de um certo "Portugal re-

volucionário", envolveram-se em lutas fratricidas quando os partidos políticos locais trocaram o debate tribunício pelo argumento da catanada e do tiroteio, suportaram a invasão indonésia e sofreram a brutalidade de uma ocupação estrategicamente incompreensível e humanamente inaceitável, serviram de moeda de troca aos interesses geopolíticos e económicos de potências como os Estados Unidos, a Austrália e parte dos países asiáticos e aguentaram o silêncio do mundo inteiro, que permitiu o fecho do território ao exterior e a colocação das populações de quarentena.

A derrota das forças do Movimento Anticomunista (MAC), maioritariamente pertencentes à União Democrática Timorense (UDT), contra a Frente Revolucionária Timor-Leste Independente (FRETILIN), no contexto da guerra civil de agosto de 1975, conduziu à sua retirada precipitada em direção à fronteira, acabando "prensadas" entre forças indonésias situadas em Atambua e os efetivos da FRETILIN que lhe moveram perseguição. Para evitar a aniquilação, os elementos do MAC pedem autorização de entrada em Timor Ocidental, que foi aceite por Jacarta com a condição de assinarem uma declaração a favor da integração de Timor-Leste na Indonésia e combaterem as forças da FRETILIN. É neste contexto que a Indonésia desencadeia o processo de invasão e ocupação de Timor-Leste, que originou uma guerra que durou 24 anos e conduziu a um dos maiores genocídios da História Contemporânea.

A luta armada na resistência à ocupação encontra-se dividida em três fases distintas, assente na metodologia de emprego das forças indonésias e na forma de fazer a guerra dos timorenses: guerra de posições (1975-1979); guerrilha de montanha (1980-1987); guerrilha urbana (1987-1999).

Invasão Indonésia

A anexação de Timor-Leste pela Indonésia seguiu a estratégia clássica: isolamento diplomático seguida de ataque militar. No primeiro caso funcionou a Operação Komodo, uma estratégia indireta de neutralização delineada pelo General Ali Murtopo e executada pelos serviços secretos (Bakin) e que iludiu a Diplomacia Portuguesa, fomentou a rivalidade entre as forças políticas timorenses e mostrou a ingovernabilidade de um território que desestabilizou. Relativamente ao segundo caso, a estratégia militar foi feita em duas fases. Inicialmente através de uma invasão terrestre sub-reptícia (outubro-novembro de 1975), complementada depois pela Operação Serojo, uma ação militar de aniquilamento que conjugou uma operação anfíbia com aerotransportada (dezembro de 1975), comandada pelo General Benny Mordani.

O Exército Indonésio desencadeou a invasão terrestre apoiada no eixo Atambua-Batugadé, destinada a canalizar as Forças Armadas de Libertação Nacional de Timor-Leste (FALINTIL) braço armado da FRETILIN, para a zona de fronteira e a manter o sofisma que o conflito intratimorense permanecia. Desta forma, forças especiais do Exército (KOPASSUS) trajados à civil organizam um contingente armado, que incluía elementos timorenses refugiados (Força de voluntários), e combatem as FALINTIL, ocupando Batugadé a 8 de outubro[1].

A defesa apoiou-se no forte de Balibó e na vila de Maliana, utilizando para o efeito efetivos regulares timorenses do Exército Português e milícias de Bobonaro, Atabai, Aileu e Díli, bem como o imenso arsenal bélico deixado pelos portugueses. Contudo, apesar da resistência, as forças invasoras, apoiadas por bombardeamentos navais e viaturas blindadas de rodas, cercam Bobonaro, isolam Balibó e ocupam Maliana. As FALINTIL retiraram debaixo de pressão para Atabai, onde organizam uma posição defensiva, que resistiu durante um mês e, depois, para uma linha de defesa materializada na ribeira de Lóis, destinada a impedir o acesso a Díli, onde o desgaste da tropa indonésia prossegue.

Então, a 28 de novembro, sabendo que "Portugal não voltava" de Ataúro, os dirigentes da FRETILIN proclamam a independência da República Democrática de Timor-Leste (RDTL) em frente ao Palácio do governo, pensando que o gesto captaria a atenção da comunidade internacional e apoios de países como a China ou a URSS, à semelhança do que tinha acontecido recentemente em Angola com o MPLA.

Em vão, Suharto tinha dado luz verde às Forças Armadas Indonésias (ABRI) para uma invasão conjunta da ilha, marcada para 7 de dezembro. Dessa forma, às primeiras horas desse dia, Díli é sujeita a intensos bombardeamentos a partir de vasos de guerra posicionados perto da costa, assiste ao lançamento de para-quedistas e ao desembarque de fuzileiros. Os objetivos consistiam: os bombardeamentos destinavam-se a lançar o caos na cidade e a flagelar as posições das FALINTIL nas montanhas a sul; os para-quedistas tinham como missão isolar Díli e eliminar os dirigentes da FRETILIN; os fuzileiros tinham a incumbência de anular bolsas de resistência.

No entanto, se a invasão terrestre conheceu uma inusitada resistência que prolongou os combates durante mais de dois meses e barrou o avanço para Díli, a invasão iniciada a 7 de dezembro e que envolveu cerca de 10.000 efetivos foi, do ponto de vista tático, mal executada e pior coordenada ao nível das componentes. Resguardados em abrigos na montanha, os efetivos das FALINTIL furtaram-se à metralha dos vasos de guerra e fustigaram pelo fogo os indonésios que deambulavam nas imediações. O lançamento dos para-quedistas conjugado com o desembarque anfíbio atingiu o desnorte. A primeira leva aerotransportada ou caiu no mar (afogamentos), nas montanhas (isolamento) ou em pontos da cidade, como o bairro do Farol e Vila Verde (eliminação pelas FALINTIL). A descoordenação atingiu o absurdo quando os fuzileiros, entretanto desembarcados pela calada da noite em Comoro e Raikoto, foram recebidos a tiro por para-quedistas da segunda leva, que os confundiram com elementos da FRETILIN, causando o fratricídio.

Reinava a confusão. Enquanto os líderes da FRETILIN, os principais comandantes das FALINTIL e o grosso do material de guerra retiravam para Aileu, Ainaro e Same para organizarem a resistência no interior, em Díli combatentes das FALINTIL, milícias e populares prolongaram os combates por todo o mês de dezembro. Do lado indonésio, o que faltou em coordenação militar sobrou em brutalidade. Os soldados portaram-se como pilhantes, queimaram casas, violaram pessoas e bens, prenderam de forma arbitrária, torturaram e fizeram execuções em larga escala[2]. A cidade tornou-se num matadouro a céu aberto.

A inusitada resistência verificada em Díli obrigou as ABRI a uma operação semelhante em Baucau, a 10 de dezembro, e a desembarques em Suai e em Manatuto, a 25 de dezembro. A presunção que o General Benny Murdani incutiu nos seus homens de que a operação se resumiria a "tomar o pequeno-almoço em Díli, o almoço em Baucau e o jantar em Lospalos" esfumava-se. As projetadas 24 horas transformar-se-iam em 24 anos e numa derrota indecorosa.

No entanto, no início de janeiro de 1976 o Governo indonésio estabelece um Governo provi-

sório com elementos da UDT e da Associação Popular Democrática de Timor (APODETI), partido timorense pró-integração. Em maio, este Governo "convida" a Indonésia a proclamar a soberania sobre o território, que anexa formalmente como a sua 27.ª província (*Timor Timur*) em 17 de julho.

Com Timor-Leste fechado ao mundo, foi a Igreja Católica timorense que funcionou como janela de esperança para o povo e elo de ligação com o exterior, afagando uma população maioritariamente católica (90%). Mas, se pensarmos que, inicialmente, a Igreja não era favorável ao marxismo defendido pela FRETILIN, que o bispo D. José Joaquim Ribeiro via a invasão indonésia como inevitável e, eventualmente, desejável e que Timor-Leste tinha à época da invasão de 1975 somente 22-25% de batizados[3], facilmente se percebe que, também na questão religiosa, a Indonésia cometeu erros de avaliação. Tudo mudou com a invasão de 7 de dezembro, quando teve lugar a carnificina indiscriminada da população, o êxodo para as montanhas e os bombardeamentos a que Díli foi sujeita, onde nem o seminário de Dare foi poupado. "*Vós éreis esperados, mas o modo como entrastes e atuastes fez perder todas as expectativas*"[4], referiu o Bispo a um general indonésio. A Indonésia perdeu, assim, o conformismo da Igreja, ganhando desde o início um opositor que se mostraria "remédio santo".

A Guerra de Posições

Até 1979 a resistência à ocupação materializou-se na organização de um conjunto de bases de resistência (âmbito militar) e no desenvolvimento de bases de apoio (caráter social), dando à guerra um cunho convencional assente na defesa de posições.

Neste contexto, os batalhões indonésios manobravam para alargar as áreas de influência territorial e limpar as diversas zonas de montanha ocupadas pela resistência. Contudo, as dificuldades que o terreno apresentava, a ausência de apoio da população (que a brutalidade da invasão e ocupação anulou), a inexperiência da maioria das tropas e a tenacidade da luta desencadeada por uma resistência bem organizada e armada limitaram as ações a meras infiltrações e assaltos às linhas do adversário.

De facto, a organização político-social desenvolvida pela FRETILIN e a capacidade militar apresentada pelas FALINTIL, vincada no controlo de cerca de dois terços do território onde organizou bases de apoio e posições defensivas, obrigou as forças militares indonésias a uma ocupação debaixo de pressão e ao controlo dos principais itinerários e localidades circundantes, cortando longitudinalmente o teatro de operações em três zonas de ação: fronteira terrestre – Díli/Same;

Fontes: imagem da página anterior: 1.bp.blogspot.com; última imagem deste artigo: timorlestemerdeka.files.wordpress.com.

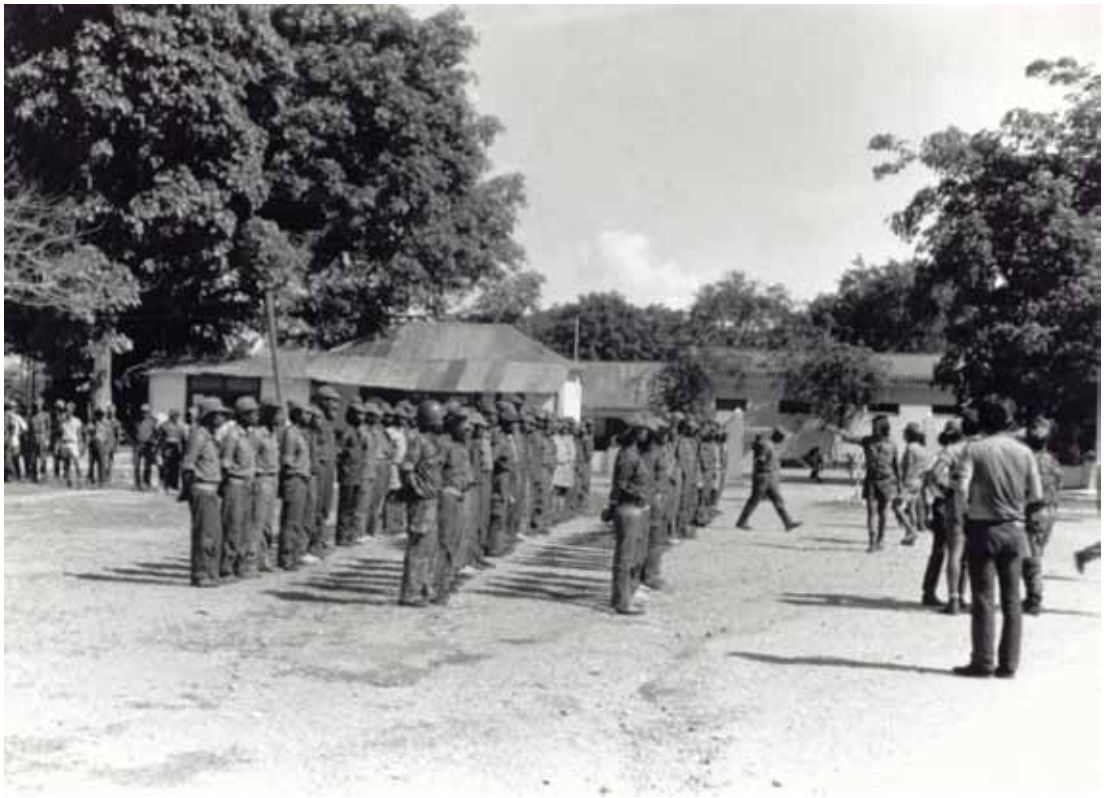
Díli/Same-Baucau/Viqueque; Baucau/Viqueque--Ponta Leste[5].

A situação de impasse só foi desbloqueada a partir do segundo semestre de 1977, com o envio de mais tropas, que subiu para os 38.000[6] e, principalmente, através da utilização de meios aéreos e armamento pesado. De facto, a par da intensificação do fogo de artilharia naval, o emprego de bombardeiros *A-4E Skyhawk*, que utilizavam bombas de elevada potência, e de aviões de contraguerrilha *OV-10F Bronco*, capazes de voar a baixa altitude e sob quaisquer condições meteorológicas, ambos de fabrico americano, permitiram aos batalhões progredir em linha em direção às bases da resistência enquanto estas eram sistematicamente bombardeadas, complementados pelos modernos aparelhos de ataque ao solo *Hawk* britânicos e pelo uso de helicópteros *Alouette* franceses. A dificuldade de progressão indonésia foi compensada, portanto, por um avassalador poder de fogo, negando a resposta a uma resistência que não tinha peças de artilharia nem meios antiaéreos.

Os timorenses basearam a unidade na luta numa ideologia nacionalista de cariz marxista, combateram apoiados forças militares com 25 a 30 mil efetivos, aproveitaram o considerável arsenal militar que o Exército Português deixou ficar para trás com a retirada da ilha (espingardas automáticas G3, espingardas Mauser, pistolas-metralhadoras FBP, morteiros 60 e 81, obuses de montanha), organizaram-se em bases de resistência / apoio no conjunto montanhoso de Timor-Leste sobranceiro à presença do ocupante e, dessa forma, o combateram. De tal forma que inviabilizou a pretensão inicial indonésia de absorver no curto prazo e a baixo custo o território, sendo obrigada a um empenhamento militar para além do previsível.

As reuniões de Soibada (1976) e de Laline/Lacluta (1977) definem o caráter da resistência, assente numa coabitação estratégica entre os políticos da FRETILIN, os militares das FALINTIL e as populações. Como facto mais relevante regista-se a definição estratégica da resistência, que adota a doutrina maoista: a guerra seria travada pelo povo e para o povo (guerra popular); a guerra seria prolongada; a resistência dependeria das suas próprias forças.

Assentes no pressuposto de que a "*política comanda o fuzil*"[7], competia aos líderes da FRETILIN organizar administrativamente o território, definir os objetivos de guerra e delinear o modelo social. Em termos administrativos, as zonas libertadas foram divididas em seis setores[8], cada um com unidades políticas à responsabilidade da FRETILIN[9] e zonas militares sob comando das FALINTIL[10]. As principais bases eram Fatubessi, Ramelau, Cablac, Matabian e Bibileo. Como a in-



dependência constituía o estado final a alcançar, o partido desenvolveu uma política educativa dirigida à população civil destinada a generalizar a crença na libertação nacional.

As FALINTIL, dependentes da estrutura política, faziam a guerra reportando o resultado das operações efetuadas, garantiam a defesa das bases da resistência e a segurança das populações. Sujeitando o inimigo a uma guerra de posições, a defesa estruturava-se da seguinte forma: base de apoio, onde as populações desenvolviam as suas atividades quotidianas; linha defensiva, marcada entre a base de apoio e a zona de transição, que garantia a proteção militar à atividade económico-social; zona de combate (também conhecida por zona vermelha). Desta forma, as companhias de setor (unidades regulares) atuavam na frente de combate, as companhias de intervenção estavam vocacionadas para a segurança e defesa das bases de apoio e as companhias de choque desencadeavam ataques de surpresa ao inimigo. Relativamente às populações, sustentavam "economicamente" as zonas libertadas, garantindo bem-estar. Posicionados na retaguarda da linha defensiva, os civis organizaram uma sociedade com um funcionamento básico capaz de satisfazer as necessidades essenciais, nomeadamente ao nível da produção de géneros alimentícios, apoio sanitário e educação escolar.

Portanto, a resistência, seguindo o conceito maoísta, atuou no seio do povo como o peixe na água[11]: a FRETILIN, enquanto cimento ideológico, orientava a luta de libertação; as FALINTIL, como vetor operacional, eram protetoras do povo, permitindo que as pessoas vivessem nas zonas libertadas; o povo, constituindo o meio ambiente, justificava o direito à resistência e apoiava a luta.

O comando da luta, que incluía Xavier do Amaral (comandante supremo), Nicolau Lobato (comandante das FALINTIL) e António Carvarino (Comissário Político Nacional) estava concentrado no eixo Same-Aileu-Ainaro-Manatuto, ou seja, tão longe quanto possível dos locais de combate mas suficientemente próximo para orientarem a resistência. A situação sustentou-se enquanto os batalhões indonésios eram incapazes de desencadear com sucesso ofensivas em larga escala contra as bases da resistência. Mas tudo muda quando desencadeia as operações de cerco e aniquilamento, empregando meios aéreos de contraguerrilha e de ataque ao solo com os quais bombardeiam as bases e permite o avanço das forças terrestres, desfloresta a mata e destrói as culturas. Efetivamente, as FALINTIL são obrigadas a sucessivos recuos, o perímetro das bases encolhe, as populações são obrigadas a concentrar-se e a fome inicia o martírio.

Entretanto, ocorrem dissensões no seio da re-

sistência, tendo as populações como fundamento. Insensível a desvios ideológicos revolucionários, a FRETILIN coagia as populações que permaneciam agarradas aos conceitos tradicionais de fidelidade familiar e entrou em choque com os elementos das FALINTIL que entendiam a guerra apenas numa ótica militar e encaravam as obrigações de segurança e bem-estar do povo como um entrave à condução das operações. Atendendo aos milhares de pessoas que permanecia nas bases de apoio, defendiam o seu regresso às localidades. O resultado foi as admoestações, os julgamentos públicos (crítica e autocrítica), as prisões e as execuções. Latente desde o período da guerra civil, o mal-estar entre políticos e militares agudizava-se. Mas o litígio mais complexo ocorreu em 1977 e envolveu Xavier do Amaral, acusado de traição à Pátria por pretender alienar a vontade do povo e propugnar uma guerra de guerrilha. Foi exonerado de funções, encarcerado e torturado, transitando o comando da luta para Nicolau Lobato.

Um outro ponto prende-se com a ajuda externa anunciada pela FRETILIN, que os agentes externos captariam em países como a China ou Moçambique, mandando para o efeito terraplenar algumas pistas de aterragem, como aconteceu em Fatuberliu. Mas em 1978 era evidente que a aterragem de aviões ou o simples lançamento de material nas áreas da resistência jamais ocorreria. Esta situação acabou por minar o ânimo nas bases e lançar a descrença na liderança política. Alarico Fernandes (Ministro da Informação) entra em colisão com Nicolau e descrê da vitória sem auxílio externo. Acaba por se entregar à tropa indonésia e, com ele, o rádio maubere que permitia à resistência comunicar com o exterior.

A solução final indonésia assentou, portanto, em operações de cerco e aniquilamento, destinadas a anular a produção alimentar das bases de apoio e bater a resistência por partes. A medida resultou pois as principais bases de apoio foram desalojadas mediante entrega das populações e as de resistência destruídas. A "queda" do Matabian, a 22 de setembro de 1978, significou o "momento glorioso" da aparente vitória militar indonésia, sustentada pela morte ou captura da quase totalidade dos elementos do Comité Central da FRETILIN, com destaque para Nicolau Lobato[12], apresentado como troféu de guerra.

De facto, desprovida de abrigos adequados, minada por atritos internos e desprovida de uma retaguarda que negasse o acesso ao inimigo, a resistência sucumbe. Primeiro no setor Fronteira Sul (início de 1978), a seguir na planície de Natarbora /Manatuto (meados de 1978), depois a base do Matebian, no Centro Sul (setembro de 1978) e, finalmente, na base Fatubessi (Ermera), em fevereiro de 1979.

A queda das bases de resistência marcou o fim das zonas libertadas e da estratégia de guerra popular prolongada. Uma estratégia sem dúvida ousada, mas que originou custos humanos elevados, o armamento de grande parte do território e o desaparecimento da geração de líderes políticos e chefes militares que iniciaram a resistência à ocupação. Uma estratégia onde o conceito de Mao Tsé Tung − (a população [água] é o meio onde a guerrilha [peixe] vive) − foi deturpado, pois significa que a população apoia a luta armada, mas não está sob a sua proteção. Ter o apoio da população, como defendia Mao, não significa tê-la junto das forças militares a dificultar os combates, como erradamente fez a direção da luta.

O período de 1975-79 foi, sem dúvida, o mais mortífero da guerra, deixando um rasto de morte de dezenas de milhares de timorenses que sucumbiram, para além dos combates, à fome e às doenças. Mas do lado indonésio cerca de 16.000 soldados terão perdido a vida[13]!

[Continua no próximo número.]

[1] John Taylor, *Timor. A História Oculta*, Venda Nova, Bertrand Editora, 1993, pp. 128-130.

[2] Jill Jolliffe, *Timor. Terra Sangrenta*, Lisboa, Edições «O Jornal», 1989, pp. 81-85.

[3] Entrevista de D. Basílio do Nascimento, Pedro Rosa Mendes e Alain Corbel, *Madre Macau*. Timor, Lisboa, Associação para a Cooperação entre os Povos, 2004, p. 36.

[4] João Felgueiras e José Alves Martins, *Nossas Memórias de Vida em Timor*, Braga, Editorial A. O., 2006, p. 58.

[5] Frédéric Durand, *Timor Lorosa'e. Pays au Carrefour de l'Asie et du Pacifique*, Marne-la-Vallée, Presses Universitaires, 2002, p. 71.

[6] Gabriel Defert, *Timor Est. Le Génocide Oublié*, Paris, L'Harmattan, 1992, p. 109.

[7] Comissão de Acolhimento, Verdade e Reconciliação em Timor-Leste (CAVR), *Relatório Chega*, Capítulo 4, Díli, 2005, pp. 19.

[8] Fronteira Norte (Ermera, Liquiçá, Bobonaro); Fronteira Sul (Covalima e Bobonaro); Centro Norte (Manatuto, Aileu, Díli); Centro Sul (Manufahi e Ainaro); Centro Leste (Baucau e Viqueque); Ponta Leste (Lautém).

[9] A nível político, existia um Comissários Político Regional por setor, um Secretários Distrital, Secretários das Zonas (por sub-distritos), Secretários dos Sucos e Núcleos de Resistência.

[10] A nível militar havia um comandante por Setor, dois Comandantes por Região e os Comandantes de Zona.

[11] Mao Tsé-Tung, *Escritos Militares de Mao Tsé-Tung*, Pequim, 1968.

[12] Os contornos da morte do comandante da Resistência Timorense permanecem ainda pouco claros: terá sido morto em combate pelas tropas indonésias; disparou contra si a bala que restava, evitando cair vivo nas mãos do inimigo; baleado, foi capturado ainda com vida, morrendo no percurso para Díli.

[13] Gabriel Defert, ob cit., p. 109.

* Tenente-Coronel Abílio Pires Lousada – Professor de História Militar da Área de Ensino de Estratégia do IESM

* Tenente-Coronel António José Oliveira – Oficial de Operações da Brigada de Intervenção

* Major Carlos Dias Afonso – Oficial-Aluno do Curso de Estado-Maior Conjunto do IESM

SEMINÁRIO "DA ESCOLA DO EXÉRCITO À ACADEMIA MILITAR: PASSADO, PRESENTE E FUTURO DA FORMAÇÃO SUPERIOR MILITAR EM PORTUGAL"

Realizou-se no dia 16 de maio, no Grande Auditório do Aquartelamento da Academia Militar, na Amadora, o Seminário "Da Escola do Exército à Academia Militar: passado, presente e futuro da formação superior militar em Portugal".

O Exmo. Tenente-General Comandante da Academia Militar realizou a intervenção inicial, após a qual se seguiram as intervenções dos conferencistas convidados, cujas ideias resumo se apresentam:

Foto: CAVE

A Formação superior militar: denominadores comuns da Escola do Exército aos nossos dias, pelo General António Martins Barrento

• Dualidade entre o "saber de experiência feita" vs. "aprender saber" - traduz-se na tríade: Academia/ Prática/ Experiência;

• Quatro constantes: Imprescindibilidade duma formação base sólida e completa para o futuro oficial do Exército/GNR; "Importação/ exportação" entre universidades, instituições, ramos das Forças Armadas, com as Forças de Segurança, etc.; Formação militar e prática como parte fundamental da preparação base; Preparação para o comando através de valores e comportamentos - traduzem-se na aprendizagem da ética e liderança;

Foto: CAVE

• O "homem" como centralidade para o estudo e para o exercício do comando;

• A AM praticou Bolonha "avant la lettre" mas não necessita de se comparar para obter aprovação, antes deve utilizar e privilegiar mecanismos de coordenação e partilha;

• Ser, Saber e Saber-Ser como tríade de necessidades para preparar o futuro comandante - assim garantindo-se a necessária autoridade para exercer a função de comando.

A formação superior dos oficiais do Exército e da GNR num novo quadro das relações civil-militares em Portugal, pelo Professor Doutor Eduardo Marçal Grilo

• Anteriormente havia (durante o Estado Novo) uma grande diferença conceptual - separava a casta militar da restante sociedade - a opção era entre "casta separada" ou "membros integrantes" - e hoje opta-se claramente pela segunda;

• Formam-se valiosas "elites militares" sabendo que estas devem circular entre instituições civis e militares;

• Pilares fundamentais - Formação científica sólida (Licenciatura abrangente e depois Mestre e Doutoramento especializado); comportamento e valores intemporais e universais;

• Combater a atual "crise de valores" nas escolas;

• O dever de "exigência" de cada um e para os outros;

• Fundamental que Ensino Superior Militar e universidades civis trabalhem lado a lado, juntas por um Portugal mais inovador, gerador de riqueza e com futuro garantido.

Visões de futuro para a formação dos Oficiais do Exército e da GNR em Portugal, pelo Tenente-General Mário Oliveira Cardoso:

• Continuar a formar especialistas na gestão da violência legítima;

• Na carreira militar entra-se por baixo (Soldado, Furriel ou Alferes);

• O ambiente futuro (imprevisível, disperso, sem rosto e com escassez de recursos) obriga a uma formação humana, diversificada e abrangente, interdisciplinar;

• É necessário um sistema superior de ensino específico mas integrado na sociedade;

• Estrutura de títulos académicos deve ser paralela e complementar, não deve ser indexada aos postos.

Após um período de debate, moderado pelo Exmo. Tenente-General Carvalho dos Reis, o Seminário foi encerrado por Sua Excelência o General Chefe do Estado-Maior do Exército.

MILICIA

WWW.MILICIAPRO.COM

SEDE
Showroom
Nova Loja

+80 Marcas
Loja 170M²
Showroom 180 M²
Estacionamento
700 M² Armazém

FARDAMENTO
EQUIPAMENTO
SEGURANÇA

5.11 TACTICAL SERIES

BLACKHAWK!

Aimpoint, American Body Armor, AmeriGlo, Arktis, Armor Accessories, Bates, BCB, Bianchi, C-A-T, Sam Medical CAA Tactical, Cadex, CamelBak, Crimson Trace, Defcon 5, Defense Technology, Eagle, Eberlestock, ESS, Explorer First Choice, Fisher Labs, Forensics Source, Peli, GoldEck, Hatch, Hawke, Hellstorm, Hiatt, Inova, Lansky, Ledwave Libervit, Marlow, Maxpedition, MOD, Monadnock, Oakley, Otis, Fox, Peltor, Protech, Quickstep, Savvy Armor Second Chance, Seeker, Sog, Suex, SureFire, Tactical Medical, Taser, TSSI, United Shield, Garret, Tristar Armored Cars

Visite-nos na Av Poeta Eugénio de Andrade, nº 1267 - Canidelo VNG
coordenadas GPS: 41,115871 / -8,648119

PLANO DE SAÚDE DENTÁRIO EXCLUSIVO

PARA OS MILITARES E CIVIS DO EXÉRCITO PORTUGUÊS, INCLUINDO AS SUAS FAMÍLIAS

Já não custa ter um sorriso bonito e uma boca saudável

Preço: 30€ pessoa/ano - (Preço família, especial de lançamento 75€/ano incluíndo cônjuge e descendentes)

VANTAGENS:

- Mais de **3000 médicos dentistas** à sua disposição em todo o território nacional e ilhas.
- **Todas as especialidades cobertas** e todos os tratamentos que possa necessitar.
- **Clínicas seleccionadas** que cumprem os máximos standards de Qualidade.
- **Redução dos custo nos tratamentos em mais de 50% do preço privado** (ver tabela completa na página Web).
- **Tratamentos preventivos e mais frequentes SEM CUSTO**.

TRATAMENTOS	PLANO DE SAÚDE EXÉRCITO / DENTALREDE	PREÇOS MÉDIOS EM PRIVADO
CONSULTAS E VISITAS DE ESPECIALIDADE	SEM CUSTO	30,00€
DESTARTARIZAÇÃO (LIMPEZA)	SEM CUSTO	40,00€
RADIOGRAFIAS	SEM CUSTO	10.00€
COROAS E PONTES DE CERÂMICA	240.00€	400.00€
ORTODÔNTIA	255,00€ (POR APARELHO)	500,00€ (POR APARELHO)
EXTRACÇÕES SIMPLES	SEM CUSTO	30,00€

Ver toda a informação
www.Dentalrede.pt/parceiros/exercito português

INSCREVA-SE JÁ!!!

Fale connosco através do

☎ **808 201 665**

€2.00 (IVA incluído)

Ano LIII - n.º 618
JUNHO DE 2012

jornal do Exército

10 de junho

Dia de Portugal, de Camões e das Comunidades Portuguesas

Protocolo Santander Totta

Soluções Ordenado

Damos mais valor ao seu ordenado

iPad 3 Apple
Wi-Fi 4G 16GB

Para ordenados ou reformas a partir de 2.500€ ou 1.500€ com variação de recursos ≥ 20.000€

Câmara de Filmar Toshiba

Máquina de Café Dolce Gusto

DVD Portátil Philips

GPS Garmin

Máquina Fotográfica Fujifilm

Para Ordenados a partir de 375€ e reformas a partir de 300€

Samsung TV LED

NetBook Toshiba NB510

PlayStation3 160 Gb

Samsung Galaxy Ace

Para ordenados ou reformas a partir de 1.500€

No Santander Totta sabemos que uma gestão eficiente do seu dia-a-dia permite-lhe ganhar tempo e dinheiro. Com as nossas Soluções Ordenado queremos estar em sintonia consigo, para que possa aproveitar melhor cada momento da sua vida. Conte connosco.

Santander Totta
O Valor das Ideias

PROTOCOLO

www.santandertotta.pt

O valor mínimo de ordenado ou reforma líquido domiciliado para acesso a um dos equipamentos é de 375€ e 300€ respectivamente, excepto para a TV LED, o Netbook Toshiba, o Samsung Galaxy Ace e a Playstation3 que é de 1.500€ e para o iPad que é de 2.500€ ou 1.500€ e variação de recursos de valor igual ou superior a 20.000€ face ao saldo pontual de 30 de Junho de 2012 . O pedido de equipamento deve ser efectuado pelo Cliente até 28 de Setembro de 2012 (válido para novas domiciliações de ordenado ou reforma), devendo a 1ª domiciliação de ordenado ou reforma (e variação de recursos, no caso do iPad3) e reclamação do equipamento ocorrer nos 3 meses subsequentes. Caso cessem as domiciliações de ordenado ou reforma, antes de decorridos 25 meses, por causa não imputável ao Banco, o Cliente deverá devolver o valor de 600€ no caso do iPad3, 300€ no caso da TV LED, do Netbook Toshiba, do Samsung Galaxy Ace e da Playstation3 e de 150€ para os restantes equipamentos, na proporção do prazo não decorrido. Para efeitos de validação do cumprimento do requisito relativo ao saldo de recursos (que compreendem os Saldos de Depósitos à Ordem, Depósitos a Prazo, Contas de Rendimento e Poupança, Produtos Estruturados, Fundos de Investimento, Seguros Financeiros e Planos de Poupança Reforma/Educação e excluem Carteiras de Títulos), não serão consideradas as oscilações negativas do preço de mercado, ou seja, eventuais desvalorizações dos produtos detidos pelo Cliente nem as variações negativas do Saldo de Depósitos à Ordem. Oferta limitada ao stock existente. As imagens da Máquina de Café Dolce Gusto e do iPad 3 podem não corresponder à cor atribuída ao Cliente. A qualidade do equipamento e a sua garantia são da responsabilidade exclusiva dos fornecedores.

Jornal do Exército
ÓRGÃO DE INFORMAÇÃO, CULTURA E RECREIO DO EXÉRCITO PORTUGUÊS, CRIADO POR PORTARIA DE 14JUL60

Capa

Monumentos com História Militar
Monumento aos Descobrimentos – 4
Editorial – 5
Figuras e Factos – 6
Combined Joint Operations Center do ISAF Joint Command – 14
Procissão de Nossa Senhora da Saúde – 42
Direito de resposta – 44
Figuras e Factos - Destaque do mês – 46

Foto: Presidência da República

Desenvolvimento da Base Tecnológica e Industrial de Defesa nacional – 20

A luta armada timorense na resistência à ocupação 1975-1999 – Parte II – 34

10 de Junho de 2012 Lisboa - Dia de Portugal, de Camões e das Comunidades Portuguesas – 24

Suplemento Banda Desenhada: "Gil Eanes – o Herói de Lagos" Pág: I a IV

Os artigos publicados com indicação de autor são da inteira responsabilidade dos mesmos, não refletindo, necessariamente, o pensamento da Chefia do Exército Português

PROPRIEDADE DO ESTADO-MAIOR DO EXÉRCITO
Direção, Redação e Administração: Largo de S. Sebastião da Pedreira, 1069-020 Lisboa, Telef: 213 567 700, Fax Civil: 213 567 791 Militar: 414 091, E-mail: jornal.do.exercito@mail.exercito.pt, jornal.exercito@sapo.pt, E-mail - Intranet: Jornal do Exército, Home page: www.exercito.pt DIREÇÃO - Diretor: Coronel de Infantaria José Custódio Madaleno Geraldo; Sub-Diretor: Tenente-Coronel J. Pinto Bessa; Secretária: Ass. Téc. Arminda Vitorino; REDAÇÃO - Chefe: Tenente-Coronel J. Pinto Bessa; Assistente de Redação: 1.º Sargento Anjos Das Neves; Redatores: Alferes RC Nelson Cavaco, Alferes RC Filipa Domingos; Operadoras Informáticas: Assistente Técnica Elisa Pio, Assistente Técnica Guiomar Brito; SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS - Chefe: Tenente-Coronel António N. Marcos Andrade; Auxiliares Sargento-Ajudante João Belém, Sargento-Ajudante Luís Silva; Operadoras Informáticas: Assistente Técnica Joana Moita; Assistente Técnica Tânia Espírito Santo; COLABORAÇÃO FOTOGRÁFICA - Lusa - Agência de Notícias de Portugal, SA; Centro de Audiovisuais do Exército RCRPP/GabCEME; EXECUÇÃO GRÁFICA - PERES - SOCTIP Indústrias Gráficas, SA, Estrada Nac. 10, Km. 108,3 - Porto Alto, 2135-114 Samora Correia, Telef. 263 009 900 - Fax 263 009 999, acosta@peres-soctip.pt Tiragem - 6 000 exemplares Depósito Legal - nº 1465/82 ISSN - 0871/8598

Monumento aos Descobrimentos

Copyright © 2008-2012 all-free-photos.com | All Rights Reserved - Design by 1234.info | Modified by all-free-photos.com

O monumento aos Descobrimentos, mais conhecido como Padrão dos Descobrimentos é uma obra evocativa da expansão marítima portuguesa, na qual se destaca a figura do Infante D. Henrique (Henrique o Navegador).

Aliás, a sua inauguração remonta ao ano de 1960, precisamente aquando das celebrações das Comemorações Henriquinas, que decorreram pelos locais onde o Infante viveu. Contudo, essa inauguração correspondeu a um reerguer do monumento, que primitivamente fora erguido em 1940.

O monumento original fora encomendado ao arquiteto Cottinelli Telmo pelo regime de Oliveira Salazar, por ocasião da Exposição do Mundo Português (1940). A auxilia-lo estiveram Leitão de Barros e Leopoldo de Almeida, sendo na altura constituído por uma estrutura de ferro e cimento, com a composição escultórica formada por 33 figuras em estafe.

O monumento atual foi inaugurado a 9 de agosto de 1960. Hoje encontra-se aberto ao público e no seu interior é possível aceder ao miradouro, a um auditório e a uma sala de exposições.

O Padrão dos Descobrimentos tem uma altura de 50 metros, medindo 20 metros de largura e quase 46 metros de comprimento.

Apresenta o formato de uma caravela com a imagem do Infante D. Henrique à proa, com 9 metros de altura. A ladeá-lo estão as imagens de 32 figuras da História de Portugal, ligadas aos Descobrimentos Portugueses, com 7 metros de altura. De um lado encontram-se: o Infante Pedro, Duque de Coimbra; D.ª Filipa de Lencastre; Fernão Mendes Pinto; Frei Gonçalo de Carvalho; Frei Henrique Carvalho; Luís de Camões; Nuno Gonçalves; Gomes Eanes de Zurata; Pêro da Covilhã; Jácome de Maiorca; Pedro Escobar; Pedro Nunes; Pêro de Alenquer; Gil Eanes; João Gonçalves Zarco e o Infante Santo D. Fernando.

Do outro lado encontram-se: D. Afonso V; Vasco da Gama; Afonso Gonçalves Baldaia; Pedro Alvares Cabral; Fernão de Magalhães; Nicolau Coelho; Gaspar Corte Real; Martim Afonso de Sousa; João Barros; Estêvão da Gama; Bartolomeu Dias; Diogo Cão; António Abreu; Afonso de Albuquerque; São Francisco Xavier e Cristóvão da Gama.

Situa-se na margem direita do rio Tejo, na freguesia de Belém, na cidade de Lisboa.

Alferes RC Nelson Cavaco

INFORMAR PARA BEM SERVIR

É sempre com um misto de emoção e orgulho que escrevemos acerca do Dia de Portugal, de Camões e das Comunidades Portuguesas. Portugal, com quase nove séculos de existência, com cerca de dez milhões de portugueses residentes e cerca de cinco milhões na diáspora, tem uma História ímpar no mundo globalizado, que ele próprio iniciou há mais de cinco séculos atrás.

Camões foi um poeta de ação, que cantou com excelência os heróis portugueses na grande epopeia "Os Lusíadas", onde se fixaram para sempre, no sonoro bronze da História, os seus grandes feitos. Segundo Alexandre de Albuquerque, a conceção camoniana de herói é diferente dos outros grandes épicos. O herói português, através de Camões, não se confunde com mais nenhum, é caracterizado de forma única e original. "A característica fundamental do herói camoniano é não chorar. Camões, por certo, considerou as lágrimas indignas de um herói nacional. É tão humano o choro que nenhum dos outros poetas se pejou de inundar em cascatas e dilúvios de lágrimas, aqui e além, os feros rostos dos heróis. Em todos esses poemas emana o choro dos olhos dos guerreiros. É certo que quando choram é sempre por amizade ou por amor, em todo o caso choram." Os heróis portugueses atravessam todo o poema de olhos livres de lágrimas. Será insensibilidade pergunta o autor referido, e responde "Não. Pelo contrário aparecem muitas vezes comovidos, limitam-se ora a rezar, como diante da tempestade, ora a suspirar como na despedida da Praia do Restelo, a Praia das Lágrimas, assim chamada do banhado de pranto das mulheres,[…]. Os heróis lusíadas são dignos e graves, mas riem algumas vezes, embora não chorem nunca." Não choram apesar dos infortúnios e das contrariedades, que sempre souberam ultrapassar.

Curiosamente o local onde se celebrou, no corrente ano o 10 de Junho, foi junto à Praia do Restelo, onde os portugueses partiram para dar novos mundos ao mundo, com o conhecimento e a fé que a empresa haveria de dar certo. O Presidente da República, Comandante Supremo das Forças Armadas, dirigiu-se a todos os militares, tendo em conta o atual momento da nossa História, com as seguintes palavras "Exorto-vos a vencer as dificuldades com determinação e a vontade forte que vos caracterizam, numa atitude que sirva de exemplo e motivo de orgulho a todos os Portugueses. Acompanho-vos no desígnio de edificar um futuro promissor, em respeito pela memória daqueles que nos antecederam e no dever que nos assiste prosseguir Portugal."Tal como no nosso poema épico não houve lágrimas, mas reflexão e predisposição para vencer e ultrapassar, mais uma vez, as dificuldades.

Nesta edição do Jornal do Exército damos digno destaque às comemorações do nosso Dia Nacional, nomeadamente às cerimónias militares ocorridas em Lisboa. Neste número temos a honra e o prazer de iniciar mais um dos trabalhos do grande artista da Banda Desenhada Portuguesa, José Pires, com trabalhos publicados em Portugal e no estrangeiro. Este autor tem sido de uma generosidade extraordinária para com o Jornal do Exército, ao partilhar os seus trabalhos graciosamente. Mais uma vez, aqui fica, o nosso reconhecimento e admiração pela pessoa e pela sua obra. Tratando de um dos episódios da nossa demanda dos descobrimentos, este será o momento adequado para os leitores e colecionadores darem atenção ao álbum: "Gil Eanes, o herói de Lagos, o Bojador para lá das portas do mito".

Três distintos oficiais, o Tenente-Coronel Abílio Pires Lousada, o Tenente-Coronel António José Oliveira e Major Carlos Dias Afonso, trazem-nos a segunda e última parte de um artigo que constitui a síntese de um livro em fase de pré-publicação com o mesmo título "A luta armada timorense na resistência à ocupação: 1975-1999". O Tenente-Coronel de Cavalaria José Luís Simões traz-nos o artigo "Combined Joint Operations Center do ISAF Joint Command", onde participam militares portugueses. O Coronel de Infantaria Fernando Albuquerque publica um interessante artigo ligado à política Comum de Segurança e Defesa, no quadro da União Europeia intitulado "Desenvolvimento da Base Tecnológica e Industrial de Defesa Nacional". Por fim, a nossa habitual cronista, Mestre Ana Rita Carvalho, conta-nos como foi a Procissão de Nossa Senhora da Saúde do corrente ano, indelevelmente ligada ao meio castrense.

José Custódio Madaleno Geraldo
Coronel de Infantaria

Lançamento do livro “As Forças Armadas em Portugal”

O Instituto de Estudos Superiores Militares acolheu o lançamento da nova obra do General Loureiro dos Santos, “As Forças Armadas em Portugal”.

O evento decorreu no dia 30 de maio, no Anfiteatro General Ivens Ferraz.

O livro é uma edição da Fundação Francisco Manuel dos Santos e foi apresentado pelo General António Ramalho Eanes.

Perante um anfiteatro repleto destacaram-se as presenças do Primeiro-ministro, Dr. Pedro Passos Coelho, do Ministro da Defesa Nacional, Dr. José Pedro Aguiar-Branco, do Chefe do Estado-Maior-General das Forças Armadas, General Luís Araújo, dos Conselheiros de Estado, Dr. Vítor Bento, do Provedor da Justiça, Dr. Alfredo de Sousa, do Secretário de Estado Adjunto do Ministro da Defesa Nacional, Dr. Braga Lino, do Secretário-geral do Sistema de Informações da República, Dr. Júlio Pereira. Os três ramos das Forças Armadas fizeram-se representar ao mais alto nível pelos seus Chefes de Estado-Maior, Almirante Saldanha Lopes, General Araújo Pinheiro e General Artur Pina Monteiro, da Armada, Força Aérea e Exército, respetivamente.

O tema do livro, como o nome indica, são as Forças Armadas (FA), mas na perspetiva de Instituição Nacional de atuação civil.

O General António Ramalho Eanes, a quem coube a apresentação da obra, destacou a capacidade de julgar e decidir, e de coragem cívica do autor: “Capacidade de decisão e coragem que fazem desta obra não só testemunho de expresso e assumido amor pátrio, mas, também, de manifestação de afetivo, mas despreconceitual, sentimento pela nação em armas e em permanente doação ao seu Povo.”

Citando o autor, realçou o papel das FA portuguesas ao longo da história que “têm mostrado que constituem o mais sólido e firme bastião da continuidade de Portugal livre e soberano”, realçando que a comunidade civil reconhece este papel das FA, consoante comprova o estudo que o General Loureiro dos Santos nos dá conta do “último inquérito efetuado à população portuguesa sobre Defesa e Forças Armadas pelo Centro de Investigação e estudos e Sociologia do (…) ISCTE, em 2009.”

No estudo, 83,2 por cento dos portugueses consideram as FA necessárias, 12,9 por cento que não são tão necessárias mas que devem existir e 2,7 por cento as consideram desnecessárias.

O General Ramalho Eanes discorreu cronologicamente pelos aspetos marcantes da história das FA abordados pelo autor e referiu que “cuidado teve, também, Loureiro dos Santos em mostrar como, historicamente, os responsáveis políticos descuraram a defesa do País. 'Quando surgiam ameaças que era indispensável enfrentar' procurava-se a ajuda de aliados, que acabavam por passar 'a controlar o território nacional e a exercer a soberania' – “naturalmente” conclui Loureiro dos Santos - 'em função dos seus interesses e não dos nossos'.

Importantes pontos salientados são a democratização das FA e a recondução da revolução à democracia constitucional pluralista, após o 25 de Abril e a participação de Portugal na NATO, quer pela ação da instituição militar em regimes democráticos, quer pela modernização que o Exército sofreu.

“Debruça-se, ainda, Loureiro dos Santos sobre a situação actual das Forças Armadas”. Continua, remetendo para episódios esporádicos de tentativas de se regressar ao pensamento histórico de relegar o Exército para segundo plano em favorecimento de terceiros e aborda ainda a Lei Orgânica de Bases da Organização das Forças Armadas. Aqui cita o autor, apontando para o que o General Loureiro dos Santos considera ser a “maior lacuna da lei”, o facto de considerar que é necessário que esteja “legalmente definida a necessidade de um chefe de Estado-Maior apresentar o seu programa para o mandato para que fosse indicado, sujeitando-o a debate e votação da Comissão Parlamentar de Defesa Nacional, com a exigência de ser aprovado com maioria de dois terços (…). E seria também importante que se vulgarizasse a presença dos chefes de Estado-Maior na mesma comissão, para apresentação de temas críticos”.

Para o General Ramalho Eanes “se a sociedade evolui, se tudo nela se transforma, ajustadamente se devem transformar as suas organizações para que, mais ajustadamente também, possam prestar à sociedade o seu melhor trabalho”, e acrescenta que “nesta nova era – a do Sujeito – resposta virtuosa se poderá procurar e encontrar – como, aliás, no-lo mostram vários países da NATO, com as Associações Profissionais Militares, estritamente reguladas, com jurídico acerto, autónomas na constituição e acção face às Chefias Militares e Governos democráticos, eticamente orientadas e controladas, dialogicamente preocupadas com as Chefias Militares, Governo e, também, Sociedade Civil.”

Conclui a sua apresentação referindo que “Loureiro dos Santos, numa magistral lição, mostra não só como são e como se organizam as Forças Armadas, como se caracteriza a sua distintividade (as razões de ser, afinal, da chamada “condição militar”), mas também que as Forças Armadas foram – e são – indispensáveis a Portugal, à sua segurança, à sua política exterior e ao desenho de um novo projecto para o País, a realizar através de uma metodologia de mudança, com reformas acordadas entre o Estado e a Sociedade Civil, em que uso politicamente virtuoso se faça de todos os fatores do potencial estratégico nacional, tangíveis e intangíveis, e assim bem se exercite o Poder Nacional.

Por sua vez, o General Loureiro dos Santos agradeceu a todos os presentes e debruçou-se sobre um dos pontos que procura esclarecer na sua obra: o papel das FA e a especificidade da função militar.

Para tal recordou que " no âmbito da Segurança Nacional, as FA respondem às ameaças externas que nos possam atingir, são o último garante da segurança dos portugueses assegurando o funcionamento das instituições democráticas e constituem um instrumento da política externa nacional", discorrendo sobre a missão da defesa da República, a missão de as FA serem um instrumento da política externa do país e a missão de garantir o funcionamento das instituições democráticas.

O General considera importantíssimo sermos nós a garantir parte substancial da nossa segurança, visto que "nenhum país cumprirá de graça as missões que nos competem".

"Aliás é isso que temos visto em questões bem menos exigentes em termos de riscos, como é o apoio que nos concedem para podermos equilibrar as contas públicas. Muitos julgavam que este apoio constituiria o núcleo de uma pretensa obrigação (dita solidariedade) europeia pela qual os outros resolveriam os nossos problemas, sem que nós fizéssemos a nossa parte. Enganaram-se." justificou.

Terminou a sua intervenção desejando que não se volte a cometer o mesmo erro agora no campo militar, ao referir que "as crises financeiras e económicas conseguem levar-nos os anéis, mas as crises de segurança além dos anéis podem arrancar-nos os dedos… quando não as próprias vidas."

Batalha dos Atoleiros

O 628.º aniversário da Batalha dos Atoleiros comemorou-se na Vila de Fronteira no dia 22 de abril.

A presidir às comemorações esteve o Ministro da Defesa Nacional (MDN), Dr. José Pedro Aguiar-Branco. Marcaram presença várias altas entidades civis e militares, evidenciando-se o Chefe do Estado-Maior do Exército, General Artur Pina Monteiro e o Presidente da Câmara Municipal de Fronteira, Dr. Pedro Namorado Lancha.

A Batalha dos Atoleiros representa uma das grandes vitórias militares da história portuguesa, onde D. Nuno Álvares Pereira demonstrou que apesar do enorme poderio militar os castelhanos não eram invencíveis, obtendo com grande mestria a vitória do Exército Português contra os seus vizinhos peninsulares.

Do programa oficial das comemorações, destacam-se as Honras Militares prestadas à chegada do MDN, as alocuções do Coronel Américo Henriques e do Presidente da Câmara Municipal de Fronteira, e o desfile das Forças em parada.

Após a cerimónia militar, decorreu a inauguração do Centro de Interpretação da Batalha dos Atoleiros, com uma alocução do Presidente da Fundação Batalha de Aljubarrota, Dr. Alexandre Patrício Gouveia e um discurso do MDN.

Durante a tarde assistiu-se a uma recriação histórica da batalha.

Foto: CAVE

Comemorações do 34.ºAniversário da Brigada Mecanizada

O dia 17 de maio foi escolhido para a realização da cerimónia de celebração do 34.º aniversário da Brigada Mecanizada (BrigMec). A cerimónia foi presidida pelo Chefe do Estado-Maior do Exército, General Artur Pina Monteiro. Decorreu de forma solene e distinta, transmitindo uma perceção dos meios e capacidades da Brigada.

A cerimónia terminou com a realização, na região do D. PEDRO, do Exercício de Fogos Reais – "LFX/BrigMec 121", demonstrativo das capacidades e meios da BrigMec.

Este Exercício reuniu os objetivos associados ao Plano de Treino da BrigMec para o primeiro quadrimestre. Integrado nas comemorações do Dia da BrigMec, teve por finalidade, evidenciar e praticar o emprego das capacidades desta unidade, com especial relevo para o emprego de armas combinadas (escalão tático subagrupamento) e para a integração de fogos reais diretos, indiretos e aéreos, na concretização do treino de uma Operação Ofensiva – Ataque Imediato. Através da manobra pretendeu-se garantir a supressão ou destruição das forças adversárias, a conquista e posse de terreno importante, e ganhar tempo para criar condições que permitissem alcançar os objetivos definidos para a operação tática.

De sublinhar que no âmbito deste aniversário decorreu também, o Torneio de Golfe e a estafeta "D. Nuno Alvares Pereira 12".

Comandante do Exército visita a Zona Militar da Madeira

No dia 24 de maio, o Chefe do Estado-Maior do Exército (CEME), General Artur Pina Monteiro, deslocou-se à Zona Militar da Madeira (ZMM) no âmbito das comemorações do seu 176.º aniversário.

O simbolismo histórico desta data, e o que ela representa na intersecção da história militar com a história de Portugal, designadamente nesta região insular, deve-se ao facto de ter sido neste mesmo dia no ano de 1509, na cidade de Évora, que D. Manuel I enviou uma carta régia ao Senado do Funchal recomendando aos "fidalgos cavaleiros, escudeiros, homens bons e povo da cidade do Funchal, para se proverem com armas, como convém, não bastando somente a boa vontade". A elevação do Funchal a cidade, tinha ocorrido no ano anterior, em 1508, e o valor estratégico desta e de outras posições portuguesas eventualmente suscitava a ameaçadora cobiça de outras potências, aumentando as preocupações do Rei de Portugal com a sua defesa.

De fato, fora apenas 10 anos antes da elevação do Funchal a cidade que, em 20 de maio de 1498, Vasco da Gama tinha chegado à Índia. Por outro lado, apenas cinco anos depois, em 1514, seria estabelecida a Diocese do Funchal, a qual viria a ter um papel matricial fundamental na expansão do Ocidente e no advento da primeira globalização.

A data celebrada insere-se, assim, numa série de acontecimentos de importância histórica transcendente à escala global, os quais, indelevelmente gravados na nossa memória coletiva, contribuíram com altos e baixos para forjar ao longo dos tempos a nossa singular identidade como Povo.

As cerimónias iniciaram-se com o hastear da Bandeira Nacional no Palácio de São Lourenço, tendo posteriormente o Comandante do Exército recebido, no exterior do Regimento de Guarnição N.º 3, o Representante da República para a RAM Juiz Conselheiro Ireneu Cabral Barreto, que se dignou presidir à Cerimónia Militar e a quem foram prestadas as Honras Militares regulamentares.

Após a apresentação das Forças em parada e a integração do Estandarte Nacional, foi proferida, pelo Padre Marcos Pinto, Cónego da Paróquia da Nazaré, uma prece em sentida homenagem aos mortos em combate pela Pátria.

Seguiu-se uma alocução pelo Comandante da ZMM, Major-General Tiago Vasconcelos, onde foi evocada a atual missão da ZMM, nomeadamente o treino dos Elementos da Componente Operacional do Sistema de Forças do Exército, assim como a cooperação com as autoridades civis em numerosas outras missões de interesse público, não deixando contudo de referir que embora também a ZMM se debata com as diversas dificuldades conjunturais, está em condições de garantir ao Comandante do Exército que a missão será serenamente cumprida.

Em seguida o General CEME proferiu a sua alocução, da qual se transcrevem os seguintes parágrafos:

" …É com apreço e satisfação que me associo à cerimónia comemorativa do Dia da ZMM e manifesto o meu apreço e orgulho pelos homens e mulheres, militares e civis, que prestam serviço nesta Zona Militar, sabendo bem como a sua excecional dedicação e elevado profissionalismo têm sido fundamentais para o sucesso das atividades conduzidas pelas Unidades e Órgãos do Exército que integram a ZMM, dando um contributo decisivo para o reforço do prestígio que o Exército desfruta nesta Região Autónoma…".

"…Quero relembrar, nesta cerimónia, a presença de militares do Arquipélago da Madeira em Operações de Apoio à Paz, integrados em Forças Nacionais Destacadas, iniciada há doze anos, e que até ao momento, já conta com a participação de cerca de quinhentos militares nos Teatros de Operações da Bósnia-Herzegovina, Timor Leste e Kosovo…".

O programa da cerimónia seguiu-se com a imposição de condecorações a militares da ZMM, tendo culminado com o desfile das Forças em parada comandadas pelo Coronel de Infantaria Maia Pereira, 2.º Comandante da ZMM em exercício de funções, a que assistiram diversas entidades civis, religiosas e militares das quais se destacam o Vice-presidente da Assembleia Legislativa da Madeira, Dr. Miguel Sousa e o Secretário Regional da Educação e Recursos Humanos, Dr. Jaime Freitas.

No contexto das excelentes relações institucionais existentes entre as entidades civis e o Comando da ZMM, considera-se de especial relevância o facto de este ano as comemorações do Dia da ZMM terem ocorrido em plena "Festa da Cultura do Funchal 2012", organizada pela Secretaria Regional do Turismo e pela Câmara Municipal do Funchal, tendo a ZMM participado ativamente a diversos níveis, incluindo, no dia 26 de maio, na Praça do Município, a realização de um concerto público pela Banda Militar da Madeira, em parceria com a Associação AURA, o Grupo XARABANDA e a Orquestra de Ponteado da Madeira.

Cerimónia do Juramento de Bandeira dos Alunos do 1.º ano do curso "Brigadeiro D. Carlos de Mascarenhas" da Academia Militar

Inserido no planeamento anual de atividades, a Academia Militar (AM) levou a efeito, em 25 de maio, na parada "Gentil Bessa", a cerimónia do Juramento de Bandeira dos Alunos do 1.º ano do Curso "Brigadeiro D. Carlos de Mascarenhas".

Acontecimento repleto de simbolismo e relevância na tradição castrense, momento inolvidável e do mais profundo significado na vida dos jovens que, um dia, decididamente, optaram por servir Portugal como Oficiais dos Quadros Permanentes do Exército e da Guarda Nacional Republicana.

Presidiu à cerimónia o Chefe do Estado-Maior do Exército (CEME), General Artur Pina Monteiro que recebeu, à chegada às instalações do Aquartelamento da Academia Militar na Amadora, as honras militares regulamentares, prestadas pela Guarda de Honra composta pela 3.ª Companhia de Alunos comandada pelo Capitão de Artilharia Serrão.

A cerimónia militar iniciou com a continência ao CEME das Forças em parada, comandadas pelo Coronel de Infantaria Mendes Ferrão, Comandante do Corpo de Alunos. De seguida, foi integrado na Formatura Geral, o Estandarte Nacional à guarda da AM, após a qual o Capelão da AM realizou a cerimónia de Homenagem aos Mortos.

Seguidamente o Comandante da 1.ª Companhia de Alunos proferiu uma alocução alusiva à cerimónia de Juramento de Bandeira.

Após a leitura dos Deveres Militares decorreu o ato solene do Juramento de Bandeira dos Alunos do 1.º ano.

De seguida, as Forças em parada desfilaram perante o General CEME, após o que se realizou a atuação da Banda do Exército, que abrilhantou o evento. O programa da cerimónia terminou com a demonstração de atividades gímnico-desportivas.

Lançamento do II volume do Livro da História das Tropas Pára-quedistas Portuguesas, "HISTÓRIA DO BATALHÃO DE PÁRA-QUEDISTAS N.º 21"

Realizou-se em 14 de maio, no Pequeno Auditório do Aquartelamento da Academia Militar na Amadora, a sessão de lançamento da obra "História do Batalhão de Caçadores Pára-quedistas N.º 21", da autoria e prefácio do Major-General José Ramos Lousada..

Presidiu ao evento o Chefe do Estado-Maior do Exército, General Artur Pina Monteiro.

Na sessão de apresentação da obra, iniciada pelas 18H00, compareceram ainda o Chefe do Estado-Maior da Força Aérea, General José António de Magalhães Araújo Pinheiro, o Comandante da Academia Militar, Tenente-General Vítor Manuel Amaral Vieira e o Comandante da Brigada de Reação Rápida, Major-General Fernando Celso Vicente de Campos Serafino.

Após o encerramento da sessão pelas 19H00, foi servido um "Porto de Honra" e realizou-se a sessão de autógrafos pelo autor.

6.º aniversário da Brigada de Intervenção

A Brigada de Intervenção (BrigInt) festejou no dia 1 de junho o seu 6.º aniversário, pelo que, no âmbito das comemorações, decorreram de 28 de maio a 1 de junho um conjunto de atividades que deram brilho, significado e cor aos festejos.

Durante todo o período das comemorações, as portas do Aquartelamento de Santana estiveram abertas à população. Várias foram as escolas que, aproveitando a oportunidade, quiseram mostrar o quartel aos mais pequenos e permitir-lhes um período lúdico e descontraído.

Em cumprimento do programa das comemorações, realizou-se, no dia 29 de maio, pelas 15H30, na Parada dos Claustros, a Cerimónia de Transferência do Porta-Estandarte Nacional e respetiva Escolta e do Porta-Estandarte Heráldico. Seguiu-se missa celebrada pelo capelão da BrigInt e posteriormente um lanche convívio para militares e civis da Brigada.

O dia 30 de maio foi também bastante preenchido. Pelas 14H00 deu-se início ao *Workshop* inspirado no tema: "2012, ano europeu do envelhecimento ativo e da solidariedade entre gerações" que foi constituído por dois painéis. No primeiro painel, denominado "O envelhecimento ativo e a sociedade" foram abordados dois temas: "A atividade psicológica e o envelhecimento", tendo como oradora a Alferes Melani Costa, Psicóloga Clínica; e "Direitos e proteção social do idoso", tendo como oradora a Alferes Rita Perdigão, Assessora Jurídica da BrigInt. O 2.º Painel foi dedicado à "Apresentação do Projeto PIAF da Fundação Portuguesa de Cardiologia", cujo orador foi o Professor Doutor Polybio Serra e Silva.

Pelas 21H00 deu-se lugar à música com um concerto pela

Orquestra Clássica do Centro, realizado na Parada dos Claustros e que teve a participação de músicos da Fanfarra da BrigInt.

O ponto alto das comemorações decorreu no dia 1 com a Cerimónia Militar. O Chefe do Estado-Maior do Exército, General Artur Pina Monteiro, que presidiu à cerimónia, foi recebido pelas 11H15 com as devidas honras, seguindo-se pelas 11H30 a sequência prevista para o cerimonial militar, com a presença das mais ilustres entidades militares e civis. Seguiu-se um almoço convívio nos claustros do piso superior do aquartelamento.

101.º aniversário dos Pupilos do Exército

Decorreram nos passados dias 25 e 27 de maio, as comemorações do 101.º aniversário do Instituto dos Pupilos do Exército (IPE).

No dia 25 teve lugar uma cerimónia militar nas instalações do Instituto onde foram condecorados militares que servem o IPE.

As comemorações continuaram no dia 27 de maio, dia em que decorreram várias atividades das quais se destaca o Desfile do Batalhão Escolar em Continência ao Tenente-General Comando de Instrução e Doutrina na Praça dos Restauradores, e a Missa na Igreja de S. Domingos (Rossio).

Já na 1.ª Secção do Instituto teve lugar o almoço com ex-alunos e encarregados de educação onde estiveram presentes cerca de 800 pessoas, o Lançamento do Livro "80 anos da Associação dos Pupilos do Exército", uma Conferência da APE e o descerramento da fotografia do Comandante de Batalhão Aluno.

O ponto alto das cerimónias aconteceu com a Formatura e desfile do Batalhão Escolar, a Formatura e desfile do Batalhão da Saudade com mais de 250 ex-alunos do IPE e a Demonstração de Atividades desportivas por alunos e ex-alunos do IPE.

O Instituto agradece a todos quantos nos brindaram com a sua presença e o seu carinho.

"QUERER É PODER"

Homenagem a ex-combatentes do COM-EPA 60/61

Os Oficiais de Artilharia do Curso de Oficiais Milicianos (COM) - 1960/61 - Escola Prática de Artilharia (EPA), homenagearam na Sala da Liga dos Combatentes, no Mosteiro da Batalha, e no Regimento de Artilharia N.º4 (RA4), em Leiria, no dia 16 de junho, o seu antigo Comandante da Bataria de Instrução, Tenente-Coronel de Artilharia CEM Raúl Ernesto Mesquita da Costa Passos Ramos e o seu camarada de Curso, Capitão Miliciano de Artilharia Comando Horácio Francisco Martins Valente, mortos ao serviço de Portugal na Guiné, no dia 20 de abril de 1970, e em Moçambique, no dia 11 de agosto de 1968, respetivamente.

As cerimónias foram presididas pelo General Gabriel Augusto do Espírito Santo, antigo Chefe do Estado-Maior-General das Forças Armadas, à altura Tenente de Artilharia e um dos Comandantes de Pelotão e Instrutor desse COM.

No Mosteiro da Batalha o General Espírito Santo proferiu uma alocução durante a qual recordou os brilhantes feitos militares dos dois Oficiais que se homenageavam.

Recordou que ambos faleceram ao serviço da Pátria, pela qual se bateram de forma corajosa, denodada e sempre brilhante desde 1961 até aos dias dos seus falecimentos, no desempenho de muitas e diversas acções, de tal forma relevantes e distintas que levaram a que, além das condecorações que receberam em vida, como a Cruz de Guerra, lhes tenham sido atribuídas a Medalha de Valor Militar, com Palma e, a título póstumo, a Ordem Militar da Torre e Espada, do Valor, Lealdade e Mérito, ou sejam, as duas mais altas distinções militares que Portugal concede, em tempo de guerra ou de paz.

Seguiu-se um minuto de silêncio em sua memória e a colocação em cada uma das vitrinas existentes na Sala da Liga dos Combatentes que contêm as suas Medalhas, por dois dos Oficiais Milicianos do COM de 1960/61, uma Palma de Flores em cujas fitas se destacavam as ações que realizaram em missão.

As cerimónias prosseguiram no RA4, onde os presentes foram recebidos junto à Porta de Armas do Regimento pelo seu Comandante, Coronel de Artilharia Luís Miguel Green Dias Henriques.

Na Capela do Regimento, foi celebrada Missa pelo Capelão da Unidade, em sufrágio pelos militares que integraram o COM de Artilharia de 1960/61, assim como por todos os militares que, ao longo dos tempos, prestaram serviço no RA4 e nas Unidades suas antecessoras que, de tão brilhantes que foram, levaram a que lhes hajam sido concedidas as mais altas condecorações militares.

Terminada a celebração da Missa, dirigiram-se os presentes para junto do Monumento erigido na Parada do Regimento onde se prestou sentida homenagem aos militares falecidos, tendo sido depositada nesse Monumento uma Palma de Flores.

Houve lugar a uma apresentação dos novos equipamentos de que dispõe a Artilharia, seguida de uma almoço, onde todos puderam conviver e recordar as experiências vividas na altura.

Com o descerramento duma Placa Comemorativa, terminou um dia memorável de homenagem a militares artilheiros e de confraternização de duas gerações que nunca serviram juntas: os "velhos" e os atuais artilheiros do Exército Português.

Baile de Gala do Colégio Militar

À semelhança de anos anteriores, o Colégio Militar encheu-se de glamour para acolher o tradicional Baile de Gala dos Finalistas daquela secular instituição militar de ensino. A cerimónia que foi presidida pelo Tenente General Comandante da Instrução e Doutrina (CID), Francisco António Correia, recebeu dezenas de convidados, entre militares e civis, familiares e amigos dos finalistas. O ambiente foi de festa no dia 1 de junho, cuja noite se prolongou nos distintos Claustros desta instituição.

Workshop em Informações

A temática da informação militar foi debatida no seio militar, num *workshop* que visou o seu posicionamento legitimo, através da reflexão e do debate.

O *Workshop* teve lugar no dia 30 de maio, na Academia Militar (AM), no Pequeno Auditório, na Amadora e foi presidido pelo Comandante da AM, Tenente-General Vítor Manuel Amaral Vieira.

A abertura da sessão esteve a cargo do Major-General António Coimbra, ao que se seguiu a primeira apresentação dedicada ao tema "As Informações e o Ensino", pelo Professor Doutor Heitor Romana. Seguiram-se as apresentações da Dr.ª Helena Rego e do Tenente-Coronel Vale do Couto, dedicadas aos temas "As Informações e os novos desafios" e "As Informações Militares – Caso de Boas Práticas", respetivamente.

Após um breve intervalo o *workshop* prosseguiu com um debate.

TABELA DE PREÇOS PARA 2012

PREÇO DE CAPA € 2,00 **ASSINATURA ANUAL (11 números):** VIA SUPERFÍCIE - **Portugal Cont. Madeira e Açores** € 20,00; VIA AÉREA - **Países europeus** € 45,00; **Restantes Países** € 65,00. NOTA: **As assinaturas devem ser pagas antecipadamente**
NÚMEROS ATRASADOS - **1960 a 1969** € 4,50; **1970 a 1979** € 4,00; **1980 a 1989** € 3,00; **1990 a 2001** € 2,50; **2002** a **2011** € 2,00.
Os preços incluem IVA à taxa de 6%.
PREÇO DE ENCADERNAÇÃO € 30,00, com IVA incluído à taxa de 23%.
N.B.: Os pedidos de envio pelos CTT serão acrescidos de portes segundo os códigos postais: **1000/2000** € 4,21; **3000/8000** € 5,79; **Açores** e **Madeira** € 6,56.

Tenente-Coronel Cavalaria José Luís Simões*

Fontes: esta imagem: 4.bp.blogspot.com; imagem do canto superior direito das páginas ímpares deste artigo: images2.wikia.nocookie.net.

Combined Joint Operations Center do ISAF Joint Command[1]

Depois de terem assegurado o comando rotativo da *International Security Assistance Force*[2] (ISAF) durante alguns anos, os quartéis-generais Terrestres de Alta Disponibilidade da Organização do Tratado do Atlântico Norte (OTAN) contribuem agora para o aumento do *ISAF Joint Command* (IJC). Durante 2012 esta tarefa está atribuída ao Eurocorpo, sediado em Estrasburgo, França, e ao Quartel-General Terrestre de Alta Disponibilidade da OTAN – Espanha (HQ NRDC-SP), sediado em Bétera (Valencia), Espanha. Nesta missão participarão um total de 252 militares do NRDC-SP, sendo 218 espanhóis e 34 aliados, onde se incluem dois portugueses.

O ISAF Joint Command

O IJC é um comando de natureza operacional, criado em 2009, com a responsabilidade de supervisionar as operações diárias das forças da coligação no Afeganistão de forma a permitir ao Comandante da ISAF (COMISAF) concentrar-se nas questões relacionadas com a Estratégia de Teatro. O IJC está localizado numa zona delimitada do Aeroporto Internacional de Kabul (KAIA) e conta atualmente com um efetivo de 1020 militares, provenientes de 31 nações.

De uma forma genérica o IJC está organizado em quatro elementos principais: o Grupo de Comando, o Grupo Executivo, as áreas funcionais e as equipas cross-funcionais.

Do Grupo de Comando emanam as ordens e orientações necessárias.

No Grupo Executivo, o Chefe do Estado-Maior (*Chief of Staff*, COS) juntamente com os seus "Vice-Chefes" (*Deputy Chief of Staff*, DCOS), assegura que as ordens e orientações do Comandante do IJC (COMIJC) são implementadas, garantido a coerência do trabalho de Estado-Maior de todo o IJC.

As áreas funcionais são o fulcro do IJC que, sob a direção do Grupo Executivo, os seus chefes das equipas dirigem e orientam todo o trabalho diário. Para isso, estabelecem prioridades, gerem

o desenvolvimento das tarefas e asseguram-se da qualidade das mesmas. As áreas funcionais proporcionam conhecimento técnico mais aprofundado e fornecem os peritos em áreas específicas (*Subject Matter Experts*, SME) necessários para apoiar as equipas cross-funcionais. Monitorizam igualmente o trabalho dos seus elementos destacados nas equipas cross-funcionais de forma a assegurarem a coerência do planeamento, ao longo dos vários horizontes temporais das equipas. A finalidade primária do IJC é assim planear, acompanhar e orientar as operações de contrassubversão.

Compõem igualmente o IJC as seguintes quatro equipas cross-funcionais:

1. Operações Correntes (CuOPS), materializadas no *Combined Joint Operations Center* (CJOC); dentro desta equipa existe também uma capacidade de planeamento de curto prazo denominada de Planeamento Corrente (CuPlans);
2. Operações Futuras (FuOps);
3. Planos Futuros (FuPlans);
4. Centro de Domínio da Informação (*Information Dominance Center*, IDC).

Estas quatro equipas são prioritárias em termos de pessoal e de apoio e, em conjunto com o Grupo Executivo, formam o núcleo do IJC. As vantagens apontadas para esta estrutura, em substituição da estrutura funcional tradicional, são as seguintes:

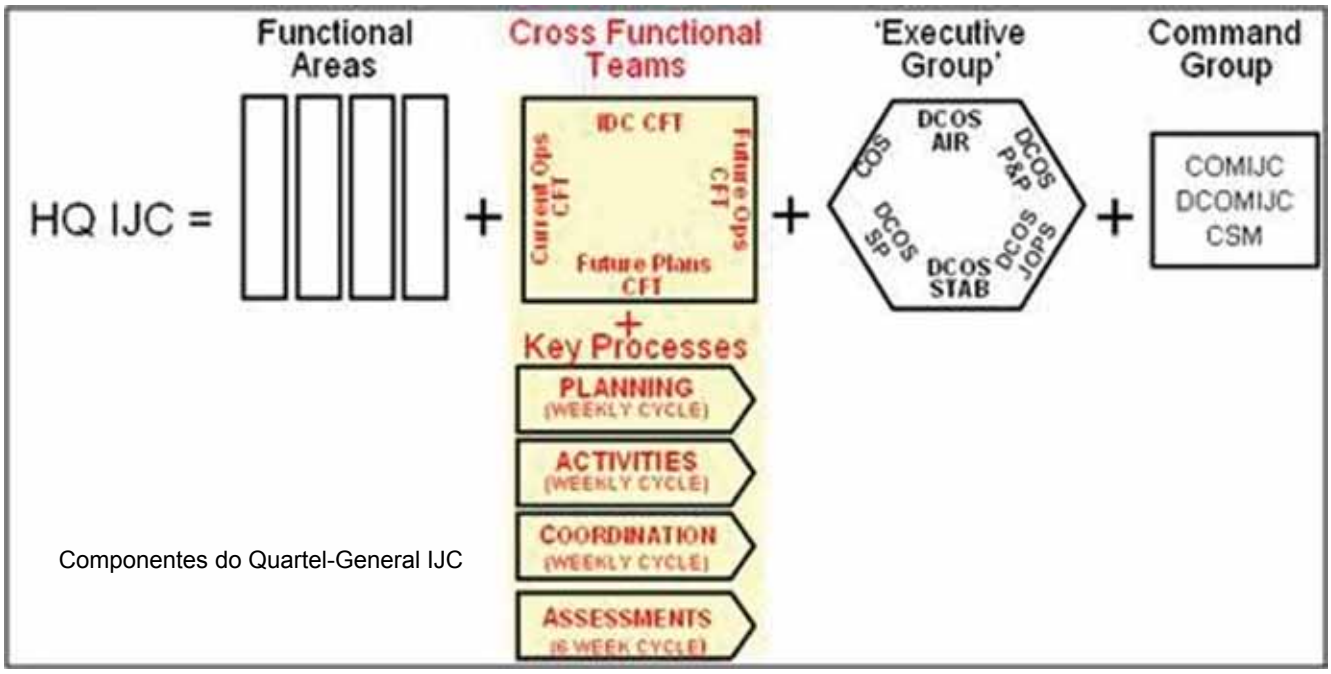
- A estrutura mais horizontal destas equipas permite maior agilidade e capacidade de resposta;
- As equipas cross-funcionais permanentes produzem resultados mais rápidos e de melhor qualidade que as equipas temporárias;
- E, o pessoal responsável pelo planeamento integrado nas equipas cross-funcionais, tem um entendimento mais fácil da interdependência entre os aspetos de governança, de desenvolvimento e de segurança, essenciais ao sucesso da missão.

As Equipas Cross-funcionais

A equipa cross-funcional do IDC fornece ao COMIJC, ao pessoal do IJC e aos parceiros, uma compreensão do ambiente operacional de forma a permitir o desenvolvimento de planos eficazes e à tomada de decisões devidamente fundamentadas. Dados, informação e conhecimento são pesquisados de acordo com um plano de pesquisa que inclui, igualmente, os requisitos de informação da nação hospedeira, bem como os indicadores da Linha de Operações da Segurança. Os dados fluem através dos centros de fusão do IDC que após a análise os fornece como informação a todas as estruturas funcionais e cross-funcionais. As tarefas específicas do IDC são genericamente: desenvolver os "Requisitos de Pesquisa" de dados de informação; planear e executar o processamen-

[1] Artigo revisto pelo *Foreign Disclosure Officer do Combined Joint Operations Center* do *ISAF Joint Command*.

[2] Procurou evitar-se a tradução dos acrónimos e termos da língua inglesa já que, muitas vezes, ainda não existe uma tradução normalizada dos mesmos.



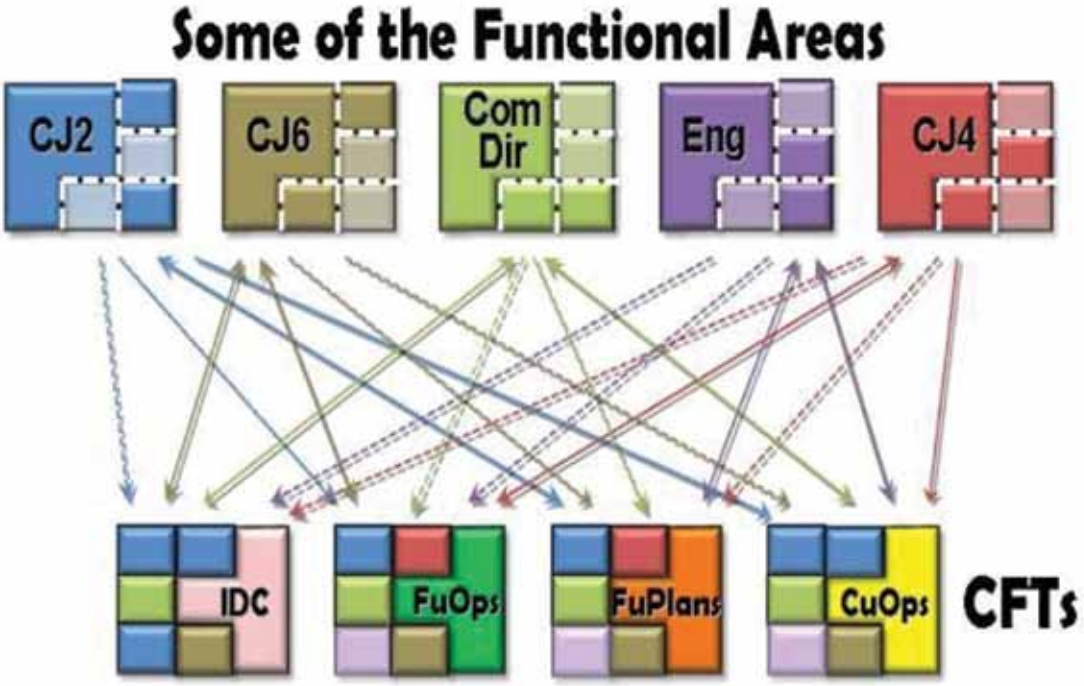
Componentes do Quartel-General IJC

to de dados de informação; conduzir a análise de dados de informação; produzir estudos e relatórios baseados em conhecimento validado; e, proceder à disseminação de conhecimento.

A equipa cross-funcional de FuPlans proporciona ao COMIJC uma capacidade de planeamento deliberado de longo prazo. Esta equipa transforma a *Situational Awareness* (SA), produtos de informações, estudos do teatro, lições aprendidas e a intenção do comandante em planos e diretivas, devidamente informadas e acionáveis. As tarefas específicas dos FuPlans são: liderar o desenvolvimento de planos e diretivas enquanto atividade cross-funcional; liderar a *Joint Planning Review* assegurando-se que as atividades de planeamento estão sincronizadas através de todas as equipas cross-funcionais e que estas são inclusas e claras para os comandos subordinados e superiores; liderar as atividades de planeamento deliberado de longo prazo do IJC em apoio do Governo da República Islâmica do Afeganistão (*Government of the Islamic Republic of Afghanistan*, GIRoA) e atores da Comunidade Internacional incluindo Organizações Governamentais Internacionais (IGO), Organizações não-governamentais (NGO) e outras. Esta equipa funciona num horizonte temporal de sessenta dias ou mais.

A equipa cross-funcional de planeamento de FuOps, funciona num horizonte temporal de entre sete a sessenta dias e conduz planeamento deliberado ou de crise, em coordenação com os parceiros afegãos e outros atores chave, para desenvolver planos de contingência em resposta a ocorrências potenciais identificadas na *Combined Joint Operation Area* (CJOA). As suas tarefas específicas são: iniciar o planeamento para operações a realizar entre as 72 horas e 60 dias; desenvolver opções e recomendações para operações futuras e eventuais contingências, ramificações ou sequelas; assegurar a sincronização de todos os esforços de planeamento de médio prazo entre o QG ISAF, QG IJC, Comandos Regionais (*Regional Commands*, RC), parceiros afegãos e organizações governamentais e não-governamentais; coordenar, conforme necessário, as atividades e produtos do planeamento com as outras áreas do IJC e RC; refinar os planos, OPLANS e CONPLANS produzidos pela equipa de FuPlans ou outra organização dentro do IJC; e, reforçar as atividades de resposta a crise das Operações Correntes.

A equipa cross-funcional das Operações Correntes (CuOps) proporciona o comando e controlo de nível operacional ao Comandante do IJC, a execução, a sincronização e a coordenação das atividades em curso e de curto prazo. Algumas das tarefas específicas da equipa são: manter a *Common Operating Picture* (COP) e compreensão total da situação; estabelecer parcerias com os comandos Afegãos e centros de controlo; antecipar, avaliar e fornecer recomendações para decisões de curto prazo; dirigir, sincronizar e coordenar as formações subordinadas; e fornecer e possibilitar o máximo de fluxo e disseminação de informação. Esta equipa é materializada no CJOC



Algumas áreas funcionais e equipas cross-funcionais

Fontes: esta imagem: mapas.geographicguide.net; última imagem deste artigo: www.emgfa.pt.

e funciona num horizonte temporal de dois dias. Possui uma célula para planeamento de curto prazo, CuPlans ou Planos Correntes, que realiza planeamento para um horizonte até sete dias.

O *Combined Joint Operations Center*

O *Combined Joint Operations Center* (CJOC) funciona continuamente durante as 24 horas do dia, sete dias por semana. A maioria do efetivo realiza dois turnos diários de doze horas. A mudança de turno é efetuada através de um briefing formal com a duração de cerca de 25 minutos e onde é transmitida toda a informação considerada relevante para o turno seguinte.

O CJOC tem uma componente muito forte de operações reforçada com pessoal de outras áreas. O JOC, bem como cada uma das suas áreas principais, é dirigido por um coronel. Todas as áreas desenvolvem tarefas, mais ou menos independentes mas sempre em proveito das CuOps, que incluem, entre outras, a criação de produtos, monitorização e coordenação das operações na sua área específica. Contudo, todas trabalham em proveito da "Ponte" ou *Bridge*, por analogia a um navio, que dirige o CJOC como um todo.

A "Ponte" canaliza a informação para o comandante através de relatórios formais e expeditos, bem como se encarrega da monitorização dos eventos, sincronização e coordenação das atividades correntes que envolvem os vários RC. A "Ponte" tem capacidade de redirecionar meios, que estão ao seu dispor e que se encontram sob o comando do DCOS for *Joint Operations* (DCOS JOPS), de acordo com as necessidades operacionais de cada momento. Estas referem-se essencialmente a meios de apoio às operações, neste caso ISR, e não forças de combate.

A "Ponte" tem essencialmente duas vertentes: a *upper Bridge* e a *lower Bridge*.

A *upper Bridge* inclui o Diretor do JOC e o Chefe de Operações (*Chief of Operations*, CHOPS). O Diretor do JOC é o principal interlocutor com os Oficias Generais do IJC em nome do JOC, bem como o representante do JOC nos brie-

fings formais em que este intervém, ao COMIJC e ao COMISAF. É igualmente o contacto direto privilegiado com os *Regional Commands* (RC) para as questões operacionais das operações correntes.

O CHOPS supervisiona as operações do JOC e é o auxiliar do Diretor do JOC, assumindo as suas funções e a direção do JOC, sempre que o mesmo se ausenta da sala (o que acontece várias vezes durante o turno). Da *upper Bridge* emanam os relatórios expeditos destinados a informar rapidamente o Grupo de Comando relativos aos eventos considerados prioritários e faz ainda a ligação para a *lower Bridge*, que chefia e diretamente supervisiona. A *lower Bridge* gere a parte formal dos relatórios e do registo da campanha e é constituída pelo *Deputy Chief Operations* (DCHOPS), Diretor de Turno (SHIFTDIR), *Battle Captains* e os *COP Managers*, que são normalmente sargentos.

Para além deste núcleo central existem as seguintes grandes áreas, que são igualmente chefiadas por coronéis: *Air Operations Control Center* (AOCC), CJ2, *Security and Partnering* e a célula de CUPLANS.

O AOCC supervisiona e coordena a atuação da aviação de teatro, seja o Apoio Aéreo Próximo, seja o transporte dentro do teatro (*Intra Theater Airlift System*, ITAS) quer em asa fixa ou rotativa. Coordena igualmente os fogos conjuntos, bem como o apoio em meios de ISR.

A área de CJ2 possui um conjunto de analistas que apoiam as operações correntes através da produção de informação de rotina e imediatas, de acordo com os acontecimentos no terreno. Existem especialistas para cada um dos RC, bem como oficiais e sargentos de turno, *Watchkeepers*, que monitorizam o TO e as operações em curso.

Na área de *Security and Partnering*, ao nível do CJOC, faz-se a coordenação de todos os movimentos das unidades recém-formadas das Forças Nacionais Afegãs de Segurança (*Afghan National Security Forces* – ANSF). Esta atuação insere-se na atividade de interligação entre as unidades com parceiros ISAF e a equipa de CUPLANS, para efeitos de coordenação. Esta equipa faz ainda a avaliação dos efetivos e da eficácia das ANSF e responde a qualquer pedido de informação da cadeia de comando, e da própria *NATO Training Mission – Afghanistan* (NTMA), relacionado com as ANSF.

Para além das grandes áreas referidas existem outras de que se destaca o *Consolidated Personnel Recovery Center – Afghanistan* (CPRC-A), com a sua atividade centrada na direção e na coordenação da recuperação de pessoal que se encontre isolado em ambiente hostil, estando sujeito a risco de captura e/ou morte. Para fazer face a estas contingências existe um conjunto de meios dedicados que serão empregues sempre que se considere que estão em melhores condições de responder do que os meios orgânicos dos RC, ou sempre que solicitado.

Os RC estão representados no CJOC através dos seus oficiais de ligação (LNO). Estão também representados os ministérios afegãos bem como o *Ground Forces Command* (GFCC), que será o equivalente do IJC, para as Forças Armadas do Afeganistão. Os LNO representam os comandos a que estão afiliados e, para além das suas funções

em prol dos RC, servem como meio privilegiado para a transmissão de pedidos de informação não urgentes do IJC.

Encontram-se igualmente no CJOC os seguintes especialistas, agrupados em pequenas células ou individualmente: *Public Affairs Officer* (PAO), *Information Operations* (IO) e o CJMED. Os *Legal Advisors* (LEGAD) possibilitam o rápido esclarecimento de questões legais relativas às operações em curso. O CJOC conta com um oficial de estado-maior que produz trabalho em proveito da "Ponte" e de acordo com as necessidades. Correntemente esse oficial trabalha em dedicação exclusiva a seguir os eventos que envolvem baixas civis, quer causadas ou não pela ISAF. O objetivo principal é acompanhar todo o processo e ter a cada momento uma visão precisa do estado da investigação em relação aos incidentes reportados.

O CJOC é assim uma equipa altamente integrada e focalizada nas operações correntes e que se materializa sobretudo na execução das *Battle Drills*, apoiadas em *Check-lists*, que preconizam uma sequência de ações normalizada para apoiar a reação a eventos inesperados e de gravidade acrescida. É sobretudo na execução da resposta a estas situações pré-tipificadas, que o JOC funciona como um único organismo, que trabalha em sobrecarga para maximizar o fluxo de informação relevante e proporcionar opções em apoio à conduta das operações.

O CJOC desenvolve uma atividade muito dinâmica de acompanhamento de todos os eventos que dizem respeito às suas unidades subordinadas no Afeganistão. Esta dinâmica é bem expressa naquele que é, informalmente, um dos mottos de referência do pessoal que ali trabalha: "*There is never a dull day in the IJC CJOC!*"[3]

[3] O lema oficial do IJC é "*Make it matter*". Uma alusão ao sangue derramado, a todas as baixas que ocorrem, e já ocorreram. Para que esse preço de sangue não seja em vão, "façam com que conte".

* O Tenente-Coronel de Cavalaria José Luís Simões está colocado no NRDC-SP, onde exerce as funções de Diretor do Centro de Operações. Presentemente, está projetado no Afeganistão onde, desde 14 de janeiro de 2012, exerce as funções de Chefe de Operações (CHOPS) do turno diurno do CJOC do IJC.

Coronel Infantaria Fernando P. T. Araújo Albuquerque

Desenvolvimento da Base Tecnológica e Industrial de Defesa nacional

Fontes: esta imagem: 4.bp.blogspot.com/imagem do canto superior direito das páginas ímpares deste artigo: www.3bscientific.es e fotos.sapo.pt.

Enquadramento

A Europa, designadamente no quadro da União Europeia, tem vindo a assumir, em cumprimento dos objetivos da Política Comum de Segurança e Defesa (PCSD), o imperativo de reestruturar e consolidar as vertentes de procura e oferta do mercado europeu de defesa, de modo a reforçar a sua autonomia e afirmação no mercado internacional em matéria de satisfação de requisitos e capacidades militares. Este objetivo teve tradução prática em 2004, com a criação da *European Defence Agency* (EDA), agência, que visa fomentar e reforçar, ao nível europeu, a necessária articulação e empenhamento conjunto entre os diversos Estados Membros participantes no desenvolvimento de capacidades militares, colaboração em investigação e desenvolvimento tecnológico, concorrendo para a afirmação e consolidação duma base tecnológica e industrial de suporte ao mercado europeu de defesa.

Dos objetivos e planos de ação da Agência, assume particular importância a criação e consolidação de uma Base Tecnológica e Industrial de Defesa no Espaço Europeu (EDTIB). Esta, sendo constituída pela agregação e contributo direto das partes nacionais, representa uma oportunidade para conjuntamente desenvolver e capacitar a indústria europeia, permitindo deste modo ultrapassar a atual fragmentação e dispersão de esforços, que são presentemente entrave a um mercado europeu de equipamentos de defesa e a uma estrutura eficaz de cooperação.

Como instrumento fundamental impulsionador da constituição e implementação da EBTID, assume especial relevo a estratégia aprovada em maio de 2007 pelos Estados Membros. O documento estabelece a necessidade de proceder, no âmbito europeu, à racionalização, especialização e consolidação da capacidade de oferta industrial e tecnológica, ao serviço da edificação de capacidades militares, numa lógica de abertura, complementaridade, interdependência, competitividade e

cooperação, assentes em princípios de reciprocidade e benefício comum traduzido na obtenção, ao menor custo, do melhor produto final de bens, serviços e tecnologias para a defesa.

Caracterização da BTID nacional

O universo da oferta tecnológica e industrial nacional com competências relevantes para o domínio da defesa deve constituir-se como Base Tecnológica e Industrial para a Defesa (BTID) nacional. Entende-se assim por *Base Tecnológica e Industrial para a Defesa o conjunto das empresas e entidades do sistema científico e tecnológico nacional, públicas ou privadas, com capacidade para intervir numa ou mais das etapas do ciclo de vida logístico dos sistemas e equipamentos de Defesa e de outros domínios civis como a Segurança, a Aeronáutica, o Espaço e o Mar*.

A BTID nacional tem uma dimensão reduzida e encontra-se dispersa num conjunto de entidades, essencialmente pequenas e médias empresas (PME), bem como atores do sistema científico e tecnológico que atuam no mercado de defesa, por norma de forma isolada, em segmentos relacionados com a produção de componentes e subsistemas e com a logística de manutenção associada ao ciclo de vida dos sistemas e equipamentos militares.

De um modo geral, as entidades que compõem a BTID nacional são fornecedoras de serviços e especialistas em processos com reduzida capacidade de integração de produtos ou sistemas. Por outro lado, nos domínios da Investigação e Desenvolvimento (I&D), quer as empresas, quer o sistema científico e tecnológico, têm investido em diversas áreas do conhecimento e trazido contributos valiosos para a criação de novas tecnologias aplicáveis às capacidades militares e civis.

A articulação entre os atores da BTID, designadamente entre o tecido industrial, o sistema académico e as entidades com capacidade de I&D é ainda de reduzida expressão e deve ser reforçado. Esta realidade conduz a duplicações de diversa ordem, dispersão de esforços e menor eficácia e eficiência nos resultados, designadamente em matéria de competências e competitividade, sobretudo nos palcos da exportação e internacionalização.

Existe, no entanto, uma determinação, particularmente evidente nos últimos anos, no sentido de consolidar e reforçar as competências da BTID nacional, patente no aparecimento de diversos novos atores, em particular no setor das Tecnologias e Sistemas de Informação, Comunicação e Eletrónica, precursor deste movimento, constituindo-se assim como base do que poderá vir a ser uma presença nacional sólida e bem focada no mercado global da defesa. Têm sido estas entidades que vêm revelando, em vários casos, as melhores estratégias e capacidades para apostar em tecnologias de duplo uso, (militar e civil), captando, para isso, fundos públicos para I&D de fontes nacionais e externas.

Estratégia de desenvolvimento da BTID nacional

O Estado detém reconhecidas responsabilidades no que respeita à BTID, nela intervindo como cliente, regulador, dinamizador e investidor, competindo-lhe promover uma adequada política de investimento público com base na igualdade de oportunidades entre as entidades intervenientes.

O desenvolvimento de uma Base Tecnológica e Industrial de Defesa nacional apta a emparceirar com a BTID europeia deve constituir-se como desígnio nacional tendo tido como primeiro passo a aprovação através da resolução do conselho de ministros de 15 de abril de 2010 a *Estratégia para o desenvolvimento da BTID nacional*.

A aprovação desta Estratégia, ao nível nacional, veio permitir a Portugal alinhar o esforço de racionalização e eficiência a nível nacional com os princípios e objetivos da *Estratégia para a Base Tecnológica e Industrial de Defesa Europeia*, subscrita, em maio de 2007, pelos Estados Membros da EDA e contribuirá certamente para ultrapassar a atu-

Fonte: imageshack.us.

al fragmentação e multiplicação de esforços, assim como deficiências estruturais de cooperação e articulação entre os Estados-membros.

A Estratégia para a BTID nacional aprovada recentemente é enformada por uma visão tradu-zida no *desenvolvimento, consolidação e reforço de uma Base Tecnológica e Industrial de Defesa, apta a, em articulação com a EDTIB/EDA, satisfazer, com base em competências distintivas e de forma competitiva, requisitos e capacidades de defesa e de outros domínios, como a Segurança, a Aeronáutica e o Espaço*, e por objetivos estratégicos que se constituam como instrumento do seu desenvolvimento.

Esta visão deve contribuir para aumentar a capacidade da BTID nacional para participar, de forma competitiva, em projectos e contratos nacionais e internacionais, que, numa base seletiva, constituam uma mais-valia tecnológica, distintiva para o país, que potencie a integração em cadeias de fornecimento especializadas.

Como ideia-força enformadora da Estratégia, emerge o desiderato político da prossecução, onde e sempre que possível, do primado da participação nacional em programas e projetos de cooperação internacional de armamentos, como plataforma altamente mobilizadora da BTID em termos de competências e competitividade.

Contribuem para a visão os seguintes cinco objetivos estratégicos:

1. *Definir as grandes prioridades em programas e projetos de armamento e reequipamento militar e identificar as oportunidades para a BTID nacional*;

2. *Articular as medidas de política pública com impacto no desenvolvimento da BTID nacional*;

3. *Afirmar e reforçar o papel do setor tecnológico e industrial de defesa, no contexto da contribuição para o desenvolvimento económico nacional, conferindo, para esse efeito, particular relevo às PME*;

4. *Reduzir a dependência externa em bens, equipamentos e serviços de defesa, favorecendo uma maior participação e envolvimento da BTID nacional nos projetos de reequipamento em sede de execução da LPM* (Lei de Programação Militar);

5. *Promover e reforçar a participação da BTID nacional em programas, projetos e outras iniciativas de cooperação e competição à escala europeia e internacional*.

Esta estratégia resultou de um trabalho conjunto do Ministério da Defesa Nacional e do Ministério da Economia e Inovação, agora Ministério da Economia e do Emprego, que, sob a coordenação da então Direção-Geral do Armamento e Equipamentos de Defesa, agora Direção-Geral do Armamento e Infraestruturas de Defesa, contou

Fontes: esta imagem: 1.bp.blogspot.com/imagens da página anterior: lh3.ggpht.com e 2.bp.blogspot.com.

com a participação dos principais *stakeholders* da BTID, quer ao nível institucional, em particular da Comissão Permanente de Contrapartidas e da Agência para o Investimento e Comércio Externo Português, quer ao nível do tecido científico, tecnológico e industrial, representado pelas associações: Associação Empresarial de Portugal, *Armed Forces Communications and Electronics Association* – Portugal, Associação das Industrias Marítimas, Associação Industrial Portuguesa, Associação das Empresas de Defesa, Armamento e Novas Tecnologias, *Eurodefense* Portugal, *Portuguese Association for the Aerospace Industry* e ProEspaço.

A condução do processo de implementação da estratégia assenta nas linhas de ação e objectivos operacionais identificados, sendo fundamental que as diversas atividades, asseguradas no quadro de uma estrutura formal em rede, constituída pelos diversos intervenientes, produzam os resultados esperados.

Considerações finais

Numa Europa que atravessa uma crise económica e financeira profunda, o desenvolvimento de uma Base Tecnológica e Industrial de Defesa Europeia, afigura-se fundamental para a criação de riqueza, reduzir duplicações e promover a subida dos tecidos tecnológicos e industriais dentro da cadeia de valor criando assim condições para o crescimento e internacionalização das empresas, em particular das PME que constituem a grande maioria das empresas que integram as Bases Tecnológicas e Industriais dos Estados Membros da UE.

Em termos nacionais, com a aprovação da Estratégia de desenvolvimento da Base Tecnológica e Industrial de Defesa nacional, foi dado o primeiro passo no sentido de modernizar o equipamento militar e simultaneamente, alinhar e articular a linha de rumo nacional com a Europeia ao nível estratégico, contribuindo, através das empresas que trabalham para o setor da defesa e setores afins como seja o da Segurança, Aeronáutica, Espaço e Mar, para alavancar a economia nacional.

À base tecnológica e industrial nacional com capacidade de oferta na área da defesa cabe desempenhar um papel relevante e crescente na satisfação da modernização do equipamento militar atentas as necessidades de reequipamento das forças armadas portuguesas aproveitando as oportunidades resultantes das limitadas aquisições previstas na LPM. Importa também que a oferta tecnológica e industrial nacional esteja capacitada e orientada para disputar o mercado internacional, através do posicionamento das empresas portuguesas de modo a participarem nos grandes programas cooperativos internacionais de desenvolvimento e produção de equipamentos militares, esfera na qual se situa a componente mais substantiva das oportunidades de negócio.

Alferes RC Filipa Domingos

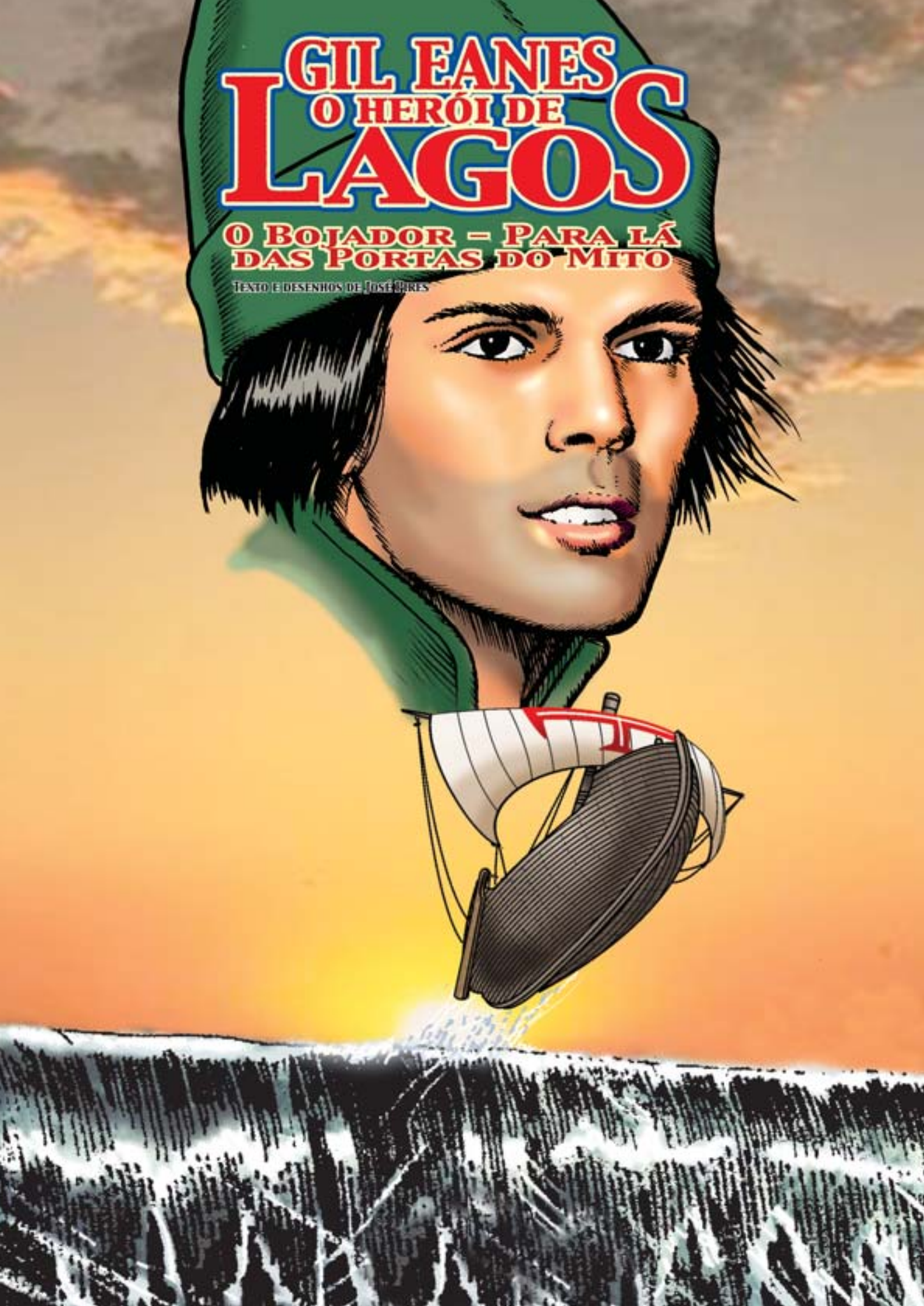
10 JUNHO LISBOA 2012

DIA DE PORTUGAL, DE CAMÕES E DAS COMUNIDADES PORTUGUESAS

GIL EANES O HERÓI DE LAGOS

O Bojador – Para lá das Portas do Mito

Texto e desenhos de José Pires



A barca *"Bonita"*

Embarcação portuguesa do século XV, supostamente utilizada por Gil Eanes na sua viagem

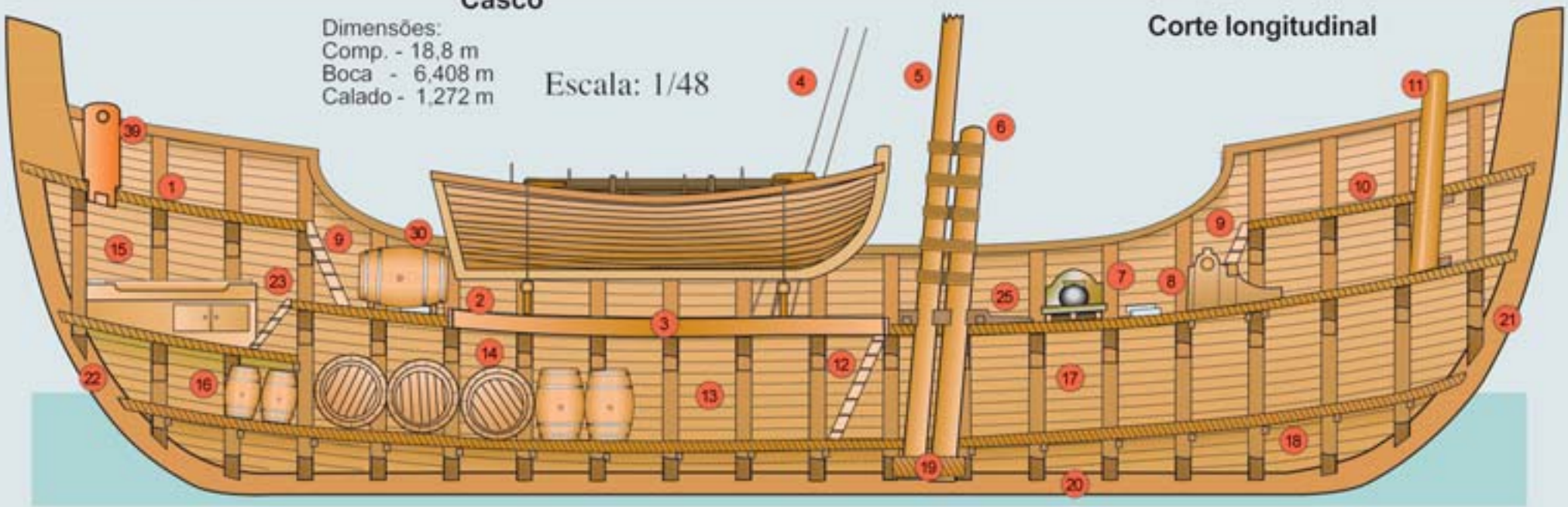
(Reconstituição do autor)

Casco

Dimensões:
Comp. - 18,8 m
Boca - 6,408 m
Calado - 1,272 m

Escala: 1/48

Corte longitudinal



Gil Eanes – o Herói de Lagos

O Bojador – Para lá das Portas do Mito

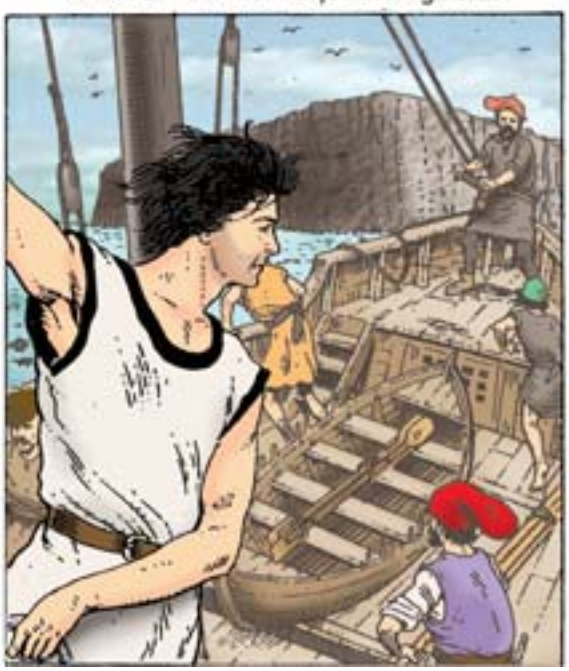
Texto e desenhos de José Pires

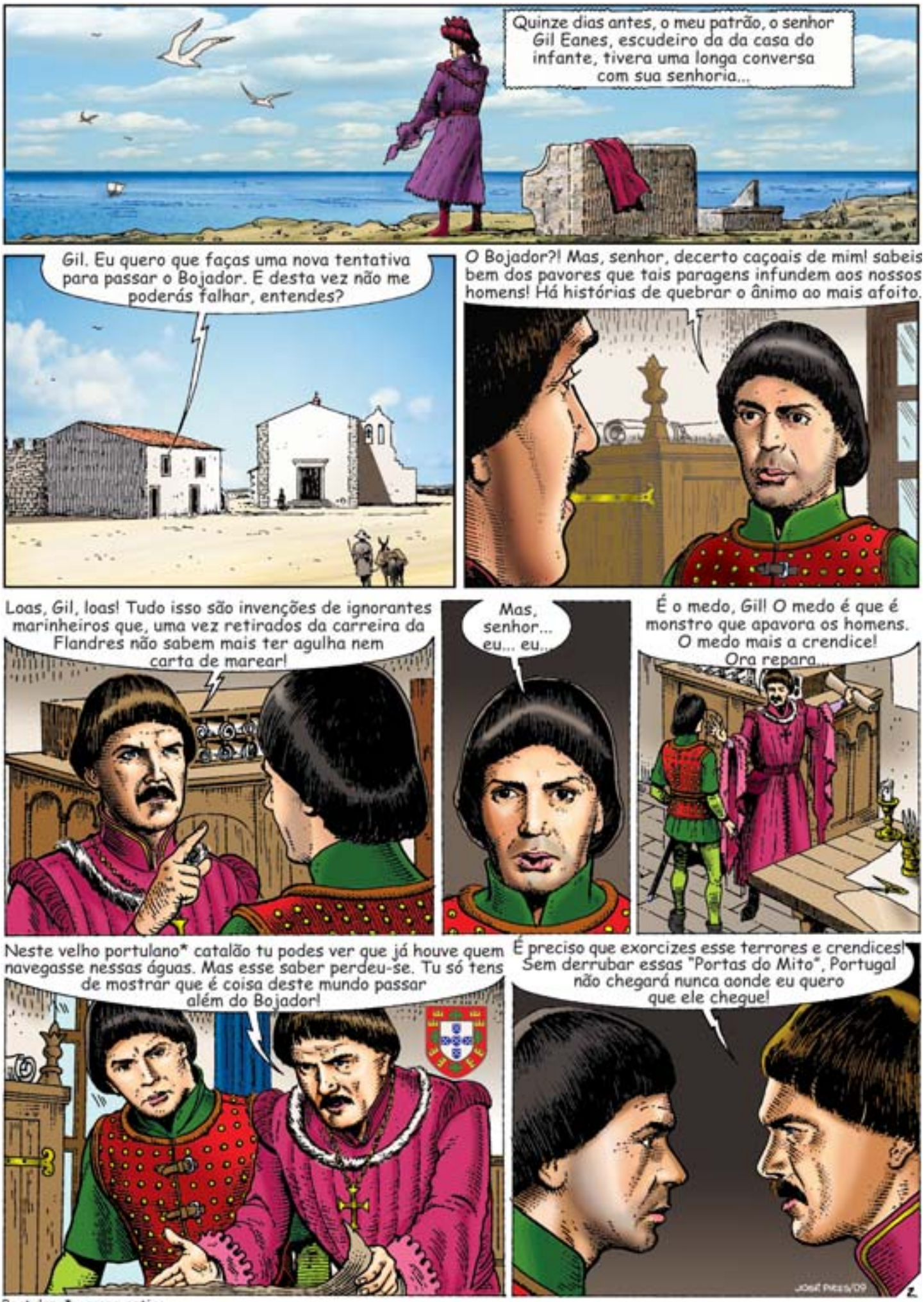
Sagres, verão de 1434

Naquela bela manhã ensolarada, aproveitando o vento de feição, largámos mar adentro, rumo ao desconhecido. Sob o mando do senhor Gil Eanes, homem de Lagos e mareante, como todos nós, metemos proa a sudoeste, rogando a Deus mercê por nossas vidas e almas...

JOSÉ PIRES/09

Eu, Álvaro Fernandes, pescador de Lagos, estava entre os 22 homens que formavam a equipagem da barca "Bonita" naquela viagem....





Portulano* - mapa antigo

"Reafirmo a minha total confiança nos homens e mulheres que, com profunda devoção e profissionalismo, servem Portugal nas Forças Armadas"

Professor Doutor Aníbal Cavaco Silva,
Presidente da República

Este ano, o Presidente da República (PR) e Comandante Supremo das Forças Armadas, Professor Doutor Aníbal Cavaco Silva, na sua mensagem dirigida às Comunidades Portuguesas, disse que "as comemorações do Dia de Portugal, de Camões e das Comunidades Portuguesas regressam à cidade de Lisboa, que se abre ao Tejo de onde partiram os nossos antepassados para dar início à maior das epopeias, moldando para sempre a alma e o sentir de uma Nação".

De regresso à cidade das sete colinas, o ambiente circundante à Cerimónia militar, no Mosteiro dos Jerónimos não podia ter sido melhor escolhido.

" Cada monumento à nossa volta reproduz um pedaço da nossa História, feito de vidas e de proezas de homens simples, cuja coragem e crença se sobrepuseram aos receios do desconhecido e do risco. Todos eles têm, como traço comum, o amor pátrio e a vitória sobre circunstâncias adversas, numa admirável demonstração da capacidade de abraçar e realizar grandes empresas", defendeu o PR no início da sua intervenção.

Não obstante, com a participação das Forças Armadas Portuguesas decorreu então no dia 10 de junho a Cerimónia militar, presidida pelo PR Aníbal Cavaco Silva.

As forças em parada, sob o comando do Major-General José Carlos Filipe Antunes Calçada, Comandante da Brigada de Intervenção, procederam à integração do Bloco de Estandartes Nacionais, ficando deste modo completas e prontas para prestar as honras militares regulamentares.

Desta feita, as forças em parada, nos Jerónimos, foram constituídas pelas seguintes unidades: Grupo de Comando; Banda do Exército; Bloco de Estandartes Nacionais representativos do Estado-Maior-General das Forças Armadas, de Unidades da Marinha, do Exército, da Força Aérea e da Liga de Combatentes, com um Escolta de Honra, constituída por uma Companhia de Cadetes da Academia Militar; Batalhão dos Estabelecimentos Militares de Ensino (Colégio Militar, Instituto de Odivelas, Instituto dos Pupilos do Exército); Batalhão dos Estabelecimentos de Ensino Superior Público Universitário Militar (Companhia da Escola Naval, Companhia da Academia Militar e Esquadrilha da Academia da Força Aérea); Batalhão de formandos dos cursos de Sargentos (Companhia da Escola de Tecnologias Navais da Armada, Companhia da Escola de Sargentos do Exército e Esquadrilha do Centro de Formação Militar e Técnica da Força Aérea); Batalhão da Marinha (Companhia pertencente às guarnições das Unidades Navais e Companhia pertencente ao Comando do Corpo de Fuzileiros);Batalhões do Exército (Brigada Mecanizada e Brigada de Intervenção); Esquadra da Força Aérea; Batalhão do Corpo de Fuzileiros e Batalhão da Brigada de Reação Rápida.

A celebrar este ano 75 anos do seu lançamento à água e os 50 anos sob a bandeira Portuguesa, o Navio da República Portuguesa Sagres, recentemente condecorado com a Ordem Militar de Cristo, prestou as salvas regulamentares ao PR que chegou ao local escoltado pela Unidade de Proteção da Força do Exército.

Fonte: www.presidencia.pt.

Fonte: www.presidencia.pt.

Antecedendo a chegada do Comandante Supremo das Forças Armadas, a tribuna foi sendo composta pelas seguintes individualidades: Presidente da Câmara Municipal de Lisboa, Dr. António Costa; Chefe do Estado-Maior-General das Forças Armadas, General Luís Araújo, acompanhado pelo Chefe do Estado-Maior da Armada, Almirante Saldanha Lopes, pelo Chefe do Estado-Maior da Força Aérea, General José Pinheiro e pelo Chefe do Estado-Maior do Exército, General Artur Pina Monteiro; Ministro da Administração Interna, Dr. Miguel Macedo; Ministro das Relações Exteriores da República de Cabo Verde, Eng.º Jorge Borges; Ministro da Defesa Nacional, Dr. José Pedro Aguiar-Branco; Secretário de Estado Adjunto e da Defesa Nacional, Dr. Paulo Braga Lino; General Ramalho Eanes, Dr. Jorge Sampaio; Presidente do Supremo Tribunal de Justiça, Juiz Conselheiro Noronha Nascimento; Presidente do Tribunal Constitucional, Juiz Conselheiro Moura Ramos; Presidente do Supremo Tribunal Administrativo, Juiz Conselheiro Assunção Barbosa; Presidente do Tribunal de Contas, Juiz Conselheiro Guilherme de Oliveira Martins; Primeiro-Ministro, Dr. Pedro Passos Coelho; Presidente da Assembleia da República, Dr.ª Maria da Assunção Andrade Esteves e o Presidente da República de Cabo Verde, Dr. Jorge Carlos Fonseca.

Entoado o Hino Nacional, o Presidente da República passou revista às forças em parada, tendo-se seguido uma cerimónia de Homenagem aos Mortos, onde foram recordados com orgulho e saudade aqueles que "por obras valorosas se libertaram da lei da morte", através de um minuto de silêncio, do sobrevoo de homenagem por quatro aeronaves F-16 e de uma prece proferida pelo Capelão Chefe das Forças Armadas e de Segurança, Vigário Geral Castrense, Contra-Almirante Capelão Costa Amorim.

Posteriormente seguiu-se a alocução do PR Aníbal Cavaco Silva e o desfile em continência ao Comandante Supremo das Forças Armadas.

Desfile das Forças em Parada

Iniciou o desfile o Bloco de Estandartes Nacionais, comandado pelo Major de Artilharia João Belo. Desfilou uma formação de antigos combatentes, que recebeu muitos aplausos da assistência, "enquanto representantes de todos quantos, afirmando a nossa História, contribuíram ao longo dos séculos para a Nação que hoje nos orgulhamos de ser". Seguiu-se o Grupo de Comando e um Batalhão dos Estabelecimentos Militares de Ensino, onde estas escolas foram enfatizadas como "estabelecimentos seculares ao serviço da educação e do país, que se distinguem pelos seus valores e resultados académicos. Atualmente, frequentam o Colégio Militar 358 alunos, dos quais 15 pertencentes à Comunidade dos Países de Língua Portuguesa; O Instituto de Odivelas é frequentado por 254 alunas das quais 7 pertencentes à Comunidade dos Países de Língua Portuguesa; Frequentam o Instituto dos Pupilos do Exército 136 alunos, dos quais 19 pertencentes à Comunidade dos Países de Língua Portuguesa.

Os olhares dirigiram-se em seguida para um Batalhão de Cadetes, da Escola Naval, da Academia Militar e da Academia da Força Aérea. Aqui também foi sublinhado o número de alunos de cada estabelecimento (Escola Naval com 225 alunos; Academia Militar com 689 e 241 na Academia da Força Aérea).

Entre outros aspetos, e à semelhança de anos anteriores, as dezenas de populares puderam observar *in loco* as várias vertentes operacionais dos três ramos das Forças Armadas, ficando a conhecer um pouco mais do que fazem, por onde andam e do que são capazes. Fique então também o leitor a saber as características que foram sendo enfatizadas à medida que ia decorrendo o desfile.

2º Batalhão de Infantaria Mecanizado da Brigada Mecanizada do Exército

Desde 1997, a Brigada Mecanizada já destacou quinze forças de escalão Batalhão para cumprimento de missões de apoio à paz nos Teatros de Operações (TO) da Bósnia, do Kosovo e de Timor-Leste e cinco forças de escalão Companhia para o Teatro de Operações do Líbano.

Projetou ainda três equipas de militares para Bagdad, no âmbito da *NATO Trainning Mission in Iraq* para apoio à formação das Forças Armadas do Iraque e uma equipa de Observadores Militares para a *Operação Concórdia* na antiga República Jugoslava da Macedónia e participou nos 2º e 3º Contingentes Nacionais para o TO do Afeganistão. Atualmente participa na missão do 4º Contingente Nacional no âmbito da assessoria ao Exército Afegão. Mantém a participação no Teatro de Operações do Líbano, com a Unidade de Engenharia 11/FND/UNIFIL que integra 11 elementos de Timor-Leste. No momento cumpre a preparação de uma Unidade de Escalão Batalhão a projetar para o TO do Kosovo a partir de setembro do corrente ano.

2º Batalhão de Infantaria da Brigada de Intervenção do Exército

Desde 1998, a Brigada de Intervenção já destacou 16 forças de escalão Batalhão para cumprimento de missões de apoio à paz nos Teatros de Operações da Bósnia, do Kosovo e de Timor-leste e quatro forças de escalão Companhia para o TO do Líbano, sete *Operational Mentor and Liaison Team* (OMLT) de guarnição e cinco Módulos de Apoio às equipas de assessoria no Teatro de Operações do Afeganistão. Participou por duas vezes na *Nato Trainnig Mission in Iraq* para apoio à formação das Forças Armadas do Iraque. A Brigada de Intervenção participa, atualmente, com o 1º Batalhão de Infantaria no TO do Kosovo.

Esquadra da Força Aérea

O Grupo de Apoio do Estado-Maior da Força

Aérea, criado em 1982 com a designação de Base de Alfragide, tem como missão prestar o apoio logístico-administrativo e garantir a segurança militar aos órgãos e serviços instalados em Alfragide.

É também missão deste Grupo de Apoio assegurar o apoio logístico-administrativo ao Centro de Manutenção Eletrónica e o apoio logístico em alimentação ao Comando Aéreo e a outros organismos da estrutura NATO aí sediados.

O Comando Aéreo, criado em 1957 com a designação de Comando da 1ª Região Aérea, encontra-se sediado em Monsanto e é o órgão que tem por missão, entre outras, a preparação, o aprontamento e a sustentação das forças e meios da componente operacional do sistema de forças da Força Aérea; o planeamento, o comando e controlo da atividade aérea; bem como lhe está atribuído planear, dirigir e controlar a segurança militar das unidades e órgãos da Força Aérea.

Estão na dependência direta do Comando Aéreo os Comandos de Zona Aérea dos Açores e da Madeira, as Bases Aéreas, os Aeródromos, as Estações Radar, o Campo de Tiro, o Centro de Treino de Sobrevivência da Força Aérea, o Centro de Treino Cinotécnico da Força Aérea e a Unidade de Proteção da Força.

Banda do Exército

A Banda de Música do Exército foi criada em 1988 e está sediada no Regimento de Artilharia Antiaérea N.º 1, em Queluz, sendo herdeira das mais antigas tradições musicais do Exército, nomeadamente das históricas Banda da Infantaria N.º 1 e Banda de Caçadores N.º 5.

Sendo constituída na sua maioria por executantes de primeiro plano, a Banda, sempre que possível, corresponde às inúmeras solicitações que lhe são dirigidas para atuações em Portugal e no estrangeiro, contribuindo como elemento cultural para o enriquecimento de todo o meio musical português, prestigiando o Exército, as Forças Armadas e Portugal.

Força de Marinha

Desde 1997, o Corpo de Fuzileiros tem destacado unidades para missões de âmbito diverso, sendo exemplo, o apoio à proteção de cidadãos nacionais, assistência humanitária, apoio à estabilização e à segurança, integradas em Forças Conjuntas e Combinadas ou embarcados a bordo de Unidades Navais nos TO da República Democrática do Congo, Guiné-Bissau, Moçambique, Bósnia Herzegovina e Timor-Leste.

Integraram ainda o *Battle Group* Anfíbio da União Europeia com outros países aliados, mantendo uma Força de Reação Imediata em prontidão de 48 horas.

Força apeada da Brigada de Reação Rápida do Exército

Esta Força é constituída por seis Binómios da Secção Cinotécnica de Cães de Guerra, por uma Companhia de Comandos, por uma Força de Operações Especiais e por uma Companhia de Para-quedistas, materializando a singular tipologia de organização desta Brigada.

Desde 1996, no âmbito de Forças Nacionais Destacadas, esta Brigada já destacou 17 forças de escalão Batalhão para cumprimento de missões de apoio à paz nos TO da Bósnia, do Kosovo e de Timor-Leste, sete forças de escalão Companhia para a missão de Força de Resposta Rápida no âmbito da NATO, seis *Operational Mentor and Liaison Team* (OMLT), uma *Military Adviser Team* de Divisão e quatro Companhias de Proteção (*Force Protection*) no TO do Afeganistão.

De referir que no âmbito da participação das Forças Armadas nas comemorações do Dia de Portugal, de Camões e das Comunidades Portuguesas, decorreu desde o dia 7 de junho até ao dia 10, uma exposição no Parque Eduardo VII, que incluiu a demonstração de atividades e materiais, bem como um conjunto de stands de divulgação e recrutamento.

Discurso do Presidente da República

Fonte: www.presidencia.pt

"Evocamos hoje, em Portugal e na Diáspora, os laços intemporais que ligam toda a comunidade portuguesa, unida numa língua e numa identidade que encontram a sua maior expressão em Luís Vaz de Camões, cuja voz se funde com a História deste "… Reino Lusitano, onde a terra se acaba e o mar começa...".

Este ano, as comemorações do Dia de Portugal, de Camões e das Comunidades Portuguesas regressam à cidade de Lisboa, que se abre ao Tejo de onde partiram os nossos antepassados para dar início à maior das epopeias, moldando para sempre a alma e o sentir de uma Nação.

Cada monumento à nossa volta reproduz um pedaço da nossa História, feito de vidas e de proezas de homens simples, cuja coragem e crença se sobrepuseram aos receios do desconhecido e do risco. Todos eles têm, como traço comum, o amor pátrio e a vitória sobre circunstâncias adversas, numa admirável demonstração da capacidade de abraçar e realizar grandes empresas.

Perante os duros desafios que se perfilam, festejar este dia, onde quer que estejamos, é também lembrar que a grandeza dos povos está na capacidade e na determinação em vencer as contrariedades, mantendo-se fiéis aos seus valores identitários.

Militares,

O contributo do esforço militar está profundamente ligado à construção da nacionalidade e à preservação da nossa soberania, independência e liberdade.

Neste dia, prestamos justa e sentida homenagem àqueles que tudo deram e que sacrificaram o melhor das suas vidas e da sua juventude por este Portugal que amamos, em particular aos que perderam a vida ou viram afetada a sua integridade física ao serviço das Forças Armadas e que o Estado não pode esquecer.

Aos ex-combatentes, a estes homens de caráter, que trilharam um caminho árduo, feito de provações e dificuldades, e às famílias que, fora das fileiras, sofreram as ausências e perdas dos seus entes queridos, quero expressar, em nome dos Portugueses, um sentimento de gratidão, mas, sobretudo, o respeito, o apoio e a solidariedade que lhes são devidos.

Portugueses,

Numa conjuntura em que as ameaças que impendem sobre os Estados se tornaram mais difusas, mesmo as Instituições secularmente presentes na nossa história, como a instituição militar, devem encontrar uma renovada proximidade e um claro sentido de utilidade junto das populações, evitando um indesejável afastamento e a eventual incompreensão do verdadeiro significado da sua existência.

Todas as sociedades têm como grandes objetivos garantir a sua segurança e assegurar o seu desenvolvimento. Acontece que, sem segurança,

não é possível atingir a estabilidade necessária ao desenvolvimento, do mesmo modo que o desenvolvimento não é garantia de segurança.

E é com referência àqueles objetivos que surge a Defesa Nacional, conceito transversal à ação do Estado e que tem nas Forças Armadas um elemento central e incontornável.

As Forças Armadas são uma instituição estruturante do Estado de Direito democrático, pilar de afirmação da identidade nacional e instrumento por excelência para a manifestação da vontade da Nação em assumir e fazer respeitar a sua soberania e independência e assegurar o seu futuro.

Militares,

A soberania nacional afirma-se, hoje, no quadro de uma pluralidade de dependências, sendo que a defesa dos nossos interesses se processa, em primeira instância, nas diversas organizações internacionais de natureza política, económica, cultural e militar de que fazemos parte.

Neste mundo globalizado dos nossos dias, a segurança está mais internacionalizada e caracteriza-se por uma maior cooperação entre os Estados.

Ao participar em missões no âmbito das organizações internacionais em que nos integramos, as nossas Forças Armadas estão na primeira linha de defesa dos interesses nacionais, no apoio à política externa do Estado, honrando os compromissos assumidos pelo País. Servindo em Teatros de Operações de grande exigência e risco, os nossos militares têm valorizado a contribuição de Portugal para a paz, para o desenvolvimento e para a segurança de outros povos e países.

No Líbano, e após 6 anos em operação, as nossas forças irão terminar a sua missão, no decurso da qual desenvolveram um trabalho notável no apoio à Força das Nações Unidas e no auxílio às populações, tendo incorporado, na última fase, um destacamento de militares dos nossos irmãos de Timor-Leste.

Continuamos no Kosovo, no Afeganistão e no Oceano Índico, onde contribuímos com uma Força Naval na repressão e prevenção de atos de pirataria na região.

No próximo mês de agosto, iniciaremos, no âmbito da NATO, a missão de policiamento do espaço aéreo da Islândia.

No domínio da Cooperação Técnico-Militar, com 43 projetos a decorrer em seis países, as Forças Armadas portuguesas reforçam a ligação solidária aos Países de Língua Oficial Portuguesa, assumindo-se também como elemento relevante para a afirmação da nossa língua e da

nossa cultura, como pude testemunhar na minha recente visita a Timor-Leste.

Permitam-me que dirija, neste momento, uma saudação particular ao povo irmão de Cabo Verde e às suas Forças Armadas, na pessoa do seu Presidente, a quem agradeço a sua presença entre nós, neste dia e nesta cerimónia militar.

Merece destaque, igualmente, o importante contributo dos nossos militares para o desenvolvimento e a unidade do todo nacional, através das Missões de Interesse Público e no apoio às populações em situações de calamidade, na preservação do ambiente e no planeamento e recolha de cidadãos nacionais em zonas de conflito.

É desta forma, diversa mas sempre muito exigente, que as Forças Armadas cumprem hoje a sua inalienável razão de ser: defender e servir Portugal.

Militares,

Vivemos um tempo de grande dificuldade e sacrifício para toda a sociedade portuguesa. As Forças Armadas têm vindo a assumir a sua quota parte de esforço, rentabilizando e gerindo com parcimónia e rigor os recursos que lhes são disponibilizados.

Os homens e mulheres que servem nas Forças Armadas continuam a ser o seu recurso mais valioso. Ao longo dos últimos vinte anos, cerca de 40 mil militares portugueses cumpriram de forma notável missões em dezoito Teatros de Operações, revelando exemplar conduta humana e valor militar, sem falhas nas ações e nos procedimentos. Um facto, aliás, sempre reconhecido pelas populações e pelas diferentes partes em conflito, que muito tem contribuído para o reforço da imagem do País.

Um tal desempenho só é possível porque se alicerça numa sólida formação ética e moral dos militares e assenta numa estrutura coesa, disciplinada e bem preparada, que deriva da partilha dos mais profundos valores castrenses, congregados na condição militar. Trata-se de uma condição que diferencia os militares dos demais servidores do Estado, pela acrescida responsabilização que decorre da particular natureza dos seus deveres e da permanente disponibilidade e orgulho em servir Portugal, mesmo nas situações de risco da própria vida.

A preservação da condição militar deve constituir uma obrigação claramente assumida pelo Estado perante a Nação e que deve ser cultivada com honra e sobriedade pelos militares.

Militares,

Quaisquer reformas nas Forças Armadas devem basear-se num processo de responsabilidade

e decisão política, envolvendo necessariamente as chefias militares, e ser objeto de um consenso alargado entre os diversos órgãos de soberania.

É por isso que as decisões a tomar devem ser encaradas num horizonte temporal mais alargado, de modo a evitar, a prazo, o enfraquecimento do desempenho e da capacidade operacional das Forças Armadas.

É que, como afirmei há um ano, "a diminuição da capacidade de produzir segurança pode acarretar riscos não desprezáveis para o desenvolvimento e para o bem-estar social".

Militares,

As Forças Armadas estão profundamente ligadas à construção de Portugal e ao sentir do seu povo, assumindo uma importância única na preservação dos valores da Soberania e Independência, que dão sentido à vida e à continuidade das Nações.

Gostaria, por isso, de reafirmar a minha total confiança nos homens e mulheres que, com profunda devoção e profissionalismo servem Portugal nas Forças Armadas, e cujo desempenho está hoje, reconhecidamente, ao nível das melhores unidades militares dos países aliados e parceiros com as quais operam em missões no exterior do território nacional, na constante salvaguarda dos ideais da Paz, da Liberdade e da Democracia.

Exorto-vos a vencer as dificuldades com a determinação, o espírito de sacrifício e a vontade forte que vos caracterizam, numa atitude que sirva de exemplo e motivo de orgulho a todos os Portugueses.

Acompanho-vos no desígnio de edificar um futuro promissor, em respeito pela memória daqueles que nos antecederam e no dever que nos assiste de prosseguir Portugal.

Muito obrigado."

Vários autores*

A luta armada timorense na resistência à ocupação 1975-1999 – Parte II

Resistir é Vencer
O Tempo da Guerrilha

Os acontecimentos do final de 1978 e início de 1979 constituíram um rude golpe para a Resistência, que se viu obrigada a sobreviver e procurar uma nova forma de combater. Em março de 1979, as ABRI consideraram estabilizada e pacificada a situação em Timor-Leste, tendo criado o Comando Territorial Sub-regional 164/ Wira Dharma (KOREM 164).

Nesta altura subsistiam bolsas de guerrilheiros dispersas pelo território, mas a sua forma de combate não podia ser consequente, uma vez que estavam isoladas, quer das populações, quer dos outros grupos de combatentes. Foi um período de grande desnorte, em que muitos optaram por se render e entregar as armas, com as suas famílias, descendo para as aldeias e sujeitando-se ao destino que os indonésios lhes tinham reservado, muitas vezes o realojamento em aldeamentos estratégicos, por eles concebidos, sem condições de subsistência.

Os que optaram pela continuação da luta e puderam escapar à malha indonésia, permaneceram em grupos isolados, em lugares ermos do território timorense. Destes grupos, um em especial, pela sua dimensão (próxima do milhar de efetivos) e localização territorial (na extremidade oriental da ilha) teve condições para iniciar um processo de reconstrução estruturada, que incluiu procurar, estabelecer ligação e integrar os restantes grupos, missão que durou até 1981[1].

Dos cerca de cinquenta elementos que compunham o Comité Central antes da queda das Bases de Apoio, só três tinham sobrevivido: Xanana Gusmão, Ma'Huno e Txai. De uma forma natural, Xanana Gusmão foi adquirindo ascendente e, na conferência de Maubai, no início daquele ano, foi nomeado líder da Resistência e Comandante-chefe das FALINTIL.

Este período de luta pela sobrevivência, feita em condições extremamente difíceis, contribuiu em grande medida para o início da despolitização dos novos líderes, para os quais as considerações de ordem prática assumiam mais importância do que a ideologia marxista-leninista subjacente à FRETILIN. No entanto, o afastamento formal das FALINTIL do partido político que lhes tinha dado origem só teria lugar muito mais tarde[2].

Ao perceberem a continuidade da Resistência, os indonésios desencadearam, a partir de 1981, uma resposta violenta, com o recurso a milhares de "escudos humanos" com base nas populações, recorrendo a uma técnica utilizada com sucesso nos anos cinquenta contra o movimento *Darul Islam*, em Java Ocidental, designada de "Cerca de Pernas"[3].

Mesmo nestas condições, as FALINTIL conseguiram reestender a sua influência a grande parte do território e manter as operações ofensivas, ganhando experiência prática. Mas o desenvolvimento da guerrilha foi, inicialmente, pouco coordenado, gerando a necessidade de várias clarificações e redefinições, através de processos morosos que incluíram o envio de circulares de consulta aos combatentes e reuniões rodeadas de grande secretismo e segurança[4].

O resultado do crescente sucesso do grupo que era designado pelos indonésios, na cena internacional, por "Bando de Perturbadores Armados", acabou por levar a Indonésia a tentar outra abordagem. A via negocial de 1983 veio, deste modo, a ser oportuna para ambos os contendores, num cessar-fogo que durou entre março e agosto. Para a Indonésia, tratava-se de uma oportunidade para conhecer a extensão do movimento subversivo e para o levar a esmorecer ou abandonar a luta através do aliciamento, ao mesmo tempo que a cessação de hostilidades permitia uma maior penetração do ocupante nos núcleos populacionais. Para a Resistência, constituiu uma oportunidade para se reforçar, atraindo muitos timorenses para a Milícia Popular de Libertação (MIPLIN), uma estrutura secreta disseminada entre as populações, que incluía números significativos de paramilitares ao serviço dos indonésios[5].

É a partir desta altura que começam a chegar a Portugal textos, fotos e cassetes provenientes do território, por diversas vias. De entre estes meios, as cassetes áudio foram amplamente reproduzidas e circularam entre as comunidades timorenses, tendo a FRETILIN procedido à sua tradução para inglês, para consumo internacional[6].

Quanto à Igreja, à exceção de alguns sacerdotes, que apoiavam abertamente a Guerrilha, esta ia mantendo uma posição de neutralidade possível em relação ao conflito, condenando qualquer tipo de violência, mas sem interferir nos acontecimentos, embora o clero timorense fosse desempenhando um papel importante, escrevendo para o estrangeiro numa época em que nenhum meio de comunicação internacional presenciava os acontecimentos dentro do território (exceto a presença ocasional da Cruz Vermelha Internacional).

À promessa de concessão de autonomia a Timor-Leste, com estatuto de estado federado, apresentada pelo coronel Purwanto, comandante do KOREM 164, Xanana Gusmão respondia com a exigência da retirada incondicional das tropas indonésias e de um referendo supervisionado pela ONU. A divergência de posições entre o poder ocupante e o movimento subversivo levou a que o novo comandante das ABRI lançasse um ultimato sobre a Resistência. Esta, por seu turno, não esperou pelo final do prazo para desencadear um

D. Ximenes Belo – administrador apostólico da Diocese de Díli durante a ocupação indonésia de Timor

Fonte: 4.bp.blogspot.com.

levantamento geral, em 8 de agosto de 1983, que fez com que o efetivo das FALINTIL duplicasse, reforçado com centenas de paramilitares que desertaram para as montanhas, ao mesmo tempo que a estrutura clandestina de apoio tinha sido consolidada[7].

O ano de 1984 coincidiu com a substituição, pelos indonésios, do KOREM 164 pelo Comando das Operações de Segurança para Timor Leste, (*Koopskam Timor Timur*). O novo comando desencadeou, em simultâneo, operações destinadas a incentivar o desenvolvimento de Timor através de medidas de fomento, mas também um conjunto de operações, espaçadas no tempo e destinadas a exterminar a guerrilha, recorrendo de novo à técnica da "Cerca de Pernas".

Do lado das FALINTIL, a boa coordenação entre a chefia nos seus diversos níveis e a iniciativa dos comandantes, que começaram a adquirir grande experiência na tática da guerrilha, fizeram do período de 1984 a 1986 uma época de sucessos táticos. À exceção da região a oeste da linha Díli – Suai, as ABRI só conseguiam controlar os principais aglomerados populacionais e os aldeamentos estratégicos de realojamento, tendo-se também visto obrigadas a empenhar parte significativa do efetivo na escolta a colunas de transporte e reabastecimentos. A guerrilha bem equipada e armada, com um grande efetivo e com operações de sucesso, dando iniciativa aos comandantes subordinados, permitiu que as ações militares ofensivas se multiplicassem.

Mas as operações de contraguerrilha indonésias, combinadas com o simples peso dos números (o efetivo indonésio em Timor foi, durante este período, sempre superior a 15.000, ao passo que a Guerrilha não ultrapassou os 2.000), fizeram com que, dois anos volvidos, apesar dos sucessos das FALINTIL, a degradação de potencial sofrida as tenha conduzido quase à extinção. Com efeito, a partir de finais de 1986, a Indonésia parecia ter encontrado o método adequado para eliminar a resistência armada em Timor, conjugando o aumento da eficácia da contraguerrilha com um eficiente controlo da população, através do alargamento do perímetro de cultivo das aldeias. A isto juntava-se a melhoria do sistema de informações e a concessão de boas recompensas a colaboradores por denúncias de guerrilheiros[8].

O ano de 1987 conheceu muitos desenvolvimentos determinantes para a Resistência em geral e para as FALINTIL em particular. A 9 de fevereiro, o governo indonésio anunciou o encerramento do campo de prisioneiros de Ataúro, mas os acontecimentos diplomáticos e estratégicos que interferiram diretamente no curso da luta armada tiveram lugar no último trimestre. Em outubro, a FRETILIN, que no campo diplomático tinha atingido notoriedade, quer diretamente junto das Nações Unidas (ONU), quer por intermédio de Portugal, que boicotou os processos negociais entre a Comunidade Económica Europeia (CEE) e a *Association of Southeast Asian Nations* (ASEAN), declarou estar disposta a conversações com a Indonésia, que foram recusadas. No terreno, em 23 de novembro, a Guerrilha, numa das raras ações de envergadura deste período, conseguiu derrotar um batalhão indonésio, tendo apreendido diverso material[9].

O ano terminou com uma declaração de Xanana aos timorenses, intitulada "Viragem Ideológica", datada de 7 de dezembro. Nela era preconizada uma alteração de política da Resistência que estaria na génese do conceito de Resistência Nacional.

O reajustamento da resistência A Guerrilha Urbana

Esta viragem ideológica, materializada em finais de 1988 com a desvinculação formal das FALINTIL relativamente à FRETILIN, libertou a frente armada da sua amarra partidária e marcou o momento de mudança de estratégia de resistência à ocupação indonésia, afirmando ainda as FALINTIL como entidade liderante no processo[10], a despeito de a decisão ter originado defeções nas FALINTIL.

Ao nível operacional, face à redução de efetivos e armas para números preocupantes, o co-

mando das FALINTIL confirmou a perceção de que a atuação das ABRI contra a guerrilha estava a levar ao seu extermínio, mostrando a necessidade de desenvolver a atuação da frente clandestina em apoio aos guerrilheiros. Deram-se assim os primeiros passos para uma alteração substancial na condução do combate ao ocupante, para aquilo a que mais tarde seria dada a designação de "guerrilha urbana".

Nesta época, o principal grupo da Resistência estaria no leste, onde haveria menos de cem guerrilheiros, metade deles desarmados. Com o objetivo de forçar a concentração dos guerrilheiros na ponta leste e aí aniquilar as FALINTIL, as forças indonésias lançaram uma grande ofensiva – a "Operação Limpeza Geral"[11]. Face a esta ofensiva, Xanana Gusmão sentiu a dificuldade em manter a resistência assente na componente militar e com ela obter resultados decisivos. Foi então assumido que era irrealizável obter uma vitória militar face à fragilidade da resistência armada e a impossibilidade de receberem apoio militar do exterior[12]. A continuação da luta armada deveria concentrar-se no objetivo de criar condições para uma solução favorável no campo político-diplomático.

Com a abertura ao exterior pela Indonésia de oito dos treze distritos de Timor, a 1 de janeiro de 1989, a atuação conjugada das diversas frentes da Resistência ganhava um novo fôlego. Em termos estratégicos, os objetivos principais dos guerrilheiros passaram a ser políticos, atuando militarmente no sentido de criar uma situação incómoda ao ocupante, garantindo assim condições para que a frente diplomática exercesse pressões em prol de uma solução satisfatória para as aspirações do povo timorense. Como esta nova abordagem estratégica tinha subjacente a ideia de unidade nacional, envolvendo o máximo de entidades e grupos timorenses, ela começou a criar condições para o alargamento da base de ação contra o invasor. A resistência alargava-se a todas as frentes e o ano de 1989 marcou o início das ações não violentas nas cidades e nas aldeias.

A 12 de outubro de 1989, o Papa João Paulo II visitou Timor-Leste. A visita teve uma duração de apenas quatro horas, mas beneficiou de uma grande cobertura mediática. Durante esta visita ocorreram diversas manifestações de timorenses, especialmente no fim da missa e que levaram à prisão de cerca de quarenta pessoas, entre os quais estavam alguns dos responsáveis da frente clandestina[13]. Apesar disso, a estrutura desta frente e a sua articulação com a frente armada não foram postas em causa. No caso da frente armada, a visita garantiu um grande conforto interno, pois os guerrilheiros consciencializaram-se que não estavam numa luta solitária e, na perspetival do Comando, foi o momento em que a questão timorense se "mundializou", garantindo as condições para implementação definitiva da estratégia definida recentemente, que reforçava o papel da componente clandestina.

Com a implementação da guerrilha urbana, a própria sobrevivência das FALINTIL dependia do movimento clandestino. A reformulação da estrutura deste movimento, com a criação de um Comité Executivo para o coordenar, ocorreu na Reunião de "Aitana", em maio de 1990, tendo Constâncio Pinto sido eleito Secretário deste Comité que funcionava dentro do quadro da FRETILIN, mas diretamente dependente do Conselho Nacional da Resistência Maubere (CNRM)[14]. Adaptando-se à nova estratégia de condução da

Fontes: esta imagem: itsgoodos.com; imagem anterior: amrtimor.org.

Xanana Gusmão a passar revista às tropas

Resistência, a luta armada prosseguia e, embora o seu propósito tivesse deixado de ser a vitória militar, o seu esforço era exercido junto das populações para dar mais peso às exigências de uma resistência de base mais alargada.

Durante o ano de 1990, os indonésios quiseram mais uma vez esmagar as FALINTIL, lançando uma grande operação com o nome de código "*Tuntas*", em que esperavam capturar Xanana Gusmão. No início de outubro este foi cercado em Suru Kraik mas, com o apoio da população, conseguiu escapar. Estes acontecimentos vinham reforçar a importância da população e da estrutura clandestina para a sobrevivência dos guerrilheiros. Xanana confirmou a perceção que a frente clandestina era vital para o objetivo que tinham definido e foi a ela que, a partir de Díli, se dedicou nos meses seguintes. No seu horizonte estava a organização da visita de um grupo de parlamentares portugueses, programada para outubro de 1991. Na condução das operações militares ficou Taur Matan Ruak.

A anulação da visita dos parlamentares portugueses alterou os planos do Comando da Luta. Aproveitando a conjuntura do momento foi decidido capitalizar a mobilização existente e a presença dos jornalistas internacionais, sendo planeada uma grande ação para 12 de novembro de 1991. Seria organizado um grande cortejo desde a igreja de Motael até ao cemitério de Santa Cruz, onde seriam depositadas flores no túmulo de Sebastião Gomes, morto a 28 de outubro. Com a população concentrada dentro e na entrada do cemitério, os indonésios iniciaram uma ação de massacre, provocando a morte de 271 pessoas, o ferimento de 382 e o desaparecimento de cerca de 250[15]. Este massacre, tendo sido filmado pelo jornalista australiano Max Stahl, que conseguiu fazer chegar as imagens ao exterior[16], reforçou a mundialização do conflito e marcou a alteração da situação em favor da Resistência. A estratégia de transferir o esforço para a componente político-diplomática começava a apresentar resultados práticos. Mas a frente armada teria de continuar a manter a chama da Luta para que a frente diplomática pudesse exponenciar as suas atividades.

Os serviços secretos indonésios aumentaram a sua ação, focando o seu esfoço nas pistas que permitissem chegar ao líder da Resistência e no dia 20 de novembro de 1992, Xanana Gusmão foi capturado no seu esconderijo em Díli[17]. As forças ocupantes, respirando um ar de vitória, prepararam-se para o esmagamento definitivo dos guerrilheiros. Mas Ma'Huno, o sucessor natural de Xanana no comando, assumiu a condução da Luta

até ser também capturado a 3 de abril de 1993, na região de Ainaro[18].

A partir da prisão de Cipinang, Xanana Gusmão continuava o comandante supremo da Resistência e a 4 de novembro de 1993, confirmou Konis Santana como novo líder no interior do território, Ramos-Horta como representante exterior e Matan Ruak como vice comandante das FALINTIL. A frente clandestina, liderada por Sabalae, ficava estruturalmente na dependência da frente armada. Esta iniciou o seu processo de reestruturação em 1994 o teatro de operações foi reorganizado em quatro Regiões, que permitiu às FALINTIL reestender a sua capacidade de combate a todo o território nos anos seguintes, apesar da pressão das forças indonésias.

A partir de maio de 1996, enquanto a Resistência continuava o esforço de reorganização, a pressão indonésia sobre os guerrilheiros começou a diminuir, passando a exercer o esforço na captura dos seus líderes, destacando-se a procura de Konis Santana, Matan Ruak, David Alex e Lere Anan Timor. Por seu lado, a população, incentivada pela liderança das próprias FALINTIL, começou a ser cada vez mais ativa, reforçando as ações de luta, e passou a ser considerada explicitamente o centro de gravidade para Resistência.

É nesta conjuntura que, em outubro de 1996, surge a notícia de que o Nobel da Paz seria atribuído a D. Ximenes Belo e Ramos-Horta. O povo timorense, e especialmente os guerrilheiros, sentiram que não tinham sido esquecidos pela comunidade internacional, criando novas esperanças de ajuda na busca de uma solução para o conflito. No entanto, o caminho continuava a ter dificuldades e um novo revés afetou a Resistência. A 11 de março de 1998, Konis Santana foi encontrado sem vida no seu abrigo em Mirtutu. Taur Matan Ruak assume a liderança da Resistência e leva as FALINTIL a reassumir a iniciativa.

Mas externamente a situação continuava a correr de feição, quando a 21 de maio de 1998 Suharto sucumbiu ao peso da crise asiática, resignou à presidência e Jusuf Habibie se tornou no novo presidente da Indonésia, tudo se começou a precipitar a caminho da independência de Timor-Leste. Depois, a 27 de janeiro de 1999 foi anunciada em Jacarta a realização de um referendo à proposta de uma autonomia especial para o território, e as FALINTIL tomaram consciência de que a solução diplomática começava a dar resultados. As suas ações praticamente cessaram e a atenção passou a centrar-se na preparação pacífica do referendo. Mas as milícias, apoiadas e lideradas pelos militares indonésios, tinham-se já assumido como ator principal na manutenção da ocupação, lançando uma onda de violência contra os segmentos da população que apoiavam a independência.

Foi neste clima de grande violência que, a 5 de maio de 1999, ocorreu a assinatura dos Acordos de Nova Iorque e o referendo foi calendarizada para o dia 8 de agosto seguinte. Iniciou-se, então, a discussão sobre o acantonamento das FALINTIL e enquanto, entre 16 de julho e 5 de agosto, tinha lugar o recenseamento da população timorense, os guerrilheiros iniciavam o seu processo de acantonamento, que concluíram a 10 de agosto, dois dias após ter sido decidido adiar o referendo que viria a realizar-se a 30 de agosto.

A vitória dos partidários da independência foi recebida em festa pelos guerrilheiros nos respetivos locais de acantonamento. Mas com os ecos da vitória chegavam também as informações sobre a onda de destruição, morte e deportações que estava a varrer todo o território, numa ação conduzida pelas milícias e pelos militares indonésios. Xanana Gusmão deu ordens expressas aos guerrilheiros para se manterem acantonados e não reagirem às ações inimigas. Mais uma vez a disciplina dos guerrilheiros e a capacidade de liderança dos seus comandantes foi posta à prova[19]. Mas a situação foi-se degradando rapidamente, levando à decisão das Nações Unidas de enviarem uma força militar multinacional para assegurar o controlo da situação. A INTERFET iniciou as operações a 20 de setembro. Em cerca de duas semanas 250.000 timorenses tinham sido deportados para Timor

Fonte: 2.bp.blogspot.com.

Ocidental e 70% das infraestruturas tinham sido destruídas.

Por ação das forças internacionais, a situação foi estabilizando e em outubro foi decidido fazer uma área de acantonamento única, na região de Aileu. Todas as forças das FALINTIL iniciaram a concentração que terminou em novembro de 1999. Assim, foi a partir de Aileu, onde 24 anos antes as FALINTIL começaram as escrever páginas de sofrimento e glória, que os guerrilheiros aguardaram o tão desejado objetivo de uma luta de quase um quarto de século – a independência de Timor-Leste. Esta ocorreria a 20 de maio de 2002.

Considerações Finais

A Resistência Timorense definiu a independência nacional como objetivo vital, adaptando o conceito de guerra subversiva sintetizada no grito *a nossa vitória é apenas uma questão de tempo*.

Porém, o território era estreito e de reduzida profundidade, a única fronteira terrestre confrontava com a do inimigo e a marítima, na ausência de meios navais, estava sob controlo total indonésio. A resistência estava desprovida de comunicações, não tinha "santuários" externos que garantissem linhas de abastecimento e revelou-se impraticável a implementação de bases de apoio urbanas nas áreas ocupadas pelos indonésios, que garantissem mobilidade, obtenção de informações ou atuações clandestinas. Também não foi possível organizar bases de resistência na retaguarda do espaço ocupado pelo inimigo.

Acresce que a resistência não podia contar com apoios externos que lhe fizessem chegar meios militares e apoio financeiro. Realmente, nenhum dos vizinhos do território dava qualquer apoio e podia ser utilizado como refúgio para as forças militares ou para a liderança da resistência, nem tão pouco foi possível contar com ajuda militar internacional. Portanto, a resistência tinha que contar com as próprias forças, concretamente a emulação guerreira dos timorenses, e as armas e munições deixadas pelos portugueses e as capturadas às próprias forças de ocupação.

Mas a Indonésia foi incapaz de vencer militarmente a guerra e perdeu-a politicamente, deixando evoluir uma situação que transformou o silêncio imposto ao território num ruído ensurdecedor que a comunidade internacional não pôde ignorar. Se o fracasso militar se explica através do descontrolo das ABRI e da capacidade de luta e espírito guerreiro da resistência timorense, o desastre político entronca na forma como as populações foram tratadas. Ninguém se sustenta em território alheio

fazendo das populações locais o inimigo a abater. Populações sobre quem foi exercida grande severidade, aparentando vantagens parcelares que não serviram senão para azedar os espíritos e dar nova energia ao povo.

A continuidade da luta armada manteve permanentemente acesa a chama de uma resistência que justificou e congregou, com o evoluir da situação, uma frente clandestina particularmente ativa, uma ação diplomática inegavelmente persuasiva e uma postura da Igreja Católica que velava.

Dez anos decorridos, a soberania de *jure* de Timor-Leste é suficientemente justificativa do direito à resistência, anunciada pelos timorenses durante quase meio século.

---

[1] DRT 05008.003.001, *Historial bastante pormenorizado da resistência timorense*, p. 9.

[2] CAVR, *Relatório Chega*, ob. cit., Capítulo. 5, p. 34.

[3] David KilCullen, *Counterinsurgency*, 2010, Oxford. Oxford University Press, pp. 91-97.

[4] DRT 05000.234, de 5 de maio de 1985, *Transcrição da*

Fontes: esta imagem: www.defence.gov.au; imagem do canto superior direito das páginas ímpares deste artigo: cidadanialusofona.files.wordpress.com.

Emissão de Rádio, de 05.MAI.1985, de intervenção de Xanana Gusmão, dirigida ao secretário-geral e membros do Comité Central, p.1.

[5] José Mattoso, *A Dignidade. Konis Santana e a Resistência Timorense*, Mem Martins, Círculo de Leitores, 2005, p.109-120.

[6] Sara Niner, *Xanana. Uma Biografia Política*, Alfragide, Publicações Dom Quixote, 2011, p.108.

[7] José Mattoso, ob. cit., p. 119.

[8] José Mattoso, ob. cit., p. 194.

[9] Maria Ângela Carrascalão, *Timor. Os Anos da Resistência*, Queluz, Mensagem, maio de 2002, p. 218.

[10] Xanana Gusmão, *Timor-Leste, um Povo Uma Pátria*, Lisboa, Colibri, pp. 95-107.

[11] Manuel Acácio, *A Última Bala é a Minha Vitória. A História Secreta da Resistência Timorense*, Lisboa, Oficina do Livro, 2006, p. 155.

[12] Xanana Gusmão, ob. cit., 1994, p.65.

[13] Frédéric Durand, ob. cit., p. 184.

[14] CAVR, *Relatório Chega*, ob. cit., Capítulo 5, p. 46.

[15] José Mattoso, ob. cit., p. 170.

[16] Max Stahl, *"O Segundo Massacre de Díli"*, in Grande Reportagem, março de 1994.

[17] Xanana Gusmão, ob. cit., p. 324.

[18] Resistência Timorense, *Arquivo e Museu*, Baucau/Timor-Leste. Gráfica Diocesana, 2006, p. 55.

[19] Manuel Acácio, ob. cit., p. 253.

* Tenente-Coronel Abílio Pires Lousada – Professor de História Militar da Área de Ensino de Estratégia do IESM

* Tenente-Coronel António José Oliveira – Oficial de Operações da Brigada de Intervenção

* Major Carlos Dias Afonso – Oficial-Aluno do Curso de Estado-Maior Conjunto do IESM

Mestre Ana Rita Carvalho

Procissão de Nossa Senhora da Saúde

No cumprimento de uma tradição cinco vezes secular, a Real Irmandade de Nossa Senhora da Saúde e de S. Sebastião organizou, no dia 6 de maio, a magnificente procissão de Nossa Senhora da Saúde, que está desde as suas origens ligada ao Exército e à Arma de Artilharia.

A Senhora da Saúde saiu da capela situada na Mouraria e percorreu as antigas ruas daquele bairro, de que constitui um dos ícones mais representativos, enquanto imagem de um passado, imortalizado, por exemplo, no Fado, que teve ali o seu berço. Relembre-se o clássico "Há festa na Mouraria", cantado por Amália Rodrigues e Alfredo Marceneiro, dedicado precisamente a esta procissão.

A tradição religiosa nascida no séc. XVI em torno de Nossa Senhora da Saúde e de S. Sebastião (se bem que em momentos e locais ligeiramente distintos) encontra-se profundamente enraizada num culto devoto dos militares do Exército Português. Na capelinha de Nossa Senhora da Saúde encontram-se também Santa Bárbara, padroeira da Artilharia, e S. Sebastião, soldado e mártir romano, padroeiro dos artilheiros, para além de Santo António (que foi curiosamente "promovido" a tenente-coronel, por D. João VI) e Santa Ana. Faz sentido também, nesta procissão, a integração de S. Jorge, padroeiro do Exército e que todos os anos desce a colina do Castelo para vir abrir o cortejo, na sua magnífica estátua a cavalo e de lança em riste.

Foi em 1570 que a procissão da Senhora da Saúde saiu pela primeira vez à rua e, desde então, até hoje apenas conheceu pequeníssimos interregnos, nomeadamente nos tempos conturbados da Primeira República. Na origem desta devoção está um milagre ocorrido nos tempos penosos da peste, quando a doença varria a cidade e os cidadãos, designadamente os piedosos "bombardeiros" do Castelo (como então se designavam os artilheiros), invocaram Nossa Senhora da Saúde para que libertasse a cidade da temível doença. Atendida a súplica, logo os soldados trataram de erguer uma ermida dedicada ao santo e mártir, tendo mais tarde surgido a capela da Senhora da Saúde e a irmandade com o mesmo nome. Posteriormente, ocorreu a fusão das duas irmandades naquela que é ainda hoje designada como Real Irmandade de Nossa Senhora da Saúde e de S. Sebastião.

Mãe, rainha, rosa mística, invocada neste mês das rosas, Nossa Senhora da Saúde continua a convocar milhares de filhos seus, muito gratos à sua invocação, seja sob este designativo ou tantos outros, pelos quais é interpelada nesse apelo religioso e místico dos homens.

A procissão assume o sentido de uma Humanidade em marcha, personificada nos diversos rostos que naquele bairro secular se cruzam, oriundos das mais longínquas paragens, das mais diversas etnias e confissões religiosas e que, neste dia, em oração devota ou simples silêncio respeitador, assistem à passagem da Senhora. E foi precisamente sob o signo de uma Humanidade em busca de remédio e consoladora proteção que Sua Exª Revª o Bispo das Forças Armadas e de Segurança, D. Januário Torgal Ferreira, presidiu às cerimónias em honra de Nossa Senhora da Saúde, dirigindo-se ao Povo Português, numa hora em que também a Pátria-mãe clama por seus filhos.

A Procissão de Nossa Senhora da Saúde foi integrada pelos três ramos das Forças Armadas, pela Polícia de Segurança Pública, pela Guarda Nacional Republicana, por corporações de Bombeiros, Hospitais Civis e Militares de Lisboa, Misericórdia de Lisboa, Cruz Vermelha Portuguesa e diversas instituições de solidariedade social e voluntariado, para além de diversas irmandades religiosas. Participaram também na procissão, como é habitual, diversas altas entidades, entre as quais a primeira-dama, Dra. Maria Cavaco Silva, o Presidente da Câmara de Lisboa, Dr. António Costa, o Chefe da Casa Militar da Presidência da República, Tenente-General Carvalho dos Reis, o Comandante do Comando das Forças Terrestres, Tenente-General Amaral Vieira, o Segundo Comandante da Academia Militar, Major-General Dias Coimbra, para além, naturalmente, dos oficiais e membros da Real Irmandade de Nossa Senhora da Saúde, superiormente representados pelo seu superior, Tenente-General Abrantes dos Santos, entre muitos outros. Tomaram igualmente parte na procissão delegações de oficiais, sargentos e praças de todas as unidades militares, das diferentes armas e serviços, da região de Lisboa, uma delegação da Escola Prática de Artilharia (de Vendas Novas), um capelão do Exército, o Tenente-Coronel Teixeira, uma delegação de oficiais e cadetes da Academia Militar e delegações dos três colégios - Instituto dos Pupilos do Exército, Instituto de Odivelas e Colégio Militar - para além da Banda Sinfónica do Exército e da Fanfarra do RAAA1.

O cortejo seguiu um modelo e um trajeto tradicionais, com os batedores da PSP na frente, seguidos de uma charanga da GNR, a qual era integrada pela estátua montada de S. Jorge. Seguiam depois os andores de Santo António, Santa Ana, Santa Bárbara, S. Sebastião e Nossa Senhora da Saúde, acompanhados dos respetivos estandartes e dos guiões das Unidades Militares. De permeio, as bandas sinfónicas dos três ramos das Forças Armadas, da PSP e GNR, que foram executando trechos musicais, o que em muito contribuiu para conferir solenidade e brio à cerimónia.

As solenidades em honra de Nossa Senhora da Saúde decorreram segundo um programa que se estendeu desde 30 de abril a 6 de maio, durante o qual o Exército esteve sempre empenhado. A investidura da imagem de Nossa Senhora, pela primeira-dama, assinalou o início das festividades, tendo decorrido na capela de Nossa Senhora da Saúde, sita na Rua da Mouraria, n.º 1, e tendo contado com a participação da Orquestra de Câmara da Banda Sinfónica do Exército, uma representação de alunos da Academia Militar e uma representação do Coro do Colégio Militar. Do programa constaram também uma eucaristia por intenção dos elementos das Forças Armadas e de Segurança, especialmente dedicada aos que se encontram em missões de Paz; uma missa em louvor de S. Sebastião, onde participaram uma representação de alunos da AM, de militares do RAAA1 e um terno de clarins; uma procissão de velas, que teve lugar no dia 5, pelas 21h, na qual participaram militares do RAAA1; e uma missa solene, no domingo, dia 6 de maio, na Igreja de S. Domingos, onde marcaram presença representantes das unidades, estabelecimentos e órgãos da região de Lisboa, alunos da Academia Militar, do Colégio Militar, Instituto de Odivelas e Instituto dos Pupilos do Exército e um terno de clarins do RAAA1.

A culminar as solenidades, a procissão de Nossa Senhora da Saúde saiu da Capela com o mesmo nome, pelas 16h e percorreu um viático pelas ruas da Mouraria, Intendente, Avenida Almirante Reis, Rua da Palma, Praça da Figueira, e de novo Largo Martim Moniz, onde o Bispo D. Januário proferiu uma bênção especial à cidade de Lisboa, invocando a Senhora da Saúde, fazendo-se voz dos seus filhos, particularmente este Povo Português, na sua dupla filiação a Nossa Senhora e à Pátria portuguesa, que urge cuidar e redimir.

A Procissão de Nossa Senhora da Saúde 2012 constituiu mais um momento alto do culto à mãe de Deus, um momento de meditação e oração, de louvor e ação de graças e também de reencontro fraterno entre irmãos, e em particular entre irmãos de armas, que servem nas fileiras das Forças Armadas e do Exército, e a quem ligam uma História e tradição que se confundem com a História de um país e de um povo devoto a Nossa Senhora.

Major-General Ref. Rui E. Freire Lobo da Costa

Direito de resposta

Sob o título A Estranha Morte do General Marques Godinho, inserta no Jornal do Exército n.º 612 – em dezembro de 2011 – foi publicado um extenso artigo da autoria do Coronel Ref. Pereira da Costa, e, porque a figura principal, na altura dos acontecimentos, era meu pai, General Santos Costa, que desempenhava funções governativas e de comando, leva-me a escrever, a este Jornal, solicitando a publicação desta carta.

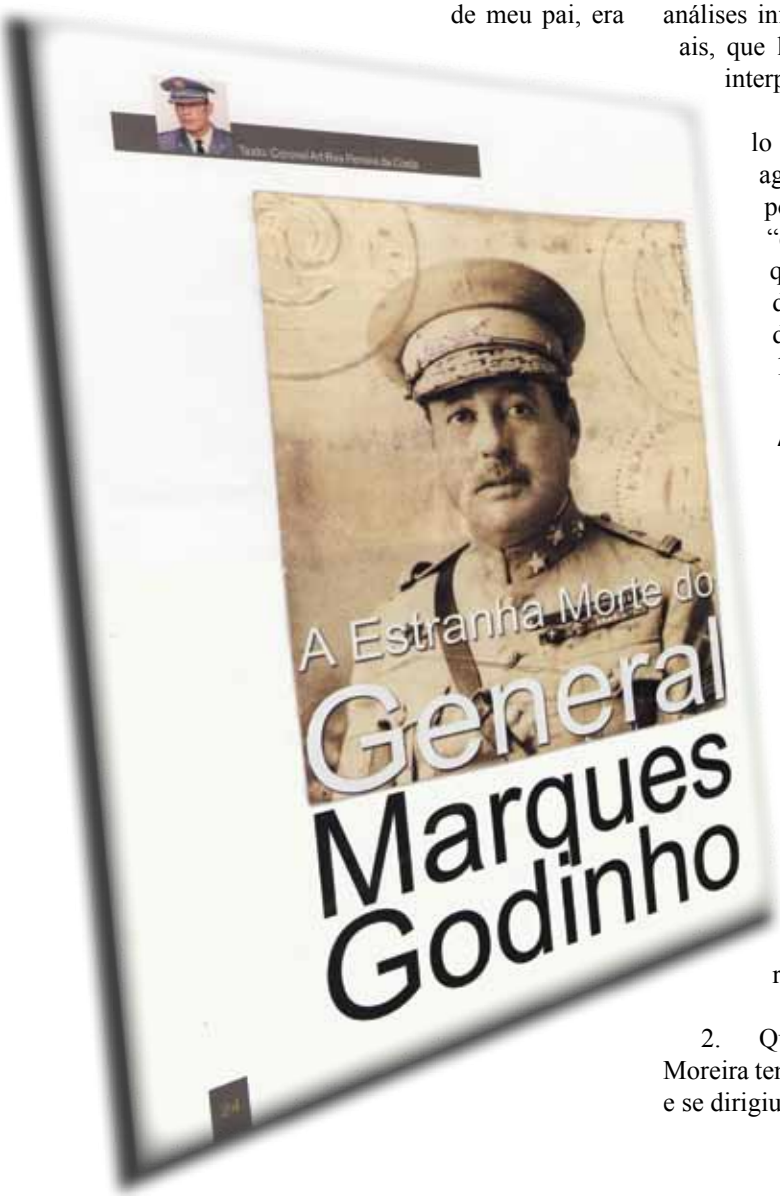
Recordo-me de, apenas por duas vezes, ter falado pessoalmente com o Coronel Pereira da Costa.

Uma, para lhe comunicar que lhe iria enviar achegas para retificação da biografia de meu pai, era ele então coordenador do livro dos Generais do Exército Português, biografia essa que havia sido truncada e alterada do documento por mim escrito e ainda mais documentação que incluía uma maquete de um livro que, posteriormente, deu à estampa sob o título: No rescaldo do 10 de Abril de 1947, com os documentos oficiais da época.

Outra, onde me informou já não ser o coordenador do livro dos Generais do Exército Português e que iria enviar todo o processo a outra entidade.

Tenho a salientar a enorme pesquisa para a confeção do artigo publicado no Jornal do Exército.

No entanto, verifiquei sucessivas lacunas, análises infundadas e até mesmo ofensas pessoais, que levam, porventura, o leitor, a erradas interpretações.



Começo por dizer que o próprio título se pode considerar polémico, o que se agrava com a leitura do corpo do texto, pois do mesmo até se poderão inferir "culpas" na morte do General Godinho, que irei desmontar, baseando-me em documentos oficiais da época, publicados no já citado livro "No rescaldo do 10 de Abril de 1947".

Analisando os factos

1. Quando refere "(…) que a dispersão dos detidos visava dificultar os contactos (…)" .

Não é lógico que os detidos, tendo passado ao foro militar, continuassem em prisão civil, e o próprio Ministro enviou, pessoalmente, o seu Chefe de Gabinete, a fim de examinar os locais de destino, "para que tudo estivesse em condições de os receber" bem como para tratar do internamento de Godinho, no Hospital Militar Principal (HMP), o qual foi rejeitado pelo mesmo (declarações do Chefe de Gabinete, a 17 de fevereiro de 1948).

2. Quando refere que o advogado Adriano Moreira tentou contactar o Ministro, sem sucesso, e se dirigiu ao Governador Militar de Lisboa.

"Tomei a decisão de eu próprio visitar os presos na Casa de Reclusão" (declarações do Governador Militar de Lisboa, a 20 de fevereiro de 1948).

3. "A resposta do Governo foi a detenção, pela PIDE, ainda em Janeiro de 1948, de D. Palmira e do filho Alfredo" bem como do advogado.

A prisão destas pessoas não é da iniciativa do Ministro da Guerra, conforme se infere do despacho do Ministro da Justiça, de 20 de janeiro de 1948, bem como no ofício de resposta do Ministro da Guerra que lamenta "(…) embora reconheça que a lei lhe faculta tais atribuições, conformar-me com a decisão tomada e me dizem ter conduzido à detenção de uma senhora que, embora procedendo insensatamente, continua com direito ao meu respeito, porque a considero vítima e não autora de ignomínia a que foi conduzida pelos seus desprezíveis conselheiros".

Mais ainda me leva a escrever esta carta é as considerações expressas no n.º VI do texto, que considero desprestigiantes e ofensivas, com insinuações torpes e não provadas para com a memória de meu pai.

4. "É verosímil a hipótese de que o Ministro da Guerra tenha pretendido criar condições para uma morte acelerada (…)".

Anos mais tarde, meu pai veio à liça, respondendo publicamente, num diário de então (Diário de Notícias), a um artigo de Tom Gallagher (historiador crítico do Estado Novo), para demonstrar a sua inocência na morte de Godinho, tendo aquele historiador escrito: "(…) Até à data tem sido o Gen. Santos Costa (e não os seus detratores) quem mais se tem mostrado disposto a lançar alguma luz sobre o caso Marques Godinho. A menos que seja apresentada informação alternativa, a sua inocência relativamente à acusação de assassínio parece-me bastante comprovada." (Diário de Notícias, de 29 de setembro de 1981).

5. "(…) Santos Costa demorou 82 dias a despachá-lo (…)".

O processo da PIDE, vindo do Governo Militar de Lisboa – 31 de outubro de 1947 – entrou no Ministério da Guerra, a 4 de novembro de 1947; a 8 de novembro, o Ministro oficia o Ministro da Marinha sobre antiguidades de Almirantes e Generais; a 12 de novembro, o Ministro nomeia um General Relator, conforme era de lei, que o entregou a 30 de novembro. O Ministro despachou o parecer do General Relator a 8 de dezembro – em apenas 8 dias.

6. "(…) perseguindo os golpistas com uma violência desnecessária (…)".

Recorde-se que o Ministro pretendeu evitar o desenlace que viria a suceder, chamando ao seu gabinete o Capitão E. M. Manuel, filho de Godinho, alertando-o para as atividades subversivas de seu pai, sem resultado.

Não sei em que fontes se terá inspirado o Coronel Pereira da Costa, para a feitura deste artigo, pois os acontecimentos ocorreram no ano do seu nascimento.

Para além disso, lembro-me, de quando com ele falei, ter evidenciado uma "aversão" ao regime de então, centrado na pessoa do Ministro da Guerra, dizendo mesmo que a promoção de Godinho teria sido uma benesse para lhe retirar o Comando dos Açores (Como é óbvio, desconhece os trâmites e vicissitudes para se chegar às estrelas) e, ainda, pondo em causa a seriedade dos Tribunais Militares de então.

Os golpistas foram tratados de maneira digna, desde o seu internamento em prisões militares, anteriormente inspecionadas pelo Chefe de Gabinete, para onde se deslocaram em automóveis sem escolta e apenas com guia de marcha, tendo sido julgados em Tribunais Militares, com decisões dos respetivos acórdãos.

O General Godinho permaneceu no HMP, sem guarda, conversando e recebendo visitas, tendo o seu filho médico permanecido junto dele até cerca de duas horas e meia antes do seu infeliz desenlace.

Seria, talvez, de recordar ao Coronel, já era então oficial, o sucedido com os golpistas no PREC, desde a sua captura, internamento, audições e outros procedimentos lamentáveis.

7. "(…) Antigas simpatias pelo Eixo (…)".

Meu pai foi condecorado, a 1 de março de 1948, pelo Governo Americano, com a Legion of Merit grau Chief Commander (grau raramente atribuído a estrangeiros) "(…) pelos relevantes serviços prestados aos EUA, durante e após a II Guerra Mundial (…)".

Saliento que os americanos têm boa memória, face a um episódio recente, em que um Ministro dos Negócios Estrangeiros português criticou, publicamente, a política externa americana.

Talvez mais haveria de abordar, mas entendo o conteúdo desta carta ser esclarecedor para desmontar a maneira tendenciosa como o autor tratou, no seu artigo, os acontecimentos daquela época.

O Aprontamento de uma Força especializada na formação em Combate em Aéreas Edificadas para a European Union Training Mission (EUTM) for Somalia

Ao Exército Português incumbe, no âmbito das contribuições nacionais para a European Union Training Mission (EUTM) for Soma lia, através da Escola Prática de Infantaria (EPI), aprontar uma unidade de formação militar na vertente do combate em áreas edificadas (CAE), designada por "Módulo de Formação de Combate em Áreas Edificadas 4" (MFCAE 4), com o objetivo de ministrar, no Uganda, nomeadamente no Bihanga Training Camp (BTC), formação especializada de CAE a militares das Somali National Security Forces (SNSF), como forma de contribuir para a boa governação do Governo de Transição da Somália e assim contribuir para a segurança na região. No âmbito da missão, Portugal, desde Outubro de 2010, projetou para o teatro três equipas de instrutores tendo contribuído para a formação de cerca de 2400 soldados somalis.

O conceito adotado para o DVD, ajustado aos objetivos específicos da Força e da tipologia de missão (formação a diferentes níveis), possibilitou o treino e divulgação de um

No âmbito do aprontamento da Força, missão atribuída à EPI e de acordo com a Diretiva 242/CEME/11, de 20 de dezembro, o aprontamento para o 4º Intake decorreu entre 19 de março e 30 de julho do corrente ano. Neste contexto, realizou-se em Mafra, no passado dia 26 e 28 de junho de 2012, a Combat Readiness Evaluation (CREVAL) e o Distinguished Visitors Day (DVD) respetivamente. Este evento (DVD) contou com a presença do Comandante da Instrução e Doutrina do Exército, o Adjunto do Comandante das Forças Terrestre, o Comandante da Brigada de Reação Rápida, o Comandante do Centro de Tropas de Operações Especiais e o Comandante da EPI. A importância que o Exército e as Forças Armadas atribuem a esta missão ficou bem patente pelo nível da representação e ainda pelo elevado interesse evidenciado durante toda a demonstração, expresso aliás na FIR entretanto enviada pela IGE.

conjunto vasto das atividades realizadas pelo MFCAE4 no âmbito do seu aprontamento ao longo de três meses, assim como permitiu ainda demonstrar as suas capacidades e valências (incluindo material específico para a formação em CAE) que serão empregues no Teatro de Operações do Uganda, no Bihanga Training Camp durante o cumprimento da missão de formação de Oficiais, Sargentos e Soldados somalis no âmbito da European Union Training Mission for Somalia.

A experiência obtida nas missões anteriores e o trabalho conjunto, entre quem já participou na missão e quem se prepara para partir, permitiu ajustar o tipo de aprontamento e congregar na CREVAL e no DVD um conjunto de atividades formativas específicas na vertente de CAE que melhor irão permitir o cumprimento cabal da missão e assim prestigiar a Escola Prática de Infantaria, o Exército Português e Portugal.

MILICIA

WWW.MILICIAPRO.COM

SEDE
Showroom
Nova Loja

+80 Marcas
Loja 170M²
Showroom 180 M²
Estacionamento
700 M² Armazém

FARDAMENTO
EQUIPAMENTO
SEGURANÇA

5.11 TACTICAL SERIES

BLACKHAWK!

Aimpoint, American Body Armor, AmeriGlo, Arktis, Armor Accessories, Bates, BCB, Bianchi, C-A-T, Sam Medical CAA Tactical, Cadex, CamelBak, Crimson Trace, Defcon 5, Defense Technology, Eagle, Eberlestock, ESS, Explorer First Choice, Fisher Labs, Forensics Source, Peli, GoldEck, Hatch, Hawke, Hellstorm, Hiatt, Inova, Lansky, Ledwave Libervit, Marlow, Maxpedition, MOD, Monadnock, Oakley, Otis, Fox, Peltor, Protech, Quickstep, Savvy Armor Second Chance, Seeker, Sog, Suex, SureFire, Tactical Medical, Taser, TSSI, United Shield, Garret, Tristar Armored Cars

Visite-nos na Av Poeta Eugénio de Andrade, nº 1267 - Canidelo VNG
coordenadas GPS: 41,115871 / -8,648119

EXÉRCITO
RECRUTAMENTO
O FUTURO É AQUI...
www.exercito.pt 800 20 12 74 recrutamento@mail.exercito.pt

€2,00 (IVA incluído)
Ano LIII - n.º 619
Julho de 2012

Jornal do Exército

COMANDOS

50 anos de existência

Soluções mais55

Connosco o seu ordenado ou reforma tem mais valor.

Adira à Super Conta mais55 e saiba tudo o que o seu ordenado ou reforma lhe podem dar.

No Santander Totta trabalhamos todos os dias mais para merecer a confiança dos nossos Clientes. Para lhe podermos disponibilizar as soluções que dão mais valor ao seu ordenado ou reforma.

Domicilie o seu ordenado ou reforma no mínimo por 25 meses e receba, sem sorteio, à sua escolha:

Oferta Exclusiva

Câmara de Filmar Toshiba Camileo P20

Máquina de Café Delta Qool

LCD AV Toshiba 19"

GPS Garmin nüvi 2200

Máquina Fotográfica Samsung ES80

Para ordenados a partir de 375€ ou reformas a partir de 300€*	Para ordenados ou reformas a partir de 1.500€*

Conheça ainda as Soluções de Poupança mais55 que oferecem ao seu dinheiro toda a segurança com uma rentabilidade muito atractiva!

* O valor mínimo de ordenado ou reforma líquido domiciliado para acesso a um dos equipamentos é de 375€ e 300€ respectivamente, excepto para o LCD TV que é de 1.500€. O pedido de equipamento deve ser efectuado pelo Cliente até 31 de Dezembro de 2011 (válido para novas domiciliações de ordenado ou reforma), devendo a 1ª domiciliação de ordenado ou reforma e reclamação do equipamento ocorrer nos 3 meses subsequentes. Caso cessem as domiciliações de ordenado ou reforma, antes de decorridos 25 meses, por causa não imputável ao Banco, o Cliente deverá devolver o valor de 300€ no caso do LCD TV e 150€ para os restantes equipamentos, na proporção do prazo não decorrido. Oferta limitada ao stock existente. A qualidade do equipamento e a sua garantia são da responsabilidade exclusiva dos fornecedores.

Santander Totta
O Valor das Ideias

PROTOCOLO

Jornal do Exército
ÓRGÃO DE INFORMAÇÃO, CULTURA E RECREIO DO EXÉRCITO PORTUGUÊS, CRIADO POR PORTARIA DE 14JUL60

Capa

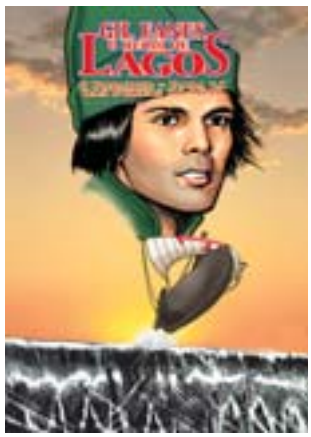
Foto:
Alf RC Cavaco

Monumentos com História Militar – 4
Editorial – 5
Figuras e Factos - Destaque do mês – 6
Figuras e Factos – 7
Os Passeios de Girassol – 40
Destaque Bibliográfico – 46

Exército Português treina tropas Somalis – 12

Gestores, Lideres e Comandantes – 32

COMANDOS
50 anos de existência – 24



Suplemento Banda Desenhada:
"Gil Eanes – o Herói de Lagos"
Pág: V a VIII

Os artigos publicados com indicação de autor são da inteira responsabilidade dos mesmos, não refletindo, necessariamente, o pensamento da Chefia do Exército Português

PROPRIEDADE DO ESTADO-MAIOR DO EXÉRCITO
Direção, Redação e Administração: Largo de S. Sebastião da Pedreira, 1069-020 Lisboa, Telef: 213 567 700, Fax Civil: 213 567 791 Militar: 414 091, E-mail: jornal.do.exercito@mail.exercito.pt, jornal.exercito@sapo.pt, E-mail - Intranet: Jornal do Exército, Home page: www.exercito.pt DIREÇÃO - Diretor: Coronel de Infantaria José Custódio Madaleno Geraldo; Sub-Diretor: Tenente-Coronel J. Pinto Bessa; Secretária: Ass. Téc. Arminda Vitorino; REDAÇÃO - Chefe: Tenente-Coronel J. Pinto Bessa; Assistente de Redação: 1.º Sargento Anjos Das Neves; Redatores: Alferes RC Nelson Cavaco, Alferes RC Filipa Domingos; Operadoras Informáticas: Assistente Técnica Elisa Pio, Assistente Técnica Guiomar Brito; SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS - Chefe: Tenente-Coronel António N. Marcos Andrade; Auxiliares Sargento-Ajudante João Belém, Sargento-Ajudante Luís Silva; Operadoras Informáticas: Assistente Técnica Joana Moita; Assistente Técnica Tânia Espírito Santo; COLABORAÇÃO FOTOGRÁFICA - Lusa - Agência de Notícias de Portugal, SA; Centro de Audiovisuais do Exército RCRPP/GabCEME; EXECUÇÃO GRÁFICA - PERES - SOCTIP Indústrias Gráficas, SA, Estrada Nac. 10, Km. 108,3 - Porto Alto, 2135-114 Samora Correia, Telef. 263 009 900 - Fax 263 009 999, acosta@peres-soctip.pt Tiragem - 6 000 exemplares Depósito Legal - nº 1465/82 ISSN - 0871/8598

Gil Eanes

https://ewaldvanvugt.wordpress.com/2010/10/04/robbers%E2%80%99-paradise

"O seu grande feito foi vencer os medos. E esse é o mais difícil de todos". Quem o disse foi o historiador João Oliveira e Costa, a propósito de Gil Eanes, navegador português, natural da cidade de Lagos, no Algarve, escudeiro do Infante D. Henrique, e cuja biografia permanece ainda pouco conhecida e muito discutida.

Gil Eanes pôs fim a medos ancestrais e passou, pela primeira vez, o cabo Bojador, em 1434, dissipando o terror supersticioso que este promontório inspirava e iniciando assim a época dos "grandes descobrimentos". Ao dobrar o cabo, Gil Eanes reforçou o papel de Portugal como nação marítima e mostrou que havia ainda um grande caminho a percorrer no Atlântico Sul.

O incentivo a tentar esta proeza surgiu através do Infante D. Henrique, que entre 1424 e 1433 chegou a enviar cerca de 15 expedições, com a pesada missão de sobrepujar o cabo maldito, sendo que todas fracassaram. De fato, as tentativas foram várias por parte dos navegadores, mas estes, acabavam sempre por recuar.

Com a insistência nas viagens cada vez mais para sul, o Infante D. Henrique queria, segundo a "Crónica dos Feitos da Guiné", de Gomes Eanes de Zurara, averiguar o que havia para além das Canárias e do cabo Bojador e procurar novas oportunidades de comércio em paragens desconhecidas e ainda não frequentadas. Com a viagem de Gil Eanes chegou-se à conclusão, ainda segundo Zurara, de que as condições de navegação para além do Bojador permitiam a continuação das viagens, ao contrário do que se pensava, e que as dificuldades que os navegadores enfrentavam eram meramente psicológicas.

Como reconhecimento do seu feito e mérito, o Infante D. Henrique armou-o cavaleiro. Sobre aquele cuja vida pouco se conheceu, diversos autores sublinham que "partindo do princípio geral que se formavam escudeiros por volta dos 14 anos e cavaleiros pelos 20/21, podemos imaginar que Gil Eanes, ao passar de escudeiro a cavaleiro em 1434, terá nascido em cerca de 1414, sendo certo que a sua idade, não estaria longe dos 20.

Sabe-se que em 1446 partiu para a exploração da costa da atual Mauritânia e combate aos Muçulmanos que tentavam impedir os progressos da navegação portuguesa através da pirataria, de onde trouxeram o maior número de escravos de sempre. Regressou a meio da viagem devido ao mau tempo, não havendo mais dados biográficos concretos a partir dessa data, embora alguns historiadores afirmem que continuou a sua vida em Lagos. Este navegador permitiu um grande avanço na época dos descobrimentos.

Lagos, a sua cidade natal, homenageia-o com uma estátua no Jardim da Constituição.

Alferes RC Filipa Domingos

INFORMAR PARA BEM SERVIR

O *Jornal do Exército* e os seus colaboradores continuam a partilhar, com os seus estimados leitores, neste mês de julho, notícias e artigos que revelam a atualidade do Exército Português no plano nacional e internacional, assim como temas que lhe estão relacionados e que dizem respeito a todos os portugueses, razão de ser desta secular e perene Instituição. O culto da cidadania é um dever de todos aqueles que, abnegadamente, servem a sua pátria para engrandecê-la, a fazer jus à legenda imortal: "Esta é a ditosa Pátria minha amada", que é um verso de Camões inscrito nos estandartes nacionais, à guarda nas unidades militares.

O culto da cidadania faz-se essencialmente pelo exemplo, como disse Séneca, "O homem acredita mais com os olhos do que com os ouvidos. Por isso longo é o caminho através de regras e normas, curto e eficaz através do exemplo. O exemplo convence-nos mais do que as palavras."

Por ocasião do 50.º Aniversário dos Comandos, o Presidente da República, que presidiu à cerimónia, prestou homenagem a todos aqueles que serviram a Pátria com audácia e abnegação tendo referido que "durante 12 anos, nove mil homens, integrando várias unidades deste corpo de elite tiveram um desempenho notável nos Teatros de Operações de Angola, Moçambique e Guiné, fazendo do militar Comando um soldado de exceção, exemplo maior de valor militar, valentia em combate, coragem, sangue-frio, e serena energia debaixo de fogo. [...] A história dos Comandos está repleta de valorosos exemplos de bravura e coragem. Lições de vida, que devem servir de exemplo e inspiração para todos nós."

Podemos dizer que os militares do Exército foram decisivamente empenhados no ultramar, com o apoio notável da Força Aérea e da Marinha. Foi um sucesso militar evidente, apesar das contrariedades e das perdas. Talvez muitos tivessem ficado surpreendidos mas não aqueles que acreditam nas capacidades dos portugueses, de que os militares são referência. Felizmente, hoje, como ontem, esta continua a ser uma realidade por esse mundo fora, como temos vindo a dar testemunho neste nosso Jornal. É preciso que todos os portugueses acreditem no seu potencial e que todos podem fazer muito pela sua Terra Natal. Como dizia o saudoso Professor José Hermano Saraiva, a quem prestamos homenagem, se todos fizermos um pouco pelo nosso país, que grande país será o nosso! De fato, merece a nossa maior atenção e reflexão o pensamento do antropólogo Jorge Dias, que lemos num livro de PauloAlexandre Loução [A Alma Secreta de Portugal]: "As virtudes e os defeitos [do português] mantiveram-se os mesmos através dos séculos, simplesmente as suas reacções é que variam conforme as circunstâncias históricas. No momento em que o Português é chamado a desempenhar qualquer papel importante, põe em jogo todas as suas qualidades de acção, de abnegação, sacrifício e coragem, e cumpre como poucos. Mas, se o chamam a desempenhar um papel medíocre que não o satisfaz, a sua imaginação esmorece e só caminha na medida em que a conservação da existência o impele. Não sabe viver sem sonho e sem glória. Estagna assim na apatia do espírito, faz a crítica acerba contra o que não está àquela altura a que aspira ou cai na saudade negativa, espécie de profunda melancolia."

Neste número realçamos um artigo de extrema atualidade e importância da autoria da Alferes Filipa Domingos, redatora deste Jornal, intitulado "Exército Português treina tropas Somalis", que contou com a colaboração do Tenente-Coronel de Infantaria Francisco Duarte, através de uma interessante entrevista. O artigo central é da autoria do Alferes Nelson Cavaco, também redator desta publicação, "Comandos: 50 anos de existência", onde nos é contada uma síntese histórica desta mítica tropa especial com a divisa "A Sorte protege os Audazes". O Tenente-Coronel de Artilharia Palma Rosinha traz-nos um artigo de extrema importância e esclarecedor para todas as organizações, militares ou civis: "Gestores, Líderes e Comandantes; A perícia do Comandante Militar no exercício do Comando". O nosso colaborador habitual, Engenheiro Zúquete, partilha mais uma das suas histórias, a que deu o nome "Os Passeios de Girassol", baseada na sua experiência ultramarina, neste caso, em Moçambique. Damos continuidade ao trabalho inédito de José Pires, em banda desenhada, "Gil Eanes, o herói de Lagos, o Bojador para lá das portas do mito". Aproveitamos para agradecer a todos os colaboradores a sua valorosa cooperação.

José Custódio Madaleno Geraldo
Coronel de Infantaria

Exercício de Ciberdefesa do Exército - "Ciber Perseu 2012"

O Exercício "Ciber Perseu 2012" (10-11 de julho), enquadra-se no levantamento da capacidade de Ciberdefesa do Exército e constitui o 1.º Exercício desta natureza a realizar pelas Forças Armadas Portuguesas, tendo o General CEME convidado para o efeito o General CEMGFA, o Almirante CEMA e o General CEMFA.

Materializando uma oportunidade para avaliar procedimentos técnicos e operacionais, este Exercício pretende exercitar e avaliar a capacidade de resposta do Exército, face à ocorrência de ciberataques que, devido ao seu impacto disruptivo crescente, afetem a segurança das Comunicações e Sistemas de Informação (CSI), o Comando e Controlo (C2) do seu Sistema de Forças e a Superioridade de Informação no moderno campo de batalha.

Tendo por base esta finalidade, o Comando do Exército definiu os seguintes objetivos para o Exercício "Ciber Perseu 2012":

- Exercitar o processo de decisão e testar os diversos níveis de responsabilidade e competências, de forma a garantir uma resposta coordenada a todos os níveis da Organização (nível planeamento, autoridade de gestão, resposta operacional e tática), face à ocorrência de ciberataques;
- Exercitar os procedimentos técnicos e operacionais existentes no Exército, de resposta a ciberataques que afetem os sistemas C2 e a segurança CSI do seu Sistema de Forças;
- Exercitar, testar e avaliar os mecanismos de cooperação com Entidades e Organizações externas ao Exército e os processos de troca de informação técnica existentes;
- Preparar a participação do Exército no NATO Cyber Defence Exercise 2012 (NCDEX 12).

Incorporando a experiência adquirida pelo Exército no âmbito de Exercícios multinacionais como o NCDEX 11 e o Cyber Endeavour 2011, este Exercício permitiu envolver elementos da Estrutura de Comando, da Estrutura Base e elementos da componente operacional do Sistema de Forças do Exército, testando desta forma a Politica, a Estrutura e os procedimentos de Ciberdefesa e Segurança da Informação, aos diversos níveis que intervêm na reação contra ciberataques.

Reconhecendo-se a existência de um nível nacional e

supranacional da Cibersegurança, cada Estado terá que garantir não só a utilização segura do ciberespaço aos seus cidadãos como a salvaguarda da própria Soberania. Neste contexto, importa analisar o risco social e o impacto dos diversos tipos de ciberataques, separando os de motivação criminosa daqueles que, por apresentarem um maior poder disruptivo, possam colocar em risco a Segurança e Defesa do Estado.

Enquanto espaço de interação social, o Ciberespaço materializa assim uma área de responsabilidade coletiva onde a atribuição de responsabilidades e competências na sua segurança deverá obedecer à mesma lógica e fundamentos que caracterizam a Segurança e a Defesa do Estado.

O Exército, no quadro do esforço cooperativo atualmente em curso na área da Cibersegurança Nacional, pretendeu com a realização do Exercício "Ciber Perseu 2012" testar as suas capacidades residentes e validar procedimentos doutrinários, em prol da Ciberdefesa do País.

Dia do Comando das Forças Terrestres, da Zona Militar dos Açores e do Regimento de Guarnição N.º 2

Tendo em conta o cumprimento de um Despacho que incentiva a concentração dos Dias Festivos como forma de promover a contenção orçamental, foram, recentemente, comemorados conjuntamente o Dia do Comando das Forças Terrestres (CFT), da Zona Militar dos Açores (ZMA) e do Regimento de Guarnição N.º 2 (RG2).

Estas comemorações tiveram como objetivo principal a divulgação, junto da sociedade civil micaelense, das atuais capacidades e competências da ZMA, a par do reforço do espírito de corpo e de coesão entre os militares e funcionários civis que servem o Exército na Região Autónoma dos Açores.

Nesse sentido, foram planeadas e executadas um conjunto de atividades de natureza militar, cultural e desportivas que decorreram na ilha de São Miguel entre os dias 17 e 22 de junho.

A cerimónia militar realizou-se no dia 21, no RG2, em Ponta Delgada, tendo sido presidida pelo representante da República para a Região Autónoma dos Açores, contando também com a presença de altas individualidades civis e militares das quais de destacam o General Artur Pina Monteiro, Chefe do Estado-Maior do Exército (CEME), o Dr. Ricardo Cabral, Vice-presidente da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores e o Tenente-General Vitor Manuel Amaral Vieira.

Do programa constaram a continência à alta entidade; homenagem aos mortos em combate; as alocuções do CEME, do Tenente-General Amaral Vieira, do Comandante da ZMA

e do Comandante do RG2; a imposição de condecorações a militares e civis do CFT e da ZMA; e um desfile das forças em parada comandadas pelo Coronel de Artilharia, Nuno Manuel Monteiro Fernandes, Comandante do Regimento.

Todas as unidades realçam “a expressiva adesão da população civil a todas as atividades realizadas no âmbito destas efemérides, que, mais uma vez, demonstram, inequivocamente, a importância que os açorianos atribuem ao Exército e, em particular, à ZMA”.

Comemorações do 50.º aniversário dos Comandos

No dia 19 de junho, deu-se o início das comemorações do Quinquagésimo Aniversário dos Comandos. A sala esteve composta de ilustres militares e civis que não quiseram deixar de marcar presença, nesta cerimónia presidida pelo General António dos Santos Ramalho Eanes, membro da Comissão de Honra para as comemorações deste aniversário.

A mesa foi composta pelo General Artur Pina Monteiro, Chefe do Estado-Maior do Exercito (CEME); pelo Tenente-General Comando António Marques Abrantes dos Santos, Presidente do Conselho Superior da Associação de Comandos e da Comissão Executiva para as comemorações do 50.º aniversário; pelo Coronel de Infantaria Comando Pedro Miguel Alves Gonçalves Soares, Comandante do Centro de Tropas Comandos e pelo Doutor José Ângelo Lobo do Amaral, Presidente da Direção Nacional Associação de Comandos.

O Comandante do Centro de Tropas Comandos, Coronel de Infantaria Comando Gonçalves Soares procedeu à abertura da sessão, ao qual se seguiu uma palestra a cargo do Professor Doutor Adriano José Alves Moreira,

subordinada ao tema "TEORIA DO ESTADO EXIGUO". A sessão solene foi encerrada pelo General Ramalho Eanes.

Conferência "Tropas Comando – 50 anos a servir Portugal"

Integrado nas comemorações dos 50 anos da formação dos Comandos em Zemba (Angola), decorreu no dia 27 de junho, no Instituto de Defesa Nacional, um seminário dedicado ao tema "Tropas Comando – 50 anos a servir Portugal."

As palavras de abertura foram proferidas pelo Coronel Marco Serronha, seguido por uma intervenção do Chefe do Estado-Maior do Exército, General Artur Pina Monteiro.

O primeiro tema a debate foi a "Contrainsurreição – o Papel das Tropas Comando no decurso da guerra em África", que contou com as intervenções do General Gabriel Augusto Espirito Santo e do Tenente-Coronel João José Brandão Ferreira.

O segundo tema dedicado à "Participação das Tropas Comando nas politicas externas e de defesa de Portugal", teve como oradores o General José Luís Pinto Ramalho e o Professor Doutor Bruno Cardoso Reis.

O Dr. Júlio de Lemos Castro Caldas foi o responsável pela intervenção de encerramento.

"Os combates por Portugal – passado recente e futuro"

A Comissão Executiva do Encontro Nacional de Combatentes 2012, em colaboração com a Revista Militar e com a Associação de Auditores de Cursos de Defesa Nacional, promoveu uma conferência subordinada ao tema "Os combates por Portugal – passado recente e futuro", no dia 11 de junho no Auditório 2 da Fundação Calouste Gulbenkian, em Lisboa.

No dia seguinte às comemorações do Dia de Portugal e aquando do XIX Encontro Nacional de Combatentes, a Comissão Executiva contou com as presenças do Professor Doutor Eduardo Grilo, do General José Pinto Ramalho e do Tenente-General Manuel Vizela Cardoso, na sessão de abertura, onde foi debatido o painel: "A caracterização dos combatentes". Não obstante, a moderação deste debate ficou a cargo do Almirante Nuno Vieira Matias.

No painel intitulado "As relações civis-militares", a cargo do General Gabriel Espírito Santo, pretendeu-se analisar os princípios em que se deverá basear a relação entre entidades civis e militares, aos diferentes níveis, em particular numa situação de crise ou guerra.

"Os valores do combatente num quadro de pós modernidade – as dissonâncias sanáveis", foi o quadro que se seguiu pelo Professor Doutor Nuno de Assis Costa Rogeiro, cujo objetivo "foi caracterizar o estado do debate atual sobre a natureza dos pilares fundamentais das sociedades atuais, sobre a natureza dos riscos e das forças que os pretendem transfigurar, e sobre o papel da força institucionalizada neste contexto".

Pelo Tenente-Coronel Luís Machado Barroso, o tema analisado foi "O combatente do presente e do futuro", onde se pretendeu "situar o combatente atual nas operações militares do tempo presente e nas relações nas sociedades onde é chamado a desempenhar o seu papel, assim como o desenho de uma perspetiva nas situações previsíveis do futuro próximo, em termos de atitude e de comportamento do elemento militar".

Comemorações do Dia do RA5

O Regimento de Artilharia N.º5 (RA5) celebrou o seu dia festivo em 12 de maio, data em que se comemora a reconquista da Cidade do Porto, por ocasião da II Invasão Francesa.

O programa das comemorações contemplou diversas atividades que decorreram nas instalações do Regimento e na cidade de Gaia, no período de 5 a 13 de maio, realizando-se a Cerimónia Militar no dia 11.

Durante a manhã do dia 6, teve lugar nas instalações do Regimento e áreas públicas contíguas, o II Duatlo BTT – "Polacos da Serra", no qual participaram 210 atletas militares e civis, amantes da modalidade.

O II Duatlo BTT – "Polacos da Serra" foi um evento que contou com o apoio da Federação Triatlo de Portugal, da Câmara Municipal de Vila Nova de Gaia através da GAIANIMA E.M., da Junta de Freguesia de Santa Marinha, da Companhia de Bombeiros Sapadores de Vila Nova de Gaia, da Policia Municipal de Vila Nova de Gaia, da "Ciclocoimbrões", da "Pato Cycles", do Grupo Motard "Lobo e Companhia de Gaia", do El Corte Inglés e da Direção de Obtenção de Recursos Humanos do Comando do Pessoal do Exército.

O prémio do 1.º classificado absoluto masculino foi conquistado pelo "sénior", Tiago José Reis Teixeira, atleta da equipa "GALITOS" da Cidade de Aveiro. O 1.º lugar absoluto feminino foi conquistado pela soldado Isabel Mota da Direcção de Administração de Recursos Humanos.

A prova terminou com a entrega de prémios pelo Comandante do Regimento, Coronel de Artilharia José Mota Mendes Ferreiro, aos atletas melhores classificados, tendo recebido por parte de todos os participantes os melhores elogios, pela organização e escolha dos percursos, manifestando os atletas a vontade de regressarem no próximo ano, consolidando-se deste modo esta prova como de referência no panorama desportivo da cidade de Gaia e do norte do País.

No dia 11 teve lugar a Cerimónia Militar Comemorativa do Dia da Unidade, a qual foi presidida pelo Comandante da Instrução e Doutrina, Tenente-General Francisco António Correia que contou com a presença de um vasto conjunto de destacadas figuras militares e individualidades do concelho e da região, entre elas, César Oliveira, Presidente da Assembleia Municipal de Gaia e Mário Fontemanha, Vereador da Proteção Civil.

Este dia iniciou-se às 07H00 com a alvorada festiva, seguindo-se o hastear da Bandeira Nacional.

Pelas 09H00 teve lugar, na Igreja do Mosteiro da Serra do Pilar, a Celebração Eucarística, com a animação litúrgica pelo Orfeão da Madalena.

O Tenente-General Francisco António Correia foi recebido por uma Guarda de Honra constituída por militares da 2.ª Bateria de Bocas de Fogo do Grupo de Artilharia de Campanha da Brigada de Intervenção, tendo-se iniciado a Cerimónia Militar às 11H00.

No final da Cerimónia, a Fanfarra do Regimento presenteou todos os convidados com uma brilhante atuação musical, após o que se seguiu uma demonstração da Bateria de Salvas da Unidade, que se distingue por ser única nos seus movimentos de escola de secção, dispositivo, bem como no material e fardamento, tornando-se assim uma referência como força divulgadora do RA5 e do Exército.

As comemorações terminaram com um almoço de confraternização no Claustro do Mosteiro da Serra do Pilar.

Diretor de Comunicações e Sistemas de Informação visita o 4.º CN/FND/ISAF

No período de 11 a 15 de maio, deslocou-se ao Teatro de Operações (TO) do Afeganistão, o Major-General Rui Manuel Xavier Fernandes Matias, Diretor de Comunicações e Sistemas de Informação (DCSI), com a finalidade de realizar uma visita de trabalho ao 4.º Contingente Nacional da Força Nacional Destacada/International Security Assistance Force (4ºCN/FND/ISAF).

Acompanharam o Major-General Xavier Matias, o Tenente-Coronel Correia Leal da DCSI e o Capitão Carlos Ferreira do Comando das Forças Terrestres.

No sentido de permitir ao Major-General Xavier Matias um conhecimento mais detalhado da missão e das tarefas das várias Componentes que constituem a FND, foi elaborado um plano de visita que incluiu audiências com várias Entidades da ISAF e do ANA (Afghan National Army), complementado com visitas de trabalho aos locais onde os militares do 4.º CN exercem as suas funções de aconselhamento e de assessoria.

Do programa da visita destaca-se o encontro com o Comandante do Regional Command-Capital (RC-C), Brigadeiro-General Levent Gözkaia, a deslocação a Pol-e-Charki, onde o Major-General Xavier Matias foi recebido pelo Comandante da 111th Capital Division, Major-General Qadam Shah Shaim, bem como a visita aos locais onde os elementos da *Military Advisor Team CapDiv HQ* exercem as suas atividades de aconselhamento e de assessoria ao Estado-Maior da 111.ª Divisão.

Posteriormente deslocou-se ao Comando do ISAF *Joint Commander* (IJC) em KAIA, onde foi recebido pelo IJC *Deputy Commander*, Major-General Javier Cabeza que o acompanhou numa visita ao *Combined Joint Operations Center*. Nesta visita a KAIA, o Major-General Xavier Matias aproveitou a oportunidade para se reunir com os militares portugueses que ali desempenham as suas funções de assessoria, de formação e de treino no âmbito do 4.º CN e no IJC.

O Major-General Xavier Matias visitou ainda o Quartel-General da ISAF em Cabul, onde almoçou com os militares portugueses ali destacados e assistiu a um brífingue sobre comunicações por parte do Brigadeiro-General Brendler, chefe da CJ6 do QG ISAF.

No âmbito da visita interna ao aquartelamento do 4.º CN, em Camp Warehouse, para além do brífingue e das visitas às instalações e às diferentes áreas do Contingente Nacional, o Major-General Xavier Matias, em Cerimónia Militar realizada na Sala Lusa e em representação do General Chefe do Estado-Maior -General das Forças Armadas, condecorou com a Medalha da Cruz de São Jorge de 1.ª Classe o Coronel Didier L'Hout em reconhecimento ao prestimoso apoio prestado pelo Contingente Francês às tropas nacionais no Afeganistão.

Aproveitando a religiosidade das comemorações do 13 de maio e em homenagem a Nossa Senhora de Fátima participou na noite e 12 de maio na procissão das velas, evento religioso organizado pelo Capelão Gusmão que contou também com a presença de militares dos Contingentes Francês e Croata.

A assinatura do Livro de Honra e a troca de lembranças entre o Major-General Xavier Matias e o Comandante do 4.º CN teve lugar no dia 19 de maio e encerrou, com este ato, o plano da visita do Diretor da DCSI que regressou a território nacional na manhã do dia 20 de maio depois de cinco dias de intensa atividade vividos entre os militares portugueses do 4.º CN/FND/ISAF, no difícil TO do Afeganistão.

Doutoramento em História, Defesa e Relações Internacionais

Luís Fernando Barroso, Tenente-Coronel do Exército tornou-se o primeiro aluno a obter o grau de Doutor em História, Defesa e Relações Internacionais.

A prova de doutoramento decorreu na Sala de Actos do ISCTE-IUL no dia 29 de junho, onde o Tenente-Coronel Luís Barroso defendeu a sua tese dedicada ao tema: "A Manobra Político-Diplomática de Portugal na África Austral (1951-1974)."

O doutoramento em História, Defesa e Relações Internacionais resulta da colaboração entre o Departamento de História do ISCTE-Instituto Universitário de Lisboa e a Academia Militar, com o objetivo de dotar os alunos com "capacidade de compreensão sistemática nos domínios científicos da História, Defesa e Relações Internacionais."

Tomada de posse dos Corpos Sociais da AACDN

Os novos corpos sociais da Associação de Auditores dos Cursos de Defesa Nacional para o biénio 2012-2013, eleitos na Assembleia Geral Eleitoral de 18 de maio, tomaram posse, no dia 29 de junho, nas instalações do Instituto de Defesa Nacional.

Perante a Presidente da Mesa da Assembleia Geral cessante, Dr.ª Anabela Pouseiro das Neves, tomou posse, em primeiro lugar, o novo Presidente da Mesa da Assembleia Geral, General Amadeu Garcia dos Santos que, seguidamente, deu posse aos restantes membros da Assembleia Geral (dois vice-presidentes, dois secretários e dois suplentes), ao Presidente da Direção, Tenente-General Frutuoso Pires Mateus (Membro Conselheiro da Ordem dos Engenheiros) e restantes membros da Direção (dois vice-presidentes, um secretário, um tesoureiro e seis vogais), e ao Presidente do Conselho Fiscal, Dr. José da Silva Monteiro e aos dois respetivos vogais deste órgão de fiscalização.

Presenciaram a cerimónia, entre outros, o Diretor do IDN, Major-General Vítor Daniel Rodrigues Viana, o chefe da Casa Militar da Presidência da República, Tenente-General Carvalho dos Reis, e o chefe do Gabinete do Senhor Ministro da Defesa Nacional, Major-General Arnaut Moreira.

Ação de Limpeza de Praia e Controlo de Acácias em S. Jacinto

Numa ação em prol da melhoria do espaço envolvente, o Regimento de Infantaria N.º 10 (RI10) em colaboração com a Junta de Freguesia de S. Jacinto encetou diversas ações de limpeza e de sensibilização/informação dos militares e civis da unidade em matéria de ambiente.

A primeira das várias ações teve lugar no dia 6 de junho. Os militares interromperam temporariamente as atividades no Regimento para se dedicarem à recolha de lixo da praia de S. Jacinto, posteriormente recolhido e tratado pela junta de freguesia local.

No dia 14 de junho, a professora doutora Elizabete Marchante, do Centro de Ecologia funcional da Universidade de Coimbra, proferiu, no auditório da unidade, uma palestra sobre "Plantas Invasoras em Portugal", contextualizando a atividade que iria decorrer no dia seguinte, de controlo de Acácias nas Dunas de S. Jacinto.

Durante a manhã do dia 15 de junho e numa ação coordenada com a Junta de Freguesia, o RI10 articulou os seus militares em dois grupos de trabalho. O primeiro grupo constituído pela Companhia de Comando e Serviços da unidade dedicou-se ao corte e remoção de acácias nos terrenos que medeiam entre o extremo norte do prédio militar e o passadiço da praia de S. Jacinto.

O segundo grupo, com base no 2.º Batalhão de Infantaria Pára-quedista e no seguimento de uma sessão de Educação Física militar, constituiu um cordão humano e encetou uma ação de limpeza da praia entre a linha de água e a duna secundária, numa extensão aproximada de 1500 metros.

TABELA DE PREÇOS PARA 2012

PREÇO DE CAPA € 2,00 **ASSINATURA ANUAL (11 números):** VIA SUPERFÍCIE - **Portugal Cont. Madeira e Açores** € 20,00; VIA AÉREA - **Países europeus** € 45,00; **Restantes Países** € 65,00. NOTA: **As assinaturas devem ser pagas antecipadamente**
NÚMEROS ATRASADOS - **1960 a 1969** € 4,50; **1970 a 1979** € 4,00; **1980 a 1989** € 3,00; **1990 a 2001** € 2,50; **2002** a **2011** € 2,00.
Os preços incluem IVA à taxa de 6%.
PREÇO DE ENCADERNAÇÃO € 30,00, com IVA incluído à taxa de 23%.
N.B.: Os pedidos de envio pelos CTT serão acrescidos de portes segundo os códigos postais: **1000/2000** € 4,21; **3000/8000** € 5,79; **Açores** e **Madeira** € 6,56.

Alferes RC Filipa Domingos

Exército Português treina tropas Somalis

Ainda existem *piratas* por aí?

A pergunta é estranha, mas faz todo o sentido no seguimento desta peça, e a resposta é sim. Existem e muitos, embora o aspeto e as características em nada se assemelhem aos filmes. Aqui, falta uma perna de pau, uma pala a cobrir a vista e um mapa.

Só no ano de 2011 entre janeiro e maio foram registados mais de 200 ataques piratas no mundo, segundo dados do Escritório Marítimo Internacional, uma divisão da Câmara Internacional do Comércio que combate todo o tipo de crimes e más práticas relacionadas com negócios.

Estes salteadores que não andam em busca de tesouros perdidos têm como alvo navios de carga, petroleiros e até cruzeiros. O tipo de ataque mais rentável e bem-sucedido é o sequestro de passageiros com pedido de resgate.

A abordagem conta com um autêntico arsenal que tanto pode começar por uma Manchete (faca muito usado pelos piratas, mas que serve sobretudo como ferramenta de intimidação psicológica); passando por uma AK-47 (capaz de disparar 600 tiros por minuto); ou por uma PKM (metralhadora ligeira que pesa 7,5 quilos, e pode ser fixada com tripé nas velozes lanchas de ataque); terminando num RPG 7 (muito eficiente em disparos de até 300 metros, este lança-foguetes é usado pelos pi-

ratas por ser simples de operar e ter baixo custo).

Um típico ataque na Somália, no considerado "mar de ninguém", acontece no golfo de Áden. O navio-alvo é "atraído" para águas territoriais do país africano através de um pedido de socorro - via rádio ou sinalizadores, onde a "isca", supostamente avariada costuma ser um barco de pesca. Quando o navio das vítimas abandona águas internacionais para prestar socorro, a embarcação-isca alinha-se em rota de colisão. Enquanto o alvo do ataque se distrai, lanchas piratas aparecem em alta velocidade e cercam o navio. Uma das lanchas pode alinhar-se ao navio-alvo para que um pirata dispare uma rajada de metralhadora, advertindo e intimidando as vítimas. Diante da ameaça armada, o navio para e as lanchas abordam-no. Os piratas entram, tornam a tripulação refém, e após assumirem o controlo levam o navio para perto da costa. Uma vez aí, iniciam os contatos, ou junto da empresa dona da embarcação ou do governo do país das vítimas, exigindo um resgate para a libertação.

A história revela que em cerca de noventa por cento dos casos, os piratas recebem o dinheiro do resgate – há registos de pagamentos de até 1,5 milhões de dólares

Contudo, apesar do ataque acima descrito ter sido durante algum tempo o mais "tradicional", há muito que deixou de existir qualquer "pudor" entre a definição dos conceitos de "água territorial/ águas nacionais" ou "águas internacionais". Não obstante, os ataques acontecem dentro e fora de águas internacionais.

Cobiçado "Mar de Ninguém"

Localizada numa região conhecida como "Corno de África", a costa da Somália, com 3.000 quilômetros, é a mais extensa da África e faz parte de uma das mais importantes rotas marítimas do mundo, uma vez que a costa norte da Somália é banhada pelo Golfo de Áden, considerada, uma das rotas marítimas vitais para o transporte de petróleo.

Atualmente mais de noventa por centro do comércio mundial é transportado por via marítima, em navios tripulados por cerca de um milhão de homens de quase todas as nações do mundo, motivo pelo qual o comércio por mar é crucial para o crescimento e sustentação econômica de muitos Estados.

A instabilidade política do país e a importância geográfica da região para as rotas marítimas, são uma das principais razões para a atividade criminosa dos somalis.

As águas entre o Golfo de Áden e o Canal de Moçambique são consideradas as mais perigosas do mundo, pelo que daí advém a necessidade de navios de guerra patrulharem a região. Mais ainda, num cenário em que os organismos de comércio perceberam que algumas empresas de transporte já se recusam a trafegar pelo Golfo de Áden, redirecionando os barcos através do Cabo da Boa Esperança, o que trás, inevitavelmente, consequências para o comércio internacional, começando por incluir preços mais altos na entrega dos bens.

A história é conhecida e remonta a 1970, aquando da tomada do poder pelo General Siade Barre que instaurou um governo ditatorial. Volvi-

das duas décadas, este regime caiu, mas os opositores que o derrubaram não chegaram a nenhum consenso tendo-se voltado "uns contra os outros", não conseguindo chegar a um acordo quanto à liderança do país, "mergulhando-o", consecutivamente em sucessivas guerras.

Contrariamente ao que acontece nos outros países da região, os somalis pertencem todos à mesma tribo, embora repartidos em diferentes clãs. Diferença esta que faz com que a história somali dos últimos anos fique reduzida à luta dos diferentes clãs por obter mais influência no governo do país.

Desde 1991 já houve catorze tentativas de formar governo. O país continua, desde então, a ser um "Não Estado". Atualmente há dois grandes grupos que lutam pelo controle do país: a União das Cortes Islâmicas (UCI) e o Governo Federal de Transição (GFT), que tem o apoio da Etiópia e dos Estados Unidos. A UCI constitui um conjunto de cortes seguidoras da sharia – código de leis do islamismo.

O GFT é o atual governo interino do país, tendo Abdullahi Yusuf Ahmed como Presidente da Somália (desde 10 de outubro de 2004), e Ali Mohammed Ghedi como Primeiro-Ministro.

Operação Atalanta

Desde 1998 que entidades ligadas à Organização das Nações Unidas (ONU), como a Organização Marítima Internacional e o Programa Alimentar Mundial têm expressado o seu receio pela ação dos piratas na Somália. Mas foi em agosto de 2008, que uma força naval de coligação internacional, que inclui navios de guerra de vários países como o Canadá, Estados Unidos, Alemanha, França, Grã-Bretanha, Portugal e Turquia entre outros, foi formada para combater a pirataria na região, estabelecendo uma área de patrulha e segurança marítima no Golfo de Áden.

É neste contexto que entram em ação as Forças Portuguesas na Operação Atalanta.

A missão da Força Naval da União Europeia Somália (EUNAVFOR) – Operação Atalanta foi desencadeada em dezembro de 2008 como resposta às Resoluções do Conselho de Segurança das Nações Unidas n.os 1814, 1816, 1838, 1846, 1897 de 2008 e 1918, de 2009.

A Fragata Corte-Real da Marinha Portuguesa, integra a EUNAVFOR com o objetivo de assegurar a proteção dos navios que transportam ajuda

Fontes: esta imagem: 2.bp.blogspot.com; imagem da página anterior: www.emgfa.pt.

alimentar ao povo somali no âmbito do Programa Alimentar Mundial e a proteção dos navios de apoio logístico à Africa Union Mission in Somalia (AMISOM) e ainda contribuir para o esforço militar na prevenção e repressão de atos de pirataria e de assalto à mão armada no mar.

Esta é a segunda integração de navios da Marinha Portuguesa nesta força naval da União Europeia, enquadrada nos empenhamentos nacionais no combate à pirataria no Golfo de Áden e na bacia da Somália, quer no âmbito da União Europeia, quer no âmbito da OTAN (Operação "Ocean Shield").

Atualmente a EUNAVFOR opera sob a égide da Resolução n.º1950 de 2010. Sob a responsabilidade do Conselho da Europa, o Comité Político e de Segurança exerce o controlo e a direção estratégica da operação. Por sua vez, o Comité Militar monitoriza a correta execução da operação por parte do Comandante da Operação.

A EUNAVFOR opera numa área que compreende o sul do Mar Vermelho, o Golfo de Áden e parte do Oceano Índico, incluindo a República das Seychelles, numa área comparável à do Mar Mediterrâneo.

A composição da força varia constantemente em função das contribuições dos Estados-Membros e das épocas de monção. Contudo, normalmente, esta é constituída por cinco a dez navios de superfície – do tipo fragata, um navio auxiliar (ou de reabastecimento) e três aeronaves de patrulha marítima.

Compõe a força – incluindo as estruturas em terra, sete navios e quatro aeronaves, num total de cerca de 2000 militares.

EUTM – Somália/Uganda Visão, Missão e objetivos

A 26 de maio de 2009, o Conselho de Segurança das Nações Unidas adotou a resolução 1872, sobre a situação na Somália, em que reforça a importância de retomar os planos de treino e de reequipamento, salientando a importância dos Estados-Membros das Nações Unidas em disponibilizar assistência técnica na formação de forças de segurança da Somália.

Num quadro de instabilidade e de violência e urgindo a necessidade de viabilizar a consolidação de um processo de restabelecimento de um ambiente de segurança e desenvolvimento, no caminho da paz e estabilidade na Somália, o Conselho de Segurança da União Europeia, através da decisão 2010/96/CFSP de 15 de fevereiro de 2010, em estreita cooperação e coordenação com a União Africana, aprovou o estabelecimento de uma missão para contribuir para o treino das forças de segurança da Somália com a designação EU Training Mission (EUTM) Somália, no Uganda.

Neste contexto e após o parecer favorável do Conselho Superior de Defesa Nacional (CSDN), Portugal, como Estado-Membro da União Europeia e participante ativo nos compromissos assumidos por esta, decidiu participar nesta missão com elementos do Exército, nomeadamente uma equipa de Instrutores de Combate em Áreas Edificadas (FIBUA) em Bihanga e elementos na Estrutura de Comando da Força: um Oficial como Comandante do Campo de Treino de Bihanga e um Sargento como Adjunto, um Oficial na Célula de Planeamento em Bruxelas e um Oficial de Informações no Comando da Força em Kampala.

O objetivo da EUTM é contribuir para o reforço do Governo de Transição da Somália, como um governo de funcionamento ao serviço da população, bem como contribuir para uma perspetiva abrangente e sustentável, para o desenvolvimento do setor de segurança através do reforço das forças de segurança somalis com o fornecimento de treino militar e apoio específico.

Esta missão que teve início em maio de 2010 ocorre principalmente em Uganda, onde as forças somalis já estão a ser treinadas. De referir que esta missão da UE, funciona em estreita colaboração e coordenação com parceiros internacionais, em particular as Nações Unidas, a União Africana, AMISOM, e os Estados Unidos.

A EUTM Somália, conjuntamente com as autoridades Ugandesas, aumenta as capacidades do Campo de Treino de Bihanga, a fim de conduzir treino modular de especialidade para Praças, Sargentos e Oficiais Subalternos, até ao escalão pelotão, num total de 2000 instruendos Somalis, divididos por dois períodos de 6 meses, conforme acordado com Ugandans/AMISOM/AU, em complemento dos programas de treino já existentes.

De sublinhar os países da UE que constituíram esta missão: Alemanha; Bélgica; Espanha; França; Grécia; Hungria; Inglaterra; Irlanda; Itália; Luxemburgo; Malta; Portugal e Suécia.

Em conversa ao *Jornal do Exército*, o Tenente-Coronel de Operações Especiais, Francisco Duarte, atualmente a exercer funções no Colégio Militar, falou da sua participação e experiência à frente desta missão e do que vivenciou na primeira pessoa. Com um vasto currículo, à frente de vários palcos de guerra, esta tarefa não será facilmente esquecida, devido à infeção que contraiu e que quase lhe tirou a vida: Malária.

Jornal do Exército (JE) – Como surgiu a missão EUTM Somália?

Tenente-Coronel (TCor) Francisco Duarte – Fui convidado sem saber muito bem do que se tratava, já que era uma missão, então, pouco conhecida e não havia muita informação disponível em fontes abertas. Na altura em que me contactaram apenas me foi dito que seria uma missão de grande significado para o nosso país e necessitavam, com alguma urgência, de nomear um Comandante para o Campo de Treino de Somalis. Depois de recolher algumas informações achei que seria um desafio importante e uma oportunidade talvez única. Pelo convite e pelo desafio que me foi lançado não podia recusar.

JE – Que expectativa tinha quando partiu?

TCor Francisco Duarte – As únicas referências que guardava eram das missões de Formação Técnico Militar resultantes das ações de Cooperação com Moçambique e Angola. Sabia, no entanto, que não seria igual. Por um lado, porque era num ambiente multinacional que envolvia mais de catorze países em simultâneo, vivendo e trabalhando no mesmo espaço físico e sem outra distração atendendo à posição geográfica onde se encontrava. Por outro lado, a língua era diferente. Por todos os fatores intervenientes no processo o ambiente seria seguramente diferente. Por isso estava inicialmente apreensivo sem uma ideia clara do que poderia encontrar. Ajudou bastante o reconhecimento feito antes da missão, mas também algumas conversas informais, quer com os militares do Módulo de Formação de Áreas Edificadas da Escola Prática de Infantaria (EPI) que estiveram no 1ºCurso de Formação (1º INTAKE), quer com o Oficial de Informações da missão que já se encontrava lá, bem assim como o Oficial de Ligação que se encontrava em Bruxelas.

Quando comecei a fazer uma preparação mais específica, rapidamente me apercebi da dimensão da missão, especialmente em termos de enquadramento e dos seus intervenientes, que levavam a entender que haveria muitos aspetos que não estariam sob o meu controle.

Afinal tratava-se de uma missão da União Europeia, solicitada pela União Africana, através das Nações Unidas, levantada e liderada por um país europeu (Espanha), apoiada por outro pais africano que servia de "Host Nation" (nação anfitriã – Uganda) e que contava com instrutores e estado-maior de mais de catorze diferentes países da Europa e África trabalhando em conjunto para a preparação de militares Somalis. Sabia que não

seria obra fácil, para todos nós. A expectativa era grande.

JE – Que país encontrou quando chegou?

TCor Francisco Duarte – Não será fácil fazer uma caracterização de um país como o Uganda, especialmente se a queremos fazer breve. É fácil cometer erros ou injustiças quando se procura fazer uma "breve" caracterização de um país como o Uganda.

Dando apenas uma perspetiva pessoal e com base nos sentimentos que me invadiram quando lá cheguei, posso dizer que encontrei um país verde, agradável, aparentemente sem preocupações maiores de segurança. A capital, Kampala, fervilha de vida e é satisfatoriamente desenvolvida, tomando como referência o continente africano. Já o resto do país por onde passei consegue garantir as condições básicas mas é bastante menos desenvolvido que a sua capital. As vias de comunicação ainda estão aquém das expectativas, contando com duas vias principais, uma a Norte e outra a Sul, parcialmente alcatroadas, sendo as restantes vias em terra batida o que se torna bastante complicado na altura das chuvas. O Campo de Treino situava-se em Bihanga, perto de Ibanda cerca de 380 quilómetros a Oeste da sua capital. Esta distância demorava a percorrer de carro entre cinco a oito horas, dependendo das chuvas. É um país interior, com uma orografia média, aumentado de Este para Oeste, culminando com o Ruwenzori que tem elevações acima dos 5000 metros. Este relevo permite uma mancha verde que cobre quase todo o território com uma fauna e flora bastante diversificada.

As pessoas são amistosas e disponíveis, onde os traços da influência britânica se fazem sentir em alguns hábitos e costumes ainda enraizados. Nunca nos sentimos verdadeiramente estrangeiros. Basta recordar que é um país que é procurado por diversos turistas de vários pontos do mundo, que procuram essencialmente as suas reservas e parques nacionais existentes.

JE – Encontrou aquilo que estava à espera?

TCor Francisco Duarte – As expectativas que criamos, baseadas no que ouvimos, lemos, estudamos, analisamos, raramente são exatamente iguais aquilo que depois vamos encontrar quando as vivenciamos.

Esse é mesmo o desafio de cada missão, de cada experiencia ou tarefa com que nos deparamos. Preparamo-nos o melhor que podemos para todas as situações, mas depois, na vivencia direta

do desempenho das funções temos que recorrer a todos os nossos recursos, quer técnicos, quer humanos ou das experiencias acumuladas, na procura da solução mais adequada para cada situação. No final, o desempenho é avaliado pelo grau de satisfação na concretização da missão que não é mais que o somatório de todas as pequenas e grandes tarefas realizadas, pequenas e grandes decisões tomadas que são sempre ponderadas face aos atores envolvidos, os ambientes, etc. No fundo o caminho mais adequado para a concretização do objetivo final. Há sempre necessidade de ser flexível sem deixar de ser firme e rigoroso, mas acima de tudo perceber as motivações das pessoas envolvidas já que no final todos anseiam por cumprir a missão e dignificar o país que representam, o que difere normalmente é apenas a forma de a cumprir.

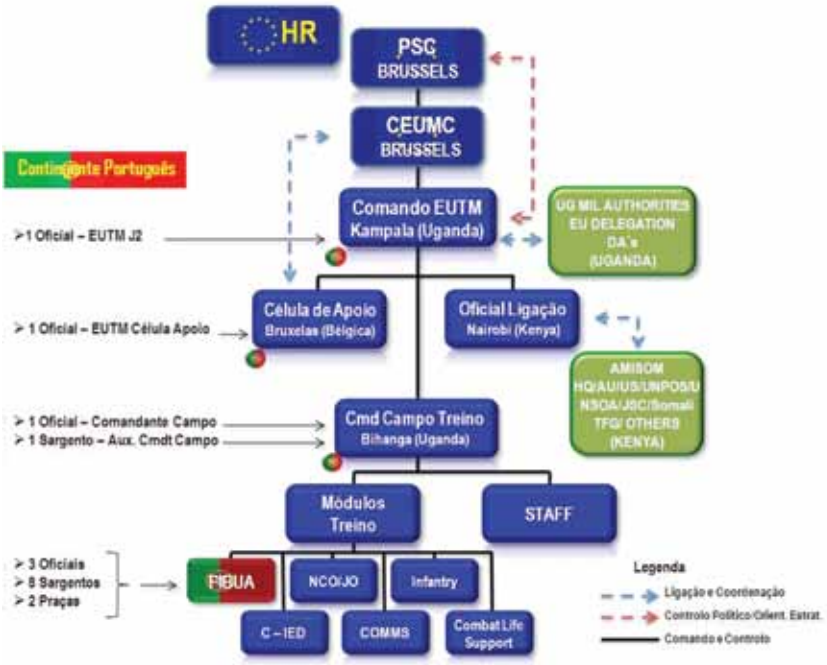
Por isso, posso dizer que, globalmente, encontrei aquilo que esperava, mas encontrei muito mais que isso. As expectativas foram largamente superadas.

As expectativas superadas devem-se, essencialmente, ao caráter humano com que a missão se revestiu. Desde todos os elementos militares e civis (da União Europeia e não só) com quem tive o prazer de trabalhar no Campo de Treino, aos nossos parceiros das Forças Armadas Ugandesas, os intérpretes quenianos e os instruendos somalis com uma generosidade difícil de acreditar, em especial se considerarmos a sua origem e as dificuldades de vida que tiveram na Somália, já que nasceram e cresceram num país em guerra e, basicamente, em permanente sobrevivência.

Essa ligação humana, que acaba por se criar entre todos, quando se está durante algum tempo num Campo de Treino, longe de tudo, vivendo 24 horas por dia, durante sete dias por semana, são aspetos que não se podem treinar ou prever, porque realmente quem faz as missões são as pessoas que a constituem. Tive a sorte de conviver com profissionais fantasticamente humanos e que entraram completamente dentro do espírito da missão. Dai repetir, sem exageros, que a missão superou largamente as expectativas. Só espero que o meu sucessor na função, Tenente-Coronel Mariano Alves, tenha tido a mesma sorte.

JE – Qual é a importância do papel da força portuguesa na Somália, mais precisamente do Exército Português?

TCor Francisco Duarte – Portugal está envolvido no apoio à Somália através da "European Union Naval Force Somalia (EUNAVFOR) - Operation Atalanta" e com esta "European



Union Training Mission (EUTM) – Somalia".

Especificamente na EUTM – Somália, foi uma missão que foi gerada nos finais de 2009 a partir da ideia genérica de que o combate à pirataria deveria ser feito igualmente por terra e esse combate deveria ser essencialmente garantido por um Exército Somali.

Já existia uma missão da União Africana no terreno com a participação de vários países africanos, mas essencialmente com forças Ugandesas. Era já também o Uganda que vinha preparando alguns soldados Somalis que colaboravam mais tarde ativamente nesta missão de segurança.

No final de 2009 foi entendido (entre a União Africana e as Nações Unidas) fazer o convite à União Europeia para a participação na formação daquilo que seria o embrião de um Exército Somali. Espanha ofereceu-se para liderar esta missão e foi lançado o convite a todos os países europeus para participar.

Portugal decidiu colaborar com militares neste legado.

Inicialmente a missão estava planeada para ser executada em dois turnos (INTAKES) de seis meses cada, ministrando formação ao nível de pelotão para 1000 somalis em cada turno. Em 2011, no final do segundo turno, face ao sucesso obtido, foi decidido continuar com mais um turno, desta vez com formação de escalões acima de pelotão.

A participação portuguesa foi sempre com o Módulo de Combate em Áreas Edificadas da EPI, e elementos integrantes da estrutura de comando

da missão, onde aparece esta função de Comando do Campo de Treino de Bihanga.

O Comando do Campo de Treino para o 1.º INTAKE (de abril a outubro de 2010) foi da responsabilidade da Itália e no 2.º INTAKE (de novembro de 2010 a julho de 2012) da responsabilidade portuguesa.

Portugal, participando ativamente neste tipo de missões sob a égide da União Europeia, reforça a sua já bastante consolidada credibilidade e confiança perante os restantes países europeus, colaborando de forma efetiva no esforço de segurança e defesa e mostrando claramente que a formação dos seus militares está ao nível de qualquer país da Europa, podendo ainda usufruir das peculiares características sociais e humanas que são bem características dos portugueses.

JE – Em que consistiu o treino das forças somalis?

TCor Francisco Duarte – O Treino das forças somalis era bastante básico, já que a preparação de base com que chegaram ao Campo de Treino era muito reduzida ou mesmo inexistente. Poucos tinham experiencia militar e na sua esmagadora maioria não tinham qualquer educação escolar ou outra. Quando chegavam ao Campo de Treino tinham sempre um período de uma a duas semanas de adaptação às regras do Campo, utilização das infraestruturas e interiorização das regras.

Na sua essência, o treino ministrado às forças somalis não era muito diferente de uma recruta como a que ministramos em Portugal. Só numa fase mais avançada o grau de exigência aumentava ligeiramente, também dependendo da capacidade de resposta do grupo.

Dos 1000 somalis de cada INTAKE que chegavam de Mogadíscio transportados por aviões dos EUA até Kampala e depois por via terrestre com viaturas fornecidas pelo exército ugandês até ao Campo de Treino de Bihanga, selecionávamos cerca de 300 somalis que seriam os graduados dos pelotões a formar, ficando sob a responsabilidade do Exército Ugandês a formação dos restantes 700 somalis que iriam constituir o restante grupo de militares de cada pelotão a formar.

JE – Para o cargo que foi ocupar, quais foram as especificidades da sua missão?

TCor Francisco Duarte – Basicamente, a missão era constituída por cerca de 150 militares e alguns civis que prestavam serviço (tais como levantamento e manutenção do Campo de Treino de Bihanga, alguns serviços de saúde, condutores em Kampala e tradutores). Geograficamente, tinha o seu Comando e Estado-Maior na capital em Kampala onde se encontrava o Comandante da missão e o seu *staff*, com 25 militares. Os restantes elementos cumpriam a missão no Campo de Treino de Bihanga que se organizava num pequeno grupo de estado-maior de apoio ao Campo e à Instrução e os diferentes módulos de instrução.

Um dos cargos que foram atribuídos a Portugal e que me foi dado a desempenhar foi exatamente o de Comandante desse mesmo Campo de Treino de Bihanga, respondendo diretamente sob as ordens do Comandante da missão.

Não sei se o titulo de Comandante do Campo de Treino será o mais adequado já que tinha competência para dar ordens e tarefas a todos os militares que se encontravam sob a minha responsabilidade, de acordo com o descritivo de cargo de cada elemento, mas não tinha qualquer competência disciplinar já que essa era da responsabilidade de cada elemento mais antigo de cada país. Apenas podia reportar e sugerir ações disciplinares. Felizmente tal nunca foi necessário.

A função baseava-se na coordenação e controle da instrução, mas também de todas as tarefas inerentes à vida no Campo e à missão em si, o que incluía as diversas visitas de representantes de vários países ao local, coordenações com o Comandante Ugandês do Campo, etc.. A ação diária decorria do cumprimento de regras e diretivas implementadas, reuniões de coordenação diárias com o Estado-Maior do Campo, semanais com os "seniores" dos cerca de treze países representados e semanalmente também com os responsáveis pela instrução.

JE – Principais dificuldades sentidas?

TCor Francisco Duarte – Essas dificuldades encontradas, foram sempre encaradas por mim, mais como desafios, do que como problemas. Esses desafios eram de diversa ordem. Posso referir apenas alguns associados à instrução, mas também à vivência no Campo.

A nível da instrução acho que poderei eleger como principais desafios o facto da preparação com que os instruendos se apresentavam ser muito básica ou nula. O desafio da comunicação entre instrutores e instruendos, já que esta era sempre feita por intermédio de um tradutor, além disso esse mesmo grupo de instrutores para cada sessão incluía, em simultâneo, os instrutores europeus, os tradutores quenianos e os instrutores ugandeses. Por fim, as limitadas infraestruturas de treino que obrigava a recorrer muitas vezes à capacidade imaginativa para cumprimento dos objetivos pretendidos.

A nível da vida no Campo os desafios prendiam-se essencialmente com o fator isolamento. Essa situação requeria a manutenção de uma dinâmica de distrações nos períodos de descanso

para que não houvesse saturação nem situações de tensão resultado do cansaço de viver e trabalhar no mesmo local com elementos com características e culturas tão diversificadas.

JE – Como eram as condições de treino dos militares?

TCor Francisco Duarte – As condições de treino dos militares somalis eram bastante básicas. No entanto, para o nível de exigência requerido, tinham as condições mínimas. É importante referir que a componente técnica da instrução era importante, já que não podíamos esquecer que estávamos a preparar militares para garantir a segurança e defesa de um país em guerra. No entanto, talvez tão importante ou mais do que a instrução técnico-tático, era o aspeto do espírito de corpo e do sentimento de união entre militares que têm origens tão diversas e onde os clãs têm uma importante muitas vezes superior ao sentimento nacionalista.

Estas condições de treino foram sendo melhoradas com o decorrer dos vários INTAKE e ao longo da instrução. Já contávamos com uma carreira de tiro de 200 metros para armas ligeiras, carreira de tiro para metralhadora, pista de combate, área de treino para instrução em áreas edificadas (da responsabilidade portuguesa), entre outras.

JE – Como era a rotina dos militares e instruendos?

TCor Francisco Duarte – A instrução decorria das oito às dezassete horas, durante seis dias por semana, deixando apenas o domingo para descansar.

Logo pela manhã os instrutores iam receber os pelotões de somalis na parada do Campo. Eles eram enquadrados pelos militares ugandeses desde a alvorada até serem entregues aos instrutores europeus. Tinham um intervalo para almoço e continuavam com a instrução da tarde, que se iniciava cerca das catorze horas.

Os instrutores europeus tomavam as refeições e dormiam no Campo da EUTM, os instruendos somalis dormiam e tomavam as refeições nas instalações junto ao edifício de comando dos ugandeses. Os militares ugandeses viviam em diversas casas distribuídas no interior do Campo de Treino de Bihanga.

Nas várias fases do treino esta era, genericamente, a rotina diária. Mesmo as visitas que aconteciam em média de uma ou duas vezes por semana, não alteravam a rotina da instrução.

JE – Principais necessidades dos militares do país e principais necessidades dos militares estrangeiros?

TCor Francisco Duarte – As principais necessidades dos militares ugandeses eram decorrentes da dificuldade do apoio logístico num Campo de Treino que fica distante da capital. Essas necessidades refletiam-se em aspetos elementares como a dificuldade de combustível para os geradores, as condições limitadas de armazenamento e distribuição de água, as condições sanitárias, cozinhas, etc..

As necessidades mais relevantes dos militares estrangeiros eram as que estavam associadas ao moral e bem-estar. A internet era um dos fatores com maior impacto em caso de falha por se perder a ligação com as famílias.

JE – Considerando os hábitos dos somalis com baixa ou inexistente escolaridade entre outros aspetos relacionados com questões de higiene e comportamento, como foi gerir essa situação?

TCor Francisco Duarte – Como já referi, os militares somalis, quando chegavam ao Campo de Treino, tinham um período de adaptação embora durante a instrução essa fosse continua. A responsabilidade da disciplina era do Exército Ugandês. Assim, os instruendos, quando não estavam em instrução com os instrutores europeus, colaboravam na limpeza e manutenção das infraestruturas e auxilio nas tarefas do campo. Todas essas ações contribuíam para a formação no que refere à vida em aquartelamento e disciplina interna.

JE – Porque julga que outros "INTAKE" foram realizados?

TCor Francisco Duarte – Inicialmente a missão previa a formação de 2000 somalis distribuídos por dois INTAKE de seis meses. Esse objetivo foi cumprido entre abril de 2010 e julho de 2011 (havendo algum atraso).

No decorrer do último INTAKE, face ao sucesso da missão, foi considerada a possibilidade de levantar mais um ou, eventualmente, dois com ligeiras adaptações na missão (essencialmente para subir um pouco o escalão da formação). Assim aconteceu, estando desde finais de 2011 o Campo de Treino a ser comandado pelo Tenente Coronel Mariano Alves neste 3º INTAKE.

JE – Principais diferenças entre esta missão e as restantes nas quais participou?

TCor Francisco Duarte – Termino como comecei. Não se podem comparar missões, já que nunca há duas missões iguais. Há vários fatores a considerar e que naturalmente marcam a diferença entre elas. Nas outras missões de treino em que participei estava enquadrado com outros militares portugueses e tratava-se de uma cooperação bilateral em que a língua usada era a mesma de Camões, alem de que não tinha a responsabilidade de comando.

Nesta missão o fator preponderante era a internacionalização da missão com cerca de 14 países diferentes envolvidos em simultâneo e num espaço confinado. Tudo teria sido mais difícil, não fosse o apoio incondicional do Sargento Montinhos em Bihanga (Clerk) e do Major Gonçalves em Kampala (OfInf) que eram, numa fase inicial os únicos portugueses na área de missão. Mais tarde chegou de Portugal o Modulo de Combate em Áreas Edificadas, mas teria sempre que manter uma postura de isenção já que havia várias equipas de diferentes países.

É assim difícil fazer uma comparação com outras missões em que participei, mesmo sendo elas de formação de militares de outro país. Os fatores a considerar são largamente diferentes. Mas seguramente que esta missão foi das mais desafiantes e aliciantes em que participei.

Alferes RC Nelson Cavaco

COMANDOS

50 anos de existência

O fim do conflito ultramarino significou uma alteração radical no pensamento e na estratégia das Forças Armadas portuguesas, tanto pela alteração do regime político, como pelas novas formas que a guerra foi adotando dai em diante – abandonando gradualmente o conceito de guerra de guerrilha, para a qual o Exército Português preparou, há 50 anos, uma tropa especial, os Comandos.

A ideia de preparação de grupos especiais, no Exército, teve como resultado a criação do Centro de Instrução nº 21 (CI21), instalado em Zemba, onde, a 30 de novembro de 1962, terminaram o curso os seis primeiros Grupos de Comandos vocacionados para a luta antiguerrilha, sob a divisa Audaces Fortuna Juvat (A Sorte protege os Audazes).

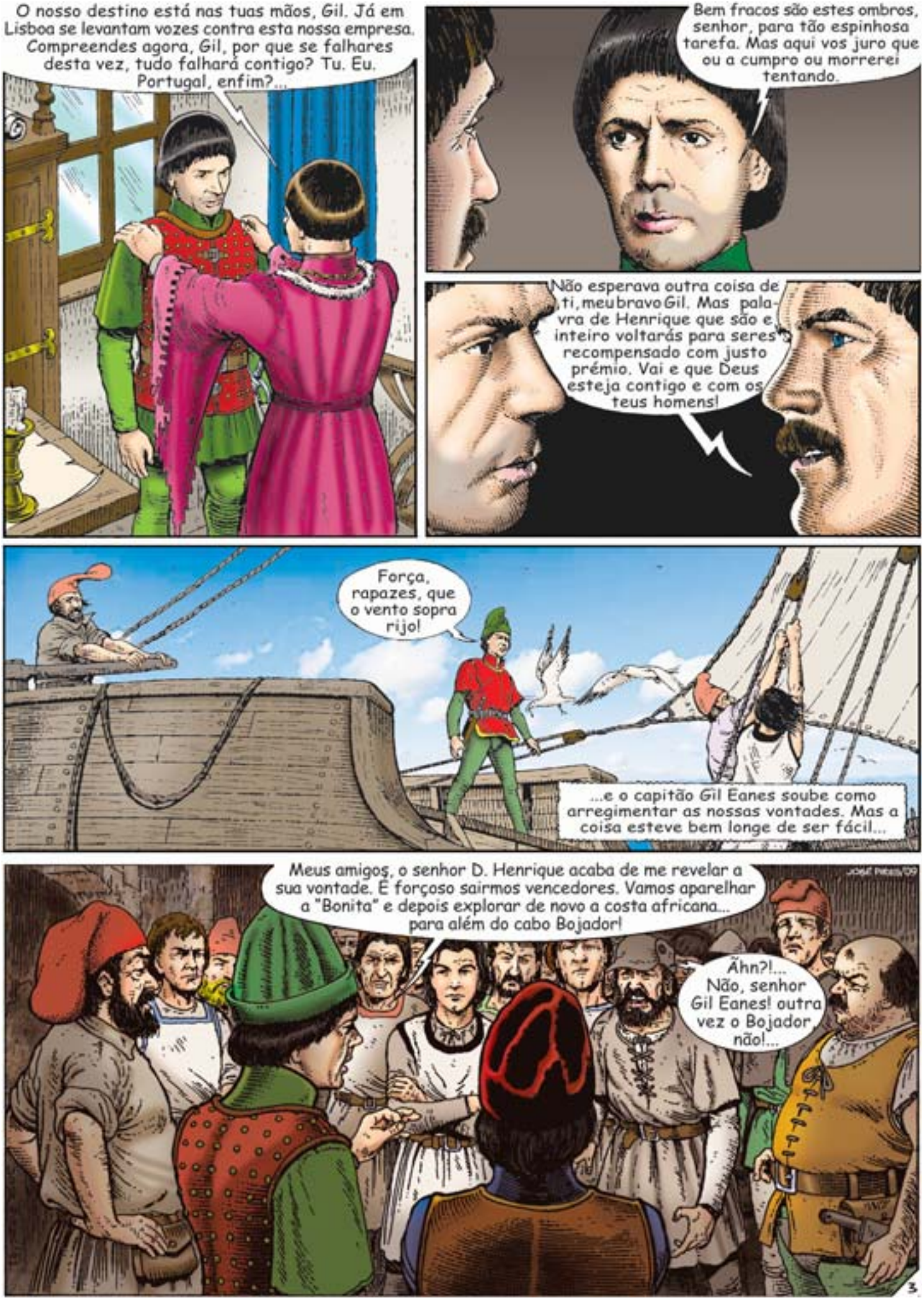
No dia 29 de junho recordou-se a criação desta força de elite portuguesa, reunindo elementos "antigos" e elementos "novos" de uma força que marcou a história de Portugal, no contexto da chamada "Guerra Colonial", travada por homens sempre "Prontos para o Sacrifício" (Mama Sumé).

Os primeiros Audazes e os CI16 e 25

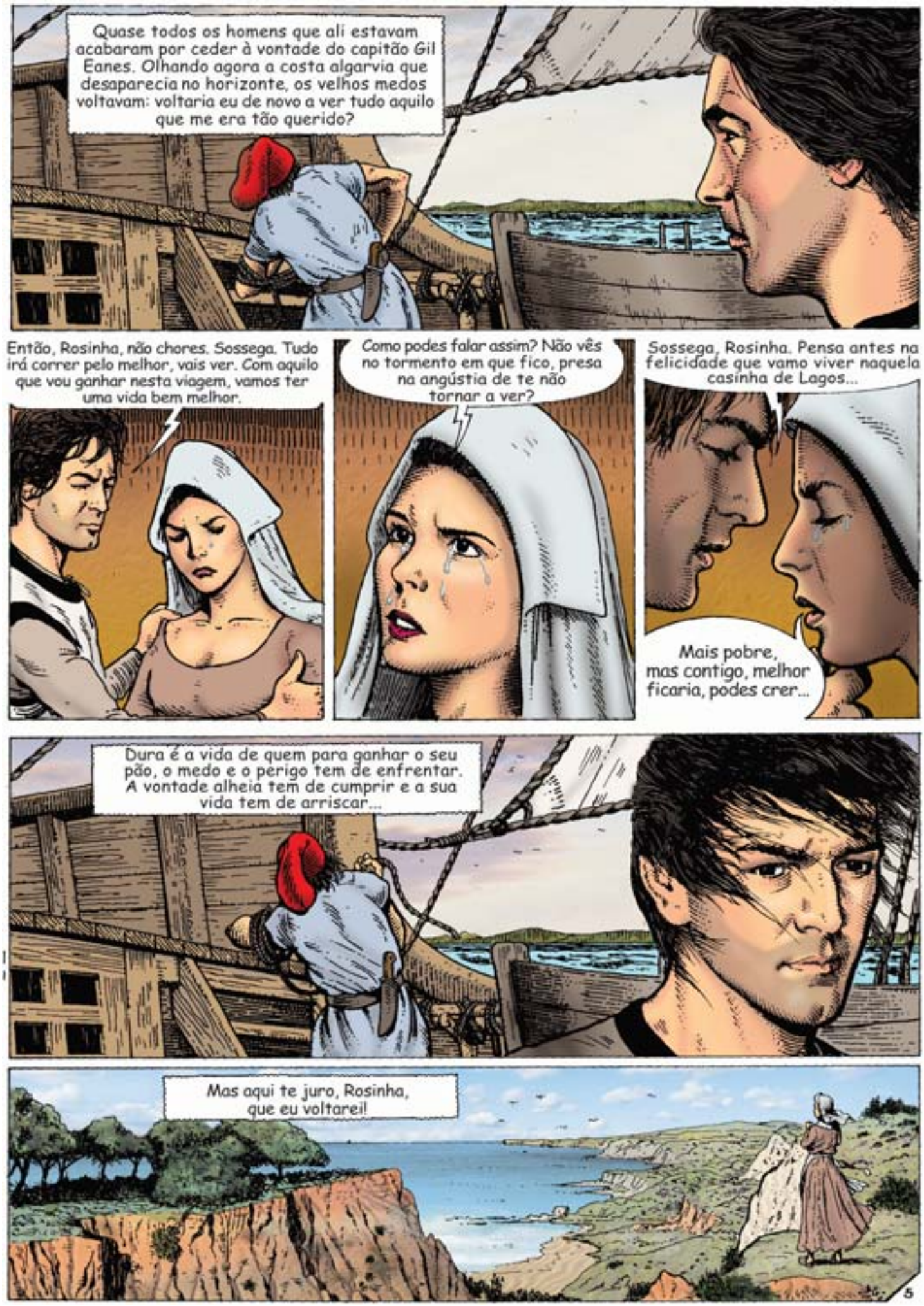
Após uma experiência militar frutuosa feita na Região Militar de Angola - mais precisamente em Nóqui – onde foram empregues dois grupos do Batalhão 280, treinados em moldes inovadores para os padrões da altura, o General Venâncio Deslandes decide a criação do CI21, destinado à preparação de tropas para a luta de antiguerrilha.

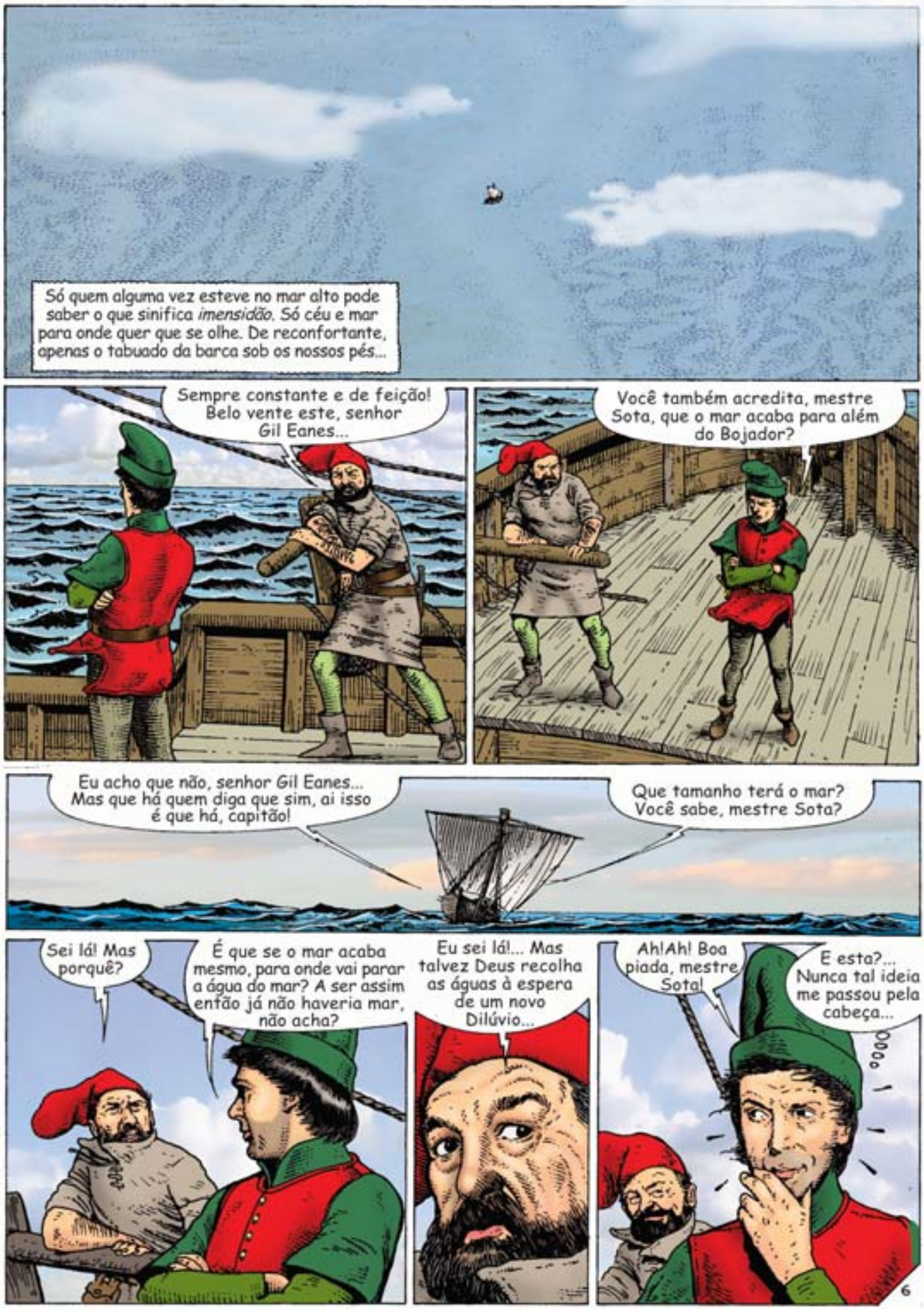
Esta decisão nasceu da necessidade de adequar as unidades do Exército ao tipo de guerra que se praticava em Angola e, posteriormente, na Guiné e em Moçambique. Os objetivos passavam pela dotação de uma força capaz de realizar operações irregulares em território português, ou no estrangeiro, combatendo como tropa de infantaria de assalto.

A materialização dessa deliberação resultou no CI21, que ficou instalado em Zemba, no Setor F da Zona de Intervenção Norte, onde se preparam os primeiros grupos Comandos. A comandar estava o então Capitão Jasmins de Freitas, auxi-


O nosso destino está nas tuas mãos, Gil. Já em Lisboa se levantam vozes contra esta nossa empresa. Compreendes agora, Gil, por que se falhares desta vez, tudo falhará contigo? Tu. Eu. Portugal, enfim?...
Bem fracos são estes ombros, senhor, para tão espinhosa tarefa. Mas aqui vos juro que ou a cumpro ou morrerei tentando.
Não esperava outra coisa de ti, meu bravo Gil. Mas palavra de Henrique que são e inteiro voltarás para seres recompensado com justo prémio. Vai e que Deus esteja contigo e com os teus homens!
Força, rapazes, que o vento sopra rijo!
...e o capitão Gil Eanes soube como arregimentar as nossas vontades. Mas a coisa esteve bem longe de ser fácil...
Meus amigos, o senhor D. Henrique acaba de me revelar a sua vontade. É forçoso sairmos vencedores. Vamos aparelhar a "Bonita" e depois explorar de novo a costa africana... para além do cabo Bojador!
Ãhn?!... Não, senhor Gil Eanes! outra vez o Bojador não!...

Ao Bojador, sim! E agora mais do que nunca! A vontade de Sua Senhoria é a maior glória de Portugal! E nós seremos os obreiros dessa mesma glória, com a graça de Deus!
Mas até mesmo o senhor Infante não ignora que daí para diante não há mais mar! E que as águas se precipitam num abismo sem fim, capitão!
E todos sabemos que o Sol passa ali tão baixo que a terra está tão esturricada como um carvão ardido!!
E então as correntes?! Arrastam uma barca para o abismo onde o mar acaba! E os ventos? Sopram tão rijos e contrários que é impossível voltar de lá!
Loas, meus amigos! Loas! Tudo isso são boatos de poltrões que tudo ignoram mas que tudo julgam saber!
Loas, uma ova, senhor Gil Eanes, com sua licença! Que se saiba, nunca ninguém dali voltou e...
Porque ali nunca chegou ninguém, mestre Palminha! Mas nós voltaremos, porque lá havemos de chegar! O senhor Dom Henrique não quer o nosso sangue! Quer a nossa glória! Há terras, dinheiro e honrarias à espera de quem vier comigo!
Quem vai ser o primeiro?
Não sei o que me empurrou, mas dei comigo a bradar...
Eu!
4


Quase todos os homens que ali estavam acabaram por ceder à vontade do capitão Gil Eanes. Olhando agora a costa algarvia que desaparecia no horizonte, os velhos medos voltavam: voltaria eu de novo a ver tudo aquilo que me era tão querido?
Então, Rosinha, não chores. Sossega. Tudo irá correr pelo melhor, vais ver. Com aquilo que vou ganhar nesta viagem, vamos ter uma vida bem melhor.
Como podes falar assim? Não vês no tormento em que fico, presa na angústia de te não tornar a ver?
Sossega, Rosinha. Pensa antes na felicidade que vamo viver naquela casinha de Lagos...
Mais pobre, mas contigo, melhor ficaria, podes crer...
Dura é a vida de quem para ganhar o seu pão, o medo e o perigo tem de enfrentar. A vontade alheia tem de cumprir e a sua vida tem de arriscar...
Mas aqui te juro, Rosinha, que eu voltarei!
5


Só quem alguma vez esteve no mar alto pode saber o que sinifica *imensidão*. Só céu e mar para onde quer que se olhe. De reconfortante, apenas o tabuado da barca sob os nossos pés...
Sempre constante e de feição! Belo vente este, senhor Gil Eanes...
Você também acredita, mestre Sota, que o mar acaba para além do Bojador?
Eu acho que não, senhor Gil Eanes... Mas que há quem diga que sim, ai isso é que há, capitão!
Que tamanho terá o mar? Você sabe, mestre Sota?
Sei lá! Mas porquê?
É que se o mar acaba mesmo, para onde vai parar a água do mar? A ser assim então já não haveria mar, não acha?
Eu sei lá!... Mas talvez Deus recolha as águas à espera de um novo Dilúvio...
Ah!Ah! Boa piada, mestre Sota!
E esta?... Nunca tal ideia me passou pela cabeça...
6

liado por um jornalista italo-francês e antigo Sargento da Legião Estrangeira – Cesare Dante Vachi – que possuía vastos conhecimentos das guerras na Indochina e na Argélia.

No teatro de operações, estes seis grupos revelaram-se eficazes, obtendo excelentes resultados operacionais, o que tornou o processo de implementação dos Comandos irreversível.

No ano de 1963 a designação de "Comandos" assume o seu caráter oficial e ministram-se os primeiros Cursos de Comando.

A 9 de junho desse ano e por despacho de 15 de maio, é inaugurado o Centro de Instrução nº 16 (CI16), situado em Quibala norte, nas instalações do Quartel de Quibala, na Fazenda Senhora da Hora, sobre o qual se pode ler na nota 169/3, de 6 de maio de 1963, da 3.3 REP/EME: "É reorganizado o Centro de Instrução nº 21, com a finalidade de ministrar instrução intensiva de contra guerrilha a grupos de combate dos Batalhões. Pretende-se que cada Batalhão disponha, assim, de um núcleo devidamente especializado, aguerrido e moralizado que, simultaneamente seja um elemento de valor tático elevado para ser empregue em missões de combate difíceis, perigosas ou de grande interesse operacional, constitua um estímulo pelo seu exemplo e, pela difusão dos conhecimentos adquiridos, contribua para uma melhoria do nível de instrução e da eficiência operacional da própria Unidade."

A 10 de outubro estavam constituídos os seis primeiros Grupos Comandos: "Os Sem Pavor", "Os Destemidos", "Os Apaches", "Os Gatos", "Os Tigres" e "Os Escorpiões".

Terminada a missão, o CI16 é desativado a 4 de dezembro, sucedendo-lhe o Centro de Instrução nº 25 (CI25).

Do curso ministrado no CI25 ressalta a particularidade de ter sido elaborado um convite a todos os Oficiais, Sargentos e Praças que quisessem frequentar o novo Curso de Comandos, o que, por sua vez, permitiu que fosse possível realizar uma seleção prévia do pessoal candidato ao curso.

Com o CI25 foi possível consolidar as bases, bem como os métodos utilizados na formação de Comandos, passando a especialidade "Comando" a ser averbada nas fichas de matrícula dos militares, assim como ao direitos a usar, na boina, no peito e no ombro esquerdo, o distintivo próprio da especialidade.

Um saber de experiência feito

Os bons resultados obtidos, desde o início, pelos Grupos Comandos levaram a que fossem adotadas medidas para preservar e aproveitar a instrução e metodologia da instrução "Comando", assim como a experiência do pessoal do corpo de instrução.

Passa assim a funcionar, em Luanda, o Centro de Instrução de Comandos, criado por Decreto-lei nº 46410, de 29 de junho de 1965, que formaria as Companhias de Comandos durante dez anos, com destino as Regiões Militares de Angola e Moçambique.

"A título de força eventualmente constituída, é criado, no âmbito do Ministério do Exército, o Centro de Instrução de Comandos (CIC), que funcionará na Província de Angola, na dependência do Comando da respetiva Região Militar", como se pode ler no artigo 1º, do referido Decreto.

O mesmo Decreto regulamenta ainda as atribuições do CIC: "Preparar moral, física, psicológica e profissionalmente as tropas de Comandos; Propor normas de seleção e selecionar durante a instrução a seu cargo o pessoal destinado às formações especiais de comandos; Efetuar o estudo e experimentação dos processos e métodos de emprego das Unidades de Comandos, bem como a exploração dos resultados das ações em que foram empregues, no sentido de habilitar o Estado-Maior do Exército a estruturar e posteriormente difundir a doutrina relativa ao emprego operacional daquelas tropas; Efetuar o estudo e experimentação do armamento, equipamento e material que for necessário à melhoria do rendimento operacional; Proceder à organização e construção de unidades operacionais de Comando atribuídas à Região Militar de Angola;…"

Implementada a doutrina, passaram a ser formados dentro da realidade que os distinguia das outras forças, ou seja, a própria formação/instrução.

Dois aspetos alicerçavam a instrução Comando: a técnica de combate e a preparação psicológica. Ambos igualmente importantes, mas com primazia para a componente psicológica, procurando fazer da vontade pessoal do militar a sua principal arma de combate, conforme se comprova pela mensagem divulgada num panfleto de ação psicológica do CIC de Angola:

"Face ao risco, em contacto com mais dantescos espetáculos, em luta constante com o instinto na procura de sobrevivência, no angustioso desalento da fadiga, só uma vontade assente em poderosa envergadura moral pode resistir, vencendo. E só aqui se encontra efetivamente o homem que, senhor absoluto da vontade, pode, em imperativos de consciência, vergar e dominar a força de um instinto."

Em suma, procurava-se formar um militar disciplinado, apto para combater em qualquer circunstância.

Portugal, Moçambique e Guiné

De Zemba, os "tentáculos" da casa-mãe dos Comandos alastraram para as restantes frentes de guerra: Moçambique e Guiné. Chegaram também à Metrópole, em 1966, com a criação do Centro de Instrução de Operações Especiais (CIOE).

O CIOE implementou-se em Lamego, inicialmente no Quartel de Penude e, posteriormente, no Quartel da Cruz Alta. Lamego passou assim a formar as Companhias de Comandos destinadas a Moçambique e à Guiné.

Em Moçambique iniciou-se, em Namaacha (Lourenço Marques), o 1º Curso de Comandos, a 13 de fevereiro de 1964, ministrado por um grupo de militares que havia frequentado o curso do CI16, em Angola.

Formaram-se os dois primeiros grupos que passaram a atuar na Região Militar de Moçambique, aos quais se viriam a juntar outros grupos provenientes do CIC e do CIOE.

Estes grupos foram agrupados em Montepuez, quando a 1 de outubro de 1969, se cria o Batalhão de Comandos de Moçambique, que funcionou também, como Centro de Instrução e formou nove Companhias.

Veio a ser extinto a 4 de fevereiro de 1975.

Na Guiné, assistiu-se a uma implementação das tropas Comando semelhante à de Moçambique, pelo trajeto que os seus percursores tiveram: a frequência do curso Comando do CI16, em 1963.

No seu regresso à Guiné, foram testados no teatro de operações (TO), integrando a Operação Tridente.

Na Guiné é criado, em 1964, o Batalhão de Comandos da Guiné, que passa a integrar as Companhias de Comandos ai a operar e, simultaneamente, funciona como Centro de Instrução, onde foram formadas a 1ª e 2ª Companhias de Comandos.

A 30 de junho de 1966, com a chegada da 3ª Companhia de Comandos vindos do CIOE, cessa a formação de Comandos na Guiné.

A sua extinção ocorreu a 7 de setembro de 1974.

O fim do "colonialismo" e a atualidade

Com o fim da guerra colonial, os Comandos são aquartelados na Amadora, com a criação do Batalhão de Comandos nº 11, a 4 de julho de

1974, por Despacho do Chefe do Estado Maior General das Forças Armadas.

A 30 de abril de 1975, por Decreto-Lei n.º181/77 de 4 de maio, é extinto o Batalhão de Comandos, reagrupando-se no Regimento de Comandos. O Regimento mantem-se ativo até outubro de 1993, passando a constituir uma força de reserva à ordem do Comandante do Exército.

Os Comandos voltaram ao "combate" em 2002, quando é reativada a especialidade "Comandos". Neste mesmo ano regista-se, a 16 de setembro, o início do 100º Curso de Comandos.

Em julho de 2006, é criado o Centro de Tropas Comando (CTC), por Despacho nº 131/CEME/2006 e, a 31 de março de 2008 é transferido do Quartel do Alto da Vela, em Mafra, para o Quartel da Carregueira, de acordo com a Diretiva nº 12/CEME/08, de 10 de janeiro.

Atualmente, os Comandos são uma força que "conduz operações de combate, de natureza eminentemente ofensiva, de forma independente ou em apoio de outras forças, em condições de elevado risco de exigência", de acordo com a sua missão.

Têm vindo a realizar missões no estrangeiro, onde participam em operações de apoio à paz, operações como força de intervenção no âmbito da segurança da área da retaguarda e em operações humanitárias.

Timor-Leste e, mais recentemente, Afeganistão foram os TO nos quais os Comandos colocaram o seu saber ao serviço da NATO, onde duas Companhias foram condecoradas com a Medalha de Ouro de Serviços Distintos.

Programa das Comemorações dos 50 Anos

"Comemorações dos 50 Anos, da Formação dos Comandos em Zemba (Angola) " foi o título atribuído ao programa para as comemorações da efeméride, que contou com uma Comissão de Honra constituída pelas mais diversas entidades, entre elas: o Presidente da República (PR), Professor Doutor Aníbal Cavaco Silva, o General António Ramalho Eanes, o Ministro da Defesa Nacional (MDN), Dr. José Pedro Aguiar Branco, o Presidente da Câmara Municipal de Sintra, Dr. Fernando Jorge Loureiro de Reboredo Seara, o Chefe do Estado-Maior do Exército (CEME), General Artur Pina Monteiro; o Professor Doutor Adriano Alves Moreira, os Generais Rocha Vieira, Soares Carneiro, Pinto de Magalhães, Almeida Bruno, Espírito Santo, Silva Viegas, Pinto Ramalho, Jasmins de Freitas, o Presidente da Assembleia Geral da Associação de Comandos, Coman-

dante Victor Manuel Tavares Ribeiro e o Dr. Júlio de Lemos Castros Caldas.

A Sessão Solene de Abertura das comemorações decorreu na Sociedade de Geografia de Lisboa, no dia 19 de junho, foi presidida pelo General Ramalho Eanes, em representação do PR. O Professor Doutor Adriando Moreira, Presidente da Academia de Ciências de Lisboa, proferiu uma conferência subordinada ao tema "Teoria do estado exíguo".

A 21 de julho, no Palácio da Bolsa, no Porto, o MDN presidiu a nova Sessão Solene, desta vez com a intervenção do Dr. Rui Moreira, Presidente da Associação Comercial do Porto, subordinada ao tema "Novos desafios, novas ameaças na Europa do Século XXI".

No dia 27 de junho, no Instituto de Defesa Nacional, houve lugar a um seminário dedicado ao tema "Tropas Comando – 50 anos a servir Portugal."

Foram proferidas palavras pelo CEME e pelo Coronel Marco Serronha, seguidos de um primeiro debate: "Contrainsurreição – o Papel das Tropas Comando no decurso da guerra em África", que contou com as intervenções do General Gabriel Augusto Espirito Santo e do Tenente-Coronel João José Brandão Ferreira.

O segundo tema a debate foi dedicado à "Participação das Tropas Comando nas políticas externas e de defesa de Portugal", tendo como oradores o General José Luís Pinto Ramalho e o Professor Doutor Bruno Cardoso Reis.

No dia 29 de junho, realizou-se a cerimónia militar comemorativa do "Dia dos Comandos", no CTC, na Serra da Carregueira, presidida pelo PR.

Por realizar estão ainda diversas ações alusivas à temática.

No CTC realizar-se-á, no dia 25 de novembro, as cerimónias evocativas do 25 de novembro de 1975 e, em lugar a designar, nos dias 19 e 20 de dezembro, terá lugar o Seminário Internacional subordinado ao tema "O Papel das Forças Especiais nos Exércitos da CPLP".

O programa comemorativo encerrará a 21 de dezembro, no CTC, com o Encerramento do 120º Curso de Comandos.

Cerimónia Militar do "Dia dos Comandos"

A cerimónia no CTC integrou a cerimónia comemorativa do "Dia dos Comandos", bem como

a Cerimónia Comemorativa do Dia da Unidade.

Presidida pelo PR, contou com a presença das mais diversas altas entidades militares e civis, assim como uma numerosa plateia constituída pelas diversas Associações de Comandos que existem espalhadas pelo país, ex-Comandos, familiares e amigos.

Do programa oficial destacou-se a Guarda de Honra ao PR, a cerimónia militar em parada com a leitura do código comando, os discursos do Comandante do CTC, Coronel Infantaria Comando Gonçalves Soares e do PR.

O Comandante do CTC agradeceu a presença de todos, destacando algumas palavras de especial apreço ao PR, ao General Ramalho Eanes, ao MDN, ao CEMGFA, ao Presidente da Câmara Municipal de Sintra e ao CEME. Realçou, ainda, a presença do deputado Hélder Sousa Silva, dos Membros da Comissão de Honra, de todos os Oficiais Generais e demais entidades civis e militares e do Doutor Rui Gomes da Silva, em representação do Sport Lisboa e Benfica, entidade com a qual o CTC iniciou um processo de colaboração mutua.

Recordou a criação dos Comandos, lembrando que "Há 50 anos começou a nossa viagem em terras de Angola, mais propriamente em Zemba. Uma diferente tipologia de ameaça conduzia à evidência de que era necessária uma força diferente para a combater, uma força especial, com grande mobilidade e elevada preparação a todos os níveis. Nascem os Comandos."

Aludiu ao período conturbado que os Comandos viveram, anos mais tarde, e que conduziram à sua extinção, à luz daquilo que considerou serem "critérios de racionalização que ignoravam a cultura e identidade deste tipo de forças".

Reorganizados em 2002, explicou as diferenças que os Comandos sofreram a nível interno e a nível externo: "No plano interno redesenhamos o curso de comandos, criamos uma disciplina de corpo-a-corpo com equipamento para combate com técnicas desenvolvidas por nós, desenhámos e ministramos desde então cursos na área do tiro de combate, propusemos a reformulação do sistema de segurança das Unidades do Exército e desenhamos até um inédito atrelado de características militares com potencial para ser comercializado e assim reduzir os custos da sua aquisição. No pla-

no externo iniciámos a nossa já rica história de projeções, com uma Companhia de Comandos em Timor-Leste e, posteriormente, o Exército confiou-nos a responsabilidade de projeção de forças para o Afeganistão."

"Temos cinquenta anos de uma rica e invejável existência, que muito nos deve orgulhar", disse, deixando de seguida um olhar sobre o futuro, particularizando o fim do 119º Curso de Comandos, cujos militares que o terminaram são quem mantêm viva a história dos Comandos.

Por sua vez, o Comandante Supremo das Forças Armadas prestou uma "justa homenagem aos militares Comando que serviram com audácia e abnegação a nossa Pátria", recordando que, "durante 12 anos, nove mil homens, integrando várias unidades deste corpo de elite, tiveram um desempenho notável nos TO de Angola, Moçambique e Guiné, fazendo do militar Comando um soldado de exceção, exemplo maior de valor militar, valentia em combate, coragem, sangue-frio e serena energia debaixo de fogo."

"Hoje, a atuação dos Comandos desenvolve-se num contexto diferente, mas a determinação, o profissionalismo e a preparação dos militares mantém-se a mesma…", evidenciando o papel do CTC e os elevados padrões de desempenho desta tropa de elite.

Deixou uma palavra de destaque para os militares que terminaram o curso e recordou que a história dos Comandos "está repleta de valorosos exemplos de bravura e coragem. Lições de vida, que devem servir de exemplo e inspiração para todos nós."

Seguiu-se a cerimónia de imposição de condecorações a algumas desta unidades deste corpo de elite, designadamente ao Batalhão de Comandos da Guiné e às Companhias de Comandos n.os 19, 20, 30 e 33 de Angola, agraciados pelos seus feitos com a Cruz de Guerra 1ª classe coletiva. É de referir que, do conflito ultramarino, os Comandos detêm, ainda, 12 medalhas de Torre e Espada, Valor Lealdade e Mérito, 23 medalhas de Valor Militar e 375 medalhas de Cruz de Guerra.

A finalizar, assistiu-se à entrega de prémios aos melhores classificados do 119º Curso de Comandos, a imposição de boinas e crachás aos militares que terminaram o curso, o desfile das forças em parada e ao descerramento de uma placa comemorativa da efeméride.

A cerimónia terminou com a assinatura do livro de honra da unidade, pelo PR.

Tenente-Coronel Artilharia Palma Rosinha*

Gestores, Lideres e Comandantes

A perícia do Comandante Militar no exercício do Comando

O presente artigo analisa a controvérsia entre os conceitos de gestão e liderança, procurando estabelecer, num primeiro momento, pontos de contacto e de análise entre ambos, de modo a situar o conceito de comando nas relações com a liderança e com a gestão. Num segundo momento, explora-se o contributo do conhecimento tácito, para o desenvolvimento da perícia profissional contextualizada ao exercício do comando.

Gestores ou Líderes?

Um tema recorrente na literatura é a relação entre liderança e gestão, a dicotomia entre a exclusividade dos conceitos e sua sobreposição.

Os defensores da mútua exclusividade dos conceitos (Bennis & Nanus, 1985; Kotter, 1987) usam os termos líder e gestor em vez de liderança e gestão. Zaleznik (1977) foi o primeiro a propor que os líderes e os gestores são distintos em termos das suas motivações e formas de agir e pensar.

Os gestores usam técnicas racionais centradas em tarefas e processos, procurando manter o *status* quo, enquanto os líderes usam técnicas imaginativas e visionárias procurando romper com o *status quo*. Bennis & Nanus (1985) apresentam alguns dos descritores de eficiência e eficácia que distinguem os gestores (pessoas que fazem as coisas corretamente) dos líderes (pessoas que fazem o que é correto). Os gestores centram-se nas rotinas e numa visão de curto prazo, de forma a assegurar o controlo e a eficiência das operações. Os líderes têm uma visão de longo prazo que lhes permite responder às necessidades da organização de forma original, implementando a mudança. Para Kotter (1987) não são as características de personalidade que fazem a diferença, mas os processos utilizados. Os processos de gestão tendem a ser formais, universais e orientados para a resolução dos problemas do dia a dia, enquanto que os processos de liderança tende a ser informais, flexíveis e orientados para o futuro.

Emerge destas conceções uma imagem "mítica" do líder, cabendo ao gestor a imagem de que apenas executa o que é suposto fazer. Porém, as pessoas não encaixam perfeitamente nestas classes de extremos como o demonstra a investigação empírica.

A polarização de atitudes em torno dos dois termos reflete também as diferentes orientações que os conceitos assumem na construção da eficácia organizacional. Uma das orientações está associada à estabilização e rotinização de processos, designada de gestão, a outra está associada aos processos de mudança e criatividade, designada de liderança. A estabilização e rotinização de processos criam dinâmica, mas no extremo podem levar à burocracia. Por outro lado, a inovação e o assumir riscos aumentam a sobrevivência organizacional e em combate, mas em excesso podem criar confusão e anarquia. O Tenente-General Pagonis (1992) ao refletir sobre os enormes desafios que a Guerra do Golfo colocou ao nível logístico e de liderança, refere que a organização militar é uma estrutura que depende da flexibilidade e da rigidez. A doutrina e a inovação devem caminhar a par uma da outra. A liderança não se faz apenas de líderes visionários, por vezes exige estabilização e rotinização.

Os defensores da sobreposição dos conceitos elegem diferentes níveis de análise de forma a estabelecerem algum consenso (Koontz & Weihrich, 1988).

Em primeiro lugar, relativamente às restrições impostas pela autoridade de gestão (exercida apenas abaixo da cadeia de comando) e ao potencial para exercer influência de uma forma menos restritiva (para cima, para baixo e lateralmente) a liderança tem um alcance maior. Segundo, quando comparados em termos funcionais, a gestão parece ser o conceito mais abrangente. Por exemplo, a análise às funções clássicas da administração de Fayol e aos papéis exercidos pelo gestor sugere que a liderança é um dos papéis formais que se espera que os gestores desempenhem. Para Fayol (1979) "comandar" (manter a atividade, dirigir o esforço) é uma das cinco funções clássicas do administrador. Para Mintzberg (1975) os gestores com base na autoridade formal e no *status* exercem três papéis: (1) Interpessoal (simbólico, líder, ligação); (2) Informador (monitorização, disseminador, porta-voz; e (3) Decisor (empreendedor, gestor de conflitos, a locador de recursos, negociador). Sugere desta forma que "gestor" é um rótulo maior, no qual o "líder" representa um papel funcional. A abordagem integrativa de Yukl (1999), refere que as posições de supervisão integram o papel de "líder" e de "gestor". Bass (1988) também refere que os líderes devem saber gerir e os gestores devem saber liderar.

Como se pode constatar em todas estas tipologias existe um largo espectro de papéis de liderança e de gestão suportados pela autoridade formal conferida pela posição hierárquica. Estas considerações sublinham também a vertente administrativa e de gestão associada às funções militares (emprego dos meios humanos e materiais para o

General Knud Bartels
Presidente do Comité Militar da NATO

Fonte: www.nato.int.

cumprimento da missão). A liderança assume-se como o elemento crítico do perfil do gestor. A liderança e a gestão devem assim ser vistos não como processos independentes mas complementares, essenciais e necessários para o sucesso organizacional.

Gestores, Lideres ou Comandantes?

Está-se agora em posição de estabelecer relações entre o conceito de comando, liderança e gestão. De acordo com Pigeau & McCann (2000) o comando é um construto tridimensional definido pelas inter-relações entre competência (física, intelectual, emocional e interpessoal), autoridade (enquanto posição de comando investida pelo estatuto legal, mas incluindo também a autoridade baseada nos atributos pessoais), e responsabilidade (obrigações impostas pelo canal de comando ou pelas necessidades organizacionais).

A liderança é assim subsidiária e um requisito do comando e da gestão. Pigeau & McCann (2000, p. 167) referem que o conceito de Comandante "é um conceito de ordem superior que inclui mas não pode ser reduzido ao de líder". A liderança e a gestão são processos usados na resposta ao que é esperado do Comandante. Não se pode comandar sem a capacidade de decidir e atribuir recursos para o cumprimento dos objetivos e sem conseguir influenciar coletivamente os subordinados a cumprirem a missão. Na realidade a posição do Comandante fornece o contexto para a emergência da liderança.

Caforio & Nuciari (1994) realizaram uma investigação em 8 países europeu com o objetivo de determinar as qualidades centrais e representativas do "bom oficial" ou do "militar profissional". Emergiram como qualidades centrais, a liderança, a perícia, a responsabilidade, a disciplina e a decisão. A avaliação do ajustamento entre a imagem do "bom oficial" à "autoimagem" mostra que os

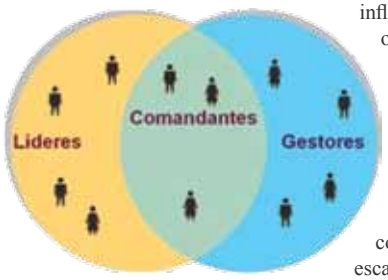
Quando se compara o conceito de comando com o de gestão, verifica-se que ambos são suportados pela autoridade formal. A NATO (AAP-6, p. 2-C-7) define comando como "a autoridade investida num elemento das forças armadas para dirigir, coordenar e controlar forças militares". De forma similar à gestão, o comando engloba e faz referência a um conjunto de funções que são comparáveis, como o planear, coordenar dirigir e liderar, controlar e monitorizar.

Fonte da imagem do canto superior direito das páginas ímpares deste artigo: www.sdomingos.com.pt.

oficiais que se vêm como docentes, administradores ou oficiais de logística, escolhem como características mais importantes do "bom oficial" a liderança e a responsabilidade, seguidas da perícia e da decisão. Já os oficiais que se vêm como Comandantes de uma força escolhem como mais importantes a liderança e a perícia, seguidas da responsabilidade e da decisão.

Em síntese, entre a opção de afirmar que comando e gestão são constructos diferentes ou que a gestão é uma componente do comando, é mais apropriado dizer que as funções de gestão são típicas das organizações civis, mas também militares e que o comando se encontra apenas no meio militar. O papel de supervisor requer o domínio de processos de liderança e de gestão. O que não pode ser confundido é que as formas de exercer a autoridade e de operar são diferentes no contexto militar, pelos Comandantes, e no meio civil pelos Gestores. Como Pigeau & McCann (2000) referem, o poder especial que é conferido ao Comandante para colocar os subordinados "em sentido", para aplicar medidas disciplinares e para usar da força letal, torna a autoridade militar única e distinta das restantes. A liderança, constitui-se assim como um requisito do papel do Gestor e do Comandante, mas determinado apenas pela capacidade de influenciar os outros sem recurso à autoridade investida. Espera-se que todos os Comandantes e Gestores demonstrem liderança, mas não lhes é apenas exigido que liderem os outros.

O conceito associado ao Comandante assume uma dimensão de ordem superior dado que a ação de comando e a capacidade para influenciar os outros vai para além do poder e da autoridade formal que lhe é investido e assume especificidades consoante o escalão hierárquico.



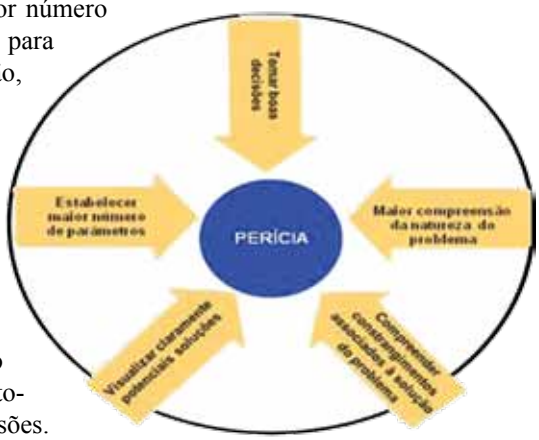
A natureza da Perícia[1]

Referimo-nos a um especialista ou perito, como alguém que raciocina e resolve problemas com base em procedimentos e num elevado conhecimento implícito. A perícia envolve meta-componentes como o autoconhecimento e a capacidade para reconhecer deficits no conhecimento, nas aptidões e nas habilidades.

Um dos estudos mais citados sobre a natureza da perícia (Chi, Glaser & Far, 1988, pp. xvii-xx) refere que os peritos se distinguem dos novatos porque: (1) dominam principalmente as suas próprias áreas; (2) distinguem facilmente o significado dos modelos nas suas áreas; (3) são mais rápidos na utilização das aptidões do seu domínio e resolvem mais rapidamente os problema e com menos erros; (4) têm uma maior memória a curto e longo prazo; (5) veem e representam com maior profundidade um problema do seu domínio; (6) despendem grande parte do tempo na análise qualitativa do problema; (7) possuem mais aptidões de autorregulação.

Os especialistas possuem esquemas que facilitam intuir como múltiplos elementos do problema se relacionam globalmente, enquanto os novatos reconhecem apenas alguns elementos do problema. Os primeiros usam princípios e conceitos abstratos para agrupar a informação, os segundos agrupam pelos dados imediatos e visíveis do problema.

Diversos autores classificam o processo sofisticado pelo qual os especialistas interligam variáveis e conceitos, referindo-se a representações do conhecimento, estruturas de conhecimento, modelos ou esquemas mentais (Olsen, 2004). Estes parâmetros possibilitam uma melhor compreensão da natureza do problema, estabelecer maior número de parâmetros para a sua resolução, visualizar claramente potenciais soluções, compreender constrangimentos associados à solução do problema e tomar boas decisões.



Fonte: www.dct.uminho.pt.

O especialista de profissão pratica de modo proactivo e deliberado o desenvolvimento das suas capacidades e reflete criticamente sobre o seu próprio desempenho. Será lícito dizer que quanto maior a experiência maior poderá ser o grau de perícia. Contudo, a experiência por si só é insuficiente. O desenvolvimento da perícia é criticamente dependente do que o indivíduo retira da experiência. Sternberg et al. (2000) destaca entre os vários fatores que podem contribuir para o desenvolvimento da perícia, a quantidade de conhecimento tácito que o indivíduo possui. Uma das formas de definir a perícia tem por base a profundidade do conhecimento que um indivíduo possui numa determinada área. Outra é baseada no modo como é usada a informação, traduzida na "aplicação flexível do conhecimento de base". Por último, a perícia pode ser definida pela medição da habilidade analítica, criativa e prática. A inteligência prática constitui-se como uma forma desenvolvida de perícia (Rosinha, 2009).

Da natureza da Perícia à Perícia dos Comandantes

Estabelece-se de seguida a ligação da investigação sobre a perícia dos Comandantes militares ao exercício do comando. Os líderes bem sucedidos tal como os especialistas possuem estruturas esquemáticas específicas de conhecimento que lhes permitem responder de forma flexível a um grande número de situações e exigências.

O estudo de Carnahan e colaboradores (2004) sobre tarefas de comando e controlo (C2) mostrou que os especialistas são capazes de considerar, em simultâneo, nove considerações de comando (missão, terreno, consciência da situação, inimigo, recursos, planeamento, informações, visualização do campo de batalha e coordenação de recursos e pessoal), enquanto que os novatos consideram apenas seis.

Os primeiros preocupam-se com a localização do inimigo, como identificá-lo e com as suas intenções, já os segundos, apenas se preocupam com a sua localização.

O trabalho recente de Nobel e colaboradores (2006) explora a forma como os oficiais e os cadetes estruturam e se posicionam perante um cenário

operacional no Afeganistão. Da análise do problema resultam 21 dimensões características do processo de comando/liderança, agrupadas em quatro categorias: (1) tomada de decisão tática; (2) gerir relações com subordinados e outros soldados; (3) lidar com desafios situacionais; e (4) lidar com a população civil e com as milícias. De forma consistente com investigações anteriores sobre perícia e liderança os Comandantes com maior experiência identificam significativamente maior número de dimensões no cenário, dão maior relevância a preocupações de ordem tática e de liderança (gerir relações e gerir o *self*) e apresentam maior integração no raciocínio que os cadetes com menor experiência. Estes resultados são também consistentes com as noções de complexidade social e cognitiva enquanto determinantes de uma liderança efetiva (Denison, Hooijberg, & Quinn, 1995). Lidar com tarefas mal estruturadas, leva a um aumento da complexidade cognitiva e exige "diferenciação" do número de dimensões percecionadas do meio e "integração" do número de dimensões individuais que podem ser combinadas para responderem às exigências da situação.

A educação profissional não deve comportar apenas os avanços tecnológicos, mas deve possibilitar a reflexão sobre a natureza do conhecimento e a sua ligação à prática. Durante o desempenho dos vários cargos e missões o oficial tem a oportunidade de traduzir a teoria aprendida ao longo das várias fases de formação na prática. A aprendizagem adquirida a partir do treino operacional é menos controlada, embora seja assumido que os Comandantes militares aprendem à custa da experiência. As lições fornecidas pela experiência dão uma contribuição significativa para o desenvolvimento dos líderes para além do treino formal, traduzido num acréscimo de conhecimento tácito.

No sistema do Exército Português, a perícia é alcançada pela rotação de funções e ascensão a patamares superiores de decisão. Apesar dos Subalternos, Capitães, Oficiais Superiores e Oficiais Generais serem membros da mesma profissão, a natureza do seu trabalho exige diferentes tipos de perícias e diferentes tipos de conhecimento sobre a função. A investigação de Munford e colaboradores (2000) sobre um modelo de liderança baseado em aptidões cognitivas mostrou que os oficiais das classes superiores quando comparados com oficiais subalternos demonstram representações mais complexas do conhecimento do seu papel de Comandante (maiores níveis de coerência, organização e estruturas baseadas em princípios). A representação do conhecimento proveniente das experiências anteriores e do conhecimento na função é reformulado, assumindo novos contornos e gerando novas soluções para novos problemas.

Para Snider (2003) o profissionalismo militar caracteriza-se por quatro componentes: (1) o conhecimento técnico-militar do combatente (liderança na aplicação coerciva da força; doutrina de combate e de apoio de combate; procedimentos táticos e técnicos) que contribui para a formação do guerreiro; (2) o conhecimento ético-militar (critérios éticos; desenvolvimento do caráter; conteúdos morais e legais) que contribui para a formação do "líder de caráter"; (3) o conhecimento do desenvolvimento humano (comportamento humano; comportamentos de liderança; preparação física; educação) que contribui para a formação do profissional; e, (4) o conhecimento político-social (representante do Estado e dos cidadãos) que traduz a imagem do oficial enquanto "Servidor da Nação" (Snider, 2003, pp. 5-6).

Caraterização do profissionalismo militar	
Conhecimento técnico-militar do combatente	- Contribui para a formação do guerreiro.
Conhecimento ético-militar	- Contribui para a formação do "líder de caráter".
Conhecimento do desenvolvimento humano	- Contribui para a formação do profissional.
Conhecimento político-social	- Traduz a imagem do oficial enquanto "Servidor da Nação".

O "Guerreiro, o "Líder de Caráter", o "Membro de uma Profissão" e o "Servido da Nação" traduzem as quatro identidades do oficial. As quatro grandes áreas do conhecimento do especialista fundam as quatro identidades do oficial e traduzem os seus autoconceitos.

Conclusões

O facto do exercício do Comando e do processo de Liderança envolver a resolução de problemas não implica que os conceitos que lhes estão associados sejam equivalentes. O Comando e a Liderança envolvem uma complexa forma social de resolução de problemas. Um dos aspetos centrais que os líderes devem ter em conta é a avaliação do problema. Saber discriminar a informação relevante da irrelevante distingue os especialistas dos novatos e pode fazer toda a diferença no exer-

cício prático da Liderança. A procura da melhor solução é condicionada por fatores temporais e de recursos, por forma a implementar as melhores soluções.

Verifica-se ainda uma ausência de investigação na influência real que a experiência obtida no desempenho da função tem no desenvolvimento dos Comandantes. A compreensão do papel da experiência no desenvolvimento da perícia traduz-se numa mais-valia para o estudo do modelo de desenvolvimento de Comandantes militares. Dado que o conhecimento tácito é fruto da experiência nos diversos contextos onde é adquirido, é apropriado identificar "quais" as fontes que estão na base do seu desenvolvimento. Uma liderança efetiva pode ser percebida, como uma forma de perícia que inclua um largo repertório de respostas e a habilidade para aplicar este conhecimento à resolução de problemas do dia a dia. Ao associar-se à asserção anterior o conhecimento tácito como forma desenvolvida de perícia, está-se a afirmar que o exercício efetivo do comando requer competências representativas do conhecimento tácito aplicadas ao contexto, um reportório de estratégias para colocar em prática essas competências e a habilidade em traduzir na prática os conhecimentos, isto é, aplicar estilos de liderança ajustados à situação.

As "lições aprendidas" da experiência, com todo o conhecimento subjacente, ocupam um lugar de destaque, assumindo especial relevo, no contexto militar e em ambiente operacional, porque para além do cumprimento da missão, está em causa um valor maior, o valor da vida humana. É aqui, efetivamente, que a ação de Comando e Liderança são cruciais, em particular quando é necessário desenvolver e dar respostas adaptativas a novas situações.

Bibliografia

BASS, B. M. (1988). Evolving perspetives on charismatic leadership. In J. A. Conger & R. N. Hanungo (Eds.), *Charismatic leadership: The elusive fator in organizational effectiveness* (pp. 40-77). San Francisco: Jossey-Bass.

BENNIS, W. G., & NANUS, B. (1985). *Leaders. The strategies for taking charge*. New York: Harper & Row.

CAFORIO, G., & NUCIARI, M. (1994). The Officer Profession: Ideal Type. *Current Sociology*, 42(3), 33-56.

CARNAHAN, T. J., LICKTEIG, C. W., SANDERS, W. R., DURLACH, P. J., & LUSSIER, J. W. (2004). *Novice versus expert command groups: Preliminary findings and training implications for future combat systems*. (ARI Research Report 1821). Alexandria, VA: U.S. Army Research Institute for the Behavioral and Social Sciences.

CHI, M. T. H., GLASER, R., & FAR, M. J. (Eds). (1988). *The nature of expertise*. Hillsdale, NJ: Lawrence Erlbaum Associates.

DENISON, D. R., HOOIJBERG, R., & QUINN, R. E. (1995). Paradox and performance: Toward a theory of behavioral complexity in managerial leadership. *Organization Science*, 6, 524-540.

FAYOL, H. (1979). *Administration Générale et Industrielle*. Paris: Dunod.

KOONTZ, H., & WEIHRICH, H. (1988). *Management*. New York: McGraw Hill.

KOTTER, J. (1987). *The leadership fator*. New York: Free Press.

MINTZBERG, H. (1975). The manager´s job: Folklore and fact. *Harvard Business Review*, 4, 49-61.

MUNFORD, M. D., ZACCARO, S. J., HARDING, F. D., JACOBS, O. T., & FLEISHMAN, E. A. (2000). Leadership skills for a changing world: Solving complex problems. *Leadership Quarterly*, 11(1), 11-35.

NOBEL, O. B., ZBYLUT, M., FUCHS, D., CAMPBELL, K., BRAZIL, D., & MORRISON, E. (2006). *Leader experience and the identification of challenges in a stability and support operation*. (ARI Technical Report 1186). Alexandria, VA: U.S. Army Research Institute for the Behavioral and Social Sciences.

OLSEN, R. A. (2004). Professional investors as naturalistic decision makers: Evidence and market implications. *The Journal of Psychology and Financial Markets*, 3 (3), 161-167.

PAGONIS, W. G. (1992). *Moving Mountains: Lessons in Leadership and Logistics from the Gulf War*. Boston: Harvard Business School Press.

PIGEAU, R. & McCANN, C. (2000). Redefining Command and Control. In C. McCann, & R. Pigeau (Eds), *The Human in Command: Exploring the Modern Military Experience* (pp. 163-184). New York: Kluwer/Academic Publishers.

ROSINHA, A. J. (2009). *Conhecimento Tácito em Contexto Militar: Incursões na Promoção do desenvolvimento de Competências de Comando*. Dissertação de Doutoramento em Psicologia dos Recursos Humanos do Trabalho e das Organizações. Universidade de Lisboa: Faculdade de Psicologia e de Ciências da Educação.

SNIDER, D. M., Officership, The Professional Practice. *Military Review*, 83 (1), 3-8.

STERNBERG, R. J., FORSYTHE, G.B., HEDLUND, J., HORVATH, J.A., WAGNER, R.K., WILLIAMS, W.M., SNOOK, S.A., & GRIGORENKO, E.L. (2000). *Practical intelligence in everyday life*. New York: Cambridge University Press.

YUKL, G. (1999). An evaluation of conceptual weaknesses in transformational and charismatic leadership theories. *The Leadership Quarterly*, 10, 285-305.

ZALEZNICK, A. (1977). Managers and leaders: Are they different? *Harvard Business Review*, 55 (5), 67-78.

---

* O Tenente-Coronel de Artilharia Palma Rosinha é licenciado em Ciências Militares pela Academia Militar, em Psicologia – Variante Orientação e Desenvolvimento da Carreira pela Faculdade de Psicologia e de Ciências da Educação da Universidade de Lisboa, é doutorado em Psicologia na Variante Psicologia dos Recursos Humanos, do Trabalho e das Organizações, com o Tema "Conhecimento Tácito em Contexto Militar: Incursão na Promoção e Desenvolvimento de Competências de Comando" – Universidade de Lisboa. Atualmente, é o Chefe da Secção de Psicologia Aplicada da Academia Militar e docente militar das unidades curriculares de Gestão de Recursos Humanos e de Psicossociologia das Organizações.

---

[1] No Original: *Expertise*.

Fonte: LUSA.

Os Passeios de Girassol

Mapa de Moçambique

De uma das vezes que fui a Mueda levava ordens expressas para mandar as Mercedes para baixo. A 4ª Repartição do Quartel-General determinara que as Mercedes deveriam recolher a Nampula, para ser redistribuídas pelas companhias de engenharia que estavam na operação de abertura de itinerários paralelos à linha de fronteira, e que os destacamentos da 2ª Companhia de Construções passariam a utilizar, como e quando lhes fosse permitido, as viaturas de carga geral – as Berliet - das unidades de Caçadores a que, em geral, estavam adidas.

Esta ordem, que parecia ser um mero pormenor administrativo, iria ter profundas consequências na operacionalidade dos nossos destacamentos, nomeadamente dos situados em zona de intervenção. As Mercedes levavam mais carga e, além disso, eram diretamente geridas pelos responsáveis pelo destacamento, sem partilhas com outros chefes nem com outras exigências; as dificuldades em Mueda já eram bem reais e pesadas para ainda ter mais esta profunda limitação.

O que acontecia era que o comando-chefe estava fortemente empenhado na abertura de itinerários paralelos às fronteiras, espécie de caminho de ronda gigantesco em todo o Norte da província, graças aos quais seria fácil e eficaz estabelecer uma apertada vigilância, que, no seu entendimento, era uma contramedida eficaz para a penetração dos elementos subversivos provenientes do Malawi e da Tanzânia. Todavia, o processo avançava com uma lentidão exasperante porque o número de unidades de engenharia era muito reduzido, o seu rendimento muito baixo, porque lutavam com toda a espécie de adversidades, tinham pouco equipamento e o número de horas-homem realmente aproveitadas na missão acabava sendo muito pequeno. Claro, o inimigo também sabia exatamente para que serviam os itinerários de fronteira; o seu grande trunfo, que lhe queriam escamotear, era poder progredir em terrenos onde normalmente as nossas tropas não penetravam e escolhia, como local de atrito predileto, os itinerários de ligação entre as frentes de trabalho e os acampamentos, que minavam, durante a noite, com regularidade. O resultado era-nos sempre desfavorável - ou pelo tempo perdido na deteção e neutralização das minas ou pela inutilização das viaturas de carga e das máquinas pesadas de engenharia, quando atingidas por um engenho não detetado.

A flagelação tinha sido severa e as Mercedes iam avançar para recompletar os efetivos das companhias de engenharia mas, em minha modesta opinião, seriam igualmente consumidas na voragem de uma operação condenada ao fracasso, pela desproporção entre o objetivo pretendido e os meios a ele afetos e pelas condições de enquadramento do pessoal de engenharia – como aliás se veio a verificar – quando nos locais onde, atualmente, se situavam tinham um rendimento muito mais elevado.

A contrapartida desta troca era pesada e significava a redução drástica da operacionalidade do destacamento de Mueda. As Mercedes, sempre disponíveis, eram a única e poderosa arma que o Caixeiro dispunha – porque em Mueda toda a logística era arriscada e contingente: a água para a obra tinha de se ir buscar junto à estação elevatória, no fundo da escarpa, a areia para as argamassas e betões era cavada e varrida junto à pista de aterragem e os outros aviamentos, do saco de cimento ao prego de galeota, eram comprados em Mocímboa da Praia, porque o comércio local era nulo – Mueda pouco mais era que um enorme aquartelamento. O transporte de Nampula para Mueda, de alguns equipamentos que tiveram de aí ser encomendados, ainda era mais precário – ou seguiam via terrestre, pela estrada de Montepuez, quando havia colunas para o Norte, ou seguiam para Nacala por via ferroviária, de Nacala para Mocímboa por via marítima e, por fim, de Mocímboa para Mueda pela picada de ligação. Todas estas deslocações eram feitas em coluna e as nossas camionetas e os seus valorosos condutores, sempre em atividade e perfeitamente cientes do papel importante que desempenhavam no sistema, eram peças fundamentais no funcionamento do destacamento.

Fontes: esta imagem: 3.bp.blogspot.com; imagem da página anterior: upload.wikimedia.org.

Fonte: 3.bp.blogspot.com.

Por estas fortes razões e ainda por força de um vincado profissionalismo, o Caixeiro estava à beira do pranto quando se aproximava a hora da partida. Já as tinha carregado para lá do limite da carga com troncos de umbila – havia que tirar o máximo partido desta viagem inesperada – mas fez uma última e desesperada pressão:

- Se o meu Capitão falasse com o nosso Comandante antes de partir talvez ele reconsiderasse!

Debalde tentei explicar-lhe que a decisão não era dele, vinha de cima, ele voltava à carga:

- Mas, se o meu Capitão lhe explicasse a situação…

Por fim, cedi, havia que tentar mais uma vez, a causa era justa, justíssima. Fomos ao posto rádio e lá encontrei uma cara conhecida do tempo em que a guerra era na Pontinha: o então Cabo aprovado Salgado, agora 2º Sargento da jovem Arma das Transmissões, chefiava o posto rádio de Mueda – que, se a memória não me atraiçoa, era crismado de "Palhota" no vocabulário de indicativos das transmissões.

Salgado era um excelente profissional, e um operador rádio altamente qualificado. Na recruta de 1958, comandava a Companhia de Transmissões do Regimento de Engenharia N.º1 o Capitão Fernando Figueiredo Pacheco, irmão do Tenente-Coronel Raul Figueiredo Pacheco, que, oito anos depois, era Comandante da Engenharia em Moçambique. A Companhia tinha três pelotões: especialidade rádio-telegrafistas, comandado por um oficial do quadro, Tenente Santos Maia, especialidade centro de mensagens, comandado pelo Aspirante a Oficial miliciano de Transmissões Pinhão, e especialidades telefonistas e guarda-fios, comandado por mim, escolhido pela forma original que já aqui contei.

O Capitão Pacheco tinha uma noção muito nítida que rádio-telegrafista não é quem quer e que não há rádio-telegrafistas assim, assim – ou são mesmo bons ou não prestam. Não sei também se ele tinha alguma premonição do que iria suceder três anos depois e da falta que bons rádios iriam então fazer mas o facto é que pôs em causa o elenco de recrutas rádio que lhe tinham dado e fez uma bateria de testes psicotécnicos a todos os recrutas para escolher os mais prometedores para esta difícil especialidade – e as trocas que esta medida originou foram consideráveis. Depois, neste terreno de qualidade, aplicou a boa semente – três instrutores de mão cheia, sendo o Salgado um deles – e anunciou a cenoura – todos os recrutas que atingissem as tantas letras ou palavras por minuto – não me recordo do número exato – valor considerado a fronteira da passagem de recruta a soldado pronto da especialidade, podiam, a partir dessa data e mesmo antes da recruta estar acabada, ostentar a bobina dourada em passadeira preta na platina. O galardão era conferido numa pequena cerimónia interna que enchia os jovens rádios de justificado orgulho e teve frequentes edições que comprovaram a excelência do método.

Para poder atingir este grau de desempenho, os

recrutas – e os instrutores – praticavam, ao serão, nas salas de rádio, perto do gabinete do Oficial de Dia do Quartel da Pontinha, ouvindo e decifrando as mensagens rádio que captavam na onda curta, em geral da rádio marítima ou comunicações entre navios. Depois, como o inglês deles era fraco ou nulo, vinham, no final do serão, perguntar-nos o que é que queriam dizer aquelas mensagens que tão cuidadosamente tinham ouvido, traduzido (do Morse) e registado, o que era, geralmente, um número divertido.

O Salgado preparou todo o terreno para a conversa com o Comandante Santos Silva – hora de presença e códigos. À hora aprazada estávamos no local, o Caixeiro, o Salgado e eu; do lado contrário, estavam o Santos Silva e, naturalmente, o Sargento do posto de Nampula. O Salgado explicou que, como não tínhamos códigos atribuídos de avanço, teríamos de nos tratar pelo nome próprio, o que era uma deliciosa bizantinice. Se eles pensavam que o inimigo não ia saber exatamente quem estava "ao telefone" bem podiam desenganar-se: com um «Arménio» e um «Eduardo» em cada extremo da linha, a cena mais parecia uma daquelas adivinhas "muito difíceis" do Almanaque Bertrand de 1902, mas havia que obedecer sem refilar à liturgia inapelável das Transmissões e assim se fez.

Numa notável e pronta decisão, que encheu o Caixeiro de um imenso e exuberante regozijo, o Comandante Santos Silva concordou com a nossa argumentação e cancelou a ordem de descida a Nampula. As Mercedes continuavam em Mueda e foi com o coração leve que o Caixeiro deu ordem para descarregar a umbila - trabalho pesado mas, claramente, um mal menor…

Mas a outra boa razão para falar via rádio para Nampula não teve tanta sorte. O Caixeiro dissera-me que o Alferes Hugo Mota, pertencente à Companhia de Engenharia 1575, do Capitão

Fontes: esta imagem: cc3413.files.wordpress.com; imagem do canto superior direito das páginas ímpares deste artigo: asplantas.files.wordpress.com.

Vitor Camões, estava destacado em Nancatari, trabalhando na pista desta localidade, e pedia que alguém lá fosse de helicóptero para ver a obra – provavelmente lutava com alguma dificuldade, não seria de surpreender, e gostava que alguém lhe desse apoio ou ajuda operacional. Eu protestei junto do Caixeiro, o Hugo Mota não pertencia à minha companhia e não me parecia bem estar a meter a foice em seara alheia mas o Caixeiro argumentava, e bem, que o Vitor Camões, agora destacado em Mocímboa do Rovuma, não tinha qualquer possibilidade de lá chegar pelos tempos mais próximos e que a pista de Nancatari era um trabalho urgente e delicado.

Depois de uma breve troca de palavras, chegámos amenamente a um acordo: eu iria a Nancatari se o comandante me autorizasse, coisa que estava plenamente convencido que iria suceder, caso lhe conseguisse transmitir o grau de urgência que o Hugo dera ao Caixeiro; caso contrário, nada feito, era evidente que nunca iria contra a vontade do Major Santos Silva. Entusiasmado, o Caixeiro concordou, seguro do final da história.

Houve resmalhada de papéis enquanto se descobria o nome de código de Nancatari na mesa atravancada do posto rádio e o Salgado pronunciou-se: era, suponhamos, "Girassol". A solfa recomeçou, com os mesmos adereços:

- Alô Arménio, alô Arménio, aqui Eduardo. Diga se me ouve. Escuto.

- Alô Eduardo, alô Eduardo, aqui Arménio. Oiço forte e claro. Continue. Escuto.

- Arménio, nosso homem em "Girassol" pede minha visita urgente em ventoinha. Diga se me autoriza. Escuto.

Um silêncio mais longo do lado de lá enquanto, muito verosimilmente, descodificavam o "Girassol". A resposta chegou, por fim, um tanto enfática:

- Eduardo, aqui Arménio. Negativo, repito, negativo. Diga se me entendeu. Escuto.

Olhei para o Caixeiro e ele olhou para mim. O Caixeiro não percebia bem o que se estava a passar mas eu, sem lho dizer, percebia muito menos. Empunhei novamente o micro.

- Arménio, aqui Eduardo. Tomo a liberdade de insistir porque nosso homem em "Girassol" está em dificuldade e seu maior não pode visitá-lo tão cedo. Peço me autorize a substitui-lo. Visita ventoinha não atrasa regresso dessa. Escuto.

A resposta agora foi imediata e não deixava margem para dúvidas:

- Eduardo, aqui Arménio. Negativo, repito, negativo. Diga se me entendeu. Escuto.

Havia uma nota de impaciência na sua voz.

-Arménio, aqui Eduardo. Entendido e terminado.

- Eduardo, aqui Arménio. Terminado.

Caixeiro saiu meio desapontado – ganhara as Mercedes mas perdera a minha ida a Nancatari, que ele, com generosidade, prometera antecipadamente ao Hugo – mas eu saí verdadeiramente intrigado. A única explicação que me ocorria era que o comandante não queria, de modo nenhum, que houvesse interferência de uns capitães nos alferes das companhias dos outros mas, na circunstância, parecia-me a impaciência dele excessiva para a causa. De resto, várias vezes o Camões, quando estava em Mueda, tivera ocasião de dar

Madeira de umbila

uma ajuda ao comandante do pelotão da 2ª Companhia de Construções que lá estava e não me passava sequer pela cabeça, conhecendo-o bem como o conhecia, que ele se perturbasse com isso – antes pelo contrário. Aquela cena trouxe-me incomodado durante toda a viagem de regresso.

Afinal, a explicação era muito mais simples e muito mais bizarra do que eu poderia ter imaginado. De volta a Nampula, fui logo ao gabinete do comandante fazer um breve *briefing* da viagem, que foi mais extenso que o costume, com a história das Mercedes e da carga e descarga da umbila pelo meio. Quase a sair, o Major Santos Silva perguntou-me, meio intrigado:

- Que história era aquela de você querer ir a Belém? Não percebi nada daquilo: quem é que está em Belém?

Belém era uma terra minúscula, lá para os lados do Catur, que a fantasia de alguém com poder para tal assim batizara quando fora arvorada em alojamento de uma unidade qualquer. Ficava exatamente do lado oposto do mapa e a Engenharia não tinha na altura nada nem ninguém em Belém.

- Belém? Não, de forma nenhuma. Eu pedi mas foi para ir a Nancatari porque o Hugo precisava.

Fonte: lh5.ggpht.com.

Destaque Bibliográfico

A Biblioteca do Exército é uma biblioteca pública especializada na área histórico-militar, sendo frequentada sobretudo por investigadores, militares e estudantes. Tem um acervo especializado, onde predominam as áreas Militar, História, Segurança, Defesa, Estratégia, etc. No entanto, constituem o seu acervo muitas outras publicações que não estão relacionadas com as áreas anteriormente mencionadas, mas que constituem um valor acrescido ao fundo documental da biblioteca.

A procura contínua por bibliografia relacionada com Guilherme Schaumbourg-Lippe (Conde de Lippe), quer seja pelas reformas que implementou no Exército, quer pela sua participação na Guerra Fantástica, ou ainda, pelos manuais e regulamentos militares para as diferentes armas levaram a que a biblioteca fizesse um levantamento de publicações disponíveis no acervo para facilitar e informar mais rapidamente os utilizadores. Do catálogo elaborado (veja: http://10.105.0.55:90/sites/BiblEx/Noticias/Paginas/default.aspx) resultaram cerca de trinta publicações, das quais se destaca:

Direcçoens que ham de servir para os senhores Coronéis, Tenentes Coronéis e Majores dos regimentos de Infantaria dos Exércitos de sua Magestade Fidelíssima executarem com precizão os grandes movimentos das Tropas; Novo Methodo para dispor um corpo de infantaria; Ordenança que determina as obrigaçoens dos inspectores das tropas/Conde Lippe; trad. D. Joaquim de Noronha. - Lisboa: Secretaria de Estado, 1767. - 74 p.: il; 17 cm
Miscelânea
(brochado)

Organização militar/Administração militar/Exército/Séc. XVIII
Cota: 33.357 BE

Nesta miscelânea encontram-se algumas das obras do Conde de Lippe, onde estão bem patentes as suas determinações para a nova organização e administração do Exército.

Subscreva as nossas Newsletters mensais através do envio de um e-mail para: bibex@mail.exercito.pt

A Biblioteca do Exército está aberta ao público de 2ª a 6ª feira, das 09H30 às 12H30 e das 14H00 às 17H00, no Largo do Outeirinho da Amendoeira, 1100-386 Lisboa; telefone: 218842456, e-mail: bibex@mail.exercito.pt

MILICIA

WWW.MILICIAPRO.COM

SEDE
Showroom
Nova Loja

+80 Marcas
Loja 170M²
Showroom 180 M²
Estacionamento
700 M² Armazém

FARDAMENTO
EQUIPAMENTO
SEGURANÇA

5.11 TACTICAL SERIES

BLACKHAWK!

Aimpoint, American Body Armor, AmeriGlo, Arktis, Armor Accessories, Bates, BCB, Bianchi, C-A-T, Sam Medical CAA Tactical, Cadex, CamelBak, Crimson Trace, Defcon 5, Defense Technology, Eagle, Eberlestock, ESS, Explorer First Choice, Fisher Labs, Forensics Source, Peli, GoldEck, Hatch, Hawke, Hellstorm, Hiatt, Inova, Lansky, Ledwave Libervit, Marlow, Maxpedition, MOD, Monadnock, Oakley, Otis, Fox, Peltor, Protech, Quickstep, Savvy Armor Second Chance, Seeker, Sog, Suex, SureFire, Tactical Medical, Taser, TSSI, United Shield, Garret, Tristar Armored Cars

Visite-nos na Av Poeta Eugénio de Andrade, nº 1267 - Canidelo VNG
coordenadas GPS: 41,115871 / -8,648119

PLANO DE SAÚDE DENTÁRIO EXCLUSIVO

PARA OS MILITARES E CIVIS DO EXÉRCITO PORTUGUÊS, INCLUINDO AS SUAS FAMÍLIAS

Já não custa ter um sorriso bonito e uma boca saudável

Preço: 30€ pessoa/ano - (Preço família, especial de lançamento 75€/ano incluíndo cônjuge e descendentes)

VANTAGENS:

- Mais de **3000 médicos dentistas** à sua disposição em todo o território nacional e ilhas.
- **Todas as especialidades cobertas** e todos os tratamentos que possa necessitar.
- **Clínicas seleccionadas** que cumprem os máximos standards de Qualidade.
- **Redução dos custo nos tratamentos em mais de 50% do preço privado** (ver tabela completa na página Web).
- **Tratamentos preventivos e mais frequentes SEM CUSTO**.

TRATAMENTOS	PLANO DE SAÚDE EXÉRCITO / DENTALREDE	PREÇOS MÉDIOS EM PRIVADO
CONSULTAS E VISITAS DE ESPECIALIDADE	SEM CUSTO	30,00€
DESTARTARIZAÇÃO (LIMPEZA)	SEM CUSTO	40,00€
RADIOGRAFIAS	SEM CUSTO	10.00€
COROAS E PONTES DE CERÂMICA	240.00€	400.00€
ORTODÔNTIA	255,00€ (POR APARELHO)	500,00€ (POR APARELHO)
EXTRACÇÕES SIMPLES	SEM CUSTO	30,00€

Ver toda a informação
www.Dentalrede.pt/parceiros/exercito português

INSCREVA-SE JÁ!!!

Fale connosco através do

☎ **808 201 665**

€2.00 (IVA incluído)

Ano LIII - n.º 620
AGOSTO/SETEMBRO DE 2012

jornal do Exército

ESCOLA PRÁTICA DE INFANTARIA

125 anos

Protocolo Santander Totta

Soluções Ordenado

Damos mais valor ao seu ordenado

iPad 3 Apple
Wi-Fi 4G 16GB

Para ordenados ou reformas a partir de 2.500€ ou 1.500€ com variação de recursos ≥ 20.000€

Câmara de Filmar Toshiba

Máquina de Café Dolce Gusto

DVD Portátil Philips

GPS Garmin

Máquina Fotográfica Fujifilm

Para Ordenados a partir de 375€ e reformas a partir de 300€

Samsung TV LED

NetBook Toshiba NB510

PlayStation3 160 Gb

Samsung Galaxy Ace

Para ordenados ou reformas a partir de 1.500€

No Santander Totta sabemos que uma gestão eficiente do seu dia-a-dia permite-lhe ganhar tempo e dinheiro. Com as nossas Soluções Ordenado queremos estar em sintonia consigo, para que possa aproveitar melhor cada momento da sua vida. Conte connosco.

Santander Totta
O Valor das Ideias

PROTOCOLO

www.santandertotta.pt

O valor máximo de empréstimo ou reforma pode corresponder a apenas um dos equipamentos e de 375€ a 300€ mensalmente, exceto para a TV LED, o Netbook Toshiba, o Samsung Galaxy Ace e a PlayStation3 que é de 1.500€ e para o iPad que é de 2.500€ ou 1.500€ e variação de recursos de valor igual ou superior a 20.000€ face ao saldo pontual de 30 de Junho de 2012. O pedido de equipamento deve ser efectuado pelo Cliente até 28 de Setembro de 2012 (válido para novas domiciliações de ordenado ou reforma), devendo a 1ª domiciliação de ordenado ou reforma (e variação de recursos no caso do iPad) e renovação do equipamento ocorrer no 3 meses subsequentes. Caso ocorram as domiciliações de ordenado ou reforma, antes ou decorridos 28 meses por causa não imputável ao Banco, o Cliente deverá devolver o valor de 600€ no caso do iPad, 300€ no caso da TV LED, do Netbook Toshiba, do Samsung Galaxy Ace e da PlayStation3 e de 150€ para os restantes equipamentos, na proporção do prazo não decorrido. Para efeitos de validação do cumprimento do requisito relativo ao saldo de recursos (que compreendem os Saldos de Depósitos à Ordem, Depósitos a Prazo, Certificados de Benefício e Reserva, Títulos Estruturados, Fundos de Investimento, Seguros Financeiros e Planos de Poupança Reforma/Educação e excluem Carteira de Títulos), não serão consideradas as oscilações negativas do preço de mercado, ou seja, eventuais desvalorizações dos produtos detidos pelo Cliente nem as variações negativas do Saldo de Depósitos à Ordem. Oferta limitada ao stock existente. As imagens da Máquina de Café Dolce Gusto e do iPad 3 podem não corresponder à cor entregue ao Cliente. A qualidade do equipamento e a sua garantia são da responsabilidade exclusiva dos fornecedores.

Jornal do Exército
ÓRGÃO DE INFORMAÇÃO, CULTURA E RECREIO DO EXÉRCITO PORTUGUÊS, CRIADO POR PORTARIA DE 14JUL60

Capa

Foto: Alf RC Cavaco

Monumentos com História Militar
Monumento de Mafra – 4
Editorial – 5
Figuras e Factos - Destaque do mês – 6
Figuras e Factos – 7
Apoio Sanitário do Exército
Exercício "Dragão 12" – 38
O Reino de Penedono Armas Medievais – 42
Nota de Redação – 46

Construção do Quartel-General do Comando das Forças Armadas do Arquipélago da Madeira – 32

Diplomacia Pública
e Sociedade da Informação
sua importância político-estratégica – 14

Suplemento Banda Desenhada:
"Gil Eanes – o Herói de Lagos"
Pág: IX a XII

Escola Prática de Infantaria
125 anos – 24

Os artigos publicados com indicação de autor são da inteira responsabilidade dos mesmos, não refletindo, necessariamente, o pensamento da Chefia do Exército Português

PROPRIEDADE DO ESTADO-MAIOR DO EXÉRCITO
Direção, Redação e Administração: Largo de S. Sebastião da Pedreira, 1069-020 Lisboa, Telef: 213 567 700, Fax Civil: 213 567 791 Militar: 414 091, E-mail: jornal.do.exercito@mail.exercito.pt, jornal.exercito@sapo.pt, E-mail - Intranet: Jornal do Exército, Home page: www.exercito.pt DIREÇÃO - Diretor: Coronel de Infantaria José Custódio Madaleno Geraldo; Sub-Diretor: Tenente-Coronel J. Pinto Bessa; Secretária: Ass. Téc. Arminda Vitorino; REDAÇÃO - Chefe: Tenente-Coronel J. Pinto Bessa; Assistente de Redação: 1.º Sargento Anjos Das Neves; Redatores: Alferes RC Nelson Cavaco, Alferes RC Filipa Domingos; Operadoras Informáticas: Assistente Técnica Elisa Pio, Assistente Técnica Guiomar Brito; SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS - Chefe: Tenente-Coronel António N. Marcos Andrade; Auxiliares Sargento-Ajudante João Belém, Sargento-Ajudante Luís Silva; Operadoras Informáticas: Assistente Técnica Joana Moita; Assistente Técnica Tânia Espírito Santo; COLABORAÇÃO FOTOGRÁFICA - Lusa - Agência de Notícias de Portugal, SA; Centro de Audiovisuais do Exército RCRPP/GabCEME; EXECUÇÃO GRÁFICA - Europress, Lda - Rua João Saraiva, 10-A - 1700-249 Lisboa, Tel: 218 444 340 - Fax: 218 492 061, E-mail: Europress@mail.telepac.pt. Tiragem - 6 000 exemplares Depósito Legal - nº 1465/82 ISSN - 0871/8598

Monumento de Mafra

Localizado no concelho de Mafra, distrito de Lisboa, o Palácio Nacional de Mafra é considerado o mais importante monumento do Barroco em Portugal. A sua imponência e magnificência não passa de todo despercebida aos seus visitantes.

Mandado construir em 1717 por iniciativa de D. João V de Portugal, consta que terá sido em virtude de uma promessa que fizera, no caso de a rainha D. Maria Ana de Áustria lhe dar descendência, como também se defende que a obra se construiu por vias, também de uma promessa, mas desta feita, relativa a uma doença de que o rei padecia. Diz-se ainda que o nascimento da princesa D. Maria Bárbara determinou o cumprimento dessa promessa.

Classificado como Monumento Nacional em 1910, o Palácio Nacional de Mafra, foi considerado uma das Sete Maravilhas de Portugal a 7 de julho de 2007.

Remontando a 1717, mais precisamente a 17 de novembro, recordamos o início dos trabalhos de uma obra cujo projeto era considerado "modesto", e que apenas pretendia abrigar 109 frades franciscanos. Quis o destino que o ouro do Brasil começasse a entrar nos cofres portugueses, pelo que D. João V e o seu arquiteto, Johann Friedrich Ludwig (Ludovice), que estudara em Itália, ousaram com outro tipo de projeto bem mais ambicioso. Para isso, não se pouparam a despesas, começando pelo número de empregadores. No total, 52 mil homens foram responsáveis pela construção desta obra megalómana que acabou por abrigar não os iniciais 109 frades, mas antes 330 franciscanos.

O resultado final foi um palácio real, com uma das mais belas bibliotecas da Europa, decorada com mármores preciosos, madeiras exóticas e incontáveis obras de arte. Destaque de facto para a Biblioteca, considerada uma das mais importantes do século XVIII, com um acervo de cerca de 35 mil volumes; para o Convento, que constitui um património religioso ímpar no nosso país; para a Basílica, obra-prima da arquitetura setecentista; e para os famosos Carrilhões, conjunto único no mundo pelas suas dimensões e beleza do seu mecanismo. Note-se que foram mandados fabricar em Antuérpia por D. João V com um total de 92 sinos que pesam mais de 200 toneladas e que são, por isso, considerados os maiores e melhores do mundo.

Muito há para visitar neste Palácio, desde a farmácia, com potes de medicamentos e alguns instrumentos cirúrgicos, passando pelo hospital, com dezasseis cubículos privados de onde os pacientes podiam ver e ouvir a missa na capela adjacente, sem saírem das suas camas.

Enfâse para o andar superior composto por sumptuosas salas que se estendem a todo o comprimento da fachada ocidental, com os aposentos do rei numa extremidade e os da rainha na outra, a 232 metros de distância.

Ao centro, a imponente fachada é valorizada pelas torres da Basílica coberta com uma cúpula. O interior é forrado a mármore e equipado com seis órgãos do princípio do século XIX, com um repertório exclusivo que não pode ser tocado em mais nenhum local do mundo. O átrio da Basílica é decorado por esculturas da Escola de Mafra, criada por D. José I em 1754, onde foram muitos os artistas portugueses e estrangeiros que aí estudaram sob a orientação do escultor italiano Alessandro Giusti. Na sala de caça é possível observar os troféus e cabeças de javalis. Recorde-se que o palácio era popular para os membros da família real, que gostavam de caçar na tapada. Hoje em dia decorre aqui um projeto para a preservação dos lobos ibéricos.

Alferes RC Filipa Domingos

INFORMAR PARA BEM SERVIR

Neste número do *Jornal do Exército* damos especial destaque ao 125.º aniversário da Escola Prática de Infantaria, cuja comemoração teve lugar no passado dia 14 de agosto, no renovado Terreiro D. João V, em Mafra, com a presença de várias gerações de infantes e elevado número de convidados. A cerimónia foi presidida pelo Chefe do Estado-Maior do Exército, General Artur Pina Monteiro, que referiu no seu discurso o seguinte "Os desafios do Exército ao longo da sua história estiveram sempre ligados aos desafios de Portugal, à sua soberania e independência. Nos tempos que vivemos não podemos deixar de refletir sobre as melhores respostas que também o Exército pode dar para contribuir para a afirmação plena da nossa soberania." Foi com este pensamento que D. Nuno Álvares Pereira, Condestável do Reino, de forma corajosa e esclarecida liderou um conjunto de valorosos soldados de infantaria que conduziram à vitória, em Aljubarrota, contra um exército invasor muito superior. Passados 627 anos sobre aquela batalha, os infantes de Portugal continuam a rever-se na imagem, no exemplo e no valor de um dos homens mais nobres que este país concebeu. Também conhecido por Santo Condestável, D. Nuno Álvares Pereira é o Patrono da Arma de Infantaria e foi canonizado em 26 de abril de 2009, pelo Papa Bento XVI, com o nome de São Nuno de Santa Maria. Com ele aprendemos a defender e a servir a Pátria.

Como cidadãos e como militares cabe-nos partilhar o pouco que sabemos dos grandes portugueses que serviram Portugal e continuam hoje a ser um exemplo. São os bons exemplos que devemos seguir. Algumas décadas atrás o General Ferreira Martins, no livro de sua autoria, intitulado Virtudes Militares referia-se ao valor de D. Nuno Álvares Pereira, do seguinte modo "Na época actual, em que se pretende educar a mocidade portuguesa, incutindo-lhe o espírito militar que háde dar aos homens de amanhã a virilidade, a energia, o vigor físico e moral, qualidades indispensáveis para bem servir e bem defender a Pátria, creio que falar aos mais novos das virtudes militares de Nun'Álvares é apontar-lhes um exemplo, dos mais notáveis de que reza a nossa História, em que tais virtudes, postas ao serviço da Nação, trouxeram a esta dias das maiores glórias, na luta pela sua independência persistentemente ameaçada." A sua vida é, de facto, uma epopeia cantada por inúmeros escritores, dos quais destacamos os poetas Luís de Camões e Fernando Pessoa. No livro distribuído na Praça de São Pedro, no Vaticano, por ocasião da sua canonização, reza assim: "Os dotes militares de São Nuno eram no entanto acompanhados por uma espiritualidade sincera e profunda. […] O estandarte que elegeu como insígnia pessoal traz imagens do Crucificado, de Maria e dos cavaleiros de S. Tiago e S. Jorge. Fez ainda construir às suas próprias custas numerosas igrejas e mosteiros, entre os quais se contam o Carmo de Lisboa e a Igreja de S. Maria da Vitória, na Batalha." Ora nos tempos de crise global, em que vivemos, também causada por um esvaziamento de valores morais e de princípios, o exemplo de vida de Nuno Álvares Pereira, como Homem, como Militar e como Santo, constitui uma força em prol da justiça e da fraternidade, na procura de estilos de vida com mais sobriedade e mais solidariedade, onde a partilha dos bens de primeira necessidade seja uma realidade. O seu testemunho de vida é também um desafio ao culto da cidadania, por parte de todos os portugueses.

A Mestre Ana Carvalho oferece-nos um artigo de extrema oportunidade, com a pertinência e o interesse a que já nos habituou intitulado "Diplomacia Pública e Sociedade da Informação, sua importância político-estratégica". O artigo central é dedicado à Infantaria e a todos os Infantes, de sempre, e intitula-se "Escola Prática de Infantaria, 125 anos", da autoria do Alferes Nelson Cavaco. Para memória futura temos o artigo da autoria do Tenente-General Wilton Pereira - "Construção do Quartel-General do Comando das Forças Armadas do Arquipélago da Madeira". Com oportunidade publicamos o artigo do Tenente-Coronel João Santana, Apoio Sanitário do Exército - Exercício "Dragão 12". O Dr. Manuel Maria Alegre da Silva oferece-nos um artigo dos tempos medievais intitulado "O Reino de Penedono, Armas Medievais". Continuamos com o trabalho muito meritório de José Pires, em banda desenhada, "Gil Eanes, o herói de Lagos, o Bojador para lá das portas do mito". Agradecemos de forma calorosa a todos os colaboradores a sua prestimosa cooperação.

José Custódio Madaleno Geraldo
Coronel de Infantaria

Exercício "Dragão12"

No período de 10 a 21 de setembro decorreu na região de Viseu e Mangualde, a fase FTX do Exercício "Dragão12".

Dos vários objetivos definidos para o Dragão 12 relevam-se a condução de operações através da execução de tarefas relacionadas com as operações de imposição de paz, o exercitar e testar a capacidade de planeamento, comando e controlo de operações táticas, através da integração da manobra com o apoio de combate e apoio de serviços ao nível do escalão Brigada, o treinar e testar os procedimentos de Comando e Estado-Maior e da ação de comando nos escalões Brigada, Batalhão e Companhia Independente e o exercitar o planeamento e execução de ações CIMIC, aproveitando as mais-valias resultantes da execução do exercício ARMAGEDDON, da Companhia Geral CIMIC, em simultâneo, com o DRAGÃO 12. A presença desta Companhia, constituída por elementos dos três ramos das Forças Armadas, permitiu empregar as capacidades militares presentes no exercício, no apoio às populações locais, exercitando o seu emprego no conceito da cooperação civil-militar. Assim, no âmbito deste exercício, para além das valências orgânicas da Brigada de Intervenção (BrigInt), foram ainda exercitadas outras capacidades operacionais das Forças Armadas e do Exército, destacando-se a Companhia de Defesa NBQ, a Unidade Modular de Apoio Sanitário e a já referida Companhia Geral CIMIC.

Para enquadrar o Exercício Dragão 12, considerou-se um conflito assimétrico regional com a Brigada integrada numa aliança internacional e que teria que fazer face a tarefas características de uma operação de paz complexa, com um ambiente operacional onde se salienta a ameaça assimétrica, o terrorismo e a guerrilha, tendo a força que garantir a interposição entre forças beligerantes, o controle de áreas e a assistência humanitária.

Na transposição deste cenário para o território nacional foi eleita a região de Viseu - Mangualde, que permite materializar, de forma excelente, as condições que enunciadas.

Na tradição da BrigInt em se ligar às populações e instituições locais e as sinergias daí resultantes, Mangualde acolheu no Largo Dr. Couto a já tradicional exposição militar de armamento, equipamento individual e coletivo, bem como, duas viaturas blindadas de rodas de transporte de pessoal - VBR PANDUR 8X8. A Torre Multiactividades esteve igualmente no local para oferecer, com todas as condições de segurança, uma experiência mais radical nas áreas do slide, rappel e parede de escalada.

Integrado no Exercício "Dragão 12", decorreu no dia 20, o Open Day, que contou com a visita do Chefe do Estado-Maior-General das Forças Armadas, General Luís Evangelista Esteves de Araújo; o Chefe do Estado-Maior do Exército, General Artur Pina Monteiro e do Comandante das Forças Terrestres, Tenente-General Carlos António Corbal Hernandez Jerónimo. No decurso da visita, no Posto de Comando, foi apresentado o brífingue sobre o cenário e situação operacional criada para o exercício, após o qual tiveram a oportunidade de visitar as forças no terreno, nomeadamente a Unidade Modular de Apoio Sanitário, a Companhia de Defesa NBQ e as forças do Agrupamento Bravo em Mangualde, inteirando-se das capacidades e valências que o Exército, através da BrigInt, colocou no terreno.

No dia 21, decorreu a visita do Ministro da Defesa Nacional, Dr. José Pedro Aguiar-Branco que teve oportunidade de presidir à formatura dos militares da Brigada e visitar as frentes de trabalho realizadas pela Companhia de Engenharia, tendo no final presidido ao desfile montado das forças da Brigada, onde uma presença massiva da população garantiu um acrescido incentivo à determinação com que os militares da Brigada cumpriram a sua Missão, uma vez que o apoio dos mangualdenses foi determinante para que este exercício se concretizasse e se tivessem atingido os objetivos que foram fixados superiormente.

Fonte: Brigada de Intervenção

6.º EIN Simpósio Internacional na Academia Militar

Realizou-se no dia 5 de julho, o 6.º EIN (Estratégia de Informação Nacional) Simpósio Internacional, subordinado ao tema "Estratégia Nacional de Cibersegurança: da Visão à Ação", no Grande Auditório do Aquartelamento da Academia Militar na Amadora (AAMA).

Este simpósio, organizado pela AAMA e pelo Gabinete Nacional de Segurança, contou com a intervenção de reputados especialistas ligados à comunidade nacional da Cibersegurança e da Ciberdefesa. Foram apresentados três painéis e um conjunto de sessões paralelas.

Estiveram presentes o General Luís Evangelista Esteves de Araújo, Chefe do Estado-Maior-General das Forças Armadas, o General Artur Pina Monteiro, Chefe do Estado-Maior do Exército e o Tenente-General Vítor Manuel Amaral Vieira, Comandante da Academia Militar.

O tema revelou-se pertinente, tendo em conta o impacto da Internet e do Ciberespaço na Sociedade Portuguesa, tendo sido discutidos temas relacionados com os desafios e fontes de insegurança; gestão do risco social na era da informação: medidas e iniciativas; desenvolvimentos de capacidades: propostas e iniciativas em curso e estratégia nacional de cibersegurança: objetivos e linhas de ação.

Tenente-General Mascarenhas condecorado com a Grã-Cruz da Medalha de Mérito Militar

Teve lugar no dia 6 de julho, na Sala D. Maria do Museu Militar, em Lisboa, a condecoração do Tenente-General António José Maia de Mascarenhas, recentemente nomeado Juiz Militar do Supremo Tribunal de Justiça, cuja tomada de posse teve lugar no mês de maio.

Refere o despacho lido na Sala D. Maria na presença do Chefe do Estado-Maior do Exército (CEME), General Artur Pina Monteiro, que o Tenente-General José Maia de Mascarenhas é condecorado com a Grã-Cruz da Medalha de Mérito Militar "pela forma extremamente devotada, esclarecida, dinâmica e muito eficiente como serviu o Exército durante mais de 41 anos de serviço efetivo, demonstrando, ao longo de uma brilhante e multifacetada carreira, elevadas qualidades e virtudes militares, um insuperável profissionalismo e um inexcedível sentido de dever ao Exército, à instituição militar e a Portugal". Mais refere que o Tenente-General Mascarenhas é "um oficial de esclarecida inteligência e com uma inusitada capacidade de trabalho. São-lhe igualmente reconhecidos altos dotes de caráter, de que se destacam uma incontestável lealdade, frontalidade de atitudes, uma conduta ética irrepreensível e permanente camaradagem. Este singular conjunto de qualidade fundamenta a excelência dos seus serviços durante toda uma carreira pautada em permanência por desempenhos de elevado pragmatismo e eficácia tendo culminado nas muito elevadas funções de Inspetor-Geral do Exército".

CEME em visita à EPA

No dia 16 de julho, a Escola Prática de Artilharia (EPA) recebeu a visita do Chefe do Estado-Maior do Exército (CEME), General Artur Pina Monteiro.

O General CEME foi recebido pelo Comandante da Instrução e Doutrina, Tenente-General Francisco Correia e pelo Comandante da EPA, Coronel de Artilharia Cordeiro Rodrigues, sendo-lhe prestadas as honras militares regulamentares. De seguida, na sala General Caula, assistiu a um pequeno brífingue sobre "As capacidades Unmanned Aerial Vehicle/Unmanned Aircraft Systems (UAV/UAS) no Exército Português", a que se seguiu uma apresentação e demonstração de capacidades do UAV/UAS AR4 Light Ray, da empresa TEKEVER.

Após a visita à EPA, o General CEME visitou o Município de Vendas Novas, a convite do Presidente da Câmara Municipal, Dr. José Figueira. Do programa constou uma visita itinerante às principais instalações desportivas, espaços verdes e culturais da cidade de Vendas Novas, assim como ao parque industrial.

A visita terminou cerca das 16H00 com o regresso do General CEME a Lisboa.

CEME visita EPT

No dia 18 de julho, a Escola Prática de Transmissões (EPT) recebeu a visita do Chefe do Estado-Maior do Exército (CEME), General Artur Pina Monteiro.

O General CEME foi recebido pelo Comandante da Instrução e Doutrina, Tenente-General Francisco Correia e pelo Comandante da EPT Coronel de Transmissões Rui Pinto, tendo-lhe sido prestadas as devidas honras.

De seguida o General CEME recebeu os cumprimentos dos oficiais, sargentos, praças e funcionários civis, no salão nobre da unidade, e assistiu a uma apresentação no auditório da Direção de Formação sobre as capacidades da EPT, a que se seguiu uma demonstração de capacidades de transmissões.

A visita terminou após o almoço, que contou ainda com a presença do Magnífico Reitor da Universidade do Porto, Professor Doutor Marques dos Santos.

Delegação da Direcção dos Serviços Penitenciários das Forças Armadas Angolanas visita Estabelecimento Prisional Militar

Uma Delegação da Direção dos Serviços Penitenciários das Forças Armadas Angolanas visitou, o Estabelecimento Prisional Militar em 10 de julho, tendo sido recebida pelo Diretor de Justiça e Disciplina do Exército, Major-General Manuel Diamantino Pinheiro Correia e pelo Comandante do Estabelecimento, Tenente-Coronel José Luís Patrício Rêgo Baptista.

A visita constou de um brífingue na biblioteca efectuado pelo Comandante, seguida de uma visita às instalações do estabelecimento e de um almoço.

O programa terminou com a assinatura do livro de honra pelo Tenente-General Job Sunguete Inácio e com a oferta de lembranças à Delegação das Forças Armadas Angolanas.

Comemorações do Dia dos Serviços e da sua Escola Prática

Realizaram-se no dia 3 de julho, no Largo do Passeio Alegre da cidade da Póvoa de Varzim, as cerimónias comemorativas do 6.º Aniversário da Escola Prática dos Serviços (EPS) e, em simultâneo, pela primeira vez na história do Exército Português, o Dia dos Serviços de Administração Militar, de Material, de Transportes e de Pessoal e Secretariado.

A EPS, unidade herdeira das tradições históricas e dos encargos de instrução das extintas Escola Prática de Administração Militar, Escola Prática do Serviço de Material, Escola Prática do Serviço de Transportes e Batalhão de Adidos, apresenta-se hoje no contexto do Exército como uma Escola unificada, polivalente e singular, tornando-se no mais concreto exemplo da evolução que o Exército persegue na racionalização e otimização dos recursos humanos, materiais e financeiros e de uniformização e integração da doutrina, métodos e procedimentos.

No contexto local, assume a responsabilidade de dar continuidade à presença militar na Cidade da Póvoa de Varzim, onde em 28 de dezembro de 1914, na então Vila Poveira, se instalou o 3.º Grupo de Companhias de Administração Militar, após acesa disputa entre municípios vizinhos. Fruto duma relação exemplar de cooperação e saudável convivência com a comunidade poveira, cujos laços se fortalecem dia-a-dia, os militares que servem o Exército na unidade sediada nesta cidade, são vistos e tratados como filhos da terra.

As forças em parada sob o comando do Tenente-Coronel de Material, Ferreira Sendim, 2.º Comandante da EPS, prestaram honras militares à Alta Entidade que presidiu à cerimónia, Tenente-General Vice-CEME, António Carlos de Sá Campos Gil, e entoaram com a população presente, com respeito e a uma só voz, o Hino Nacional aquando da integração do Estandarte Nacional, à guarda da EPS, na formatura geral.

Nesta cerimónia foram ainda relembrados os militares das anteriores Unidades, falecidos ao serviço da Pátria, num momento que se traduziu de enorme significado vinculado por um sentido, respeitoso e longo silêncio. O Comandante da EPS, Coronel de Administração Militar, Lopes Cardoso, no seu discurso, agradeceu a presença do Vice-CEME e salientou o trabalho desenvolvido ao longo dos últimos tempos, demonstrando total confiança nos homens que comanda, que têm como referência a divisa da sua Escola: "Audácia na Inteligência e no Trabalho".

Das alocuções do Diretor Honorário do Serviço de Administração Militar e do Diretor Honorário do Serviço de Material, foram destacados os esforços conjuntos na construção da Escola dos Serviços mas sem descurar a preservação dos valores, tradições e património histórico que caracterizam cada um deles.

Neste contexto, são referidas ainda as palavras do General Chefe do Estado-Maior do Exército, em mensagem dirigida à Escola e na sequência da visita que realizou recentemente, na qual transmitiu: "…foi com muito agrado e satisfação que constatei, a modernidade, a articulação e o sentido de orientação encontrado para dar novas respostas no futuro, enquanto "pólo central" da formação dos militares dos Serviços do Exército."

No decorrer da cerimónia teve lugar ainda a imposição de condecorações a alguns militares da EPS. Por fim, as Forças desfilaram em continência à Alta Entidade e a Banda Militar do Porto brindou a assistência com uma actuação composta por quatro temas.

As celebrações do Dia da EPS e do Dia dos Serviços contaram com a presença do Presidente da Câmara Municipal da Póvoa de Varzim, Dr. José Macedo Vieira, do Comandante do Pessoal, Tenente-General AGE Luís Medeiros e do Comandante da Instrução e Doutrina, Tenente-General Francisco Correia, bem como, com a representação das Forças de Segurança locais e outras autoridades civis.

Mais uma vez a população poveira recebeu, no centro da sua cidade com demonstrações de orgulho e grande agrado, os militares do Exército Português, aplaudindo entusiasticamente todos os momentos significativos da cerimónia militar.

O almoço de confraternização, servido posteriormente na Messe de Oficiais desta Escola Prática, proporcionou momentos de agradável convívio entre todos os convidados e culminou com o já tradicional corte do bolo comemorativo, com o grito da EPS e, num ato inédito e extremamente simbólico, com os gritos do Serviço de Administração Militar e do Serviço de Material.

Homenagem a Mouzinho de Albuquerque

Mantendo a tradição, honrando o seu patrono e enaltecendo os feitos heróicos dos nossos antepassados militares, as Unidades de Cavalaria realizaram em 21 de julho, junto ao Mosteiro da Batalha uma Cerimónia Militar, de homenagem ao Patrono da Arma de Cavalaria, Joaquim Mouzinho de Albuquerque.

O evento contou com uma força a cavalo comandada pelo Comandante da Escola Prática de Cavalaria e composta por uma delegação a cavalo de todas as Unidades de Cavalaria, do CMEFD e ainda da GNR, num total de 26 conjuntos.

A cerimónia foi presidida pelo Diretor Honorário da Arma de Cavalaria, Tenente-General Luís Miguel de Negreiros Morais de Medeiros, tendo ainda estado presentes na mesma, diversas entidades civis e militares, nomeadamente o vereador Eng.º Carlos Henriques, em representação do edil da câmara local.

Nos discursos alusivos ao ato, efetuados pelo Director Honorário da Arma de Cavalaria e pelo referido vereador, foram realçados, respetivamente, a valentia, a coragem e a brilhante carreira militar de Mouzinho de Albuquerque e ainda o grande exemplo de cidadania de tão ilustre cavaleiro batalhense. Ainda no seu discurso, o vereador Carlos Henriques, reconhecendo o elevado significado desta cerimónia para as gerações novas de cavaleiros, sublinhou o muito que este evento representa, para as gentes da região em geral e da Batalha em particular, apelando assim à continuidade da realização de tão nobre e digna homenagem.

85 Anos "Fortes e Leais"

Decorreu, no dia 4 de julho, a cerimónia comemorativa do 85º aniversário do Regimento de Artilharia N.º 4 (RA4), na Cruz d'Areia, em Leiria.

Este regimento, cuja componente operacional está inclusa na Brigada de Reação Rápida (BrigRR), é detentor de um historial ímpar, que remonta à I Guerra Mundial e à participação do seu corpo expedicionário, com as "Batarias de Obuses de Campanha". A divisa "Fortes e Leais" ilustra bem a tenacidade dos militares que o serviam, à época, combatendo o inimigo incessantemente, até ao esgotamento das suas munições e cujo mote mantém a força anímica dos que o servem, atualmente.

A parte estritamente militar, austera e simples como é próprio das cerimónias militares, iniciou-se com a continência das forças em parada ao Comandante da BrigRR, Major-General Fernando Celso Vicente de Campos Serafino, que presidiu à cerimónia. Este evento, típico da esteira militar, contemplou ainda a integração do Estandarte Nacional, que ostenta duas condecorações da Ordem Militar da Torre e Espada, do Valor, Lealdade e Mérito, três condecorações de Cruz de Guerra, de 1.ª Classe, e a medalha de serviços distintos, grau Ouro, incluiu a homenagem aos artilheiros tombados em defesa da Pátria, as alocuções do Comandante da BrigRR e do Comandante da Unidade, a imposição de condecorações, o desfile das forças em parada e a atuação da Banda Militar.

Antes do almoço convívio, que encerrou as comemorações, teve lugar uma demonstração das capacidades da componente operacional dos artilheiros de Leiria.

É de referir, ainda, que o programa das comemorações não se limitou ao cerimonial militar, incluindo o XIV Grande Prémio de Orientação do RA4, realizado em Pedreanes - Marinha Grande, a 16 de junho, com a colaboração do Clube de Orientação do Centro, uma celebração Eucarística, realizada no dia 29 de junho, e a atuação da Orquestra Ligeira do Exército, no Teatro José Lúcio, em Leiria, a 3 de julho.

"OPERAÇÃO JULHO12"

No final da tarde do dia 18 de julho, uma série de incêndios assolou quase em simultâneo os concelhos do Funchal, de Santa Cruz, da Calheta e do Porto Moniz na Região Autónoma da Madeira, provocando a destruição de vastas áreas florestais e de diversas habitações, o que levou o Governo Regional a solicitar, através do Comando Operacional da Madeira, o empenhamento de meios humanos e materiais da Zona Militar da Madeira (ZMM) em apoio do Serviço Regional de Proteção Civil e de outras entidades. A operação de apoio, designada "OPERAÇÃO JULHO12", foi desencadeada no final desse mesmo dia e decorreu em duas fases.

A primeira fase, de 18 a 23 de julho, correspondeu ao período em que permaneceram ativos incêndios de dimensão e em quantidade significativos. Durante esta fase foram acolhidos no Regimento de Guarnição N.º 3 (RG3) um total de cerca de 130 desalojados, a quem foi fornecido apoio de alojamento e de alimentação, numa atividade que envolveu diversas entidades coordenadas pelo Instituto da Segurança Social da Madeira.

Igualmente nesta primeira fase, a Unidade de Apoio da ZMM transportou na manhã de 19 de julho, do aeroporto da Madeira para o RG3, uma componente operacional de reforço chegada do Continente num Lockheed C-130 H da Força Aérea Portuguesa, constituída por um Grupo de Comando da Autoridade Nacional de Proteção Civil, uma Força Especial de Bombeiros e um pelotão do Grupo de Intervenção de Proteção e Socorro da GNR, num total de oitenta e um elementos que foram alojados no RG3.A ZMM apoiou ainda com as suas viaturas táticas as missões de reconhecimento e transporte para os locais de intervenção no combate aos incêndios desta componente de reforço.

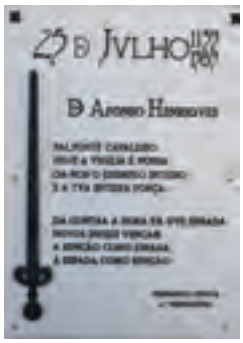
Foto: Carlos Pinto

Em tarefas de diversos tipos, na primeira fase foram assim empenhados em média cerca de 80 militares e oito viaturas por dia, tendo sido percorridos um total de aproximadamente 5200 quilómetros.

A segunda fase da "OPERAÇÃO JULHO12" sucedeu-se à primeira e prolongou-se até ao dia 3 de agosto, tendo sido empenhados meios do RG3 e da Unidade de Apoio da ZMM, em coordenação com o Serviço Regional de Proteção Civil, no apoio às estruturas municipais de proteção civil dos municípios de Santa Cruz, da Calheta e do Porto Moniz em ações de vigilância, rescaldo e limpeza. Estas atividades envolveram uma média de cerca de 26 militares e quatro viaturas por dia, tendo-se percorrido um total de cerca de 5650 quilómetros durante os nove dias em que durou a segunda fase.

A "OPERAÇÃO JULHO 12" em apoio às autoridades regionais e às populações da Madeira saldou-se em resumo por um total de 60 missões, durante as quais foram percorridos cerca de 10850 quilómetros, num esforço que foi devidamente reconhecido e apreciado publicamente. Com efeito, através da sua Resolução n.º 551/2012, referindo-se aos incêndios ocorridos pouco tempo antes, o Governo Regional da Madeira "…agradece toda a disponibilidade e ação com que, em pessoal e meios, a Zona Militar da Madeira participou no enfrentar de vários problemas relacionados com este sinistro."

Cerimónia de Evocação da Batalha de Ourique



Comemorou-se em 25 de julho, o 873.º aniversário da Batalha de Ourique que marca o reconhecimento do reino de Portugal e o início do conceito da nação portuguesa, pelo que foi, durante muito tempo, o evento celebrado no Dia do Exército. A batalha teve lugar em 25 de julho de 1139, no lugar de São Pedro das Cabeças, município de Castro Verde.

Com a presença da Presidente da Assembleia Municipal, Dra. Maria Espírito Santo e do Presidente da Câmara, Arq. Francisco Duarte, do Município de Castro Verde, a cerimónia militar, presidida pelo Coronel de Infantaria João Carlos Sobral dos Santos, Comandante do Regimento de Infantaria N.º 3 (RI 3), em representação do General Chefe do Estado-Maior do Exército, contou com a participação de uma força militar do RI 3 e um terno de clarins da Fanfarra do Exército. Da cerimónia destaca-se a realização do Hastear da Bandeira Nacional, a cerimónia de Homenagem aos Mortos em Combate com a deposição de coroas de flores junto ao monumento pelas três entidades e a evocação da batalha através de uma alocução alusiva à mesma.

Delegação da Academia Militar de Angola em Portugal

Uma delegação da Academia Militar do Exército (AMEx) da República de Angola efetuou uma visita de trabalho à Academia Militar (AM), no período de 3 a 14 de setembro.

Entre os militares da comitiva, faziam parte o Coronel Simão Fernando Nioca, Chefe da Repartição de Estudos e Planeamento, o Coronel Arlindo João da Silva, Chefe da Repartição de Psicopedagogia e Orientação Educacional e o Coronel Francisco António Filipe Gumbe, Chefe da Repartição de Pessoal e Quadros.

À comitiva da AMEx da República de Angola foi proporcionada a observação e acompanhamento das várias fases do processo de admissão dos novos alunos à AM e um conhecimento abrangente da história, missão, organização, atividades, infraestruturas e situação atual da AM e perspetivas deste Estabelecimento de Ensino Superior Público Militar.

Acompanhou a comitiva durante a visita de trabalho, o Major de Artilharia Armando Simões, docente da Academia Militar.

TABELA DE PREÇOS PARA 2012

PREÇO DE CAPA € 2,00 **ASSINATURA ANUAL (11 números):** VIA SUPERFÍCIE - **Portugal Cont. Madeira e Açores** € 20,00; VIA AÉREA - **Países europeus** € 45,00; **Restantes Países** € 65,00. NOTA: **As assinaturas devem ser pagas antecipadamente**
NÚMEROS ATRASADOS - **1960 a 1969** € 4,50; **1970 a 1979** € 4,00; **1980 a 1989** € 3,00; **1990 a 2001** € 2,50; **2002** a **2011** € 2,00.
Os preços incluem IVA à taxa de 6%.
PREÇO DE ENCADERNAÇÃO € 30,00, com IVA incluído à taxa de 23%.
N.B.: Os pedidos de envio pelos CTT serão acrescidos de portes segundo os códigos postais: **1000/2000** € 4,21; **3000/8000** € 5,79; **Açores** e **Madeira** € 6,56.

204.º Aniversário da Batalha do Vimeiro

Numa parceria entre o Município da Lourinhã, o Exército Português e a Junta de Freguesia do Vimeiro, comemorou-se o 204.º aniversário da Batalha do Vimeiro, no dia 19 de agosto.

A Batalha do Vimeiro representa o fim da primeira invasão napoleónica portuguesa e anualmente é celebrada com um conjunto de iniciativas culturais e militares.

Do programa das comemorações destacou-se o lançamento do livro "Medicina e Farmácia no Tempo das Invasões Francesas", que resultou da compilação das comunicações efetuadas no seminário com o mesmo nome que decorreu na Lourinhã em 2009. Apresentado por Fernando Bivar, foi acompanhado de uma palestra proferida pelo Tenente-Coronel Médico Pires de Carvalho ("A Medicina Militar no Tempo das Invasões Francesas") e por uma intervenção do Presidente da Câmara Municipal da Lourinhã.

As comemorações iniciaram-se com a missa presidida pelo Bispo D. Nuno Brás, seguida de um percurso histórico: "Igreja Matriz", "Quartel-General", "Hospital de Sangue" e "Monumento".

Assistiu-se depois à Homenagem aos Combatentes da Batalha do Vimeiro, com deposição de uma coroa de flores no Monumento Evocativo do 1.º centenário da Batalha do Vimeiro, ao lançamento do livro e abertura da exposição "Livro – Medicina e Farmácia no Tempo das Invasões Francesas", no Centro de Interpretação da Batalha do Vimeiro.

À noite, junto ao Centro de Interpretação da Batalha do Vimeiro houve lugar a uma noite de acordeão e ao longo do dia a uma Feira de Artesanato.

"Medicina e Farmácia no Tempo das Invasões Francesas"

Foi lançado no passado dia 19 de agosto o livro "Medicina e Farmácia no Tempo das Invasões Francesas". A Cerimónia decorreu no Centro de Interpretação da Batalha do Vimeiro inserida nas comemorações do ducentésimo quarto aniversário da Batalha do Vimeiro.

Esta publicação é composta pela compilação das comunicações efetuadas no decorrer do seminário, com o mesmo nome, que decorreu na Lourinhã, em 2009. Um encontro em que foram dados a conhecer, entre outras temáticas, os avanços registados, na época visada, na assistência médica, na nova orgânica hospitalar, bem como o apoio das ambulâncias e das farmácias portáteis em cenário de guerra. Numa altura em que o maior número de baixas se deveu mais a problemas de saúde do que a ferimentos de guerra, a saúde pública deu os primeiros passos, construindo-se uma nova visão, que gerou claros avanços ao nível da farmácia, da medicina e da enfermagem.

A importância deste livro, funde-se, nesta lição da história e na relevância do período das Invasões Francesas no quadro evolutivo das ciências anteriormente visadas.

A apresentação foi feita pelo Dr. Fernando Bivar, grande impulsionador tanto do seminário como do livro, e foi antecedida por uma palestra proferida pelo Tenente Coronel Médico Pires de Carvalho, que falou sobre a Medicina Militar no Tempo das Invasões Francesas. O presidente da Câmara Municipal da Lourinhã encerrou a apresentação do livro enaltecendo a importância do mesmo, bem como o local escolhido para o seu lançamento - o Centro de Interpretação da Batalha do Vimeiro - local que deve ser mola impulsionadora da História.

A publicação deste livro, fruto de uma parceria entre o Município da Lourinhã e o Exército Português, contou com duas edições; uma através da Leader Oeste, ao abrigo do Plano de Aquisição de Competências e Animação - Medida 3.5.2 do Programa de Desenvolvimento Rural - PRODER - PACA e outra com o apoio do Montepio Geral.

Mestre Ana Rita Carvalho

Diplomacia Pública e Sociedade da Informação

sua importância político-estratégica

Os dois termos enunciados no título – "diplomacia pública" e "sociedade da informação" – são assaz complexos e remetem para realidades por demais abrangentes para poderem circunscrever-se nestas breves linhas. Contudo, tentaremos uma abordagem, ainda que não exaustiva, ao papel da informação e sua veiculação, no âmbito da denominada "diplomacia pública" e no plano das relações entre os estados, porquanto este conceito parece hoje transversal à própria condução da política e da estratégia desenvolvidas num plano inter e intraestadual, num mundo em acelerada mudança.

A Europa e a Sociedade da Informação

O termo "sociedade da informação" caracterizando a sociedade em que vivemos, na também chamada "era digital", está de tal modo generalizado nos meios académico, político, empresarial, económico, etc., que o seu referente é hoje indissociável das relações sociais, laborais, políticas e diplomáticas entre os estados, no plano das relações internacionais e em termos mais abstratos, da própria visão do Mundo, e das formas de perceber o Tempo. Através dos *écrans* da televisão, do computador ou do telemóvel, chega-nos a infor-

mação 'em tempo real' de qualquer ponto do planeta, a uma velocidade impensável há pouco mais de uma década, tornando-se por vezes, e paradoxalmente, quase impossível de processar. Joseph Nye, Jr. fala de "*paradox of plenty*"[1], segundo o qual "*plenty of information leads to scarcity of attention*"(id.) como resultado de uma "explosão de informação"(id.). Vivemos hoje o Tempo de uma forma estranha, como se a vivência de um 'tempo real' correspondesse a uma leitura 'transparente', de pendor mais realista ou objetivo dos factos, anulando a dimensão subjetiva, interiorizada, da realidade, condição indispensável requerida pela dinâmica de pensamento do ser humano, com seus ritmos diferenciados, a qual permite processar a realidade, interpretá-la e produzir respostas capazes de alterarem o seu meio.

O advento da sociedade da informação surge associado ao avanço científico e à modernização tecnológica registados na Europa no último século, com repercussões nos meios político, diplomático, comercial, industrial e militar. Artur Castro Neves, na sua obra *Políticas Públicas e reformas na Sociedade da Informação*, defende que este conceito surge sob a influência da política externa norte-americana, sustentada numa "nova ordem económica baseada num conceito restrito, bem refletido na expressão "autoestrada", em que as

regras são a privatização das empresas estatais, a liberalização do comércio mundial e o livre acesso às oportunidades de negócio das economias nacionais."[2] O autor citado aponta, contudo, que esta "estratégia de difusão da sociedade da informação não responde à maioria dos interesses nacionais, porquanto não tem em conta a dimensão convergência" (id.), o que se traduziria pela redução dos interesses de grupos de comunicação e informação a meros fatores de mercado, decorrentes das capacidades de negócio. De acordo com Castro Neves, os "dois fatores estratégicos do ajustamento da sociedade europeia à nova economia" são a "inovação" e o "capital humano"(id.).

Neste âmbito, a Europa debate-se com um importante desafio à sua capacidade inventiva e de desenvolvimento – modernizar a economia e simultaneamente adotar ou preservar modelos culturais próprios, capazes de integrarem essa modernização, aos níveis político e estratégico. O autor distingue um conceito abstrato de sociedade da informação (que designa como a sua "filogénese") da sua versão histórica real (a sua "ontogénese", id., p.26), que a Europa vem assumindo, num contexto histórico e cultural diversificado. O autor adota o conceito de modelo de convergência, aplicado ao setor económico, em que a atividade produtiva se apoia nas tecnologias da informação, baseando-se as trocas comerciais em estruturas abertas com recurso a redes de base eletrónica.

Esta conceção de sociedade da informação, aplicada ao contexto económico, implica um acervo de conhecimento e informação estratégica, aos níveis da "conceção, decisão, programação e *marketing*" e tem de ter em conta as pressões decorrentes de mercados concorrenciais, numa economia de escala, e a existência de mercados de capitais consistentes. As expressões "novas tecnologias", "autoestradas da informação", "sociedade da informação e do conhecimento" são expressões usadas neste contexto global, alastrando a outros setores para além do económico.

Assim, se no contexto de crise económica que atravessamos adquire importância crucial o conceito e as estratégias de uma diplomacia económica, mediando as relações entre os estados e permanecendo subjacente à política nacional, não apenas no setor económico, mas também em áreas tão complexas como a social, laboral, etc., as práticas diplomáticas assentam sobretudo em estratégias de informação eficazes, que passam por uma sábia atualização da informação estratégica e da gestão da imagem de marca (*brand*) de um estado. A chamada diplomacia pública reassume importância, em relação com a diplomacia económica, na política interna e externa de um país.

A expressão "diplomacia pública", embora se tenha generalizado depois do 11 de setembro e do agravamento da ameaça terrorista, conheceu um grande desenvolvimento nos EUA, durante a Guerra Fria, nos anos 60, remetendo para uma função e atividade político-diplomática. Segundo Geoffrey Cowan e Nicholas Cull, o termo foi fixado por Edmund Gullion, diplomata reformado que, em 1965 se tornou decano em diplomacia na Universidade de Tufts. Contudo, o conceito para o qual este termo remete já vinha sendo traduzido, pelo menos há uma década, no contexto da ati-

Fontes: esta imagem: 3.bp.blogspot.com; imagem da página anterior: www.globomidia.com.br.

vidade desenvolvida pelo governo. Cowan e Cull resumem desta forma o conceito de "diplomacia pública": "*an international ator's attempt to advance the ends of policy by engaging with foreign publics*"[3].

A diplomacia pública é transversal à política interna e externa de um Estado. Cruza diversas áreas, desde a política às relações internacionais, à diplomacia e ao antigo conceito de "propaganda", que ganhou conotação pejorativa após a queda dos regimes fascistas. O termo "propaganda" é, pois, redutor, tendo conhecido uma forte erosão depois da II Guerra Mundial, por se encontrar associado à propaganda nazi. A importância da diplomacia pública foi reconhecida há muitas décadas. Por exemplo, o presidente norte-americano Harry Truman aprovou legislação de apoio a programas internacionais de informação, em tempo de paz, e o presidente Dwight Eisenhower criou a Agência de Informação dos EUA (CUSIA – *United States Information Agency*). Curiosamente, os seus agentes preferiram sempre ser vistos como 'diplomatas' em vez de 'conselheiros' ou 'relações públicas', o que constitui um indício da separação destas duas atividades.

Já nos anos de 1980, o termo conheceu uma considerável expansão, tendo a diplomacia pública merecido, por parte dos governos norte-americanos, investimentos avultados, dada a importância da sua utilização pelos serviços de informação, durante a Guerra Fria. Depois de 1989 e da queda do Muro de Berlim verificou-se um interesse acrescido pela diplomacia pública, por se considerar uma ferramenta essencial em diplomacia, nas relações entre estados e com outros atores internacionais.

O desenvolvimento da diplomacia pública acompanha o aumento exponencial das comunicações, no âmbito da política externa, vindo a difundir-se grandemente e a ganhar importância no pós-11 de setembro, como forma de combate ao antiamericanismo que ali teve a sua maior expressão. Exemplo da importância concedida a esta forma de diplomacia é a atenção que tem merecido pelo *State Department* americano, nomeadamente pela Secretária de Estado Hillary Clinton, que tem vindo a promover iniciativas de divulgação das políticas públicas, com larga utilização de redes sociais como o *facebook* e o *twitter*, e outros canais eletrónicos de divulgação da informação. Esta forma de gerir a informação estratégica encontra-se, naturalmente, enquadrada pela definição de grandes linhas de ação do governo norte-americano nesta matéria. Pode ler-se no site do *U.S. Department of State*, a seguinte afirmação do Presidente Barack Obama: *My Administration is committed to creating an unprecedented level of openness in government. We will work together to ensure the public trust and establish a system of transparency, public participation, and collaboration*.[4] Dois documentos – o *Open Government Directive* e o *Memorandum on Transparency and Open Government* – definem as linhas de força de uma atuação centrada, no tocante à diplomacia pública, numa progressiva abertura do Governo às populações e numa política de informação eficaz. No sentido dessa ação de compromisso público (*Public Engagement Activity*) são delineados quatro objetivos: *Work better with others inside & outside the government*; *Solicit feedback from the public*; *Improve the availability & quality of information*; e *Be more innovative & efficient* (id).

Em termos muito concisos, o conceito de diplomacia pública está associado à criação de uma imagem favorável dos estados nas relações com outros estados e atores, capaz de fomentar alterações de comportamento ou de visão, sem recurso à força militar ou outras formas de coação. Daí que, embora o termo só recentemente tenha ganho relevo no meio académico, exista na prática e traduza um exercício conduzido desde há décadas como um poderoso instrumento das relações internacionais. O conceito de "diplomacia pública", embora com origem nos EUA, está hoje presente em todo o mundo, constituindo uma preocupação tanto das nações como das organizações internacionais como a União Europeia e as Nações Unidas.

Fontes: esta imagem: grupoartv.files.wordpress.com; imagem da página anterior: pedagogiadainformacao2012.files.wordpress.com.

Diplomacia e *Soft Power*

A função e atividades da diplomacia pública relacionam-se com as capacidades de *soft power* desenvolvidas pelos estados, no âmbito da estratégia de alargamento de *smart power*, conceito bastante mais abrangente em que se combinam o uso da força e outras formas de coerção, conjugadas com – ou precedidas de – estratégias de negociação, que evitam o emprego da força a nível político e militar.

Joseph Nye Jr. define nestes termos o conceito de poder, face ao qual se constituem as estruturas de *soft power* e diplomacia pública: "*Power is the ability to affect others to obtain the outcome you want. One can affect others' behaviour in three ways: threats of coercion ("sticks"), inducements and payments ("carrots"), and attraction that makes others want what you want*."[5] Se o "poder" se traduz na capacidade de "influenciar o comportamento do outro", por diversos meios (incluindo a coerção, a persuasão e a atração), as estratégias de *soft power* distinguem-se pela capacidade de, evitando o uso da força, usar de outras formas de "atração" exercida sobre o outro, por exemplo através da exportação de imagens, modelos e referências culturais e sociais, estilos de vida, nível de prosperidade económica, etc. Desta forma, o poder, enquanto capacidade de motivar e alterar comportamentos, consubstancia-se na capacidade de influência de um Estado sobre outros atores – estatais ou não-estatais. Diz-nos Joseph Nye Jr.: "*Soft power is the ability to affect others to obtain the outcomes one wants through attraction rather than coercion or payment. A country's soft power rests on its resources of culture, values and policies. A smart power strategy combines hard and soft power resources*" (id.).

O *soft power* parece, assim, correlacionar-se com fatores não mensuráveis, que repousam em valores civilizacionais, capazes de influenciarem a opinião pública bem como a política interna e externa de um estado, intervindo na organização política e estratégica. A importância do *soft power* tem-se revelado, por exemplo, na luta contra o terrorismo, traduzida numa luta de ideias contra grupos extremistas. Como salienta Barroso, "De acordo com o *U.S. National Security Strategy* (2006), a guerra contra o terrorismo tem vindo a ser simultaneamente uma "batalha de armas" e uma "batalha de ideias", sugerindo que uma vitória depende do sucesso numa "guerra de ideias" sobre os grupos terroristas. Uma guerra de ideias é um confronto de visões, imagens e, essencialmente, das suas interpretações. São, na sua essência, guerras genuínas porque têm uma natureza política, económica ou social e envolvem usualmente intenções hostis" .

O *soft power* trabalha muito ao nível das ideias, da capacidade de persuasão e alteração de comportamentos, por via da influência, embora, conforme esclarece Nye, esta se exerça também ao nível da ameaça e do uso da força. Mas vai além da capacidade persuasiva e argumentativa, por se traduzir em termos de "atração" sobre o outro, que incorpora determinado modelo comportamental ou determinada ideologia. Esta capacidade exercida pelo *soft power* atua em termos comportamentais e também ao nível dos recursos capazes de interferirem nessa mudança de comportamento. A relação entre estes dois níveis – comportamental (não mensurável) e recursos (mensurável) – intervém também na relação entre *soft power* e diplomacia pública, porquanto as imagens e modelos, traduzidos enquanto ideias, têm de assentar em valores sólidos e têm igualmente de ter repercussões práticas visíveis e resultados eficazes (por exemplo, a eficácia de determinado modelo político-social traduzir-se-á no desenvolvimento sociocultural e económico de um país e no bem-estar das populações).

Em termos de política internacional, o *soft power* exerce-se, muitas vezes, a partir dos valores veiculados por uma organização ou um país e expressos pela sua cultura, pelos exemplos ilustrados pelas suas práticas políticas e pelo exercício das relações com outros estados. Mas a diplomacia pública atua também, frequentemente, ao nível das populações, e a opinião pública exerce influência sobre os governos e em

contexto intercultural com outros povos, através da mobilização de recursos culturais com impacto político, inclusive na política externa.

Segundo J. Nye Jr., "*the soft power of a country rests primarily on three resources: its culture* (…) *its political values* (…) *and its foreign policies*" (op. cit., p.96), estando a cultura relacionada com um conjunto de práticas com significado para uma sociedade, nas diversas formas daquilo que é a "alta cultura" (partilhada pelas elites) e a cultura popular ou cultura de massas, sobretudo ligada ao entretenimento. A partir da década de 30, do séc. XX, quer os regimes comunistas quer fascistas recorreram à propaganda como forma de difundir imagens favoráveis dos respetivos regimes, ao nível da política externa. E posteriormente, durante a Guerra Fria, a diplomacia pública foi-se desenvolvendo. Exemplos dessa ação foram os da "Rádio Liberdade" e "Rádio Free Europe", com transmissão para o Leste, que contribuíram para exportar o modelo americano de cultura, ajudando a destruir a imagem do comunismo.

Embora a projeção de uma imagem positiva de um país não seja uma ideia nova, as condições de projeção do *soft power* têm sido exponencialmente aumentadas nos últimos anos, tendo-se mesmo acentuado após a queda dos regimes totalitários, na medida em que a diplomacia dirigida à opinião pública se tornou tão importante quanto a diplomacia exercida entre estados. Na era da globalização, a informação é uma forma de poder que se estende a grande parte da população mundial. O fenómeno de massificação do poder tem sido favorecido por avanços tecnológicos e pelo incremento das trocas de informação a custos baixos. A credibilidade, tanto ou mais que no passado, é igualmente um importante fator de *soft power* (parte das lutas políticas estão relacionadas com a aquisição e destruição da credibilidade dos estados). Os governos lutam pela sua credibilidade, não apenas perante outros governos mas também perante outros interlocutores, como os *media*, organizações governamentais e não-governamentais e redes de comunidades específicas. O poder político tradicional, assente na função militar e no poder económico, está intrinsecamente relacionado com a capacidade de influenciar o outro, por via da palavra e do exemplo, mediante estratégias de comunicação eficazes que permitam, não só melhorar a imagem de um país como enfraquecer a imagem dos seus adversários.

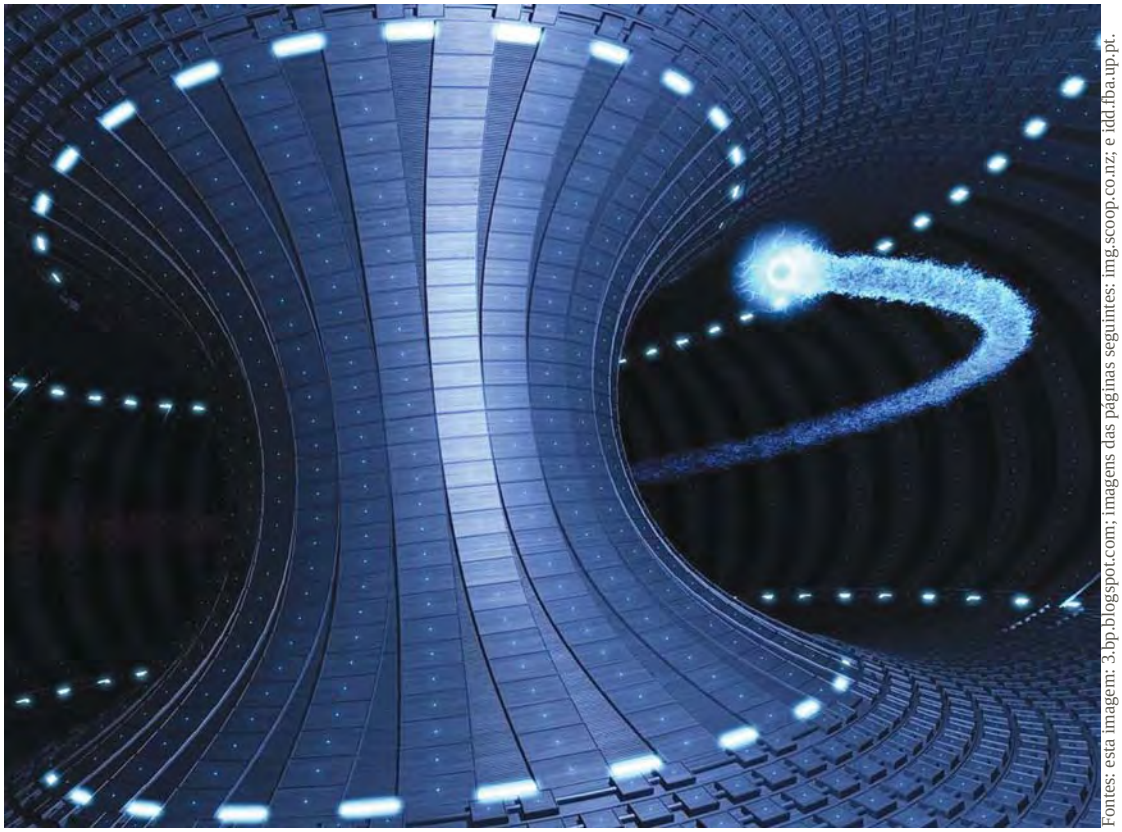
A credibilidade e reputação dos estados, em termos de política internacional, tornou-se uma importante fonte de poder, que tem igualmente a ver com a velocidade e o "*paradox of plenty*", espécie de "excesso de informação", por contraposição com a sua reduzida capacidade de receção. Tendo em conta este paradoxo, a veiculação

Fontes: esta imagem e imagem do canto superior direito das páginas ímpares deste artigo: 1.bp.blogspot.com.

de uma mensagem tida como "propaganda" de uma imagem favorável pode, dada a diversidade cultural e civilizacional entre estados, produzir efeitos contrários no seu interlocutor. Haja em vista as ambiguidades pelas quais foi percebida a intervenção americana na Guerra do Iraque e a controvérsia em torno de Guantánamo, por exemplo, do ponto de vista da opinião pública mundial e no quadro dos valores e da visão ocidentais. A diplomacia pública e os instrumentos a que lança mão têm de estar ancorados naquela que é a imagem de valor e credibilidade do Estado, através da qual a diplomacia pública transforma valores culturais em mecanismos de *soft power*, pela sua capacidade de "atração". Como nota J. Nye, "*the efectiveness of public diplomacy is measured by minds change*" (id., p.101).

A diplomacia pública assume, pois, múltiplas facetas, muito para além da propaganda enquanto veículo de informação e imagem positiva de um estado, abrangendo diversos conceitos, como o de informação pública e comunicação estratégica, com repercussões nas relações entre os estados e o impulsionar das políticas governamentais.

J. Nye aponta três dimensões da diplomacia pública, a primeira das quais é a comunicação diária que, segundo o autor, envolve a comunicação de informação interna e decisões de política externa. As decisões políticas e a sua aplicação envolvem, igualmente, em regimes democráticos, a relação com a imprensa. No âmbito da diplomacia pública, a atenção concedida à imprensa deve ser alargada à imprensa estrangeira, devendo ter em conta a capacidade de gerir crises. A segunda dimensão é a comunicação estratégica, que desenvolve um conjunto de temas específicos para lá das campanhas políticas ou de conselho, focalizando determinadas políticas governamentais. A terceira dimensão diz respeito ao desenvolvimento de relações com personalidades-chave, por exemplo através de bolsas de estudo, intercâmbios, sessões de treino, seminários, conferências e acesso aos *media*. Cada uma destas dimensões desempenha um papel importante, contribuindo para criar uma imagem atrativa de um país, a qual pode obter os efeitos desejados. Por outro lado, a comunicação estratégica não pode operar contra a política pública, na medida em que a ação, ou o exemplo ganha, por vezes, maior relevo que a palavra, veiculada pela retórica do discurso político. A diplomacia pública pressupõe uma dupla via – entre ouvir e falar, entre a mensagem produzida e o seu entendimento pelo público-alvo, assumindo a ação e a simbologia a ela associada um papel preponderante, relativo ao discurso e à sua capacidade de influência.



Fontes: esta imagem: 3.bp.blogspot.com; imagens das páginas seguintes: img.scoop.co.nz; e idd.iba.up.pt.

A *Internet* é atualmente uma importante via de transmissão de conhecimento, mesmo em países cujos *media* são fortemente controlados pelo governo, podendo ser utilizada interactivamente e em alternância com outros meios, como as trocas diretas, embora a comunicação presencial continue a ser mais eficaz. A informação governamental constitui apenas uma pequena parcela da informação global, pelo que se torna difícil, no âmbito da diplomacia pública, exercer o *soft power*, mesmo quando a informação de origem política está em sintonia com a comunicação publicamente veiculada pelos meios de comunicação social. Por outro lado, a pressão dos mercados é forte, podendo cair-se na tentação de veicular uma imagem cultural do país através de setores particulares como empresas privadas. É, por exemplo, o que sucede com o cinema, particularmente com o cinema americano, ligado à criação e veiculação do *American Dream* e de uma cultura de massas, cujo modelo foi exportado para todo o chamado mundo ocidental e cujos arquétipos se relacionam com ideais e imagens de prosperidade.

É curioso que tal aconteça no campo das artes, lugar da ficção por excelência e da interpretação múltipla do real. Ora a elaboração de imagens e conceitos reconfiguradores da realidade pode redundar, paradoxalmente, na veiculação de uma imagem "unidimensional" de um país perante o estrangeiro. Por vezes esta tendência está também relacionada com o descrédito a que é votada a autoridade do governo nesta área. Por vezes as ONG auferem maior credibilidade do que os próprios governos, podendo ser utilizadas como um bom canal de comunicação. Por exemplo, as ONG americanas desempenharam um importante papel na consolidação da democracia nos países do Leste da Europa, depois da Guerra Fria. Um outro fenómeno, de certa forma inverso, é o da influência da imigração, da diáspora, em países onde se concentraram grandes comunidades de imigrantes (EUA, Grã-Bretanha, etc.), nos quais se verificou a incorporação, quando não assimilação, de modelos veiculados pelos cidadãos de países estrangeiros, através dos laços culturais e linguísticos estabelecidos com os países de origem.

No campo militar, o poder está, muitas vezes, ligado a uma função de *soft power*, que se exerce a par das capacidades de *hard power*. Exemplo desse exercício é o treino conjunto, intercâmbio de experiências e programas de assistência com outros países, em tempo de paz. Já em tempo de guerra, as operações psicológicas são um importante fator de influência do comportamento estrangeiro. Estas operações envolvem, por vezes, a deceção e a desinformação (que em tempo de paz são contraproducentes). O terrorismo é um tipo de ameaça face ao qual se corre o risco de confundir a guerra tradicional com as atividades normais em tempo de paz. Por outro lado, a partilha de informação pode ser importante na diplomacia pública, no campo político-militar, ao invés de uma política que coloque a informação em termos competitivos, podendo representar ganhos acrescidos. A cooperação e a ligação à imagem pública de instituições como a NATO e a ONU podem tor-

Regulamento do "Prémio *Jornal do Exército*"

O *Jornal do Exército* (*JE*) promove anualmente o concurso para o prémio em epígrafe, que se rege pelas seguintes disposições:

1. Finalidade

O concurso visa estimular a reflexão e a criatividade de militares e civis para tratarem assuntos com particular interesse para o Exército, nos múltiplos aspetos de que a Instituição Militar se reveste e que, de alguma forma, enriqueçam o seu património ou contribuam para a sua própria valorização profissional e pessoal.

2. Trabalhos

Ao concurso serão admitidos os trabalhos inéditos que:

2.1 Abordem temas de natureza científica, cultural, histórica ou artística de qualquer forma ligados ao Exército ou às Forças Armadas;

2.2 Possuam nível literário que, no entender da Direção do *JE*, permita a sua publicação;

2.3 Não excedam 10 páginas de formato A4 datilografadas a 2 espaços;

2.4 Sejam indicados, pelos seus autores, para concorrerem ao prémio *JE*, ou para tal selecionados pela Direção do *Jornal do Exército*.

3. Publicação

Os trabalhos, que satisfaçam às condições dos números anteriores, serão publicados quando tal seja possível, considerando as conveniências decorrentes do estatuto editorial do *JE*.

4. Prémio

O "Prémio *Jornal do Exército*" para 2012 é atribuído pelo Banco Santander Totta, conforme protocolo, sob a forma de cartão-presente e compreende três graus: 1.º, 2.º e 3.º classificados.

A sua entrega aos contemplados deverá ser efetuada, em princípio, no dia 11 de janeiro, dia festivo do *Jornal do Exército*.

5. JÚRI

Para apreciação e classificação dos trabalhos admitidos a concurso, será nomeado, por despacho do General CEME, um júri que:

5.1 Será composto por:
Um oficial a designar pelo Estado-Maior do Exército;
Um oficial do Exército a designar pela Academia Militar;
Um oficial a designar pela Direção de História e Cultura Militar.

5.2 Será secretariado por um oficial do *JE*;

5.3 Poderá decidir não atribuir qualquer grau do prémio, se entender que a qualidade dos trabalhos assim o exige.

Nota de redação:

Para o ano de 2012, o prémio a que se refere o n.º 4 foi fixado em:

1º Classificado ..... Cartão Presente no valor de €500,00

2º Classificado ..... Cartão Presente no valor de €300,00

3º Classificado ..... Cartão Presente no valor de €200,00

nar-se mais um instrumento para os governantes, em áreas sensíveis como a manutenção da paz, a promoção da democracia, a defesa dos Direitos Humanos ou o contraterrorismo.

Na era da informação e, segundo J. Nye, o poder «*more than ever, will include a soft dimension of attraction as well as the hard dimensions of coercion and inducement. The ability to combine hard and soft power effectively is "smart power"*» (op.cit.,p.107). Na atualidade, o *soft power* torna-se particularmente importante na luta contra o terrorismo, em que o recurso ao *hard power* não garante o sucesso da guerra, evidenciando-se o papel da diplomacia pública como importante ferramenta de "*smart power*". Por sua vez, a diplomacia pública implica um grau de credibilidade, de (auto) crítica, e tem de ter em conta o papel desempenhado pela sociedade civil.

A informação é hoje, indubitavelmente, uma forma de poder, detido por amplos setores da população (não apenas pelos órgãos de governo) e é também potencialmente incontrolável, graças às ferramentas tecnológicas, às grandes redes de circulação do conhecimento, as autoestradas digitais, que são uma face importante da globalização. Em grande parte devido aos avanços tecnológicos e à circulação de uma cultura de massas, a diplomacia pública, enquanto informação estratégica, joga-se ao nível da opinião pública, ou seja, muito para além da informação partilhada entre líderes políticos, diplomáticos ou militares, sob as formas de comunicação e gestão da informação tradicionais, cujo controlo era muito mais restrito. Nesse sentido, há também uma maior necessidade de "moldar" a opinião pública no sentido da construção de uma imagem favorável de um país, quer interna quer externamente, nas relações com os seus parceiros, grupos económicos, espaço de inserção geopolítico, alianças militares, organizações intergovernamentais, ONG, redes de conhecimento, etc.

A importância de uma imagem credível torna-se crucial no ambiente competitivo atual. Conforme salienta, N. Frye, «*the world of traditional power politics is typically about whose military or economy wins. Politics in an information age "may ultimately be about whose story wins"*» (op. cit., p.100).

Na atualidade, a diplomacia pública insere-se num horizonte complexo dentro das relações internacionais, desde o ambiente político e diplomático do pós-Guerra-Fria, um horizonte definido como era da informação mas que tem conhecido o crescimento de fenómenos do extremismo, do terrorismo e da proliferação da ameaça nuclear,

entre outros. A compreensão destes fenómenos incumbe às diversas Ciências Sociais, entre as quais as Relações Internacionais, a Ciência Política, as Ciências da Comunicação, as Relações Públicas e *marketing*, que trazem um contributo ao conhecimento empírico e teórico da diplomacia pública e uma inegável contribuição para a informação estratégica a ser gerida pelos Estados.

No âmbito das políticas públicas e das relações internacionais, as estratégias e recursos de *soft power* residem, em larga medida, nos valores próprios da cultura de uma organização ou país, expressos nas suas práticas políticas internas e nas relações com outros países, exportando uma imagem atrativa e um modelo de cultura. Como refere J. Nye, "*Public diplomacy tries to attract by drawing attention to* (…) *potential resources trough broadcasting, subsidizing cultural exports, arranging exchanges, and so forth. But if the content of a country's culture, values, and policies are not attractive, public diplomacy that "broadcasts" them cannot produce soft power*"(op.cit., p.95).

No mundo ocidental, muitos regimes autoritários transformaram-se em democracias, nas últimas décadas. Generalizou-se a participação democrática dos cidadãos na política e o desenvolvimento na política interna ditou alterações nas finalidades e meios da política externa. Como refere Eytan Gilboa, "*Favorable image and reputation around the world, achieved through attraction and persuasion, have became more important than territory, access, and raw materials, traditionally acquired through military and economic measures*."[7]

É na estratégia de comunicação, enquanto potencial suporte de cultura, dos valores e da imagem de um país que reside o *soft power*, uma estratégia assente no poder de "persuasão" e de "atração" sobre o outro, ao invés de mecanismos de manipulação ou mesmo de imposição, como sucedia frequentemente no exercício do poder político-diplomático tradicional, assente, por vezes, no recurso ao poder militar, no emprego de forças em sentido convencional. Porém, para que seja eficaz a informação estratégica utilizada pelos estados, nas relações interestaduais, deve assentar em sólidos valores culturais, numa identidade coletiva, que confere coesão aos membros de uma comunidade e sob a qual repousam os conceitos de soberania e identidade, capazes de transformarem uma comunidade em nação.

---

[1] Joseph S. Nye, Jr., *The Annals of the American Academy of Political and Social Science*, «Public diplomacy and Soft Power»,p. 99, in http://ann.sagepub.com.

[2] Artur Castro Neves, *Políticas Públicas e reformas na Sociedade da Informação*, Lisboa, Edições Afrontamento, 2006, p. 25.

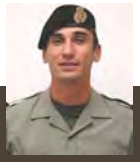
[3] Geoffrey Cowan e Nicholas J. Cull, *The Annals of the American Academy of Political and Social Science*, «Public Diplomacy in a changing world», p. 6, in http://ann.sagepub.com.

[4] In http://www.state.gov/open/index.htm.

[5] *Op. Cit.*, pág. 94.

[6] Tenente-Coronel Luís Machado Barroso, in documento inédito gentilmente cedido pelo autor.

[7] Eytan Gilboa, *The Annals of the American Academy of Political and Social Science*, «Searching for a Theory of Public Diplomacy», p. 56, in http://ann.sagepub.com.



Alferes RC Nelson Cavaco

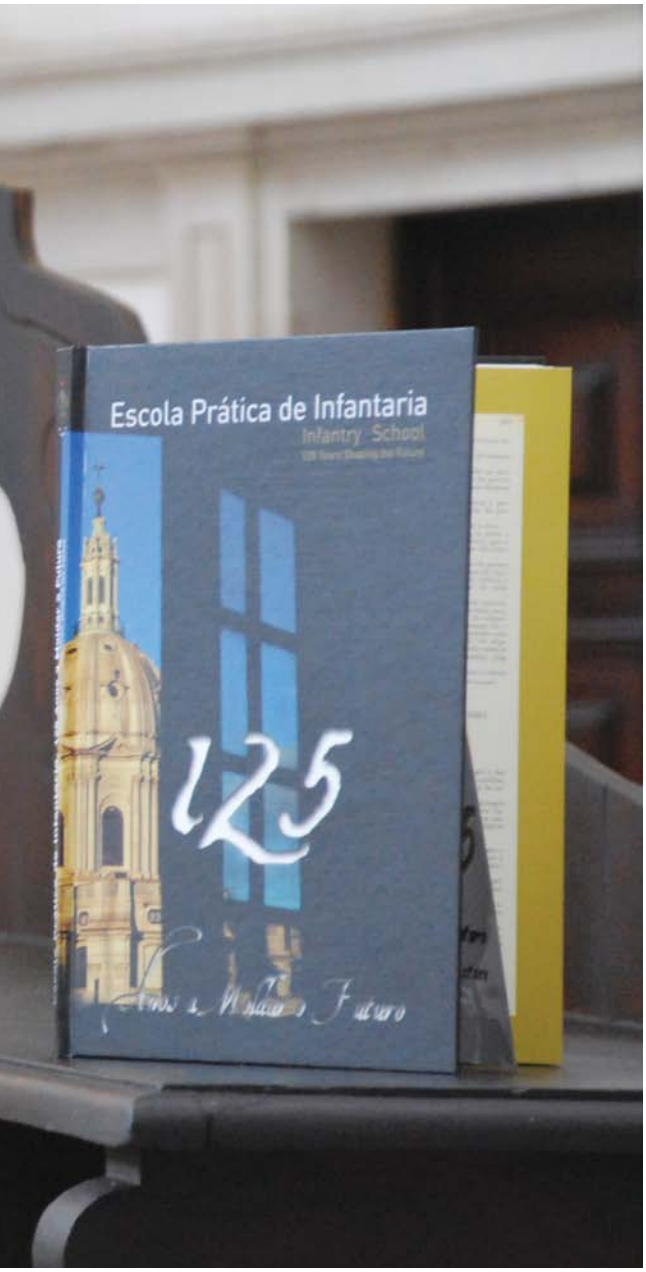
Escola Prática de Infantaria 125 anos

Anualmente, a 14 de agosto, celebra-se na Escola Prática de Infantaria (EPI), em Mafra, o dia da Arma e da Escola, ao mesmo tempo que se evoca a batalha que foi considerada decisiva para a consolidação da identidade nacional perante o mundo – a Batalha de Aljubarrota.

As cerimónias do dia da Arma de Infantaria e do 125º aniversário da EPI foram presididas pelo Chefe do Estado-Maior do Exército (CEME), General Artur Pina Monteiro.

Salienta-se, na tradicional cerimónia militar, a integração do Estandarte Nacional, a Homenagem aos Mortos e as alocuções do Comandante da Unidade, Coronel João Oliveira Ribeiro, do Diretor Honorário da Arma de Infantaria, Tenente-General João Nuno Jorge Vaz Antunes, e do CEME.

"No dia 14 de agosto de 1887, o Rei D. Luis I e o Conde de S. Januário, seu Ministro de Guerra, chegam à Vila de Mafra e, por motivo da instalação da Escola Prática de Infantaria e Cavalaria, assistem a uma bonita receção. Oito dias depois, a 22 de agosto, é criada a Escola Prática de Infantaria e Cavalaria que se instala no Convento de Mafra. Assim começa uma história de 125 anos. Assim começa um episódio marcante da vida do Exército Português, da Vila de Mafra e de toda a Nação Portuguesa. Porque assim é esta Escola:



Pode amar-se ou odiar-se, mas certamente, ninguém lhe fica indiferente", referiu o Comandante da EPI.

O Tenente-General Vaz Antunes recordou que "Foram 125 anos de procura permanente de Saber Fazer e de Bem-fazer, bem patentes na inegável credibilidade e prestigio que a Escola Prática de Infantaria merecidamente desfruta", proferindo algumas palavras de apreço dirigidas aos Mafrenses: "Seria injusto da minha parte se não me referisse à população de Mafra que sofreu as consequências da mobilização geral. Quantos de nós não nos lembramos do tiro diurno e noturno dos morteiros, dos canhões sem recuo, das granadas de mão e dos petardos? Quantos de nós não nos lembramos dos poucos cafés então existentes em Mafra, a partir das 17 horas, apinhados de cadetes agarrados a um livro de capa azul, o ainda atual e famoso Manual do Oficial Miliciano? Efetivamente, após o toque de ordem, Mafra ficava repleta de cadetes até que, pelas 21h30m, a Fanfarra da EPI tocava a recolher, aqui mesmo, na frente do Convento, e lá regressava a tranquilidade à pacata Vila de Mafra."

Ainda no âmbito do programa das comemorações, os presentes visitaram a exposição "EPI 125 anos a Moldar o Futuro" e ao lançamento do livro, com o mesmo nome da exposição, e à inauguração da Sala Tenente-General Hugo dos Santos.

Contexto social pré-Batalha de Aljubarrota

Após a morte do rei D. Fernando, em 1383, Portugal ficou numa situação fragilizada pela falta de um filho varão que herdasse o trono português. D. Beatriz, a única filha de D. Fernando era casada com o rei de Castela, D. Juan I, o que resultaria na passagem da coroa portuguesa para os descendentes do rei de Castela.

Os destinos de Portugal estavam a cargo da rainha D. Leonor Teles que defendia uma solução pacífica para a crise de sucessão ao trono português, o que desagrava sobremaneira à população portuguesa, que via nessa solução a entrega da coroa aos espanhóis.

Entre os pretendentes à coroa nacional destacou-se D. João, Mestre de Avis, filho de D. Pedro I, que contava com o apoio da população portuguesa e de alguma nobreza, sendo proclamada como "regedor, governador e defensor do reino".

Entre 1383 e 1385 Portugal viveu um período de vários confrontos entre os partidários das duas partes interessadas no trono português, com destaque para 3 invasões castelhanas mal sucedidas e para a Batalha de Atoleiros, em 6 de abril de 1384, de onde surgiu um nome que ficou imortalizado na história da infantaria portuguesa – D. Nuno Álvares Pereira, o patrono da Arma da Infantaria.

Nas diversas batalhas travadas destacou-se o pensamento estratégico-militar do então jovem Nuno Álvares Pereira e a forma como preparou a inexperiente infantaria portuguesa, que por meio da sua agilidade e ligeireza fez frente a uma robusta e bem preparada cavalaria castelhana.

Após os combates com Castela, o Mestre de Avis veio a ser proclamado rei de Portugal, por decisão das Cortes de Coimbra, em março e abril de 1385.

D. Nuno Álvares Pereira e a Batalha

Aquele que hoje é considerado o Patrono da Arma de Infantaria foi o principal mentor da batalha que catapultou a Infantaria para um lugar de destaque no pensamento militar da época.

Decorria o ano de 1385 quando a 14 de agosto, no planalto de S. Jorge, o exército português se confrontou com o exército castelhano, comandado por D. Juan I.

O campo de batalha havia sido previamente estudado por Nuno Álvares Pereira que "obrigou" o exército castelhano a estacionar a sua força num local onde ficaria encurralado e à mercê da infantaria portuguesa.

Da batalha resultou uma esmagadora vitória sobre os castelhanos que libertou Portugal da dependência castelhana e afirmou Portugal no mundo.

A vitória na Batalha de Aljubarrota permitiu aos portugueses consolidar a sua soberania e afastar de vez a ameaça castelhana que pairava sob a coroa portuguesa.

Álvares Pereira desde cedo revelou sinais de confiança e audácia que lhe vieram a ser reconhecidas anos mais tarde. Filho ilegítimo do Prior da Ordem Militar do Hospital, Álvares Pereira foi feito cavaleiro aos 13 anos e aí iniciou o seu gosto pela leitura e pela cavalaria medieval.

Enquanto homem sempre se voltou para Deus, com particular incidência na parte final da sua vida e sempre foi conhecido pela imprevisibilidade das suas ações e atitudes.

Enquanto militar soube ser chefe e sempre soube liderar e tirar partido do terreno onde travava as suas batalhas.

Até 1411 sempre se destacou pela vertente militar, sendo-lhe reconhecida a sua mestria e arte no recurso à Infantaria, atribuindo-se-lhe a essência da Arma de Infantaria. A partir de então e após a paz com Castela, revela-se uma outra faceta que já o acompanhava desde os tempos de infância, mas que se encontrava encoberta pelo militarismo a que os tempos o obrigavam. Álvares Pereira torna-se monge ao ingressar no Convento do Carmo e dedica o resto da sua vida ao culto como o Frade Nuno de Santa Maria, optando por viver numa cela solitária e escura.

Em 1431, Álvares Pereira veio a morrer nessa mesma cela que escolheu como a sua última morada na terra.

EPI e a Infantaria – A Origem

Por ocasião das invasões francesas surgiu a necessidade de reorganizar o Exército Português, levada a cabo por Miguel Pereira Forjaz e Beresford. Tal reestruturação levou à criação de Depósitos de Recrutas de Infantaria, entre os quais o do Convento de Mafra, que se tornou a primeira instalação militar em Mafra, em 1809.

No âmbito destes mesmos depósitos Mafra veio a ter um papel de destaque quando se decide pela Ordem do Dia de 21 de julho de 1811 criar um depósito único, uma vez que a ideia preconizada inicialmente de possuir vários depósitos espalhados pelo país não estava a surtir efeito.

O Depósito de Mafra passou a ter a designação de Depósito Geral de Recrutas de Infantaria e aí começou a ser dada a instrução aos recrutas de Infantaria, sob o comando do General de Brigada Richard Blunt, que depois eram distribuídos para os restantes depósitos.

Mais tarde, já no reinado de D. Maria II (1826-1853), Mafra perdeu a sua componente de instrução de instrução e foram aí instaladas diversas unidades de Infantaria, Cavalaria e Artilharia, que viria a ser recativada aquando da ascendência do seu filho D. Pedro V ao trono de Portugal. No contexto das reformas militares da Regeneração preconizadas por D. Pedro V, recriou-se em 1859 o Depósito Geral de Recrutas.

Esta reabertura da instrução em Mafra foi curta, pois em 1860 dá-se o encerramento da instituição, que dez anos mais tarde veio a albergar o Real Colégio Militar, ficando novamente ligado à vertente do ensino militar.

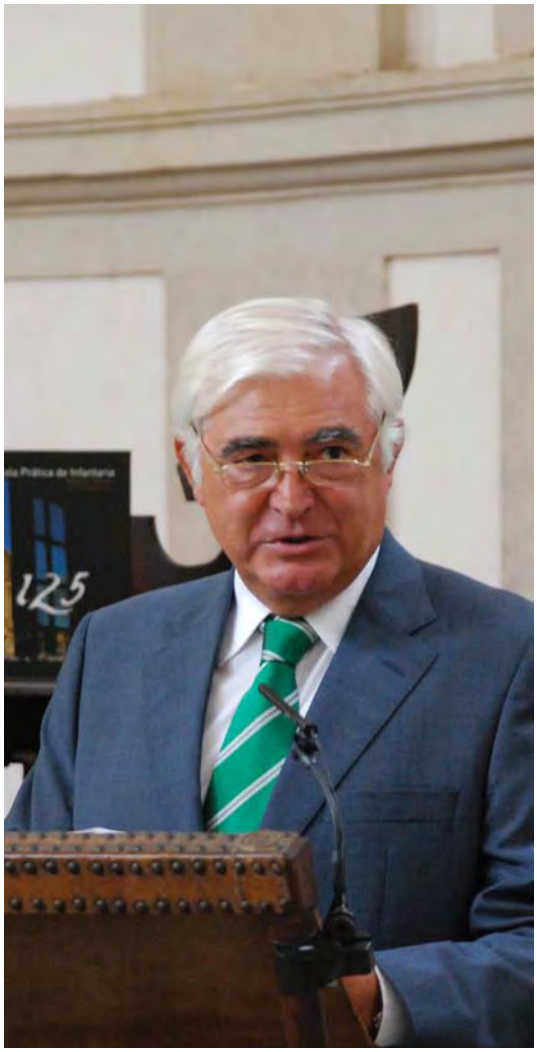
O grande avanço para a criação da Escola foi consumado em 1887, por Carta de Lei datada de 22 de agosto de 1887, sendo inaugurada a Escola Práctica de Infantaria e Cavalaria. Três anos mais tarde as Escolas Prácticas de Infantaria e Cavalaria são separadas, permanecendo em Mafra a EPI com a missão que ainda hoje lhe é conhecida: a formação de tropas de Infantaria.

“EPI – 125 anos a Moldar o Futuro”

No âmbito das comemorações promoveu-se o lançamento do livro “EPI 125 anos a Moldar o Futuro”, uma retrospetiva fotográfica daquilo que tem sido a EPI. Fruto do contributo de vários autores, o livro representa uma visão fotográfica da vida da EPI, na sua componente militar e ligação com Mafra e o Mundo.

A obra está em formato bilingue, possui 121 páginas com diversas fotografias e uma tiragem de 1250 exemplares.

Foi apresentado pelo Tenente-General Mário de Oliveira Cardoso, no dia 14 de agosto, na Sala Elíptica da EPI.



Sala Tenente-General Hugo dos Santos

Inaugurada ao lado do gabinete de trabalho do Comandante da EPI, na sala dedicada ao falecido Tenente-General Hugo dos Santos vão ficar em exposição os artigos militares pertencentes ao mesmo, doados pela família à EPI.

Aquando da inauguração foi descerrada uma placa pela viúva Maria Júlia Neves da Silva Santos, onde consta o seguinte: “Sala Tenente-General Hugo Manuel Rodrigues dos Santos. Diretor da Arma de Infantaria de 23 de novembro de 1992 a dezembro de 1993 e Comandante da EPI de 15 de setembro de 1978 a 8 de outubro de 1979. Inaugurada a 14 de agosto de 2012”.

Fonte: c6.quickcachr.fotos.sapo.pt.

O desenrolar da Batalha

"A impetuosa vanguarda do rei de Castela (na sua maior parte constituída por tropas auxiliares francesas, como claramente assegura Froissart) inicia o ataque provavelmente a cavalo, sendo rechaçada nas obras de fortificação antecipadamente preparadas pela hoste de D. João I, obras essas que constituíram uma surpresa absoluta para os seus arrogantes adversários. Para prosseguir o combate, os franceses são obrigados a desmontar (aqueles que o conseguem fazer) na frente do inimigo e, por isso, em posição absolutamente crítica;

Ao saber do desbarato da sua linha da frente, D. Juan I decide mandar avançar o resto do exército então presente no Chão da Feira, maioritariamente também a cavalo. Ao aproximarem-se da posição portuguesa, apercebem-se de que - contrariamente ao que supunham - o combate está a ser travado a pé (ou tem de ser travado a pé, dadas as características do sistema de entrincheiramento defensivo gizado pela hoste portuguesa). Por isso, os cavaleiros castelhanos desmontam cedo e percorrem a pé o que lhes falta (escassas centenas de metros) até alcançarem os adversários. Ao mesmo tempo, cortam as suas compridas lanças, para melhor se movimentarem no corpo-a-corpo que se avizinha;

Entretanto, os homens de armas de D. Juan I vão sendo crivados de flechas e de virotões lançados respetivamente pelos arqueiros ingleses e pela "ala dos namorados" portuguesa, o que, juntamente com o progressivo estreitamento da frente de batalha (devido aos abatises, às covas de lobo e aos fossos) os entorpece, embaraça e torna "ficadiços" (de acordo com Fernão Lopes) e os aglutina de maneira informe na parte central do planalto; tais foram, porventura, os minutos mais decisivos da jornada;

Quanto às alas castelhanas, essas permanecem montadas, destinadas que estavam - como era tradicional na época - a ensaiar um envolvimento montado da posição portuguesa, coisa que, devido à estreiteza do planalto, apenas a ala direita (chefiada pelo Mestre de Alcântara) terá conseguido, e mesmo assim numa fase já tardia da refrega;

O pânico apodera-se do exército castelhano, quando dentro do quadrado português, a bandeira do monarca castelhano é derrubada. Os castelhanos precipitam-se então numa fuga desorganizada. Segue-se uma curta, mas devastadora perseguição portuguesa, interrompida pelo cair da noite. D. Juan de Castela põe-se em fuga, em cima de um cavalo, juntamente com algumas centenas de cavaleiros castelhanos. Percorre nessa noite perto de meia centena de quilómetros, até alcançar Santarém, exausto e desesperado. Até à manhã do dia seguinte, milhares de castelhanos em fuga são chacinados por populares nas imediações do campo de batalha e nas aldeias vizinhas."[1]

[1] Texto: Fundação Batalha de Aljubarrota (página da *Internet*).

Discurso do CEME por ocasião do Dia da Arma e da EPI

Excelentíssimo Senhor Presidente da Câmara Municipal de Mafra, Engenheiro Ministro dos Santos:

Registo com muito agrado a presença de V.ª Ex.ª, que agradeço, nesta Cerimónia do Exército e que interpreto como sinal do indispensável bom relacionamento existente, entre o Exército e o Município de Mafra, com a presença continuada da Escola Prática de Infantaria desde há 125 anos, que hoje comemoramos, nesta bela Vila do Oeste e mais uma vez neste terreiro D. João V, agora requalificado.

Este salutar e cooperativo relacionamento, mais do que centenário, com Câmara a que V.ª Ex.ª preside e com a população deste Concelho em expansão, irá prolongar-se no futuro, já que a importância das capacidades militares residentes em Mafra, não só estão historicamente demonstradas, como também continuam a dar resposta adequada, aos novos e acrescidos requisitos de formação integrada dos militares do Exército.

Excelentíssimo Senhor Deputado à Assembleia da República, Major Hélder Silva:

Quero expressar-lhe todo o meu apreço e agrado por estar presente nesta cerimónia militar, nesta sua terra e também nesta sua casa, onde cumpriu parte do seu tempo de serviço militar e cuja formação, estou convicto, tem contribuído para a proximidade com que tem acompanhado, ao nível politico os assuntos militares e que muito me apraz aqui sublinhar.

Excelentíssimo Senhor General Salazar Braga e General Cerqueira Rocha:

Agradeço penhoradamente, no plano pessoal e institucional, a presença de dois antigos Comandantes do Exército, com os quais tive o privilégio de trabalhar diretamente. A vossa presença, Meus Generais, é por mim entendida como de amizade e camaradagem, mas também, estou certo, de compreensão, de solidariedade e de apoio em tempos que são difíceis para todos nós.

Excelentíssimos Senhores:

(...) Saúdo e muito agradeço a presença de todos os convidados, civis e militares, que hoje se dignaram partilhar connosco esta cerimónia do Exército, comemorativa do dia da Arma de Infantaria e do dia Festivo da sua Escola Prática.

Permito-me sublinhar a presença dos dois novos tenentes generais do Exército e também tão elevado número de Oficiais generais na situação de reserva e de reforma, que muito me apraz registar, pelo que tal significa de ligação e cumplicidade entre os valores dos infantes de ontem, de hoje e de amanhã, aplicados em diferentes situações e circunstâncias. Como comandante do Exército estimulo esta ligação nos diversos escalões de comando e quero sublinhar neste domínio, o dinamismo da cooperação existente entre a Escola Prática de Infantaria e o Clube Militar de Oficiais de Mafra, que acolhe nos seus estatutos específicos, Oficiais de qualquer Ramo e da GNR.

Quero transmitir a todos os Infantes as saudações do General Chefe de Estado-Maior-General das Forças Armadas que a partir de Timor me ligou antes do inicio desta cerimónia associando-se às Comemorações deste Dia da Infantaria.

Evocamos hoje a tarde de 14 de agosto de 1385, data histórica em que sob a liderança corajosa e esclarecida de D. Nuno Álvares Pereira, o Santo Condestável, uma gesta de valorosos soldados de infantaria travaram, em Aljubarrota, uma batalha decisiva que hoje nos permite afirmar Portugal no Mundo.

Volvidos 627 anos sobre aquela batalha, a Infantaria continua a alicerçar a sua força, coesão e determinação no espírito do soldado, alicerçado em valores e tradições intemporais, em sólido espírito de corpo, salutar camaradagem e inabalável sentido de servir, que no fundo se traduz no cabal cumprimento da missão, onde quer que seja, ao serviço de Portugal e dos Portugueses.

Nesta oportunidade quero dirigir uma palavra de especial apreço aos militares de Infantaria que no exterior do território nacional, seja nas forças Nacionais destacadas ou na Cooperação Técnico-Militar, em Estados-Maiores Multinacionais ou em Organizações Internacionais, integrando missões em apoio da política externa do Estado, onde o mérito da sua atuação, que tem merecido justo reconhecimento internacional, constitui indelével contributo para a afirmação de Portugal no exterior.

No quadro dos desafios que se colocam ao nosso País, nos planos interno e externo, o futuro do Exército passa por contribuir para o desenvolvimento de um instrumento militar ao serviço do Estado que garanta flexibilidade de resposta em todo o espectro da conflitualidade atual, mas consentâneo com a nossa dimensão e recursos, e que continue a garantir a consecução dos objetivos a que o País se propõe.

Assim, no âmbito de uma estratégia militar integrada, o Exército deverá contribuir para uma adequada capacidade militar autónoma, que permita responder com dimensão e qualidade às solicitações de natureza coletiva e cooperativa, bem como, às necessidades de âmbito exclusivamente nacional e em apoio de ações de manifesto interesse público, em prol de acrescidos níveis de segurança e bem-estar dos Portugueses.

O Exército, no estreito respeito pelo quadro da legislação em vigor, continua a responder aos pedidos de apoio que lhe são solicitados no âmbito das designadas missões de interesse público. Contudo, há que reconhecer as fragilidades e as condicionantes legais que inibem uma melhor e mais eficaz utilização das capacidades existentes no Exército, bem como, a adequada segurança e proteção dos militares empenhados nesse tipo de missões.

Estamos convictos que a reflexão nacional em curso não deixará de ponderar este aspeto e também de avaliar novas formas de resposta, para um quadro estratégico evolutivo, no qual imperam novos tipos de ameaças e riscos, de natureza transnacional e com impacto transversal nas diversas vertentes do potencial estratégico nacional. Novas formas de resposta, que necessariamente terão que ser enquadradas numa visão estratégica integrada que por certo não dispensará o recurso às capacidades militares adequadas que, naturalmente, estão residentes na componente militar da Defesa Nacional.

Na conjuntura difícil que o País vive, também o Exército vem promovendo uma continuada reflexão interna para promover ganhos de eficiência e economia de recursos. É um exercício que sempre foi feito, mas que hoje, a todos obriga de forma acrescida, porque o País assim o exige.

Os desafios do Exército ao longo da sua história estiveram sempre ligados aos desafios de Portugal, à sua soberania e independência. Nos tempos que vivemos não podemos deixar de refletir sobre as melhores respostas que também o Exército pode dar para contribuir para a afirmação plena da nossa soberania.

Neste sentido, temos que rever modelos, estruturas, orgânicas e processos quando se verifique que daí resultam mais eficiência e economia de recursos.

Os efetivos do Exército, na sua dimensão e qualidade, são o fator fundamental para que seja possível o cabal cumprimento da sua missão e no Dia da Infantaria é muito apropriado referir este aspeto. No que respeita aos efetivos, em Regime de Voluntariado e Contrato, encontram-se estabilizados, estamos a recuperar com as incorporações em curso, os níveis autorizados, e estima-se anualmente uma redução significativa do número de cidadãos necessários para garantir a manutenção do efetivo do Exército.

No tocante aos Quadros Permanentes, em nome da racionalidade e da normalização de carreiras, a tendência é para a sua redução, através da limitação de ingressos na Academia Militar e na Escola de Sargentos do Exército.

Por todas estas razões, encarámos com vigor uma reavaliação do conceito e da estrutura de Escolas Práticas e da sua adequação às novas e incontornáveis realidades que vivemos e que projetam, no futuro, alterações que hoje temos de assumir. Há que polarizar a formação

diferenciada dos Oficiais, Sargentos e Praças.

Polarizar os saberes em Escolas de excelência e articular a formação técnica com as vertentes operacionais, onde estão residentes as diferentes capacidades do Exército é um caminho para dar resposta aos múltiplos requisitos técnicos e táticos, mas também, às limitações que enfrentamos no quadro dos recursos disponíveis.

Neste sentido irei propor o levantamento de uma Escola Prática das Armas, onde serão preservados o saber residente e a força coesiva que cada Escola gera na respetiva Arma e consequentemente no Exército, mas temos de desenvolver esse saber em novos moldes, dando-lhe valor acrescido através de modelos organizativos que associem os diferentes conhecimentos, saberes e competências das Armas, de forma mais dinâmica e integrada.

Tenho consciência que esta área é sensível e que exige o empenho de todos. Mas também é certo, que há alturas e circunstâncias, como aquela que vivemos, em que nenhum Comandante, e muito menos o do Exército, tem o direito de enjeitar ou adiar, no presente, as soluções que apontam para um futuro melhor.

Estou convicto que neste tipo de mudanças temos que ser nós a tomar a iniciativa e a protagonizar a dinâmica de uma transformação sustentada e credível, para a qual ninguém está dispensado e por isso o Comandante do Exército conta com o empenhamento de todos.

Oficiais, Sargentos e Praças da Arma de Infantaria, Militares e Funcionários Civis da Escola Prática de Infantaria:

É com satisfação, orgulho e emoção que tenho a oportunidade de constatar nesta casa da Infantaria, que comemora hoje os seus 125 anos, o mesmo espírito de sempre – o saber fazer.

É gratificante para o Comandante do Exército verificar que os infantes e a nossa Escola continuam a inovar, resistindo ao imobilismo e centrando a atenção e o esforço nas pessoas e nas potencialidades de cada um.

A EPI, como Escola de Saber, é e continuará a ser incontornável na formação e instrução dos quadros do Exército. O saber acumulado, as suas infraestruturas, as suas tradições não dogmáticas, caracterizam hoje uma escola aberta, com espírito moderno e voltado para o futuro.

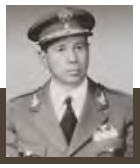
É neste sentido que exorto e estimulo, todos os que devotadamente servem na EPI para continuarem com o seu profissionalismo e dedicação, a criar e desenvolver processos, atividades e todo um conjunto de ações no âmbito da formação e instrução, que se projetam no futuro do Exército.

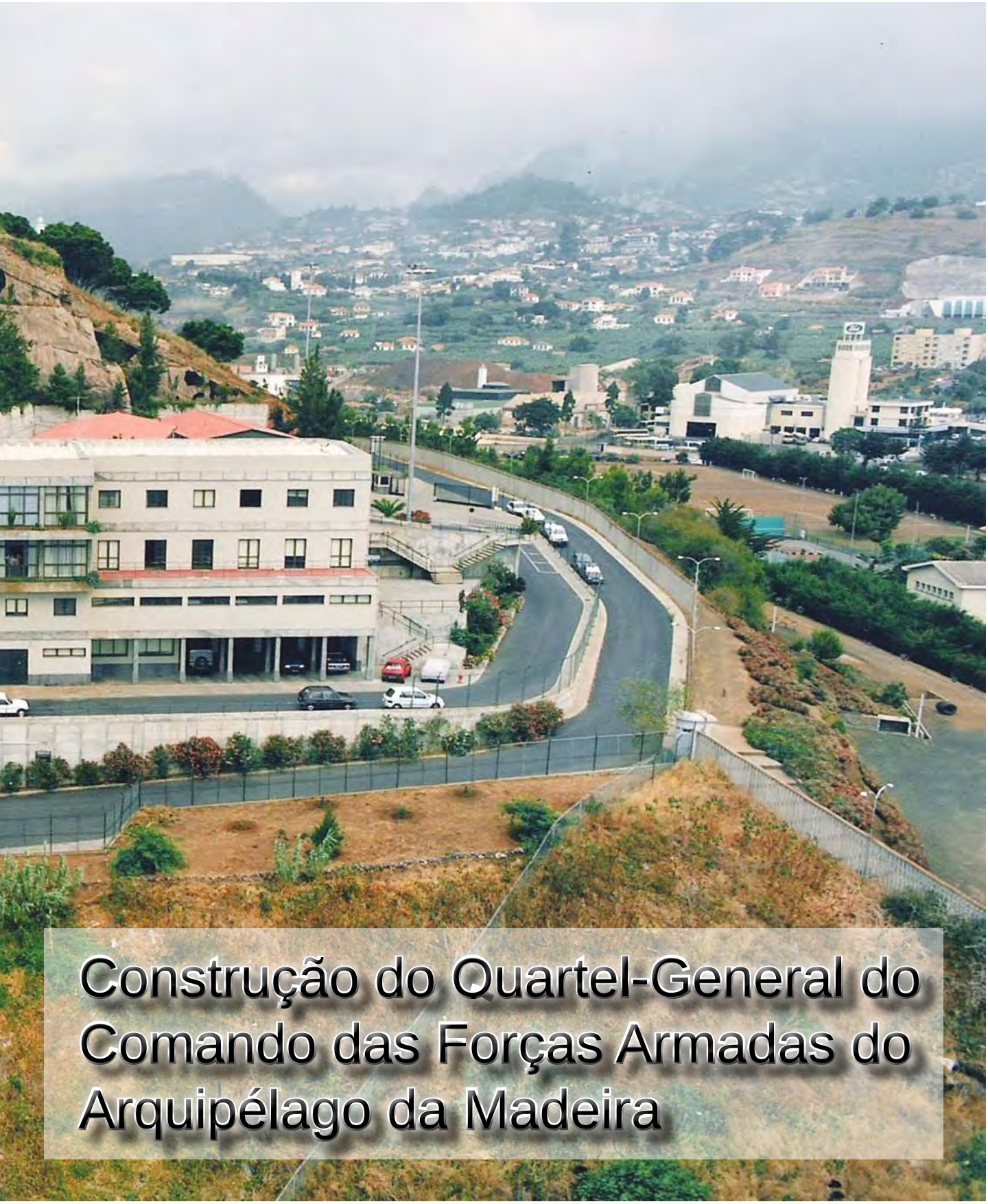
Estou convicto que a Infantaria Portuguesa, tal como todo o Exército, não obstante as dificuldades que todos conhecemos e que nos afetam, no plano individual e coletivo, saberemos continuar a ser fiéis à nossa condição militar, seja nas restrições que nos impõe, seja pugnando pelos direitos que essa assumida condição nos confere.

Neste dia grande, de evocação histórica, reitero a minha confiança nos militares e civis que na Arma de infantaria, servem no Exército, servindo Portugal, na certeza de que o nosso Espírito de Soldado, significa tão só "servir a Pátria" enfrentando o futuro com determinação, serenidade e sucesso.

Muito obrigado pela vossa presença.

Mafra, 14 de agosto de 2012.





Construção do Quartel-General do Comando das Forças Armadas do Arquipélago da Madeira

PM 010/FUNCHAL
Bateria do Pico da Cruz
Limites do PM
com base no Levantamento Topográfico de Junho 2009
DIE
RPGP
ORTOFOTOMAPA DE LOCALIZAÇÃO
Data: Julho 2012
Escala: sem escala

Fonte da imagem do canto superior direito das páginas ímapres deste artigo: 3.bp.blogspot.com.

A convite do Coronel Diretor do Jornal do Exército, testemunho o processo que levou à realização do então Quartel-General (QG) do Comandante-Chefe das Forças Armadas do Arquipélago da Madeira (CCFAAM), hoje QG do Comando Operacional da Madeira, concluído em dezembro de 1990, no Pico da Cruz, subúrbios do Funchal. Faço-o na qualidade de CCFAAM de fevereiro de 1984 a agosto de 1985, oriundo da Arma de Engenharia a que pertenci e dirigi até à colocação na Madeira.

Reporto-me à documentação militar e civil facultada pelo Major-General Diretor de Infraestruturas. Cobre a génese, projeto e execução por empreitadas da infraestrutura em título, e seus acessos.

Apoiei-me, também, nos despachos diretos com o Chefe do Estado-Maior-General das Forças Armadas (CEMGFA), até à minha rendição, orientados para a realização do empreendimento, do máximo interesse para as Forças Armadas aquarteladas no arquipélago.

Por determinação do CEMGFA, foram iniciadas as diligências com vista à localização do futuro QG. Foram apresentadas diretamente pelo próprio ao General Lemos Ferreira e constam do memorandum de 30 de abril de 1985. Orientava-se para duas soluções de alternativa, ambas nos subúrbios do Funchal e muito favoráveis em termos de segurança próxima e apoio logístico, por acesso imediato ao Regimento de Infantaria do Funchal e ao Grupo de Artilharia de Campanha; ambas aceitavam a implantação do QG, que totalizava uma área estimada de 5.000m2. O memorandum referia as diligências anteriores, junto do Presidente da Câmara Municipal do Funchal, com vista à cedência a título gratuito ou oneroso de uma das áreas, a concretizar face à futura decisão do CEMGFA. A iniciativa fora muito bem acolhida, frisando, no entanto, o seu caráter não vinculativo.

A solução "Pico da Cruz" revelava-se preferível pela sua localização, idealmente dominante sobre o Oceano e o Funchal; e face ao conveniente distanciamento de diversas construções civis de grande volume.

O despacho ainda verbal do CEMGFA sobre a exposição e o memorandum determinaram o prosseguimento das diligências e estudos de implantação, agora com a intervenção da então Comissão Executiva de Obras Militares Extraordiná-

rias (CEOME) com o apoio do CCFAAM julgado necessário.

O novo CCFAAM retomou as diligências junto do CEMGFA. São identificadas duas novas localizações de alternativa, que no entanto desaconselha, por deficiente segurança, logística dispendiosa e difíceis transmissões. Conclui por apoiar a anterior preferência pelo Pico da Cruz.

A decisão do General Lemos Ferreira é datada de 31 de março de 1986 e favorável ao Pico da Cruz.

A implantação do futuro QG em terreno militar, órgãos acessórios e acessos foi estudada e apresentada na Informação de 11 de abril de 1986, da CEOME. São realçados os elevados custos das terraplanagens, face à topografia muito acidentada da área, aliás inevitável na ilha.

Seguiram-se os estudos prévios e projetos de construção do QG, acessos e redes coletivas de águas, eletricidade, transmissões e televisão, todos da responsabilidade da CEOME.

A aquisição e transporte de três estruturas pré-fabricadas é já objeto de despacho de novembro de 1985, após informação da CEOME. Tratava-se da primeira adjudicação dum total de vinte e duas empreitadas, cobrindo obras tão diversas como “terraplanagens”, “edifícios de apoio admi-

nistrativo" (três empreitadas), "pavimentações e vedações", "casa da guarda", "pavimentação de acessos", "muro de suporte", "depósito de água e aterro", "iluminação e tomadas", etc. Totalizaram 501,4 milhões de escudos, despendidos entre novembro de 1985 e dezembro de 1990. Destacaram-se, pelo volume e elevado custo, as adjudicações à Soares da Costa, à Teixeira Duarte e à José Avelino Pinto.

A fiscalização e acompanhamento técnico foram garantidos por engenheiros militares e seus colaboradores do quadro da delegação da então Direção dos Serviços de Fortificações e Obras do Exército (hoje Direção de Infraestruturas [DIE]) na Madeira, sob supervisão da CEOME.

Revi o Funchal e visitei o QG no Pico da Cruz em fins de fevereiro de 2011, a convite do Comandante Operacional e assisti às comemorações do 18º aniversário. Fui acompanhado por velhos camaradas colocados na Zona Militar da Madeira nos anos de 1984 e seguintes. Recordámos a boa colaboração e as nossas diligências para a escolha da melhor localização do futuro QG.

Revelei-lhes um episódio do melhor humor havido no gabinete do CEMGFA, em Belém, quando da minha apresentação do memorandum, de 30 de abril de 1985.

Dizia eu, entre outras razões:

"A solução da encosta do Pico da Cruz parece-me a melhor, face à posição dominante sobre o Oceano e o Funchal…"

De imediato o General PilAv Lemos Ferreira comentou, divertido:

"E também porque se situa abaixo das nuvens!"

Efetivamente, lá está, passado um quarto de século. Excelente conceção, local ideal, projeto bem estudado, construção da melhor qualidade, muito bom equipamento.

Parabéns ao Comando Operacional da Madeira.

Referências

- Memorandum do CCFAAM, de 30 de abril de 1985;
- Nota n.º 7870, do CCFAAM, s/data;
- Informação n.º 51/86, da CEOME, de 11 de abril;
- Lista das 22 empreitadas e os seus custos;
- Planta geral – DIE – Escala 1/2000;
- Restantes documentos – Arquivo da DIE.

Tenente-Coronel Cavalaria João C. P. Noné Santana*

Apoio Sanitário do Exército Exercício "Dragão 12"

O Apoio Sanitário inclui o conjunto de atividades de caráter sanitário que têm por finalidade a preservação dos efetivos e a recuperação dos indisponíveis (doentes e feridos). Este apoio é fundamental para a proteção da força e preservação do seu potencial, através da prevenção da doença, de uma rápida e eficiente evacuação e do tratamento de doentes e feridos nas melhores condições.

Um sistema de Apoio Sanitário eficaz é considerado como um potencial "multiplicador de força", devendo providenciar padrões de cuidados de saúde o mais próximo possível de normas vigentes em tempo de paz, tendo em conta o ambiente operacional.

A entrada em vigor, do novo quadro legal na área da Defesa Nacional, introduziu alterações na organização das estruturas de saúde militar e nas responsabilidades diretas de cada Ramo no sistema de apoio sanitário.

A criação do Hospital das Forças Armadas (HFAR) e a consequente extinção das estruturas hospitalares dos Ramos, traz-nos uma mudança de paradigma em que passamos de um modelo no qual os Hospitais Militares constituíram o fulcro do sistema, onde nem sempre era muito evidente a separação entre a Saúde Hospitalar e a Saúde Operacional, para um modelo em que o Exército, à semelhança dos outros Ramos, assumirá a responsabilidade da Saúde Operacional, enquanto a vertente Hospitalar ficará na dependência do Estado-Maior-General das Forças Armadas. Esta separação não obsta, no entanto, a que continue a existir uma interligação forte entre estas duas componentes do apoio sanitário.

As recentes alterações doutrinárias, nomeadamente, da Organização do Tratado do Atlântico Norte (OTAN), quanto ao emprego e articulação do apoio sanitário em operações conjugadas com o novo enquadramento legal para a Saúde Militar, levou o Chefe do Estado-Maior do Exército a promulgar, em 5 de agosto de 2011, o Despacho nº 152/CEME/11, Conceito e Apoio Sanitário para o Exército, alterando a sua organização, forma de execução e prestação no Ramo até essa data.

O Conceito aprovado, com vista a atingir um sistema de apoio sanitário ágil, eficaz, eficiente e

articulado aborda a estrutura de Saúde Militar no Exército sob as seguintes perspetivas:

- Espaço/Situação: Território Nacional e Teatro de Operações ou Treino;
- Estrutura: Estrutura de Apoio Sanitário de Base e Estrutura de Apoio Sanitário de Campanha (figura nº 1);
- Forma de Apoio: Relação em que é prestado o apoio sanitário aos elementos orgânicos da estrutura do Exército;
- Articulação: Forma como é feita a interligação entre a Estrutura de Apoio Sanitário de Base e Estrutura de Apoio Sanitário de Campanha (figura nº 1).

A estrutura de saúde do Exército garantirá a Saúde Operacional, caracterizada pelo conjunto de atividades de apoio sanitário às operações militares e ações de seleção de pessoal, de avaliação, de proteção e de promoção da saúde, de modo a garantir a prontidão operacional e permanente do efetivo militar, para o desempenho das diferentes missões com o máximo de eficácia e segurança.

O suporte do apoio sanitário no Exército assentará na interligação entre a Saúde Operacional, garantida pela "Estrutura de Apoio Sanitário de Base" e pela "Estrutura de Apoio Sanitário de Campanha", com a vertente hospitalar, operacionalizada pelo HFAR (figura nº 1).

O apoio sanitário a Forças e militares do Exército, destacados em operações ou treino, dentro ou fora do Território Nacional (TN), é prestado com recurso a uma estrutura flexível e projetável, a "Estrutura de Apoio Sanitário de Campanha" constituída pelo Agrupamento Sanitário e os elementos sanitários previstos na estrutura orgânica das Unidades de Escalão Batalhão e Unidades de Escalão Companhia Independentes dos Elementos da Componente Operacional do Sistema de Forças. Este apoio é complementado pelo Hospital das Forças Armadas, enquanto Instalação de Apoio Sanitário[1] (MTF) Role 4, em TN, constituindo-se como último elo da cadeia de evacuação; este aspeto pode ser complementado por eventuais MTF multinacionais ou de países aliados, presentes nos Teatro de Operações, nos termos de *Memorandum of Understandingl Technical Agreement* que especificamente venham a ser estabelecidos para esse efeito.

No seguimento da implementação e validação do Conceito de Apoio Sanitário do Exército, no tocante à "Estrutura de Apoio Sanitário de Campanha", foram aprovados e difundidas as alterações aos quadros orgânicos da Seção Sanitária e Pelotão Sanitário, orgânicos das Unidades de Escalão Companhia e Batalhão, respetivamente, dos Elementos da Componente Operacional do Sistema de Forças.

No mês de setembro, do corrente ano, a Brigada de Intervenção levou a cabo o exercício "Dragão 12", para o qual foi levantada e testada, pela primeira vez, a estrutura de apoio sanitário prevista no conceito do Exército para apoio a operações, embora de uma forma embrionária.

Recorrendo a elementos do Estado-Maior do Exército, Comando das Forças Terrestre, Hospital Militar Principal[2], Hospital Militar Regional nº 1, Centro de Saúde de Coimbra, Centro de Saúde de Tancos/Santa Margarida, Centro de Saúde de Évora e Laboratório Militar de Produtos Químicos e Farmacêuticos, foi levantada a Unidade Modular de Apoio Sanitário, com a Missão de prestar Apoio Sanitário Role 1, Emergência Médica e Evacuação às Unidades da Brigada presentes no Exercício e validar a estrutura/conceito do Agrupamento Sanitário no tocante ao Módulo Role 1 e Módulo de Emergência e Evacuação.

Módulo Role 1

O Role 1 é a estrutura de apoio em operações, que se encontra na estrutura de continuidade de tratamento, a seguir ao Pelotão e Seção Sanitária, onde são prestados cuidados primários de saúde,

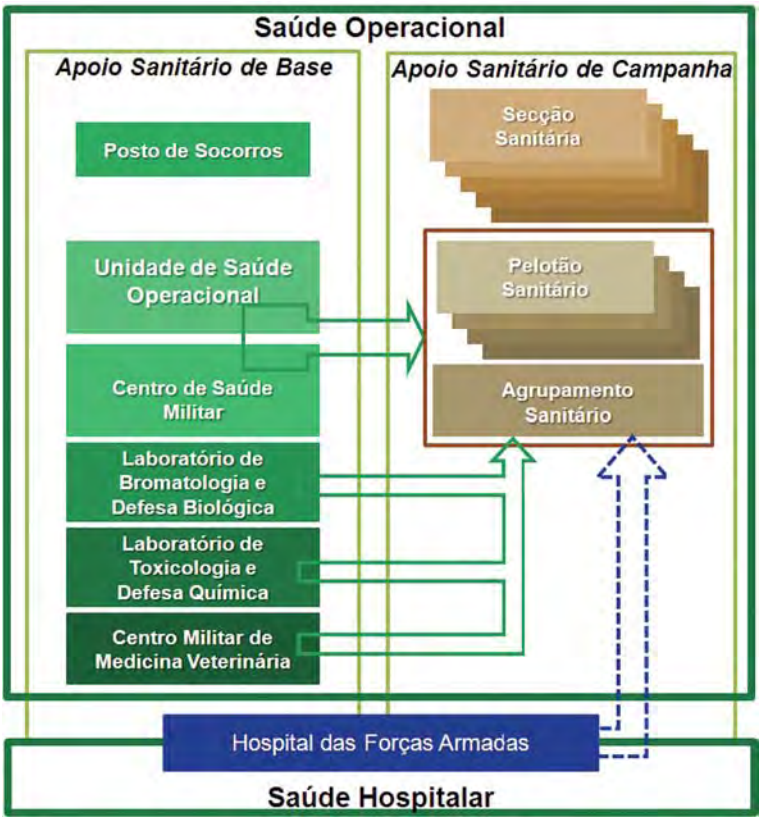


Figura 1

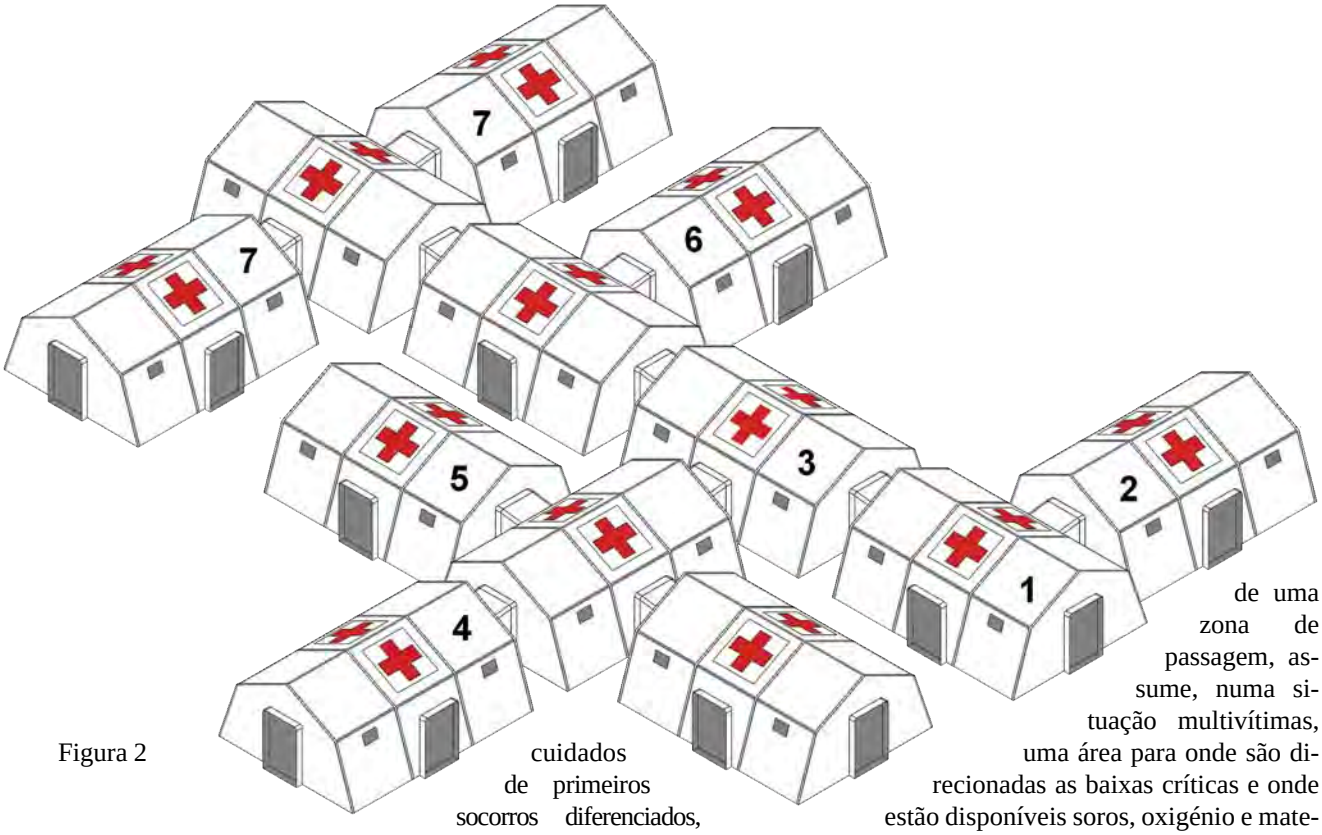


Figura 2

cuidados de primeiros socorros diferenciados, triagem, reanimação e estabilização. De uma forma geral as possibilidades do Role 1 são: apoio técnico à cadeia de comando, consultas de rotina, gestão de doentes e pessoal ferido para o retorno imediato ao serviço, bem como a recolha da vítima no local do acidente e preparação das baixas para evacuação para a infraestrutura de apoio seguinte.

O módulo Role 1, implantado no terreno, foi constituído por uma estrutura de doze tendas, organizadas e disposta de acordo com o esquema constante da figura nº 2, estando, também, preparada apoiar cenários multivítimas.

Percorrendo a espinha dorsal da estrutura, temos à entrada a zona de admissão e triagem onde é recebido o doente, feita a sua inscrição e avaliação inicial (tenda 1). De acordo com o seu estado, é encaminhado para uma área de cuidados críticos ou não críticos. Na situação normal estes procedimentos efetuam-se dentro da tenda, sendo realizados fora da tenda na situação de cenários multivítimas.

A sala de emergência e reanimação (tenda 2) é destinada a baixas críticas, onde são estabilizados e preparados para serem evacuados para o nível de cuidados superiores, possuindo capacidade de diagnóstico, análises, ecografia e eletrocardiógrafo.

A tenda 3, que em situação normal, se trata de uma zona de passagem, assume, numa situação multivítimas, uma área para onde são direcionadas as baixas críticas e onde estão disponíveis soros, oxigénio e material de trauma, para estabilização inicial.

Segue-se uma área de consultas, tratamento e sala de espera, localizada sobre o lado esquerdo da estrutura, em forma de cruz. Esta área possui uma área de consulta (tenda 4), onde é possível efetuar a observação de dois doentes em simultâneo e uma sala de tratamento (tenda 5), com duas posições, com capacidade para pequenas cirurgias, tratar fraturas, fazer gessos, injetáveis e medicação variada.

Integra a estrutura uma área (tenda 6) onde são acondicionados os medicamentos, oxigénio e dispositivos médicos, constituindo-se como a Farmácia do Módulo e centro de reabastecimento dos Artigos de Classe VIII às unidades da Brigada.

Na extremidade, mais afastada, temos a zona de internamento (tendas 7) com capacidade instalada para 10 camas, onde ficam as baixas com possibilidade de retorno ao serviço de acordo com o regime de evacuação definido para a operação, normalmente 24 a 48 Horas.

Módulo de Emergência e Evacuação

O Módulo de Emergência e Evacuação é constituído por duas tipologias de equipas: Equipas Médicas de Emergência e Reanimação (EMER) e Equipas de Ambulâncias. Recorrendo a estas es-

truturas é possível colocar na área de operações, o mais à frente possível e de acordo com o planeamento, estruturas de apoio imediato, de forma a garantir, o cumprimento das linhas de tempo críticas, através da intervenção oportuna de pessoal diferenciado.

Cada EMER possui capacidade para atuação em qualquer tipo de terreno, sem restrições de situações de emprego tendo, apenas de ser salvaguardada a segurança do local onde intervém sobre a vítima muito crítica. Possui capacidade de suporte avançado de vida e estabilização, não efetua a evacuação das baixas críticas, com os seus meios orgânicos, prepara a sua evacuação para ser transportado por via aérea ou terrestre acompanhando-a se necessário. A EMER é constituída por três elementos (Médico, Enfermeiro e Socorrista /Condutor), permitindo esta organização a articulação entre viatura de apoio e equipa médica diferenciada, caso a equipa médico/enfermeiro acompanhem a evacuação da vítima; a viatura não é abandonada no terreno sendo levada para o local de junção pelo socorrista/condutor.

A equipa de ambulância é composta por três elementos (dois Socorristas e um Socorrista/condutor) e estão equipadas com ambulâncias com capacidade de suporte avançado de vida, estando preparadas e prontas para a apoiar evacuações de vítimas críticas com apoio diferenciado (MEDEVAC)[3].

Com a participação da Unidade Modular de Apoio Sanitário no Exercício "Dragão 12" o Exército constitui em permanência uma estrutura modular de apoio sanitário de Role 1, projetável e flexível, acondicionada em 8 contentores de ISO de 10ft, para emprego em TN ou fora dele, sendo a sua estrutura de apoio logístico desenhada de acordo com a missão a desempenhar.

---

* O Tenente-Coronel de Cavalaria João Carlos Pinto Bouça Flores Noné Santana é o Comandante da Unidade Modular de Apoio Sanitário e Oficial Gestor do Projeto do Exército "Agrupamento Sanitário".

---

[1] MTF – Medical treatment facility.

[2] Hoje designada por Unidade Hospitalar da Estrela do Polo de Lisboa do Hospital das Forças Armadas.

[3] MEDEVAC – Medical Evacuation.

Dr. Manuel Maria Alegre da Silva*

Ariete

O REINO DE PENEDONO ARMAS MEDIEVAIS

Penedono é uma vila medieval, situada no nordeste do distrito de Viseu, no limite da Beira Alta com o Douro. Como se diz "Onde a Beira acaba e o Douro Começa".

O seu belíssimo castelo altaneiro, situado no centro da vila, de planta hexagonal irregular é de construção anterior à fundação da nacionalidade, sendo mencionado em documentos conhecidos pela primeira vez em 930. Classificado como património nacional desde 1910, no seu acesso podemos encontrar o Pelourinho Manuelino de gaiola datado do século XVI. Rezam as crónicas que foi berço de Álvaro Gonçalves Coutinho, o famoso " Magriço ", imortalizado por Luís de Camões no canto VI dos Lusíadas, no célebre episódio dos doze de Inglaterra.

Nesta vila continua-se a respirar uma atmosfera medieval e a sentir-se os feitos de outros tempos da nossa história. Em 2008, imbuídos do espirito guerreiro da Idade Média um grupo de amigos, com o apoio do Município, criou nesta vila a " Hoste do Magriço – Associação de Recriação Histórica de Penedono", assim chamada em homenagem àquele que foi a mais célebre figura da sua história.

Iniciaram a sua atividade dedicada principalmente ao estudo, treino e recriação da luta medieval, principalmente a esgrima. Estudando minuciosamente os tratados do italiano Fiori dei Liberi ou do alemão Hans Talhoffer, publicados no século XV ou o tratado I33 de autor desconhecido e que se diz ser datado do século XIII. Tendo participado em vários eventos medievais, recriando a esgrima medieval, tanto em Portugal como além-fronteiras.

Rapidamente seguiram também para outra forma de recriar os tempos das guerras medievais, em parceria com o município foram efetuados estudos exaustivos e construídas várias armas de cerco medievais em tamanho real e em total funcionamento, que se encontram expostas na vila de Penedono.

Nesta exposição única no nosso país podemos encontrar uma Torre de Assalto, duas Catapulta, dois Arietes, dois Trabucos ou Trebuchet, duas Balistas e ainda um Espringal. Todas estas armas encontram-se permanentemente no centro histórico, podendo assim os visitantes apreciar a par das belezas arquitetónicas, uma magnífica e única exposição de armas de cerco.

Tirando a Torre de Assalto que se encontra fixa, devido até as suas grandes dimensões, todas as outras armas se deslocam, o que já permitiu que tivessem saído de Penedono, para serem apreciadas em eventos noutros locais do país.

Embora já tenha sido construído um número considerável de armas de cerco, a Hoste do Magriço continua o seu exaustivo trabalho de estudo de pesquisa para a construção de mais armas.

Qual o uso destas armas?

A Idade Média Portuguesa atribuiu duas designações a este recurso militar ofensivo: Castelos de Madeira, menos vulgar e Bastidas, termo aplicado pelos cronistas do século XV.

Usadas desde a Antiguidade, e descritas por Vegécio, as torres móveis de cerco passaram ao período medieval e constituíram, juntamente com as escadas compostas, e as gatas (pequenas torres protegidas debaixo das quais se abrigavam os soldados), os principais elementos na arte de sitiar uma cidade (poliorcética), até à divulgação da artilharia.

Empregadas para aproximação às muralhas da cidade cercada, a sua largura crescia conforme a altura, e oscilava entre os nove e os quinze metros quadrados. Era fundamental que a altura se erguesse acima das muralhas, para garantir a eficácia do assalto. Nestas torres eram colocados vários rodados, para mais facilmente serem movimentadas até aos muros. Este engenho integrava inúmeras escadas, facilitando a abordagem da muralha.

O número de pisos da torre dependia da sua dimensão. Normalmente tinha três ou quatro. No pavimento inferior podia ser incorporado um ariete ou carneiro, engenho de vaivém para destruir portas e defesas vulneráveis; também podia ser usado para transporte abrigado de soldados sapadores que tinham por missão destruir muros. Num dos pisos intermédios seguia uma ponte levadiça, de forma variável e protegida, que era lançada ao adarve, disponibilizando assim um passadiço ás tropas de assalto, conduzindo ao interior da praça. No pavimento superior eram colocados homens de armas e atiradores, que tinham por missão de desgastar a guarnição defensiva arremessando-lhe, desde cima, todo o tipo de projéteis: lanças, dardos, pedras, setas, virotões.

É conhecida a aplicação destes engenhos em inúmeras operações militares de cerco do Portugal medievo: Lisboa (1147), Silves (1189), Alcácer do Sal (1217), Guimarães (1385), Chaves (1386), Melgaço (1388), Ceuta (1415), Tânger (1437), entre muitos outros.

O aríete é uma máquina de guerra usada desde a Antiguidade. Constitui-o um tronco forte de madeira de freixo, ou de qualquer outra madeira forte que se encontre disponível na zona de atuação dos exércitos. Na ponta, era reforçado por material de ferro destinado a desgastar o alvo. Quando mais elaborado, esta extremidade tinha a forma de carneiro, de onde lhe terá vindo o nome, aries. Montado numa estrutura do tipo cábrea, usando um movimento de vaivém e por vezes assente numa rampa, era uma das principais máquinas de cerco, e foi usada amplamente na Antiguidade e na Idade Média. Como várias gravuras comprovam, esta arma era usada para derrubar pontos frágeis das fortificações adversárias – portas e paredes menos robustas – e permitir a entrada das tropas sitiantes. A primeira grande operação militar onde está documentada a utilização do aríete foi o cerco de Jerusalém por Tito em 70 d.C. No Território português, o aríete terá sido usado logo nas campanhas de Fernando Magno (1057) e, depois disso, em quase todas as operações militares que implicaram o cerco de praças.

A balista era uma peça neurobalística da Antiguidade Clássica, descrita por Vegécio na sua Epitoma Rei Militaris. Com as Catapultas, estas armas criavam uma cortina de projéteis, fulcrais para proteger as manobras dos exércitos, quer na defesa, quer no ataque a cidades. Passou à Idade Média, e o uso em Portugal está documentado. O seu tamanho variava consoante o contexto da sua aplicação, em cerco ou no campo de batalha. A mais pequena pouco maior era do que um arco, embora o seu poder de tiro e alcance fossem muito superiores. De estrutura em T, assentava no princípio de torção de cordas, embora fosse aparentada com a besta; aliás, era por vezes conhecida como " besta de terreiro ". As mais pequenas eram usadas para disparos através de brechas (seteiras) e de muros com ameias; as suas potencialidades revelavam-se na fiabilidade do tiro, que alcançava uma distância de 400, 450 metros. Uma das suas variantes era a que era disparava projéteis em pedra destinados a destruir as armas de cerco do adversário. As crónicas medievais portugue-

Catapulta

Torre de Cerco

Fonte da imagem do canto superior direiro das páginas ímpares deste artigo: www.tienda-medieval.com.

sas falam em *balista* e em *fundis balearicis*, remetendo, assim, para as que arremessavam balas de pedra. Terão sido trazidas pelos cruzados nórdicos (ingleses, alemães e flamengos) no século XII, e sabe-se que foram utilizadas, entre outras, na conquista de Lisboa (1147) e de Silves (1189). No seu *Il Códice Atlantico*, Leonardo da Vinci (1445-1520) desenhou uma gigantesca balista de arremesso de projéteis em pedra, naquela que é considerado o esquema mais rigoroso desta máquina de guerra.

Vegécio chamou-lhe "Onager", expressão mais tarde aportuguesada para "Onagro", significando o coice que o burro (onagro) desferia quando incomodado. Era a arma neurobalística mais conhecida de todas as armas de cerco da Antiguidade e da Idade Média. Era a arma de guerra que melhor ilustrava a "artilharia de cerco" pois, pelas suas dimensões, era difícil de operar dentro das muralhas (embora isso tivesse acontecido como se pode ver em gravuras medievais). Os modelos de catapulta variavam consoante se tratasse de uma arma de lançamento de setas ou de pelouros ou pedras, esta a mais conhecida. Segundo Richardot, "uma armação de madeira era colocada no solo, atravessada à largura por um rolo de tendões do qual emergia obliquamente um leme de madeira. No cimo deste encontrava-se um gancho de ferro que suportava uma funda de ferro ou de corda carregada com uma bala de pedra"; o leme era baixado para trás por um guincho manobrado por quatro homens, acentuando a torção dos tendões. Um gatilho metálico mantinha o leme na horizontal e o disparo era feito pelo mestre da peça, desferindo um golpe de martelo no gatilho. Tinham tamanho variável. As mais pequenas (aproximadas às balistas) pesavam aproximadamente 40kg e disparavam setas a cerca de 350 metros; as maiores pesavam várias centenas de quilos, disparavam projéteis de 45 a 80 quilos e chegavam a alcançar os 800 metros. Pelo seu poder de destruição era uma arma temível e temida. Na Idade Média portuguesa, o uso das catapultas encontra-se bem documentado. Desde logo, no cerco de Lisboa (1147), ou na conquista de silves (1189), na qual D. Sancho I mandou assentar duas; mas também em cercos do século XIV (por exemplo, o de Lisboa durante o interregno de 1383-1385) e, mesmo em operações militares do início da expansão marítima portuguesa, a catapulta teve sempre um lugar de destaque entre os recursos militares aplicados.

O Trabuco ou Trabuquete exemplifica um tipo de arma de cerco aparentada com a Catapulta. Estrutura de madeira em T ou V, articulava um braço

móvel, uma viga, comprida em cuja extremidade havia uma caixa com um pesado contrapeso de pedras. O seu funcionamento baseava-se precisamente no contrapeso ou na tração, predominando a utilização do primeiro, deixando-se cair o contrapeso de um só golpe, sendo o projétil lançado contra os muros que se pretendia derrubar. O *Elucidário* dá dele a primeira aceção: " pequeno trabuco com que se atiravam pedras e metralhas". Estas máquinas de guerra, de que não se conhece bem a origem, lançavam projéteis pesados (chegando a ultrapassar os cem quilos) e eram mais precisas que as velhas máquinas de torção da Antiguidade; a precisão, força e cadência de tiro (que podia ser surpreendentemente rápida) tinha como resultado o desgaste das muralhas mais fortes. Em meados do século XIV, os vereadores do Porto e os homens-bons de Gaia pensaram em erguer duas torres onde correria uma corrente de ferro para impedir a entrada de navios inimigos e, numa delas seria montado um trabuquete para ofender essas embarcações; de resto, na alta Idade Média, o trabuquete parece ter sido usual em alguns navios equipados para a guerra, destinado a arrojar pedras contra as naves inimigas.

No cerco do castelo de Belver (1440), no âmbito da guerra entre o infante D. Pedro e a regente D. Leonor, está documentado o emprego de vários engenhos de guerra do tipo trabuquetes e catapultas, que foram decisivos na rendição da fortaleza.

O termo Espringal é encontrado pela primeira vez em documentos franceses, datados de 1249, no entanto é provável que o Espringal tenha aparecido cerca de vinte anos antes em Itália, como evolução do Ziars árabe.

O Espringal foi muito popular na primeira metade do século XIV. O último relato do seu uso é datado de 1431.

É uma peça de artilharia que consistia numa moldura retangular de madeira com rodas, que tinha instalado dois braços de madeira independentes, cada um inserido em corda (crina de cavalo). Na parte traseira tinha um guincho e um mecanismo de gatilho para operar a máquina. Permitia-lhe lançar virotões normalmente de 70 a 80 centímetros, existindo no entanto alguns com maior poder. O seu alcance era de 180 a 200 metros. Podia no entanto com algumas alterações atirar também pedras ou projeteis incendiários.

O poder do Espringal poder ser estimado em cerca de 1800 quilos, o que o tornava uma arma poderosa que necessitava de dois homens para o segurar. O seu poder era tal que não só perfurava as armaduras dos soldados mas também os seus escudos.

Trabuco

Era usado com frequência em torres e muralhas, entre as ameias, para exercer a defesa de castelos. Um dos exemplos mais conhecidos foi a colocação de quinze Espringal, na Torre de Londres para a sua defesa.

Bibliografia

BARROCA, Mário – O castelo de Belver. A arquitetura militar dos Hospitalários nos finais do século XII. S/I: IGESPAR, 2010.

HERNANDEZ CORDONA, Xavier; RUBIO CAMPILLO, Xavier – Breve historia de la guerra Antigua e Medieval. Madrid: Ediciones Nowtilus, 2010.

MONTEIRO, João Gouveia; BRAGA, José Eduardo – Vegécio. Compêndio de arte militar. Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra, 2009.

MONTEIRO, João Gouveia; A guerra em Portugal nos finais da Idade Média. Lisboa: Editorial Noticias, 1998.

RIHLL, Tracey Elizabeth – The catapult: a history. Yardley: Westholme Publishing, 2007.

* Nascido a 12 de outubro de 1971, o autor é Licenciado em História pela Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, tem o Curso Universitário Superior de *Protection Integral* pela Universidade de Salamanca e uma Pós-graduação, em Criminologia, pelo Instituto Superior de Ciências da Informação e Administração – Aveiro.

É socio-fundador da Hoste do Magriço – Associação de Recriação Histórica de Penedono, Mestre e fundador da Comenda Templária "Gladius Templi", de Penedono, membro da AIT (*Asamblea Internacional Templaría*), sendo subcoordenador da AIT Portugal, é instrutor de esgrima medieval – AEMA (A*ssociation Espanhola de Maestros de Armas*), monitor de Defesa Pessoal SMD (Sistema Marcial de Defesa) e é, também, instrutor de Defesa Pessoal Policial da Bricpol –(*Brigada de Competicion Policial*).

Nota de Redação

No *Jornal do Exército* nº 619 do mês de julho deste ano, no artigo do Engenheiro Eduardo Zúquete "Os Passeios de Girassol na página 45, o artigo saiu incompleto na parte final, pelo que a seguir ao último parágrafo deve-se ler o seguinte texto:

- Belém? Não, de forma nenhuma. Eu pedi mas foi para ir a Nancatari porque o Hugo precisava que alguém lá fosse ver a obra da pista.

O comandante Santos Silva esboçou um gesto de contrariedade:

- Ora bolas, tanto jeito que tinha dado essa visita! E eu que me esqueci de lhe dizer isso antes de você ir para Mueda…

Foi a altura de eu não perceber:

- Desculpe, meu Comandante, mas o senhor é que me impediu de ir a Nancatari quando eu lhe pedi!

- Nada disso! - retorquiu o major Santos Silva - Você pediu foi autorização para ir a Belém e eu nem sequer percebi o que é que você ia lá fazer! Que obra é que temos em Belém?

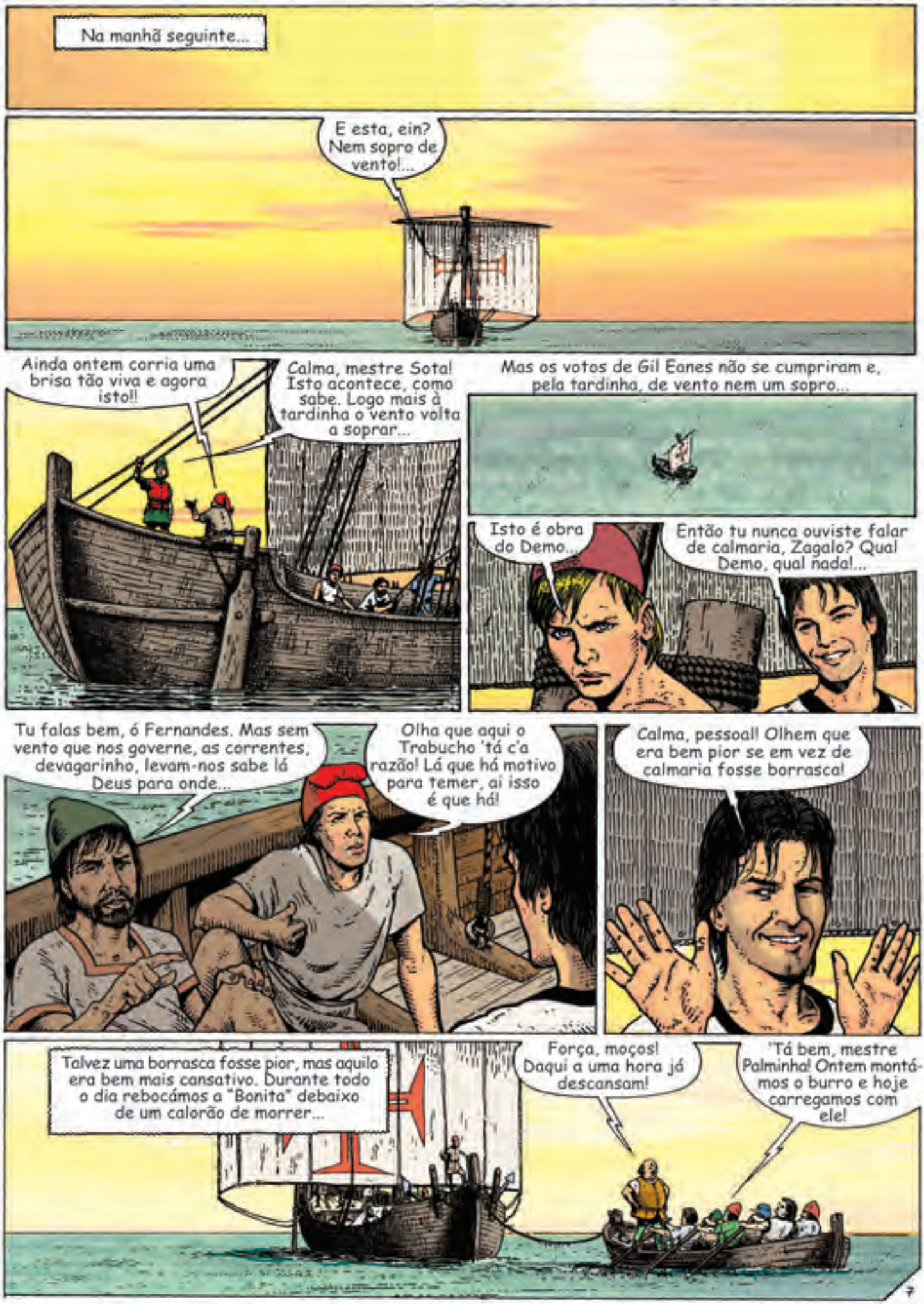
- Belém, meu Comandante? Eu não falei em Belém! Como é que aparece Belém na fita?

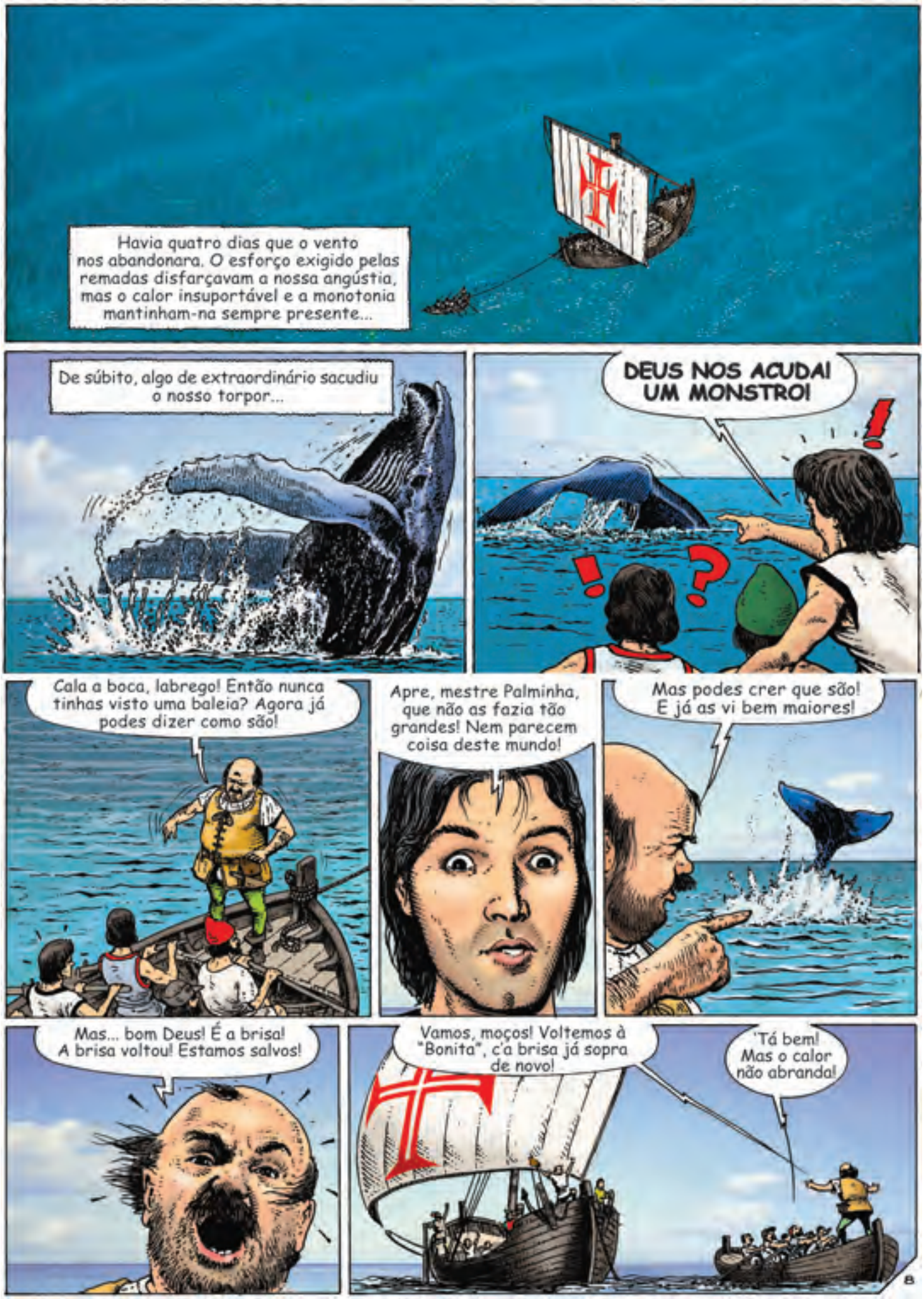
- Era o tal "Girassol"!

- Não, meu Comandante, em Mueda "Girassol" era Nancatari!

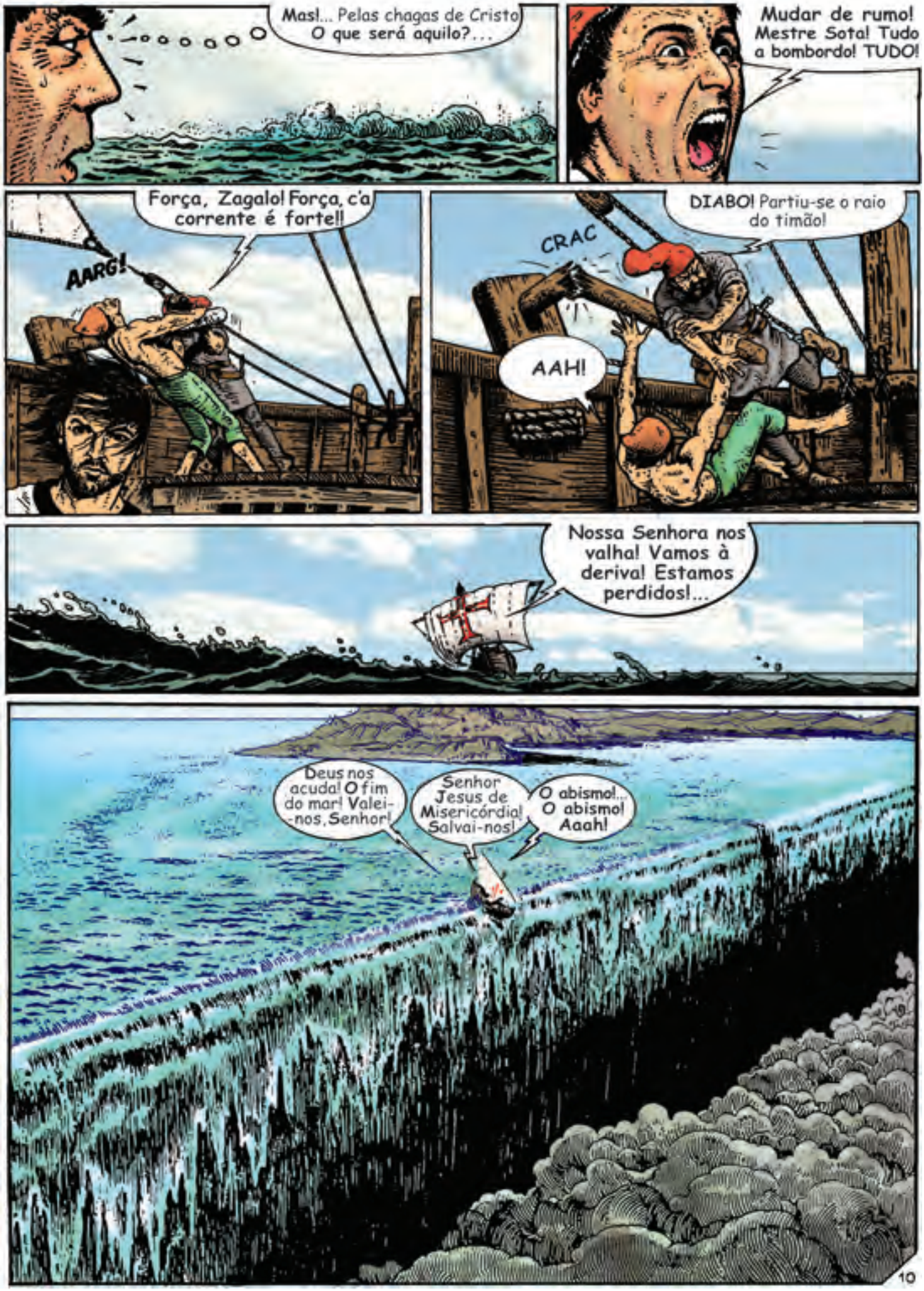
Estávamos a falar de coisas diferentes e havia que esclarecer os passeios do "Girassol" - o que se conseguiu sem dificuldade. Os códigos mudavam todos os meses e, como todos os outros, "Girassol" mudou de "alojamento" no fim do mês - e "voou" de Belém para Nancatari ou vice-versa, não me lembro ao certo. E, como se está mesmo a perceber, um dos postos rádio mudou os códigos prontamente e o outro funcionou ainda com a lista antiga, vá lá a gente saber porquê…

Pelo lapso apresentamos as nossas desculpas.


Na manhã seguinte...
E esta, ein? Nem sopro de vento!...
Ainda ontem corria uma brisa tão viva e agora isto!!
Calma, mestre Sota! Isto acontece, como sabe. Logo mais à tardinha o vento volta a soprar...
Mas os votos de Gil Eanes não se cumpriram e, pela tardinha, de vento nem um sopro...
Isto é obra do Demo...
Então tu nunca ouviste falar de calmaria, Zagalo? Qual Demo, qual nada!...
Tu falas bem, ó Fernandes. Mas sem vento que nos governe, as correntes, devagarinho, levam-nos sabe lá Deus para onde...
Olha que aqui o Trabucho 'tá c'a razão! Lá que há motivo para temer, ai isso é que há!
Calma, pessoal! Olhem que era bem pior se em vez de calmaria fosse borrasca!
Talvez uma borrasca fosse pior, mas aquilo era bem mais cansativo. Durante todo o dia rebocámos a "Bonita" debaixo de um calorão de morrer...
Força, moços! Daqui a uma hora já descansam!
'Tá bem, mestre Palminha! Ontem montámos o burro e hoje carregamos com ele!
7


Havia quatro dias que o vento nos abandonara. O esforço exigido pelas remadas disfarçavam a nossa angústia, mas o calor insuportável e a monotonia mantinham-na sempre presente...
De súbito, algo de extraordinário sacudiu o nosso torpor...
DEUS NOS ACUDA! UM MONSTRO!
Cala a boca, labrego! Então nunca tinhas visto uma baleia? Agora já podes dizer como são!
Apre, mestre Palminha, que não as fazia tão grandes! Nem parecem coisa deste mundo!
Mas podes crer que são! E já as vi bem maiores!
Mas... bom Deus! É a brisa! A brisa voltou! Estamos salvos!
Vamos, moços! Voltemos à "Bonita", c'a brisa já sopra de novo!
'Tá bem! Mas o calor não abranda!
8

O Sol... um sol tão abrasador que nos fere as vista, burlando os nossos sentidos...
Valha-nos Cristo... este sol parece chumbo derretido caindo sobre as noças cabeças...
Espero que me não queime a alma como me queima os olhos...
O Bojador! É o Bojador mesmo à nossa frente!
Pelas chagas de Cristo! Salta-me o coração fora do peito!...
Mantenha o rumo, mestre Sota!
Eia, moços! Icem-me até à gávea!
Vamos ver, Senhor Infante, de que massa são feitos os portugueses...
9


Mas!... Pelas chagas de Cristo O que será aquilo?...
Mudar de rumo! Mestre Sota! Tudo a bombordo! TUDO!
Força, Zagalo! Força, c'a corrente é forte!!
AARG!
DIABO! Partiu-se o raio do timão!
CRAC
AAH!
Nossa Senhora nos valha! Vamos à deriva! Estamos perdidos!...
Deus nos acuda! O fim do mar! Valei-nos, Senhor!
Senhor Jesus de Misericórdia! Salvai-nos!
O abismo!... O abismo! Aaah!
10

MILICIA

WWW.MILICIAPRO.COM

SEDE
Showroom
Nova Loja

+80 Marcas
Loja 170M²
Showroom 180 M²
Estacionamento
700 M² Armazém

FARDAMENTO
EQUIPAMENTO
SEGURANÇA

5.11 TACTICAL SERIES · SAFARILAND · BLACKHAWK! · TASER

Aimpoint, American Body Armor, AmeriGlo, Arktis, Armor Accessories, Bates, BCB, Bianchi, C-A-T, Sam Medical CAA Tactical, Cadex, CamelBak, Crimson Trace, Defcon 5, Defense Technology, Eagle, Eberlestock, ESS, Explorer First Choice, Fisher Labs, Forensics Source, Peli, GoldEck, Hatch, Hawke, Hellstorm, Hiatt, Inova, Lansky, Ledwave Libervit, Marlow, Maxpedition, MOD, Monadnock, Oakley, Otis, Fox, Peltor, Protech, Quickstep, Savvy Armor Second Chance, Seeker, Sog, Suex, SureFire, Tactical Medical, Taser, TSSI, United Shield, Garret, Tristar Armored Cars

Visite-nos na Av Poeta Eugénio de Andrade, nº 1267 - Canidelo VNG
coordenadas GPS: 41,115871 / -8,648119

EXÉRCITO
RECRUTAMENTO
O FUTURO É AQUI...
www.exercito.pt 800 20 12 74 recrutamento@mail.exercito.pt

€2.00 (IVA incluído)

Ano LIII - n.º 621
OUTUBRO DE 2012

jornal do Exército

Dia do Exército
e a cidade de Caldas da Rainha

Protocolo Santander Totta

Soluções Ordenado

Damos mais valor ao seu ordenado

iPad 3 Apple
Wi-Fi 4G 16GB

Para ordenados ou reformas a partir de 2.500€ ou 1.500€ com variação de recursos ≥ 20.000€

Câmara de Filmar Toshiba

Máquina de Café Dolce Gusto

DVD Portátil Philips

GPS Garmin

Máquina Fotográfica Fujifilm

Para Ordenados a partir de 375€ e reformas a partir de 300€

Samsung TV LED

NetBook Toshiba NB510

PlayStation3 160 Gb

Samsung Galaxy Ace

Para ordenados ou reformas a partir de 1.500€

No Santander Totta sabemos que uma gestão eficiente do seu dia-a-dia permite-lhe ganhar tempo e dinheiro. Com as nossas Soluções Ordenado queremos estar em sintonia consigo, para que possa aproveitar melhor cada momento da sua vida. Conte connosco.

Santander Totta
O Valor das Ideias

PROTOCOLO

www.santandertotta.pt

[illegible] para a TV LED, o Netbook Toshiba, a Samsung Galaxy Ace e a Playstation3 [illegible] para o iPad [illegible] de 2.500€ ou 1.500€ e variação de recursos de valor igual ou superior a 20.000€ face ao saldo pontual de 30 de Junho de 2012. O período de enquadramento deve ser efectuado pelo Cliente até 28 de Setembro de 2012 (válido para novas domiciliações de ordenado ou reformas), devendo a 1ª domiciliação de ordenado ou reformas (variação de recursos no caso do iPad3) e realização do equipamento ocorrer nos 3 meses subsequentes. Caso cessem as domiciliações de ordenado ou reforma, antes de decorridos 25 meses, por causa não imputável ao Banco, o Cliente deverá devolver o valor de 600€ no caso do iPad3, 300€ no caso da TV LED, do Netbook Toshiba, do Samsung Galaxy Ace e da Playstation3 e de 150€ para os restantes equipamentos, na proporção do prazo não decorrido. Para efeitos de validação do cumprimento do requisito relativo ao saldo de recursos (que compreendem os Saldos de Depósitos à Ordem, Depósitos a Prazo, Contas de Reembolso e Poupança, Produtos Estruturados, Fundos de Investimento, Seguros Financeiros e Planos de Poupança/Reforma/Educação e excluem Cartões de Crédito) não serão consideradas as avaliações negativas do preço de mercado, ou seja, eventuais desvalorizações dos produtos detidos pelo Cliente com as variações negativas do Saldo de Depósitos à Ordem. Oferta limitada ao stock existente. As imagens da Máquina de Café Dolce Gusto e do iPad 3 podem não corresponder à cor anunciada ao Cliente. A qualidade do equipamento e a sua garantia são de responsabilidade exclusiva dos fornecedores.

Jornal do Exército
ÓRGÃO DE INFORMAÇÃO, CULTURA E RECREIO DO EXÉRCITO PORTUGUÊS, CRIADO POR PORTARIA DE 14JUL60

Capa

Foto: CAVE

Monumentos com História Militar
Monumento aos Combatentes
da Guerra do Ultramar – 4
Editorial – 5
Figuras e Factos - Destaque do mês – 6
Figuras e Factos – 7

Portugal e o Conselho
de Segurança das Nações Unidas
Um balanço – 14

O maior desastre maritimo
da História – 42

Dia do Exército
e a cidade de Caldas da Rainha – 24

Suplemento Banda Desenhada:
"Gil Eanes – o Herói de Lagos"
Pág: XIII a XVI

Os artigos publicados com indicação de autor são da inteira responsabilidade dos mesmos, não refletindo, necessariamente, o pensamento da Chefia do Exército Português

PROPRIEDADE DO ESTADO-MAIOR DO EXÉRCITO
Direção, Redação e Administração: Largo de S. Sebastião da Pedreira, 1069-020 Lisboa, Telef: 213 567 700, Fax Civil: 213 567 791 Militar: 414 091, E-mail: jornal.do.exercito@mail.exercito.pt, jornal.exercito@sapo.pt, E-mail - Intranet: Jornal do Exército, Home page: www.exercito.pt DIREÇÃO - Diretor: Coronel de Infantaria José Custódio Madaleno Geraldo; Sub-Diretor: Tenente-Coronel J. Pinto Bessa; Secretária: Ass. Téc. Arminda Vitorino; REDAÇÃO - Chefe: Tenente-Coronel J. Pinto Bessa; Assistente de Redação: 1.º Sargento Anjos Das Neves; Redatores: Alferes RC Nelson Cavaco, Alferes RC Filipa Domingos; Operadoras Informáticas: Assistente Técnica Elisa Pio, Assistente Técnica Guiomar Brito; SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS - Chefe: Tenente-Coronel António N. Marcos Andrade; Auxiliares Sargento-Ajudante João Belém, Sargento-Ajudante Luís Silva; Operadoras Informáticas: Assistente Técnica Joana Moita; Assistente Técnica Tânia Espírito Santo; COLABORAÇÃO FOTOGRÁFICA - Lusa - Agência de Notícias de Portugal, SA; Centro de Audiovisuais do Exército RCRPP/GabCEME; EXECUÇÃO GRÁFICA - Europress, Lda - Rua João Saraiva, 10-A - 1700-249 Lisboa, Tel: 218 444 340 - Fax: 218 492 061, E-mail: Europress@mail.telepac.pt. Tiragem - 6 000 exemplares Depósito Legal - nº 1465/82 ISSN - 0871/8598

Monumento aos Combatentes da Guerra do Ultramar

O Monumento com História Militar em destaque nesta edição do *Jornal do Exército* está situado na freguesia de Santa Catarina, nas Caldas da Rainha, cidade que este ano acolheu as comemorações do Dia do Exército.

A obra em causa é recente, tendo sido inaugurada a 2 de julho de 2011, com o intuito de homenagear os filhos da terra que morreram no Ultramar. No trabalho que teve início em fevereiro e terminou em maio, foi empregue o método de talhe direto, esculpindo diretamente a figura no bloco em bruto, recorrendo apenas ao desenho como auxiliar, tendo sido utilizadas ferramentas elétricas e pneumáticas e o acabamento realizado manualmente.

A Comissão de Veteranos de Guerra de Santa Catarina foi a responsável pela organização dum encontro que incluiu a inauguração do monumento aos ex-combatentes, veteranos de guerra, da freguesia, projeto pedido pela Liga dos Combatentes (núcleo de Alcobaça).

Para que a memória não se perca e a história não se apague, esta escultura representa a figura de um soldado com o equipamento (G3, mochila, botas e quico) utilizado pelos combatentes na Guerra do Ultramar, não querendo retratar diretamente um soldado em questão, o autor pretendeu desta forma retratar um soldado "desconhecido" em que todos os outros se reconheçam.

Homenagear os 217 filhos da terra que partiram para as colónias ultramarinas, entre 1961 e 1974, relembrando sobretudo os quatro homens que tombaram nessa luta, é o principal objetivo deste monumento carregado de simbolismo.

Para a elaboração do mesmo, o escultor Renato Franco, nascido na altura do conflito, em 1973, na Nazaré, recorreu a fotografias da época e descrições junto de familiares e amigos que estiveram na frente de combate. Este beneditense conta já com um vasto currículo com inúmeras presenças em exposições, simpósios, festivais e diversas colaborações e parcerias. O fruto do seu trabalho já lhe valeu alguns prémios, entre eles, uma obra de cariz militar também, como é o caso do Monumento a D. Nuno Alvares Pereira - Aljubarrota, em 2004.

Na inauguração da obra estiveram presentes, entre outros convidados, o Coronel Rui Oliveira, em representação do Ministério da Defesa Nacional, e Augusto Freitas, presidente da direção da Associação Portuguesa de Veteranos de Guerra. No momento das alocuções, algumas emotivas, segundo relatam os jornais locais, foram proferidas declarações como: "jamais se poderão esquecer os mortos"; "defenderam a pátria com uma entrega total, que devem ser um exemplo para as gerações futuras"; "a História ainda se está a escrever e ainda estamos a uma distância muito curta para que se faça justiça a todos os que combateram e foram afetados pela guerra ultramarina" e ainda, "uma homenagem mais do que justa, que só peca por tardia".

Fez ainda parte do programa uma romagem ao cemitério, uma missa, a bênção do monumento pelo capelão militar Joaquim Nazaré, o sobrevoo por três caças da Força Aérea, e foi ainda depositada uma coroa de flores.

Fonte: Gazeta das Caldas e Renato Franco, autor do monumento, ao qual o *JE* agradece a colaboração, informação e fotografias.

Alferes RC Filipa Domingos

INFORMAR PARA BEM SERVIR

O Dia do Exército celebra a conquista de Lisboa por D. Afonso Henriques no ano de 1147. Este ano a celebração decorreu nas Caldas da Rainha, cidade que acolhe a Escola de Sargentos do Exército. Este dia é celebrado pelo Exército em todas as unidades militares do ramo com o intuito de aproximar os cidadãos portugueses do seu Exército, para que o conheçam melhor, através das suas múltiplas missões no continente, nas ilhas e além-fronteiras. O programa evocativo das festividades foi vasto e damos conta nas páginas centrais do *Jornal do Exército*.

Ao evocar-se o Exército evoca-se os seus soldados, que hoje como ontem, demonstram ser tão bons como os melhores, com instrução adequada e com equipamentos adequados ao cumprimento das diversas missões, nos mais variados Teatros de Operações. Como reconhecimento desta realidade, no discurso que proferiu, o Ministro da Defesa Nacional referiu que as Forças Nacionais Destacadas são um "Espaço de afirmação da excelência do desempenho do soldado português, reconhecido na comunidade internacional e motivo de orgulho de todo um povo" e mais adiante "As Forças Armadas, as verdadeiras Forças Armadas, estão aqui. Como hoje, e bem, o Exército nos dá mostra. No terreno, nos quartéis. Trabalham preparam-se para que nada falhe no momento certo."

O Exército Português está associado aos grandes momentos nacionais, desde o tempo do seu Patrono, D. Afonso Henriques. Com valores éticos e morais procuram servir com excelência, não se poupando a esforços para a defesa dos interesses nacionais superiormente determinados na Constituição Portuguesa e para a defesa do bem comum. O Chefe do Estado-Maior do Exército disse no seu discurso: "A realização do Dia do Exército nas Caldas da Rainha ocorre num período particularmente difícil para o País, que nenhum português pode ignorar e por conseguinte, também os militares que servem no Exército, sentem e vivem de igual forma, os sacrifícios que nos são exigidos em nome da continuação de Portugal. Neste contexto restritivo, hoje é um dia em que o Exército pretende, como sempre, contribuir para o reforço de um clima de coesão, de estabilidade e de segurança, através da demonstração da nossa unidade e disciplina, na defesa dos valores mais altos que norteiam a nossa existência coletiva como Nação Independente."

Os soldados continuam a ser preparados para defender a Pátria, até ao sacrifício da própria vida. Na nossa modesta opinião, este sacrifício máximo é o que distingue o cidadão militar do cidadão civil, mas todos os cidadãos portugueses devem contribuir para um Portugal melhor, em que o bem comum seja defendido por todos, para que possa ser usufruído por todos!

Neste número do *Jornal do Exército*, partilhamos, ainda, com os nossos leitores uma interessante artigo da Mestre Mónica Ferro "Portugal e o Conselho de Segurança das Nações Unidas – Um balanço." Em que refere o seguinte: "Portugal tem abertamente apoiado a entrada do Brasil e da Índia para membros permanentes do Conselho e acrescenta a premência de haver um representante do continente africano. A estes candidatos, acrescento outros dois que pelo seu dinamismo regional e pela forma empenhada como têm contribuído para a paz e segurança são incontornáveis: a Alemanha e o Japão."

O nosso estimado colaborador José Pires oferece-nos mais alguma páginas do seu álbum de banda desenhada, "Gil Eanes, o herói de Lagos, o Bojador para lá das portas do mito".

José Custódio Madaleno Geraldo
Coronel de Infantaria

PLANO GERAL DE COMUNICAÇÃO DO EXÉRCITO 2012/2014

1. SITUAÇÃO

a. Situação Geral

(1) Diretiva nº 48/CEME/12.
(2) O Ministério da Defesa Nacional estabelece e desenvolve a sua política de comunicação de acordo com o programa do Governo;
(3) O Estado-Maior-General das Forças Armadas estabelece e desenvolve atividades no âmbito da comunicação centrada no emprego dos meios e forças aprontadas pelos Ramos;
(4) A Armada estabelece e desenvolve atividades no âmbito da comunicação de acordo com as orientações de S Exª o Almirante CEMA
(5) A Força Aérea estabelece e desenvolve atividades no âmbito da comunicação de acordo com as orientações de S Exª o General CEMFA;
(6) Verifica-se um reforço significativo do papel das redes sociais na estratégia de comunicação das instituições a par de um incremento significativo do número de atores.
(7) A sociedade envolvente é dinâmica na procura de informação, independentemente do rigor e qualidade da mesma;
(8) A conjuntura global é incerta e instável, pelo que importa transmitir uma imagem de força, estabilidade e profissionalismo, potenciadoras de um ambiente de segurança e proximidade, permanentemente ao serviço da sociedade em que se insere.

b. Situação Particular

(1) Nos termos da Diretiva nº 48/CEME/12, o Exército deve:
  (a) Executar uma estratégia de comunicação externa numa perspetiva aberta, dinâmica e flexível que permita afirmar o Exército como uma instituição ligada à sociedade, consolidando e incrementando a imagem positiva junto do público e das instituições nacionais;
  (b) Dinamizar os processos de comunicação interna, num esforço de continuidade, explorando novas abordagens, processos e plataformas, de forma a garantir a informação, motivação e comprometimento do público interno, com os objetivos definidos pelo Comando do Exército
(2) O desenvolvimento de uma estratégia de comunicação para o Exército é essencial para a consolidação e convergência de esforços para divulgar e afirmar a sua imagem como uma instituição regida pelos mais nobres valores morais, dinamicamente aberta à sociedade civil e cujo desempenho se caracteriza pela qualidade e excelência.
(3) O atual envolvimento em vários Teatros de Operações (TO) e a participação nas diversas organizações em que Portugal se insere, como um dos instrumentos da Política Externa do País, devem ser reconhecidos pela sociedade como fatores de prestígio Nacional e espelho da excelência do seu Exército;
(4) A estratégia de comunicação não deve ser exclusivamente orientada para o exterior, devendo incidir de igual forma sobre todos os Oficiais, Sargentos, Praças, Funcionários Civis e Família Militar da instituição, permitindo desenvolver um quadro de referência comum que permita sedimentar e fortalecer as convicções, autoestima e sentimento de pertença à organização Exército.

2. MISSÃO

O Exército estabelece, implementa e desenvolve para o período de 2012/2014, uma estratégia de comunicação ativa, flexível e dinâmica, que potencie a visibilidade e a afirmação da sua imagem institucional junto da sociedade e das instituições nacionais, em geral, e dos públicos mais jovens, em particular. Desenvolve uma política de comunicação interna eficaz dirigida a todos os militares, civis e Família Militar, de forma a garantir a sua informação, motivação e comprometimento com os objetivos definidos pelo comando do Exército.

Para mais esclarecimentos consultar o "PLANO GERAL DE COMUNICAÇÃO DO EXÉRCITO 2012/2014", em: http://10.105.0.55/news/Documents/PGC%202012-2014.pdf.

Entrega das Espadas aos novos Oficiais do Quadro Permanente

A tradicional Cerimónia de Entrega das Espadas, símbolo do Comando, aos alunos do Exército dos cursos "Marechal de Campo António Teixeira Rebelo" e "Capitão Aires de Ornelas e Vasconcelos", que concluíram os respetivos Tirocínios no ano letivo 2011/2012, decorreu, no dia 1 de outubro, na sede da Academia Militar, em Lisboa.

Esta formalidade, onde não faltaram amigos e familiares dos cerca de 70 novos Oficiais do Quadro Permanente do Exército Português, foi presidida pelo Chefe do Estado-Maior do Exército (CEME), General Artur Pina Monteiro.

Aquando do discurso do General CEME, este reforçou "o sentido de responsabilidade associado a este ato", expressando também, " o seu reconhecimento institucional, e a sua confiança nos Oficiais que assumem o compromisso de bem servir a Nação e o Exército". Segundo sublinhou, o ingresso destes novos elementos, nos quadros da Instituição, "rejuvenesce o Exército, contribuindo com novas ideias e novas vontades de bem servir para o cumprimento da missão constitucional que nos foi atribuída".

A atual crise nacional não foi esquecida pelo CEME que relembrou que o "mundo em que vivemos está a mudar, vivendo o país e bem assim o Exército, uma situação especialmente difícil e de grande exigência, sendo colocados novos e diferentes desafios à Instituição". Não obstante, continuou, "nestes tempos de mudanças temos que ser nós a tomar a iniciativa e a protagonizar a dinâmica de uma transformação sustentada e credível", pelo que esta nova geração de Oficiais "deverá estar conscientemente orientada para responder à incerteza".

Nas palavras do General CEME "a Entrega da Espada,

afigura no cerimonial militar o símbolo do Comando e testemunha assim, a convicção que o Comando do Exército tem na capacidade destes novos Oficiais de chefiarem outros militares, de estender a sua influência muito para além da cadeia de comando, de liderar pelo exemplo, e de saber comunicar com subordinados, superiores hierárquicos, e com outros atores relevantes para a sua ação. Espera-se também que saibam criar nas unidades um ambiente que possibilite o seu aperfeiçoamento, saibam constantemente melhorar as capacidades pessoais, e ajudem os vossos subordinados a crescerem profissionalmente e como cidadãos", concluiu.

Condecoração e entrega de Bastões

Teve lugar na Sala D. Maria, do Museu Militar de Lisboa, a 3 de outubro, uma cerimónia de condecoração e entrega de Bastões a Oficiais Generais, presidida pelo Chefe do Estado-Maior do Exército (CEME), General Artur Pina Monteiro.

Por deliberação do Presidente da República (PR), Professor Doutor Aníbal Cavaco Silva, o Chefe da Casa Militar do PR, Tenente-General Carlos Alberto de Carvalho dos Reis, foi agraciado com a Grã-Cruz da Ordem Militar de Avis, pelos serviços altamente meritórios, reconhecidamente relevantes e distintos, e que contribuíram para o prestígio militar das Forças Armadas. A imposição foi feita pelo CEME.

Seguidamente, por terem sido promovidos ao posto de Tenente-General, receberam, também do Comandante do Exército, os respetivos bastões, os Tenentes-Generais Samuel Marques Mota, Carlos António Corbal Hernandez Jerónimo, José Romão Mourato Caldeira e António Noé Pereira Agostinho.

Por seu turno, o General Artur Pina Monteiro recebeu, do Vice-Chefe do Estado-Maior do Exército, Tenente-General António Carlos de Sá Campos Gil, o Bastão de Chefe de Estado-Maior do Exército.

Depois de umas breves palavras do Comandante do Exército alusivas àquela cerimónia, este evento terminou com o tradicional «Porto de Honra».

Exercício final de aprontamento do Agrupamento Índia - Pristina 122

Sob o comando do Tenente-Coronel de Cavalaria José Talambas, decorreu entre o dia 26 de julho e 3 de agosto o exercício final de aprontamento "Pristina 122" do Agrupamento Índia/Kosovo Tactical Reserve Maneuver Battalion/ KOSOVO FORCE (AgrI/KTM/KFOR) no campo militar de Santa Margarida (CMSM) e áreas envolventes, nos concelhos de Constância, Chamusca e Abrantes.

O cenário foi inspirado nos últimos acontecimentos reais vivenciados no Kosovo, e a partir deste cenário foram criadas situações que o agrupamento teve que solucionar. Durante este período, a Inspeção Geral do Exercito conduziu uma avaliação operacional com o objetivo da certificação da Força. No final do exercício, no dia 2 e 3 de agosto realizou-se o Distinguish Visitores Day, que contou com a presença do Tenente-General Amaral Vieira, Comandante das Forças Terrestres.

O dia 3 foi dedicado às famílias, pois sem o seu apoio incondicional nada será possível quando a Força se deslocar para o Kosovo. Nesse dia foi-lhes explicada as condições em que os militares irão viver, bem como os meios através dos quais os poderão contatar no tempo que estarão em missão.

Este encontro terminou com a apresentação do núcleo de apoio à família que, em território nacional, será o primeiro a responder a todas as dúvidas. O dia ficou concluído com a cerimónia de entrega do Estandarte Nacional que irá acompanhar a Força nacional destacada no Kosovo. Esta cerimónia foi presidida pelo Major-General Comandante da Brigada Mecanizada, que nas suas palavras encorajadoras enalteceu o espírito da Brigada Mecanizada, do Exército e de Portugal, terminando com os votos sentidos de uma boa missão bem como sucesso no cumprimento desta.

Jornalismo em Teatro de Guerra na ESSM

No dia 21 de setembro, mais de duas dezenas de alunos do 4.º ano do Curso de Saúde e Enfermagem, da Escola do Serviço de Saúde Militar, estiveram presentes numa conferência subordinada ao tema: "Jornalismo em Teatro de Guerra". Inserida no âmbito do curso de Emergência e Catástrofe deste ano letivo, esta conferência, moderada pelo Coronel Borlinhas, contou com a presença de ilustres figuras do jornalismo/fotografia a nível nacional.

Luís Castro, jornalista e atual Subdiretor de Informação da RPT falou da sua experiência à frente de 23 situações de conflito, enquanto enviado especial, no sentido de explicar aos alunos o que deve e o que não deve ser feito.

A relação entre militares e jornalistas foi obviamente debatida, tendo em conta o meio da conferência, e foi sobretudo frisada como "uma relação difícil com exemplos atribulados, no caso do Iraque, onde chegou a haver disparos do Exército americano contra jornalistas ocidentais". Neste aspeto a estatística de 2011 não revela números animadores, visto que foram mortos 110 jornalistas em situações de conflito.

Manuel Almeida, fotojornalista da Lusa falou dos vários ângulos que a sua câmara fotográfica captou, nem sempre fáceis de lidar, entre diferentes cenários, sobretudo ao ter de lidar com ruas repletas de cadáveres. A falar para uma plateia de enfermeiros, Manuel Almeida disse identificar-se muito com eles, uma vez que em altura de emergência e de prestar socorro, o "inimigo" é esquecido e o ser humano é colocado em primeiro plano.

Com um currículo não menos vasto, Luís Araújo, académico e jornalista reputado em trabalhos de investigação sobre crime organizado e corrupção também falou da sua experiência no teatro de operações. Entre várias experiências, Luís Araújo deixou algumas críticas ao facto "da informação em Portugal ter deixado de ser notícia para passar a ser uma mercadoria". Salientou que "em situações extremas as pessoas são obrigadas a revelar-se, e que a sobrevivência passa a ser a prioridade". Ruanda foi o país de onde trouxe as piores memórias que partilhou com os presentes.

Regimento de Transmissões inaugura Centro de Sistemas Operacionais

O Regimento de Transmissões (RT) comemorou mais um aniversário, no dia 17 de setembro, onde estiveram presentes dezenas de convidados civis e militares.

Do programa deste dia festivo constou a formatura da Guarda de Honra; a chegada da Alta Entidade que presidiu a cerimónia, Comandante das Forças Terrestres, Tenente-General Carlos António Corbal Hernandez Jerónimo; a apresentação de cumprimentos no salão nobre, a Cerimónia Militar na parada e a inauguração do "Centro de Sistemas Operacionais".

Entre os presentes destaca-se a presença do General Amadeu Garcia dos Santos, do Deputado à Assembleia da República, engenheiro Hélder de Sousa e Silva, da Presidente da Junta de Freguesia da Penha de França, Dr.ª Maria Elisa Madureira de Carvalho e do Diretor de Comunicações e Sistemas de Informação, Major-General Rui Manuel Xavier Fernandes Matias.

Aquando da sua locução, o Comandante do RT, Coronel Francisco José Carneiro Bento Soares, começou por fazer uma referência histórica à data em que foi inaugurada a primeira Rede Telegráfica Militar, que tendo sido entregue "ao Exército às 11 horas da manhã do dia 17 de setembro de 1873, interligava o então Ministério da Guerra com as suas Unidades da Guarnição de Lisboa, num total de treze estações".

Chegada a hora de fazer o balanço de mais um ano, e a dois dias de passar o comando para o Coronel Antonino Melo, o ainda comandante do RT, mostrou-se orgulhoso com o sentido de "missão cumprida", e sublinhou, entre outros aspetos, as atividades desenvolvidas no âmbito da segurança de informação; dos sistemas de informação; mais de 520 intervenções no âmbito da restruturação e sustentação da infraestrutura dos Sistemas de Informação e Comunicações - Operacionais; a participação nos exercícios "Cyber Endeavor 2011" em Grafenwohr, na Alemanha; "NATO Cyber Defense Exercise 2011" (NCDEX), no Estado Maior General das Forças Armadas e no "CiberPerseu2012 (Exército)", assim como o apoio em sistemas de som; a realização de oito ações de formação e a manutenção das infraestruturas da unidade.

A criação do Centro de Sistemas Operacionais do Exército, inaugurado neste dia, foi um dos pontos que mereceu atenção, por se tratar de uma "infraestrutura de excelência equipada com servidores de alta capacidade de processamento a armazenamento e que cumpre os mais exigentes requisitos de fornecimento de energia assistida, climatização e segurança". Com isto, o RT quer garantir uma capacidade de Comando e Controlo do Exército cada vez melhor. Em 2012 foi ainda dado um importante passo no levantamento da capacidade de Ciberdefesa do Exército, o qual ficou consubstanciado no âmbito operacional com o exercício "CIBERPERSEU2012", onde os "militares do RT demostraram que detêm conhecimentos doutrinários e técnicos para contribuir para o levantamento da capacidade de Ciberdefesa e assim garantir ao Exército a superioridade na Era da Informação".

Atualmente, o RT tem por missão instalar e manter o Sistema de Comunicações, de Informação e de Segurança da Informação do Exército, em articulação com o Centro de Dados de Defesa e a Direção de Comunicações e Sistemas de Informação, bem como aprontar um módulo tático de "Computer Incident Response Capability" (CIRC).

52.º Aniversário do CPAE

O 52.º aniversário do Centro de Psicologia Aplicada do Exército (CPAE) decorreu no dia 26 de setembro nas instalações do Centro, na praça do Comércio em Lisboa.

Da cerimónia militar destaque para a alocução do Diretor do CPAE, Coronel Fernando Oliveira da Cruz, seguido pelo Subdiretor da Direção de Obtenção de Recursos Humanos, Coronel Bento Soares.

A finalizar a cerimónia militar foram atribuídas condecorações a militares do CPAE, seguindo-se um Porto de Honra que marcou o encerramento do dia festivo do CPAE.

Comemorações do 202.º Aniversário da Batalha do Buçaco

O Exército, através da Direção de História e Cultura Militar promoveu as comemorações do 202.º Aniversário da Batalha do Buçaco, em 27 de setembro, no Terreiro do Monumento, no Buçaco.

A cerimónia foi presidida pelo Diretor da Direção de História e Cultura Militar, Major-General Hugo Eugénio dos Reis Borges e, para além das entidades convidadas, esteve presente numeroso público, maioritariamente constituído por habitantes da região, aos quais foi especialmente dirigida a alocução proferida pelo Coronel de Infantaria Luís Paulo Correia Sodré de Albuquerque.

A mensagem transmitida, centrada na capacidade do Exército Português para combater o invasor e na capacidade das populações para resistirem às contingências da guerra, designadamente à pilhagem e ao saque, serviu também para evidenciar que a História do Exército se confunde e é indissociável da História de Portugal.

As comemorações iniciaram-se com o hastear das Bandeiras Nacionais de Portugal, da França e do Reino Unido, prosseguiram com o cortejo histórico-militar e religioso, durante o qual os militares envolvidos fizeram uso do uniforme de 1810, seguido de Missa Campal de homenagem aos mortos, presidida pelo Capelão Adjunto do Exército, Coronel Jorge Manuel Marques de Matos, e do desfile das forças.

A encerrar teve lugar, no Museu Militar do Buçaco, que se constitui como um Museu vocacionado para a temática da Guerra Peninsular, o lançamento do livro "A Batalha do Buçaco, 15 dias da História de Portugal", da autoria do Coronel José Matos Duque, seguido de visita ao espaço do Museu.

Participaram nas cerimónias militares o Regimento de Infantaria N.º 14, a Polícia do Exército e Unidade de Apoio da Brigada de Intervenção, o Regimento de Engenharia N.º 1, o Regimento de Transmissões, o Regimento de Transportes, a Fanfarra do Regimento de Artilharia Antiaérea N.º 1, a Guarda Nacional Republicana, o Museu Militar de Lisboa, o Museu Militar do Buçaco, o Hospital Militar Regional Nº 2 e o Centro de Áudio Visuais do Exército. Existiu ainda a colaboração da Câmara Municipal da Mealhada, da Fundação da Mata do Buçaco e do Hotel Palace do Bussaco.

Inspeção-Geral do Exército em Dia Festivo

A Inspeção-Geral do Exército (IGE) comemorou o seu dia festivo, no dia 4 de outubro, numa cerimónia presidida pelo Vice-CEME do Estado-Maior do Exército, Tenente-General António Carlos de Sá Campos Gil, e Inspetor-Geral do Exército.

Funcionários militares e civis não faltaram a este acto solene, no qual o Vice-CEME pretendeu sobretudo esclarecer os presentes, numa política de comunicação descendente, sobre os novos desafios da instituição militar em geral e do órgão IGE, em particular.

Posto a sua alocução, seguiu-se a imposição de condecorações aos militares da IGE que foram agraciados no último ano.

Regimento de Lanceiros N.º 2 tem novo Comandante

No dia 3 de outubro tomou posse como Comandante do Regimento de Lanceiros N.º 2 (RL2), o Coronel de Cavalaria Carlos Manuel Siborro Reis.

O Coronel Cav Siborro Reis foi recebido à Porta de Armas do RL2 pelo Adjunto do Comandante e pelo Comandante da MPCoy/NRF2013, que o conduziram à Parada "Marechal Carmona", onde decorreu a Cerimónia de tomada de posse. Pelo Chefe da Secretaria de Comando foi lido o despacho de nomeação para as funções de Comandante do RL2 e, seguidamente, pelo 2.º Comandante foi entregue o Guião do RL2, simbolizando a posse de comando.

O Comandante do RL2 passou revista às Forças em Parada, tendo de seguida usado da palavra onde referiu a inexcedível honra, orgulho e o privilégio de lhe ter sido cometida a missão de comandar o RL2 e a consciência da enorme responsabilidade de preservar, continuar e, se possível, engrandecer a história do Regimento. Relevou a importância da participação de todos para que o Regimento continue a cumprir com todo o êxito as missões que lhe forem atribuídas, bem como os aspetos que considera essenciais e que irão nortear a sua ação de comando.

Concluída a cerimónia, o Comandante do RL2 recebeu, no

Salão Nobre, os cumprimentos dos Oficiais, Sargentos, delegação de Praças e dos Funcionários Civis do Regimento, tendo de seguida assinado a Ordem de Serviço no seu Gabinete e passado revista à Unidade.

TABELA DE PREÇOS PARA 2012

PREÇO DE CAPA € 2,00 **ASSINATURA ANUAL (11 números):** VIA SUPERFÍCIE - **Portugal Cont. Madeira e Açores** € 20,00; VIA AÉREA - **Países europeus** € 45,00; **Restantes Países** € 65,00. NOTA: **As assinaturas devem ser pagas antecipadamente**
NÚMEROS ATRASADOS - **1960 a 1969** € 4,50; **1970 a 1979** € 4,00; **1980 a 1989** € 3,00; **1990 a 2001** € 2,50; **2002** a **2011** € 2,00.
Os preços incluem IVA à taxa de 6%.
PREÇO DE ENCADERNAÇÃO € 30,00, com IVA incluído à taxa de 23%.
N.B.: Os pedidos de envio pelos CTT serão acrescidos de portes segundo os códigos postais: **1000/2000** € 4,21; **3000/8000** € 5,79; **Açores** e **Madeira** € 6,56.

Novas obras lançadas nos Açores

O Museu Militar dos Açores foi palco no mês de outubro, mais propriamente no dia 9 e a 24 de dois lançamentos de livros.

A primeira obra intitulada "O Coronel Esmeraldo, Estórias Incontáveis", da autoria do Major-General José Alfredo Ferreira Almeida, teve lugar na sala de exposições permanentes "Bateria Príncipe Regente". A mesa foi presidida pelo Comandante interino da Zona Militar dos Açores, Coronel Tirocinado de Artilharia João Otílio Passos Gonçalves, pelo apresentador do livro, Tenente-Coronel José Manuel Pedroso da Silva e pelo Diretor do Museu, Tenente-coronel José Manuel Girão Lima, entre outras personalidades de relevo da sociedade local.

"O Forte e a Cidade 450 anos do Forte de São Brás" é o título da segunda obra lançada no mesmo local, no dia 24. Da autoria do Coronel de Artilharia José Manuel Salgado Martins, a mesa deste lançamento foi presidida novamente pelo Comandante interino da Zona Militar dos Açores, e pelo Diretor do Museu. A apresentação da obra ficou a cargo do Major-General Rui António Faria de Mendonça. Note-se que ambas as publicações pertencem à PUBLIÇOR - Publicações e Publicidade, Lda, cujo gerente, José Ernesto de Chaves Rezendes, esteve presente.

Dia do Exército comemorado no Kosovo e nas Ilhas

Militares em missão não esquecem Patrono do Exército

Com a presença do 2.º Comandante da KFOR (Kosovo Force), Brigadeiro-General Bojan Pograjc, decorreu no dia 24, no Campo de "Slim Lines", Kosovo, a cerimónia comemorativa do Dia do Exército Português e o Dia da Hungria.

Aproveitando a coincidência de datas, marcantes para os dois países que formam a Tactical Reserve Manoeuvre Battalion da KFOR (KTM/KFOR), diversos representantes de ambas as nações não deixaram de se associar às comemorações, dos quais se destacam o Embaixador da Hungria no Kosovo, Embaixador Lóránt Balla, e o Juiz Desembargador José Manuel Duro Mateus Cardoso, para além da presença alargada dos militares do Comando e Quartel-general da KFOR, dos Comandantes das Unidades e também de portugueses que vivem e trabalham no Kosovo.

A cerimónia militar iniciou-se com a formatura na Parada D. Afonso Henriques do AGR I/KTM/KFOR e do 7.º Contingente da Hungria, comandado pelo 2.º Comandante da KTM/KFOR, Major Barnabás Bartók.

O Coronel Jorge Barros Gomes, na qualidade de Senior National Representative, em representação do Exército Português, proferiu algumas palavras alusivas ao evento, explicando à comunidade internacional a razão para a comemoração do Dia nesta data. O Comandante do 7.º Contingente húngaro, Tenente-Coronel Istvàn kàsa proferiu também um discurso sobre o Dia Nacional da Hungria.

O Comando da KFOR enalteceu o espírito da celebração, como exemplo do bom relacionamento entre nações e a dignidade da cerimónia militar, bem representativa do sentimento dos militares dos dois países face ao simbolismo da data.

Dia do Exército na Zona Militar dos Açores

De 24 a 28 de outubro, integradas nas comemorações do Dia do Exército, decorreram na Zona Militar do Açores (ZMA), um conjunto de atividades de natureza militar, cultural e desportiva, com o objetivo de exteriorizar uma abertura e proximidade à população em geral com a implementação de uma política de "Portas Abertas" que vigorou neste período em todas as Unidades e Órgãos da ZMA, procurando-se deste modo estreitar o relacionamento com as autoridades e instituições civis regionais, de forma a divulgar e afirmar a imagem do Exército.

No dia 24 teve lugar no Forte de S. Brás uma cerimónia de Homenagem aos Mortos, presidida pelo Comandante Operacional do Açores, Vice-Almirante Augusto Mourão Ezequiel, tendo, de seguida, sido celebrada uma missa de Ação de Graças e Sufrágio na igreja de S. José em Ponta Delgada celebrada pelo Capelão da Zona Militar dos Açores, Tenente-Coronel Arlindo Monteiro.

As comemorações deste dia festivo na Região Açoriana culminaram no dia 28 com uma Prova Aberta de Atletismo e no final da tarde com um concerto pela Banda Militar dos Açores na maior sala de espetáculos do arquipélago, o Coliseu Micaelense. Este concerto teve a colaboração da Orquestra de Sopros do Conservatório Regional de Ponta Delgada.

Dia do Exército na Zona Militar da Madeira

Associadas às comemorações do Dia do Exército na Zona Militar da Madeira (ZMM), em que se integraram as comemorações do Dia do Regimento de Guarnição Nº3 (RG3), o Comando da ZMM promoveu diversas atividades de natureza militar, cultural, religiosa, social e desportiva, com o objetivo de divulgar e promover uma imagem de eficácia e modernidade do Exército na Região Autónoma da Madeira (RAM), assim como fomentar o estreitamento de relações com as autoridades regionais e a população em geral, entre 24 a 30 de outubro.

Um dos pontos alto destas comemorações decorreu no dia 24 de outubro, data em que se realizou no RG3 a Cerimónia Militar, presidida pelo representante da República para a RAM, Juiz Conselheiro, Ireneu Cabral Barreto. A cerimónia teve lugar na parada D. Nuno Álvares Pereira, e incluiu a receção da Imagem de Nossa Sra. do Monte, que acompanhou a Seção da ZMM que integrou as Forças Nacionais Destacadas na sua missão no Kosovo (FND/KFOR), a cerimónia de Homenagem aos Mortos, após o que o Comandante da ZMM, Major-General Tiago Vasconcelos, proferiu uma alocução alusiva, ao que se seguiu a imposição de condecorações a militares da ZMM, tendo a cerimónia culminado com o desfile das forças em parada, comandadas pelo 2.º Comandante do RG3, Tenente-Coronel Ferreira Ramalho.

Das entidades presentes, destaca-se o Presidente da Assembleia Legislativa da Madeira, Dr. Miguel Mendonça, o Vice-Presidente do Governo Regional da Madeira, Dr. João Cunha e Silva, em representação do Presidente do Governo Regional da Madeira e o Major-General Reynolds Mendes e Major-General Abílio Macedo.

Mestre Mónica Ferro

Conselho de Segurança da Organização das Nações Unidas

Fontes: esta imagem: 4.bp.blogspot.com; imagem da página seguinte: 1.bp.blogspot.com; imagem do fundo da página 17: www.dgesmctes.pt.

Portugal e o Conselho de Segurança das Nações Unidas – Um balanço

Notas iniciais

Na reta final do cumprimento do terceiro mandato de Portugal no Conselho de Segurança das Nações Unidas (CSNU), impõe-se uma reflexão sobre qual o contributo que um país como o nosso pode dar para o reforço do multilateralismo, para o cumprimento do desígnio da paz pelo direito e para a centralidade da ONU na arquitetura internacional. Estes têm sido os valores que têm guiado a nossa política externa, foram as bandeiras da nossa campanha para o CSNU e são o âmago da nossa agenda de trabalho.

É hora de avaliar resultados e de abrir pistas para empenhamentos futuros, conscientes que em Política Externa a avaliação de resultados não é qualitativa nem muitas vezes factual; é, outrossim, de potencialidades identificadas e oportunidades semeadas.

Portugal candidatou-se a um dos dois lugares vacantes para o Grupo de Estados da Europa Ocidental e Outros (WEOG) no CSNU com um firme compromisso de acompanhar e contribuir para uma agenda de dupla camada: responder às crises e aos temas emergentes e dar conta do trabalho ordinário do Conselho. Duas agendas vastas, complexas, multidisciplinares e raramente previsíveis, pois mesmo o trabalho regular do Conselho é alvo de politizações conjunturais, tendo já a renovação do mandato de uma missão de paz sido condicionada como contrapartida para a celebração de acordos de imunidade perante o Tribunal Penal Internacional para nacionais de um membro permanente do Conselho, apenas para dar um exemplo.

Portugal chega ao Conselho com as prioridades bem definidas: acompanhar as crises constantes da agenda do CSNU, o Processo de Paz do Médio Oriente (PPMO), as transições políticas

encetadas pelas primaveras árabes, os desafios do crime transnacional organizado e dos tráficos ilícitos, Guiné-Bissau, Timor Leste e outros temas prioritários para a Comunidade de Países de Língua Portuguesa (CPLP).

A reforma dos métodos de trabalho do Conselho e o reforço da sua transparência foi um dos pontos do argumentário da candidatura portuguesa[i] que seria erigido a prioridade de um pequeno/médio país que se quer interlocutor dos 188 estados da ONU e que não são membros permanentes do Conselho. Outros temas patrocinados por Portugal atestam a nossa capacidade de ler o mundo, as suas novas ameaças, e de lhes fazer corresponder uma mundivisão.

"Portugal exerce as suas funções no Conselho de Segurança privilegiando o diálogo e a busca de compromissos, em coerência com a nossa vocação universalista de abertura a todos os povos do mundo. Por isso mesmo, procuramos reforçar a ligação e o diálogo com a Assembleia-Geral das Nações Unidas e com cada um dos países membros da Organização.[ii]" É esta a nossa declaração de missão.

Notas sobre o Conselho de Segurança e a eleição dos membros

O Conselho de Segurança das Nações Unidas é o órgão da ONU com a responsabilidade primordial pela paz e segurança internacionais.

Desenhado ainda antes do fim da II Guerra Mundial, a sua essência seria estabelecida logo em 1944 nas conversações de Dumbarton Oaks[iii] entre Estados Unidos, Reino Unido, União Soviética e China. Nestes encontros, os quatro acordam na criação de uma organização internacional, com um órgão restrito intergovernamental que teria a seu cargo a manutenção da paz e da segurança internacionais, e no qual teriam assento permanente e poder de veto, bem como o compromisso em convidar a França para esse núcleo especialíssimo que são hoje os cinco Membros Permanentes do CSNU (P5)[iii].

Os P5 estão nominalmente designados na Carta das Nações Unidas, no artigo 23º, e distinguem-se dos outros membros do CSNU, que são eleitos. Os permanentes são a República da China[iv], a França, a União das Repúblicas Socialistas Soviéticas[v], o Reino Unido da Grã-Bretanha e Irlanda do Norte e os Estados Unidos da América.

Os não permanentes são eleitos pela Assembleia Geral (AGNU), por maioria qualificada, para mandatos de dois anos e não são imediatamente reelegíveis para um segundo mandato (artigo 23º, n.º 2). Visa-se com esta limitação impedir o aparecimento de membros permanentes *de facto*.

Para o biénio 2011-2012, a AGNU elegeu África do Sul, Alemanha, Colômbia, Índia e Portugal. Estes substituíram Áustria, Japão, México, Turquia e Uganda. Todos os anos são eleitos metade dos lugares para que haja uma constante renovação do Conselho – um bem que, contudo, permanece escasso no que toca aos P5.

Os P5 além de não terem que se apresentar a eleição[vi], não terem que fazer campanha, apresentar ideias, assumir compromissos e persuadir os votantes, têm ainda o atributo do *veto* – ou seja, o poder de com um voto negativo paralisarem a ação da Organização em matérias substantivas.

Os outros dez membros não permanentes, eleitos ou rotativos, não têm poder de veto, mas têm poder de voto, o que não é despiciendo, pois decisão alguma poderá ser tomada sem os votos concorrentes de pelo menos quatro não-permanentes, e isto partindo do pressuposto que os P5 se harmonizam em torno de uma questão. Com certeza que possibilidades teóricas como o *veto coletivo* de que dispõem os não-permanentes são atraentes do ponto de vista conceptual mas impraticáveis do ponto de vista pragmático, negadas à nascença pelas relações de clientela ou de parceria geoestratégica que une os estados.

A eleição dos não permanentes faz-se por grupos geográficos, tendo em conta o contributo de cada estado para a paz e segurança internacionais. Quando a eleição é disputada a AGNU tem em consideração o número de vezes que determinado país já ocupou esse lugar, a última vez que o

Fontes: imagens das páginas seguintes: bluekeyblog.org; e cdsppvfx.files.wordpress.com.

ocupou e ainda a data de apresentação das candidaturas.

A eleição dos estados do WEOG para o biénio 2011/2012 foi disputada: os candidatos eram Portugal, Canadá e Alemanha. Portugal já havia ocupado esse lugar duas vezes, a última delas em 1997/1998 e foi o primeiro do Grupo a apresentar candidatura. Foi seguido pelo Canadá que já tinha sido membro seis vezes, tendo sido a última em 1999/2000; o último candidato a apresentar-se foi a Alemanha que já havia ocupado o lugar 4 vezes e a última em 2003/2004. Com a apresentação da candidatura alemã, o *clean slate* que Portugal e Canadá previam ficou afastado.

Portugal no Conselho de Segurança

Ao longo destes quase dois anos, Portugal participou no trabalho do CSNU de uma forma exemplar, empenhada e reconhecida pelos outros estados membros da ONU e também por analistas e observadores atentos da política internacional feita na ONU[1].

Portugal foi incumbido com a Presidência de dois comités, órgãos subsidiários do Conselho: o Comité de Sanções à Coreia do Norte e o Grupo de Trabalho sobre Tribunais Penais Internacionais. Teve ainda que gerir a agenda dupla a que já nos referimos, não abdicando de, mesmo na componente reativa, tentar inovar e marcar o tom do debate. No mês de novembro de 2011 essa capacidade foi acrescentada quando exercemos a presidência do Conselho e, por essa razão, foi nossa a gestão da agenda, a presidência de todas as sessões e fomos seu porta-voz.

Alto Comissário das Nações Unidas para os Refugiados, Engenheiro António Guterres, acompanhado pela atriz Angelina Jolie

Mas deixando a presidência para depois, os temas fulcrais à nossa agenda são temas que fazem parte do nosso código genético enquanto nação:

A promoção dos Direitos Humanos é um tema fulcral para a política externa portuguesa por duas ordens de razão: por quem fomos – um país que tem estado na vanguarda da proteção internacional e nacional dos direitos humanos e que se prepara para ratificar o Protocolo Facultativo ao Pacto Internacional de Direitos Económicos, Sociais e Culturais – e por quem queremos ser - membros do Conselho de Direitos Humanos da ONU no triénio 2015-2017, por direito próprio, pelo exemplo dado e pela perseverança em manter os direitos humanos como parte inalienável da soberania.

A afirmação do papel da mulher nos processos de segurança e de paz (em linha com a Resolução do CSNU sobre "Mulheres Paz e Segurança" e resoluções seguintes, que Portugal operacionalizou num Plano Nacional de Ação para a S/RES/1325 (2000)); a imperiosa necessidade da proteção de civis durante os conflitos armados (o debate aberto promovido por Portugal, contou com o Presidente da República Portuguesa e com o Ministro de Estado e dos Negócios Estrangeiros (MENE) é prova de empenho), e o reforço da promoção dos direitos das crianças e sua proteção no contexto de conflitos armados foram temas transversais a todas as nossas intervenções.

Desenvolvimento sustentável, combate à pobreza, segurança alimentar (tema que constitui o cerne da Cimeira da CPLP este ano em Maputo), os efeitos das alterações climáticas nos Pequenos Estados Insulares em Desenvolvimento[vii], um tema ao qual Portugal não é um recém-chegado, são outra faceta da perspetiva lusa, sob a ótica do nexo Segurança & Desenvolvimento.

É também de referir o empenho numa agenda mais intramuros de reforço do papel do CSNU no combate às novas ameaças à paz e segurança internacionais tais como crime organizado, proliferação de tráficos ilegais, terrorismo e pandemias; no reafirmar a capacidade do Conselho na prevenção de conflitos e no papel da Organização como mediadora de conflitos.

No que diz respeito a crises, Portugal manteve-se muito ativo na gestão de crises como a da Costa do Marfim, Líbia, Iémen, e dos desafios atuais na Síria, Guiné-Bissau e Mali.

A Líbia constituiu o primeiro grande teste deste mandato. E fez história[viii]. A S/RES/1973 (2011) de 17 de março, que autoriza a implementação de uma zona de exclusão área sobre a Líbia para pro-

Fonte: imagem do canto superior direito das páginas ímpares deste artigo: c3.quickcachr.fotos.sapo.pt; e library.aliyev-heritage.org.

Ministro de Estado e dos Negócios Estrangeiros Dr. Paulo Portas e Secretário-Geral das Nações Unidas Ban Ki-moon

teção dos civis líbios, abriu um precedente notável na aplicação da Responsabilidade de Proteger; é, de facto, a primeira vez que se autoriza a utilização da força para implementar a R2P. Provando o que Edward Luck vaticinava apenas uns meses antes "peça a peça, o puzzle da R2P como política internacional está a ser montado.[ix]"

Para Portugal o decretar sanções ao regime líbio significou também a presidência de outro Comité, o das Sanções à Líbia, uma prova da nossa capacidade negocial. Seria o terceiro a ser atribuído a Portugal, o único país a ter a gestão de três órgãos subsidiários.

O golpe militar de 12 de abril, na Guiné-Bissau, foi acompanhado de perto pelo facto de ser um país com o qual temos uma relação privilegiada e pelo elevado número de portugueses/detentores de passaportes nacionais no país. Portugal reagiu celeremente, quer nas instâncias internacionais, coordenando ONU com CPLP, mas também garantindo uma presença militar de evacuação na região, tudo isto num curto espaço de tempo.

No Conselho de Segurança, o MENE português foi perentório[x]: *política de tolerância zero para alterações ilegais da ordem constitucional*. Num discurso feito em inglês, em português e encerrado em crioulo para poder ser entendido por todos, Paulo Portas traduz a posição portuguesa de forma cabal: o *povo guineense tem o direito a viver em liberdade, em democracia e com um projeto de desenvolvimento humano que seja o seu; ninguém pode pôr isto em causa e permanecer impune*.

Neste momento, seis meses volvidos sobre a crise, Portugal continua a afirmar a necessidade de uma solução internacionalmente coordenada entre os grandes atores, a saber: ONU, União Africana, CPLP, CEDAO e União Europeia.

Em 2012, deixamos a presidência do Grupo de Trabalho sobre os Tribunais Penais Internacionais e assumimos, em substituição, a presidência do Grupo de Trabalho sobre a Reforma dos Métodos de Trabalho do CSNU.

Neste Comité, Portugal pugnou por melhorar os métodos de trabalho internos do Conselho bem como melhorar a sua articulação com a AGNU – em nome da transparência – com vista a torná-lo mais eficaz, aberto e em sintonia com os nossos tempos.

[1] Ver noticia da Lusa: "Um ano depois da eleição para o Conselho de Segurança da ONU, o trabalho desenvolvido por Portugal satisfaz a generalidade dos diplomatas e analistas ouvidos pela Lusa, que destacaram a liderança no Comité de Sanções à Líbia", a 12 de outubro de 2012.

A presidência portuguesa do Conselho de Segurança

A possibilidade de determinar a agenda do CSNU é limitada pelos compromissos assumidos anteriormente pelo Conselho; contudo, Portugal conseguiu agendar temas que constituem as prioridades da política externa nacional, tais como os "Novos Desafios de Segurança", que teve lugar a 23 de novembro e foi presidida pelo MENE português, e os "Métodos de Trabalho do CSNU" que não sendo temas novos, são assuntos em relação aos quais temos uma abordagem distintiva. Outros temas que, não sendo da nossa iniciativa, refletiram prioridades nacionais, incluíram a Guiné Bissau, Timor Leste, e a Proteção de Civis[xi].

Ao apresentar o Programa de Trabalho de Portugal para o Conselho em novembro de 2011[xii], o

Representante Permanente de Portugal
no Conselho de Sagurança das Nações Unidas
Embaixador Moraes Cabral

Representante Permanente de Portugal, Embaixador Moraes Cabral, anuncia uma agenda dupla para o nosso país: uma agenda reativa aos temas clássicos e uma agenda proactiva.

Dos temas tratados destacamos o debate aberto sobre a proteção de civis durante conflitos armados (9 de novembro). Portugal tem tratado este tema quer pela perspetiva securitária, quer pela de direitos humanos, tendo a abertura do Debate sido feita pelo Presidente da República portuguesa que, demonstrando que o CSNU é um palco internacional de primeira linha, não hesitou em exaltar os valores da lusofonia falando em português e fazendo-o para poder ser compreendido de imediato pelo mais de 250 milhões de lusófonos, nas suas palavras. O Presidente destacou os desafios que estão em cima da mesa, o seu caráter urgente e a necessidade de uma resposta articulada de todo o sistema. O MENE português esteve também nessa sessão e presidiu a uma outra sobre "Timor Leste," demonstrado a relevância políticas destes debates.

O Conselho tem alargado a sua agenda, em termos de temas cobertos nos seus debates, securitizando novos objetos, atribuindo-lhes relevância política, embora infelizmente não lhes alocando mais meios: falamos das alterações climáticas, do seu impacto nos refugiados e nas pessoas internamente deslocados e no seu potencial para gerar conflitos; falamos das pandemias e as doenças infetocontagioso, em particular em situações de conflito; e dos tráficos e crime transnacionalmente organizado e do seu impacto na segurança internacional. Já em julho deste ano, Portugal havia apelado ao CSNU que promovesse uma maior coordenação entre os escritórios regionais das Nações Unidas e a Comissão de Consolidação da Paz no combate ao crime organizado. Esta posição lusa teve a Guiné-Bissau como preocupação fulcral, mas Portugal advoga esse entrosamento para toda a África Ocidental.

O Conselho desenvolveu os seus debates regulares sobre as crises e focos de preocupação para a segurança internacionais; em todos eles Portugal interveio, influenciando a linguagem das resoluções adotadas, e as tomadas de posição concretas[2].

A impossibilidade de uma ação onusiana em relação à crise Síria é o facto que Portugal mais lamenta deste seu terceiro mandato.[xiii] Em fevereiro, Rússia e China vetaram a resolução que apelava à demissão o Presidente sírio e o fim da violência no país.[xiv] O quadro de referência para a utilização da Responsabilidade de Proteger está de novo presente, mas considerações sobre a complexidade geopolítica da crise síria, entre outros argumentos, sustentam um veto russo e chinês que prescinde de quaisquer outras explicações. Portugal, pelo seu empenho no multilateralismo e pela centralidade dos direitos humanos na sua agenda externa, espera que este impasse dê lugar a uma solução política. E assim o manifestou perante o CSNU.

[2] Todas as comunicações portuguesas estão disponíveis na página da Missão de Portugal, junto da ONU.

Notas de balanço

No seu discurso perante a 67ª sessão da Assembleia Geral das Nações Unidas, em 1 de outubro de 2012, o Embaixador Moraes Cabral, fez um balanço do mandato do nosso país no CSNU.

"Cumprimos o mandato que nos confiaram com rigor e transparência, tentando sempre reforçar a credibilidade e eficácia desse órgão responsável pela manutenção da paz e da segurança internacionais.[xv]" Com estas palavras de abertura, o Representante Permanente de Portugal dá o mote para descrever um país que se pautou pelos valores do primado do direito internacional, pela busca de um multilateralismo eficaz e pela afirmação da centralidade do papel da ONU na arquitetura de paz internacional – os valores perenes da nossa política externa e que foram amiúde reiterados ao longo da nossa campanha para o Conselho de Segurança. A nossa perseverança e convicção não foi a bastante para possibilitar uma Resolução do CSNU para a Síria.

A Síria permanece um obstáculo grave à prossecução do trabalho da Organização. A catástrofe humanitária que se desenrola perante o olhar da comunidade internacional tem sido agravada pela crescente militarização do conflito que, concomitantemente, tem impossibilidade qualquer solução politicamente negociada para a crise. E para Portugal, esta crise tem que ser resolvida politicamente de forma a permitir uma transição democrática que vá ao encontro das aspirações do povo sírio; para que isso aconteça tem que se pôr cobro à violência e o governo sírio tem que ser fortemente pressionado nesse sentido. A nomeação de Lakhdar Brahimi como Enviado conjunto da Liga Árabe e das Nações Unidas pode ser o ponto de viragem que faça com que "as partes revisitem as suas opções, cessem a violência e se envolvam de forma séria num processo de transição política.[xvi]" Apenas uma ação do CSNU poderá ser o catalisador dessa mudança.

Perto do final deste terceiro mandato, o PPMO é um desafio premente. Portugal chama à colação na análise do PPMO os movimentos que têm varrido o Norte de África e o Médio Oriente e enquadra-o num clamor mais vasto ainda por liberdade, democracia e dignidade.

Do PPMO só pode resultar dois estados vivendo lado a lado em paz e segurança e com um projeto de desenvolvimento humano articulado entre ambos; Portugal compreende e partilha das legítimas aspirações de segurança de Israel, mas também compreende e partilha a frustração do povo palestiniano, para quem um estado palestiniano independente não é apenas um direito inalienável, mas também uma questão de elementar justiça.[xvii]

Mantendo-se fiel à sua linha política, Portugal apela a ambas as partes para que regressem à mesa das negociações para debaterem os cinco pontos em aberto (água, segurança, colonatos, regresso dos refugiados e o estatuto de Jerusalém) o mais depressa possível. As eleições antecipadas em Israel farão tardar esse regresso.

Ainda na região, um dos desafios que Portugal percebe como fundamental é a questão de um Irão

Fontes: esta imagem: addhumanos.blogspot.com; imagens das páginas anteriores: www.radionova.fm; e 1.bp.blogspot.com.

nuclear, atribuindo a falta de resultados dos esforços diplomáticos encetados a Teerão.

No vasto continente africano, Portugal tem vários pontos de um interesse mais que especial: a região do Sahel e o Mali, com o aumento dos episódios ligados ao crime transnacional organizado, ao tráfico de droga e outros tráficos ilícitos. A situação da Guiné-Bissau pode ser inserida neste contexto. Portugal acredita que é urgente dar seguimento aos resultados do Encontro de Alto Nível para o Sahel e à estratégia internacional integrada para a região.

Com a Guiné-Bissau no topo da agenda, a visão de Portugal para a região reitera o que o MENE já havia enunciado, ou seja, tolerância zero para golpes que ponham em causa o estado de direito e a ordem constitucional, a afirmação inquestionável da Carta das Nações Unidas, a valorização do trabalho que a União Africana tem feito nesta senda.

Em fim de balanço, uma reflexão sobre o próprio Conselho. Portugal tem sido um observador interessado da Reforma do Conselho de Segurança não só no que diz respeito aos seus métodos de trabalho – como já aludimos – como também à sua composição.

O Conselho de Segurança, herdeiro do quadro mental de Dumbartoon Oaks, ratificado pelas 50 Nações Unidas em S. Francisco em junho de 1945, não representa a sociedade internacional contemporânea: os equilíbrios geopolíticos são outros, os atores das relações internacionais com efetiva capacidade de gerar poder, projetá-lo na política internacional e dessa forma encetar mudanças no comportamento dos outros atores são outros; alguns são novos, outros mantêm-se, mas têm indiscutivelmente novas dinâmicas, operam segundo novos alinhamentos e têm um caderno reivindicativo que passa por querem um lugar à mesa no Conselho de Segurança. Alguns deles querem mesmo um lugar permanente.

Portugal tem abertamente apoiado a entrada do Brasil e da Índia para membros permanentes do Conselho e acrescenta a premência de haver um representante do continente africano. A estes candidatos, acrescento outros dois que pelo seu dinamismo regional e pela forma empenhada como têm contribuído para a paz e segurança são incontornáveis: a Alemanha e o Japão.

A velocidade da reforma depende sobretudo de vontades políticas; as mesmas que desde 2003 empastelam o processo. É necessário um estímulo político extra que pode passar pelo argumento do aumento da credibilidade e da partilha de custos.

Em fim de mandato, Portugal tem tempo para destacar Timor Leste e do enorme sucesso que a

consolidação do país conhece, em parte devido aos esforços do Sistema das Nações Unidas.

E Timor leva-nos à lusofonia, tendo Portugal anunciado que tem como fito último fazê-la língua oficial da Organização. O CSNU foi, mais do que uma vez, espaço de concertação político-diplomática falando em português, de articulação entre países lusófonos de afirmação de um espaço de projeção de poder falando a língua de Camões.

A participação de Portugal no CSNU constitui-se, dessa forma, como uma "mais-valia para a projeção da imagem do país a nível internacional, com reflexos positivos tanto na área político-diplomática, como para a difusão da língua e da cultura portuguesas e para a promoção da nossa atividade económica e empresarial.[xviii]"

Apenas umas últimas reflexões à laia de lições aprendidas: é urgente fazer uma melhor pedagogia das opiniões públicas e dos meios de comunicação sobre a relevância da participação de Portugal nas instâncias internacionais, mormente no CSNU. Este órgão encarna a legitimidade da intervenção internacional; poder moldar debates, influenciar linguagem e incluir temas na sua ordem de trabalhos é poder, é um poder com poucas semelhanças a qualquer outros que possa ser exercido em estado de direito. E as opiniões públicas foram deficientemente informadas sobre um desempenho que até os colunistas mais temidos como Colum Lynch, com o seu blogue Turtle Bay, teceram elogios à preparação da nossa delegação, à qualidade do nosso tratamento dos temas, à forma como gerimos o hipersensível *dossier* sanções Líbia.

Também não me parece avisada a redução de efetivos nacionais ao serviço das Nações Unidas, esperando que esta seja apenas contingencial; essa participação mais do que proporcional à nossa dimensão quando comparados com os restantes países europeus dá-nos visibilidade e traduz um empenho na paz e na segurança internacionais que não conseguimos assegurar de outra forma. A consolidação de uma forma portuguesa de fazer paz, de promover segurança é a marca de água da nossa participação nos fora internacionais onde se decide o que é paz e o que é segurança e quem as faz. São estas as oportunidades que não podem ser perdidas e que podem ser aliadas às potencialidades dos outros sete países com que partilhamos uma mundivisão, uma lusofonia.

Não é pois de espantar que esta lusofonia global, este português feito língua comercial franca no hemisfério sul, feito língua de produção e acesso à ciência, mas também língua de exercício de poder, de *hardpower*, no Conselho de Segurança aspire a um lugar de língua oficial nas Nações Unidas. O que é digno de nota é o reconhecimento que Portugal tem granjeado nestes fora internacionais como construtor de pontes, o prestígio que as nossas forças armadas e de segurança e a sua

participação em missões internacionais nos tem agregado e a sua afirmação como parte da marca Portugal. É também isto que nós somos, produtores de segurança, homens e mulheres de missão, com um sentido humanista que não tem rival. É isto Portugal.

---

[i] Para mais detalhe sobre a campanha portuguesa ver João Gomes Cravinho, "A Campanha Portuguesa para o Conselho de Segurança," *Relações Internacionais*, dezembro 2010, 28, pp. 5-37; ver nosso Mónica Ferro, "Portugal no Conselho de Segurança," *Jornal do Exército*, Ano LII, n.º 602, janeiro 2011; Mónica Ferro, "Made in Portugal – Uma visão para o Conselho de Segurança das Nações Unidas," *Estratégia*, LIII,

[ii] http://www.portugal.gov.pt/pt/os-ministerios/ministerio--dos-negocios-estrangeiros/quero-saber-mais/sobreo-ministerio/csnu/csnu.aspx.

[iii] Para uma descrição detalhada do CSNU e das suas dinâmicas ver Manuel Almeida Ribeiro e Mónica Ferro, *A Organização das Nações Unidas* 2ª ed., Lisboa, Almedina, 2004.

[iv] Substituída, apenas na década de 1970, pela República Popular da China.

[v] Em carta datada de 24 de dezembro de 1991, Boris Ieltsine, Presidente da Federação Russa, informa o Secretário Geral da ONU de que, com o apoio dos 11 países da Comunidade de Estados Independentes, a Federação Russa sucederá à União Soviética no Conselho de Segurança e em todos os outros órgãos da ONU.

[vi] A perenidade da qualidade de membro permanente do Conselho e do direito ao veto está assegurada através do artigo 108º da Carta das Nações Unidas, que faz depender a entrada em vigor das emendas à Carta da ratificação das mesmas por todos os membros permanentes do Conselho.

[vii] Portugal tem as alterações climáticas referenciadas como ameaças à segurança internacional no seu Conceito Estratégico de Defesa Nacional (2003). Este tema ganha premência à medida que as evidências mostram que aumentando a competição por terra arável e pelo acesso a água potável, o potencial para conflito em torno dos recursos naturais escassos é cada vez maior.

[viii] Ver Francisco Proença Garcia, "Lybia War – an approach" in *Estratégia* 2012, no prelo.

[ix] Edward C. Luck, "The Responsibility to Protect: Growing Pains or Early Promise?", in *Ethics & International Affairs*, Volume 24.4 (Winter 2010), disponível in http://www.carnegiecouncil.org/publications/journal/24_4/response/001.html

[x] http://www.missionofportugal.org/.

[xi] http://www.portugal.gov.pt/pt/os-ministerios/ministerio--dos-negocios-estrangeiros/quero-saber-mais/sobreo-ministerio/csnu/csnu.aspx.

[xii] http://www.un.org/News/briefings/ docs//2011/111102_Portugal.doc.htm.

[xiii] Para ler a reação completa: http://www.portugal.gov.pt/en/the-ministries/ministry-of-foreign-affairs/keep--updated/20120204-mne-siria.aspx.

[xiv] Para um debate sobre a utilização da R2P na Síria, problemas e perspetivas, ver: Gareth Evans, "The Responsability to Protect after Libia and Syria" in http://www.law.monash.edu.au/castancentre/conference/2012/evans-paper.pdf.

[xv] Statement by the Permanent Representative of Portugal, in www.missionfportugal.org.

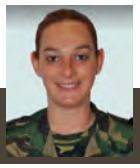
[xvi] Idem.

[xvii] Idem.

[xviii] Informação disponível in http://www.portugal.gov.pt/pt/os-ministerios/ministerio-dos-negocios-estrangeiros/quero--saber-mais/sobreo-ministerio/csnu/csnu.aspx.

Sede das Nações Unidas em Nova York

Fontes: esta imagem: 4.bp.blogspot.com; imagem da página anterior: miltonbasile.blogspot.com.



Alferes RC Filipa Domingos

Dia do Exército e a cidade de Caldas da Rainha

"Sempre disse que se havia instituição em Portugal capaz de, numa hora crítica da nossa história, dar o exemplo, essa instituição era, seguramente, a militar, as nossas Forças Armadas. E está a ser dado!"

Dr. José Pedro de Aguiar Branco,
Ministro de Estado e da Defesa Nacional

À semelhança de anos anteriores, o Exército Português comemorou o seu dia, assinalado a 24 de outubro, data em que se celebra a tomada de Lisboa, em 1147, pelas tropas de D. Afonso Henriques, Patrono do Exército Português. Com um vasto programa de atividades na semana de 26 a 28 de outubro, teve como pano de fundo a cidade das Caldas da Rainha. De Bragança, metrópole escolhida no ano transato, o Exército resolveu descer no mapa, em 2012, para uma cidade caraterizada pelas suas tradições cosmopolitas e conhecida sobretudo pela sua cerâmica, arquitetura religiosa, doçaria e bordados, cuja forte presença moldou a imagem moderna das Caldas e pelos seus recursos hidrotermais, estando o termalismo inevitavelmente associado ao seu nascimento e consequente história.

Caldas da Rainha, cujo nome provem da Rainha D. Leonor, é uma cidade portuguesa da sub-região do Oeste, região Centro, com cerca de 27.300 habitantes. Além de ser a sede de um município, está dividida entre duas freguesias, a de Nossa Senhora do Pópulo e a de Santo Onofre com 255,72 km² de área e 51.729 habitantes (2011). Estando subdividido em 16 freguesias, o município é limitado a nordeste pelo município de Alcobaça, a leste por Rio Maior, a sul pelo Cadaval, a oeste pelo Bombarral e por Óbidos, e a noroeste pelo Oceano Atlântico.

A 26 de abril de 1919, as Caldas da Rainha foi feita Dama da Ordem Militar da Torre e Espada, do Valor, Lealdade e Mérito, cuja origem histórica remonta a D. Afonso V de Portugal, seu fundador, em 1459 e extinta em 1834. Ainda hoje as Caldas mantêm como armas, o brasão da Rainha D. Leonor, ladeado à esquerda pelo seu próprio emblema (o camaroeiro) e à direita pelo emblema de D. João II (o pelicano). Ao manter estas armas, a cidade é das poucas povoações do país a possuir um brasão anterior à normalização da heráldica municipal levada a cabo no princípio do século XX.

A história da cidade está intimamente ligada aos seus recursos hidrotermais. Acredita-se que, em 1484, durante uma viagem de Óbidos à Batalha, a rainha D. Leonor, esposa de D. João II de Portugal, e a sua corte, tenham passado por um local onde várias pessoas do povo se banhavam em águas de odor intenso. Fazendo alto, a rainha indagou-lhes por que razões o faziam, uma vez que, naquele tempo, o banho não era comum, muito menos em águas de odor tão acentuado, sendo-lhe respondido que eram doentes, e que aquelas águas possuíam poderes curativos. A rainha quis comprovar a veracidade da informação e banhou-se naquelas águas, uma vez que também ela era doente (não existe unanimidade entre os autores com relação à natureza do mal: alguns autores afirmam que a rainha padecia de uma úlcera no peito, outros, problemas de pele, e outros ainda, que tinha apenas uma ferida no braço). De qualquer modo, de acordo com a lenda, a soberana curou-se e, no ano seguinte, determinou erguer naquele lugar um hospital termal para atender todos aqueles que nele se quisessem tratar.

Para apoiar aquele hospital, a rainha fundou uma pequena povoação com 30 moradores, dando-lhes benefícios, como não terem de pagar os seguintes impostos: jugada (antigo tributo que recaía em terras lavradias), oitavos, sisa e portagem, privilégios que também se estendiam aos mercadores que viessem de fora para comprar ou vender.

O desenvolvimento de Caldas da Rainha iniciou-se com D. Afonso V de Portugal, que fez reconstruir e ampliar o hospital. Durante treze anos, até ao fim da sua vida, ele, a família real e a corte usufruíram anualmente das águas termais, o que permitiu à vila desenvolver-se.

Caldas da Rainha atingiu o estatuto de vila em 1511. Apesar do desenvolvimento e prosperidade que conheceu na passagem da Idade Média para a

Idade Moderna, o Concelho de Caldas da Rainha foi criado apenas em 1821.

Foi durante o século XIX que a vila conheceu o seu maior esplendor, com a moda das estâncias termais, passando a ser frequentada pelas classes mais abastadas que aqui buscavam as águas sulfurosas para tratamentos.

Complementarmente, a abundância de argila na região, permitiu que se desenvolvessem numerosas fábricas de cerâmica, que converteram a então vila num dos principais centros produtores do país, com destaque para as criações de Rafael Bordalo Pinheiro, iniciadas na Fábrica de Faianças das Caldas da Rainha, entre 1884 e 1907.

O crescimento demográfico vivido no século XIX prosseguiu no século XX, com a elevação da vila à categoria de cidade, em 1927. Ao longo do tempo, outras artes, além da cerâmica, aqui prosperaram, como a pintura e a escultura, fazendo de Caldas da Rainha um centro de artes plásticas, onde se destacaram nomes como os de José Malhoa, António Duarte e João Fragoso.

O “Levantamento das Caldas” precursor da Revolução de Abril

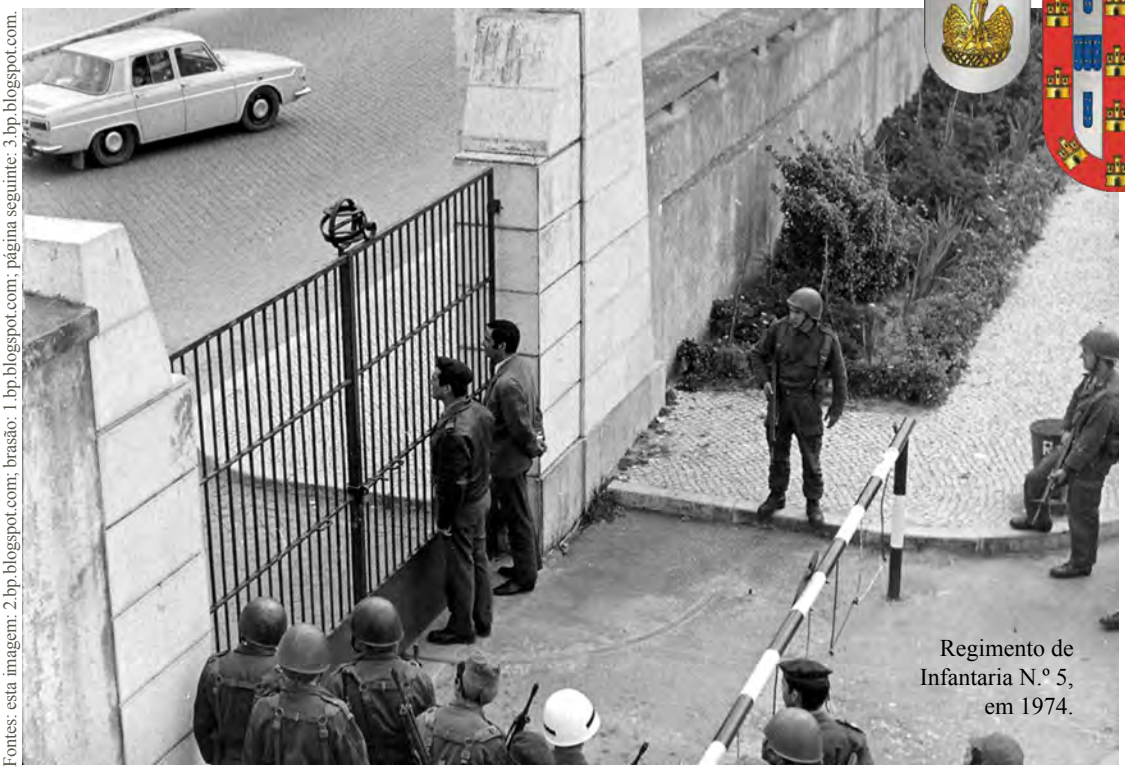
O malogrado "Levantamento das Caldas", em 16 de março de 1974, foi precursor da “Revolução dos Cravos”. Recorde-se que esta expressão, “levantamento das Caldas”, também referido como “Intentona das Caldas”, “Revolta das Caldas” ou “Golpe das Caldas”, refere-se a uma tentativa de golpe de Estado frustrada, ocorrida na data acima citada, em Portugal. O golpe foi descrito como "uma tentativa de avançar com o golpe que não foi devidamente preparada", tendo sido precursor da “Revolução dos Cravos” que, a 25 de abril seguinte, derrubou o regime ditatorial do Estado Novo Português. É referido, por vários autores, como o catalisador que aglutinou o oficialato em torno do Movimento das Forças Armadas (MFA).

Diz a história que o movimento remonta à insatisfação, entre as Forças Armadas Portuguesas, com a Guerra Colonial, a falta de liberdade política e ao atraso económico vivido pelo país, segundo a defesa de alguns autores.

Seguindo a cronologia deste “levantamento”, sublinha-se que a 22 de fevereiro de 1974 veio a público a obra do General António de Spínola, intitulada "Portugal e o Futuro", na qual o General defende “que a solução para a guerra colonial deveria ser política e não militar”.

No mês seguinte, a 5 de março, ocorre a reunião da Comissão Coordenadora do MFA. Aí foi lido, e decidido pôr a circular no seio do Movimento dos Capitães, o primeiro documento do Movimento contra o regime e a “Guerra Colonial”. De seu título, “Os Militares, as Forças Armadas e a Nação",

Brasão Municipal da cidade de Caldas da Rainha



Regimento de Infantaria N.º 5, em 1974.

Fontes: esta imagem: 2.bp.blogspot.com; brasão: 1.bp.blogspot.com; página seguinte: 3.bp.blogspot.com.

o texto foi elaborado pelo Major Ernesto Melo Antunes. A 14 de março o Governo de Marcelo Caetano demite os Generais António de Spínola e Francisco da Costa Gomes respetivamente dos cargos de Chefe e Vice-Chefe de Estado-Maior-General das Forças Armadas, alegando falta de comparência na cerimónia de solidariedade com o regime, levada a cabo pelos três ramos das Forças Armadas. Não obstante, a demissão dos dois generais viria a ser determinante na aceleração das operações militares contra o regime.

Desse modo, dois dias depois, apesar de originalmente estar prevista a participação de outras unidades militares, apenas o Regimento de Infantaria N.º 5, de Caldas da Rainha, avançou para Lisboa, sob o comando do capitão Armando Marques Ramos. Isolado, o seu avanço foi sustado por unidades leais ao regime já às portas de Lisboa, sem derramamento de sangue. Cerca de 200 homens, entre oficiais, sargentos e praças, foram detidos. Os oficiais, encarcerados na Trafaria, foram libertados no dia 25 de abril.

Zé Povinho
Caricatura de
Rafael Bordalo Pinheiro

Cultura, artesanato e património

Indiscutível é sem dúvida a cultura, o artesanato e o património arquitetónico que esta cidade possuiu e que faz de si uma imagem de marca dentro e fora de Portugal.

Ao todo, Caldas da Rainha tem dez museus, dos quais destacamos dois: a Casa Museu Rafael Bordalo Pinheiro e o Museu de José Malhoa.

Dotado de fama artística a nível internacional, o principal artesanato de Caldas da Rainha é constituído por peças de cerâmica cuja produção remonta ao século XV. Em 1485, a fundação do Hospital Termal impulsiona a faiança das Caldas da Rainha sendo comum, até ao século XVIII, o fabrico de louça utilitária.

De 1790 até 1820, D. Maria dos Cacos torna a cerâmica caldense célebre mas foi com Rafael Bordalo Pinheiro que esta adquiriu maior prestígio artístico e comercial. As suas obras são caracterizadas pela policromia dos vidrados e pela temática de cariz popular, onde sobressai a veia caricaturista que celebrizou o Zé Povinho.

Criado em 1875, por Rafael Bordalo Pinheiro, o Zé Povinho surge, pela primeira vez, no jornal de crítica diário "A Lanterna Mágica" e torna-se célebre nas páginas de "A Paródia". Representa o povo ou o país como vítima das instituições e identifica-se com o próprio criador, com quem envelhece, "sempre à espera, sempre à espera". É o retrato do povo rústico, teimoso e ingénuo. Indissociável do seu “manguito”, o Zé Povinho é uma reconhecida figura nacional de valor simbólico.

Neste âmbito, destaque ainda para os bordados tradicionais, feitos em sua origem com fios de linho tingidos por processos artesanais. Pensa-se terem origem em Espanha, e coloca-se ainda a possibilidade dos temas residirem nos quadros de naturezas-mortas da pintora seiscentista Josefa de Óbidos.

Para adoçar o corpo e o espírito, as Caldas da Rainha são a cidade perfeita no que concerne à sua doçaria. É impossível sair sem provar as cavacas, beijinhos, trouxas ou lampreias de ovos.

Na arquitetura, entre muitos aspetos focamos o património religioso com a Igreja de Nossa Senhora do Pópulo, de estilo tardo-gótico integrante do conjunto do Hospital Termal e a Ermida de São Sebastião, do século XVI, adjacente à Praça da República (conhecida popularmente como "Praça da Fruta", realiza-se todos os dias, da parte da manhã, ao ar livre, o único mercado diário hortofrutícola do país, praticamente inalterável desde o final do século XIX), que de destaca pelos magníficos painéis de azulejos setecentistas que a revestem internamente.

Em suma, a história e o desenvolvimento de Caldas da Rainha, cuja fundação se ficou a dever a um ato profundamente cultural da Rainha D. Leonor que escolheu a região para o palco de desenvolvimento dos seus projetos, protegendo as artes e os artistas, criando uma auréola que atravessou os séculos e que se mantém intacta nos dias de hoje, prossegue tendo como principais atividades económicas o comércio, o turismo, a indústria e a agricultura.

Programa de atividades

À muito habituados a uma presença militar, devido ao aquartelamento da Escola de Sargentos do Exército (ESE), criada em 1981, a partir da transformação do Regimento de Infantaria de Caldas da Rainha que, por sua vez, tinha origem no antigo Batalhão de Ciclistas N.º 2, os caldenses não faltaram à chamada e compareceram em grande número aos variadíssimos eventos que o Exército levou a cabo durante toda a semana. Na senda de aproximar os portugueses em geral, e os habitantes das Caldas, em particular, deste ramo das Forças Armadas, o programa foi pensado para agradar a "miúdos e graúdos" tal era a sua diversidade.

No dia 24 de outubro, oficialmente o dia do Exército Português, a presença da alta entidade, o Chefe do Estado-Maior do Exército (CEME), General Artur Pina Monteiro fez-se notar nos Paços do Concelho de Coimbra, onde se deu a apresentação de cumprimentos pelo Presidente da Câmara Municipal de Coimbra; a deslocação para a Igreja de Santa Cruz; a colocação da Espada e deposição de coroa de flores no Túmulo de D. Afonso Henriques; uma celebração eucarística e o deslocamento para o comando da Brigada de Intervenção.

De 19 de outubro a 6 de novembro está patente a Exposição Histórica-Militar, Literária e de Pintura, na Galeria de Exposições Municipal, no edifício da Câmara Municipal das Caldas da Rainha.

A 26 de outubro decorreram as Jornadas Académicas no Centro Cultural e de Congressos de Caldas (CCC), com o tema "O Exército, da Guerra Peninsular à I Guerra Mundial". A moderar o debate deste tema encarregue ao Tenente-Coronel Nuno Lemos Pires, esteve o Coronel Tirocinado João Vieira Borges. Já o tema "A Grande Guerra e o Exército Português" ficou a cargo do Professor Doutor António José Telo.

De 26 a 28 de outubro decorreu uma Exposição de Materiais e Equipamentos, Atividade Multiusos e Polos de Excelência no Parque D. Carlos I.

No dia 27 de outubro, centenas de caldenses e turistas assistiram com entusiasmo à demonstração de capacidades e meios, no Parque Chafariz das Cinco Bicas. Durante hora e meia o Exército realizou as seguintes demonstrações que pretenderam, sobretudo, esclarecer os presentes daquilo que o Exército Português é capaz de fazer em diferentes contextos e nas mais variadas situações: demonstração da Classe Especial de Mesa Alemã do Colégio Militar; demonstração de Ginástica de

Aplicação Militar e Combate Corpo a Corpo pela Academia Militar; demonstração operacional, na resolução de um incidente Biológico e Químico, pela Escola Prática de Engenharia e Laboratório de Bromatologia e Defesa Biológica; demonstração Cinotécnica pela Escola de Tropas Paraquedistas da Brigada de Reação Rápida; demonstração de uma Bateria Autocomandada, pelo Grupo de Artilharia de Campanha da Brigada Mecanizada e uma demonstração de saltos de paraquedismo efetuado pela Equipa de Paraquedismo do Exército Português "Falcões Negros", da Brigada de Reação Rápida.

Ainda no mesmo dia, pelas 21h00, os 700 lugares da sala de espetáculos do CCC foram ocupados para assistir ao sempre arrebatador Concerto da Banda Sinfónica do Exército.

No dia 28 a Igreja de Nossa Senhora da Conceição foi pequena para todos aqueles que quiseram participar na Missa de Ação de Graças e Sufrágio, seguindo-se o ponto alto destas comemorações com a cerimónia militar, na Avenida 1º de Maio. Pelas 11h25, já com as forças em parada prontas, deu-se a chegada dos convidados à tribuna, de onde se destaca as entidades que tiveram direito a honras militares: Vice-Chefes de Estado-Maior dos três ramos das Forças Armadas; Comandante-Geral da GNR, Tenente-General Newton Parreira; Chanceler das Antigas Ordens Militares, Tenente-General Rocha Vieira; Chefe da Casa Militar do Presidente da República Tenente-General Carvalho Reis; CEME, General Pina Monteiro; Secretário de Estado Adjunto e da Defesa Nacional, Dr. Paulo Braga Lino; e General Ramalho Eanes.

Pelas 12h00 chegou ao local a alta entidade que presidiu à cerimónia, o Ministro de Estado e da Defesa Nacional (MEDN), Doutor José Pedro Correia de Aguiar Branco, que procedeu à continência, seguida de revista às Forças em Parada. De seguida deu-se a integração do Bloco de Estandartes, a alocução do CEME, do MEDN e a imposição de condecorações.

O desfile foi um dos pontos mais apreciados pela população presente, que aplaudiu os militares da força. Desta feita, desfilaram em Parada em continência ao MEDN sob a seguinte ordem: Fanfarra do Exército; Bloco de Estandartes Nacionais; Escolta de Honra; Grupo de Comando; Batalhão dos Estabelecimentos Militares de Ensino (Colégio Militar, Instituto de Odivelas e Instituto dos Pupilos do Exército); Batalhão de alunos da Academia Militar; Batalhão da Brigada Mecanizada; Batalhão da Brigada de Intervenção; Banda do Exército; e Força da Brigada de Reação Rápida.

Discurso do Ministro da Defesa Nacional

Soldados.

Celebramos, hoje, mais um dia do Exército.

Nestas ocasiões, é um dever e uma obrigação a prestação de contas por parte do Ministro. Prestar contas do que diz e do que faz. Prestar contas perante o povo português mas, também, perante aqueles que estão, diretamente, sob a sua responsabilidade. É com este sentimento que aqui estou, uma vez mais. Para celebrar o vosso dia, mas, também, para prestar contas.

Há um ano, nesta mesma ocasião, disse-vos que confiava mais na arte e no engenho de um soldado português do que na tecnologia de dez veículos austríacos de transporte. Disse-vos que confiava mais na argúcia e na coragem de um soldado português do que na capacidade de um helicóptero. Disse-vos que entre o soldo de todos e o equipamento que só serve a alguns não havia opção possível. Mais, ainda, quando o país nos obrigava - como ainda obriga - à dureza das difíceis decisões. À dureza que impõe - dada a escassez - exigentes prioridades, assentes no realismo do que a todos toca e não no idealismo que move apenas a vaidade de alguns. Disse-vos que a minha prioridade seriam os meus soldados. Todos os soldados.

Hoje, um ano depois, presto estas contas:

No último ano cortámos despesas e custos intermédios no Ministério da Defesa Nacional no valor de 19 Milhões de Euros. Eliminámos direções administrativas, cumprindo integralmente o Programa de Governo.

Saímos do Programa dos NH90, libertando 130 milhões para 2013. Rescindimos o contrato das viaturas Pandur.

Cancelámos o concurso da arma ligeira que envolvia 80 milhões de euros.

Ao todo, desde que tomei posse como Ministro da Defesa Nacional, já tomámos medidas que permitem libertar o erário público, para os próximos anos, em mais de 1000 Milhões de Euros.

Um contributo importante para resgatar a liberdade das gerações vindouras - dos nossos filhos – para que estes possam encontrar no país a oportunidade que, hoje, só fora dele lhes é oferecida.

E fizemos tudo isto com eficácia, sem nunca, mas nunca, colocar em risco a operacionalidade das Forças Armadas Portuguesas.

Sempre disse que se havia instituição em Portugal capaz de, numa hora crítica da nossa história, dar o exemplo, essa instituição era, segura-

mente, a militar, as nossas Forças Armadas. E está a ser dado!

Alguns podem pensar que estes resultados não são uma boa notícia para os militares. Que estamos a cortar em equipamento necessário ou que estamos a diminuir as nossas capacidades. Para esses, que persistem em iludir a realidade…

Repito o que vos disse há um ano: a minha prioridade, neste momento, são os meus soldados.

E foi a autoridade que conquistámos, no escrupuloso cumprimento das metas orçamentais, que nos permitiu prosseguir esta política - vital, arrisco a dizer - no momento que atravessamos.

Que nos permitiu, em conjunto com as chefias militares, concretizar o que muitos achavam impossível de acontecer:

As promoções que estavam suspensas…deixaram de estar – com o que se fez, também, o justo reconhecimento da especificidade da condição militar.

O sistema de saúde militar marinava na indefinição e… tomou um rumo. Não só irá nascer, em 2014, um novo e único Hospital Militar, como teremos, também, um melhor sistema de saúde para todos os militares!

A transição para a nova tabela remuneratória ameaçava encargos seríssimos para todos soldados, com danos certos para a coesão e moral militar, e encontramos a solução que dissolveu a ansiedade e restaurou a confiança, sem penalização remuneratória para a quase totalidade dos militares.

Mantivemos todas as isenções para os deficientes das Forças Armadas.

Garantimos a possibilidade de passagens à reserva, durante o ano 2013.

Voltaremos a aumentar, no próximo ano, o orçamento disponível para as Forças Nacionais Destacadas. Espaço de afirmação da excelência do desempenho do soldado português, reconhecido na comunidade internacional e motivo de orgulho de todo um povo.

Há um ano fui claro nos objetivos. E não vamos mudar de linha.

A prioridade de todos os recursos disponíveis são os soldados.

Sei que não é uma linha fácil de seguir.

É uma linha que obriga à gestão criteriosa dos escassos recursos disponíveis e à realização de reformas estruturais que permitam conciliar as legítimas ambições dos militares com o nível de operacionalidade que todos ambicionamos para as Forças Armadas Portuguesas.

Obriga à nossa melhor competência, ao nosso mais elevado sentido de serviço público, à nossa mais pura solidariedade e ao nosso mais genuíno sentimento patriótico.

Minhas senhoras e meus senhores.

O nosso maior adversário não é a adaptação que nos é exigida à situação que o país atravessa. Nem tão pouco são as medidas da troika ou a contenção orçamental.

A forma como o Exército, no quadro das dificuldades impostas, tem sabido encontrar as respostas adequadas e oportunas, no plano estrutural, organizacional e na gestão dos recursos colocados à sua disposição, é bem a prova disso.

O nosso maior adversário é o sentimento, inegavelmente crescente, de que as Forças Armadas, num contexto de carência geral, não são necessárias.

É a visão simplista de que as despesas com a Defesa Nacional são um custo e não um investimento.

Uma visão que, infelizmente deixou de estar limitada a uns quantos idealistas mas que passou a ser defendida, também, por comentadores de fato cinzento e gravata azul.

Comentadores que olham para o Orçamento de Estado e dizem que é aqui que está a despesa que se pode cortar sem que o país sinta a sua falta.

Comentadores de fato cinzento e gravata azul,

"As verdadeiras Forças Armadas, estão aqui (...) no terreno, nos quartéis. Trabalham, preparam-se, para que nada falhe no momento certo."

que têm do Estado e da soberania uma visão contabilística. Que enchem as páginas dos jornais e os noticiários da televisão repetindo: para que servem as Forças Armadas?

Este discurso de um Portugal desarmado é perigosamente demagógico. Mas é um discurso que, por força da crise e da necessidade de criteriosas prioridades, se vai enraizando.

Nunca tive dúvidas que as Forças Armadas portuguesas seriam capazes de se adaptar às circunstâncias económicas e financeiras do país.

Que seriam capazes de atingir as metas definidas no Programa de Governo. Disse-o por mais de uma vez e em diferentes palcos.

Duvidar dessa capacidade é dar cobertura a quem, por juízo de oportunidade, retrata a instituição como ancora de privilégios, com o objetivo de colocar em causa a sua própria existência.

O discurso da inutilidade das Forças Armadas é, assim, o nosso maior adversário.

Um adversário que ministro, generais e soldados têm de tomar como seu.

Com as suas palavras, com os seus gestos e com as suas ações. Todos os dias.

Porque este adversário é tão corrosivo, tão arriscado e tão perigoso para a segurança nacional como qualquer outra ameaça externa.

E o combate a este discurso começa aqui. Dentro dos quartéis:

Na forma como honram a democracia. Na forma como não permitem ser instrumentalizadas no debate partidário.

Na forma como, apesar de todas as dificuldades, continuam a servir o país, os portugueses e os superiores interesses da República.

Porque no dia em que as Forças Armadas se deixarem instrumentalizar ou envolver no debate partidário, é o dia em que estamos a dar a resposta, por nós indesejada, à pergunta dos comentadores de fato cinzento e gravata azul: para que servem as Forças Armadas.

Soldados

Nos últimos meses vi acotovelarem-se dezenas de figuras a falarem em nome das Forças Armadas. E falam. Muito. Aqui e acolá sem a elevação devida. Alguns até do púlpito que protege do contraditório.

Falam sobre o serviço nacional de saúde, o programa de ajustamento da troika, o subsídio de desemprego. Falam sobre a função pública, sobre a fiscalização do orçamento. Sobre PPP´s ou política económica.

Falam sobre quase tudo, menos do Conceito Estratégico de Defesa Nacional, da programação militar, da importância das promoções, da excelência das missões de interesse público ou da racionalização de estruturas e de meios que permita aumentar o produto operacional.

Sobre estes assuntos nem uma palavra. Sobre os assuntos que verdadeiramente interessam aos soldados nem uma palavra. E assim vão dando razão a quem pergunta: para que servem as Forças Armadas?

E por isso deixem-me dizer claramente:

As Forças Armadas não estão nas páginas dos jornais e nas televisões. Não estão nas salas de hotel a discutir política.

As Forças Armadas, as verdadeiras Forças Armadas, estão aqui. Como hoje, e bem, o Exército nos dá mostra. No terreno, nos quartéis. Trabalham, preparam-se para que nada falhe no momento certo.

As Forças Armadas servem o país e os portugueses, com elevados padrões éticos e morais, assentes nas virtudes da lealdade, da honra, da disciplina e da camaradagem que caracterizam os militares.

Com o sentido nobre da missão que desempenham no quadro do Estado de Direito democrático, em que o povo exprime em eleições livres, diretas e universais a sua vontade coletiva.

E se o vosso ministro é o primeiro a salvaguardar a posição das Forças Armadas no debate político, exijo e nunca admitirei que os soldados da República sejam usados para servir os interesses de uns poucos.

Seria abafar com o manto da circunstância o valor maior da vocação que distingue o ser militar!

Sei que é esse o sentir do Exército português, superiormente comandado pelo Chefe de Estado-Maior, General Pina Monteiro.

Sei que é isso que os portugueses esperam do seu Exército.

Disse.

Discurso do Chefe do Estado-Maior do Exército

Excelentíssimo Senhor Ministro da Defesa Nacional:

A presença de Vossa Excelência, presidindo à cerimónia militar do Dia do Exército, representa para os militares e civis, homens e mulheres, que servem esta Instituição Nacional, o reconhecimento pelo serviço que prestam ao País, que se tem traduzido em níveis acrescidos de prestígio para Portugal.

Significa também a expressão do empenhamento institucional na procura de novas soluções para os desafios que a situação do País impõe e que a conjuntura estratégica externa não dispensa e para as quais o Exército, tem demonstrado de forma coerente e racional, toda a abertura e disponibilidade, no quadro dos valores nacionais que a todos nos devem nortear.

Excelentíssimo Senhor General Ramalho Eanes:

Meu General,

Muito agradeço a presença de V.Exª. neste importante dia para o Exército, na certeza de que representa para nós um referencial de caráter,de coerência e de ética que enobrecem o espírito de soldado que a todos nos deve nortear ao serviço de Portugal.

Excelentíssimo Senhor Presidente da Câmara Municipal das Caldas da Rainha:

A pronta disponibilidade de Vossa Excelência para acolher o Dia do Exército e a cooperação ativa e substantiva para o desenvolvimento das diversas atividades ao longo dos últimos dois meses refletem uma profunda e salutar cooperação, entre o Município e o Exército, bem marcada nesta cidade pelo bom relacionamento entre a Escola de Sargentos do Exército e a população das Caldas da Rainha, que saúdo como Comandante do Exército de todos nós, na pessoa de Vossa Excelência.

Excelentíssimo Senhor Secretário de Estado Adjunto e da Defesa Nacional.

Excelentíssimo Senhor Presidente da Assembleia Municipal das Caldas da Rainha.

Excelentíssimos Senhores Deputados da Assembleia da República.

Excelentíssimos Senhores Generais, antigos Chefes do Estado-Maior do Exército:

Expresso a minha gratidão pela presença dos meus antecessores, num dia em que se celebra mais um ano para a história do Exército, ao serviço da Pátria e que constitui um legado de incentivo, de coesão e de responsabilização para todos nós que hoje servimos o Exército.

Excelentíssimo Senhor Tenente-General Rocha Vieira Chanceler das Antigas Ordens Militares.

Excelentíssimo Senhor Comandante-Geral da Guarda Nacional Republicana.

Excelentíssimos Senhores Vice-Chefe do Estado-Maior da Força Aérea, da Armada e do Exército.

Excelentíssimos Senhores Tenentes-Generais do Conselho Superior do Exército.

Excelentíssimos Senhores Oficiais Generais no Ativo, Reserva ou Reforma.

Ilustres Autoridades e Entidades Convidadas.

Oficiais, Sargentos, Praças e Funcionários Civis do Exército.

Alunos da Academia Militar, da Escola de Sargentos e dos Estabelecimentos Militares de Ensino.

Minhas Senhoras e Meus Senhores:

Como Comandante do Exército agradeço a presença de todos os ilustres convidados que hoje se associam ao Dia Festivo do Exército Português, evocando os que nele serviram no passado, avaliando o tempo que vivemos e olhando para os caminhos do futuro.

A realização do Dia do Exército nas Caldas da Rainha ocorre num período particularmente difícil para o País, que nenhum português pode ignorar e por conseguinte, também os militares que servem no Exército, sentem e vivem de igual forma, os sacrifícios que nos são exigidos em nome da continuação de Portugal.

Neste contexto restritivo, hoje é um dia em que o Exército pretende, como sempre, contribuir para o reforço de um clima de coesão, de estabilidade e de segurança, através da demonstração da nossa unidade e disciplina, na defesa dos valores mais altos que norteiam a nossa existência coletiva como Nação Independente.

A escolha das Caldas da Rainha e a natureza das atividades incluídas no programa de atividades deste Dia, tiveram como racional, a partilha com a população deste Município de um sentimento de unidade, de capacidade e de esperança no sucesso a alcançar na batalha contra o tempo de soberania limitada que vivemos e que afeta a liberdade de ação nacional.

A contenção, em todos os domínios e não só no financeiro, é outra ideia forte subjacente ao Dia

do Exército. Neste tempo em que verificamos no País confluências negativas de diversas situações de crise, importa que o Exército continue a contribuir para a solidez das Forças Armadas.

É neste sentido que tenho apelado à ética e ao respeito pelos valores militares, ao espírito de resiliência e ao exercício de uma conduta individual e coletiva que seja geradora de segurança, respeito e credibilidade no seio da sociedade nacional.

Neste Dia Festivo, porque é justo, e muito grato para o Comandante do Exército, quero saudar todos os militares que servem na efetividade de serviço sob o meu comando, no território nacional ou em Missões no exterior, não só pelo profissionalismo e excelente desempenho nas diversas missões, mas também pelo apurado sentido do dever e de respeito pelo nosso código de conduta, inerente ao estatuto da condição militar, resistindo a apelos externos, para ações públicas à margem da ética que regula a postura e a atitude dos militares, no serviço ou fora dele.

Estou convicto que os militares do Exército reconhecem e sentem, que no atual quadro do País, ganha importância acrescida o significado de ser soldado, e por isso é sabido que a prioridade do Comando do Exército tem sido centrada nas questões que afetam a gestão dos recursos humanos, seja no plano individual ou coletivo.

Neste domínio quero sublinhar que não abdico de ser responsável por resolver as questões dos meus subordinados quando se situam na minha

"Expresso o meu orgulho (...) pelo profissionalismo e sentido de dever dos Oficiais, Sargentos, Praças e Funcionários Civis, que prestam serviço quer em território Nacional, quer nos diversos teatros de operações."

área de competência. Como também não deixo de colocar de forma leal, franca e transparente, junto da tutela as questões que carecem de solução ao nível político. Tem sido através do dialogo com o Senhor Ministro da Defesa Nacional e em estreita e solidária cooperação entre os Chefes Militares, que tem sido possível ultrapassar dificuldades, de que destaco o descongelamento das promoções e das incorporações no corrente ano.

O Exército jamais esquecerá que o elemento central e o ultimo recurso em qualquer conflito, em qualquer Exército, são os homens e as mulheres que nele servem. Para tal, os Exércitos são responsáveis pela obtenção, pela formação, pelo treino operacional, pela projeção e pela sustentação das suas Forças.

O efetivo atual do Exército em militares e civis significa uma redução de cerca de 5.500 homens e mulheres em relação ao pessoal necessário, para guarnecer a totalidade da estrura organica do Exército.

Contudo, é importante e justo sublinhar que o efetivo autorizado, em função das restrições orçamentais, está gradualmente a ser recuperado através das incorporações que foram descongeladas e que permitem a manutenção de níveis aceitáveis de pessoal.

Aguardamos a aprovação da Proposta de Lei do Orçamento para 2013, na Assembleia da República que vem introduzir alterações que afetam parcialmente as condições atualmente existentes para a passagem à Reserva e à Reforma. Essas alterações estão a ser cuidadosamente acompanhadas e analisadas, quanto aos seus efeitos no plano individual, e na gestão dos recursos humanos do Exército bem como no fluxo das diversas carreiras.

É sabido que existem bloqueios e dificuldades de progressão em alguns postos designadamente em Tenente-Coronel e 1º Sargento e por isso merecem a minha particular atenção.

No âmbito das promoções e incorporações, a proposta de orçamento para 2013 não parece introduzir restrições acrescidas à sua efetivação o que permitirá evitar turbulências desnecessárias e continuar a estabilizar a estrutura orgânica, a gestão de carreiras e a manutenção do efetivo do Exército, embora nos patamares mínimos autorizados.

A racionalização dos efetivos dos quadros permanentes, em curso até 31 de dezembro de 2013, será feita em função da previsão normal de passagens à situação de reserva, bem como através da redução de ingressos de pessoal, que nomeadamente, no corrente ano se traduziu em menos 30% no 1º ano da Academia Militar.

As restrições orçamentais e a contenção da despesa apontam para que o efetivo do Exército não venha a aumentar, sendo desejável que se enquadre nos atuais patamares como fator de estabilidade, no processo de revisão estrutural que está em curso.

Contudo, quando se avalia o ambiente estratégico que nos rodeia, não podemos deixar de constatar que este é evolutivo, quer quanto à diversidade dos riscos e ameaças, quer no que respeita às formas de resposta. As tendências nacionais e das organizações internacionais apontam no sentido de novas formas integradas de empenhamento da componente militar, para poder atuar em todo o espectro da nova conflitualidade. Esta evolução, por certo que não deixará de ser tratada no novo Conceito Estratégico de Segurança e Defesa Nacional.

Tal implica uma natural reavaliação de estruturas, requisitos de forças e de capacidades, para ser possível responder de forma adequada às novas exigências de segurança e defesa seja no plano externo, seja no seio do território nacional.

A missão do Exército, insere-se nas funções e deveres permanentes do Estado de Direito Democrático, está ligada à defesa dos valores constituicionais da República e da sua integridade territorial, à garantia da soberania e da independência nacional, ao regular funcionamento das instituições democráticas, à segurança dos cidadãos e da sua liberdade individual e política.

Para uma continuada resposta credível do Exército, no cumprimento da sua missão, é fundamental que mantenha a sua ação de presença em todas as parcelas do território nacional, contribuindo para o reforço da coesão e da identidade nacional, para a preservação da ocupação populacional e institucional do território.

Desta forma o Exército pode garantir a proximidade às populações, contribuindo para a estabilidade e a segurança nacional, através do apoio militar, sempre que for solicitado, com a capacidade dual dos seus meios, materiais e humanos.

É com este racional que o Exército defende a manutenção de um dispositivo equilibrado, entre a sua indispensável dispersão territorial e a concentração racional de capacidades criticas e de campos de treino.

Este dispositivo, integrante de um sistema de forças flexível, estruturado com base em três Comandos de Brigada não pode deixar de ter em conta que o tempo dos povos, vai para além das conjunturas e dos circunstancionalismos.

É neste sentido que julgamos que é tempo de equacionar e desenvolver a manutenção de um eficaz processo de mobilização e requisição, para fazer crescer os efetivos e aprontar as forças necessárias em situações de crise ou de contingência para a Defesa Nacional.

Esta capacidade de crescer por mobilização torna-se mais pertinente quando o potencial huma-

no nas fileiras tende a situar-se em níveis mínimos.

A capacidade militar autónoma que o País requer é aferida não apenas pelas capacidades de que hoje dispomos, mas sobretudo pelo potencial que seremos capazes de mobilizar, demonstrando a vontade de defesa coletiva, da nossa soberania e independência.

De igual modo o Exército tem demonstrado disponibilidade, vontade e capacidades para ampliar, de forma mais estruturada, o apoio militar à Proteção Civil em situações de catástrofe ou de emergência e no contributo para a melhoria do bem-estar dos portugueses.

No âmbito das alterações estruturais, para além dos ajustamentos na organização superior do Exército , à semelhança do que se verifica nos outros organismos do Estado, estão em curso estudos técnicos para alteração da estrutura de formação e instrução no Exército.

Neste domínio a alteração mais relevante será a criação da Escola Prática das Armas, cuja estrutura será orientada para o levantamento de uma organização em rede, centrada na Escola e articulada com pólos formativos nas Unidades Operacionais, à custa dos recursos humanos e materiais que as integram.

A área da Saúde Militar tem sido e continuará a ser objeto de particular atenção por parte do Exército. Neste domínio quero expressar o interesse e manifestar o apoio do Exército à consolidação do modelo do Hospital das Forças Armadas, e ao seu desenvolvimento, pela importância acrescida de que se reveste para a Família Militar.

Neste processo assume ainda importância crucial para o Exército, uma nova estrutura de apoio sanitário da componente operacional, articulada com o Hospital das Forças Armadas, e para a qual proponho a criação de uma Unidade de Saúde Operacional, onde se polarizaria toda a gestão e treino das unidades de apoio sanitário à componente fixa e operacional do Exército, promovendo economia de recursos, humanos e materiais.

O produto final do Exército reside na sua capacidade operacional, a qual se deve apoiar em forças credíveis, que se distingam pela eficiência, de modo a serem reconhecidas como tal, pelos nossos aliados nas diversas organizações de segurança a que pertencemos.

Este desiderato exige, entre outros aspetos, a modernização dos armamentos e equipamentos do Exército, a qual tem vindo a ser desenvolvida através da Lei de Programação Militar, no âmbito dum processo de transformação e modernização que, como todos os processos de mudança, está em permanente avaliação, nunca concluído e adaptável aos condicionamentos político-estratégicos e às restrições orçamentais.

O Exército não exige recursos que o País não possa comportar. É com este espírito que tem sido desenvolvido o diálogo com o Ministério da Defesa no que respeita ao Programa das viaturas PANDUR, viaturas blindadas ligeiras e helicópteros.

Temos fundadas razões para acreditar que a coerência de uma força organizada em torno das

viaturas PANDUR, será mantida e que as viaturas blindadas ligeiras, sendo uma reconhecida prioridade de reequipamento, também merece o acolhimento político.

No que respeita aos helicópteros, o Exército mantém a sua legítima ambição de modernidade e está aberto a novas formas organizativas de partilha, que potenciem a utilização desta capacidade no plano nacional, em missões de interesse público. É por isso um projeto que deve ser mantido ativo.

Senhor Ministro da Defesa Nacional, Excelência.

Ilustres Convidados.

Militares e Funcionários Civis do Exército:

A dimensão da Família Militar, abrange os militares no ativo, na situação de reserva e de reforma e por isso quero a todos enviar uma saudação especial, num tempo que também é mais restritivo no plano social, para as nossas famílias.

É por esta Família que como Chefe Militar do Exército e conjuntamente com os outros Chefes Militares, continuaremos no plano institucional, a pugnar pela observância do estatuto da condição militar, seja no âmbito dos deveres, seja na especificidade dos direitos conferidos aos militares.

Num período que é de constrangimentos, de natureza financeira e social e conhecedor do impacto que também afeta militares e civis, que prestam serviço no Exército, relevo a serenidade, a confiança e o profissionalismo demonstrado no dia a dia, em prol das missões que são atribuídas ao Exército, num tempo difícil para Portugal, mas que o nosso esforço coletivo vai ter que ultrapassar.

Ao comemorarmos o Dia do Exército, nas Caldas da Rainha, onde está instalada a Escola de Sargentos do Exército, também quero aqui enaltecer e homenagear todas as gerações de sargentos que passaram por esta escola de saber militar, pela sua dedicação e empenho em servir o Exército e o País.

Como Comandante do Exército Português expresso o meu orgulho e satisfação pelo profissionalismo e sentido de dever dos Oficiais, Sargentos, Praças e Funcionários Civis, que prestam serviço quer em território Nacional, quer nos diversos teatros de operações e demais missões de apoio à política externa, e exorto todos para continuarmos confiantes num futuro, que passa por nós, com espirito empreendedor, a determinação, a coesão e a disciplina, que caracterizam a alma do Exército que é de todos nós.

A terminar quero agradecer, em nome do Exército, a disponibilidade e todo o apoio prestado pela Câmara Municipal das Caldas da Rainha e pessoalmente pelo seu Presidente Dr. Francisco da Costa que permitiu a realização do Dia do Exército nesta cidade. Agradeço em particular, à sua população que, com a sua presença, carinho, e memória da história militar, desta cidade, abraçou e recebeu o Seu Exército, dando inequívoco incentivo à determinação e ao espírito de serviço com que os Soldados servem Portugal.

Queremos servir o País, servindo o Exército, com a dedicação, o espirito de sacrifício e o patriotismo que são apanágio do Soldado Português.

Obrigado pela Vossa presença.

Major Infantaria Ricardo Alexandre Cristo*

Wilhelm Gustloff ancorado no porto de Danzig, em 1939

Fonte: imagem do canto superior direito das páginas ímpares deste artigo: celiaspangher.files.wordpress.com.

O maior desastre marítimo da História

Comemorou-se no passado dia 14 de abril de 2012 um século sobre o afundamento do Titanic – esse enorme e luxuoso navio, orgulho da engenharia naval, na sua viagem inaugural, exibicionismo e «novo-riquismo» para uns e esperança de uma geração para outros, que procuravam melhor vida no Novo Continente, assim que atracassem em Nova York – tão majestoso era que outro nome não ficaria bem: Titanic (Titânico em Português).

A história deste navio é relativamente conhecida de todos nós, com mais ou menos pormenores, com mais ou menos romance, em torno da qual muito se especulou e teorizou sobre o seu afundamento – uma coisa é certa, que foi um desastre, uma tragédia marítima foi, que não haja dúvidas sobre isso – ainda hoje, passados 100 anos, se estuda e continua a teorizar sobre este desastre. Após o abalroamento num iceberg o navio, considerado inafundável, desaparece em águas calmas ao fim de duas horas e quarenta minutos e das 2.223 pessoas que embarcaram em Southumpton, Cherbourg e Qeenstown, apenas 706 sobreviveram – como foi possível isto acontecer? Ainda hoje se pergunta.

Em 1985 Robert Ballard descobriu a posição exata dos destroços do Titanic, em 1987 a empresa RMS Titanic recolhe os primeiros artefactos (objetos pessoais entre outros) junto dos destroços, em 1997 James Cameron imortalizou o desastre em tela de cinema, verdadeiro êxito de bilheteira, e cujo enredo fez chorar «baba e ranho» em torno de uma linda história de amor abruptamente interrompida pelo naufrágio e de uma belíssima joia que se pensava perdida há muito entre os destroços.

Ao longo destes 27 anos, muitos documentários foram realizados e muitas expedições oceanográficas foram empreendidas (algumas delas com caráter turístico), tentando cada uma delas explicar ou chegar mais perto do que realmente aconteceu naquela fatídica noite de 14 de abril de 2012.

Mas o que me move a pegar na «pena» e exarar este artigo, que não deixa de ser uma partilha de uma opinião muito pessoal com o leitor, também está relacionado com um desastre marítimo que, a contabilizar pelo número de vidas perdidas, foi o maior desastre marítimo que há memória – o afundamento do Wilhelm Gustloff em 30 de janeiro de 1945.

A história deste navio começa na Prússia Oriental, então província da Alemanha nazi em janeiro de 1945. O exército alemão, enfraquecido e desgastado por uma guerra que durava há mais de seis anos, lutava contra os aliados a Oeste e contra o exército russo (conhecido por Exército Vermelho, também ele aliado) a Este. A 12 de janeiro

de 1945, o Exército Vermelho entra na Prússia Oriental – para os alemães a batalha estava perdida – mal equipados, sem combustível, com pouco armamento e provisões, soldados exaustos e em constante retirada face à «avalanche vermelha», como lhe chamou Jürgen Thorwald, escritor alemão, numeroso, bem equipado e imbuído de sentimento de vingança muito grande. Desde 1942 que o exército alemão devastava os territórios do Leste da Europa, até bem dentro da Rússia, numa espiral de assassínios em massa e destruição de aldeias inteiras.

Os Russos avançavam na Prússia de cidade em cidade, matando indiscriminadamente militares e civis e, o exército alemão, em retirada, pouco ou nenhuma ajuda podia prestar aos civis alemães, deixados à sua sorte, ou em alternativa, acompanhar o próprio exército em retirada sofrendo as mesmas agruras do combate – em pânico, muitas famílias pegaram em alguns dos seus pertences, aqueles indispensáveis, que se pode transportar a pé, e partiram com o que restava do exército – mulheres, crianças e idosos, os homens «válidos», esses ficaram para trás mobilizados à pressa para reforçar uma segunda reserva. Muitos dirigiram-se para o porto de Gotenhafen (atual Gdynia, na Pomerânia - Polónia), no Mar Báltico, na esperança de poder embarcar em direção da relativa «segurança» a Oeste – um desses navios era o imponente paquete de luxo alemão Wilhem Gustloff, com 209 metros de comprimento (menos 60 m que o RMS Titanic), orgulho da marinha mercante alemã, ícone do regime nazi e o maior alguma vez construído pela Alemanha.

Todos os navios tinham sido requisitados pelo exército alemão para transporte de tropas e provisões e o Wilhem Gustloff, que até então tinha servido como navio escola para Cadetes da *Kriegsmarine* (marinha de guerra alemã), não era exceção. O Comandante do navio, Friedrich Petersen, tinha recebido ordens para zarpar rumo ao porto de Kiel, na Alemanha Ocidental, trazer quase um milhar de Cadetes, feridos, equipamentos e civis se houvesse lugar para estes últimos – segundo Heinrich Schwendemann, um historiador alemão, a prioridade residia no transporte militar, 40% feridos, 40% equipamentos e 20% civis (nas circunstâncias descritas leia-se refugiados de guerra) – para muitos, embarcar no Wilhelm Gustloff ou ficar em terra significava a vida ou a morte, a última oportunidade de escapar ao exército vermelho – embarcar era simultaneamente uma esperança de sobreviver e um sentimento de segurança porque, tal como o Titanic, o Wilhelm Gustloff era considerado inafundável.

Ao porto, banhado pela baía de Gdansk, chegavam cada vez mais refugiados, sobretudo jovens mães com bebés de colo, debaixo de um inverno gélido. A «pressão demográfica» no porto de Gotenhafen era tal que as ruas estavam pejadas de pessoas, perigosamente expostas ao relento – portanto, embarcar em qualquer navio era uma necessidade.

Num navio com capacidade para 1.180 passageiros e tripulantes, embarcaram no Wilhelm Gustloff 10.582 pessoas. A densidade populacional abordo era inimaginável, mais de dez mil pessoas distribuídas por todos os compartimentos e corredores do navio, incluindo os salões e até a piscina interior, que se encontrava vazia (o Titanic também tinha uma piscina interior). As pessoas alinhavam-se seguidas umas às outras, de tal forma, que era difícil deslocarem-se nos corredores e os botes salva vidas, esses não davam nem para metade de tamanha «carga».

Há meses que os submarinos soviéticos operavam no mar Báltico, no entanto, até há data, não tinham tido êxito. Friedrich Petersen estava alertado para presença desta ameaça, mas mesmo assim, a 30 de janeiro de 1945, optou por zarpar sem escoltas.

O S-13, um submarino soviético que patrulhava a área desde 11 de janeiro, tinha como missão destruir e afundar todos os navios alemães que avistasse, principalmente navios mercantes. O Comandante do S-13, Alexander Marinesko, avista a sua primeira oportunidade de se revelar em «combate» – pela sua dimensão e silhueta, Alexander sabe que se trata de um navio mercante, no entanto, e tendo presente a sua missão, não consegue saber quem está a bordo ou o que

S-13 no porto
de São Petersburgo

Gravura sobre o afundamento do Wilhelm Gustloff

Fontes: esta imagem: 2.bp.blogspot.com; imagem da página seguinte: 0.tqn.com.

transporta, armas, matérias primas ou outra coisa qualquer que auxiliasse o esforço de guerra alemão (em boa verdade, nesta altura da guerra, os soviéticos não nutriam qualquer sentimento de piedade para com o povo alemão, bem antes pelo contrário).

Rapidamente, e sem que o a tripulação do Wilhelm Gustloff suspeitasse, o S-13 assume uma postura de ataque, a coberto da camuflagem que a noite confere, e às 22h18 dispara três torpedos, com intervalos de tempo muito curtos – o primeiro detona na proa do navio, o segundo a meio e o terceiro na casa das máquinas, matando quase instantaneamente toda as pessoas que se encontravam nos conveses mais baixos. A confusão instala-se, pessoas em pânico gritam e famílias inteiras ficam separadas de repente – o navio adorna a bombordo (lado onde foi torpedeado) e afunda-se em 62 minutos. Das 10.582 pessoas apenas sobreviveram 964 e das que pereceram (9.618), mais de 4.000 eram crianças de várias idades – perdas de vidas humanas seis vezes superiores às do desastre do Titanic.

Esta é, de uma forma sucinta, a triste história de um triste fim de um majestoso navio, que quiçá, noutro contexto político-mundial, talvez tivesse marcado uma época, tal como o Titanic assim prometia aquando da sua viagem inaugural.

O que nos move a fazer um «comparativo» entre os dois desastres marítimos reside no seguinte, e por esta ordem:

1. Morreram muitas mais pessoas no torpedeamento do Wilhelm Gustloff, que no acidente do Titanic (mas ambos têm de ser considerados desastres, porque o foram, nem que seja pela perda de vidas humanas);

2. E corolário do 1., o afundamento do Wilhelm Gustloff, que se conheça, é o naufrágio que mais perdas de vidas humanas verificou – 9.618 é um número impressionante, dolorosamente agravado por quase metade serem crianças;

3. O Afundamento do Wilhelm Gustloff foi resultado de uma intenção hostil, produto de uma vontade própria e consciente, causadora de dano. O Titanic, pelo contrário, foi um resultado de uma série de acontecimentos e, talvez produto de uma certa arrogância tecnológica humana pelo subestimar da natureza, que deram lugar ao acidente no alto mar, conduzindo ao desastre;

4. Ao contrário do Titanic, o Wilhem Gustloff é um naufrágio pouco investigado, sem qualquer livro publicado premiado e muito menos alguma vez «saltou» para as telas do cinema;

5. Porque quando se pergunta ao comum dos mortais qual foi o maior desastre marítimo que conhece, as respostas vão quase na totalidade para o Titanic – e isso, além de não ser correto, também não é justo – por vezes também esquecemos que outros houve, estou-me a lembrar de um naufrágio, em circunstâncias muito idênticas ao Wilhelm Gustloff, o paquete irlandês Lusitania que foi torpedeado em 7 de maio de 1915 por um submarino alemão na 1.ª Guerra Mundial (talvez seja também alvo de um artigo desta natureza por altura dos seus 100 anos de desaparecimento), onde também morreram mais pessoas do que as do Titanic, o USS Arizona, durante o ataque Japonês a Pearl Harbour, em 7 de dezembro de 1945, entre outros;

6. E corolário do 4., o paquete Wilhelm Gustloff era um navio do lado perdedor da guerra, que a par do sentimento de ódio e de vingança dos aliados, mormente os russos perante as atrocidades cometidas pelos alemães, está relegado para uma nota de rodapé da história.

7. A bordo do Titanic seguiam as mais importantes celebridades da época, a elite social britânica, o «novo-riquismo» norte-americano, a esperança de muitos irlandeses, entre outros, de uma nova vida na América – o Titanic era como se fosse um «microcosmos» social flutuante. A bordo do Wilhelm Gustloff, pelo contrário, nenhuma celebridade a bordo, personagem rica ou elite social. A maioria eram refugiados simplesmente a tentar escapar de um situação terrível – reinava o caos social, o pânico e o desespero.

8. Por último e corolário do 4. e do 6., o nome Wilhelm Gustloff foi o nome dado ao navio em homenagem a um dirigente do partido nazi suíço assassinado em 1936 por elementos conotados com o partido comunista alemão.

Apenas mais uma questão aqui se poderá levantar – Terá sido o torpedeamento do Wilhelm Gustloff um crime de guerra praticado por um comandante de submarinos soviético?

Dada a dimensão do número de perdas de vidas humanas, à primeira vista sentimo-nos compelidos a responder que sim, foi um crime de guerra – é humano pensar-se assim.

No entanto temos que ter em atenção várias circunstâncias: o navio navegava em águas consideradas hostis e por essa razão com luzes de navegação apagadas, trazia armas antiaéreas à vista, não navegava sob o dístico da Cruz Vermelha, trazia cerca de mil cadetes da *Kriegsmarine* e, o próprio Comandante Alexander Marinesko estava na posse de ordens muito concretas – afundar e destruir todo e qualquer navio alemão, com prioridade para ao navios mercantes – portanto no nosso modesto entender não nos parece que seja um crime de guerra, mas sim um ato de guerra.

Controvérsias à parte, e voltando ao comparativo dos desastres, nos dias de hoje, o Titanic é um museu, um museu de águas profundas, um túmulo que encerra em si o triunfo, o luxo e esperança de 1.517 almas a 3.800 metros de profundidade.

O Wilhelm Gustloff, é pois uma cripta, a 44 metros de profundidade, que aprisiona o desespero, o pânico e o horror de 9.618 almas em fuga do maior dos desastres humanos – a Guerra.

Monumento às vítimas do Titanic, em Washington D. C.

---

* O Major de Infantaria Ricardo Alexandre Cristo é professor na Academia Militar.

jornal do Exército

Pretendo assinar o *Jornal do Exército*

Para encomendar basta fotocopiar o cupão e enviar para *Jornal do Exército*, Largo S. Sebastião da Pedreira – 1069-020 LISBOA

Nome: _____ Profissão: _____

Morada: _____

Código Postal: _____ Localidade: _____ Telefone: _____

(Só para Militares) Posto: _____ Ramo das FA: _____ NIF: _____

Assinatura Anual – Continente e Ilhas: € 20.00 - Via Aérea: Países Europeus € 45.00 - Restantes Países € 65.00
Para pedido de números atrasados, ou encadernações, contacte-nos para: Largo S. Sebastião da Pedreira - 1069-020 Lisboa, Tel: 213 567 700 ou via email: jornal.exercito@sapo.pt

PARA PAGAMENTO DA MINHA ASSINATURA

TRANSFERÊNCIA BANCÁRIA: Nacional 0781 0112 0112 0011 6976 9 – D.G.T.

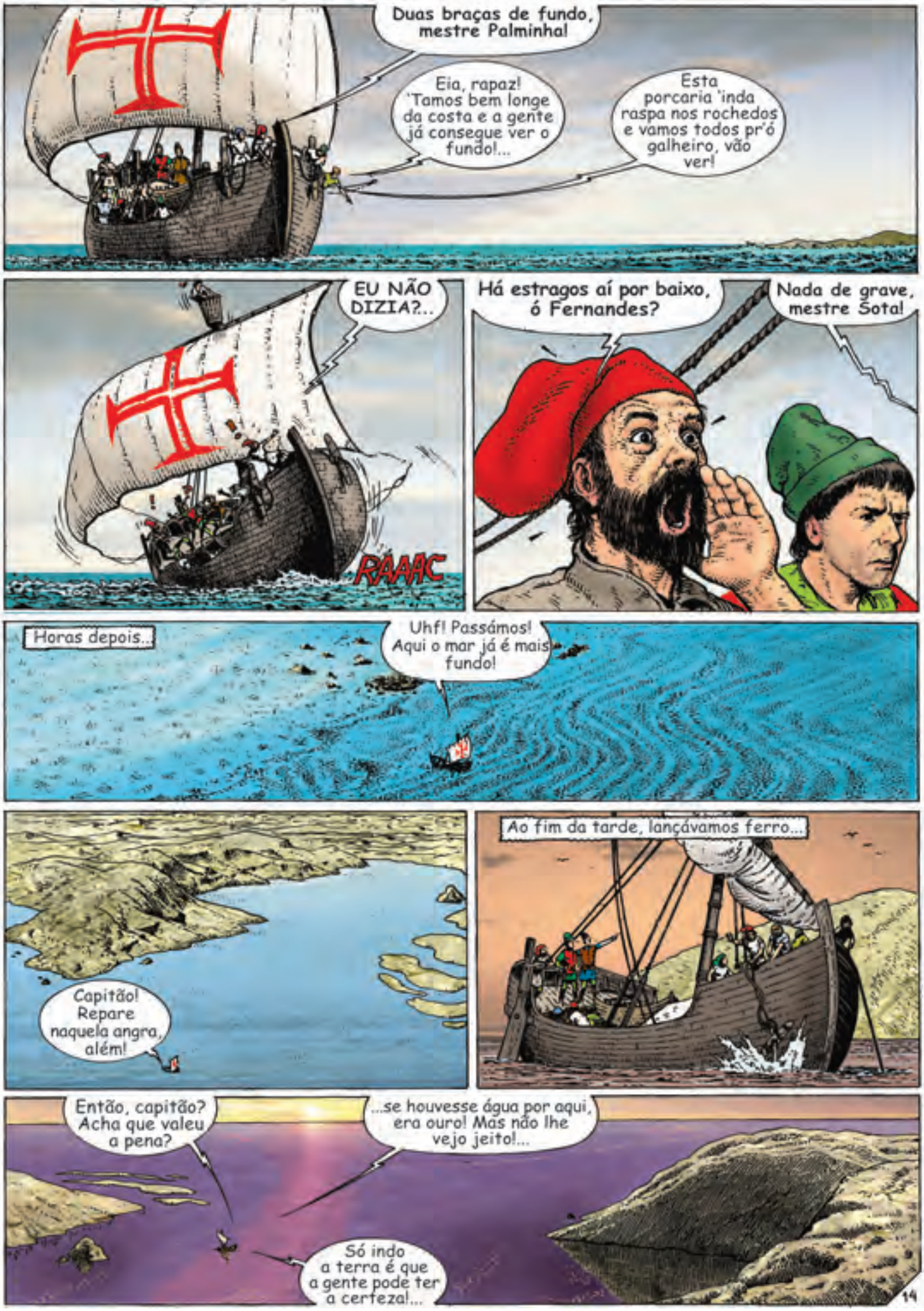
CHEQUE: junto envio o Cheque n.º - _____ s/Banco - _____ à ordem da Instituto de Gestão da Tesouraria e do Crédito Público, IP.

VALE POSTAL Nº _____ no valor de _____

...São loas, Gil, loas...
...tudo isso são invenções, Gil, mentiras...
LOAS, GIL, LOAS... MENTIRAS...
....LOAS... ....LOAS...
LOAS LOAS LOAS
NÃÃÃO
11

Senhor Gil Eanes! Senhor Gil Eanes!
Capitão! Sentiu-se mal? Já mandei chamar o físico!...
Anh?...
Sente-se bem, capitão Gil Eanes?
Onde estamos?
A bordo da "Bonita", senhor Gil Eanes! Onde é que haviamos de estar?
Sim... claro... na "Bonita"... mas este sol... este sol...
Deu-lhe c'o a força toda, capitão! Este danado deste sol é pestífero! Era melhor o capitão ir repousar um pouco na sua cabina!...
Já não vale a pena, mestre Sota. Já passou... Está mais fresco agora, que o vento sopra...
Olá se sopra, senhor Gil Eanes! Deus o mantenha, prá ver s'a gente ganha o tempo que perdeu!
12

Portulano* - mapa antigo


Duas braças de fundo, mestre Palminha!
Eia, rapaz! 'Tamos bem longe da costa e a gente já consegue ver o fundo!...
Esta porcaria 'inda raspa nos rochedos e vamos todos pr'ó galheiro, vão ver!
EU NÃO DIZIA?...
RAAAC
Há estragos aí por baixo, ó Fernandes?
Nada de grave, mestre Sota!
Horas depois...
Uhf! Passámos! Aqui o mar já é mais fundo!
Capitão! Repare naquela angra, além!
Ao fim da tarde, lançávamos ferro...
Então, capitão? Acha que valeu a pena?
...se houvesse água por aqui, era ouro! Mas não lhe vejo jeito!...
Só indo a terra é que a gente pode ter a certeza!...

MILICIA

WWW.MILICIAPRO.COM

SEDE
Showroom
Nova Loja

+80 Marcas
Loja 170M²
Showroom 180 M²
Estacionamento
700 M² Armazém

FARDAMENTO
EQUIPAMENTO
SEGURANÇA

5.11 TACTICAL SERIES · SAFARILAND · BLACKHAWK! · TASER

Aimpoint, American Body Armor, AmeriGlo, Arktis, Armor Accessories, Bates, BCB, Bianchi, C-A-T, Sam Medical CAA Tactical, Cadex, CamelBak, Crimson Trace, Defcon 5, Defense Technology, Eagle, Eberlestock, ESS, Explorer First Choice, Fisher Labs, Forensics Source, Peli, GoldEck, Hatch, Hawke, Hellstorm, Hiatt, Inova, Lansky, Ledwave Libervit, Marlow, Maxpedition, MOD, Monadnock, Oakley, Otis, Fox, Peltor, Protech, Quickstep, Savvy Armor Second Chance, Seeker, Sog, Suex, SureFire, Tactical Medical, Taser, TSSI, United Shield, Garret, Tristar Armored Cars

Visite-nos na Av Poeta Eugénio de Andrade, nº 1267 - Canidelo VNG
coordenadas GPS: 41,115871 / -8,648119

PLANO DE SAÚDE DENTÁRIO EXCLUSIVO

PARA OS MILITARES E CIVIS DO **EXÉRCITO PORTUGUÊS**, INCLUINDO AS SUAS FAMÍLIAS

Já não custa ter um sorriso bonito e uma boca saudável

Preço: 30€ pessoa/ano - (Preço família, especial de lançamento 75€/ano incluindo cônjuge e descendentes)

VANTAGENS:

- Mais de **3000 médicos dentistas** à sua disposição em todo o território nacional e ilhas.
- **Todas as especialidades cobertas** e todos os tratamentos que possa necessitar.
- **Clínicas seleccionadas** que cumprem os máximos standards de Qualidade.
- **Redução dos custo nos tratamentos em mais de 50% do preço privado** (ver tabela completa na página Web).
- **Tratamentos preventivos e mais frequentes SEM CUSTO.**

TRATAMENTOS	PLANO DE SAÚDE EXÉRCITO / DENTALREDE	PREÇOS MÉDIOS EM PRIVADO
CONSULTAS E VISITAS DE ESPECIALIDADE	SEM CUSTO	30,00€
DESTARTARIZAÇÃO (LIMPEZA)	SEM CUSTO	40,00€
RADIOGRAFIAS	SEM CUSTO	10.00€
COROAS E PONTES DE CERÂMICA	240.00€	400.00€
ORTODÔNTIA	255,00€ (POR APARELHO)	500,00€ (POR APARELHO)
EXTRACÇÕES SIMPLES	SEM CUSTO	30,00€

Ver toda a informação
www.Dentalrede.pt/parceiros/exercito português

INSCREVA-SE JÁ!!!

Fale connosco através do

808 201 665

€2.00 (IVA incluído)

Ano LIII - n.º 622
NOVEMBRO DE 2012

jornal do Exército

Abertura solene do ano letivo

Protocolo Santander Totta

Soluções Ordenado

Damos mais valor ao seu ordenado

iPad 3 Apple
Wi-Fi 4G 16GB

Para ordenados ou reformas a partir de 2.500€ ou 1.500€ com variação de recursos ≥ 20.000€

Câmara de Filmar Toshiba

Máquina de Café Dolce Gusto

DVD Portátil Philips

GPS Garmin

Máquina Fotográfica Fujifilm

Para Ordenados a partir de 375€ e reformas a partir de 300€

Samsung TV LED

NetBook Toshiba NB510

PlayStation3 160 Gb

Samsung Galaxy Ace

Para ordenados ou reformas a partir de 1.500€

No Santander Totta sabemos que uma gestão eficiente do seu dia-a-dia permite-lhe ganhar tempo e dinheiro. Com as nossas Soluções Ordenado queremos estar em sintonia consigo, para que possa aproveitar melhor cada momento da sua vida. Conte connosco.

Santander Totta
O Valor das Ideias

PROTOCOLO

www.santandertotta.pt

O valor máximo de empréstimo ou reforma pode corresponder a apenas um dos equipamentos e de 375€ a 300€ mensalmente, exceto para a TV LED, o Netbook Toshiba, o Samsung Galaxy Ace e a PlayStation3 que é de 1.500€ e para o iPad que é de 2.500€ ou 1.500€ e variação de recursos de valor igual ou superior a 20.000€ face ao saldo pontual de 30 de Junho de 2012. O pedido de equipamento deve ser efectuado pelo Cliente até 28 de Setembro de 2012 (válido para novas domiciliações de ordenado ou reforma), devendo a 1ª domiciliação de ordenado ou reforma (e variação de recursos no caso do iPad) e renovação do equipamento ocorrer no 3 meses subsequentes. Caso ocorram as domiciliações de ordenado ou reforma, antes ou decorridos 28 meses por causa não imputável ao Banco, o Cliente deverá devolver o valor de 600€ no caso do iPad, 300€ no caso da TV LED, do Netbook Toshiba, do Samsung Galaxy Ace e da PlayStation3 e de 150€ para os restantes equipamentos, na proporção do prazo não decorrido. Para efeitos de validação do cumprimento do requisito relativo ao saldo de recursos (que compreendem os Saldos de Depósitos à Ordem, Depósitos a Prazo, Certificados de Benefício e Reserva, Títulos Estruturados, Fundos de Investimento, Seguros Financeiros e Planos de Poupança Reforma/Educação e excluem Carteira de Títulos), não serão consideradas as oscilações negativas do preço de mercado, ou seja, eventuais desvalorizações dos produtos detidos pelo Cliente nem as variações negativas do Saldo de Depósitos à Ordem. Oferta limitada ao stock existente. As imagens da Máquina de Café Dolce Gusto e do iPad 3 podem não corresponder à cor entregue ao Cliente. A qualidade do equipamento e a sua garantia são da responsabilidade exclusiva dos fornecedores.

Jornal do Exército
ÓRGÃO DE INFORMAÇÃO, CULTURA E RECREIO DO EXÉRCITO PORTUGUÊS, CRIADO POR PORTARIA DE 14JUL60

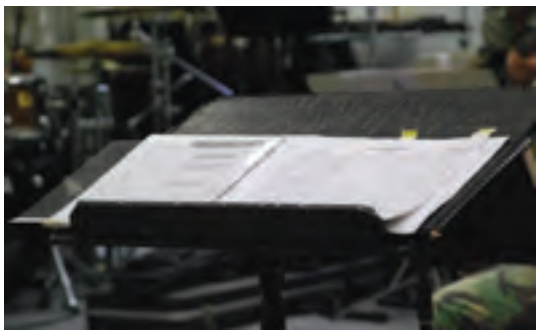
Capa

Foto: CAVE

Monumentos com História Militar
Fortaleza de Elvas – 4
Editorial – 5
Figuras e Factos - Destaque do mês – 6
Figuras e Factos – 7
Uma carta para Garcia – 12
Regimento de Cavalaria Nº 6
Passado, presente e futuro – 40
Livros – 46

Marta e Maria – São Miguel
na Crise Dinástica (1580-1583) – 16

Novo conceito
de Centro de Comunicações – 24



Orquestra Ligeira do Exército
35 anos a dar música – 36

Suplemento Banda Desenhada:
"Gil Eanes – o Herói de Lagos"
Pág: XVII a XX

Os artigos publicados com indicação de autor são da inteira responsabilidade dos mesmos, não refletindo, necessariamente, o pensamento da Chefia do Exército Português

PROPRIEDADE DO ESTADO-MAIOR DO EXÉRCITO
Direção, Redação e Administração: Largo de S. Sebastião da Pedreira, 1069-020 Lisboa, Telef: 213 567 700, Fax Civil: 213 567 791 Militar: 414 091, E-mail: jornal.do.exercito@mail.exercito.pt, jornal.exercito@sapo.pt, E-mail - Intranet: Jornal do Exército, Home page: www.exercito.pt DIREÇÃO - Diretor: Coronel de Infantaria José Custódio Madaleno Geraldo; Sub-Diretor: Tenente-Coronel J. Pinto Bessa; Secretária: Ass. Téc. Arminda Vitorino; REDAÇÃO - Chefe: Tenente-Coronel J. Pinto Bessa; Assistente de Redação: 1.º Sargento Anjos Das Neves; Redator: Alferes RC Filipa Domingos; Operadoras Informáticas: Assistente Técnica Elisa Pio, Assistente Técnica Guiomar Brito; SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS - Chefe: Tenente-Coronel António N. Marcos Andrade; Auxiliares Sargento-Ajudante João Belém, Sargento-Ajudante Luís Silva; Operadoras Informáticas: Assistente Técnica Joana Moita; Assistente Técnica Tânia Espírito Santo; COLABORAÇÃO FOTOGRÁFICA - Lusa - Agência de Notícias de Portugal, SA; Centro de Audiovisuais do Exército RCRPP/GabCEME; EXECUÇÃO GRÁFICA - Europress, Lda - Rua João Saraiva, 10-A - 1700-249 Lisboa, Tel: 218 444 340 - Fax: 218 492 061, E-mail: Europress@mail.telepac.pt. Tiragem - 6 000 exemplares Depósito Legal - nº 1465/82 ISSN - 0871/8598

Fortaleza de Elvas

Fonte: www.visitalentejo.pt/pt/o-alentejo/conheca/cidade-quartel-fronteirica-de-elvas-e-suas-fortificacoes-patrimonio-mundial/

Nesta edição do *Jornal do Exército*, e aproveitando a visita do Chefe do Estado-Maior do Exército, General Artur Pina Monteiro à cidade de Elvas, aquando do aniversário do seu Museu Militar, o destaque de Monumentos com História Militar é a Fortaleza de Elvas.

Este conjunto de fortificações, cuja formação remonta ao reinado de D. Sancho II, é o maior do mundo na tipologia de fortificações abaluartadas terrestres, possuindo um perímetro de oito a dez quilómetros e uma área de 300 hectares. Considerada a 30 de junho de 2012, como Património Mundial, pela Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura (UNESCO), esta Fortaleza, que constituía o único monumento português entre os 33 candidatos que faziam parte da lista de Património Mundial, foi classificada, na categoria de bens culturais.

Neste âmbito, todas as fortificações da cidade foram classificadas, onde se inclui os dois fortes, o de Santa Luzia, do Século XVII, e o da Graça, do Século XVIII, três fortins do Século XIX, as três muralhas medievais e a muralha do Século XVII, além do Aqueduto da Amoreira. Cada obra, riquíssima na sua história, construída em diferentes épocas com diferentes propósitos.

A Praça-forte de Elvas localiza-se na freguesia da Alcáçova, na cidade e concelho de Elvas, distrito de Portalegre. Apenas a quinze quilômetros de Badajoz, esta urbe constituiu um ponto estratégico da defesa lindeira da nação, na região do Alto Alentejo. Por essa razão, concentrou, ao longo dos séculos, um poderoso sistema defensivo, baseado nas suaves elevações distribuídas pela planície circundante e no vizinho rio Guadiana, sendo cognominada como Rainha da Fronteira.

Louvada pelos entendidos como a mais poderosa Praça-forte de Portugal, considerada inexpugnável, as obras da sua cintura exterior ficaram a cargo do Tenente-General Rui Correia Lucas, tendo colaborado no projeto os nomes de notáveis como Soremans e do jesuíta neerlandês João Cosmander, este último responsável pelo projeto de uma grandiosa cisterna com 2.200 m³.

Com planta poligonal estrelada, a defesa desenvolvia-se em doze frentes, composta por sete baluartes, três meio-baluartes, dois redondos, oito meias-luas e três contra-guardas, além de cortinas monumentais. No interior, em área urbana de marcadas características militares, abrigavam-se os quartéis e casernas casamatadas para as tropas, depósitos e paióis.

No interior das muralhas, a cidade inclui grandes casernas e outras construções militares bem como igrejas e mosteiros. Enquanto Elvas conserva vestígios que remontam ao século X, as suas fortificações datam da época da restauração da independência de Portugal em 1640. Várias das fortificações, desenhadas pelo padre jesuíta neerlandês João Piscásio, representam o mais bem conservado exemplo de fortificações do mundo com origem na escola militar holandesa.

Aqui, destaque para o Forte de Santa Luzia, importante exemplar da arquitetura militar portuguesa do século XVII. Procedeu-se à sua construção em 1641, num projeto assinado por Matias de Albuquerque, redesenhado por Sebastião Frias em forma de estrela, e posteriormente alterado por Hieronimo Rozzeti. Este sistema defensivo conseguiu resistir ao ataque violento aquando da Batalha das Linhas de Elvas e ao cerco do Exército Espanhol de três meses, em 1659. Hoje em dia alberga o Museu Militar.

Destaque também para o Forte da Graça, situado na Serra da Nossa Senhora da Graça, e cuja história recua na bruma dos tempos ao ano de 1226, em que D. Sancho II, com 18 anos, conquista Elvas aos Muçulmanos. Só em 1763 se deu início à sua construção (erro que se pagou em 1659, durante o 2º cerco pelo Exército Espanhol. Isto porque, a sua construção não foi pensada, tal como o foi o levantamento de novas muralhas, em 1640 com a restauração da independência). Grandiosa obra que se prolongou por 30 anos, até 1793, dirigida por um Oficial Engenheiro Francês Mr. Etienne que foi substituído pelo Coronel do Regimento de Artilharia de Estremoz, Mr. Valleré. No total, foram empregues 32000 homens e 4000 animais na obra deste Forte construído para uma guarnição de 1500 homens (1200 de infantaria; 200 artilheiros e 100 mineiros, dispondo de 143 bocas-de-fogo).

Alferes RC Filipa Domingos

INFORMAR PARA BEM SERVIR

No passado dia 7 de novembro teve lugar a abertura solene do ano letivo 2012/13 da Academia Militar, que forma os oficiais para os Quadros Permanentes do Exército português e da Guarda Nacional Republicana [GNR]. Dos 710 alunos, 490 pertencem ao Exército, 186 à GNR e 34 são de países lusófonos. Esta cerimónia contou com a presença do Primeiro-Ministro de Portugal, o Ministro da Defesa Nacional e o Ministro da Administração Interna, o Chefe do Estado-Maior-General das Forças Armadas, os Chefes de Estado-Maior dos três ramos das Forças Armadas e o Comandante Geral da GNR, para além de muitas outras entidades civis e militares. No âmbito dos 175 anos da Academia Militar, [que se estendem aos 222 anos da Academia Real, Artilharia e Desenho e aos 375 anos da Lição de Artilharia e Esquadria], o Primeiro Ministro, Dr. Passos Coelho, sublinhou os relevantes serviços que a Escola de Oficiais prestou às Forças Armadas e a Portugal, afirmando que: "A Academia Militar é uma escola de virtudes e de valores. Muito mais do que formar militares esta é uma casa onde se formam homens e mulheres com excecional sentido do dever, de responsabilidade e de amor a Portugal." Muito nos orgulha estas palavras que nos recordaram outras que escrevemos há dois anos neste espaço da autoria do grande escritor Victo Hugo: "A melhor maneira de amar a Pátria é amar a família, e a melhor maneira de amar a humanidade é amar a Pátria."

Das muitas virtudes e valores que se aprendem, com o saber de experiência feito, é o espírito de missão, é levar "Uma carta para Garcia", que publicamos mais uma vez neste nosso Jornal. Este texto notável que Elbert Hubbard escreveu na noite de 22 de fevereiro de 1899 está tão atual, que se tornou um exemplo de intemporalidade e que de vez em quando partilhamos com os mais novos.

Esta história verídica foi escrita depois de Alberto, o filho do autor, ter sugerido que Rowan fora o verdadeiro herói da guerra de Cuba. Rowan tinha ido só e cumprido a missão; levou a carta para Garcia. "Quando rebentou a guerra entre a Espanha e os Estados Unidos, era necessário entrar rapidamente em comunicação com o chefe dos insurrectos cubanos. O general Garcia encontrava-se nas montanhas agrestes de Cuba, mas ninguém sabia onde. Não havia meio de comunicar com ele, nem pelo correio nem pelo telégrafo. O presidente dos Estados Unidos tinha que assegurar, com a maior urgência, a sua cooperação. Como proceder? Alguém disse ao Presidente: "Há um homem que se chama Rowan, que talvez possa encontrar Garcia, se porventura há alguém que o possa fazer". Mandou-se chamar Rowan e deu-se-lhe uma carta para entregar a Garcia. Rowan pegou na carta, guardou numa bolsa impermeável, colocou-a sobre o coração, quatro dias depois desembarcou de noite, dum pequeno barco, na costa de Cuba, internou-se no mato. Ao cabo de três semanas saiu pelo outro lado da ilha, depois de ter atravessado a pé um país hostil e de ter entregado a carta a Garcia.[...]". O herói é aquele que cumpre a missão!

As virtudes e os valores encontram na vocação militar o seu pleno significado. O soldado é um homem como qualquer outro homem; mas, quando está no serviço, é outro bem diferente. Como refere o então Capelão da Academia Militar, António dos Reis Rodrigues, na *Apologia do Exército*, no ano de 1959: "No serviço, é apenas o suporte de uma grande causa, um elo da cadeia da História, que liga as várias gerações entre si, impedindo que se desprendam umas das outras. Está no seu coração o ponto culminante em que uma Pátria acaba sempre por ganhar consciência de si própria." É com este espírito que todos os dias se cumpre Portugal!

Também damos conta nesta edição do lançamento do livro "Viver Academia Militar", com fotografias de António Homem Cardoso, assim como das cerimónias de abertura solene das aulas do Colégio Militar, do Instituto de Odivelas e do Instituto dos Pupilos do Exército. São de assinalar os artigos "Marta e Maria: São Miguel na Crise Dinástica [1580-1583]", da autoria do Tenente- Coronel Manuel Augusto Faria; "Novo conceito de Centro de Comunicações", um tema que versa a atualidade das nossas Transmissões, da autoria do Tenente-Coronel João Dias Garcia; "A Orquestra Ligeira do Exército - 35 anos a dar música", pelo Alferes Nelson Cavaco; e, por fim, um artigo sobre o Regimento de Cavalaria N.º 6. Continuamos com o trabalho de José Pires, em banda desenhada, "Gil Eanes, o herói de Lagos, o Bojador para lá das portas do mito", sempre com o encanto a que já nos habituou.

José Custódio Madaleno Geraldo
Coronel de Infantaria

Ministro da Defesa Nacional visita Brigada Mecanizada

O Ministro da Defesa Nacional (MDN), Dr. José Pedro Aguiar-Branco, visitou a Brigada Mecanizada (BrigMec), em Santa Margarida no dia 13 de novembro.

Com esta visita, pretendeu o Sr. Ministro assistir ao quotidiano de uma grande Unidade do Exército Português, no âmbito do treino operacional e da formação. Esta jornada iniciou-se com as palavras de boas vindas do Chefe do Estado-Maior do Exército, General Artur Pina Monteiro, seguida de uma breve apresentação por parte do Comandante da BrigMec, Major-General António Xavier Lobato Faria Menezes, sobre a missão, organização e capacidades desta Grande Unidade.

Como unidade geradora da capacidade blindada e mecanizada do Exército, a BrigMec, preparou para efeitos do seu treino operacional no corrente ano, um Agrupamento Mecanizado, articulado num Subagrupamento de Infantaria e numa Companhia de Atiradores Mecanizada, apoiada pelo respetivo apoio de combate e de serviço, num total de 400 militares e 77 viaturas, das quais 48 são viaturas blindadas de lagartas e 29 de rodas.

O MDN teve o ensejo de observar o treino desta força no âmbito da escola de guarnição e desfile montado, tendo posteriormente deslocando-se em viatura blindada de transporte de pessoal (VBTP) M113, até à base de fogos de uma Bateria de Bocas-de-fogo 155 mm autopropulsada.

Aí, além de presenciar o funcionamento do posto de comando de tiro da Bateria e tomado conhecimento do sistema automático de comando e controlo de tiro (SACC) apoiado em plataforma PRC-425, participou nas tarefas de preparação da boca-de-fogo que efetuava a regulação do tiro, relevando-se o facto de ter disparado o Obus. Seguidamente, o MDN, montado na VBTP M113, deslocou-se para a carreira de tiro onde, rodeado por cerca de 130 jovens que participavam nas Jornadas do Dia da Defesa Nacional, observou o corolário do Exercício ROSA BRAVA 12. Uma sessão de fogos reais, concebida no quadro de emprego de forças da BrigMec em cenários de alta intensidade.

A jornada continuou com a visita ao Grupo de Carros de Combate, entidade da BrigMec responsável pela formação dos operadores do moderno sistema de armas Carro de Combate (CC) Leopard 2A6, assistindo e participando nalgumas atividades de que se destacam os procedimentos do Chefe de Carro na torre de simulação e dos instrutores/formadores no Video Training Equipment. O deslocamento do Sr. Ministro para a unidade responsável pela manutenção deste e dos restantes sistemas de armas e equipamentos da BrigMec, realizou-se num CC, tendo sido observado a área de manutenção onde decorre o programa de manutenção programada dos CC Leopard 2A6.

A jornada culminou com um almoço convívio, onde o MDN proferiu palavras de reconhecimento e congratulação ficando com a perceção clara que a BrigMec é uma força decisiva que se constitui, através dum rigoroso e exigente treino operacional e certificada prontidão, como uma capacidade essencial para o Exército, Forças Armadas e consequentemente para servir o país.

Primeiro-Ministro presidiu á cerimónia de Abertura do Ano Lectivo da Academia Militar

No dia 7 de novembro, teve lugar no Grande Auditório do Aquartelamento da Academia Militar (AM) na Amadora, a Cerimónia de Abertura Solene do Ano Letivo 2012/2013, da Escola de Ensino Superior Universitário Militar que forma os Oficiais para os Quadros Permanentes (QP) do Exército e da Guarda Nacional Republicana (GNR).

Esta cerimónia, presidida pelo Primeiro-Ministro, Dr. Pedro Passos Coelho, contou com a presença de ilustres convidados, designadamente do Ministro da Defesa Nacional, do Ministro da Administração Interna, do Chefe de Estado-Maior-General das Forças Armadas, dos Chefes de Estado-Maior dos três ramos das Forças Armadas e do Chefe da Casa Militar do Presidente da República.

A cerimónia teve início com a alocução do Comandante da Academia Militar, Tenente-General Vítor Manuel Amaral Vieira. Segundo explicou, o ano letivo 2012/2013 conta com um efetivo de 710 alunos dos quais 490 para os cursos do Exército, 186 para a GNR e a que se juntam 34 alunos de países lusófonos. No que concerne ao futuro, a AM continuará a pautar o cumprimento da sua missão, "com rigor e determinação, no sentido de formar melhores oficiais para os QP do Exército e da GNR, potenciando sinergias e economia de meios, melhorando a qualificação do Corpo Docente, consolidando e sustentando a investigação, desenvolvimento e inovação, e tentando reforçar a cooperação e intercâmbio internacional".

O Primeiro-Ministro felicitou a AM e todos os que a servem, pelos 175 anos sublinhando os relevantes serviços que a Escola de Oficiais prestou às Forças Armadas e a Portugal. Segundo enalteceu: "A Academia Militar é uma escola de virtudes e de valores. Muito mais do que formar militares esta é uma casa onde se formam homens e mulheres com excecional sentido do dever, de responsabilidade e de amor a Portugal. Este é o legado e a marca desta Casa. Por este motivo incito todos os que aqui servem, docentes e discentes, a serem perseverantes na afirmação e transmissão dos valores em que se alicerça este ideal coletivo que se chama Portugal".

Discurso do Primeiro-Ministro,
Dr. Pedro Passos Coelho

É com enorme orgulho institucional e satisfação pessoal que me associo as comemorações do 175º Aniversário da Academia Militar.

Neste cumprimento que vos dirijo, quero recordar e felicitar todos aqueles que fizeram desta Escola de Oficiais uma Casa de valores, de conhecimento e de cultura. Muito mais que formar militares, esta Casa forma homens com excecional sentido de dever, de responsabilidade e de amor a Portugal. Homens e mulheres que se colocam ao serviço de Portugal e dos portugueses, servindo com humildade, disponibilidade, dedicação e profundo sentido do bem comum.

Sei que vivemos tempos muito difíceis e de grande incerteza. Mas é perante esta adversidade que precisamos de referenciais sólidos e de nos unirmos em torno dos valores e dos princípios em que se funda a nossa Identidade coletiva. Somos um só povo e partilhamos um destino comum. Este é um momento em que o país precisa de homens e mulheres esclarecidos, livres e perseverantes, aptos para enfrentarem os desafios que o mundo contemporâneo nos coloca. Por este motivo, incito todos os que servem nesta Casa, docentes e discentes, a ser perseverantes na afirmação e transmissão dos valores em que se alicerça este ideal coletivo que se chama Portugal. Exorto-vos a desenvolverem as competências e o conhecimento que nos permita, pela transformação e pela mudança, vencer os desafios do presente e do futuro.

Rogo-vos hoje que honrem o futuro com o patriotismo, inteligência e sentido de serviço que foi timbre desta Instituição ao longo dos últimos 175 anos.

Felicito todos e cada um de vós pelo aniversário que hoje comemoramos, e exprimo o meu reconhecimento pelo serviço que dedicais a Portugal.

SEADN visita Organismos do polo cultural do Exército

Em 14 de novembro o Secretário de Estado Adjunto e da Defesa Nacional (SEADN), Dr. Paulo Braga Lino, visitou os Organismos de Natureza Cultural do Exército, em Lisboa, designadamente a Direção de História e Cultura Militar, o Arquivo Geral do Exército, o Arquivo Histórico Militar, a Biblioteca do Exército e o Museu Militar de Lisboa.

Acompanharam SEADN, o Chefe do Estado-Maior do Exército, General Artur Pina Monteiro, o Vice-Chefe do Estado-Maior do Exército, Tenente-General António Carlos de Sá Campos Gil, o Diretor da Direção de História e Cultura Militar, Major-General Hugo Eugénio dos Reis Borges e o Diretor da Direção de Infraestruturas do Exército, Major-General José António Carneiro Rodrigues da Costa.

A visita permitiu ao SEADN conhecer o Pólo Cultural do Exército, suas instalações, valências, capacidades e dificuldades e ainda os seus futuros projetos.

"Colégio Militar marca a diferença relativamente a outras escolas"

A cerimónia de abertura solene do ano letivo 2012/2013, do Colégio Militar, aconteceu no dia 19 de outubro, sob o olhar atento de pais, professores, funcionários civis, militares, alunos e ex-alunos. A passadeira vermelha contou com a presença de dezenas de ilustres convidados civis e militares, tendo o Tenente-General Francisco Correia, Comandante da Instrução e Doutrina do Exército, presidido à cerimónia.

O tradicional "Abraço ao aluno Batalhãozinho" foi mais uma vez um dos momentos altos desta comemoração, assim como o desfile do Batalhão Colegial.

A completar no próximo ano 210 anos de existência, este estabelecimento militar de ensino foi enaltecido pelo seu diretor, Coronel Tirocinado de Artilharia, Fernando Joaquim Alves Cóias Ferreira, como "um projeto educativo que marca a diferença" relativamente a outras escolas, públicas ou privadas. (…)

As boas taxas de aprovação dos alunos que frequentaram todos os anos escolares no período letivo transato mereceram elogios do Cor Tirocinado Cóias Ferreira que não esqueceu a presença destes alunos em inúmeros eventos, convívios, torneios, saraus e encontros desportivos, no âmbito do desporto escolar, militar e federado.

Os desafios para um ano que já teve início foram lançados para os 70 alunos que foram aumentados ao Batalhão Colegial do ano letivo 2012/2013, desde setembro.

Este ano (re)descobrimos o IPE

Cumprindo mais uma (agora secular) tradição, no dia 12 de outubro, o Instituto dos Pupilos do Exército (IPE) deu as boas vindas a toda a comunidade pilónica com a habitual cerimónia de abertura solene do novo ano letivo.

Guiados pelo engenheiro Luís Varela, a quem coube a honra de proferir a Lição Inaugural do presente ano, os presentes foram levados a equacionar o valor indiscutível da Educação, um dos nucleares direitos do Homem, e da ímpar missão do IPE no que a esta questão diz respeito.

(Re)descobrir o IPE significa, pois, buscar e encontrar na sua génese todos os ingredientes para o sucesso da função pedagógica e educativa que o Instituto tem vindo a desempenhar ao longo de um século de existência e, muito concretamente, nos últimos anos. Dotada de uma especificidade concreta e marcada pela comunhão entre os vários intervenientes do processo educativo, a instituição fundada em 1911 alia os papéis da escola (aprender a conhecer e aprender a fazer) aos da família (aprender a conviver e aprender a ser), dando origem a uma comunidade escolar coesa que age nitidamente como um grande corpo.

A primeira turma dos novos cursos profissionais concluiu, com sucesso, todo um ciclo de estudos. Tal como estava previsto, os alunos tiveram a possibilidade de optar entre a carreira militar, o ensino superior, cursos de especialização tecnológica e o mercado de trabalho. Contrariando as ameaçadoras perspetivas que a atual conjuntura económica apresenta, outro dos factos digno de nota diz respeito ao aumento significativo do batalhão escolar.

Por último, foi também destacado o sucesso escolar obtido pelos alunos do ensino básico. A prová-lo estão os resultados dos exames nacionais e a posição alcançada no ranking das escolas do país.

Abertura Solene no Instituto de Odivelas

No dia 31 de outubro realizou-se no Instituto de Odivelas (IO) a cerimónia de abertura solene do ano letivo 2012/2013, presidida pelo Comandante da Instrução e Doutrina do Exército, Tenente-General Francisco António Correia.

O IO registou com elevado apreço a presença na Mesa de Honra da Presidente da Câmara Municipal de Odivelas, Drª Susana de Fátima Carvalho Amador, do Comandante das Forças Terrestres, Tenente General Carlos António Corbal Hernandez Jerónimo e da Presidente da Associação das Antigas Alunas do IO, Dr.ª Ana Maria Hoeppner.

Após abertura da cerimónia foi proferida uma alocução pelo Diretor do Instituto, Coronel de Infantaria José Paulo Bernardino Serra, onde foi feita uma retrospetiva dos principais acontecimentos e realizações do ano letivo transato.

A Lição Inaugural subordinada ao tema "Diálogo entre Gerações" foi dos momentos altos da sessão pelo brilhantismo como dissertou o Capelão do Instituto, Major SAR António Rodrigues Borges da Silva.

Foram entregues as Medalhas de Mérito de Ouro e Prata, prémios às alunas que mais se distinguiram e por fim a colocação do distintivo de madrinha, pelas novas alunas às respetivas madrinhas.

III Centenário do Cerco de 1712 assinalado em Campo Maior

A história revela que o povo de Campo Maior foi alvo de constantes batalhas, e que aos poucos e por mais do que uma vez, foi obrigado a recomeçar do zero. Contudo, e por isso mesmo, a história revela também as características ímpares deste povo habituado a lutar e resistir. Se assim não fosse, hoje em dia não se comemorava o III Centenário do Cerco de 1712 sob esta vila alentejana.

Considerada uma importante Praça-forte de Portugal, o castelo que se ergue a leste da vila, reedificado por D. Dinis em 1310, viu as suas fortificações elevarem-se no século XVII e XVIII.

A guerra com Castela a partir de 1640 introduziu as primeiras grandes transformações. A necessidade de fortificar a vila que durante os três últimos séculos se desenvolvera acentuadamente para fora da cerca medieval, a urgência em construir uma nova cintura amuralhada para defesa dos moradores da vila nova dos ataques dos exércitos castelhanos, obrigou o rei a enviar quantias avultadas em dinheiro, engenheiros militares, operários especializados e empregar um numeroso contingente de pessoal não qualificado. Os contingentes militares eram então numerosos. Calcula-se que na segunda metade do século XVII, em cada quatro pessoas residentes na vila, uma era militar. Campo Maior foi durante algum tempo quartel principal das tropas mercenárias holandesas destacadas para o Alentejo. A vila torna-se naquele tempo o mais importante centro militar do Alentejo, depois de Elvas.

É em 1712 que o Castelo de Campo Maior se vê cercado por um grande exército espanhol comandado pelo Marquês de Bay, o qual durante 36 dias lança sobre a vila toneladas de bombas e metralha, tendo conseguido abrir uma brecha num dos baluartes. Contudo, ao pretender entrar por aí, o invasor sofreu pesadas baixas que o obrigaram a levantar o cerco.

Volvidos 300 anos, Campo Maior voltou a recordar esta importante data, na presença do Chefe do Estado-Maior do Exército (CEME), General Artur Pina Monteiro, e do edil daquele município, Ricardo Miguel Furtado Pinheiro, no dia 3 de novembro.

Segundo explicou o General CEME, aquando da realização de um Colóquio intitulado "O Sítio de 1712", que contou com a participação de ilustres militares e civis que dissertaram sobre o tema em dois painéis distintos, a sua visita "insere-se no apoio do Exército a todas as iniciativas que visem valorizar o nosso património histórico". O objetivo frisou, é "demonstrar que no passado temos uma história que hoje merece ser valorizada e que nos ajuda a reforçar a nossa identidade coletiva como país soberano e independente". Para o General CEME "o que se passou em Campo Maior é um exemplo para todos nós, no sentido de darmos continuidade à força e à vontade desta população que "resistiu heroicamente, e que teve a capacidade para ao longo de muito tempo resistir na defesa da terra. É por esse motivo que hoje temos orgulho em viver, reviver e evocar esse momento histórico", concluiu.

Já o autarca de Campo Maior aproveitou, por sua vez, a oportunidade para chamar a atenção para a necessidade de recuperar as fortificações desta vila alentejana, no sentido de potencializar os recursos, história e património existentes para uma maior dinamização do turismo militar.

TABELA DE PREÇOS PARA 2012

PREÇO DE CAPA € 2,00 **ASSINATURA ANUAL (11 números):** VIA SUPERFÍCIE - **Portugal Cont. Madeira e Açores** € 20,00; VIA AÉREA - **Países europeus** € 45,00; **Restantes Países** € 65,00. NOTA: **As assinaturas devem ser pagas antecipadamente**
NÚMEROS ATRASADOS - 1960 a 1969 € 4,50; **1970 a 1979** € 4,00; **1980 a 1989** € 3,00; **1990 a 2001** € 2,50; **2002** a **2011** € 2,00.
Os preços incluem IVA à taxa de 6%.
PREÇO DE ENCADERNAÇÃO € 30,00, com IVA incluído à taxa de 23%.
N.B.: Os pedidos de envio pelos CTT serão acrescidos de portes segundo os códigos postais: **1000/2000** € 4,21; **3000/8000** € 5,79; **Açores** e **Madeira** € 6,56.

CEME visita as frentes de trabalho do RE1 em Sesimbra

No dia 30 de outubro o Chefe do Estado-Maior do Exército, General Artur Pina Monteiro, visitou a Frente de Trabalho do Regimento de Engenharia N.º1 (RE1), em Sesimbra, a convite do Presidente da Câmara Municipal de Sesimbra (CMS), Arquiteto Augusto Pólvora.

No decurso da visita, o General CEME percorreu a maioria dos trabalhos desenvolvidos pelo RE1 em prol daquele município, em concreto uma faixa de acesso pedonal na Quinta do Conde, a modelação do Jardim de Santana, o alargamento de um parque de estacionamento no centro da vila e a construção de uma bacia de retenção, com uma área de 115x82 m2 e profundidade de 3,5 m, em Fernão Ferro. Além dos trabalhos visitados, foram também construídos dois parques de estacionamento e respetivos acessos às Praias da Foz e Bicas, na zona do Meco.

Todos estes trabalhos contribuíram em larga medida para a melhoria das condições de vida da população de Sesimbra, conforme foi testemunhado pelo Presidente da CMS e pelo General CEME.

Acompanharam nesta visita, estas duas entidades, o Comandante das Forças Terrestres, Tenente-General Hernandez Jerónimo, o Adjunto do Comandante das Forças Terrestres, Major-General Martins Ribeiro, o Chefe do Gabinete do General CEME, Major-General Rovisco Duarte, o Comandate do RE1, Coronel de Engenharia Nisa Pato e o Comandante do Batalhão Operacional, Major de Engenharia Nuno Prata.

CAMBRIDGE SCHOOL
PORTUGAL

Novos cursos início em Janeiro

Educação: o seu melhor investimento.
Investir em educação é a melhor forma de atingir objectivos pessoais e profissionais, alargar oportunidades e construir um futuro melhor.

Lisboa - Av. Liberdade
Av. da Liberdade, 173
1250-141 Lisboa
Tel 21 312 46 00
av.liberdade@cambridge.pt

Lisboa - Guerra Junqueiro
Av. Guerra Junqueiro, 8 - 1º dto
1000-167 Lisboa
Tel 21 848 45 44
g.junqueiro@cambridge.pt

Lisboa - Benfica
Av. do Uruguai, 6 - 1º
1500-613 Lisboa
Tel 21 714 18 24
benfica@cambridge.pt

Lisboa - Campo Grande
R. F. Curado Ribeiro, 4E
1600-449 Lisboa
Tel 21 757 76 22
c.grande@cambridge.pt

Lisboa - Parque das Nações
Al. dos Oceanos, Lt 2.11.01 Ac
1990-225 Lisboa
Tel 21 898 82 10
p.nacoes@cambridge.pt

Porto
R. Duque da Terceira, 381 - 1º
4000-537 Porto
Tel 22 536 03 80
porto@cambridge.pt

Coimbra
Pç. da República, 15
3000-343 Coimbra
tel 239 834 969
coimbra@cambridge.pt

Almada
Pç. do MFA, 12 - 1º
2800-171 Almada
Tel 21 276 02 34
almada@cambridge.pt

Funchal
R. da Carreira, 240 - 1º
9000-042 Funchal
Tel 291 743 718
funchal@cambridge.pt

info@cambridge.pt
www.cambridge.pt

INGLÊS | FRANCÊS | ALEMÃO | PORTUGUÊS PARA ESTRANGEIROS

Elbert Hubbard

Uma carta para Garcia

Em toda a guerra de Cuba há um homem que aparece no horizonte da minha memória como Marte no periélio.

Quando rebentou a guerra entre a Espanha e os Estados-Unidos, era necessário entrar rapidamente em comunicação com o chefe dos insurretos cubanos. O general Garcia encontrava-se nas montanhas agrestes de Cuba, mas ninguém sabia onde. Não havia meio de comunicar com ele, nem pelo correio nem pelo telégrafo. O presidente dos Estados-Unidos tinha que assegurar, com a maior urgência, a sua cooperação.

Como proceder?

Alguém disse ao Presidente: «Há um homem que se chama Rowan, que talvez possa encontrar Garcia, se porventura há alguém que o possa fazer».

Mandou-se chamar Rowan e deu-se-lhe uma carta para entregar a Garcia. Rowan pegou na carta, guardou-a numa bolsa impermeável, colocou-a sobre o coração, quatro dias depois desembarcou, de noite, dum pequeno barco, na costa de Cuba, infiltrou-se no mato. Ao cabo de três semanas saiu pelo outro lado da ilha, depois de ter atravessado a pé um país hostil e de ter entregado a carta a Garcia.

Não é de contar como ele fez tudo isso que eu pretendo.

O ponto que desejo fazer notar é este: o presidente Mac-Kinley deu uma carta a Rowan para entregá-la a Garcia. Rowan pegou na carta e não perguntou:

«Onde é que ele se encontra?»

Ora aí está um homem cuja figura devia ser esculpida em bronze e colocada em todas as escolas da terra. Não é de aprender nos livros que a juventude necessita, nem de instrução acerca disto ou daquilo, mas de temperar os nervos, ser leal, agir com rapidez, concentrar as energias, fazer o que deve: Levar uma carta a Garcia.

O general Garcia já morreu; mas ficaram ainda outros Garcias.

Não há ninguém, que se tenha esforçado por levar a cabo uma empresa que necessite de muitas mãos, que não se tenha sentido, em certas ocasiões, quase desanimado pela imbecilidade ou falta de vontade para concentrar a atenção numa coisa e fazê-la.

Cooperação deficiente, uma tonta falta de atenção, indiferença repugnante e trabalho feito com medíocre entusiasmo, são a regra. Nenhum homem triunfa se, dum modo ou doutro, ou por meio de ameaças, não forçar ou subornar outros homens para ajudá-lo, a não ser que Deus, na sua bondade, faça um milagre e lhe envie um anjo de luz como auxiliar.

Experimente o leitor: está sentado no seu escritório, tem seis empregados à sua disposição: Chame qualquer deles e diga-lhe: «Tenha a bondade de consultar uma enciclopédia e escrever uma nota breve sobre a vida de Correggio». O empregado, docilmente, dirá: «Sim, senhor». Julga que irá, sem mais demora, cumprir a tarefa? Nunca. Olhará para o leitor, com os olhos mortiços, e fará uma série de perguntas como estas:

Quem foi Correggio?

Que enciclopédia hei de consultar?

Onde está a enciclopédia?

Não é para isto que eu sou empregado.

Que quererá dizer Bismarck?

Porque é que o Carlos não escreve a nota?

Já morreu?

Há pressa?

Não será melhor que lhe traga o livro para ver?

Para que deseja essa nota?

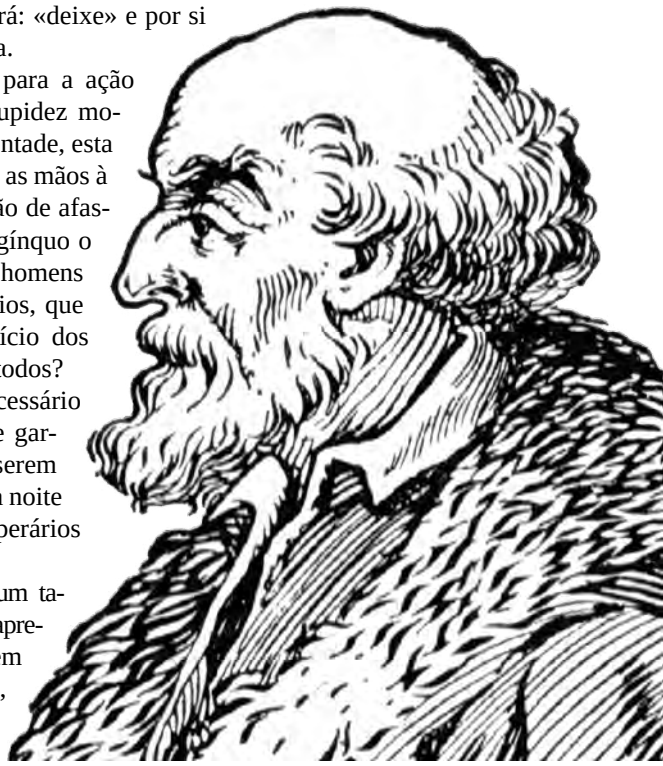
Aposto, dez contra um que, depois do leitor ter respondido à pergunta e explicado o modo de obter a informação e a razão pela qual a necessita, o empregado irá chamar outro para que o ajude a encontrar Garcia e voltará dizendo que esse homem não existe. É claro, posso perder a aposta, mas, na maioria dos casos ganhá-la hei.

Se o leitor for esperto, não perderá o tempo a explicar ao seu «ajudante» que Correggio está na letra C da enciclopédia e não na letra K, e, sorrindo amavelmente, dirá: «deixe» e por si próprio arranjará a nota.

Esta incapacidade para a ação independente, esta estupidez moral, esta fraqueza da vontade, esta má disposição para pôr as mãos à obra, são coisas que hão de afastar para um futuro longínquo o socialismo puro. Se os homens não agem por si próprios, que farão quando o benefício dos seus esforços for para todos?

Parece que é necessário um capataz armado de garrote; e o temor de serem despedidos no sábado à noite é o que retém muitos operários nos seus postos.

Peça, por anúncio, um taquígrafo. Em dez que se apresentam, nove não sabem escrever corretamente, nem pontuar, nem julgam isso necessário.



Correggio - cognome do pintor renascentista Antonio Allegri (1489-1534)

Fontes das imagens por ordem de apresentação: 3.bp.blogspot.com; 1.bp.blogspot.com; www.psdgraphics.com; www.ritaalonso.com.br; etc.usf.edu; e 1.bp.blogspot.com.

Poderá algum deles escrever uma carta para Garcia?

«Vê o senhor aquele guarda-livros?» dizia-me o chefe duma grande fábrica.

«Sim, que tem?»

«É um magnífico guarda-livros; se o mandar porém, tratar dum negócio na cidade, pode ser que cumpra o encargo, mas também pode suceder que, depois de ter entrado em quatro cafés que se encontram no caminho, quando chegar à rua indicada, se tenha esquecido do que tinha ido fazer».

Poder-se-á confiar a tal homem a missão de levar uma carta a Garcia?

Recentemente ouvia eu lamentar, com uma simpatia simulada, a sorte dos operários oprimidos nas fábricas e daqueles que, sem casa, buscam um emprego honesto. Naturalmente as lamentações eram acompanhadas de palavras duras para os homens que estão no poder.

Ninguém diz nada do chefe que envelhece antes de tempo, pelo vão intento de lograr que os inúteis façam um trabalho inteligente e pela luta prolongada e paciente contra os empregados que não fazem nada, desde que ele volta as costas.

Todas as lojas e fábricas se estão depurando constantemente dos maus elementos. O chefe com frequência despede os empregados que demonstram a sua incapacidade para fazer prosperar os negócios, e escolhe outros. A seleção continua, quando os tempos correm bons e quando correm maus. É mais apurada quando os tempos vão maus e o trabalho escasseia. Mas sempre será despedido o incompetente ou indigno. É a sobrevivência dos mais aptos. O próprio interesse leva o chefe a conservar os melhores, aqueles que são capazes de levar uma carta a Garcia.

Conheço um homem dotado de brilhantes qualidades, mas que não tem habilidade para tratar dum negócio seu e é completamente incapaz de cuidar dos de outrem, porque constantemente traz consigo a vã suspeita de que o seu chefe o oprime ou pretende oprimi-lo. Não pode mandar nem obedecer. Se lhe dessem uma carta para Garcia, provavelmente a resposta seria: «Leve-a o senhor».

De noite, este homem vagueia pelas ruas, em busca de trabalho. O vento sopra-lhe no fato esburacado. Mas ninguém que o conheça, se atreve a

empregá-lo, porque é um facho aceso de descontentamento; impenetrável à razão, a única coisa que o pode impressionar é a extremidade duma bota número nove, de sola grossa.

Bem sei que um ser assim, disforme moralmente, é tão digno de lástima como o estropiado físico. Mas é necessário também que, na nossa comiseração, não nos esqueçamos dos homens que se esforçam por levar a cabo uma grande empresa e cujas horas de trabalho, entre apuros, os envelhecem prematuramente na luta contra os frios indiferentes, os imbecis ociosos e os ingratos sem coração.

Expressei-me com dureza?

É possível que sim; mas, quando todos mostram piedade pelos maus, eu desejo dedicar uma palavra de simpatia ao homem que triunfou, ao que, contra os maiores obstáculos, dirigiu os esforços de outros, e que, tendo chegado ao fim da empresa, verifica que nela só escassamente ganhou alimentos e roupa.

Transportei às costas comida de rancho, trabalhei à jorna, fui chefe de trabalhadores. Sei o que se pode dizer a favor de pobres e ricos, dirigentes e dirigidos.

Não há excelência, por si, na pobreza; os andrajos não servem de recomendação. Nem todos os chefes são rapaces e arbitrários, assim como nem todos os homens pobres são virtuosos.

O meu coração está com o homem que executa a tarefa que lhe incumbe, esteja o patrão ou não esteja na loja.

Ao homem que, quando se lhe entrega uma carta para Garcia, obedientemente pega nela, sem fazer preguntas desnecessárias e sem a intenção oculta de a deitar na valeta mais próxima, ao homem que não faz outra coisa senão entregar essa carta – a esse homem nunca falta trabalho nem precisa declarar-se em greve para obter salários mais elevados.

É desses homens que a civilização necessita em larga escala. Tudo quanto esses homens peçam, deve ser-lhes concedido. É desses homens que as cidades, as vilas, as aldeias, as repartições, as lojas, os escritórios e as fábricas precisam.

O mundo clama por esses homens; e, na verdade, o que é necessário é o homem que saiba levar Uma carta para Garcia.

Tenente-Coronel Manuel Augusto Faria

Desembarque das tropas do Marquês de Santa Cruz na Baía das Mós – *Ilustracion de Comentario en breve compendio de disciplina militar, en que se escriue la jornada de las islas de los Açores, de Cristóbal Mosquera de Figueroa* – Se bem que traduzindo a propaganda política do rei peninsular, tem alguma informação particularmente interessante: enquanto os navios da expedição estão sob o pavilhão de D. Filipe; as tropas em terra todas elas estão sob estandartes de França. Uma exceção: os primeiros soldados a desembarcar cravam no chão o estandarte da Ordem de Cristo, da coroa de Portugal. O assalto à Terceira transforma-se num ato de libertação contra a ocupação de território nacional pelos soldados franceses.

Fonte da imagem da página seguinte: www.baixaki.com.br.

Marta e Maria

São Miguel na Crise Dinástica (1580-1583)

Na história do domínio filipino em Portugal, os Açores relevam principalmente em três vetores: recusa da Ilha Terceira, frequentemente generalizada aos Açores, à soberania de D. Filipe I, construção da fortaleza de São Filipe (São João Batista) da cidade de Angra, expulsão da guarnição espanhola do Castelo de São Filipe. Angra e Terceira, as estrelas desse período em que, nalguns setores sociais, o tempo ainda não conseguiu apagar os estigmas de uma controversa perda da independência nacional.

A batalha das Mós[1] pôs fim à rebeldia da Ilha Terceira (1580-1583) e, por arrastamento, das restantes Ilhas de Baixo. Mas, entretanto, nos Açores, especialmente em São Miguel, a história tivera outra coloração.

Em 1580, quando o Cardeal D. Henrique morre, o donatário de São Miguel, D. Rui Gonçalves da Câmara[2], encontrava-se na Corte[3]. Por sua sugestão[4], a Câmara de Ponta Delgada, logo em agosto de 1580, aclamou D. António, Prior do Crato*, tal como as restantes Câmaras da ilha e dos Açores. Esta parcialidade primeira terá merecido ao donatário o saque da sua casa em Lisboa, quando a cidade foi tomada pelo duque de Alba. Mas homem de Corte e de ampla riqueza, rapidamente se inseriu no círculo próximo de D. Filipe I, vindo o rei, pouco depois, a ser padrinho de casamento de seu filho mais velho, D. Manuel da Câmara*, e ainda a distingui-lo com a mercê de Conde de Vila Franca.

A 9 de setembro, desse mesmo ano, chegou a Ponta Delgada a notícia da derrota de D. António, em Alcântara. Dois dias depois, reuniu-se a Câmara, com os nobres da governança que tomaram assento e resolução de mandar dois homens dos mais nobres da terra felicitar D. Filipe e *entregar-lhe a obediência e chaves da ilha de São Miguel*. Deliberação controversa: no dia seguinte, Fernão Macedo*, de montante erguido, rodeado por um rancho de *meninos*, deitou bando por D. António pelas ruas da cidade, gritando "Viva, viva el-Rei D. António, rei de Portugal, e morram os traidores que deram e querem dar Portugal aos castelhanos", ao que respondiam os acompanhantes "Viva, viva D. António, Rei de Portugal". Para grande confusão do povo...

Para pôr cobro às dúvidas que nos Açores se levantavam quanto à sua soberania não morrera, de facto, em Alcântara, a esperança de Portugal ter um rei português, D. Filipe I enviou às ilhas Ambrósio de Aguiar Coutinho*, por governador de todo o Arquipélago. Ambrósio de Aguiar, em trânsito para a Terceira, a ilha rebelde, arribou aos Mosteiros, na ilha de São Miguel, em maio de 1581, enviando notícia para Ponta Delgada da sua chegada aos Açores como governador de todas as ilhas, notícia recebida na cidade em ambiente de festa pelos apoiantes do rei, entre eles, D. Pedro Castilho*, bispo de Angra e dos Açores, de antipatia pela parte dos partidários de D. António.

Recusado o seu desembarque em Angra, Ambrósio de Aguiar regressou a Ponta Delgada[5], onde organizou a administração filipina, sem descurar o seu primeiro objetivo: o reconhecimento de D. Filipe I, na Terceira. Para este efeito, fez embarcar para Angra, *em um barquinho de remos*, o arcediago da diocese, que viera para São Miguel com o bispo, para, figurando iniciativa própria, aí apregoar um perdão geral dado por D. Filipe aos partidários de D. António, alertando o povo revel e contumaz, para o precipício em que se lançava. Mas, na Terceira, os mares eram vigiados, e, prevendo ao que ia, nem desembarcar deixaram o esforçado arcediago.

Eram, então, a Terceira e *ilhas de baixo* – Graciosa, São Jorge, Pico, Faial, Flores e Corvo – governadas pelo corregedor Ciprião de Figueiredo*, principal suporte da causa de antonina nos Açores. Também este governador procurava minar, em São Miguel, a soberania filipina, enviando secretamente cartas suas destinadas aos partidários de D. António. Um dos destinatários foi Fernão Macedo, aquele que em setembro de 1580 deitara bando por D. António, com instruções para matar o governador. Intercetada a correspondência, Ambrósio de Aguiar chamou Fernão Macedo, fazendo-lhe uma contraproposta: alegando ter sido descoberto em Ponta Delgada o plano para matar o governador e o perigo que ele próprio corria em São Miguel, Fernão Macedo fugiria para Angra, onde traiçoeiramente mataria Ciprião de Figueiredo. Mais de dois séculos depois, diz Ferreira Drumond*, cronista terceirense, que as rivalidades entre São Miguel e a Terceira começaram com estes episódios[6].

Fernão Macedo foi recebido na Terceira com geral contentamento, mas logo um frade, Bernardo, desconfiou das suas intenções. O relato que seguidamente fez de um imaginado atentado frustrado contra Ambrósio de Aguiar e da sua fuga para a Terceira para se pôr ao serviço de D.

---

[1] Para melhor compreensão deste texto, cfr. TCor. Manuel Faria, (2011), "Terceira, a Ilha Rebelde (1580-1642)", *Jornal do Exército*, Ano LII, N.º 605

[2] Assinalamos com asterisco (*) as personagens cujas biografias sintetizadas podem ser consultadas na Enciclopédia Açoriana, edição *on-line*.

[3] Doutor Gaspar Frutuoso (1987), *Saudades da Terra*, Instituto Cultural de Ponta Delgada, IV: 113 a 220. Este texto segue, fundamentalmente, informação recolhida das Saudades da Terra. Por economia de espaço, não voltaremos a remeter para este autor. Gaspar Frutuoso, cronista micaelense, foi contemporâneo dos factos que relata.

[4] Avelino de Freitas Meneses, (1987), *Os Açores e o Domínio Filipino (1580-1590)*, Instituto Histórico da Ilha Terceira, I: 27.

[5] Se a nomeação de um governador para todo o arquipélago é uma inovação da administração filipina, ditada pelas circunstâncias, a nomeação de um governador militar – capitão-mor – para a capitania de São Miguel, na ausência do donatário, está em conformidade com o Regimento das Ordenanças, de D. Sebastião.

[6] Francisco Ferreira Drumond, *Anais da Ilha Terceira*, I: 240. Não creio. Todos estes episódios só podem ser compreendidos no quadro do isolamento geográfico das ilhas em relação ao território continental e em relação umas às outras. O património identitário de arquipélago carateriza-se mais pela singularidade de cada ilha, pela diversidade no todo, sem tutela centralista, pelo individualismo moldado pelo isolamento, do que por um sentimento ou comportamento unitário comum a todas elas. Os Açores identitariamente são sobretudo ilhas que, por convenção, formam um arquipélago – apenas no grupo central há alguma noção física de conjunto, e nas Flores e Corvo, uma em relação à outra ilha –, mais que um arquipélago formado por ilhas. É facto histórico que, quer o primeiro, quer o último governador dos Açores – Ambrósio de Aguiar e o capitão-general Prego –, foram-no apenas nominalmente: governaram, de facto, São Miguel. Durante a Capitania-Geral, quando a unidade político-administrativa açoriana primeiramente teve alguma substância, São Miguel manteve sempre uma relativa autonomia, do governo, em Angra. Ainda hoje o governo autonómico – sediado em três ilhas, sem que nenhuma delas assuma a distinção de capital – esforça-se por consolidar uma açorianidade de coesão e de solidariedade regional, nomeadamente através da inclusão obrigatória de um currículo regional, no ensino oficial, reforçando a sua própria razão de ser pela via cultural induzida.

Farol de S. Miguel

Forte de São Brás, em Ponta Delgada. A sua primeira forma regular, traçada por Tiburcio Spanochi (finais da década de 60 do século XVI), foi profundamente alterada na cortina leste, na segunda década do século XIX. Com os fortes de São Sebastião, em Angra do Heroísmo, e de Santa Cruz, na Horta, é um exemplar precioso do primeiro abaluartado nacional.

António, bem como o seu comportamento embaraçado a ninguém convenceu, antes trouxe maior credibilidade às suspeitas do frade. Sob suspeita, fizeram-no embarcar na nau francesa do capitão Clenis, que ia ao encontro das naus da Índia, por alturas do Corvo, para as conduzir ao porto de Angra. Encontradas as naus, Fernão Macedo convenceu-as, antes, a evitarem a escala nos Açores. Entretanto, por diligência do dito frade, de Angra, já haviam sido enviadas instruções a Clenis para que matasse Fernão Macedo; o francês optou por desembarcá-lo na Terceira. Chegado a Angra, Fernão Macedo, com a ajuda de um irmão residente na cidade, conseguiu fugir durante a noite para São Miguel, partindo depois para Lisboa, onde D. Filipe I lhe fez mercê do hábito de Cristo.

Com o objetivo de tomar todos os navios que viessem do poente, bem como o Galeão da Índia que fizera invernada, chegou à Terceira, em março de 1582, uma esquadra francesa comandada por Monsieur de Landroi; com o objetivo de combater o corso nos Açores, logo, os corsários franceses e ingleses, D. Filipe I enviou, por seu lado, Pero Peixoto no comando de cinco navios portugueses que em princípios de maio deitou ferros em Ponta Delgada[7]. O governador da Terceira, Ciprião de Figueiredo, convenceu Landroi de que a generalidade da população em São Miguel era partidária de D. António, induzindo-o a atacar a ilha; que mais não fora para saquear os muitos navios que demandavam o porto de Ponta Delgada! A 23 de maio do mesmo ano, apareceram nove velas, cosidas a terra, vindas de oeste. Pressupondo ao que vinham, logo Pero Peixoto preparou os seus navios para a defesa; por seu lado, Ambrósio de Aguiar requisitou duas naus comerciais inglesas surtas na baía, que fez armar e guarnecer com micaelenses – *mais de oitenta homens da terra, nobres e plebeus* –, tendo uma por comandante o capitão de infantaria Rui Vás Medeiros, que se fez acompanhar da sua companhia de ordenanças, a outra, o Juiz do Mar Manuel Cordeiro de Sampaio. Muitos outros se embarcaram nas naus de Pero Peixoto; houve quem se lançasse a nado para alcançar *os nossos* navios e neles combater! A peleja foi mortífera, mas favorável aos portugueses, graças a um primeiro ardil de Pero Peixoto que, malgrado a inferioridade dos seus meios navais, disciplinou o seu fogo, não respondendo ao dos franceses, até que estes ficaram a curta distância e com as armas descarregadas, à mercê do tiro certeiro. Nesta contenda, distinguiu-se a valentia e esforço dos combatentes micaelenses; nela perderam a vida catorze ou quinze portugueses, entre eles o jovem António Cordeiro Benevides, irmão do capitão Manuel Cordeiro Sampaio – *morreu por sua Pátria e serviço de seu Rei* –; diz o cronista que, aos franceses, *é certo que lhes mataram cento e cinquenta homens*, incluindo o almirante da armada, Monsieur de Lacre.

Mal haviam os corsários franceses fugido para a Terceira, chegaram a Ponta Delgada quatro naus de Guipúzcoa, com quatro companhias de soldados espanhóis, sob o comando de D. Lourenço Conuera, que se instalou no forte de São Brás[8].

Ficou Pero Peixoto responsável pela defesa marítima, e a de terra a cargo de D. Lourenço, ambos sujeitos à autoridade do governador Ambrósio de Aguiar. A curto prazo morreu Ambrósio de Aguiar Coutinho (5 de julho de 1582), passando o governo da ilha para o seu enteado, Martim Afonso de Melo, conforme patente real que já recebera para esta eventualidade.

Era, pois, Martim Afonso de Melo governador de São Miguel quando, a 15 de julho de 1582, surgiu pelo lado sul da ilha, D. António, prior do Crato, *com uma grossa armada de sessenta velas, entre grandes e pequenas, em que vinham oito mil soldados franceses bem luzidos e armados, e por general dela o capitão Filipe Strozzi, que fora general de campo de el-Rei de França e seu marechal*[9]. Vendo, Pero Peixoto, que não lhe podia fazer frente, mandou afundar a sua esquadra em frente ao forte de São Brás, conforme instruções que tinha de D. Filipe I; para defesa da ilha ficou apenas a força terrestre: os espanhóis do comando de D. Lourenço de Conuera, e os micaelenses das companhias de ordenanças. Reunidos em conselho, D. Pedro de Castilho, Martim Afonso de Melo, Pero Peixoto e outros capitães[10], foi definido o plano de defesa da ilha, especialmente daqueles locais contíguos à cidade,

de mais fácil entrada e provável acometimento.

Em vão, tentou primeiro, D. António, tomar a ilha pacificamente, enviando a terra uma embaixada que Pero Peixoto não quis receber. Enquanto a armada corria ao longo da costa, desde a cidade até alguns quilómetros a leste (vila da Lagoa), Martim Afonso de Melo, Pero Peixoto e o bispo seguiam-na vigilantes em terra, acompanhados dos soldados espanhóis. Acudiram, entretanto, algumas companhias de ordenanças. Não impediram, porém, que fossem largados em vários pontos da costa, próximo da vila da Lagoa, uns 3.000 franceses, com o conde de Vimioso, o mais proeminente português que seguia D. António. No dia seguinte, se efetuou novo desembarque de mais dois mil soldados – entre eles, o próprio D. António e Filipe Strozzi –, precedido de forte bombardeamento de artilharia, às posições micaelenses, como manobra de diversão e para limpar o terreno[11].

Os franceses começaram por saquear a vila da Lagoa e os lugares que foram alcançando na marcha que, comandados pelo conde de Vimioso, iniciaram a caminho dos Fenais da Luz, na costa norte de São Miguel, no propósito manifesto de controlar toda a ilha e isolar a cidade, onde o forte de São Brás, bem armado e municiado, era difícil

[7] Uma armada, esta espanhola, com o mesmo objetivo, comandada por D. Pedro Valdez, escalou Ponta Delgada em 1581, vindo a efetuar um desembarque na baía da Salga, na Terceira, sem conseguir conquistar a ilha para D. Filipe I – Batalha da Salga. Cfr. "Terceira, a ilha Rebelde (1580-1642)", *Jornal do Exército*, já citado.

[8] Antes da chegada do contingente espanhol, a defesa de São Miguel sempre estivera a cargo dos próprios micaelenses – capitão-donatário e ordenanças. Até ao início do século XVI, contará com forças espanholas, retomando, com a retirada destas, o controlo da sua defesa, primeiro com tropas das ordenanças, a partir da criação da Capitania-Geral, também com regimentos de milícias. Em 1823, acolhe parte do Batalhão de Caçadores 5, do Exército de Portugal, vindo com o Capitão-General Stochler, para pacificação das ilhas. Com a expedição do Exército Libertador (1832), volta a ter apenas efetivos militares açorianos. A integração dos Açores na orgânica do Exército de Portugal dita para o Arquipélago um quadro de recrutamento e de afetação de efetivos militares consonante com as políticas aplicadas no território metropolitano. Cfr. M. Faria, "milícias", "exército" e "exército libertador", Enciclopédia Açoriana, edição *on-line*.

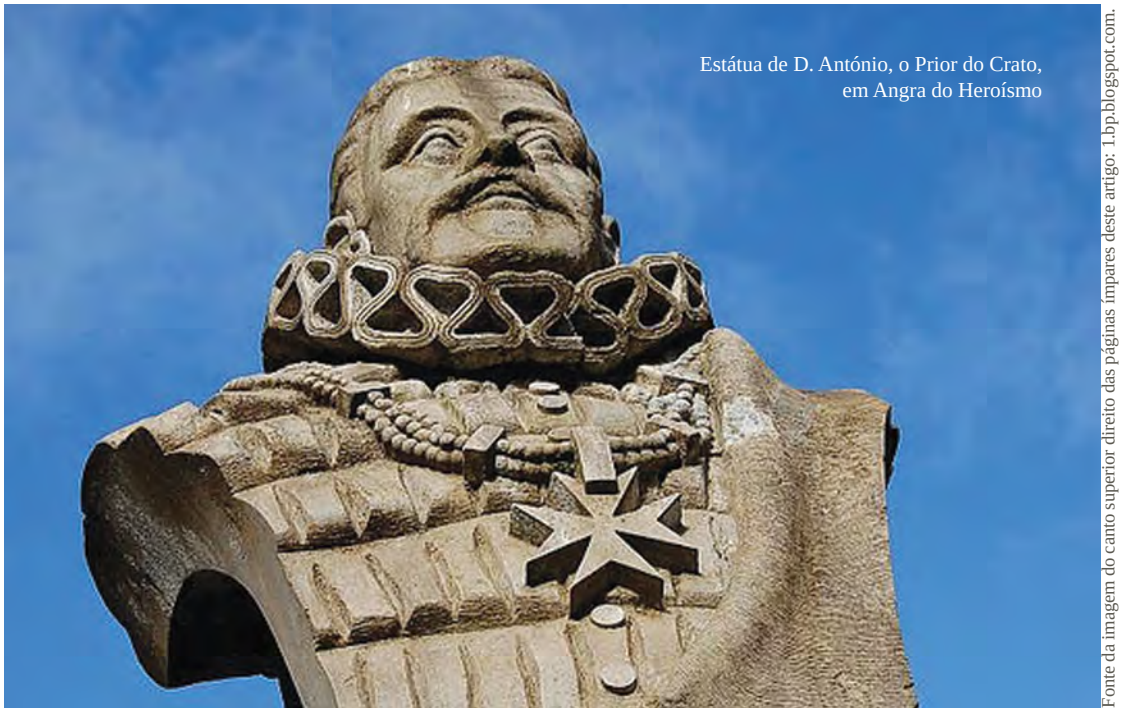
[9] Após a batalha da Salga, em 1581, D. Filipe I encarregou o marquês de Santa Cruz de organizar uma poderosa armada que viesse aos Açores reduzir a Terceira à sua obediência. A mesma batalha, porém, deu a necessária credibilidade a D. António para concitar o apoio de França à organização de outra armada que pudesse, não só manter na Terceira o partido antonino, mas estender a sua soberania ao restante arquipélago. Para a França, era a hipótese de destronar o controlo marítimo filipino no Atlântico, e ter acesso aos territórios ultramarinos. É o confronto entre estas duas armadas, em julho de 1582, que a seguir abordamos. Cfr. "Terceira, a Ilha Rebelde", *Jornal do Exército*, já citado.

[10] Entre estes o capitão Jordão Jácome Correia, com uma brilhante carreira militar ao serviço de Portugal e de Espanha, que lhe mereceu ser vulgar e sugestivamente chamado por Alexandre.

[11] Todas as costas dos Açores estiveram sem fortificação até esta época. Data, exatamente, destes anos de 1581 e 1582 a construção do primeiro sistema defensivo coerente e sistemático, mas apenas na Terceira. Cfr. M. Faria, "fortificação", Enciclopédia Açoriana, edição *on-line*.

Vila Franca do Campo

Fontes: esta imagem e imagem da página anterior: 1.bp.blogspot.com; Imagem seguinte: farm3.staticflickr.com.



Estátua de D. António, o Prior do Crato, em Angra do Heroísmo

Fonte da imagem do canto superior direito das páginas ímpares deste artigo: 1.bp.blogspot.com.

de tomar. Durante esta marcha, a coluna francesa foi atacada pelas companhias de D. Lourenço de Conuera, junto ao Pico do Cascalho, acima do Pico da Pedra. Peleja ferocíssima onde D. Lourenço foi mortalmente ferido e os seus soldados forçados a fugir para Ponta Delgada, para a segurança do forte de São Brás.

Perante a desproporção de forças em presença, e para evitar o saque que os franceses já faziam nos arredores da cidade, Vila Franca do Campo e as vilas de Água de Pau e Ribeira Grande enviaram delegações a D. António, reconhecendo-lhe a soberania; enquanto *ricos e pobres*, se refugiavam em *lugares ásperos onde não podiam ser tomados, levando freiras e mulheres casadas e moças de má vida*... Para sossegar as populações, decorridos os dias de saque, incluindo em parte da cidade de Ponta Delgada, D. António mandou lançar pregão dando por terminadas as pilhagens, garantindo a segurança de pessoas e bens a todos os que se lhe submetessem, prometendo pena de morte a soldado seu que não acatasse estas suas disposições. Mas, *ditoso era o porco ou gado que não aparecia, e mais dita tinha o dono do dinheiro e facto que os soldados franceses não achavam*! Embora o forte de São Brás continuasse por conquistar, e nele estivessem os principais do governo da ilha – o governador Martim Afonso de Melo, o bispo D. Pedro de Castilho, o corregedor Cristóvão Soares de Albergaria –, D. António nomeou Diogo Botelho, em Vila Franca, por governador de São Miguel, para quando partisse.

A 21 desse mês de julho, surge à vista de São Miguel uma armada espanhola, sob o comando do marquês de Santa Cruz[12], D. Álvaro de Bassan, postando-se nos mares de Vila Franca no dia seguinte. À pressa, D. António, com todas os seus efetivos, regressa aos navios.

Depois das armadas andarem quatro dias em manobras de combate e simulações de ataque, buscando, cada uma, posicionamento favorável, ao quinto dia – 26 de julho, dia de Santana – os franceses atacaram beneficiando de vento favorável. Mas graças a uma manobra de contra-ataque do marquês de Santa Cruz que permitiu a troca de posições, as forças de Espanha, malgrado a sua inferioridade numérica em navios e homens, adquiriram uma dinâmica que nada pode conter: *a fortuna de Filipe atropelou a de França*. Entretanto, e por mera cautela, D. António tinha-se dirigido para a Terceira, com dois navios.

Era temerosa coisa de ver acometer esta batalha, disparando primeiro a artilharia grossa, posta em seu lugar a gente, cheias de tiros as gáveas[13]*, estendidas as bandeiras, os galhardetes e flâmulas, ressoando os bélicos instrumentos, soando os clarins e trombetas, e reverberando*[14] *as luzidias, brancas e douradas armas, envoltas nas águas e tudo revolto, aparecendo as diversas cores das curiosas librés*[15] *e penachos, disparando as colubrinas*[16]*, bombardas*[17]*, esferas*[18]*, meias esferas, passamuros*[19]*, pedreiros*[20]*, basiliscos*[21]*, peças grossas e tiros de campo com tanto estrondo que a máquina do céu de riba desencasada pa-*

recia vir-se abaixo como trocando os elementos seus próprios lugares lidando conta si, fogo, ar e água juntamente e a arder tudo em pura chama, e por entre o fumo e fogo as naus já abalroadas, feito seu efeito a pólvora, vir às espadas a fúria francesa e a cólera de Espanha, travando-se a batalha sangrenta, crua, furiosa e de ambas as partes porfiada, com estranhos golpes e feridas desaforadas, chovendo das altas gáveas alcanzias[22]*, balas, lanças, dardos, armas de peso arremessadas, ardente pez e resina, bombas alcatroadas e fogos artificiais que o mesmo mar abrasavam; as águas todas cobertas de sangue, de gente e armas, tanto arnês*[23] *despedaçado e rota tanta celada*[24]*, tanta voz, tantos gritos e gemidos de tantos feridos, uns meio vivos, outros que no mesmo tempo expiravam.* [...] *Era tanta a fúria e bateria que parecia fundir-se a terra, abrir-se o céu romper-se o ar, mudar-se o mar e embravecerem-se as ondas que então estavam quietas, andando os homens nelas embravecidos, feitos ondas furiosas; até as enxárcias*[25] *pareciam que davam gritos, lamentando tantos destroços e mortes...* [...] *Tendo o marquês rendida a capitânia*[26] *da armada francesa, foram os espanhóis entrando nela, matando e saqueando, tocando pífaros e tambores, soando trombe-*

---

[12] De facto, só o grosso da sua armada que fora organizado em Lisboa – cerca de 45 navios, transportando 5.500 soldados. Outros 35 navios armados em Sevilha só chegaram aos Açores após a batalha ter sido travada.

[13] Armação de tábuas em feição de grade no cimo dos mastros.

[14] Brilhando.

[15] Vestido uniforme que os amos davam aos lacaios.

[16] Peça de artilharia muito comprida.

[17] Peça grossa e curta.

[18] Peça de artilharia.

[19] Canhão reforçado.

[20] Peça de artilharia que ordinariamente se carregava de pedra.

[21] Peça de artilharia que arremessava projétil de 100 libras.

[22] Panela de barro com pólvora ou outro material inflamável.

[23] Peito de aço.

[24] Armadura de ferro da cabeça.

[25] Cordoalha de um navio.

[26] Navio em que vai o chefe principal da armada.

tas e tangendo charamelas, com grandes gritos de alegria, aclamando a vitória do seu lado, mas com crescidos clamores e tristes choros dos franceses...

A batalha decorreu ininterruptamente por mais de cinco horas. Dos 60 navios franceses, alguns afundaram-se, muitos foram destroçados, e outros foram fugindo sem que os espanhóis os pudessem perseguir, por a sua armada se achar muito danificada e com muita gente morta. O próprio Filipe Strozzi foi abatido por um soldado espanhol; conquanto ferido, ao conde de Vimioso foi poupada a vida, por ser familiar do marquês de Santa Cruz, mas veio a morrer pouco depois, já em terra. O número de mortos é assustador: do lado francês, segundo o cronista Herrera, morreram 3.300 homens, e do lado espanhol, 550 feridos e 220 mortos. Haverá nestes números algum exagero, principalmente na tentativa de minimizar os danos dos vencedores, mas um pressuposto deve ter-se em conta. França e Espanha eram países *amigos*. Quando se preparava a armada de D. António, D. Filipe escreveu ao rei de França protestando contra a organização dessa armada destinada a apoiar a causa antonina, sendo ele legítimo rei de Portugal, e a saquear os seus navios da rota marítima transatlântica de que tinha o monopólio. Respondeu o rei da França que nem ele nem no seu país nada se fazia contra D. Filipe nem seus domínios; se em territórios filipinos ou nos mares se achassem súbditos seus *com deliberação de prejudicar e ofender, podiam ser destruídos, presos e justiçados como corsários pervertedores e perturbadores da paz e aliança deles dois reis e reinos*. De facto, a organização da armada não só era do conhecimento do rei de França, como beneficiava do seu apoio, especialmente através da rainha-mãe. Mas o próprio Filipe Strozzi teve de abdicar previamente de todos os cargos que ocupava na Corte de França, desvinculando-se, formalmente, dela: a França temia assumir o estado de guerra com a Espanha. Os espanhóis queriam, porém, que toda a Europa soubesse que não admitiam incursões nas suas zonas de interesse; e fizeram-no exemplarmente, seguindo literalmente as palavras do rei de França. As instruções foram que não escapasse um francês com vida.

A carnificina começou durante a batalha: navio tomado, sobreviventes degolados. Terminada a peleja, dos franceses ainda se encontravam vivos, para além daqueles que conseguiram fugir nos navios que não foram tomados ou destruídos, cerca de oitenta nobres prisioneiros e 150 de *baixa qualidade*, igualmente feitos prisioneiros. Aos sobreviventes presos, estava inexoravelmente destinada a morte. Os dias seguintes foram passados, os três primeiros no secorro aos feridos espanhóis, os outros, nas execuções, num cenário sanguinário de horror inaudito[27], que gelou o sangue aos vilafranquenses, e lhes roubou o sono por largo tempo. No meio da praça de Vila Franca foi levantado o cadafalso, e na presença dos moradores, de três companhias de soldados espanhóis e dos prisioneiros foi lida a sentença que a todos mandava justiçar. Logo rufaram os tambores e, cessando, *subiu primeiro no cadafalso o maior fidalgo daqueles franceses* [...] *mancebo não mui grande de corpo, mas envolto em carnes, não mui branco, nem ruivo, como os mais daqueles eram, e de pouca barba. Saiu mui esforçado a morrer, havendo-se confessado ao pé do cadafalso a um clérigo francês, e posto de joelhos no cadafalso diante de um crucifixo* [...] *o algoz lhe atou as mãos atrás e tirou um cutelo pequeno, dos com que se esfolam carneiros, o qual vendo o francês disse em voz alta*: *"con mi espada, con mi espada he de ser degolado a uso de mi terra, que soi hidalgo"*... [...] A cena foi interrompida por grossa chuvada; passada esta, voltou o fidalgo a solicitar ser degolado com a sua espada, *mas não tendo o algoz de ver com isso, lhe atou também os pés com as mãos por detrás, e lhe pôs um lenço diante dos olhos, e derriçando com o próprio*

cutelo, estando-o degolando, se alevantava o dito francês nas pontas dos pés, e caiu para um lado. Logo um negro da própria vila lhe cortou a cabeça com um machado... [...] *Acabado de degolar este, o despiu o algoz, ficando só em camisa; e, tirando-o do meio do cadafalso, posto o corpo a um lado, com as pernas para fora, lhe puseram a cabeça no meio delas. Sendo isto pela manhã, e porque a maior parte do dia era passada em os confessar, degolar, cortar-lhes a cabeça, despir e as outras solenidades* e apenas se procedera a 35 execuções, quis o marquês que os outros 45 fidalgos fossem para junto da forca velha, *para que ali fossem degolados depressa*. Por mais dois dias se prolongaram as execuções, agora dos 150 soldados que, não sendo nobres, foram enforcados.

Também não ficaram imunes os edis de Vila Franca que prestes haviam reconhecido o rei D. António. Presos e levados para Ponta Delgada, pelo menos um deles, o fidalgo Gaspar Gonçalves, foi degolado.

Com a sua armada saída da batalha em péssimo estado, o marquês de Santa Cruz rumou à Terceira. Apesar de se lhe terem juntado os navios vindos de Sevilha, não se atreveu a acometer a ilha, que a propaganda política de D. António fizera crer nas cortes europeias estar de tal forma fortificada que era inexpugnável. Limitou-se a comprovar o estado de alerta em que estavam os fortes costeiros, e a garantir segurança às naus vindas das Índias.

Fonte: faroldeluz.files.wordpress.com.

Dos efetivos desta primeira expedição do marquês de Santa Cruz aos Açores, ficaram em São Miguel, repartidos pela cidade, e por vilas e aldeias, mais de 2.000 soldados espanhóis, sob o comando do mestre de campo Agustin Iniguez. A estes efectivos militares, juntavam-se os seus criados, pelo que a ilha passou a ter que sustentar os gastos de cerca de 3.000 pessoas. Um duro fardo, que a Terceira já vinha suportando com a sua *ocupação* pelos franceses e, em menor número, pelos ingleses. Desgostoso com a forma como as populações micaelenses eram tratadas pelos espanhóis, o bispo de D. Pedro de Castilho embarcou para Lisboa, despedindo-se com as palavras: "Folgara que toda esta ilha se embarcara comigo"...

No ano seguinte (1583), o marquês de Santa Cruz com uma armada de idêntica força à desta de 1581, regressou aos Açores[28] para submeter a Terceira e mais *ilhas de baixo*. Depois de em Ponta Delgada embarcar os soldados de Agustin Iniguez, passou à Terceira, que conquistou, sendo os franceses finalmente expulsos dos Açores com a derrota de um contingente final estacionado na Horta. Tinha chegado também, na prática, o fim do projeto açoriano de D. António, Prior do Crato.

Foi Jesus visitar Marta e Maria. Jesus repreendeu Marta porque, enquanto Maria o escutava, Marta esgotava-se na preparação da refeição: é a Palavra que alimenta o espírito! Mas, não fora Marta, ó Senhor, e Maria teriam passado fome... Enquanto a Terceira embarcava na aventura antonina, São Miguel mantinha o Arquipélago na esfera da Coroa de Portugal.

[27] Hoje, e desde a assinatura das Convenções de Genebra, estaríamos perante um monstruoso crime de guerra. Também, ao tempo, a ética militar reprovava a eliminação dos prisioneiros de guerra. Por isso, aqui, o subterfúgio foi de os considerar oficialmente corsários, criminosos de delito comum, sem o estatuto de soldados. A lógica do corso assentava, então, em os reis combaterem entre si no mar, sem assumirem o estado de guerra que as ações bélicas acarretavam em terra.

[28] Com o marquês de Santa Cruz, veio D. Rui Gonçalves da Câmara que, na qualidade de donatário e senhor de São Miguel, reassumiu o governo da ilha, nos estritos termos da lei portuguesa.

Bibliografia

FRUTUOSO, Gaspar, *Saudades da Terra*, IV, Instituto Cultural de Ponta Delgada.

MALDONADO, P.e Manuel Luís, *Fenix Angrence*, II, Instituto Histórico da Ilha Terceira.

DRUMMOND, Francisco Ferreira, *Anais da Ilha Terceira*, III, Governo Autónomo dos Açores.

MENESES, Avelino de Freitas, *Os Açores e o Domínio Filipino (1580-1590)*, Instituto Histórico da Ilha Terceira.

Tenente-Coronel Tm (Eng) João Batista Dias Garcia

Novo conceito de Centro de Comunicações

1. Introdução

As alterações profundas de operar e proceder à interligação dos meios de Comunicações e Sistemas de Informação (CSI) proporcionam formas diferenciadas da transmissão da informação entre as forças, quer elas integrem o Sistema de Forças Nacional (SFN), quer em missões internacionais como Forças Nacionais Destacadas (FND) em operações humanitárias e de apoio à paz.

A infraestrutura CSI que apoia a preparação e sustentação da componente operacional do SFN permite que os utilizadores interajam, utilizando de uma forma transparente todos os meios de comunicações, reduzindo ao mínimo a noção de operador de transmissões e de dependência de um centro de comunicações.

Os meios CSI, utilizados numa vertente de operações de campanha, estão a aproximar-se à convergência de voz e dados, permitindo fornecer a todos os utilizadores as diferentes infraestruturas de voz, mensagens, dados e imagem, proporcionando vantagens técnicas que se convertam num fator complementar da força no campo de batalha.

A organização de um Centro de Comunicações (CCom) exige uma estreita coordenação com os comandantes e seu Estado-Maior (EM), com órgãos de unidades de transmissões do esca-

lão superior, subordinadas e ainda com unidades adjacentes tanto em tempo de paz como numa situação tática, onde os meios e redes de comunicações a instalar no CCom dependem da missão da unidade a apoiar, do pessoal e dos recursos a serem afetos ou autorizados.

A definição de um Centro de Comunicações, utilizada nos manuais escolares, como sendo um "conjunto de meios de transmissões de natureza diferente (pessoal e material), instalados, operados e mantidos por pessoal da arma de Transmissões", obriga a que os CCom devam ser reorganizados pela imposição das dificuldades da gestão de recursos humanos e de materiais.

A própria definição de CCom, encontrada no manual da exploração de transmissões, definida como o "conjunto de meios de comunicações de natureza diferente e de meios de coordenação e apoio, guarnecidos, instalados na proximidade uns dos outros, encarregado e responsável por aceitar, preparar para transmissão, receber e entregar mensagens", apresenta uma falha conceptual e necessita uma transformação profunda de conceitos adaptados à área CSI.

Neste sentido, vamos estudar os possíveis CCom que podem ser organizados no Exército e preparar a definição geral de CCom, centrando a atenção principalmente em três tipos possíveis de centros, a saber:

– Os CCom do SIC-Op;

– Os CCom do SIC-T;

– Os CCom de apoio às operações das Brigadas.

2. Os Sistemas de Informação e Comunicações

Os Sistemas de Informação e Comunicações (SIC) do Exército Português devem possuir a capacidade de se adaptarem rapidamente a ambientes dinâmicos, proporcionando aos comandantes a informação essencial onde esta é fundamental e quando é necessária. Essa informação deve ser protegida da interceção e utilização indevida por forças oponentes e ser apresentada ao utilizador num formato percetível e relevante.

Os SIC permitem à força aproveitar oportunidades e ir de encontro aos objetivos da missão. Os modernos SIC, como o Sistema de Informação e Comunicações Operacional (SIC-Op) e Sistema de Informação e Comunicações Táticos (SIC-T), abrangem um alargado leque de funções relacionadas com o tratamento da informação.

Estas funções, face às novas formas de requalificação no atual ambiente operacional em rede, podem ser sintetizadas nas seguintes classificações: a aquisição (elementos essências da informação são introduzidos no SIC), o processamento (sequência de operações efetuada sobre uma informação com o objetivo de produzir um resultado final específico), a armazenagem (consiste na retenção, organização e disposição de dados), o transporte (capacidade dos SIC para suportar a troca e disseminação da informação), o controlo (com a função de dirigir, monitorizar e regular as outras funções do SIC), a salvaguarda de Informação[1] (confiança que se obtém pela aplicação de um conjunto das medidas destinadas a proteger as comunicações, a informação e outros sistemas eletrónicos e não eletrónicos, e ainda a informação que é armazenada, processada ou transmitida nestes sistemas, garantido a confidencialidade, integridade, disponibilidade, não-repúdio e autenticação) e a apresentação (imposição final onde os sistemas interagem com os utilizadores).

Como todas as áreas do conhecimento, os modernos sistemas de informação e meios de comunicação devem ser regidos por princípios como a interoperabilidade, a "*commonality*" (visa que os equipamentos e sistemas possam ser operados e mantidos por pessoal com formação em qualquer um dos sistemas, e quando os seus sobresselentes e consumíveis podem ser trocados entre si), a compatibilidade, a normalização, a ligação, a agilidade e a confiança.

A importância do conteúdo da informação é primordial para a organização, o que faz com que a grande preocupação deva ser a forma como pode ser rapidamente integrada na instituição Exército e no seu modelo organizacional.

Não é o propósito deste artigo debruçar-se sobre os conceitos do tema "gestão de mensagens", apenas apontar uma seta num hipotético paralelismo da já sobejamente conhecida "gestão documental", da mesma forma que a informação que percorre os circuitos dos SIC tem necessariamente de ter um sentido de utilidade, ser precisa e eficaz, o que só acontecerá se estiver ordenada, classificada e arquivada devidamente.

3. O Sistema de Informação e Comunicações Operacional

O SIC-Op do Exército Português tem uma estrutura organizada e delineada para apoiar a preparação e sustentação das forças da componente operacional do sistema de forças e para o cumprimento das missões particulares aprovadas, de missões reguladas por legislação própria e de outras missões de natureza operacional.

A evolução das tecnologias de informação e de comunicações, que se tem vindo a verificar, proporciona às comunicações o desempenho de um papel de relevo no seio dos Exércitos. O sucesso das operações, agora "centradas em rede", torna-se cada vez mais dependente de informações precisas, oportunas, completas e fiáveis, só possível com um SIC sólido, eficaz e seguro, o que leva a que este tipo de sistemas assuma uma maior importância na tomada de decisão.

a. Conceito da Infraestrutura CSI

A infraestrutura do SIC-Op tem como base uma rede malhada assente em nós de comunicações interligados por um sistema de transmissão apoiado em *links* de feixes hertzianos digitais ou em fibra ótica. A ligação desses nós às U/E/O é feita através de *links* de feixes hertzianos digitais ou fibra ótica, seguindo uma estrutura em estrela.

O SIC-Op fomenta o conceito de "Operações Centradas em Rede"[2], de forma a dotar todo o Exército Português com uma capacidade de Comando e Controlo (C2), moderna, permanente, adaptada e adaptável.

O SIC-Op integra um conjunto de infraestruturas espalhadas pelo Território Nacional, Ilhas e FND que incluem um conjunto diversificado de torres e antenas, um extenso parque de centrais de telecomunicações, servidores de comunicações, routers, switches, gateways, multiplexers e equipamentos de cifra, para além de um complexo parque de computadores.

b. Organização CSI para apoio do Exército

O Exército na sua estrutura organizacional tem uma Direção de Comunicações e Sistemas de Informação[3] (DCSI) incluída na dependência do Comando das Forças Terrestres (CFT), que no âmbito da área CSI, é responsável por estudar, planear, dirigir e executar as atividades nas áreas das comunicações, sistemas e tecnologias de informação e da segurança.

A atividade que é exercida no seu âmbito é essencialmente a de contribuir para a capacidade de Comando, Controlo e Comunicações (C3) da componente terrestre, assegurar a instalação, configuração, operação e sustentação das infraestruturas de comunicações e dos sistemas de informação, em apoio da componente fixa, e definir os requisitos técnicos e de sistema que garantam a compatibilidade e a interoperabilidade conjunta e combinada dos diferentes sistemas.

O Regimento de Transmissões[3] (RTm), na dependência hierárquica da DCSI, tem a missão de instalar e manter o Sistema de Comunicações,

de Informação e de Segurança da Informação do Exército, em articulação com o Centro de Dados de Defesa e a DCSI. Tem na sua estrutura orgânica o Batalhão de Comunicações e Sistemas de Informação e o Centro de Segurança da Informação.

Através do Batalhão de Comunicações e Sistemas de Informação, assegura a manutenção das infraestruturas físicas de sistemas de informação e tecnologias de informação e comunicação das UEO e opera os sistemas de gestão de comunicações e de informação.

O Centro de Segurança da Informação contribui para as Operações de Informação/Guerra de C2, nas suas vertentes de Segurança da Informação e *Computer Network Operations*.

c. O Centro de Comunicações de apoio a uma UEO

(1) Um novo conceito de centro

As definições apresentadas de um Centro de Comunicações como sendo um conjunto de meios de transmissões instalados, operados e mantidos por pessoal da arma de Transmissões necessitam ser reformuladas, no sentido de reorganizar os CCom prevendo as dificuldades na gestão de pessoal e dos recursos de material, acrescido das especificidades das novas tecnologias de informação que permitem uma maior capacidade de gestão e de interação dos meios de comunicações e sistemas de informação.

O Centro tem como legado a instalação, operação e o manuseamento das mensagens, local onde se processa a gestão e controlo de todo o tráfego escrito, se verifica o tráfego recebido e se reencaminha ou entrega aos destinatários, e ainda onde são operados e geridos os meios utilizados na transmissão e receção da informação.

A composição tipificada para um CCom, com a integração do conceito de centro de telecomunicações, é essencialmente a de se constituir como um órgão organizado em centro de mensagens, central telegráfica, central telefónica, central rádio e centro cripto. No entanto, a integração das funções da central telegráfica e do centro cripto, ocorrida desde o ano 2000, deu origem a um novo órgão que obteve a designação de Centro de Processamento de Mensagens (CPM).

O conceito do CCom, organizado em vários centros, operados de forma diferenciada e exigindo formação específica na operação dos meios, tem de ser abandonado, de forma a permitir que um CCom que apoia uma UEO funcione com um número reduzido de operadores com capacidades diversificadas, permitindo o seu aproveitamento num maior universo de atividades.

As conceções mais modernas de CSI são assentes em plataformas que executam a transmissão da informação através da comutação em rede e em equipamentos e tecnologias que garantem a total interoperabilidade e integração nos SIC; a descentralização de meios e o aumento de capacidades está estreitamente ligada às crescentes necessidades de troca de informação e na disponibilização dos meios de comunicações por voz,

dados e vídeo a todos os utilizadores que operam em rede.

A segurança é uma vertente fundamental da salvaguarda dos recursos e das pessoas, assim como de toda a estrutura organizacional do Exército. A definição de políticas de segurança e a introdução de protocolos de segurança em redes, acrescida dos sistemas de criptografia, permitem efetuar uma gestão de segurança da informação que vai evitar a modificação não-autorizada de dados ou informações, armazenados, em processamento ou em trânsito.

Assim, podemos partir para um novo conceito de Centro de Comunicações abrangente e sofisticado, em que as tecnologias de informação tenham o seu impacto nos meios a serem utilizados e os recursos, por sua vez, serem geridos com eficiência e eficácia, potenciando as competências e a operacionalização. Desta forma, podemos apresentar a seguinte definição generalista de CCom:

Órgão responsável pela organização e operação dos meios e redes associados aos sistemas de informação e comunicações, com vista a disponibilizar as infraestruturas de voz, dados e vídeo que garantam a transmissão da informação cumprindo os requisitos de segurança.

(2) Organização do CCom

Os CCom devem ser organizados reforçando as características e as funcionalidades que estão na competência, atribuições e missão da arma de transmissões, por conseguinte, os meios possíveis de disponibilizar ao C2 de uma UEO podem ser reorganizados num compromisso entre os QO de pessoal e a estrutura funcional existentes nas U/E/O.

Como temos conhecimento, desde o ano 2000, que dois dos órgãos dos CCom, o centro cripto e a central telegráfica, coexistem na mesma sala com os requisitos de segurança militar definidos no SEGMIL-1, tendo sido designada essa estrutura como CPM e, conjuntamente com o centro de mensagens, a central telefónica e a central rádio constituíam o CCom.

Com a nova definição de CCom e o conceito de CSI no transporte da informação, os órgãos de um centro podem ser redefinidos, potencializando os recursos humanos e materiais e os espaços disponibilizados para a gestão dos meios CSI das UEO. Desta forma, com o novo conceito de CCom podemos efetivar uma reorganização do centro em dois órgãos:

– O Centro de Processamento de Mensagens (CPM), que concentra as funções da Central Telegráfica (CTeleg), do Centro de Mensagens (CMsg) e do Centro Cripto (CCp);

– O Centro RádioTelefónico (CRT), que reúne as funcionalidades da Central Rádio (CRádio) e da Central Telefónica (CTelef).

Na figura 1 é representado um modelo de dis-

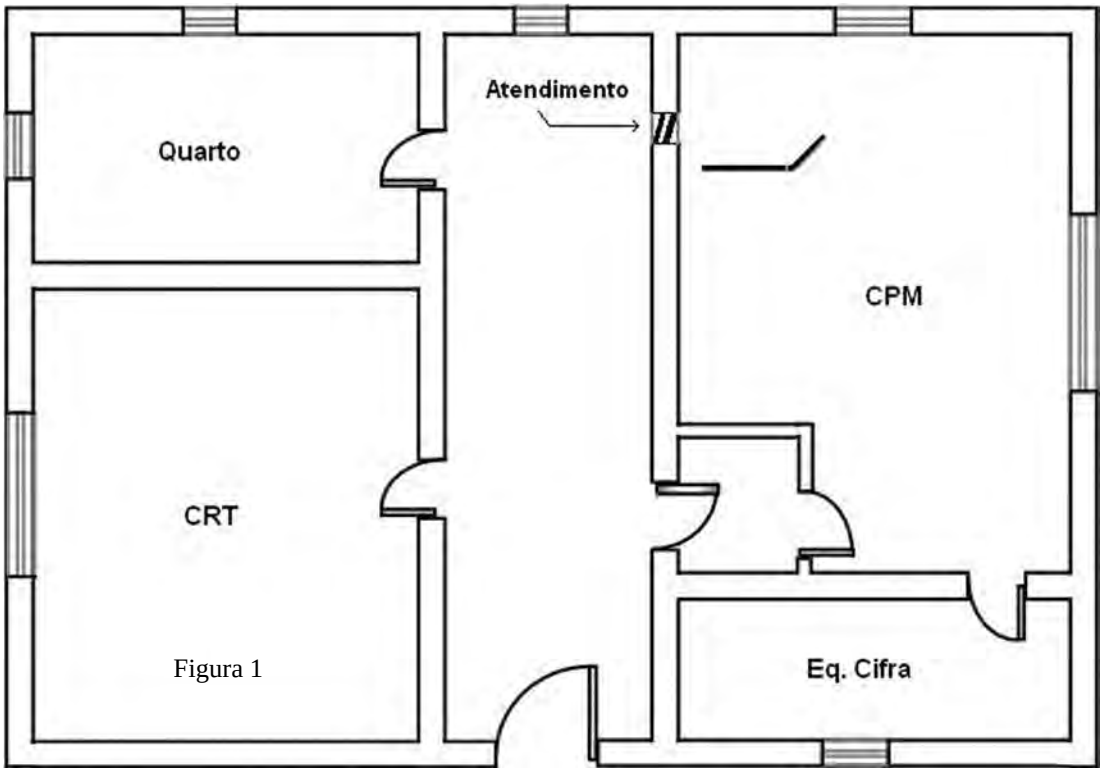


Figura 1

posição dos dois órgãos, o CPM e o CRT, numa perspetiva de concentração dos meios em salas com condições, em termos de área e de segurança, adequadas aos meios a serem instalados e ao seu modo de funcionamento.

(a) O Centro de Processamento de Mensagens

Este Centro tem como missão específica a gestão das mensagens manuseadas e processadas no CCom, tendo as seguintes funções principais:

– Gerir e controlar todos os documentos escritos que passam pelo CCom;

– Conferir o tráfego recebido, procedendo ao seu reencaminhamento ou entregá-lo aos destinatários;

– Processar o tráfego a expedir, distribuindo-o pelos meios a serem utilizados na sua transmissão;

– Manusear os documentos em suporte digital ou em papel, cumprindo os requisitos de segurança;

– Arquivar os documentos em suporte digital ou em papel em locais próprios.

(b) O Centro Rádiotelefónico

O CRT opera os meios de comunicações, explorando as redes rádio e a rede telefónica da U/E/O, este centro pode coexistir na mesma sala que o CPM, na sua impossibilidade, quando o serviço o exigir, o atendimento geral da U/E/O pode ser reencaminhado para uma extensão da sala do CPM.

As tarefas que um CCom tem de efetuar nomeadamente a de receber, carimbar, protocolar, distribuir, registar, classificar e arquivar as mensagens, não podem continuar a ter tamanha complexidade, exige uma mudança e um controlo dos fluxos baseados em plataformas exigentes de novas tecnologias de informação. Só assim, é possível partir-se para soluções com automatismos de transmissão, de arquivo e organização de mensagens e processos em formato eletrónico, bem como o controlo do seu estado e/ou localização em qualquer instante.

Realçar a importância dos arquivos no Exército passa, necessariamente pela sua definição, que engloba todo o conjunto de documentos, independentemente da sua natureza ou suporte, arrecadados ao longo dos tempos, e da reflexão e compreensão do seu significado. Quantos de nós não estivemos na situação infrutuosa de dizer “nunca ouvi falar” desse assunto, este percalço deixa de ter significado quando a resposta for “vai pesquisar no arquivo”.

4. O Sistema de Informação e Comunicações Táticas

O SIC-T é um sistema de comunicações planeado e organizado para apoio de uma unidade em campanha, garantindo a ligação entre o comandante e os vários comandos subordinados.

Este sistema proporciona aos elementos da componente operacional comunicações e sistemas de informação, tendo em vista uma total adaptação e integração no conceito de "Operações Centradas em Rede", o que permite aos diferentes escalões obter uma apresentação comum da situação operacional permanentemente atualizada, como base essencial para a avaliação das operações e do C2 da situação operacional.

Organizado com uma estrutura modular, flexível, segura e preparada para proporcionar ao comando, às informações, à logística e às unidades de combate uma excelente mobilidade e a adaptabilidade necessária às novas exigências do campo de batalha, apresenta como primordial proficiência o domínio da interoperabilidade em operações conjuntas e combinadas, bem como com os sistemas de comunicações fixos, e complementarmente com a capacidade de transportar a informação em ambientes seguros.

Permite satisfazer os requisitos de economia, de projeção da força e de rentabilização de meios e recursos, dando resposta a uma maior possibilidade de missões, com um número reduzido de meios humanos e materiais.

a. Arquitetura do SIC-T

Este sistema está orientado para os meios e redes de comunicações que se pretendem ter disponibilizados em cada um dos escalões de forças. Cada nível operacional é apoiado por um ou mais módulos CSI, com as potencialidades que garantem um conjunto de capacidades, que se traduzem na disponibilidade dos meios de comunicações aos elementos localizados num Posto de Comando (PC), mas também na garantia dos *links* de comunicações entre os diferentes níveis operacionais, ou pela constituição de uma estrutura de rede malhada baseada no conceito de apoio de comunicações de área para utilização em operações convencionais.

O SIC-T[4] enquadra-se nos objetivos da transformação da NATO ao nível da *Information Superiority* e do *Network-Enabled Capabilities*. Desenhado em torno da tecnologia IP[5], a arquitetura do sistema permite a implementação de uma disposição modular ajustável e flexível, nomeadamente na capacidade de operar num alargado espectro de operações e tipologia de conflitos, na capacidade de trabalhar em ambiente de rede, no garante da fácil integração das forças de combate, de apoio de combate e logísticas, no permitir o dimensionamento da força em conformidade com a missão e em assegurar a interoperabilidade em cenários conjuntos e combinados.

A arquitetura do SIC-T[4], na sua componente de comunicações táticas foi desenhada para ser expandida pela área de operações interligando todas as componentes das forças de uma brigada, e inclui os seguintes Sub-sistemas:

– SAE – Sub-sistema de Área Estendida[6] que representa a ligação central (*backbone*) da rede, composta por um conjunto de nós de comutação, interligados basicamente por links rádio multicanal, que assegura o acesso às redes do SIC-OP, SICOM[7] e às redes civis e NATO;

– SAL – Sub-sistema de Área Local[8] proporciona, a um determinado grupo de utilizadores, os diversos meios e redes de comunicações por voz, dados e vídeo;

– SUM - Sub-sistema de Utilizadores Móveis[9] destina-se a apoiar os utilizadores dispersados pela área de operações;

– SSR – Subsistema de Segurança de Rede implementa diferentes níveis de segurança nas diferentes áreas de rede do SIC-T (*Red e Black*);

– SGR – Sub-sistema de Gestão de Rede[10] responsável pela gestão, administração e monitorização da rede.

O SIC-T altera o panorama do apoio de CSI

às operações táticas, garantindo que a tecnologia permita a integração dos sistemas, de uma forma modular, sistémica e dinâmica de acordo com as necessidades de cada operação e em qualquer momento, permitindo a redução de meios, a integração de novas tecnologias, a interoperabilidade, em operações conjuntas e combinadas, a inserção de Centros de Comunicações de Batalhão (CCB), e o despontar do Centro de Comunicações de Companhia (CCC) como uma estrutura ligeira, adaptada à mobilidade natural deste escalão.

b. O Conceito de CCom do SIC-T

O SIC-T apresenta uma capacidade real de integração operacional, para um melhor e mais eficaz desempenho nas operações militares terrestres, explorando as novas tecnologias associadas às comunicações, aos computadores, sensores e sistemas de armas.

A descentralização de meios e o aumento de capacidades desconcentradas está estreitamente ligada às crescentes necessidades de troca de informação e rapidez com que é executada. Isto vai exigir mais responsabilidade e consequentemente mais formação dos utilizadores, já que estes meios estão disponíveis na orgânica dos Batalhões e Companhias, e deverão fornecer aos utilizadores os diferentes meios e redes de comunicações por voz, dados e vídeo, totalmente integrados.

O desaparecimento dos centros de comunicações organizados da forma tradicional, anunciam o fim de uma filosofia de apoio. Todo o fluxo de informação de um SIC moderno é veiculado pelos servidores e bases de dados disponíveis no sistema, permitindo uma economia de meios humanos e materiais expressiva.

O SIC-T vai proporcionar aos Comandantes e ao EM das unidades operacionais vários sistemas, meios e redes de comunicações, dos quais se destacam o correio eletrónico, o SICCE (Sistema de Informação para o C2 do Exército), o AFADTS (*Advanced Field Artillery Tactical Data System*), o MMHS (*Military Message Handling System*), a *Intranet*, a telefonia, o vídeo, o *File Server* LAN e WAN, os Antivírus/Atualizações de *Software* e o Sistema *Tracking*.

O apoio de CSI através deste sistema foi desenhado para distinguir dois CCom distintos nas suas capacidades, mas semelhantes nas suas possibilidades de apoio CSI a uma força:

– O Centro de Comunicações de Batalhão (CCB) que serve o PC do batalhão, é constituído basicamente por duas cabines, uma de transmissão e outra para o C2 e Gestão (C2 & G), que são organizadas de forma a proporcionar o acesso ao sistema, inserindo-se nos nós e nas redes, facilitando a integração de todos os utilizadores e estabelecer as ligações com as unidades adjacentes.

– O Centro de Comunicações de Companhia (CCC) com uma estrutura bastante mais ligeira que a do CCB, serve o PC da Companhia, sendo compatível com a mobilidade característica desta subunidade. É constituído apenas por uma única cabine que, para além de permitir a instalação dos equipamentos de comunicações, tem ainda integrada uma componente de energia e mastros, tornando-o muito móvel.

Neste novo esquema (figura 2) o BTm e a CTm são responsáveis pela instalação, exploração e manutenção de todos os sistemas de comutação/roteamento e transporte de sinal. Os utilizadores são quem instalam, exploram e mantêm os próprios equipamentos.

Os utilizadores serão todos os militares a quem seja atribuído um terminal de uma qualquer aplicação. A responsabilidade de operação dos terminais de utilizador fica a cargo dos militares a quem estes forem distribuídos, como exemplo pode referir-se o SICCE, que não será operado por operadores formados especificamente para esse fim, mas sim pelo militar cuja função implique a atribuição de um terminal desta aplicação.

O novo conceito de CCom apresentado anteriormente não é alterado face às diferenças substanciais referidas para o apoio CSI de uma UEO ou de uma força apoiada por um sistema orientado e alicerçado na disponibilização de meios e redes de comunicações.

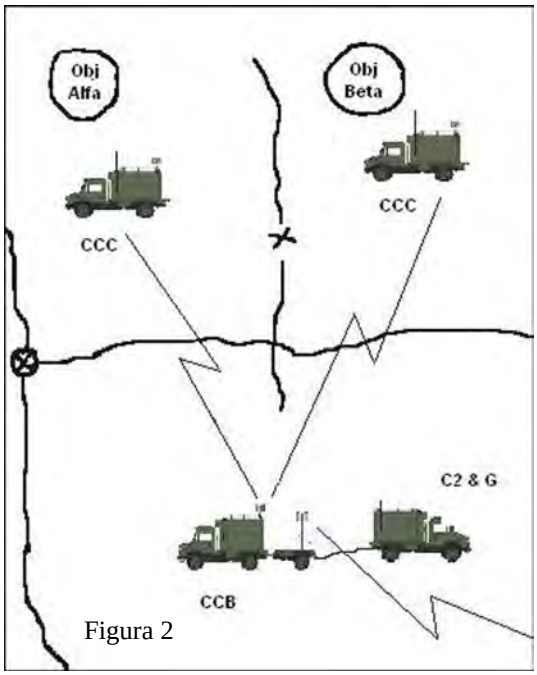


Figura 2

5. Organização CSI de apoio às Brigadas

A estrutura CSI de apoio a uma Brigada é desenhada para estabelecer essencialmente o funcionamento em rede dos Batalhões Operacionais, das Companhias Operacionais, dos PC de Brigada, dos módulos para projeção de FND e das Companhias de Transmissões.

A unidade escalão tipo para apoio de uma Brigada em operações num teatro, em treino operacional e em exercícios é o Batalhão, no entanto, a Brigada tem organicamente uma Companhia de Transmissões para apoio na área CSI.

a. As unidades de apoio em comunicações

O Exército tem, como um dos pilares indispensável ao C2, as unidades de transmissões, que estão organizadas para apoiar o treino e o emprego das forças e estão preparadas com as condições necessárias para que cumpram as missões que lhe estão atribuídas e lhe permitam conduzir e participar nas várias operações.

A unidade que tem como missão principal instalar e manter o SIC-T, necessário ao exercício do C2 de uma Brigada, e prestar apoio em caso de empenhamento num Teatro de Operações (TO), é o Comando do Batalhão de Transmissões[3] (BTm) que está vocacionada para empregar e garantir o apoio CSI a uma Brigada e integra o sistema de comando que compreende três níveis; as Comunicações que visam o transporte da informação, a Informação necessária para a tomada da decisão e o C2 que apoia o Comandante na tomada da decisão e no controlo das operações.

A Companhia de Transmissões de Apoio[3] (CTmAp) integra o sistema de C2, caracterizado pela integração e direção de todos os outros sistemas, é uma unidade das Forças de Apoio Geral vocacionada para garantir apoio adicional em comunicações. Está preparada para garantir o apoio em comunicações a todas as forças do SFN que não disponham de Unidade de apoio CSI e assegurar o apoio adicional em comunicações a uma Brigada quando a área de operações assim o exigir.

As Companhias de Transmissões[3] orgânicas de uma Brigada têm como missão a de instalar e manter o SIC-T, necessário ao exercício do C2, assegurar o seu funcionamento e apoiar em comunicações os PC de Brigada.

Esta assegura o funcionamento do SIC-T, necessário ao exercício do C2 da Brigada, se as necessidades operacionais não exigirem o emprego de um Batalhão de Transmissões e estabelece ligação entre o Comando e as subunidades da Brigada.

b. Os CCom de Apoio de uma Brigada

De acordo com os documentos de referência, podemos encontrar os conceitos de apoio baseados na instalação de dois tipos de CCom para apoio de uma brigada, o CCom de Comando e o de Área.

O CCom de Comando destina-se a apoiar um PC específico, sendo solidário com os seus deslocamentos. Apoia também, na medida do possível, determinadas unidades localizadas nas suas imediações.

O CCom de Área apoia uma determinada área, servindo todas as unidades que nela se encontrem ou que por lá transitem e que necessitem de apoio. O deslocamento desses centros faz-se de acordo com alterações significativas do dispositivo tático adotado para uma determinada situação.

A organização de qualquer um dos CCom definidos para apoiar uma Brigada tem sempre em conta todos os princípios enunciados anteriormente, bem como as características da evolução tecnológica que permitem a flexibilização, a automatização e a interoperabilidade dos meios e dos recursos existentes e os coloca permanentemente disponíveis.

Um CCom instala, mantém e opera fundamentalmente a infraestrutura de comunicações que integra todos os meios disponíveis, colocando à disposição de todos os utilizadores das redes a instalar, as comunicações por voz, de dados, os meios rádio, os feixes hertzianos (FHz) e os equipamentos de segurança necessários para o transporte da informação.

O CCom permite que os utilizadores tenham acesso aos meios de comunicações fundamentais para o C2 das operações, tais como a rede telefónica, o correio eletrónico, o serviço de mensagens, os rádios, a cifra, a vídeoconferência e o SICCE, e assim proporcionar a interligação entre os CCom e entre todos os utilizadores das unidades da Brigada.

Nas responsabilidades da instalação dos meios da área CSI, dentro do quadro das operações em rede, deve ser considerada a seguinte sequência de procedimentos; a implementação, a configuração e controlo e reconfiguração da rede, e finalmente assegurar os requisitos de segurança.

Um CCom de apoio às operações de uma Brigada deve ser preparado para instalar os meios e equipamentos de forma a apoiar o funcionamento das seguintes redes e sistemas:

(1) Sistemas de Informação de Comando e Controlo:

(a) Sistema de Informação para o Comando e Controlo do Exército (SICCE);

(b) Web Information Services Environment (WISE);

(c) Correio Eletrónico;

(d) Vídeo-Conferência (VTC).

(2) Comunicações de Voz:

(a) Rede Rádio VHF/FM;

(b) Rede Telefónica de Campanha.

(3) Comunicações Seguras.

(4) Sistemas de Comunicações:

(a) Rede Telefónica de Campanha;

(b) Redes Rádio VHF/FM;

(c) Rede Rádio HF de Comando.

O CCom de apoio de uma brigada, apesar das redes a serem instaladas e dos conceitos encontrados nos manuais escolares, não alteram o propósito de renovar o conceito de CCom, pois as companhias das brigadas ainda a operar os equipamentos de décadas, estão a conseguir organizar o apoio CSI de acordo com o conceito de disponibilização de meios e redes de comunicações por voz, dados e vídeo, numa tentativa de aproximar o conceito de apoio com as características e possibilidades das novas tecnologias de informação e aos sistemas de informação e comunicações (SIC-Op e SIC-T) apresentados anteriormente.

6. Conclusões

Com vista a contribuir para o conceito de CCom e sua organização, foi estudada e esquematizada toda a envolvente relativa às noções de apoio da áreas CSI e das estruturas organizacionais CSI do Exército. A arquitetura, a organização e a articulação entre os SIC do Exército permitem definir e reduzir os recursos que estão envolvidos na prestação do apoio, e assim, contribuir para a simplificação da missão da Arma de Transmissões.

Subsiste uma certa dificuldade em prever o impacto das novas tecnologias de informação, embora se possam antever alguns contornos de excelência, como a maior facilidade e rapidez de acesso à informação, a coordenação eficaz de utilizadores, que se encontram dispersos geograficamente, o C2 das operações e a participação nas atividades de gestão dos recursos.

As novas tecnologias favorecem a tendência para que as forças não detenham fronteiras demarcadas em relação ao campo de batalha e permitam operar os meios cada vez mais "em rede", interligando-se com outras forças e, dentro delas, com os seus utilizadores, operando cada vez mais ligados em tempo real. Este facto impõe uma grande mudança de comportamentos e de atitudes por parte dos utilizadores e decisores do sistema.

Os recursos humanos constituem um recurso estratégico, em virtude da elevada criatividade que possuem e do potencial que representam, por isso, devido ao seu valor e grande escassez, é necessário que sejam considerados como um investimento, devendo apostar-se na formação e no treino.

O apoio de comunicações tem atualmente um significado diferente do utilizado num conceito de utilização dos meios e de concentração de centros específicos na sua operacionalização, em que determinadas tarefas são executadas por elementos da arma de transmissões.

O apoio em comunicações e sistemas de informação deverá ser prestado através da implementação em rede, assente em equipamentos e tecnologias que garantam a total interoperabilidade e integração nos SIC e a continuidade de uma gestão integrada de forma a disponibilizar os meios e redes de comunicações por voz, dados e vídeo a todos os utilizadores que operam na rede.

A produção e aperfeiçoamento dos sistemas de arquivos e de recuperação de dados, gestão de correio e telecomunicações, produção e manutenção de aplicações de documentos essenciais é um caminho a percorrer no sentido de tornar úteis as funções que exercemos e acautelar eventuais negligências da conservação em memória (arquivamento).

O sentimento de segurança contribui para dar credibilidade às capacidades e potencialidades dos sistemas. Mais do que um simples produto ou tecnologia, que se pode adquirir, aplicar e esquecer, a segurança deverá ser encarada de forma integrada com as necessidades imperativas do Exército, vistas como um processo em permanente evolução que requer uma enorme capacidade para provocar e gerir mudanças, tanto nas rotinas e comportamentos, como nas infraestruturas tecnológicas e organizativas.

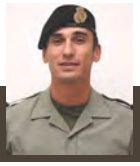
Com o novo conceito de Centro de Comunicações definido de uma forma genérica, pretende-se abraçar uma nova fase das transmissões, apresentando a nova ideia de apoio CSI e ainda a introdução de um novo "*modus operandi*", baseado na disponibilização dos meios e redes de comunicações por voz, dados e vídeo através dos sistemas de transmissão operados pelas unidades de transmissões, tornando-se, por conseguinte, importante e urgente a inserção nos manuais escolares deste novo conceito.

---

[1] *Information Assurance*.
[2] *Network Centric Warfare*.
[3] *In* quadro orgânico de pessoal da unidade, estabelecimento, ou órgão.
[4] *In* relatório final do projeto inicial de implementação do SIC-T, CFT/DCSI, novembro de 2006.
[5] *Internet protocol*.
[6] WAS – *Wide Area Subsystem*.
[7] Sistema Integrado de Comunicações Militares.
[8] LAS – *Local Area Subsystem*.
[9] MS – *Mobile Subsystem*.
[10] SMCS – *System Management and Control SubSystem*.

Referências:

a) *Manual de Comunicações de Campanha*, EPT.
b) *Manual de Exploração de Transmissões*, EPT, 2001.
c) *QO Pessoal da DCSI, RTm, BTm e Companhias de Tm*.
d) *Relatório Final do Projeto Inicial de Implementação do SIC-T, CFT/DCSI*, novembro de 2006.
e) *FM 6.0 Mission Command: Command and Control of Army Forces*, 2003.
f) *FM 24-1 Transmissões de campanha*, 1976.
g) *FM 24-12 Communications in a "Come-As-You-Are" War*.
h) *FM 11-45 Signal Support to Theater Operations*, 1999.
i) *FM 11-30 MSE Communications in the Corps/Division*, 1991.
j) *ACP 121(F) Communication Instructions General*, 1983.



Alferes RC Nelson Cavaco

ORQUESTRA LIGEIRA DO EXÉRCITO

35 anos a dar música

Experimente bater com as mãos uma na outra. Se produzir som acaba de dar o primeiro passo para criar música. Criar música não é tão linear assim, mas a base da sua sustenção assenta na produção de som – sua matéria-prima. Próximo desafio: tentar imaginar quando e quem terá criado música pela primeira vez.

Estipular com exatidão quando é que o homem começou a fazer música é uma tarefa que obriga a uma tremenda regressão no tempo. Crê-se que terá sido no período Terciário, que por auxilio de bastões e percussão corporal, a música se deu a conhecer ao mundo.

Contudo, sabe-se com extrema exatidão que no dia 17 de maio de 1979, a Orquestra Ligeira do Exército (OLE), deu o seu primeiro passo no mundo da música, começando também ela, por auxílio de "bastões" a percutir os seus tambores, entre muitas outras potencialidades que a sua estrutura permite explorar, pela riqueza e variedade de instrumentos que tem ao seu dispor.

A história de vida da OLE

No Decreto-Lei n.º 133/79, de quinta-feira, 17 de maio de 1979, promulgado pelo então Presidente da República, General António Ramalho Eanes, lê-se no Art.º 3.º o seguinte trecho: "É criada a Orquestra Ligeira do Exército."

A necessidade do Exército reorganizar as suas bandas de música e fanfarras abriu as portas para que a OLE fosse criada. Nasce, no entanto, do legado de um agrupamento musical militar criado pela Região Militar de Lisboa, que no início dos anos 70 fez furor num programa radiofónico da RDP. Quer isto dizer que em 1979 colocam-se os pontos nos "is" num projeto que já vinha a dar os seus primeiros passos desde há dois anos, sendo no entanto assumido o ano de 1977 para efeitos de idade.

O agrupamento já existente encontrava-se instalado no RALIS (atual Regimento de Transportes). Mais tarde foi transferido para o Regimento de Lanceiros 2 e, aquando da concretização da

OLE, mudaram-se em definitivo para a atual casa, o Centro Militar de Eletrónica (CME), em Paço de Arcos.

Acoplado a esse agrupamento que constituiu o embrião da OLE estava a Banda do Batalhão de Caçadores N.º5, que entre outros, contou com as prestações de alguns nomes da praça pública, como é o caso de Fernando Tordo e António Sala.

Outros nomes incontornáveis da música que fazem igualmente parte do seu historial, são os de Mário Rui, Mário Laginha, Carlos Marques, entre outros, que de certo modo contribuíram também para a qualidade que lhe é hoje associada.

A sua criação não foi fácil e, inicialmente, foram várias as adversidades com que a OLE batalhou aquando da sua constituição. Exemplo de uma delas foi a integração de teclistas, elemento que na altura não existia no seio musical do Exército. Essa lacuna foi suprimida com o recrutamento de civis, que era efetuado em Lisboa, na Praça do Comércio. Tal necessidade surgiu da complexidade estrutural e grau artístico elevado que se preconizou para a OLE.

Uma das teorias evangelizada para ultrapassar este contratempo foi a criação de uma orquestra com ligação aos outros ramos das Forças Armadas, idealizando-se assim uma maior facilidade de recrutamento para as suas fileiras. Situação que não se veio a verificar devido a oposições e a problemas de ordem burocráticos e logísticos.

Na história da sua fundação ficam os nomes de diversas figuras do Exército, que após variadas reuniões conseguiram ultrapassar os mais diversos obstáculos com que se depararam, no desejo da concretização da OLE. Foram eles: General Firmino Miguel; General Melo Egídio; General Calisto; General Tomé Pinto; Capitão Amílcar Morais, entre outros.

Hoje, no CME, ao se entrar no espaço que constitui a OLE propriamente dita, encontra-se o lugar onde diariamente se afinam vozes e instrumentos. No corredor, uma porta dá acesso a uma sala reservada aos trofeus/lembranças elucidativas da vida, das viagens, das experiências e do valor desta orquestra ímpar em Portugal.

Na sua história ficam também os nomes daqueles que têm feito da OLE uma embaixadora do Exército no campo musical. A dirigi-la esteve o Capitão Amílcar Morais, seu primeiro maestro, a quem se seguiu o Sargento-Mor Álvaro Reis, o Sargento-Mor Joaquim Mestre, o Tenente-Coronel Reginaldo Alves, o Major Fernando Moreira, o Sargento-Mor José Rodrigues, o Tenente-Coronel Jacinto Montezo, o Capitão João Oliveira, o Sargento-Mor Rogério Silva, o Sargento-Chefe Luís Silva, o Tenente Alexandre Coelho e, atualmente, o Major João Basílio, não esquecendo os diversos músicos que por eles têm sido conduzidos.

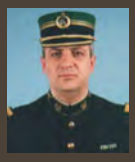
Missão da OLE

O produto final de um conjunto musical corresponde sempre em proporcionar um espetáculo de qualidade. Na OLE adiciona-se-lhe a obrigação de representar dignamente o Exército nas mais diversas atuações para que é solicitada.

A missão é contudo algo que deve estar sempre presente em qualquer instituição/entidade. Requisitada para atuar nos mais variados eventos, a OLE absorve a missão geral do Exército à qual se soma/acrescenta a sua missão de execução de composições de música ligeira nas suas atividades culturais e recreativas ou de divulgação do Exército.

Chefes da Orquestra Ligeira do Exército

Por ordem decrescente: Cap A. Morais; SMor A. Reis; SMor J. Mestre; TCor R. Neves; Maj F. Moreira; SMor J. Rodrigues; TCor J. Montezo; Cap J. Oliveira; SMor R. Silva; SCh L. Silva; Ten A. Coelho.



Cabe-lhe representar o Exército, ou, no seu geral, as Forças Armadas, contribuir para a valorização cultural e recreação do pessoal militar e civil e incrementar o gosto pela música portuguesa, no sentido de salvaguardar a sua cultura musical, para que deverá recolher, instrumentar e difundir temas de raiz popular.

Este papel cultural que a Orquestra desempenha, fazendo chegar a música de vários estilos e épocas a diversos locais do País, assume-se como uma mais-valia na vertente de aproximação do Exército à população civil.

É com base nestas premissas que a OLE desempenha as suas funções e leva a sua música aos mais diversos pontos do país e não só. Por ocasião dos 30 anos do 25 de Abril, a convite do gabinete do Secretário de Estado das Comunidades Portuguesas, a OLE efetuou uma digressão por França e Andorra, reafirmando a imagem da instituição castrense e difundido a identidade portuguesa.

Atesta também a sua qualidade, a medalha de Serviços Distintos de Grau Ouro que lhe foi atribuída em 16 de julho de 2008, pelo Presidente da República, Aníbal Cavaco Silva. A medalha destina-se a galardoar serviços de caráter militar, relevantes e extraordinários, ou atos notáveis de qualquer natureza ligados à vida da instituição militar, de que resulte, em qualquer dos casos, honra e lustre para a Pátria ou para a própria instituição.

Identidade única no seio militar

A atividade musical cresceu assente numa função utilitária que embora ainda perdure atualmente, já não representa a sua única finalidade, a partir do momento em que se adquiriu a noção de arte da música.

A música caminhou par-a-par com funções religiosas, comunicativas, de lazer, em atividades de propaganda e, como ainda se pode comprovar no seio militar, em funções militares/trabalho.

O conjunto de instrumentos que a OLE apresenta e a sua contemporaneidade, distancia-a de uma banda militar de repertório tipicamente militar, dissocia-a de um carater funcionalista, e vinca a sua vertente estética designada a ser apreciada num ambiente designado.

É composta por cinco saxofones, quatro trompetes, quatro trombones, um teclado, guitarra, viola baixo, bateria e percussão e três vocalistas, assentes numa estrutura em género Big-Band.

O género Big-Band é uma expressão que reporta aos anos 30 do século passado como uma das formações mais utilizadas pelos artistas de Jazz. Ao nível de produto final assume a postura de orquestra ligeira devido ao caráter dos temas executados.

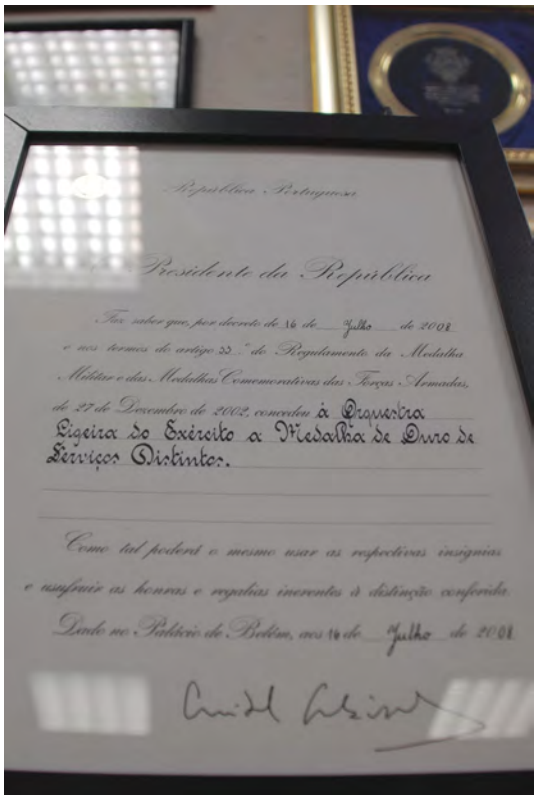
Essa influência também é notada pela introdução de reportório jazzístico, mas sobrepõem-se a essa influência o trabalho de recolha, instrumentação e difusão de temas populares. O arranjo que conferem aos temas vinca o seu estilo musical muito diferente de uma banda.

O seu reportório de arquivo é vasto e rico mas existe sempre a preocupação de constante renovação e atualização com base na aposta nos grandes clássicos e nas novidades, adaptando-se à realidade e mantendo uma atitude atual.

Podem-se escutar temas da música ligeira portuguesa (Paulo de Carvalho, Fernando Tordo, etc.), fados (Carlos do Carmo, Amália Rodrigues, etc.) e músicas tradicionais portuguesas, nomes do panorama rock internacional (ABBA, Queen, Beatles, etc.), aos temas mais atuais como são exemplo os de Amy Winehouse.

Esta orquestração tem em cada um dos seus elementos um pilar. O todo funciona conjugando o talento de cada um e o papel específico que cada elemento adquire torna-o num solista.

A dificuldade de adaptação a este estilo torna a substituição de um elemento uma tarefa complicada, pelo que entre os seus elementos existe uma espécie de "acordo de cavalheiros" que os proíbe, sobre qualquer circunstância de faltar a um con-



certo. Independente do problema, um músico da OLE "não pode falhar".

Estes têm que estar preparados para interpretar os mais variados estilos musicais que a orquestra executa, tarefa que solicita, quer aos executantes quer ao maestro, sentido de criatividade e sensibilidade.

É de acordo com esta postura que a OLE seleciona o seu repertório, conferindo aos temas um arranjo que valoriza simultaneamente o tema original e a orquestra.

Muitas vezes, é esta espécie de fórmula mágica que faz com que determinados temas sejam executados um pouco por toda a parte, conseguindo-se uma maior aproximação das pessoas à música.

Entre a estrada e o estúdio…

São muitas horas em conjunto. Ouvir falar da OLE pela boca de um dos seus elementos é como ouvir falar de uma criança que é dependente de terceiros. E, na realidade, a Orquestra depende de vários "terceiros".

Só no ano de 2011 a OLE percorreu um total de 8.089 quilómetros, com deslocações que foram desde Chaves até Tavira, o que dava para percorrer em linha reta o território nacional cerca de 12 vezes.

Ao número de horas que todas estas deslocações representam adiciona-se o número de horas para ensaios conjuntos que realizam diariamente e, na soma total, perde-se o fio à meada.

À condição de militares adiciona-se a condição de músicos, cujos princípios se coadunam e obrigam ao esforço, dedicação e devoção para representar condignamente a instituição militar, cuja história se funde com o nascimento de Portugal.

Aqui reside uma das diferenciações para com uma orquestra civil. À estrutura e disciplina militar, junta-se o elevado grau artístico que é seu estandarte.

Esta qualidade que lhe é reconhecida é conseguida por meio de ensaios coletivos, ensaios individuais e a necessidade de estudo para atualização e constante evolução, ao que se junta a formação que vários elementos adquirem no exterior e transportam para a orquestra.

A frequência de cursos superiores e mestrados na área da música, valorizam não só o músico como a OLE, que absorve em última instância essa qualidade individual.

O que para o espetador comum não passa de um conjunto musical é para os seus 25 elementos uma segunda família e uma responsabilidade de 35 anos de história, cultura e qualidade à qual dedicam grande parte do seu tempo. Esta dedicação e o constante aperfeiçoamento são o que faz da OLE uma embaixadora do Exército Português.

O autor agradece a colaboração da Alferes Cindy Ferreira, do Sargento-Mor Joaquim Mestre e do 1º Sargento Simão Silva.

Regimento de Cavalaria N.º 6
Passado, presente e futuro

O Regimento de Cavalaria N.º 6 (RC6) celebrou, no dia 21 de julho de 2012, trezentos e três anos de história. Uma Unidade Militar que tem um passado marcado pela fama, honra e glória que estão sublimadas nas mais altas condecorações que o seu estandarte ostenta: Oficial da Torre Espada, de Valor, Lealdade e Mérito; Comendador da Torre Espada, de Valor, Lealdade e Mérito; duas Cruzes de Guerra de 1ª Classe e a mais recente, imposta no corrente ano, a Medalha de Serviços Distintos Grau Ouro, que evoca a memória, a ousadia, o desassombro e o inexcedível trabalho de gerações de Oficiais, Sargentos, Praças e Funcionários Civis que serviram e continuam a servir Portugal, em operações nos quatro cantos do mundo, e em tempo de paz nesta parcela de cidadania, situada na cidade de Braga.

Ao longo dos últimos três anos o efetivo médio do RC6 oscilou entre os cerca de 435 e os 550 militares, distribuídos pelos dois encargos operacionais – Esquadrão de Reconhecimento (ERec) e Grupo de Autometralhadoras (GAM) – e pelo Esquadrão de Comando e Serviços (ECS).

A tarefa de elaborar um texto, com poucas páginas, sobre o passado, sobre o presente e deixando algumas pistas para o futuro não é uma tarefa fácil, pela riqueza de uma instituição multisecular.

Nos últimos anos, todos quantos servem nesta Unidade tiveram o privilégio de testemunhar uma extraordinária evolução na busca incessante da excelência e da modernidade: aumento do número de efetivos, na forma diferente de olhar para o binómio homem-missão, o crescente apetrechamento com novas viaturas e equipamentos para melhor cumprir a missão, nas múltiplas obras de

beneficiação das infraestruturas para melhorar as condições de trabalho e vivência dos militares, o culto da Família Militar e uma abertura à sociedade civil sem precedentes. Vamos então iniciar uma pequena viagem pelo Regimento de Cavalaria N.º 6, a casa dos *Dragões d´Entre Douro e Minho*…

Um pouco de história

O Regimento teve a sua génese no dealbar do século XVII, nos Regimentos de Cavalaria de Trás-os-Montes, onde na referência mais antiga, de 1709, na cidade de Chaves, era denominado de Regimento de Dragões de Trás-os-Montes. Ao longo destes séculos foi assumindo diferentes nomes e passando por diversas cidades, das quais se destacam, Bragança, Castelo Branco, Monção, Miranda do Douro, Porto e, por último, Braga.

No dia 31 de julho de 1979, foi transferido do Porto para Braga, onde ficou aboletado no Quartel do Areal de Cima, ocupando as instalações do Regimento de Infantaria N.º 8, com a designação de Regimento de Cavalaria de Braga, retomando o seu número de origem, RC 6, no dia 14 de julho de 1993.

O Regimento possui um passado memorável, plasmado na participação nas Campanhas da Guerra Peninsular, a partir de 1810; nas Campanhas de 1835 a 1837 integrando a Divisão Auxiliar a Espanha na luta contra os «Carlistas», onde tomou parte em diversas batalhas, das quais a mais notável é Armigñon; nas Campanhas entre Absolutistas e Liberais, no sul de Angola no período de 1914 a 1915; nas Campanhas da Índia de 1958 a 1962 e das ex-provícias ultramarinas, de 1961 a 1974, para onde foram mobilizados 106 Pelotões de Reconhecimento equipados com a viatura Daimler, para além de alguns Esquadrões de Reconhecimento Expedicionários.

O dia da Unidade, 21 de julho, está associado a um feito em campanha, onde o Regimento se notabilizou, honrando a Pátria e a Cavalaria Portuguesa em terras de Espanha – Armigñon – no dia 21 de julho de 1837, numa batalha, onde frente a frente, se bateram forças da Divisão Auxiliar Portuguesa, ao lado das forças afetas a Isabel II de Espanha, contra as do seu tio Infante D. Carlos, na Guerra da Sucessão de Espanha.

Nesta batalha, ao raiar da aurora, o 1º Esquadrão do RC6, sob o comando sábio, audacioso e heroico do Capitão Rodrigo Hilário de Brito Fragoso, ao sentir a Divisão Auxiliar seriamente ameaçada, executou com originalidade, sobre um inimigo numericamente muito superior, o inesperado: mais do que uma carga de cavalaria, uma contra carga, pondo em debandada a cavalaria Carlista que se havia lançado sobre as tropas da Divisão, salvando-a da derrota eminente, consolidando desta forma a vitória das forças Portuguesas. Este feito ilustra uma das páginas de mais subida glória, das mais belas e brilhantes da história do nosso Regimento. Recordamos este dia, não só pela retumbante vitória sobre o inimigo, numericamente superior, mas também pela coragem, ousadia, desassombro e determinação, bem cavaleiras, dos militares que conduziram e realizaram esta memorável, extraordinária e gloriosa Carga de Cavalaria que ficou conhecida, para todo o sempre, pela "Carga de Arminõn". O Comandante e doze praças do Esquadrão foram condecorados, pela Rainha D. Maria II, com a Medalha de Cavaleiro da Antiga e Mui Nobre Ordem da Torre e Espada de Valor Lealdade e Mérito.

Treino, formação e desporto

O Comando tem feito uma grande aposta no treino operacional e na formação. Apesar de todos os condicionamentos económicos, os dois Encargos Operacionais – GAM e ERec – têm cumprido o seu plano de treino, quer dentro da Unidade, quer no exterior com especial enfoque para as serras da Cabreira e dos Carvalhos, ou no Campo Militar de Santa Margarida. Com enorme espírito de proatividade e de racionalização de meios têm sido realizados os necessários treinos aos níveis Secção, Pelotão, Esquadrão e Grupo, com mais de 30 exercícios efetuados nos dois últimos anos.

Ao nível da formação, para além da valorização permanente dos nosso quadros e praças, das escolas de quadros para o pessoal do Quadro Permanente e do Regime de Contrato, destacam-se as múltiplas iniciativas no âmbito da formação do Reconhecimento Validação e Certificação de Competências (RVCC), com a certificação de 160 formandos, cursos de inglês e de socorrismo e ainda o refrescamento de formação das Viaturas Blindadas de Reconhecimento Pandur II 8x8, na modalidade de *e-learning*, com a utilização da sala multimédia do Regimento. A outros níveis todos os militares têm tido oportunidade para participar em conferências, palestras, seminários e cursos que tem contribuído para a valorização profissional e pessoal.

Uma grande aposta tem sido realizada na componente física, onde podemos mencionar a realização de um programa específico de educação física militar aos mais diversos escalões e um forte incentivo na organização e participação nas diversas competições desportivas militares e outras que o Regimento organiza, coorganiza e/ou participa: tiro, pentatlo, corrida e orientação, futebol de salão, provas de hipismo, provas de atletismo, torneios de golfe, entre outras. Em todas estas provas, os militares do RC6 procuram alcançar a excelência, consubstanciada nos resultados alcançados. Não podemos deixar de referir a excelente organização e participação nas corridas da "Amizade" e "S. Silvestre", I e II Torneios de Golfe dos *Dragões D'Entre Douro e Minho*, abertos à sociedade civil, onde têm participado muitas centenas de atletas.

Todas estas iniciativas denominadas "RC6 em movimento" tem por finalidade a valorização, o desenvolvimento e a manutenção da forma física e contribuir para elevar o moral, o bem-estar e a autoestima dos militares do "6".

Participação em FND

Desde 1998, o RC6 foi e continua a ser uma referência no aprontamento de Forças Nacionais Destacadas (FND) pela larga experiencia dos militares que serviram debaixo da égide das Nações Unidas e/ou da NATO, nos Teatros de Operações (TO) da Bósnia-Herzegovina, Timor Leste, Kosovo e Afeganistão. O "6", tendo sido a primeira unidade de Cavalaria do Exército Português a participar em FND, contribuiu com forças constituídas em onze contingentes, num total de cerca de

2.000 militares, que contribuíram voluntariamente para um esforço global da Brigada de Intervenção que acumulou cerca de 7.100 militares.

Nestes TO, os contingentes desta Unidade experimentaram ambientes operacionais diversos onde desempenharam diferentes missões, abrangendo um vasto leque de tarefas das operações de resposta a crises, tais como: escoltas, patrulhamentos, montagem e operação de postos de fiscalização de circulação, controlo de tumultos, operações de cerco e busca, segurança a pontos sensíveis, formação a outras forças, entre muitas outras. Desta forma a participação dos militares do "6" em FND, e a sua interação com forças e agentes governamentais e não-governamentais, deixou a sua marca, tendo contribuído com o seu *modus operandi*, neutralidade e imparcialidade para a "pegada da paz" e estabilidade locais, regionais e globais e o seu desempenho considerado extremamente positivo, tendo sido por diversas vezes reconhecido pelos atores governamentais e não-governamentais e elogiado e louvado pelos comandos e contingentes internacionais presentes nos vários TO.

Infraestruturas

Nestes últimos anos, o quartel tem sofrido uma profunda restruturação a nível das instalações, visando melhorar as condições de trabalho e vida de todos os militares, sem esquecer a necessária adaptação aos novos desafios. Deixamos aqui enumeradas as principais obras realizadas:

- Reconstrução de todo o edifício onde decorrem as atividades do Dia da Defesa Nacional;
- Remodelação das seis casernas: fecho dos compartimentos, instalação de aquecimento central e caixilharias de alumínio com corte térmico, remodelação das instalações sanitárias, redes de água, gás e elétricas;
- Transformação de um telheiro de formação em mini ginásio e consequente apetrechamento;
- Colocação de coberturas novas nas casernas, messe de Oficiais, oficinas e parque do ECS/RC6;
- Remodelação completa e equipamento da sala e bar de Praças;
- Obras de melhoria na cozinha do rancho geral estando em fase de conclusão a implementação do HACCP (sistema de segurança alimentar criado para prevenir a ocorrência de potenciais problemas durante o manuseamento e confeção dos alimentos);
- Construção de novos telheiros, oficinas e fossas para acolher as novas viaturas blindadas Pandur II 8x8;
- Colocação de caixilharias de alumínio nas portas e janelas do refeitório geral e em outros edifícios;
- Asfaltamento de algumas ruas no interior da unidade;
- Construção de diversos muros de suporte de terras nos terrenos anexos e campo de obstáculos;
- Instalação de um sistema de controlo de acessos, de controlo de ronda e de videovigilância digitais no paiol, nas arrecadações de material de guerra e na casa da guarda;
- Requalificação, eletrificação e mecanização da linha de alvos e implementação de um sistema de recolha de chumbo automático na carreira de tiro de 25 metros;

- Outras obras de menor dimensão, mas decisivas para melhorar as condições de trabalho e vida de quantos nesta "casa" servem Portugal.

Dia de Defesa Nacional

No âmbito da divulgação do Dia da Defesa Nacional (DDN), o RC6 assume, no panorama nacional, um lugar de destaque, visto que é o Centro de Divulgação do DDN que mais jovens cidadãos recebe, de ambos os géneros, dos distritos de Braga e de Viana do Castelo, ao longo de 144 dias, à razão de cerca 130 por dia, num total de cerca de 17.500 por ano, que se apresentam nesta Unidade, para cumprir a sua obrigação militar – o Dia da Defesa Nacional. Desde 2004, cerca de 80.000 jovens passaram pelo "6", estabelecendo um primeiro contacto com as Forças Armadas Portuguesas, Exército, Marinha e Força Aérea, despertando para a instituição castrense e para as responsabilidades da defesa nacional.

A digitalização da Unidade

Passos largos foram dados para a completa digitalização da Unidade. Depois de algum tempo de aperfeiçoamento e do natural período de adaptação, a digitalização do Regimento consubstancia uma enorme poupança de papel, tinteiros e de tempo, fruto da implementação do despacho, distribuição e sistemas de requisição digitais.

O parque informático foi renovado com recurso a *desktops*, *laptops*, *tablets*, quadros interativos e outros dispositivos digitais que tornaram a vida quotidiana e o Comando e Controlo da Unidade e nas subunidades mais simples, rápido, eficiente e eficaz. Com a mesma finalidade foram desenhados, construídos e implementados quiosques multimédia em todos os esquadrões, nas messes e bares, onde com um simples touch, todas as pessoas podem consultar a ordem e as diversas escalas de serviço, diretivas, álbuns de fotografias, para além de uma diversificada informação útil a todos os militares. No "6" todos pensam digital e já é muito raro vermos uma pessoa com uma folha de papel na mão…

Portas abertas à sociedade

O RC6 desenvolveu e materializou uma política de abertura à sociedade civil, num esforço de cooperação e de procura de novas sinergias que deem a conhecer e potenciem a imagem e a visibilidade da instituição militar.

Muitos têm sido os protocolos com Câmaras Municipais, Universidades e outras instituições.

O Quartel é hoje uma referência incontornável no panorama cultural, social, desportivo e solidário da região do Norte de Portugal.

Os militares do "6" têm participado nas mais diversas campanhas de solidariedade, nomeadamente no apoio aos bancos alimentares contra a fome e de recolha de sangue, na recolha e transporte de "tampinhas" para cadeiras de rodas, etc.. Dentro da Unidade muitas campanhas foram realizadas com o intuito de recolher alimentos, rou-

pas, livros, brinquedos que posteriormente são entregues a Instituições de Solidariedade Social locais e regionais.

Nos últimos dois anos o RC 6 recebeu mais de 5.500 alunos, vindos das escolas dos concelhos da sua área de responsabilidade – distritos de Braga e Viana do Castelo – e apoiou cerca de 150 instituições e empresas, com a realização de atividades dentro e fora da Unidade, cedendo tendas e outros materiais e equipamentos e/ou instalações. Registam-se, ainda, 27 Guardas de Honra e 15 Cerimónias Militares, que ajudaram a elevar e preservar os valores da cidadania e a prestigiar o Exército.

Outra expressão de apoio à sociedade civil é efetivada no auxílio à Autoridade Nacional de Proteção Civil, durante o inverno na prevenção e apoio em caso de cheias e no verão com ações de patrulhamento e de rescaldo pós incêndio, tendo sido empenhados 22 Pelotões, nos dois últimos anos.

O Regimento é, muitas vezes, procurado para dar apoio a cerimónias de ex-combatentes, procissões e outros eventos religiosos, potenciando, com o sancionamento superior, o exercício da cidadania e da condição militar.

Família militar

Este é um tema caro ao Comando e Estado-Maior do Regimento e aos comandantes das subunidades. Neste âmbito, foram planeadas e conduzidas várias iniciativas, corporativas e solidárias, na direção da família militar, em torno dos valores que nos são próprios e caros mas, acima de tudo, para sublimar a ausência imposta pela "condição militar", que nos distingue dos demais cidadãos. Merecem referência, pela irreverência, o *rafting* e o *karting*; pela magia, as noites de fado, os torneios de golfe, os concertos no Theatro Circo, no âmbito das comemorações do dia da Unidade e, por último, a descida do rio Douro. Nos *Dragões d' Entre Douro e Minho* cultiva-se a família, os amigos, o local de trabalho e olha-se com subida elevação para a relação que se pretende biunívoca – dar e receber.

Conclusão

Pese embora as dificuldades económicas que o país atravessa, esta Unidade tem todas as condições para continuar a ser uma plataforma de encontro e diálogo de excelência entre a sociedade civil e a instituição militar, no sentido de marcar, pela diferença e inovação permanente, na procura constante de sinergias que levem ao natural cumprimento da missão, o nosso único farol.

Pela qualidade e quantidade dos homens e mulheres que servem nesta Unidade, pela crescente modernização com meios tecnológicos avançados (viaturas e materiais) e com o querer que é caraterístico de todos os *Dragões de Entre Douro e Minho*, podemos afirmar, sem reservas, que um futuro promissor está à nossa frente. Com coragem, bravura, audácia, valentia, e porque não dizê-lo com a necessária ousadia e desassombro tipicamente cavaleiros, estamos prontos para continuar a cumprir Portugal, em qualquer parte do mundo.

Apresentação do livro *Viver Academia Militar*

Aquando da Cerimónia de Abertura Solene do Ano letivo da Academia Militar (AM), no dia 7 de novembro, foi também apresentado o livro *Viver Academia Militar*, pelo coordenador e co-autor da obra, o Coronel Tirocinado de Artilharia João Vieira Borges.

Na presença da Dr.ª Margarida Oliveira (da editora BytheBook), do Mestre António Homem Cardoso, do Tenente-Coronel Carlos Mendes Dias e do Tenente GNR Medicina Bruno Carvalho. Desta apresentação vários foram os excertos que poderíamos destacar e que dão enfâse e são sobretudo um agradecimento a todos quantos acreditaram no projeto e nele colaboraram. Não obstante, destacamos o seguinte: "[…] *Viver Academia Militar* transmite, através das palavras e das imagens, o que significou e significa esta casa mãe dos oficiais do Exército e da GNR (e que já foi da Força Aérea e de Engenheiros civis) para os cerca de 17.500 jovens, que ao longo dos últimos 175 anos, sentiram a Academia Militar, desde os sete Presidentes da República, entre Sidónio Pais e Ramalho Eanes, aos jovens oficiais que acabaram de receber os seus diplomas, passando pelos milhares de combatentes que lutaram por Portugal nas campanhas de África, na I Grande Guerra, na Campanha do Ultramar e mais recentemente em teatros de operações tão diversificados como a Bósnia, Kosovo, Angola, Moçambique, Somália, Timor, Iraque e Afeganistão" […]

A obra inicia com um Prefácio (Do Comandante) escrito e vivido pelo Tenente-General Amaral Vieira, que incentivou e liderou o projeto, e termina com um Posfácio (Do Cadete) escrito pelo aluno que recebeu o prémio "Marquês Sá da Bandeira" em 2011, Tenente GNR Medicina, Bruno Carvalho, que transmite a visão mais contemporânea desta Escola de Comandantes.

O livro *Viver Academia Militar* tem História, tem Presente e tem Futuro, estando dividido em sete capítulos intitulados: "Sentir a História"; "Ser Cadete"; "Viver no Paço da Bemposta e na Amadora"; "Formar os Comandantes para o Futuro"; Investigar e Inovar"; "Integrar a Sociedade", e "Ser Comandante".

O livro encontra-se à venda nas livrarias e na editora BytheBook

AAVV, *Viver Academia Militar*, By the Book, Edições Especiais, Lda., Lisboa, novembro 2012.

jornal do Exército

Pretendo assinar o *Jornal do Exército*

Para encomendar basta fotocopiar o cupão e enviar para *Jornal do Exército*, Largo S. Sebastião da Pedreira – 1069-020 LISBOA

Nome: _____ Profissão: _____

Morada: _____

Código Postal: _____ Localidade: _____ Telefone: _____

(Só para Militares) Posto: _____ Ramo das FA: _____ NIF: _____

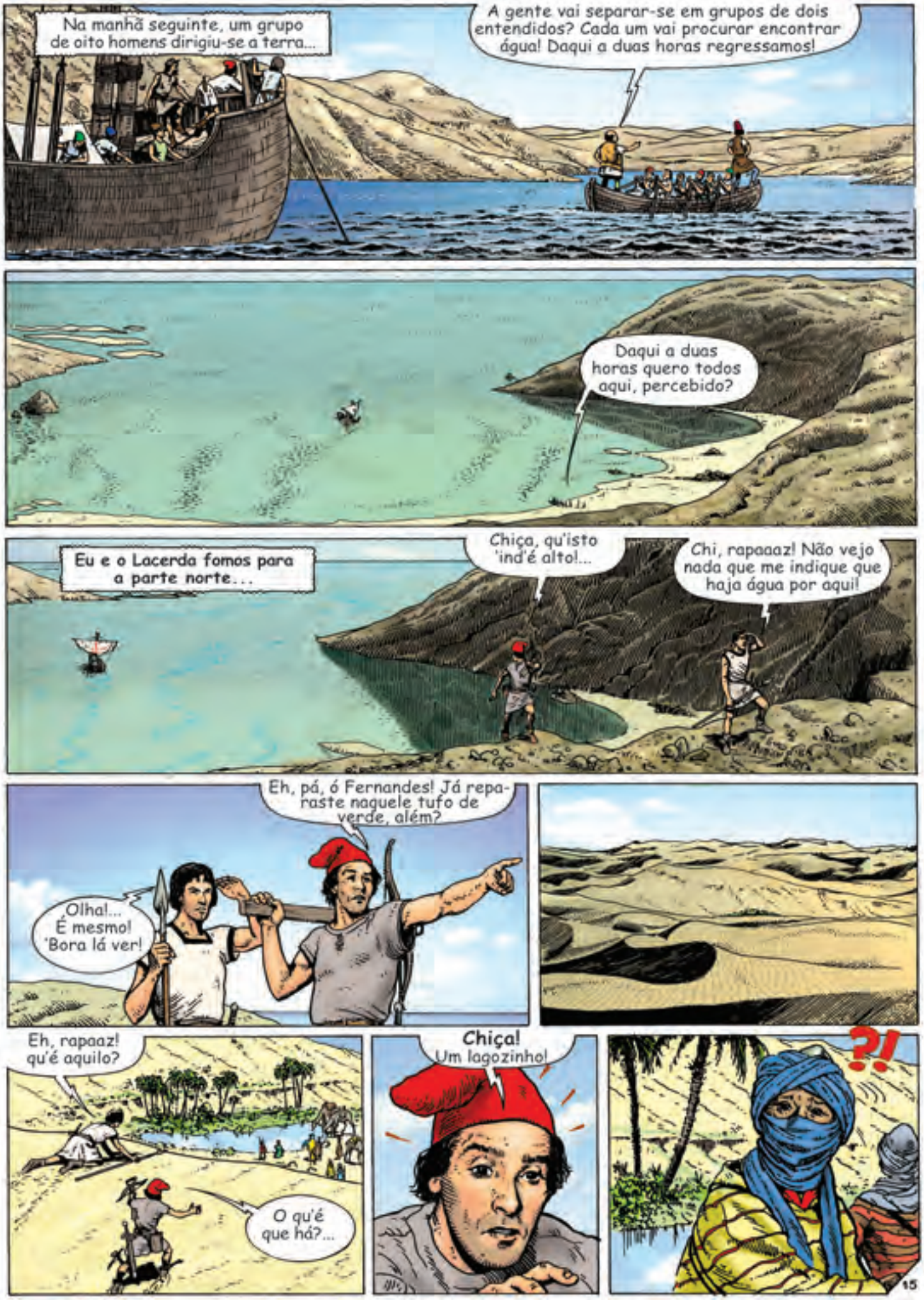
Assinatura Anual – Continente e Ilhas: € 20.00 - Via Aérea: Países Europeus € 45.00 - Restantes Países € 65.00
Para pedido de números atrasados, ou encadernações, contacte-nos para: Largo S. Sebastião da Pedreira - 1069-020 Lisboa, Tel: 213 567 700 ou via email: jornal.exercito@sapo.pt

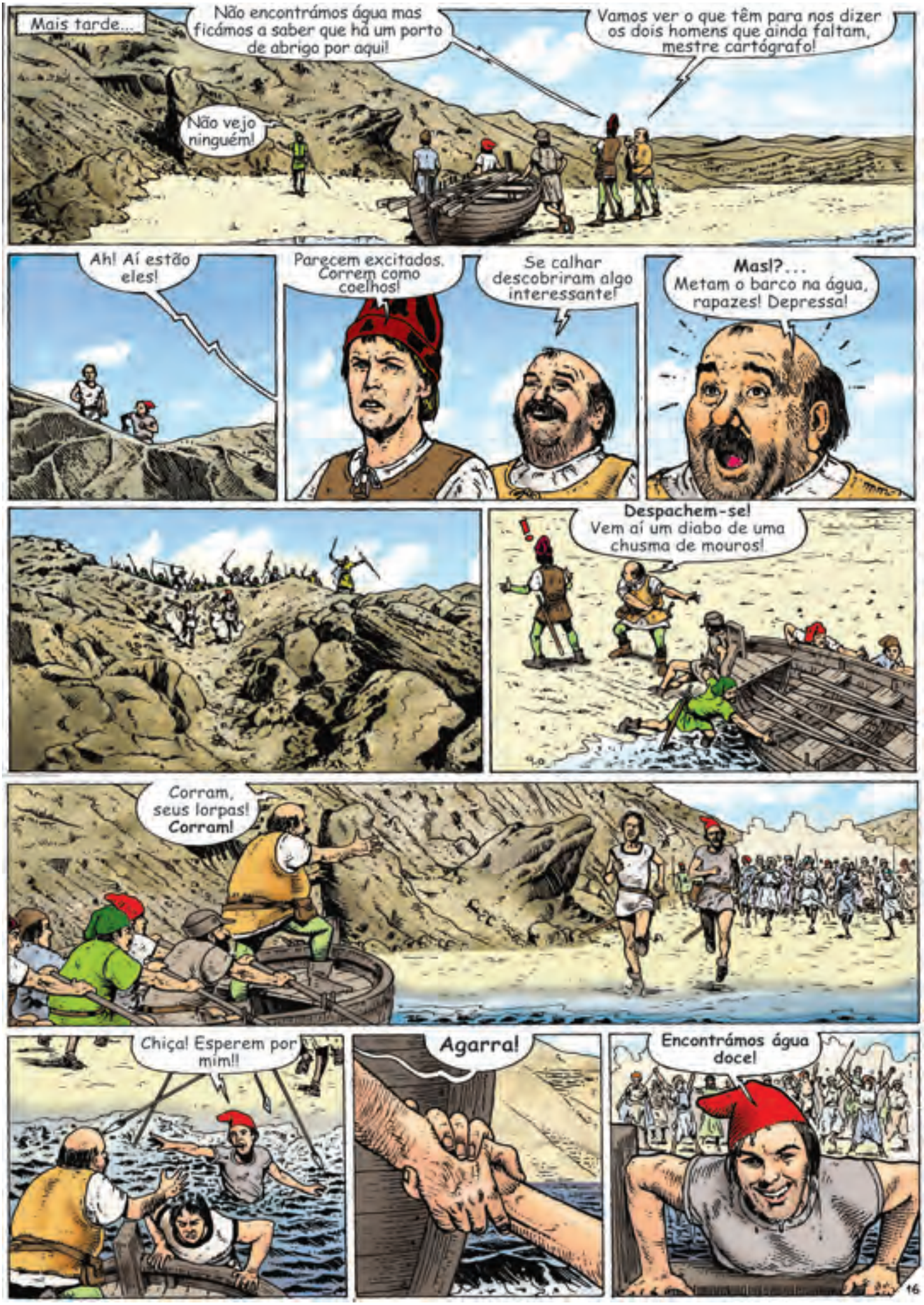
PARA PAGAMENTO DA MINHA ASSINATURA

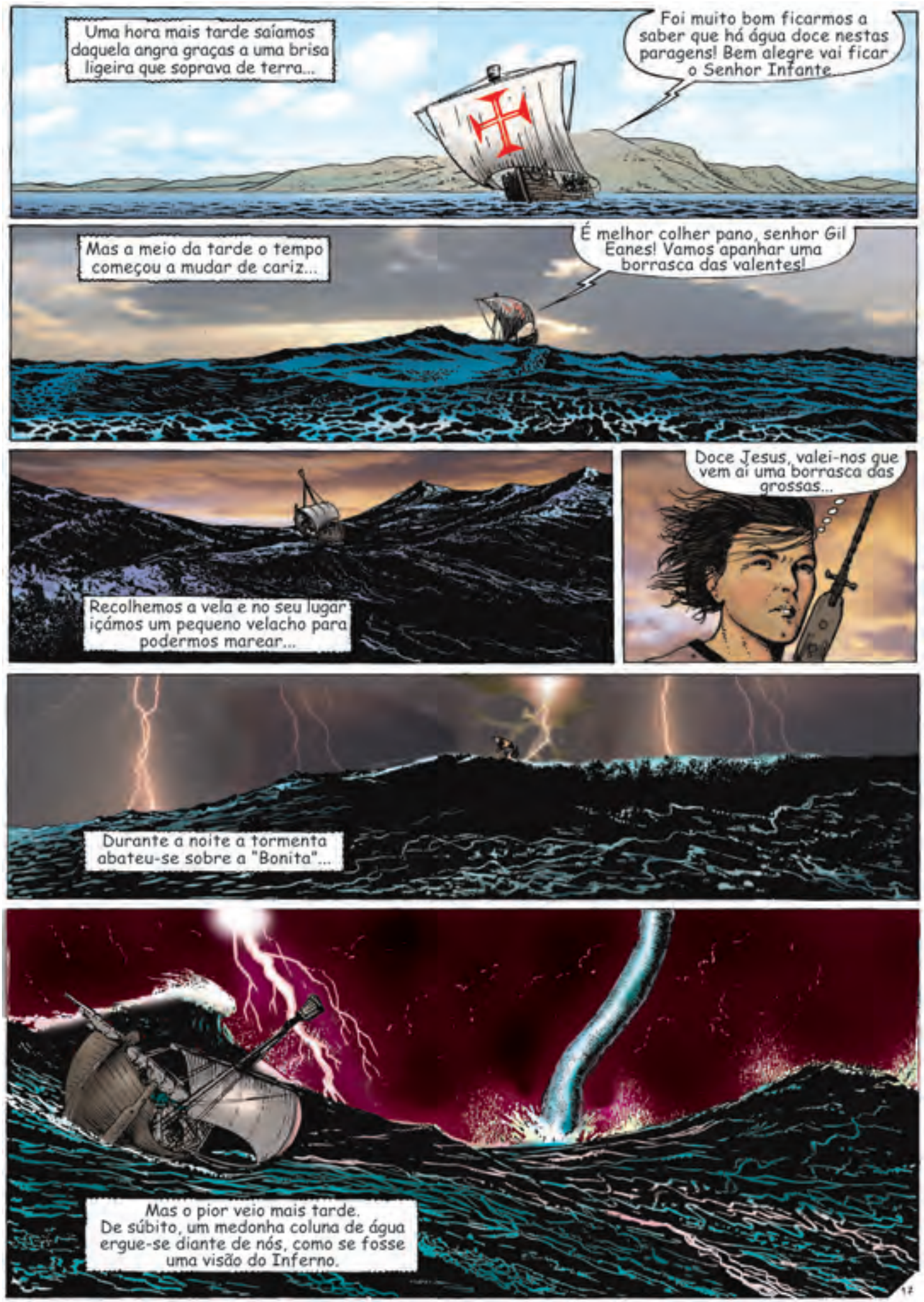
TRANSFERÊNCIA BANCÁRIA: Nacional 0781 0112 0112 0011 6976 9 – D.G.T.

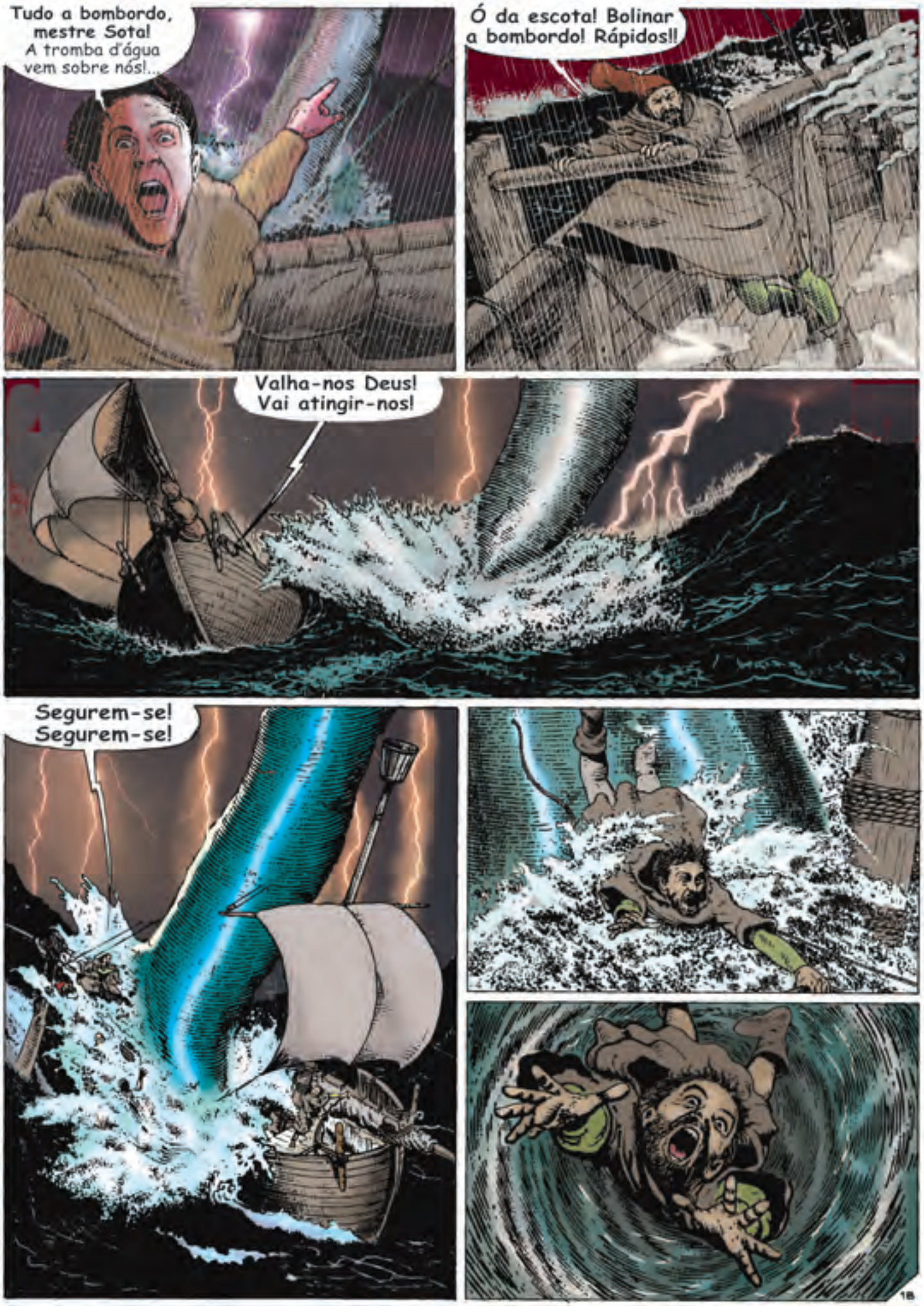
CHEQUE: junto envio o Cheque n.º - _____ s/Banco - _____ à ordem da Instituto de Gestão da Tesouraria e do Crédito Público, IP.

VALE POSTAL Nº _____ no valor de _____


Na manhã seguinte, um grupo de oito homens dirigiu-se a terra...
A gente vai separar-se em grupos de dois entendidos? Cada um vai procurar encontrar água! Daqui a duas horas regressamos!
Daqui a duas horas quero todos aqui, percebido?
Eu e o Lacerda fomos para a parte norte...
Chiça, qu'isto 'ind'é alto!...
Chi, rapaaaz! Não vejo nada que me indique que haja água por aqui!
Eh, pá, ó Fernandes! Já reparaste naquele tufo de verde, além?
Olha!... É mesmo! 'Bora lá ver!
Eh, rapaaz! qu'é aquilo?
O qu'é que há?...
Chiça! Um lagozinho!
?!
15


Mais tarde...
Não encontrámos água mas ficámos a saber que há um porto de abrigo por aqui!
Vamos ver o que têm para nos dizer os dois homens que ainda faltam, mestre cartógrafo!
Não vejo ninguém!
Ah! Aí estão eles!
Parecem excitados. Correm como coelhos!
Se calhar descobriram algo interessante!
Mas!?... Metam o barco na água, rapazes! Depressa!
Despachem-se! Vem aí um diabo de uma chusma de mouros!
Corram, seus lorpas! Corram!
Chiça! Esperem por mim!!
Agarra!
Encontrámos água doce!
16


Uma hora mais tarde saíamos daquela angra graças a uma brisa ligeira que soprava de terra...
Foi muito bom ficarmos a saber que há água doce nestas paragens! Bem alegre vai ficar o Senhor Infante.
Mas a meio da tarde o tempo começou a mudar de cariz...
É melhor colher pano, senhor Gil Eanes! Vamos apanhar uma borrasca das valentes!
Recolhemos a vela e no seu lugar içámos um pequeno velacho para podermos marear...
Doce Jesus, valei-nos que vem aí uma borrasca das grossas...
Durante a noite a tormenta abateu-se sobre a "Bonita"...
Mas o pior veio mais tarde. De súbito, um medonha coluna de água ergue-se diante de nós, como se fosse uma visão do Inferno.


Tudo a bombordo, mestre Sota! A tromba d'água vem sobre nós!...
Ó da escota! Bolinar a bombordo! Rápidos!!
Valha-nos Deus! Vai atingir-nos!
Segurem-se! Segurem-se!
18

MILICIA

WWW.MILICIAPRO.COM

SEDE
Showroom
Nova Loja

+80 Marcas
Loja 170M²
Showroom 180 M²
Estacionamento
700 M² Armazém

FARDAMENTO
EQUIPAMENTO
SEGURANÇA

5.11 TACTICAL SERIES · SAFARILAND · BLACKHAWK! · TASER

Aimpoint, American Body Armor, AmeriGlo, Arktis, Armor Accessories, Bates, BCB, Bianchi, C-A-T, Sam Medical CAA Tactical, Cadex, CamelBak, Crimson Trace, Defcon 5, Defense Technology, Eagle, Eberlestock, ESS, Explorer First Choice, Fisher Labs, Forensics Source, Peli, GoldEck, Hatch, Hawke, Hellstorm, Hiatt, Inova, Lansky, Ledwave Libervit, Marlow, Maxpedition, MOD, Monadnock, Oakley, Otis, Fox, Peltor, Protech, Quickstep, Savvy Armor Second Chance, Seeker, Sog, Suex, SureFire, Tactical Medical, Taser, TSSI, United Shield, Garret, Tristar Armored Cars

Visite-nos na Av Poeta Eugénio de Andrade, nº 1267 - Canidelo VNG
coordenadas GPS: 41,115871 / -8,648119

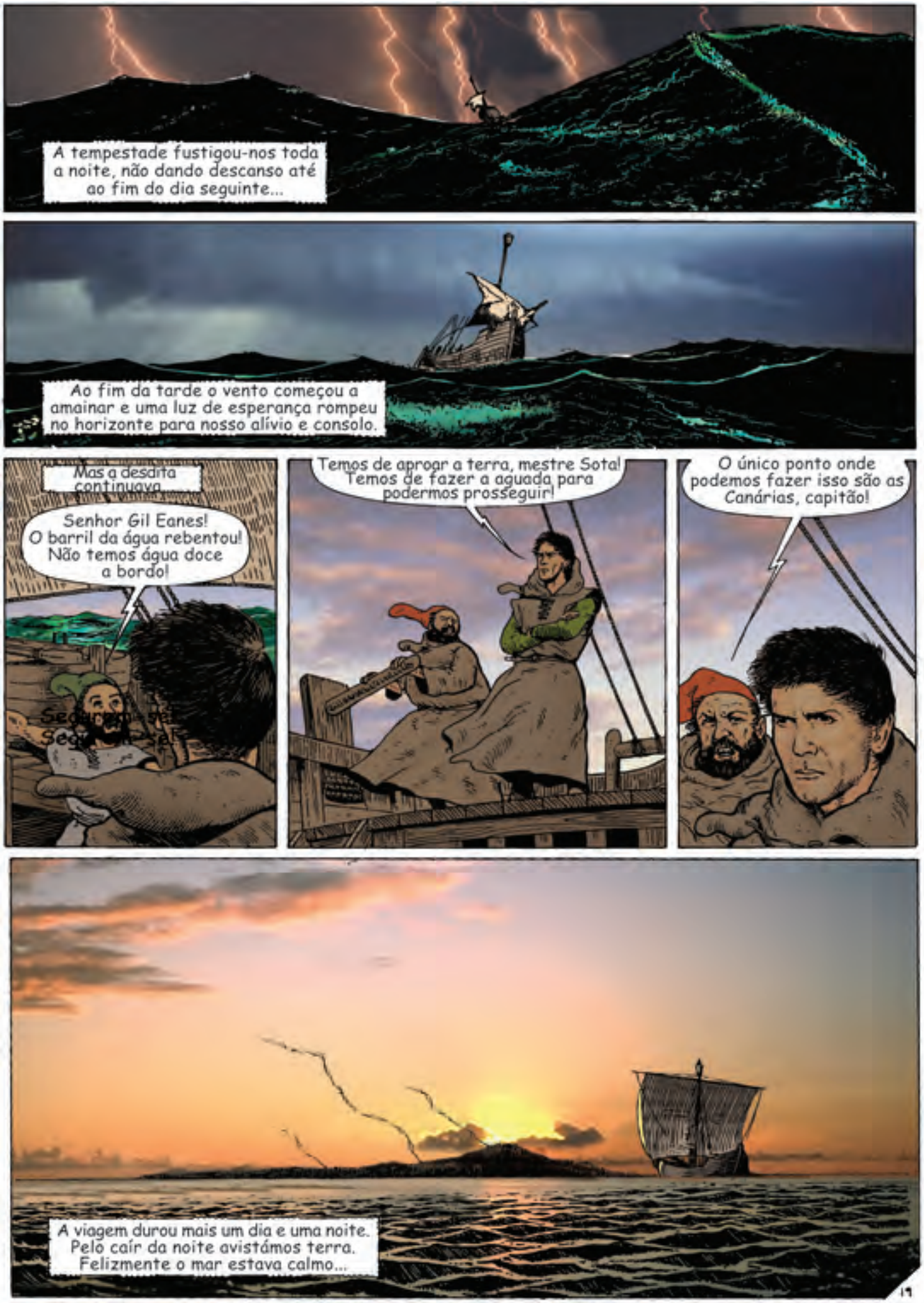
EXÉRCITO
RECRUTAMENTO
O FUTURO É AQUI...
www.exercito.pt 800 20 12 74 recrutamento@mail.exercito.pt

€2.00 (IVA incluído)

Ano LIII - n.º 623
DEZEMBRO DE 2012

jornal do Exército

5.º Contingente Nacional em missão no Afeganistão


A tempestade fustigou-nos toda a noite, não dando descanso até ao fim do dia seguinte...
Ao fim da tarde o vento começou a amainar e uma luz de esperança rompeu no horizonte para nosso alívio e consolo.
Mas a desdita continuava...
Senhor Gil Eanes! O barril da água rebentou! Não temos água doce a bordo!
Temos de aproar a terra, mestre Sota! Temos de fazer a aguada para podermos prosseguir!
O único ponto onde podemos fazer isso são as Canárias, capitão!
A viagem durou mais um dia e uma noite. Pelo caír da noite avistámos terra. Felizmente o mar estava calmo...
19

Cuidado, mestre Sota! Desconfio que aquele vulcão vai entrar em actividade não tarda nada!
Orçar a bombordo! Rápidos!
Mas a ordem do piloto chega tarde demais.
Valha-nos Deus!
Uma explosão medonha atroou os ares, projectando enormes rochedos em redor do vulcão.
E um deles veio abater-se com estrondo sobre o costado da "Bonita"...

Rombo no casco a estibordo, mestre Sota!
Eu e mais dois camaradas corremos a reforçar as pranchas danificadas do costado da "Bonita", mas continuava a meter água...
Então, mestre Palminha? É grave?
Já demos um jeito, capitão! Mas não chega! Continuamos a meter água!
Que achais, mestre Sota? Que fazer?...
Temos de ir a terra, senhor Gil Eanes...
...mas bem sabeis como os nativos nos são hostis...
Esse é um risco que teremos de correr, mestre Sota. Escolha um ponto da costa onde possamos fundear.
21

Com a graça de Deus, pelo fim do dia, mestre Sota lá nos conduziu até uma pequena enseada que ele já conhecia capaz de nos fornecer abrigo. Meia dúzia de homens rebocou a "Bonita" para perto da praia, onde poderiamos fazer as reparações necessárias...

Mas os navegantes como nós eram olhados com pavor pelos guanches, os nativos da Ilhas Canárias que muito detestavam os Homens do Mar. Em visitas anteriores haviam sido por eles atacados, pilhados e muitos habitantes haviam mesmo sido aprisionados para serem vendidos como escravos, pois os produto da sua venda era destinado suportar os vultuosos custos das viagens oceânicas. Estes actos odiosos eram mais praticados por piratas mouros e marinheiros castelhanos, mas algumas tripulações portuguesas também haviam praticado essas mesmas torpes vilanias sobre os pobres nativos...

Protocolo Santander Totta

Soluções Ordenado

Damos mais valor ao seu ordenado

iPad 3 Apple
Wi-Fi 4G 16GB

Para ordenados ou reformas a partir de 2.500€ ou 1.500€ com variação de recursos ≥ 20.000€

Câmara de Filmar Toshiba

Máquina de Café Dolce Gusto

DVD Portátil Philips

GPS Garmin

Máquina Fotográfica Fujifilm

Para Ordenados a partir de 375€ e reformas a partir de 300€

Samsung TV LED

NetBook Toshiba NB510

PlayStation3 160 Gb

Samsung Galaxy Ace

Para ordenados ou reformas a partir de 1.500€

No Santander Totta sabemos que uma gestão eficiente do seu dia-a-dia permite-lhe ganhar tempo e dinheiro. Com as nossas Soluções Ordenado queremos estar em sintonia consigo, para que possa aproveitar melhor cada momento da sua vida. Conte connosco.

Santander Totta
O Valor das Ideias

PROTOCOLO

www.santandertotta.pt

[illegible] para a TV LED, o Netbook Toshiba, a Samsung Galaxy Ace e a Playstation3 [illegible] para o iPad [illegible] de 2.500€ ou 1.500€ e variação de recursos de valor igual ou superior a 20.000€ face ao saldo pontual de 30 de Junho de 2012. O período de enquadramento deve ser efectuado pelo Cliente até 28 de Setembro de 2012 (válido para novas domiciliações de ordenado ou reformas), devendo a 1ª domiciliação de ordenado ou reformas (variação de recursos no caso do iPad3) e realização do equipamento ocorrer nos 3 meses subsequentes. Caso cessem as domiciliações de ordenado ou reforma, antes de decorridos 25 meses, por causa não imputável ao Banco, o Cliente deverá devolver o valor de 600€ no caso do iPad3, 300€ no caso da TV LED, do Netbook Toshiba, do Samsung Galaxy Ace e da Playstation3 e de 150€ para os restantes equipamentos, na proporção do prazo não decorrido. Para efeitos de validação do cumprimento do requisito relativo ao saldo de recursos (que compreendem os Saldos de Depósitos à Ordem, Depósitos a Prazo, Contas de Reembolso e Poupança, Produtos Estruturados, Fundos de Investimento, Seguros Financeiros e Planos de Poupança/Reforma/Educação e excluem Cartões de Crédito) não serão consideradas as avaliações negativas do preço de mercado, ou seja, eventuais desvalorizações dos produtos detidos pelo Cliente com as variações negativas do Saldo de Depósitos à Ordem. Oferta limitada ao stock existente. As imagens da Máquina de Café Dolce Gusto e do iPad 3 podem não corresponder à cor anunciada ao Cliente. A qualidade do equipamento e a sua garantia são de responsabilidade exclusiva dos fornecedores.

Jornal do Exército
ÓRGÃO DE INFORMAÇÃO, CULTURA E RECREIO DO EXÉRCITO PORTUGUÊS, CRIADO POR PORTARIA DE 14JUL60

Capa

Foto: 5.º CN/FND/ISAF

Mensagem de Natal do General CEME – 4
Editorial – 5
Figuras e Factos - Destaque do mês – 6
Figuras e Factos – 7
Livros – 14
A descoberta do Cabo Cenoura – 40
Um Adeus às Armas – 46

A Segurança e o Saber – 34

I Jornadas de ID&I de Defesa – 16

Suplemento Banda Desenhada:
"Gil Eanes – o Herói de Lagos"
Pág: XXI a XXIV

5.º Contingente no Afeganistão com responsabilidade acrescida – 24

Os artigos publicados com indicação de autor são da inteira responsabilidade dos mesmos, não refletindo, necessariamente, o pensamento da Chefia do Exército Português

PROPRIEDADE DO ESTADO-MAIOR DO EXÉRCITO
Direção, Redação e Administração: Largo de S. Sebastião da Pedreira, 1069-020 Lisboa, Telef: 213 567 700, Fax Civil: 213 567 791 Militar: 414 091, E-mail: jornal.do.exercito@mail.exercito.pt, jornal.exercito@sapo.pt, E-mail - Intranet: Jornal do Exército, Home page: www.exercito.pt DIREÇÃO - Diretor: Coronel de Infantaria José Custódio Madaleno Geraldo; Sub-Diretor: Tenente-Coronel J. Pinto Bessa; Secretária: Ass. Téc. Arminda Vitorino; REDAÇÃO - Chefe: Tenente-Coronel J. Pinto Bessa; Assistente de Redação: 1.º Sargento Anjos Das Neves; Redator: Alferes RC Filipa Domingos; Operadoras Informáticas: Assistente Técnica Elisa Pio, Assistente Técnica Guiomar Brito; SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS - Chefe: Tenente-Coronel António N. Marcos Andrade; Auxiliares Sargento-Ajudante João Belém, Sargento-Ajudante Luís Silva; Operadoras Informáticas: Assistente Técnica Joana Moita; Assistente Técnica Tânia Espírito Santo; COLABORAÇÃO FOTOGRÁFICA - Lusa - Agência de Notícias de Portugal, SA; Centro de Audiovisuais do Exército RCRPP/GabCEME; EXECUÇÃO GRÁFICA - Europress, Lda - Rua João Saraiva, 10-A - 1700-249 Lisboa, Tel: 218 444 340 - Fax: 218 492 061, E-mail: Europress@mail.telepac.pt. Tiragem - 6 000 exemplares Depósito Legal - nº 1465/82 ISSN - 0871/8598

Mensagem de Natal do General CEME

Militares e Funcionários Civis do Exército

O NATAL é a festividade que nos convida, anualmente, a reflectir profundamente sobre a Família. Como Comandante do Exército quero aproveitar esta oportunidade para reviver e celebrar, com todos, os valores que são perenes, na tradição e na génese da Família Militar. A fraternidade, a amizade, a solidariedade e a compreensão.

Nos tempos difíceis que vivemos, no âmbito da conjuntura Nacional, quero deixar uma palavra de esperança e de confiança à Família Militar, no quadro do papel desempenhado e a desempenhar futuramente em prol da dimensão socioeconómica das Forças Armadas, como parte integrante da nossa Condição Militar.

Ao falarmos da família militar, em especial nesta quadra que se aproxima, não podemos esquecer aqueles que servem o Exército Português, e que com a sua total entrega, o apoio às suas famílias tem sido condicionado. Neste âmbito quero enaltecer aqueles que cumprem com esforço, valor e com risco da própria vida, missões no âmbito do apoio à política externa do Estado, expressando a minha confiança e apreço pelo profissionalismo, empenho e dedicação demonstrados, e que neste período não vão ter a possibilidade de conviver com os seus.

Pretendo, igualmente, neste momento em que terminamos um ano marcado por múltiplas dificuldades e também necessárias mudanças de paradigma, comunicar o reconhecimento do Comando do Exército aos militares e civis que, com enorme espírito de entrega, dedicação, profissionalismo e serenidade, trabalham no dia-a-dia nas nossas unidades, estabelecimentos e órgãos, contribuindo para a afirmação do Exército, no âmbito do esforço Nacional.

Como Comandante do Exército, e ultrapassado o ano corrente, caraterizado por algumas incertezas sociais, pelo sentimento de desconforto a ele associado, conto com o vosso espírito de Soldado, reforçado com a capacidade singular desta organização secular, de gerar coesão, espírito de sacrifício e de cumprir escrupulosamente as missões que lhe são atribuídas, para com a mesma determinação enfrentar o ano 2013.

Oficiais, Sargentos, Praças e Funcionários Civis do Exército

Neste NATAL quero manifestar a minha esperança, confiança e solidariedade, contando com o apoio da Família Militar, e desejar aos militares na situação de Reserva e de Reforma, e aos Oficiais, Sargentos, Praças e Funcionários Civis, que com grande empenho e abnegação servem Portugal no Exército, votos sinceros de um BOM NATAL e de um FELIZ ANO 2013, extensivos às respetivas famílias.

O Chefe do Estado-Maior do Exército
Artur Pina Monteiro
General

INFORMAR PARA BEM SERVIR

Neste número de dezembro, em que se publica a Mensagem de Natal do General Chefe do Estado-Maior do Exército, com os votos de Boas Festas e Feliz Ano 2013 para todos os militares e funcionários civis, desta secular instituição, exalta-se a importância da Família Militar. É na família que nascem os princípios e os valores que vão moldar o cidadão, que vai mais tarde defender a sua Terra Natal, a sua Pátria. É aqui que nasce a sua vocação militar; individualmente o soldado pode ser um interesse reduzido, mas no serviço ele enche-se de significado, transforma-se no suporte de uma grande causa, "um elo da cadeia da História que liga as gerações entre si, impedindo que se desprendam umas das outras. Está no seu coração o ponto culminante em que uma Pátria acaba sempre por ganhar consciência de si própria." Como nos refere António dos Reis Rodrigues, em Apologia ao Exército. O soldado dá a medida da quantidade de terra onde uma alma pode respirar, onde um povo não morre, para citarmos Henri Massis; porque os povos não se resignam a morrer e para o efeito criam as suas instituições de sobrevivência, em que a Instituição Militar é, talvez, a mais paradigmática, com os seus valores, princípios e tradições.

Os povos também procuram a sua eternidade nas instituições religiosas. O Cristianismo é uma das grandes religiões do mundo que tem por base a pregação de Jesus e dos seus discípulos. É precisamente para celebrar o Seu nascimento que nós festejamos o Natal de Jesus, que teve lugar na Palestina, território que era naquele tempo ocupado pelos Romanos; tendo crescido na Nazaré, veio a ser um pregador iminente durante cerca de três anos. Entre os valores que pregava, estavam a Paz e o Amor, que são ainda aqueles que as famílias cultivam para se manterem unidas, sendo o primeiro o grande desígnio do Exército.

Destacam-se alguns artigos neste número que revelam a importância do Exército no campo científico nacional e no contributo para a segurança internacional. As I Jornadas de Investigação, Desenvolvimento e Inovação (ID&I) de Defesa na Academia Militar, onde o Ministro da Defesa Nacional, Dr. José Pedro Aguiar-Branco, destacou alguns aspetos fundamentais sobre a investigação nas Forças Armadas, entre os quais a importância da atividade de ID&I de Defesa para o crescimento da economia nacional. 5.º Contigente no Afeganistão é um artigo em que a Alferes Filipa Domingos nos recorda a participação portuguesa na ISAF (Força Internacional de Apoio à Segurança no Afeganistão), desde 2002, com destaque para as missões do Exército e em particular para o 5º Contigente Nacional, com 225 militares, comandado pelo Coronel de Infantaria Diogo Sepúlveda Velloso. No momento em que escrevemos este editorial os militares deste Contingente cumprem, com garbo e patriotismo, mais uma vez, a sua missão, a milhares de quilómetros de distância da sua Terra Natal.

O nosso Professor Doutor Adriano Moreira brinda-nos com um belo artigo, como é seu timbre, que se intitula A Segurança e o Saber. As suas palavras são um convite à reflexão e à ação para que nunca se perca nas Forças Armadas o saber e o saber fazer. O Engenheiro Eduardo Zúquete apresenta-nos mais um das suas bem humoradas crónicas, desta vez sobre a perícia de um vedor, em terras de Moçambique: para além da descoberta de água descobriu-se também os dons do Cabo Cenoura. Continuamos com o trabalho engenhoso de José Pires, em banda desenhada, Gil Eanes, o herói de Lagos, o Bojador para lá das portas do mito. Agradecemos a todos os colaboradores a sua prestimosa cooperação.

Com votos de um Feliz Ano Novo para todos os nossos leitores e colaboradores, dedicamos-lhes, para os seus natais, esta simples quadra:

O Natal é eterno
É eterno o ritual
Natal é amor materno
Que nasce em cada Natal.

José Custódio Madaleno Geraldo
Coronel de Infantaria

MILITARY POLICE COY NATO RESPONSE FORCE 2013

O Exército Português vai participar na NATO RESPONSE FORCE (NRF) 2013 com uma Military Police Coy (MPCoy) com um efetivo máximo de 90 militares, para integrar as Joint Theatre Troops/IRF. Foi cometido ao Regimento de Lanceiros Nº 2 o levantamento, organização e aprontamento da MPCoy/NRF 2013 de acordo com os seguintes requisitos:

• Grau de prontidão de 7 dias NTM;

• Pessoal e equipamento a 100%;

• Adequada protecção Nuclear, Biológica, Química e Radiológica (NBQR);

• Garantir adequada flexibilidade para o cumprimento dos requisitos operacionais da missão, no quadro das responsabilidades cometidas à MPCoy/NRF 2013 (Provides disciplinary, traffic and crime scene security protection measures services).

O aprontamento da MPCoy está a ser efetuado de acordo com o seguinte enquadramento temporal:

• Período de Treino Nacional de 3 de janeiro a 30 de junho de 2012;

• Período de Treino Multinacional de 1 de julho a 31 de dezembro de 2012;

O período de emprego ou Stand-by irá decorrer de 1 de janeiro a 31 de dezembro de 2013.

Da Estrutura Operacional de Pessoal da MPCOY/NRF2013 consta:

• Comando;

• Secção de Operações;

• Destacamento de Apoio de Serviços (Secção de Comando, Módulo de Reabastecimento, Módulo Sanitário, Módulo de Manutenção, Módulo de Transmissões);

• 1º e 2º Pelotão de Polícia Militar.

No que respeita à preparação da Força, salientam-se os seguintes Cursos e Formações específicas: Curso Configuração PRC 525, Combate em Áreas Edificadas, Operadores Shotgun, Curso Operador Terminal, Estágio Manutenção HUMVEE, Curso Condução CAT C, PCMAP, Interrogadores e Debriefing, Estágio de Transmissões Permanentes e Segurança das Transmissões, Estágio de Investigação de Acidentes Rodoviários, Estágio Mecânica Viaturas Orgânicas, Curso Cripto, Estágio Manutenção Mecânico Frio, Calor e Geradores, Gestão Stress, Curso de Formação de PARES, Curso de Prevenção e Combate às Ações Terroristas, entre outros.

Em 11 e 12 de dezembro de 2012 decorreu em Santa Margarida a Avaliação da Prontidão para o Combate (CREVAL) à MPCoy/NRF 2013 tendo a Força atingido os níveis pretendidos e a necessária Certificação Nacional.

89º Aniversário da Liga dos Combatentes

Em 11 de novembro a Liga dos Combatentes com o apoio do Estado-Maior-General das Forças Armadas organizou as comemorações do 94º Aniversário do Armistício, do 89º Aniversário da Liga dos Combatentes e 38º Aniversário do fim da guerra do Ultramar, no Forte do Bom Sucesso em frente ao Monumento aos Mortos do Ultramar. As cerimónias foram presididas pelo Chefe do Estado-Maior-General das Forças Armadas (CEMGFA), General Esteves Araújo e contaram com a presença do Secretário de Estado Adjunto e da Defesa Nacional Dr. Braga Lino, em representação do Ministro da Defesa Nacional.

O programa iniciou-se com as alocuções alusivas ao ato pelo Presidente da Direção Central da Liga dos Combatentes Tenente-General Joaquim Chito Rodrigues, pela entidade convidada para orador, o Diretor Nacional da Polícia de Segurança Pública - Superintendente Valente Gomes, com o tema "Participação da Polícia de Segurança Pública nas Operações de Manutenção da Ordem e da Segurança Pública no ex-Ultramar Português e nas Operações de Paz" e pela Alta Entidade que presidiu às cerimónias o Chefe do Estado-Maior-General das Forças Armadas - General Luís Evangelista Esteves Araújo. Seguiu-se a imposição de condecorações a elementos que prestam serviço na Liga e nos seus Núcleos e o descerramento duma placa de homenagem a combatentes das Forças de Segurança que morreram em Angola em 1961.

Seguiu-se a Homenagem aos Mortos pela Pátria com a deposição de flores pelas entidades oficiais e associações de combatentes com os toques de silêncio e alvorada e finalizando com o Hino da Liga. Por último seguiu-se o desfile das forças em parada, constituídas por uma Guarda de Honra, formada por uma companhia a três pelotões, um de cada Ramo, com Estandarte Nacional e Banda. As cerimónias terminaram com uma visita ao Forte do Bom Sucesso e às exposições nele patentes e com a assinatura do Livro de Honra da Liga pelos Chefes dos Ramos.

O discurso do Presidente da Direção Central da Liga dos Combatentes dirigiu-se à memória dos que caíram pelo seu amor à Pátria, evocando os feitos do soldado português do século XX e XXI, que constituem um exemplo para aqueles que hoje servem Portugal nas Forças Armadas e Forças de Segurança.

O General CEMGFA manifestou, por sua vez," o orgulho institucional e pessoal, enquanto combatente, em presidir a esta singela mas significativa cerimónia", elogiando o "esforço que a Liga dos Combatentes tem dedicado à perpetuação da memória daqueles que perderam a vida servindo a pátria". Entre outros aspetos, o CEMGFA enalteceu o presente, sublinhado que "atualmente as nossas Forças Armadas operam em ambientes com dimensões e características diferentes dos da Primeira Grande Guerra e da Guerra do Ultramar, executando outro tipo de operações, agora designadas de paz e de apoio humanitário, em teatros como o Kosovo, no Índico, na Somália, no Mediterrâneo, na Islândia e no Teatro de Guerra do Afeganistão, onde a tónica e a forma de ser e de estar do militar português continua a evidenciar-se, (com o mesmo espírito de sacrifício e sentido do dever) no cumprimento da sua missão, sempre com a honra e exemplar dignidade como aconteceu no passado. Desta forma, como combatentes, as mulheres e os homens, ao serviço de Portugal devem e têm que ser sempre recordados e lembrados para que os portugueses reconheçam o esforço e a opção consciente destes cidadãos em uniforme, ao colocar o que há de mais sagrado - a sua vida - ao serviço da nossa Pátria".

EXÉRCITO

Nova Publicação Doutrinária no Exército

Por Despacho do General Chefe do Estado-Maior do Exército foi aprovada a Publicação Doutrinária do Exército PDE 3-05-00 Operações Aerotransportadas.

Esta publicação contém as orientações fundamentais relacionadas com o emprego das unidades paraquedistas e aerotransportadas e dos meios aéreos utilizados no seu deslocamento, desembarque ou recuperação. O seu conteúdo visa o planeamento e a condução das operações aerotransportadas a executar por unidades do Exército desde o escalão companhia até ao escalão brigada.

A PDE 3-05-00 fica sujeita, até ao final do ano de 2013, dos contributos de toda a estrutura, data a partir da qual serão consolidadas as propostas com vista à sua implementação e promulgação.

A PDE 3-05-00 Operações Aerotransportadas encontra-se disponível no Portal da Doutrina: http://10.105.0.55/sites/doutrina/Documents/PublicacoesAprovadas.html

Museu Militar de Elvas inaugura Salão Hipomóvel

No dia 2 de novembro decorreram as comemorações do 3.º aniversário do Museu Militar de Elvas, presididas pelo Chefe do Estado-Maior do Exército (CEME), General Artur Pina Monteiro.

Do programa das comemorações destacam-se a sessão solene no antigo convento de S. Domingos (séc. XIII), onde o diretor do museu, Coronel José Manuel de Pina Aragão Varandas, salientou o trabalho realizado por este órgão do Exército em prol da cultura militar e na captação de visitantes como contributo para a dinamização da sociedade local onde se encontra inserido, no cumprimento das diretivas internacionais.

Seguiu-se uma dissertação sobre a função museológica "Inventário" a cargo do Tenente-Coronel Francisco Amado Rodrigues, mestre em museologia e chefe da repartição de património da Direção de História e Cultura Militar, onde foram destacadas as boas práticas de inventariação do mais recente museu do Exército.

O General CEME na sua intervenção destacou a recente classificação da cidade de Elvas como Património Mundial pela UNESCO, em 30 de junho do corrente ano e o importante papel desempenhado pelo Museu Militar de Elvas nessa classificação, pois ocupa um quarto de todo o corpo principal da fortificação.

Seguiu-se uma pequena exposição de viaturas militares na parada Mouzinho de Albuquerque, em colaboração com a Associação Portuguesa de Viaturas militares Antigas, fruto do recente protocolo assinado entre o Exército e esta instituição.

Do programa constou ainda a inauguração do Salão Hipomóvel com atuação do coral Públia Hortênsia de Castro, passando a estar disponíveis para visita pública 17 salas de exposição com as temáticas arreios e hipomóveis militares, Serviço de Saúde Militar, Centro Interpretativo do Património de Elvas e exteriormente viaturas e armamento pesado, naquele que é atualmente o maior museu de Portugal, contendo no seu interior além das referidas temáticas, três monumentos nacionais.

Regimento de Engenharia N.º 1 comemora Bicentenário

Realizou-se em 9 de novembro a cerimónia militar do Bicentenário do Regimento de Engenharia Nº 1 (RE1), que se insere num programa vasto de iniciativas que teve início no princípio do ano de 2012 e que se estende até 2013.

O dia festivo foi assinalado com a apresentação do livro "O Batalhão de Artífices Engenheiros 1812-1834" da autoria do Coronel de Engenharia José Eduardo Caixaria, a que se seguiu o lançamento de uma medalha comemorativa da autoria do Arquiteto Marco Bento e o descerramento de uma placa pelo Chefe do Estado-Maior do Exército, General Artur Pina Monteiro, que presidiu à cerimónia.

Foto: CAVE

A cerimónia militar ficou marcada pela condecoração do Estandarte Nacional, à guarda do RE1, com a Grã Cruz da Ordem Militar de Avis, a que se seguiu a visita à exposição "RE1 - 200 anos a servir Portugal" que abordou os principais marcos da história do Regimento desde a criação do Batalhão de Artífices Engenheiros em 24 de outubro de 1812. A cerimónia terminou com um almoço convívio que reuniu várias individualidades da Engenharia Militar e estrutura superior do Exército, bem como diversas entidades civis com as quais o RE1 tem colaborado.

Abertura Solene do Ano Letivo 2012/2013 na ESE

No dia 16 de novembro, realizou-se no Centro Cultural e de Congressos de Caldas da Rainha (CCC) a Cerimónia de Abertura Solene do Ano Letivo 2012/2013, presidida pelo General Chefe do Estado-Maior do Exército (CEME), General Artur Pina Monteiro.

Após a abertura da Cerimónia, foi proferida uma alocução pelo Comandante da Escola de Sargentos do Exército (ESE), Coronel de Infantaria, João Pedro Fernandes de Sousa Barros Duarte, onde foi feita, a título de balanço, uma retrospetiva do ciclo de atividades que encerraram o Ano Letivo transato, bem como enumerados novos desafios para o próximo ciclo formativo.

No ano letivo 2011/2012, foi ministrado o 1º ano do 40º Curso de Formação de Sargentos, o qual terminaram com aproveitamento 126 alunos, tendo, também, sido ministrados, simultaneamente, 3 Cursos de Promoção, inseridos na qualificação ao longo da carreira de Sargento, num total de 238 alunos.

Atualmente decorre na ESE, o 41º Curso de Formação de Sargentos e o 2º Estágio Técnico Militar, num total de 76 instruendos alunos, que foram selecionados num universo de 814 candidatos, oriundos dos três Ramos das Forças Armadas.

Nesta cerimónia estiveram presentes diversas entidades civis e militares sendo a mesa de honra constituída pelo CEME, General Artur Pina Monteiro; Presidente da Câmara Municipal das Caldas da Rainha, Dr. Fernando José da Costa; Presidente da Assembleia Municipal das Caldas da Rainha, Dr. Luís Manuel Pereira Ribeiro; Comandante da Instrução e Doutrina, Tenente-General Francisco António Correia; Diretor da Formação, Major-General Ulisses Joaquim de Carvalho Nunes de Oliveira; Comandante da ESE, Coronel de Infantaria, João Pedro Fernandes de Sousa Barros Duarte e pela Professora Maria Isabel Tavares da Costa Xavier.

De salientar ainda que o Presidente do Município foi condecorado com a Medalha D. Afonso Henriques 1ª Classe.

101º Aniversário do Centro Militar de Educação Física e Desportos

Comemorou-se no dia 19 de novembro, em Mafra, o 101º aniversário do Centro Militar de Educação Física e Desportos, com uma cerimónia militar presidida pelo Chefe do Estado-Maior do Exército (CEME), General Artur Pina Monteiro.

Após a receção das entidades convidadas decorreu a tradicional cerimónia militar, onde se destacou a condecoração do Estandarte Nacional da Unidade, com a Medalha de Ouro de Serviço Distintos, atribuída pelo Presidente da República Portuguesa.

Concluída a cerimónia militar, e ainda no âmbito das comemorações, decorreu a apresentação do livro comemorativo do centenário do Centro, com apresentação efetuada pelo Coronel Américo Henriques, seguindo-se o "batismo" do ginásio desportivo Coronel de Cavalaria Nuno Bívar, em homenagem a este distinto e eclético militar e com a presença dos familiares do mesmo.

O programa oficial das comemorações terminou com a entrega de prémios desportivos, esgrima e desporto de aventura, e uma apresentação da reprise da Escola de Mafra.

Comandos recebem Medalha de Mérito Municipal Grau Ouro

Inserido no âmbito da comemoração dos 50 anos dos Comandos, realizou-se no dia 21 de novembro, no Palácio Valenças, em Sintra, uma cerimónia de Condecoração do Centro de Tropas Comandos (CTC).

O CTC recebeu das mãos do Presidente da Câmara Municipal de Sintra, Professor Doutor Fernando Seara, a Medalha de Mérito Municipal, Grau Ouro, na Classe de Serviço Público.

Entre as diversas individualidades presentes, militares e civis, destaca-se a presença do Chefe do Estado-Maior do Exército (CEME), General Artur Pina Monteiro, do representante da Força Aérea Portuguesa, Major-General PilAv João Cordeiro e do Comandante do CTC, Coronel de Infantaria Comando Pedro Gonçalves Soares.

Segundo o Presidente do Município, a decisão de atribuir esta condecoração ao CTC, sedeado desde abril de 2008 na Serra da Carregueira, pretende distinguir "um dos Corpos das Forças Armadas Portuguesas que marcaram a hodierna História Pátria com incomparáveis páginas de coragem, de bravura e de capacidade indómita para defender as cores da Bandeira Nacional, a Independência Nacional e a Liberdade de todos os Portugueses". O edil fez questão de sublinhar que os "militares souberam interagir com a população, com a comunidade, ser disponíveis e úteis, estar sempre à altura do lema que deve reger a vida de qualquer militar das Forças Armadas - servir a sua Pátria, servindo a Nação que o seu povo constitui". O apoio e total disponibilidade dos Comandos para com o município não foram esquecidos, tendo o Presidente recordado e dado como exemplo marcante, a fiscalização preventiva dos fogos na serra de Sintra.

Seguiram-se algumas palavras do CEME, que agradeceu a amizade do município, frisando que esta condecoração "aumentou o salário moral não só dos militares do CTC, como de todos os militares do Exército".

A cerimónia finalizou com a entrega da condecoração ao Comandante do CTC.

Encontros da Revista Militar

Decorreu nas instalações da sede da Academia Militar, em Lisboa, no dia 29 de novembro, um Encontro da Revista Militar, submetido ao tema "A Cultura e a Educação para a Defesa: onde estamos?".

O encontro presidido pelo Chefe do Estado-Maior do Exército (CEME), General Artur Pina Monteiro, contou com a presença de muitos participantes militares e civis. Aquando da abertura do encontro destacou-se a intervenção do Presidente da Direção da Revista Militar, General José Luís Pinto Ramalho. O 1º Painel intitulado "Valores, Relações Civis Militares e Cultura de Defesa", teve como moderador o Tenente-General António Jesus Bispo, e como oradores o General Gabriel Augusto Espírito Santo e o Professor Doutor José Veiga Simão.

O 2º Painel, subordinado ao tema "Forças Armadas, Sociedade e Cidadania", teve como moderador o Tenente-General João Carlos de Azevedo de Araújo Geraldes, e como oradores o Tenente-General Abel Cabral Couto e o Professor Doutor António Pires Ventura. As conclusões e o encerramento ficaram a cargo, respetivamente, do Almirante Nuno Vieira Matias e do Professor Doutor Adriano Moreira.

Recorde-se que a Revista Militar é o mais antigo órgão da imprensa militar no mundo, com publicação ininterrupta, tendo sido fundada a 1 de dezembro de 1848 por um grupo de 26 Oficiais do Exército e da Armada, sob a direção do então Tenente do Real Corpo de Engenheiros António Maria de Fontes Pereira de Mello.

CTC em cerimónia Evocativa do 25 de novembro de 1975

Decorreu no Centro de Tropas Comandos, no dia 25 de novembro, a cerimónia evocativa do 37º Aniversário do 25 de novembro de 1975.

A cerimónia foi presidida pelo Comandante das Forças Terrestres, Tenente-General Hernandez Jerónimo e contou com a presença de distintas personalidades das quais se destacam o General Ramalho Eanes, antigo Presidente da República, Professor Doutor Fernando Seara, Presidente da Câmara de Sintra, General Pinto Ramalho, General Silva Viegas, Tenente-General Carvalho dos Reis, Chefe da Casa Militar do Presidente da República, e Tenente-General Rocha Vieira, Chanceler das Ordens Honoríficas Portuguesas.

Nesta cerimónia foram relembrados os dois militares Comandos que perderam a vida nesse fatídico dia. Foi lido um extrato do Relatório de Operações do Regimento de Comandos das operações desenvolvidas. A cerimónia terminou com um discurso do Comandante do Centro de Tropas Comandos alusivo à efeméride comemorada.

II Seminário de Comunicação e Relações Públicas

Nos dias 27 e 28 de novembro, decorreu na Brigada de Intervenção em Coimbra, o "II Seminário de Comunicação e Relações Públicas", organizado pela Repartição de Comunicação, Relações Públicas e Protocolo, do Gabinete do General Chefe do Estado-Maior do Exército (CEME).

O Seminário teve como objetivo proporcionar aos Oficiais, com responsabilidades de Comunicações e Relações Públicas, um conhecimento abrangente das políticas, práticas, responsabilidades e procedimentos comuns em vigor no Exército Português.

Serviu também para aprofundar e consolidar os conceitos doutrinários, harmonizar e estabelecer padrões comuns de acordo com o Plano de Comunicações do Exército 2012-14 e de certa forma colmatar lacunas e discrepâncias numa área de elevada criticidade e visibilidade pública.

Estiveram presentes no evento 68 militares, oriundos da maioria das unidades militares do Exército, incluindo a Zona Militar da Madeira e dos Açores, assim como de uma representação da Marinha e da Força Aérea.

Destacou-se também a participação dos Jornalistas Manuel Carlos Freire, do Diário de Notícias e Ana Rodrigues, da Rádio Renascença.

A Cerimónia de Encerramento ocorreu em 28 de novembro, presidida pelo Vice-Chefe do Estado-Maior do Exército, Tenente-General Campos Gil, que agradeceu a presença de todos os participantes e elogiou a Brigada de Intervenção pela disponibilidade demonstrada e pelo apoio que prestou ao evento.

Exercício HAKEA/ROSA BRAVA 12

Realizou-se de 5 a 9 de novembro, na Brigada Mecanizada (BrigMec) em Santa Margarida o Exercício HAKEA/ROSA BRAVA 12, que contou com a participação de todo o Encargo Operacional da BrigMec. O Exercício que decorreu em modo de FTX (Field Training Exercise), enquadrou-se no plano de treino da BrigMec para o 3º quadrimestre de 2012 e teve como finalidade treinar e avaliar a sua Força Mecanizada, no planeamento e condução de tarefas primárias no quadro das operações ofensivas, num ambiente operacional típico de um conflito de alta intensidade.

O Exercício "HAKEA/ROSA BRAVA 12" teve como principais objetivos: exercitar a capacidade de planear, conduzir e avaliar exercícios militares tipo FTX e CAX (Computer Assisted Exercise), por parte do Comando da BrigMec; treinar técnicas táticas e procedimentos e tarefas coletivas relativas à condução de uma operação ofensiva - "Ataque Imediato" de escalão tático Batalhão/ Agrupamento; exercitar a capacidade de comando e controlo e a execução de tarefas/ações no âmbito do apoio de fogos diretos e indiretos e exercitar a Força Mecanizada sob a forma LIVEX (Live Exercise), na condução das seguintes tarefas primárias: movimentar-se para ocupar uma zona de reunião, ocupação da zona de reunião, marcha para o contato, conduzir um ataque imediato.

Na fase final, o exercício teve a visita do Comandante das Forças Terrestres, Tenente-General Hernandez Jerónimo, terminando com a assinatura do livro de honra da BrigMec.

Exercício TROVÃO 122

Decorreu no período de 12 a 16 de novembro o Exercício setorial do Grupo de Artilharia de Campanha (GAC) da Brigada de Reação Rápida (BrigRR). O Exercício TROVÃO é do âmbito do Plano Integrado de Treino Operacional do Exército (PITOP), sendo um exercício do tipo LIVEX (Live Exercise) e sob a forma de FTX (Field Training Exercise) que decorreu no Campo Militar de Santa Margarida (CMSM) envolvendo um total de 197 militares do Grupo e 39 viaturas (10 ligeiras, 20 médias e 9 pesadas).

O GAC constitui-se como Audiência de Treino Primária, definindo para a segunda fase do Exercício TROVÃO as seguintes forças para avaliação: Comando e Estado-Maior do Grupo, Bataria de Comando e Serviços e duas Baterias de Bocas-de-fogo (1ª e 2ª Btrbf). O "TROVÃO 122" é um Exercício setorial da BrigRR, cujo principal objetivo é a preparação e treino do GAC da BrigRR, nomeadamente em Operações de Grande Envergadura (Convencionais). O Exercício estará focado no desenvolvimento das capacidades do GAC em apoio da BrigRR, permitindo implementar a avaliação dos desempenhos operacionais com o objetivo de validar o nível de proficiência dos militares do GAC ao nível tático e técnico do treino operacional.

O “TROVÃO 122” centrou-se no emprego tático do GAC no apoio das operações da BrigRR. Baseado nos objetivos definidos para esta segunda fase do Exercício TROVÃO foram criados cenários adequados ao emprego tático do GAC, tendo o Exercício decorrido ao longo de 3 fases distintas: 1ªFase (12 e 13 de novembro): Apoio a uma operação ofensiva da BrigRR com execução de fogos reais de obus Light Gun 105mm; 2ªFase (14 de novembro): Apoio a uma operação aeromóvel com 1 Btrbf (MortP TAMPELLA 120mm) cedida em reforço ao comandante da operação aeromóvel e 3ªFase (15 de novembro): Tiro de metralhadora pesada Browning 12.7 e fogos reais com MortP TAMPELLA 120 mm.

Aprontamento para missão no Kosovo

No dia 20 de novembro, o Comandante da Brigada de Reação Rápida (BrigRR), Major General Campos Serafino, realizou uma visita de trabalho ao Regimento de Infantaria Nº 10, dedicada em exclusivo ao 2º Batalhão de Infantaria Paraquedista (2BIPara), estrutura operacional que iniciou recentemente o aprontamento para se constituir no início de 2013, como componente terrestre da reserva Operacional do Comandante da KFOR na missão da OTAN no Kosovo.

O Major General Campos Serafino, após as honras regulamentares à chegada ao Regimento, deslocou-se para a parada da Unidade onde recebeu a apresentação da força agora constituída. Nesta ocasião, o Comandante da BrigRR, proferiu uma breve alocução alusiva à missão atribuída ao 2BIPara como Força Nacional Destacada enaltecendo o seu significado para as Forças Armadas Portuguesas e para Portugal. Do programa da visita constou também a realização de um Briefing de atualização, apresentado pelo Comandante da FND/2BIPara/KFOR, Tenente-Coronel de Infantaria Paraquedista Paulo Cordeiro, tendo os trabalhos prosseguido com a visita às instalações do 2BIPara e uma demonstração de atividades de Instrução Coletiva.

Rohde & Schwarz -
na vanguarda da tecnologia

Temos as melhores soluções para si.

Com base em décadas de experiência e uma completa gama de produtos nas áreas de broadcasting, teste e medida, radiocomunicações, radiomonitorização, radiolocalização e segurança IT a Rohde & Schwarz proporciona aos seus clientes um apoio total desde a fase de planeamento do projecto até à entrega de sistemas chave em mão. O nome Rohde & Schwarz é sinónimo de um serviço e suporte completo e competente representado em mais de 70 países.

www.rohde-schwarz.pt

ROHDE&SCHWARZ

ROHDE&SCHWARZ

Guaritas
Arte e Engenho

Esta publicação, lançada no Forte do Bom Sucesso, em Lisboa, de seu nome "Guaritas, Arte e Engenho", é da autoria de Augusto Moutinho Borges e Marín Garcia. O livro

Guaritas afirma-se como o resultado de dois anos de investigação sobre a arquitetura militar abaluartada e fortes entre Portugal e Espanha, para além do património edificado na linha costeira dos dois países.

No contexto artístico, o que mais se realça das fortalezas e fortes são as Portas Magistrais, encimadas pela heráldica régia, imediatamente precedidas pelas guaritas, as quais personalizam o complexo defensivo.

Esta obra divide-se em três partes: a primeira é uma abordagem histórica sobre as Guaritas, a sua evolução ao longo dos tempos, formas de construção e modelos existentes; a segunda debruça-se sobre a Arte, com desenhos a nanquim das Guaritas da raia seca entre Portugal e Espanha; e a terceira consiste no registo fotográfico das Guaritas que vão desde a Torre de Belém até ao Guincho, ou seja na linha do Tejo até Cascais.

Esta obra de qualidade notável, conta com fotografias e texto de Augusto Moutinho Borges e desenhos de Marín Garcia, e está escrita em quatro línguas (Português, Inglês, Francês e Castelhano).

O prefácio é da autoria do Presidente da Comissão Portuguesa de História Militar, Tenente-General Alexandre de Sousa Pinto, no qual o mesmo enaltece "a obra inédita quanto ao seu objeto de estudo, que ainda é valorizada pelos desenhos de um artista de grande qualidade", sendo assim esta obra caracteriza-se como tendo um "indiscutível interesse para a História Militar de Portugal".

BORGES, Augusto Moutinho, GARCIA, Marín, Guaritas, Arte e Engenho, By the Book, Edições Especiais, Lda., Lisboa, outubro 2010.

De Coimbra para o Mundo
2006/2010

Esta publicação, da responsabilidade do Coronel de Cavalaria Bragança Rodrigues, é uma apresentação real da Brigada de Intervenção (BrigInt), quer no âmbito das suas

características e meios, quer no que concerne as actividades desenvolvidas no período compreendido entre 2006 e 2010.

Numa primeira fase apresenta os símbolos da BrigInt, as unidades do espectro territorial que a apoiam e as forças operacionais que a constituem.

Num segundo momento mostra o empenhamento de forças constituídas com os seus elementos, cujo objectivo se prende com o cumprimento das missões atribuídas, no que se refere às Forças Nacionais Destacadas.

Esta obra destaca-se da grande maioria das publicações, uma vez que é enriquecida por inúmeras imagens, pelo próprio material elitista de que é feito e pelo formato da publicação que se mostra do género “paisagem”, em contraposição ao normal, do tipo “retrato”.

De acordo com o Major-General José Alberto Martins Ferreira, “as imagens que ireis ver ilustram bem o sangue suor e lágrimas derramados pelos Homens e Mulheres da Brigada, no treino árduo, nos exercícios e operações, no desempenho de excelência e na procura incessante de um mundo melhor, onde a paz e prosperidade sejam cada vez mais globais.”

RODRIGUES, Jocelino do Nascimento Bragança, *De Coimbra para o Mundo*, Gráfica Tadinense, maio de 2010

A Ascensão da China - Acomodação Pacífica ou Grande Guerra?

Numa época em que as grandes potências mundiais se digladiam pelo poder nas suas várias vertentes, a China, de acordo com as suas capacidades e ambições, procura consolidar a sua posição na conjuntura internacional.

Tiago de Vasconcelos esmiúça as diversas capacidades que caracterizam esta potência, debruçando-se sobre os aspectos compreendidos entre os factores geoestratégicos e a China no seu ambiente externo, passando pela sua ascensão, pelo factor económico-tecnológico, pelo factor político-cultural e pelo factor militar, incluindo os possíveis cenários estratégicos.

Em súmula, retrata uma potência que, noutros tempos, se envolveu em confrontos e disputas que afectaram as demais potências, suas contemporâneas. Não querendo ilustrar uma eventual guerra, transpondo para a actualidade um possível cenário idêntico, procura-se concluir a forma de enquadrar a evolução deste país, na perspectiva de um entrosamento global pacífico, em detrimento de um conflito desmesurado.

Esta obra é a Tese de Mestrado defendida pelo autor no Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas, em junho de 2007, revista e pontualmente actualizada em junho de 2009.

VASCONCELOS, Tiago Maria Ramos Chaves de Almeida e, *A Ascensão da China, acomodação pacífica ou grande guerra*?, Edições Almedina, 2009

Vários autores*

I Jornadas de ID&I de Defesa

No dia 21 de novembro de 2012, tiveram lugar na Academia Militar as I Jornadas de Investigação, Desenvolvimento e Inovação (ID&I) de Defesa.

O Ministro da Defesa Nacional, Dr. José Pedro Aguiar Branco, presidiu à cerimónia de abertura desta primeira edição das jornadas, promovidas pela Direção Geral de Armamento e Infraestruturas de Defesa (DGAIED) do Ministério da Defesa Nacional (MDN) e pelo Centro de Investigação, Desenvolvimento e Inovação da Academia Militar (CINAMIL).

O evento contou, ainda, com a presença do Chefe do Estado-Maior da Armada, Almirante Saldanha Lopes, o Chefe do Estado-Maior do Exército, General Artur Pina Monteiro; o Chefe do Estado-Maior da Força Aérea, General José Araújo Pinheiro, o Comandante da Academia Militar, Tenente-General Vítor Manuel Amaral Viei-

ra e o Diretor-Geral da DGAIED, Major-General Manuel Gravilha Chambel.

Na sessão de abertura, o Ministro da Defesa Nacional destacou três aspetos fundamentais sobre a investigação nas Forças Armadas, designadamente, o interesse de se aprofundar a ID&I, tirando partido do vasto potencial de conhecimento e de competências residentes; a necessidade de maior partilha de conhecimento e de cooperação entre as instituições das Forças Armadas e, de forma mais abrangente, com as instituições da comunidade científica, tecnológica e industrial; e a importância da atividade de ID&I de Defesa para o crescimento da economia nacional.

O Comandante da Academia Militar referiu o contributo do evento para a promoção da ID&I de Defesa e para a sua interligação ao Ensino Superior e à Ciência, à Inovação e ao Desenvolvimento, e à Segurança Interna, bem como para fomentar a cooperação entre as Forças Armadas, designadamente entre os seus Centros de Investigação, e as entidades da comunidade científica, tecnológica e industrial, de modo a criar sinergias que se traduzam na edificação de capacidades das Forças Armadas, no crescimento económico e no desenvolvimento do país.

O Professor Doutor Adriano Moreira moderou a Sessão 1, subordinada ao tema "Capacidade e Competitividade da Indústria Nacional", realçando a importância das Ciências Militares e da necessidade do seu reconhecimento pela Fundação para a Ciência e a Tecnologia. A primeira sessão iniciou-se com a intervenção do Presidente do Instituto de Engenharia Mecânica e Gestão Industrial (INEGI), Professor Doutor Barata da Rocha, que evidenciou a interligação dos domínios da Defesa aos da Inovação e Desenvolvimento, quando apresentou o ciclo de sucesso entre a educação, ciência, inovação e industrialização, no qual a Defesa tem um lugar fundamental. O Major-General Moura Marques, representante da Empresa Portuguesa de Defesa (EMPORDEF), *holding* das indústrias de defesa portuguesas, mostrou o atual envolvimento da EMPORDEF em projetos de ID&I.

A sessão 2 subordinada ao tema "A ID&I Cooperativa Internacional" foi moderada pelo Professor Doutor Carvalho Rodrigues. Iniciou-se com a apresentação da "Perspetiva da Indústria de Defesa Europeia", que contou com a intervenção do *Chairman* da ASD Defence R&T Committee, Senhor Peter Collins. As "Oportunidades de ID&I Cooperativa na Europa", foram abordadas pelo representante da Agência Europeia de Defesa (EDA), Senhor David Chinn, que proporcionou orientações para um melhor aproveitamento de oportunidades para a edificação de capacidades de Defesa dos países membros da agência. Por último, debateram-se as "Oportunidades de ID&I Cooperativa na NATO", apresentadas pelo *Chief Scientist* da NATO, Major-General Alberet Husniaux responsável máximo pela *Science and Technology Organization* (STO) da Aliança Atlântica.

A sessão 3, subordinada ao tema "Desafios e Cooperação da ID&I de Defesa", moderada pelo

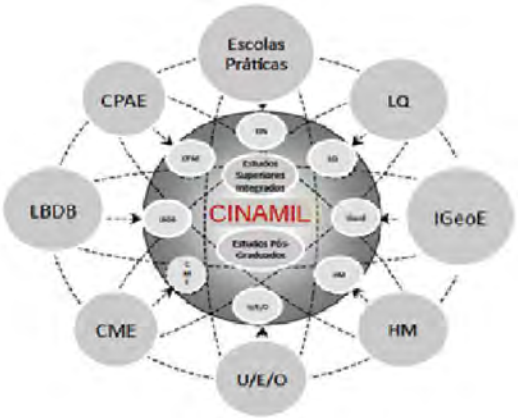
Professor Doutor Luís Valadares Tavares, iniciou-se com a intervenção do Secretário de Estado da Segurança Interna, Dr. Filipe Lobo Dávila, que destacou os projetos atualmente mais estruturantes neste domínio, bem como alguns exemplos da interligação da Defesa à Segurança Interna, que considerou ser essencial reforçar em termos de iniciativas e aplicações de ID&I. Seguidamente, os Centros de Investigação dos três Ramos das Forças Armadas identificaram as atividades de ID&I necessárias para suprir os requisitos de capacidades associados aos atuais previsíveis ambientes operacionais de atuação, caracterizados pelas suas elevadas complexidade e incerteza, e apresentaram os seus projetos de ID&I, que melhor traduzem o seu conhecimento e competências, bem como o nível de cooperação com outras entidades do Sistema Científico e Tecnológico e da Base Tecnológica e Industrial.

No final das primeiras Jornadas de ID&I, teve lugar um debate alargado, que envolveu representantes do ensino superior, da ciência e dos três Ramos das Forças Armadas, onde foi realçada a necessidade de uma cada vez maior interligação entre os diferentes agentes nacionais da ID&I, desde o início dos projetos, as potenciais mais-valias do conhecimento e das competências residentes nas Forças Armadas, e a importância do seu envolvimento, não como utilizadores finais, mas antes como efetivos parceiros de investigação e desenvolvimento.

Este debate permitiu, ainda, refletir sobre a crescente importância que tem sido obtida e criada pelos diversos Centros de ID&I nos vários Ramos das Forças Armadas Portuguesas.

Destacam-se, de seguida, as atividades que têm sido realizadas pelo Centro de Investigação, Desenvolvimento e Inovação da Academia Militar (CINAMIL).

Ao nível do Exército, o CINAMIL coordena e interliga, em rede, as capacidades e as competências de ID&I das Unidades/Estabelecimentos/Órgãos do Exército (e.g. Instituto Geográfico do Exército (IGeoE); Laboratório de Bromatologia e Defesa Biológica (LBDB); Laboratório de Química (LQ); Centro de Psicologia Aplicada do Exército (CPAE); Centro Militar de Eletromecânica (CME)) e apoia as atividades de ID&I da GNR.



Neste sentido, promove ou participa em colaboração com outras instituições da comunidade científica, nacional ou internacional, na realização de projetos de ID&I e na divulgação de conhecimento científico, nomeadamente em áreas de interesse para a Segurança e Defesa, em particular nas seguintes:

(a) Comando, Liderança e Fatores Humanos;
(b) Apoio à Decisão e Guerra de Informação;
(c) Estudo da Conflitualidade e das Crises;
(d) Gestão de Crises;
(e) Ambiente Operacional;
(f) Medicina Operacional;
(g) Tecnologias de Apoio à Segurança e Defesa.

É neste âmbito que, atualmente se desenvolvem um conjunto significativo de projetos de ID&I, dos quais se destacam os seguintes:

(a) SIG3D

O objetivo do projeto SIG3D é implementar na cadeia de produção do IGeoE, uma metodologia para a aquisição de dados tridimensionais, bem como a sua integração em domínios públicos (e.g. *Google Earth*, *Bing Maps*), imediatamente após a aquisição.

Esta capacidade dará um importante contributo na identificação, análise e consequências dos riscos naturais (e.g. inundações, incêndios), tecnológicos e sociais.

(b) Biodecon

A ameaça biológica pode adquirir múltiplas formas exigindo uma grande diversidade de meios de resposta, no entanto existem cenários que são considerados de maior plausibilidade. A contaminação intencional de edifícios é um cenário cuja probabilidade de risco é crescente. No entanto, são escassos os desenvolvimentos tecnológicos adequados à descontaminação de edifícios. Por outro lado, os agentes de descontaminação utilizados apresentam elevada reatividade, elevada toxicidade e significativa atividade residual.

O objetivo deste projeto é instalar uma estação de ensaios para efetuar estudos em ambiente controlado com agentes biológicos, reais ou simulantes, possibilitando assim a avaliação da eficácia das tecnologias e metodologias de biodescontaminação. O projeto prevê um estudo para identificação das tecnologias disponíveis de biodescontaminação e possivelmente o desenvolvimento de métodos de integração dessas tecnologias.

Este projeto constitui uma extensão natural das capacidades operacionais de defesa biológica recentemente levantadas no Exército e proporcionará os meios iniciais para dotar as forças de biodefesa de tecnologias evoluídas para responder a situações contaminação intencional de edifícios.

(c) Firend

O projeto Firend é um projeto realizado em cooperação entre a Academia Militar e Instituto Superior Técnico, que visa o desenvolvimento de conceito, projeto e avaliação de funcionalidade de um novo produto, com elevado potencial de aplicação no combate a fogos florestais, cuja propriedade intelectual se encontra registada na patente Nacional: PT 103246 (data de prioridade: 16/03/2005). Ao produto patenteado foi atribuído o acrónimo do presente projeto: Firend (marca Nacional registada sob o N.º 397027).

O Firend é um projétil de artilharia com um mecanismo de detonação mecânico, que pela sua natureza não explosiva, permite a sua aplicação em tempo de guerra ou paz e ações de apoio à sociedade civil. O projétil Firend pode ser utilizado em âmbitos diversos, destacando-se o elevado potencial de aplicação no combate a incêndios florestais.

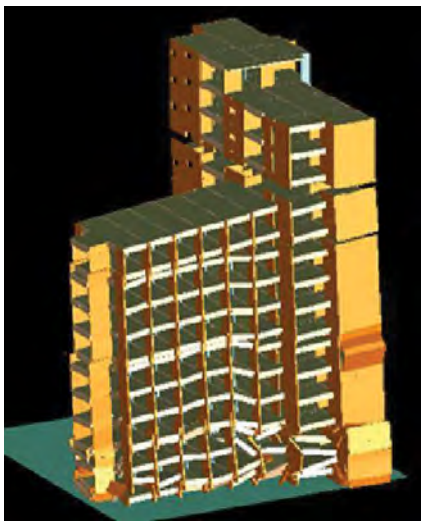
Considerando a localização de unidades do Exército no país, assim como o fácil transporte e o manejamento dos meios que podem ser utilizados no lançamento deste produto, é expectável que o tempo de resposta seja rápido e que se possa dar um apoio efetivo ao combate dos incêndios florestais, sobretudo em locais de difícil acesso.

(d) Demolições de emergência pelo uso controlado de explosivos

A demolição de estruturas pelo uso controlado de explosivos é uma técnica quase desconhecida em Portugal, tendo os exemplos mais mediáticos da sua aplicação sido realizados por firmas estrangeiras. Por outro lado, a técnica de demolição militar, também designada por "destruição", particularmente no que respeita às quantidades de explosivo envolvidas, só pode ser aplicada em situações de conflito/campanha, nas quais não existam restrições em termos de impactes ambientais ou danos em recetores sensíveis, nomeadamente projeções de material, vibrações e ruído. Nessa medida, em circunstâncias nas quais se torne imperioso o emprego de equipas militares especializadas, designadamente na execução de "demolições de emergência", nos casos de ruína prematura de estruturas em larga escala devido a causas naturais (sismos) ou em resultado de ação humana (atentado terrorista), é fundamental que os especialistas envolvidos possuam as competências necessárias ao cumprimento da missão.

O projeto tem como objetivo o aprofundamento da investigação nas técnicas de demolição já sistematizadas, alargando o âmbito da investigação para o campo específico do estudo dos fenómenos das cargas ocas ou conformadas para corte e perfuração de aço em demolições, incluindo o desenvolvimento experimental de diversos mode-

Simulação da demolição da Torre 4 - Troia



los e a realização de uma bateria alargada de testes que permita caracterizar o seu funcionamento e eficiência.

Por outro lado, procura-se aplicar as técnicas desenvolvidas em estruturas que venham entretanto a ser demolidas, sendo que para isso terão de se estabelecer protocolos com entidades externas ao Exército, militares ou civis.

(e) A Influência da Diabetes Mellitus tipo 2 no grau de destruição periodontal – Efeito do controlo glicémico e Dislipidémia

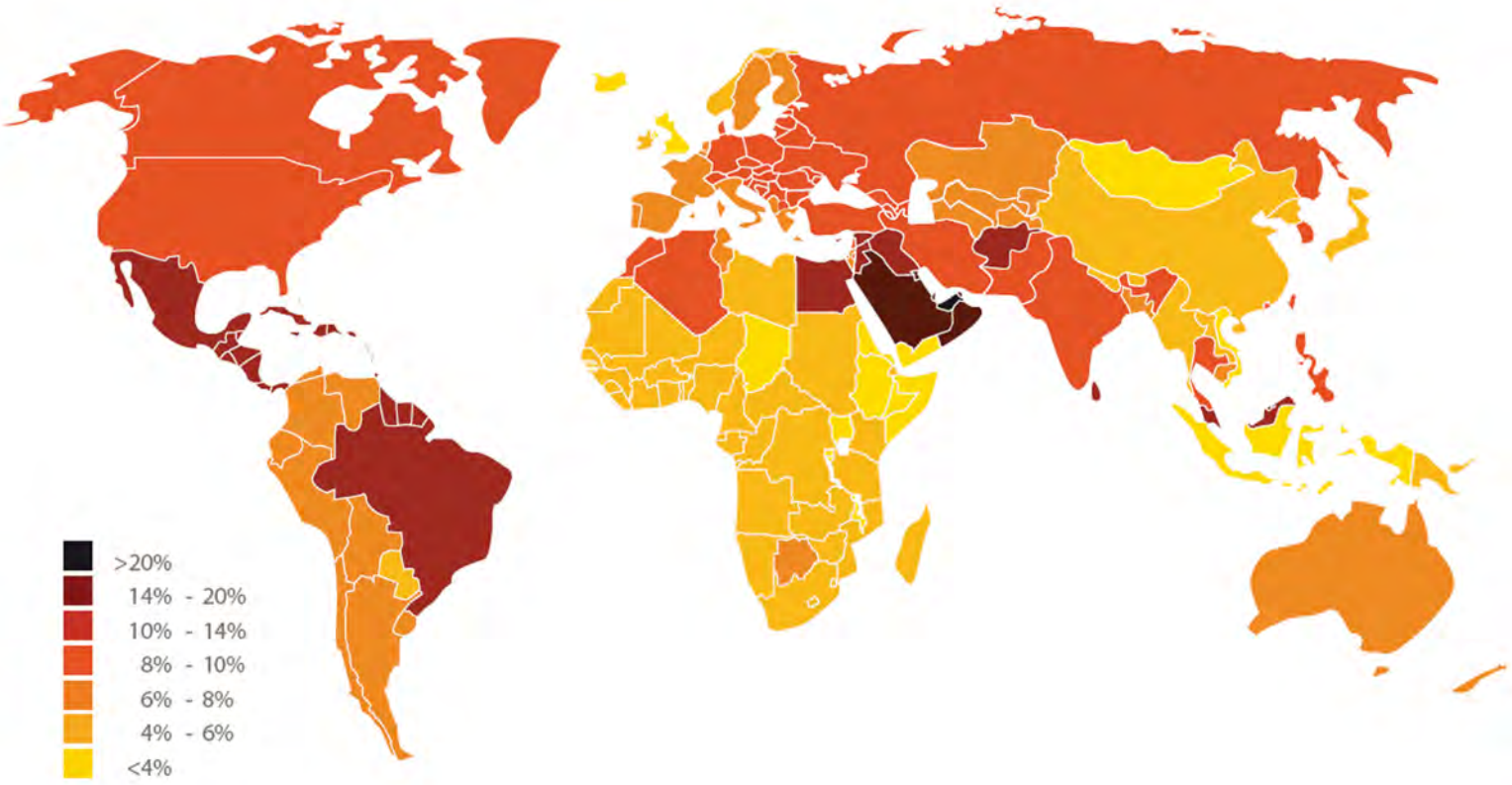
Na atualidade existem cerca de 285 milhões de pessoas com Diabetes Mellitus (DM), 6,6% da população mundial. Portugal, é hoje, um dos países com maior prevalência de DM na Europa, sendo que 11,7% da população portuguesa (com idades compreendidas entre os 20 e os 79 anos) são diabéticos. As suas complicações microvasculares e macrovasculares derivam de um estado de hiperglicémia devido à ausência de produção de insulina na DM tipo 1 e um mecanismo de resistência à insulina na DM tipo 2.

O projeto tem como objetivo identificar quais os fatores alterados no paciente com DM tipo 2 que influenciam o grau de destruição periodontal e estabelecer uma relação causa efeito entre ambas as doenças, de forma a aplicar programas de rastreio e abordagem terapêutica pluridisciplinar do doente diabético nas Forças Armadas, contribuindo para uma melhoria da saúde nas fileiras e uma redução nas despesas com a doença.

(f) PANDORA

A utilização de plataformas aéreas não tripuladas em operações de reconhecimento Nuclear, Radiológico, Biológico e Químico (NRBQ) configura novos aspetos operacionais, entre os quais, o potencial de dispersão secundária de agentes biológicos em ambientes contaminados, principalmente quando temos como critérios os sistemas de descolagem e aterragem vertical (VTOL – *vertical take-off and landing*).

O projeto PANDORA – Plataforma Aérea Não-tripulada para Deteção e Operações de Reconhecimento Aéreo NRBQ" integra duas linhas



Previsão da evolução da Diabetes, para o ano 2025

SOURCE: *DIABETES ATLAS THIRD EDITION*, © INTERNATIONAL DIABETES FEDERATION, 2006 – FONTE DESTA IMAGEM: 2.bp.blogspot.com.

de desenvolvimento complementares de investigação e fusão tecnológica, integrando o universo das plataformas aéreas não tripuladas (UAV - *Unmanned Aerial Vehicles*) e a deteção de agentes NRBQ.

Este projeto tem como objetivo aferir a dispersão secundária de agentes biológicos, por forma a que os seus resultados possam servir de base para o desenvolvimento tecnológico de sistemas destinados a ações de reconhecimento NRBQ, e igualmente constituir uma referência para o desenvolvimento doutrinário no caso de emprego destes sistemas em ambientes potencialmente contaminados.

Numa fase subsequente pretende-se o desenvolvimento de um mini-UAV VTOL integrando sensores e dispositivos de coleção de amostras para agentes NRBQ.

O presente projeto, no contexto do CINAMIL, integra como entidades de investigação do Exército Português, o Laboratório de Bromatologia e Defesa Biológica, o Laboratório de Toxicologia e Defesa Química, a Escola Prática de Engenharia, em colaboração com a empresa Tekever.

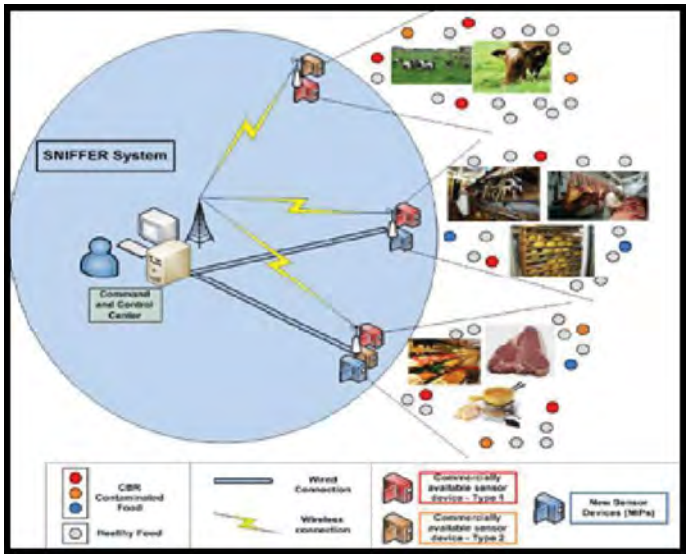
(g) ROVIM

O projeto ROVIM (Robot de Vigilância de Instalações Militares) é um projeto de I&D que envolve a Academia Militar, o CINAMIL e o Instituto Superior Técnico.

Este projeto tem como objetivos a implementação de um protótipo de Robot capaz de se movimentar em recintos fechados e seguir rotas pré-determinadas. Pretende-se ainda, a construção de uma plataforma multidisciplinar com uma forte vertente de apoio ao ensino. Nestes pressupostos, adaptou-se uma arquitetura para o ROVIM baseada num modelo de camadas e, dentro de cada uma, identificaram-se módulos constituintes. Cada módulo (que pode envolver *hardware* ou *software*) engloba diversos blocos que têm vindo a ser executados no âmbito de teses de mestrado.

(h) SNIFFER

O projeto SNIFFER (*SeNsory devIces network For Food supply chain sEcurRity*) envolve o desenvolvimento e integração de novas metodologias de deteção, capazes de efetuar uma deteção rápida, com elevada sensibilidade e especificidade *in situ*. A construção do sistema irá integrar aparelhos comercialmente disponíveis no mercado, bem como novas tecnologias de biosensores, a desenvolver neste contexto. O conceito



Projeto SNIFFER - *SeNsory devIces network For Food supply chain sEcurRity*

de rede (*Detection Devices Network*) de detetores baseia-se na centralização de todos os dados, num centro de comando e controlo, capaz de receber e interpretar informações em curtos espaços de tempo, permitindo gerar informação útil no apoio aos centros de decisão, responsáveis por garantir a segurança de toda a cadeia alimentar, conforme se sintetiza na figura.

O projeto SNIFFER visa o desenvolvimento de um conjunto de detetores (*Detection Devices Network*) e de metodologias, capazes de detetar múltiplos tipos de agentes, de diferentes naturezas (agentes biológicos, químicos e radiológicos - BQR), que possam ocorrer nos pontos mais sensíveis da cadeia alimentar (ex.: locais de produção primária, pontos de transformação, venda a retalho, etc).

O projeto SNIFFER visa também o desenvolvimento de um conjunto de *guidelines* sobre contramedidas e procedimentos que deverão ser utilizados na União Europeia, sempre que um problema de segurança alimentar seja detetado na cadeia alimentar. Este manual irá auxiliar as entidades competentes de cada país a empregar contramedidas corretivas de forma a mitigar, restringir ou mesmo erradicar o agente responsável pelo problema.

(i) Preditores da Adaptabilidade ao Ensino Superior Universitário: Implicações para o Sucesso Académico e Militar

A transição para o Ensino Superior aparece na

literatura, enquanto momento marcante no desenvolvimento psicossocial dos estudantes e assume particular significado em contexto militar.

O estudo e modelo que se apresenta tem por objetivo avaliar e determinar de que forma os diferentes atributos (combinação de atributos disposicionais/cognitivos/sociais) contribuem de forma isolada ou combinada para

Fonte da imagem ddo canto superior direito das páginas ímpares deste artigo: 3.bp.blogspot.com.

a adaptabilidade do sujeito e de que forma têm impacto no desempenho académico-militar.

Em consequência, propõem-se medidas de ajustamento no contexto académico conducentes a uma melhor eficiência e eficácia do processo ensino-aprendizagem, facilitando desta forma a transição e melhorando consequentemente os resultados nas variáveis de sucesso académico--militar e de bem-estar.

Durante o decorrer das Jornadas, teve lugar uma exposição contínua, que permitiu um contacto mais próximo com alguns projetos desenvolvidos.

O Diretor-Geral da DGAIED fez o balanço do evento, salientando:

• O nível de ID&I de Defesa em curso em cada Ramo das Forças Armadas, através dos seus Centros de Investigação e "Centros de Excelência";

• O grande valor e elevado estado de maturidade de diversos projetos, os quais poderão ser desenvolvidos por entidades empresariais, e contribuírem, assim, para o crescimento económico, como bens transacionáveis;

• A frutuosa interação entre diversos agentes da ID&I, nacionais e internacionais, designadamente entre as Forças Armadas e entre os elementos da comunidade científica, tecnológica e industrial, a qual se deverá traduzir na criação de maiores sinergias e aproveitamento de mais oportunidades, tanto no quadro europeu, como no da NATO;

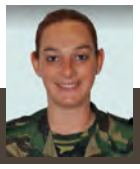
• Que o resultado da atividade de ID&I das Forças Armadas não se circunscreve à área de Defesa, antes tem uma utilidade que se estende à sociedade em geral.

O Secretário de Estado Adjunto e da Defesa Nacional, Dr. Paulo Braga Lima, presidiu à cerimónia do encerramento das I Jornadas de ID&I de Defesa.

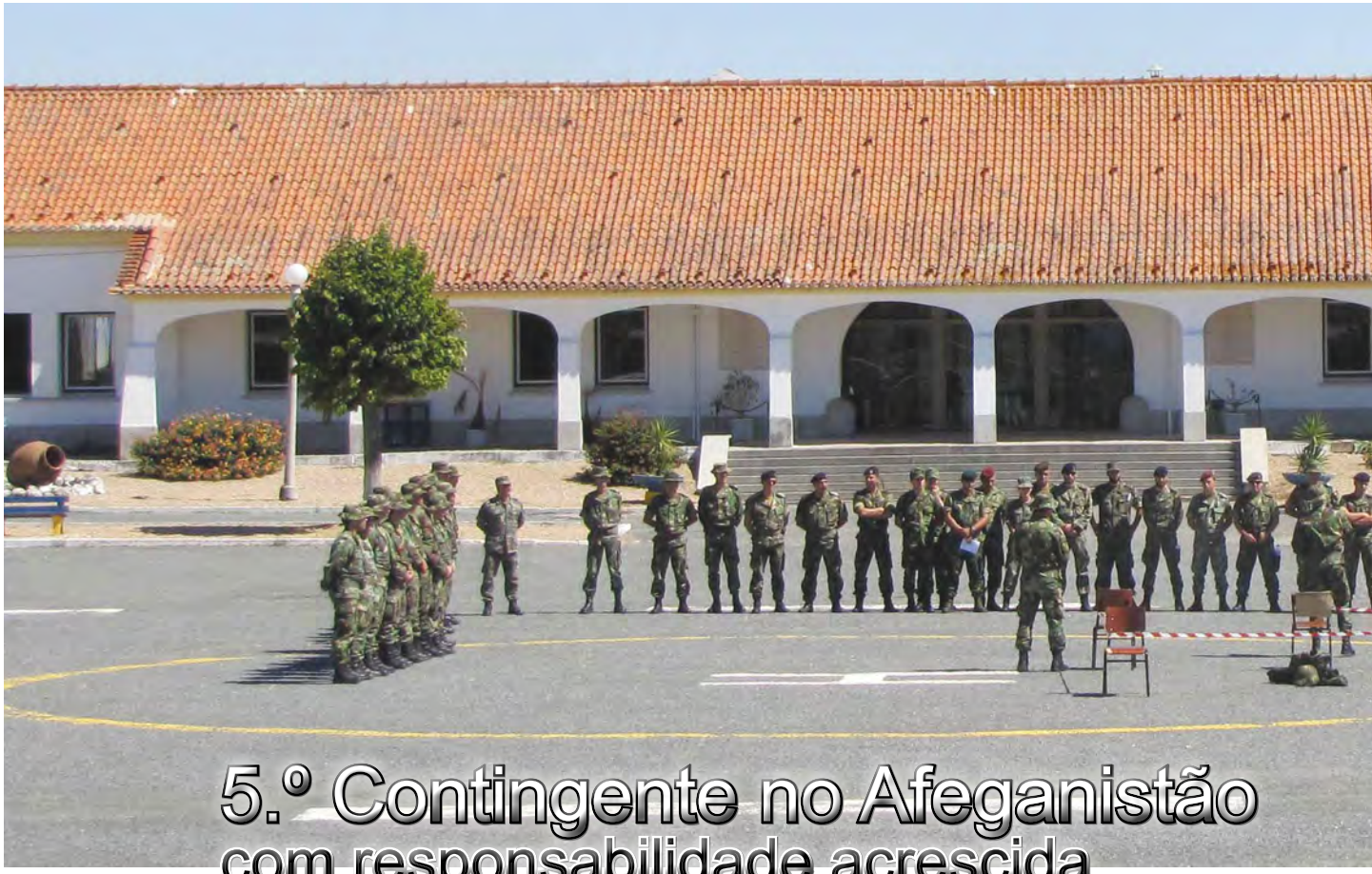
* Tenente-Coronel Carlos Rouco

* Tenente-Coronel Nuno Lemos Pires

* Professor Doutor José Fontes



Alferes RC Filipa Domingos



5.º Contingente no Afeganistão com responsabilidade acrescida

Histórico da participação Portuguesa

Na sequência da intervenção da Organização das Nações Unidas (ONU) no âmbito do combate ao terrorismo, foi aprovada, em dezembro de 2001, a criação de uma Força Internacional de Apoio à Segurança do Afeganistão (ISAF).

Em agosto de 2003, a pedido das Nações Unidas e do Governo da República Islâmica do Afeganistão, a NATO veio a assumir o comando da ISAF, cujo mandado se veio a estender a todo o território afegão.

De acordo com a resolução de 1386 do Conselho de Segurança das Nações Unidas (CSNU), de 20 de dezembro de 2001, compete à ISAF apoiar a manutenção da segurança em Kabul e áreas circundantes, de modo a permitir a atuação das organizações governamentais e não-governamentais empenhadas em tarefas de reconstrução e de apoio humanitário no Afeganistão.

O fator mais significativo para a garantia de umas Afghan National Security Forces (ANSF) inteiramente eficazes e auto-suficientes é o apoio prestado pelas *NATO Operational Mentor and Liaison Team* (OMLT), pelas *US Embedded Training Team* (ETT) e pelas *Mobile Education Training Team* (METT), equipas de Formadores/Instrutores.

Portugal iniciou a sua participação na ISAF em 2002.

Nesse ano contribuiu com uma equipa sanitária, composta por elementos dos três ramos das Forças Armadas, durante 3 meses e com um destacamento de um C-130 (1 ano) da Força Aérea.

Em 2005, Portugal foi *Lead Nation* do Grupo de Comando do Aeroporto de Kabul (KAIA) durante 4 meses, enviou um grupo de controladores aéreos avançados (*Tactical Air Control Party*) da Força Aérea e deu início à contribuição de uma *Quick Reaction Force* (QRF), constitu-

ída por uma companhia do Exército, que viria a operar continuamente no Afeganistão durante 3 anos.

A configuração da contribuição portuguesa volta a alterar-se em 2008, inicialmente com o envio de uma OMLT de Guarnição, numa segunda fase em Agosto com o regresso em definitivo da QRF e no último quadrimestre, com a disponibilização de um destacamento de C-130 para transporte aéreo intra-teatro.

No ano de 2009 o contingente volta a ser reforçado no fim do primeiro trimestre com uma nova OMLT designada de Divisão, para assessorar a *Kapital Division* do ANA (*Afghan National Army*), posteriormente, em julho, com o envio de uma equipa médica para o hospital militar, em Kaia, e finalmente com a disponibilização de um destacamento de C-130 (durante 4 meses) em apoio ao processo eleitoral que decorreu naquele país.

Em 2010 e após cerca de um ano e meio de interregno, Portugal volta a colocar no Afeganistão uma QRF, tendo o mesmo se sucedido em 2011.

O Afeganistão em Beja

A pacatez da cidade alentejana foi significativamente alterada nos últimos meses com o Regimento de Infantaria N.º 3 (RI 3) a ver aumentar o quadro de operacionais para mais do triplo.

A paisagem alentejana em pouco se pode comparar com o ar irrespirável do Afeganistão, com as montanhas áridas onde pouca ou nenhuma vegetação se desenvolve.

Sendo um país com 85 por cento do seu território formado por montanhas, embora inclua planícies no norte e no sudoeste e poucas depressões, na sua maioria, as grandes extensões do país são secas, e o fornecimento de água doce limitado.

Com a capital em Kabul e uma área de 647.500 km2 e 29.863.000 habitantes, o Afeganistão é um dos países mais pobres e inóspitos do mundo. A instabilidade política e os conflitos internos arruinaram a economia só por si já débil e as infraestruturas a tal ponto, que 1/3 da população afegã viu-se “obrigada” a abandonar o país.

Não obstante as diferentes características geográficas, demográficas e económicas, a cidade de Beja, com 1.147,14 km² de área e 35.730 habitantes, da qual faz parte integrante o RI3, situado no Vale do Aguilhão, serviu de "Quartel-General" ao 5.º Contingente de militares portugueses integrados na ISAF.

E porque o RI 3 tem como missão "aprontar a componente operacional que lhe for atribuída; garantir a prontidão dessa mesma componente e colaborar em ações no âmbito das outras missões de interesse público, conforme lhe for determinado", esta unidade alentejana, que faz parte integrante da Brigada de Reação Rápida (BrigRR), foi palco nos últimos seis meses (de abril a setembro), de apoio aos exercícios militares do 5.º Contingente Nacional/Forças Nacionais Destacadas/*International Security Assistance Force* (5CN/FND/ISAF), Treino e Instrução Operacional.

Algumas das principais avenidas de Beja e zonas circundantes viram o seu nome mudar para "Kabul/Kaia", "Wardak", "Camp Warehouse" e "Pol-e-Charki" tendo sido "subitamente invadidas" por dezenas de militares, que levaram consigo um imponente aparato de material de guerra para a simulação de possíveis ocorrências em terreno afegão. Nada foi deixado ao acaso, pelo que foram várias as situações de treino pelas quais este efetivo de 230 homens e mulheres teve de passar.

Desde reações a emboscadas, a ações de tiro direto e a simulações de acidentes envolvendo civis, até a treino de como lidar face a baixas nas nossas forças, foram, entre muitas outras, algumas das situações treinadas.

Embora não seja oficial o número de horas de treino, segundo o Comandante do 5.º CN, Coronel de Infantaria e Operações Especiais Diogo Maria da Silva Pinto Sepúlveda Velloso, estes militares foram submetidos a cerca de 18 horas de treino diário, incluindo instrução noturna, para que nenhuma ocorrência os deixe sem saber como atuar neste teatro de operações (TO), que continua a ser o principal "teatro de guerra", 11 anos depois da fatídica tarde de 11 de Setembro de 2001.

Na semana de 24 a 29 de setembro, Beja foi palco de dois importantes eventos. O Exercício Kabul 122 – que materializou o final da fase de Aprontamento da FND para o TO do Afeganistão e que decorreu sob a responsabilidade da BrigRR, e a comemoração do 7º aniversário desta Brigada.

Tropas portuguesas asseguram segurança estática do Aeroporto Internacional de Kabul

Embora Portugal tenha militares no Afeganistão desde 2002, este 5.º CN ISAF, assume características diferentes dos anteriores em termos de funções operacionais. Desta vez as tropas portuguesas vão assegurar a segurança estática do Aeroporto Internacional de Kabul em KAIA (*Kabul International Airport*). Não sendo uma missão totalmente nova, uma vez que esta missão iniciou com o 4º CN/FND/ISAF, tendo chegado a *Force*

Protection de KAIA ao TO no dia 17 de julho de 2012, e ter assumido a missão cinco dias depois, convém assinalar que os militares portugueses apenas o fizeram por curtos períodos de tempo e como apoio a outros contingentes.

Assim sendo e consoante a portaria n.º 187/2012 do Ministro da Defesa Nacional, de 11 de abril, publicada no Diário da República de 26 de abril, foi determinado o seguinte: "É autorizado o Chefe do Estado-Maior-General das Forças Armadas, a aprontar, sustentar e empregar o Contingente Nacional de apoio à ISAF com o respetivo Comandante, perfazendo um efetivo máximo de 230 militares no TO, integrando a Advisor Team (AT) de Divisão (12 militares), as Equipas de Formadores/Instrutores (20 militares), a Unidade de Apoio (94 militares), a Força de Proteção (FP) para o KAIA FP (65 militares), a Célula de Informações Militares (6 militares) e o pessoal destacado no QG e no KAIA (17 militares). As equipas de Formadores/Instrutores incluem uma componente da Guarda Nacional Republicana, com 15 militares".

Na prossecução do objetivo de dotar as ANSF, de capacidades para o cumprimento da sua missão e ao mesmo tempo promover a transferência de responsabilidades na segurança interna do Afeganistão e de acordo com os objetivos traçados pela NATO, Portugal disponibilizou mais um CN.

O 5.º CN ISAF é constituído por elementos dos três ramos das Forças Armadas e ainda por elementos da Guarda Nacional Republicana (GNR).

De acordo com a Diretiva Operacional nº 011 do CEMGFA de 2012, que regula as orientações do Contingente, os militares portugueses têm como missão: contribuir para a defesa interna das instalações de KAIA; ministrar instrução básica e complementar, formar formadores e assessorar as ações de formação nos Centros de Formação das ANSF; aconselhar, assistir e assessorar as unidades das ANSF – ANA e *Afghan National Police* (ANP), com vista ao seu emprego operacional; garantir a gestão e controlo dos materiais, equipamentos e munições à disposição do CN no TO do Afeganistão; garantir a sustentação e proteção da própria força e apoiar outros militares nacionais em missão no TO, quando necessário.

Em termos práticos e no que diz respeito à constituição deste CN, o mesmo é composto da seguinte forma: Comandante; Unidade de Apoio do Contingente Nacional; AT Cap Div HQ – assessora a 111ª divisão da Capital Kabul (do Exército Afegão); Equipas de Formadores (uma da Força Aérea e outra da GNR) dá a formação a bombeiros, meteorologistas, segurança de voo, tráfego aéreo, manutenção de sistemas ao pessoal que vai integrar a aviação civil Afegã; o PeH SAT dá formação a formadores na Academia da Força Aérea Afegã; GNR – assessora a formação de Polícia Afegã no ITC/NPTC (*International Training Compound/National Police Training Center*); Força de Proteção de KAIA – colabora na segu-

rança interna do Aeroporto de Kabul; Célula de Informações Militares (CIM) e militares a preencher cargos no Crisis Establishment (CE) do TO.

O CN está assim dividido pelo território afegão, estando o grosso da força aquartelado em Kabul, e os elementos da GNR instalados em Wardak.

Missão de risco elevado devido a transição para forças afegãs

O assunto é delicado e sobre ele ninguém ousa falar ou questionar estes homens, mas a verdade dos factos está registada na história desde 2001 e não raras vezes serve de abertura de telejornais.

Um relatório do Instituto Brookings, dos Estados Unidos revelou a dura realidade deste conflito, com cerca de 2.000 soldados americanos mortos. A contagem inclui tanto os soldados mortos em ação, quanto aqueles que morreram posteriormente no hospital ou fora de situações de combate. Estima, ainda, o documento que 40,2% das mortes de americanos no Afeganistão foram causadas por explosivos improvisados e 30,3% por ataques armados. Segundo os números oficiais, pelo menos 17.644 soldados americanos já foram feridos em ação neste país. Entre os militares britânicos, o segundo maior contingente no país, o total de mortes chega a 433.

No que concerne ao total de baixas entre os afegãos, não há dados exatos, mas a maioria das estimativas calcula pelo menos 20 mil civis e 10 mil membros das forças afegãs mortos.

Completados 11 anos desde o início da intervenção militar liderada pelos Estados Unidos, ainda assim o país continua altamente instável e com elevada violência.

Em junho de 2011, a um ano das eleições, o agora reeleito Presidente americano, Barack Obama, anunciou a intenção de retirar 33 mil soldados do Afeganistão até setembro último". Segundo Obama, estava na hora de "nos focarmos na construção da nação aqui mesmo, dentro de casa (...) Precisamos de construir a nossa infraestrutura. (...). Precisamos de nos voltar para os nossos propósitos económicos", afirmou depois de lembrar a década difícil para os Estados Unidos e onde foram gastos muitos milhões de dólares, nesta guerra.

Para o Presidente americano embora os EUA tenham alcançado os seus principais objetivos no Afeganistão, a retirada dos soldados é o começo e não o fim dos esforços para pôr fim ao conflito. Disse Obama: "É o início, mas não o fim, dos nossos esforços para terminar esta guerra. Vamos ter a pesada tarefa de não perder o que ganhamos, enquanto retirarmos as Forças e passarmos a se-

Fontes desta imagem e da imagem da página seguinte: Brigada de Reação Rápida.

gurança ao governo afegão", afirmou. "Não tentaremos fazer do Afeganistão um lugar perfeito. Não vamos patrulhar as ruas ou as montanhas indefinidamente. Isto é responsabilidade do governo afegão".

Segundo os noticiários da época, Obama sublinhava ainda que "deixava em território afegão cerca de 70 mil soldados, e que tanto os EUA como os aliados da OTAN (Organização do Tratado do Atlântico Norte) esperam colocar fim à missão de combate e transferir totalmente o controle para as Forças afegãs até o fim de 2014, um período de transição que finalmente pode acabar com o conflito.

De acordo com o calendário de retirada estipulado pela Aliança Atlântica, a transição do controle da segurança às Forças Afegãs estará completa em 2014, quando as tropas internacionais que ficarem no país se limitarão a tarefas de formação e apoio.

Em maio, numa conferência de imprensa na embaixada da França em Kabul, o chefe de Estado francês, François Hollande realçou que chegou a "hora da soberania afegã". O Presidente Francês frisou que "não cabe aos aliados definir o futuro do Afeganistão", mas sim aos afegãos que "tomarão o caminho que escolherem livremente".

Hollande explicou ainda que "as tropas vão deixar o Afeganistão, mas que a França manterá uma presença militar, que se vai dedicar à formação dos quadros do Exército afegão e estar presente nos hospitais e no aeroporto. No final do período de transição não haverá "mais ações militares" de nenhum tipo, mas existirá uma cooperação mais avançada que a atual, em setores como a educação, cultura, arqueologia e saúde", prometeu.

Por sua vez, Philip Hammond, Secretário da Defesa do Reino Unido, também anunciou em outubro que 500 dos 9.500 militares britânicos que estão no Afeganistão serão retirados ainda em 2012, prevendo-se o regresso de todos até ao final de 2014.

Assim sendo, e embora a hora da retirada das tropas esteja, aparentemente, para breve, o comandante do próximo Contigente Português já está escolhido. As Forças Armadas Portuguesas não páram, e enquanto uns vão, outros regressam: no dia 11 e 21 de outubro partiu o 5.º CN ISAF e, no dia 12 e 22 de outubro, pelas 03h15 desembarcavam em Figo Maduro 120 militares, procedentes de Kabul, terminando assim a rotação dos efetivos que compunham o 4º Contigente da FND ISAF, comandado pelo Coronel de Infantaria António Martins Gomes Leitão.

Comandante da BrigRR elogia contributo de Portugal nos esforços internacionais

Aquando da cerimónia do 7º aniversário da BrigRR, as FND não foram, obviamente, esquecidas nos discursos do Chefe do Estado-Maior do Exército (CEME), General Artur Pina Monteiro, nem no do Comandante da BrigRR, Major-General Fernando Celso Vicente de Campos Serafino.

No âmbito operacional, o CEME, destacou o " exigente aprontamento" do 5.º CN para o TO do Afeganistão, saudando o "esforço dos militares da Marinha, do Exército, da Força Aérea e da GNR", sublinhando que o ciclo de aprontamento de Forças aponta ainda, o início a 1 de outubro de 2012 do aprontamento do 2º Batalhão de Infantaria Para-quedista que irá ser empenhado como Reserva Tática da Força, da NATO no KOSOVO, no 1º semestre de 2013.

Já o Comandante da BrigRR agradeceu a forma "exemplar" como os militares e civis do RI 3 acolheram e executaram a missão de apoio ao aprontamento do CN, não esquecendo a participação da Base Aérea N.º 11, o apoio do município de Beja, das autoridades locais e a compreensão das populações pelos incómodos que o desenvolvimento do treino operacional causou em alguns momentos.

Fotografia da autoria de Tenente-Coronel Amorim.

"O contributo de Portugal nos esforços internacionais para a estabilização e desenvolvimento do Afeganistão, condições indispensáveis à garantia da paz e da segurança globais", foi destacado pelo Comandante que lamentou o facto de este contributo ser "muitas vezes desconhecido por parte dos portugueses, mas que se traduz num esforço institucional e individual dos nossos militares que merece, sem dúvida, a melhor atenção, apoio e reconhecimento público pelos serviços prestados ao país".

Dirigindo-se ao 5.º CN ISAF formado, aquando desta cerimónia, do lado direito da formatura com o uniforme de padrão deserto, o Major-General enalteceu o "trabalho feito, em condições bem difíceis, com riscos acrescidos que importa não ignorar, feito diariamente pelos nossos camaradas de armas, homens e mulheres, dos mais jovens aos menos jovens, do marinheiro, do soldado, do guarda ao Sargento ou ao Coronel e que a partir de outubro até abril do ano que vem, será assegurado por estes homens".

Certo que saberão "cumprir a missão com distinção, sentido patriótico e inequívoco sentido do dever", o Comandante da BrigRR concluiu com palavras de reconhecimento e confiança no profissionalismo, capacidades e competências destes militares, desejando-lhes boa sorte nesta missão.

Comandante do 5.º CN ISAF sublinha "*missão essencialmente e profundamente militar*"

Em época de cortes e de crise, a motivação destes homens poderia ser, sobretudo, e principalmente financeira, mas não o é. Conforme o *Jornal do Exército* (JE) constatou através do depoimento de alguns militares, aquando do final do aprontamento em Beja, outras motivações estão na base do oferecimento para este tipo de missão.

A atual austeridade não foi "escamoteada", mas a "experiência profissional", "o desafio", "o superar obstáculos", o "enriquecimento pessoal pelo contacto com um novo povo e uma nova cultura", tal como "o amor à pátria" e "à farda que envergam", encabeçam a lista de respostas aquando da questão: "Qual é a principal motivação que o leva a ingressar nesta missão?"

Foram homens e mulheres cansados de meses de treino intensivo, mas satisfeitos com o seu desempenho e ansiosos pela partida, que o JE foi

encontrar no RI3. O risco a que estão sujeitos é uma realidade, mas os elevados padrões de treino e o reduzido número de baixas portuguesas no Afeganistão (dois mortos) num total de cerca de 2.600 militares que cumpriram missão naquele TO, deixa este CN confiante de que independentemente do que forem encontrar, para isso estarão preparados.

O reconhecimento do terreno em causa, também, em muito ajuda no aumento desta confiança, uma vez que 15 % deste 5.º CN ISAF já esteve no Afeganistão e mais de 40% em missões no estrangeiro.

Em declarações ao JE o Comandante do 5.º CN ISAF, Coronel Sepúlveda Velloso, 51 anos, Infantaria e Operações Especiais, falou da importância da missão e de largos meses de trabalho.

JE - Que características definem esta missão e o que a difere das anteriores?

Coronel Velloso - Esta missão é de assessoria, de instrução e de formação. À parte disso, temos outra, também importante, e essa sim, é diferente da anterior, que é a constituição e contribuição do esforço na defesa do aeroporto de Kabul através de uma companhia composta por Fuzileiros e um pelotão de Polícia do Exército. É essa a grande diferença em comparação com os outros contingentes. De resto, temos uma série de militares e cargos, chamados de cargos individuais dentro da estrutura da OTAN, no Afeganistão. Depois para garantir toda a missão, nomeadamente o apoio, a sobrevivência e a prestação de todos os militares, existe uma companhia de proteção dos Comandos que faz a escolta e a segurança.

JE – Como foram estes meses de trabalho em Beja?

Coronel Velloso – O aprontamento passou por diversas fases. A primeira teve início em maio, foram, basicamente, requisitos operacionais e toda a parte administrativa logística individual, sendo que anteriormente existiu dentro de cada ramo um aprontamento individual para os seus elementos, nomeadamente da GNR, Marinha, Força Aérea e Exército. A segunda fase teve início em julho e terminou em setembro e pretendeu nivelar os procedimentos comuns de segurança e proteção da Força. E essa é transversal a todas as componentes. Cada uma das componentes deste 5.º CN tem uma missão muito específica que tem a ver com um esforço global dentro da estrutura OTAN. Comum a tudo isto há a preocupação da proteção e ter que operar, nomeadamente com a companhia de proteção da unidade de apoio e a própria com-

panhia que está no aeroporto de Kabul. Portanto, há uma série de medidas que têm que ser treinadas, cada uma nas suas partes, mas em termos de segurança digamos que é comum. Todos têm de a praticar, desde o Estado-Maior, ao comandante da Força, até o Capelão.

JE - Como foi gerir tantos homens de ramos diferentes?

Coronel Velloso - Não é a primeira vez que o faço. Estou tranquilo porque os níveis atingidos foram muito bons. Devo confessar que excederam as expetativas em termos operacionais.

JE - Que palavras na hora da partida?

Coronel Velloso - Vamos cumprir uma missão que é importantíssima para Portugal e para cada um, porque é uma missão essencialmente e profundamente militar. Vamos ter que trabalhar todos juntos, com os mesmos objetivos, independentemente das origens e das culturas de cada um. Com certeza que está já à flor da pele tudo o que é preocupações de segurança, claramente, porque é um TO com as suas particularidades, onde o risco é óbvio. Deixei sobretudo palavras de sossego para as famílias. Estamos perfeitamente cientes do que

vamos encontrar. Estamos bem preparados, constatado isso por nós e por quem de fora nos veio avaliar e certificar. Estamos aptos a cumprir a tarefa.

Primeiro-Sargento enfermeira da Força Aérea revela motivação e expetativas

Cada vez mais é uma realidade a presença de mulheres militares em teatros de guerra, e apesar do reduzido número, não chegam a uma dezena, a componente feminina também faz parte deste 5.º CN, pelo que o JE aproveitou a ocasião para ouvir as motivações e aspirações de uma dessas mulheres, revelando também o outro lado desta missão que juntou todos os ramos das Forças Armadas Portuguesas.

JE – Já conhece este Teatro de Operações? O que espera encontrar?

Primeiro-Sargento Tânia Garcia, da Força Aérea (enfermeira) – Não. É a primeira vez que ingresso numa missão, motivo pelo qual este TO é totalmente desconhecido. Apenas conheço do que oiço falar. É a minha primeira vez em tudo, quer numa missão, quer neste palco de guerra. Do treino que tivemos e da minha experiência penso que estou preparada. O que vou encontrar é uma incógnita. Vai ser tudo novidade. Vai ser uma experiência completamente única por representar Portugal, assim como conhecer uma cultura completamente diferente da nossa.

JE – O que representa esta missão em termos profissionais?

Primeiro-Sargento Tânia Garcia – Como profissional de saúde, estar à frente de todo o contingente, é algo de estrondoso. Ser responsável pela parte sanitária é uma experiência única e para o futuro vai-me dar mais capacidades para resolver situações inesperadas. Contamos que as ocorrências sejam a nível do foro gastrointestinal, gripes e constipações, não esquecendo a hipótese da ocorrência de feridos. Contudo, estamos preparados para isso, no caso dessa situação se vier a verificar.

JE – Como reage aos seguintes fatores em simultâneo: família, ser mulher e conviver com outros ramos?

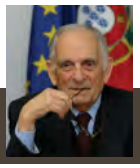
Fonte: Brigada de Reação Rápida.

Primeiro-Sargento Tânia Garcia – O facto de "deixar" em Portugal o meu filho de 3 anos é mesmo o mais complicado e o que mais me deixa emocionada. No que toca à família, foi uma decisão em sintonia quando manifestei vontade de integrar esta missão. No que diz respeito aos treinos e ao convívio com elementos de outros ramos, foram três meses de treino um pouco duros, mas correu tudo bem no aprontamento, e embora sejamos apenas 13 elementos da Força Aérea, todos os camaradas nos receberam bem. Quanto à vertente feminina nesta missão, acho que é como estar no meio de mulheres. Eles têm respeito por nós, pelo que basta sabermos manter a nossa postura que tudo se resolve e o ambiente é bom.

JE – Que palavras reteve do Comandante na hora da partida?

Primeiro-Sargento Tânia Garcia – Tolerância uns com os outros. Abstração de conversas que possam causar atritos e socialização entre todos no sentido de não haver isolamentos, sobretudo nos períodos mais complicados que surgirão ao longo de seis meses longe de Portugal, da família e dos amigos.

O JE agradece ao RI3, BrigRR, e ao 5.º CN/FND/ISAF pelo precioso contributo, encaminhamento, documentação, testemunhos e apoio logístico na realização desta reportagem.



Professor Doutor Adriano Moreira

Fontes da imagem do canto superior direito das páginas ímpares deste artigo: images.all-free-download.com e www.zenithlacres.com.br.

A Segurança e o Saber

A paz da guerra mundial de 1939-1945, que, na fundação da ONU em S. Francisco, haveria de seguir o hábito de ser proclamada a última das guerras, não foi justa para os chefes políticos que a conduziram, nem do lado dos supostos vencedores, nem dos vencidos: Adolfo Hitler suicidou-se, Mussolini foi morto pelos *partigianos*, Churchill foi de seguida derrubado pelos trabalhistas, De Gaulle demitiu-se em janeiro de 1946, e apenas no Japão foi mantido o Micado pela sua utilidade reconhecida pelo General Mac Arthur que havia de protagonizar o primeiro conflito, na democracia americana, entre o poder civil presidencial (Truman) e o poder militar do herói que seria demitido por desobediência.

Se dermos lugar cimeiro, no que toca à crueldade dessa guerra mundial ao holocausto mandado executar por Hitler, talvez possamos acompanhar Jean-Claude Barreau e Guillaume Bigot nesta conclusão: "em Hiroshima morreu uma certa ideia de Progresso. Em Auschwitz, uma certa fé pacifista: a ideia, infelizmente falsa, de que tudo é preferível à guerra".[1]

A maior parte das potências responsáveis pelo conflito e pala sua dimensão, tinham sido surpreendidos pela evolução dos acontecimentos, pela leitura errada da conjuntura, como aconteceu aos depois chamados *muniquenses*, pelo apego à mentalidade e aprofundamento do crescimento económico e dos mercados como aconteceu aos EUA do todavia notável Roosevelt que morreria antes do fim do conflito.

Vamos tentar relacionar este processo, que seria pontuado depois da Ordem Militar da NATO – Varsóvia pelas custosas guerras marginais do Sul, incluindo a Coreia, o Vietnam, ou a divisão do Império Britânico das Índias, em que Goa entrou sem lei nem história que legitimassem a violência, com duas *situações de ignorância*: uma perante os desafios do desmoronamento da ordem que até então fora desenhada e dirigida apenas por ocidentais; outra perante o *globalismo anárquico* em que nos encontramos.

Quanto à primeira situação, que se tornou evidente pela surpresa já mencionada dos governos ocidentais, desafiados por um pequeno homem (Hitler) de baixa estatura e pele escura que se guia-

va pela crença na superioridade racial, considero importante registar que foram os Estados-Maiores que deram um impulso precioso à prática da *interdisciplina*, destacando-se o apoio solicitado não apenas à *física* que levou a Hiroshima, mas também às *Humanidades* em vista do pluralismo, sem precedente na dimensão dos exércitos e do teatro de operações. Unificar a coordenação e comando de gentes de todas as religiões, etnias, histórias de submissão e liberdade política, memórias conflituosas de passados que moldaram as identidades, projetos múltiplos de futuros, todos atingidos pela quebra da paz, e sem esperar nos horizontes fechados um futuro comum, foi um ato de inteligência que ficou marcado pelo sacrifício académico de Openheimar: tendo conduzido a investigação que conduzira à domesticação da energia atómica, e depois da primeira experiência no Deserto do Nevada, avisou, no Manifesto de Los Alamos, que nenhum governo deveria usar aquela capacidade em atos de guerra: foi punido severamente por isso.

A experiência da guerra, se deixou uma raiz que frutificou sobre a *interdisciplina* que desafiou a investigação e o ensino no século passado, também foi revelando conclusões que desafiavam respostas que não encontravam na experiência da guerra finda pistas satisfatórias.

Talvez deva creditar-se a essa experiência o renascimento, a divulgação do ideal da *Europa unida*, um conceito que desde logo enfrentou uma versão entretanto remetida para o esquecimento, mas agora revisitada em consequência da crise mundial, económica e financeira. Foi a conceção de uma Europa que, unindo-se, daria liberdade aos regionalismos como células de referência. Foi depois dos "Trinta gloriosos", os anos que correram até 1975. Tratou-se da sequência dos movimentos juvenis que derrubaram De Gaulle no maio de 68, e que, com líderes da dimensão anarquista de Cohn-Bendit, defendiam uma "Europa das Regiões", que traria para a causa internacional a Bretanha, a Córsega, a Catalunha, a divisão da Bélgica.

Mas se esta versão, agora a renovar-se, foi ultrapassada, pelo que toca à segurança, aquilo que os ingleses chamam the *guarantee of safety*, os desafios apareceram inovadores, a desafiar os saberes adquiridos no conflito mundial que findou.

Em primeiro lugar o reforço da opinião pública, que afetou definitivamente a intervenção e retirada dos EUA do primeiro Iraque e do Afeganistão, perturbando, de caminho, a unidade do Conselho de Segurança, da NATO, e do Conselho Europeu; a evolução rapidíssima para o fim do serviço militar obrigatório, um instrumento de integração que desapareceu ao mesmo tempo que a liberdade de circulação no espaço europeu, o descontrolo das migrações, a falta de políticas de integração, tudo ressuscitou a temática da diferença, e eventual conflito, entre o *conceito de individuo*, que é numérico, do *conceito de cidadão*

[1] Barreau e Bigot, *Toda a história do mundo*, Teorema, Lisboa, 2009, pág. 357.

Fontes: esta imagem: 3.bp.blogspot.com; imagem da página anterior: 1.bp.blogspot.com.

que está ligado à *nacionalidade*, de *comunidades institucionais* e *multidão sem solidariedades*, e finalmente, para além da legalidade definida pelos Tratados postos em esquecimento, os *poderes de facto* que nenhuma lei cobre como acontece com o G20, ou para a imperatividade das sedes financeiras cujos centros decisórios são desconhecidos, para a falha de lideranças carismáticas como as que conduziram a guerra, para a crise das escalas de valores, para o regresso á invocação de valores religiosos para conduzirem ataques recompensados do fraco contra o forte.

Ao mesmo tempo, sendo centenas os novos Estados saídos da descolonização, os factos evidenciam que a maior parte deles não tem capacidade para responder aos desafios da natureza, aos furacões, às inundações, aos tremores de terra, as pestes que reaparecem, e assim por diante.

Quando, passado pouco mais de meio século sobre a fundação da ONU e proclamação das esperanças de um novo futuro, a crise mundial económica e financeira, que fez com que a fronteira da pobreza passasse para o Norte do Mediterrâneo, e o turbilhão do movimento muçulmano, a caminho de uma democracia anunciada como respeitosa do Corão, a acompanhar, deparamo-nos

com duas orientações de pensamento, ao mesmo tempo cada uma delas mistura de ideologia com observações de rigor variável.

Um dos conceitos sustenta que os riscos de guerra existem sempre, que é necessário ter conceitos estratégicos de defesa apoiados em meios humanos e materiais apropriados. A dúvida está na perceção da evolução da circunstância, mas sendo por enquanto evidente que, na indefinida supercomplexidade em que vivemos e mal definimos, pelo menos é visível que falha a harmonia entre o *poder das sociedades civis*, o *poder que as governa*, e a *circunstância externa*, que os condiciona.

A isto responde a corrente a que deu nome Maurice Bertrand, crente de que "uma revolução intelectual está em vias de preparação neste domínio e que ela será de uma amplitude sem igual na medida em que implicará uma transformação profunda da estrutura política do Planeta".[2]

No fundo, a inspiração mais evidente deste regresso à família dos projetistas da paz baseia-se na premissa, que se tornou notada no seu tempo (1978), de Pierre Mendés France, segundo o qual

[2] Maurice Bertrand, *Le fin de l'Ordre Militaire*, Presse de Sciences Po, 1996, pág. 13.

Fontes: esta imagem: www.euroimpala.pt; imagem da página anterior: www.loscabosmagazine.com.

"nenhum objetivo será jamais conseguido se a paz não for previamente assegurada".

Os factos de apoio resumem-se à enumeração das medidas que impediram, durante meio século, o confronto entre os Pactos Militares que impuseram uma ordem no espaço onde deveria vigorar a Ordem da ONU, e que foram a origem do conceito de Aron, segundo o qual vivemos meio século em "guerra improvável e paz impossível".

Os conflitos a que entretanto temos assistido, e que perduram, permitem verificar apenas, segundo supomos, sobretudo mudanças radicais no que toca à estrutura conceptual da segurança tradicional, e pouco sobre a evolução da corrente dos doutrinadores da paz: mudança do conceito de fronteira sagrada; substituição da defesa e segurança de cada Estado pela formação de *regionalismos*, de que a União Europeia ainda é o modelo mais acabado; a alteração da hierarquia das potências, em parte baseada nos avanços da ciência e da técnica; as fragilidades do forte contra o fraco; a separação da superioridade estratégica da superioridade financeira, evidente na crise ocidental; o enfraquecimento, e até desaparecimento, das escalas de valores tradicionais, alguns lesivos do apoio das populações aos seus poderes de defesa e segurança.

Tudo está a passar-se velozmente, em termos de a situação anárquica em que vivemos ser de extrema complexidade, que não consente juízos de certeza, que invalida rapidamente os juízos de probabilidade, e faz com que os juízos de possibilidade estejam sempre submissos a que acontece outra coisa.

Quando tudo se passa num período de crise financeira e económica mundial, a hierarquia das potências é obrigatoriamente revista, o interesse permanente de conteúdo variável exige observação constante, velhas categorias, *como a de protetorado*, renascem mesmo cobertas por uma se-

mântica que pretende salvaguardar pelo menos a antiga dignidade.

Pequenos países, como o nosso, não podem deixar de aderir ao apoio do novo regionalismo que tem forma e exemplo do projeto Europeu, agora em execução irregular, de por vezes duvidosa e por vezes evidentemente atentatória do projeto assinado, e também não pode ignorar, nem o poder externo lhe consente, que os limites financeiros à disposição do Estado estão muito aquém do exigível por uma segurança e defesa condicionada pela perplexidade do globalismo da circunstância externa.

Mas assim como a última guerra mundial, que tantos Estados surpreendeu, tornou evidente o recurso à *interdisciplina* numa dimensão talvez nunca antes praticada, agora a supercomplexidade exige a *transdisciplina*, que suponho deve ser uma exigência da atenção dos Estados em situação de exógenos, periféricos, funcionais, pobres. Isto porque se é grave que os meios à disposição das forças de segurança e defesa, designadamente na época tecnocrática que vivemos, é muito mais grave que o saber e o saber fazer desapareçam ou se desatualizem. É seguramente mais grave, quanto ao futuro, do que desaparecer a frota de pesca e os estaleiros, a inevitável perda do saber e do saber fazer. Nas forças de terra e mar, e na força aérea, igualmente a simultânea falha de meios e perda progressiva do saber e do saber fazer é o maior impulso para a inviabilidade de recuperar uma situação igual na comunidade das nações, quer pela dimensão, se mantenham soberanos em atuação individual, quer tenham de inscrever-se em regionalismos de amparo, força, e intervenção coletiva assumida, ponderada, e respeitada.

É por isso que não é possível deixar de sustentar uma orientação que preserve, acima das deficiências inevitáveis pela debilidade financeira, o aparelho do ensino, investigação, e da segurança e defesa em todas as frentes, em todos os níveis, e abrangendo da globalidade em movimento.

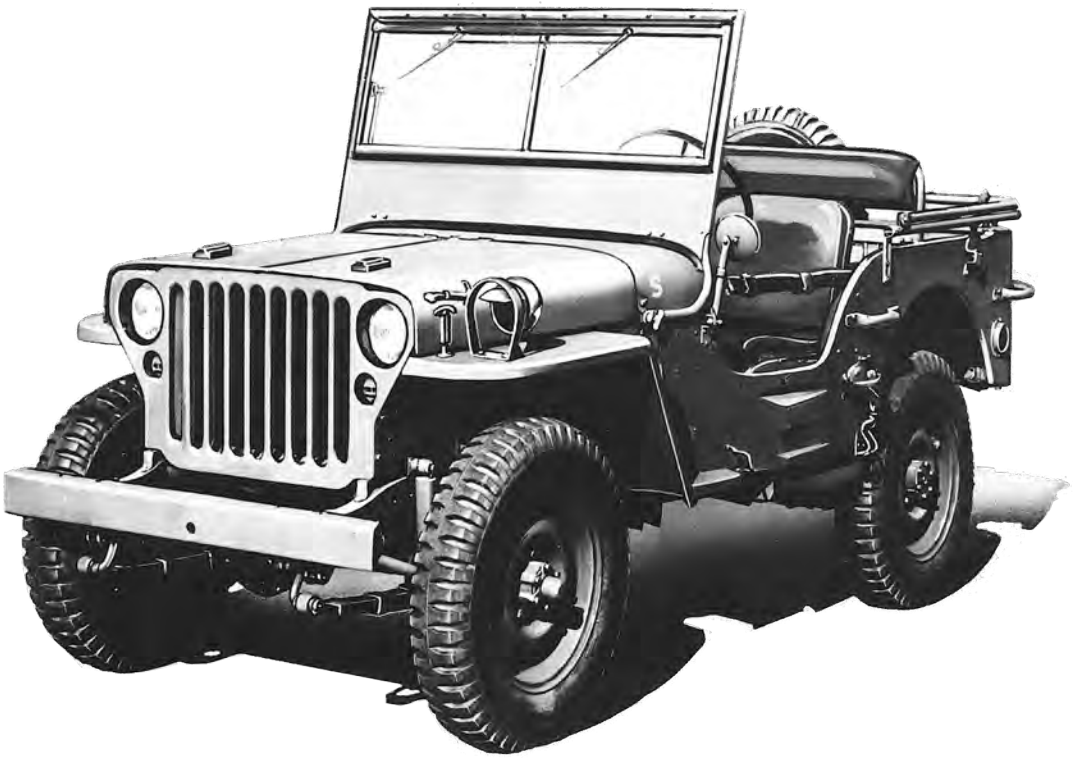
Durante meio século de NATO, não foi a capacidade de material estritamente português, nem o poder funcional que depende da geografia, nem sequer a conceção dos valores da identidade, que prevaleceram e mantiveram o respeito nunca quebrado da nossa participação: foi *o saber* e *o saber fazer*, ainda que os meios exigíveis estivessem a cargo alheio.

Por isso deve ser prestada atenção à exigência de a rede do ensino, nesta área da segurança e defesa, ter a dignidade universitária, participar na definição da transdisciplina que os tempos exigem, acentuando até que tal área é talvez a que hoje melhor responde à necessidade de entrelaçar as ciências duras com as humanidades, tendo sempre visto que é necessário acrescentar ao conceito de uma Europa da informação e do saber, a Europa da sabedoria, isto é, dos valores, que são parte tão fundamental dos militares ao mesmo tempo doutos e valentes.

O seu lugar efetivo no Conselho de Reitores, é uma exigência do interesse público, e nas condições atuais um pequeno passo que não aumenta as inquietações dos contribuintes, não perturba o orçamento que é o nosso evangelho de cada dia, e enriquece o país, aquilo a que começamos a estar menos habituados.

Neste aspeto, desejamos que não se repita a advertência do Padre Vieira, isto é, que fazemos o que devemos, e a Pátria o que é costume. Abramos um espaço que não afete o orçamento, e ajude a recuperar a igualdade entre as nações.

Engenheiro Eduardo Zúquete



A descoberta do Cabo Cenoura

Quando o *Moçambique* escalou a cidade e ilha de Moçambique, o pessoal militar que estacionava nas imediações – nomeadamente no Lumbo, que era a localidade do continente fronteiriça da ilha de Moçambique – foi a bordo gozar o dia de *S. Vapor* e entre eles encontrei o Jaime Neves, que não via desde a Escola do Exército. O Jaime comandava a 2ª Companhia de Comandos, que tinha o seu quartel base no Lumbo, e logo que percebeu o que eu estava ali a fazer engatou-me para tratar de uma obra que tinha começado e que estava engasgada – o telhado do refeitório e mais uns aviamentos de menor porte.

Respondi-lhe que não sabia ainda o que me ia sair na rifa e se era esse o trabalho que me esperava e prometi-lhe acender uma velinha por intenção da obra junto do comandante mas o Jaime não ia em cantigas e não se contentava só com intenções.

– A próxima vez que for a Nampula falo com o teu comandante e rapto-te por um ou dois dias para vires ver isto como deve ser!

Assim sucedeu: falei realmente com o major Santos Silva e como consequência dessa conversa fiquei logo responsável pela obra do Lumbo. E, deste modo, quando o Jaime foi a Nampula, onde reportava periodicamente ao Quartel-General, e foi falar ao comandante, as eventuais dificuldades que pudessem existir estavam removidas.

Partimos para o Lumbo, a seguir ao jantar, num dos *jeep* novinhos em folha que a 2ª Companhia de Comandos tinha recebido dias antes. Estávamos em novembro, fazia um calor de rachar mas o Jaime obrigou-me a vestir um pesado capote camuflado, de borracha, e a pôr uns óculos de corredor de automóvel. O *jeep* não tinha capota nem para-brisas de modo que apanhávamos em cheio com a deslocação do ar. Na verdade, se não fosse aquele especial agasalho teria sentido um frio insuportável.

À saída de Nampula o Jaime pôs o ponteiro nos 110, velocidade máxima da viatura, e assim marchámos até ao Namialo, onde parámos para um breve café. Retomámos a correria até ao Monapo, onde ficava a bifurcação para Nacala e para

o Lumbo, e tomámos a estrada do Sul. A desfilada continuou, mas um pouco mais devagar: seguíamos agora a uns 80, 90 mas como a estrada asfaltada virara picada de areia a sensação de velocidade e a incomodidade eram muito maiores. Duas horas depois de sairmos de Nampula encostávamos ao passeio ao lado do quartel na avenida principal – e única – do Lumbo e, verdade seja dita, teremos encontrado em todo o percurso menos de meia dúzia de viaturas.

No dia seguinte vi a obra, tomei contacto com o pessoal da 2ª Companhia de Comandos e fiquei queimando tempo enquanto aguardava transporte de retorno na *Berliet* da companhia que ia, em rotina, a Nampula. Aproveitei para voltar a ver a llha de Moçambique, jóia maravilhosa daquela costa e tomar um estranho banho de mar numa enseada abrigada junto à avenida das acácias rubras onde os alferes do Jaime Neves me levaram por partida: a temperatura da água estaria muito próxima da do corpo e a sensação roçou o desagradável. Lumbo era uma cidadezinha minúscula cujos pontos de interesse únicos eram a estação de caminho de ferro, um dos términos da via-férrea para o Niassa (a via bifurcava no Monapo e o outro ramo seguia para o porto de Nacala), o aeródromo, que era escalado pelas carreiras regulares da DETA, e o hotel terminal do caminho de ferro, um edifício de estilo colonial bem conservado, de varandas largas e frescas e lambris de madeira escura, onde, rezava a lenda, Rita Hayworth e Ali Khan tinham posto fim ao seu acidentado matrimónio. Com a entrada em serviço do porto de Nacala, a cidade de Moçambique, confinada no território da ilha do mesmo nome, perdeu muita da pouca importância que já tinha e, naturalmente, o Lumbo, que era a réplica continental de Moçambique, também perdeu por arrastamento.

Durante a minha estada em Moçambique foi construída e inaugurada a ponte de ligação da ilha ao continente. A acessibilidade facilitada não terá trazido especial valor acrescentado à população da ilha, apenas deu fácil acesso a viaturas que certamente foram lesar o seu frágil equilíbrio ecológico e patrimonial e sua maravilhosa singularidade, de indescritível beleza, consumindo ainda recursos que tão necessários eram por todo o lado. E isto quando, nas quatro províncias que compunham o norte de Moçambique – Cabo Delgado, Niassa, Moçambique e Zambézia – e que tinham, cada uma, uma área equivalente à de Portugal Continental, havia apenas pouco mais de uma centena de quilómetros de estrada asfaltada.

A obra do Lumbo exigiu mais duas ou três idas lá e, numa dela, o Jaime pegou num *jeep* e disse-me:

– Vou mostrar-te uma coisa com interesse.

Metemos pela picada para Nampula, e, decorrida uma meia dúzia de quilómetros, o Jaime virou à direita e entrou numa enorme esplanada, onde existiam alguns edifícios abandonados mas em estado excelente. Chamava-se o local Toculo ou, na versão aportuguesada com que eram crismadas algumas localidades, Vila Barreto.

Era um terrapleno artificial, cuidado, semeado de árvores frondosas um pouco por todo o lado, cuidadosamente, para criar sombra e bom ambiente; colocados criteriosamente pelo terreno, existiam diversos edifícios, de dimensões variadas, onde tinha funcionado até há pouco uma estação dos serviços radio-telefónicos, com os alojamentos do respetivo pessoal. Era um conjunto agradável, harmonioso, bem arrumado; via-se ali o dedinho colonizador anglo-saxónico que tanto e tão benéfica influência teve no urbanismo e no ordenamento do território em Moçambique.

– O Quartel-General (QG) está sempre à procura de sítios bons para instalar as companhias de intervenção – argumentou o Jaime – e este parece ideal e está abandonado.

Fontes: esta imagem: delagoabayword.files.wordpress.com; imagem da página anterior: j.images.boldride.com.

Fonte da imagem do canto superior direito das páginas ímpares deste artigo: www.animundo-petshoponline.com.

Realmente assim era e a dimensão dos edifícios e a sua localização permitiam uma fácil e económica adaptação às necessidades e efetivos de uma companhia de intervenção. Para o Jaime, se o autorizassem, mudava nesse mesmo dia – e apontando um a um os edifícios ia "arrumando" a tropa no "seu" quartel. Para além dos motivos referidos, havia outras vantagens – o sossego militar da zona, a proximidade de uma localidade de uma certa importância e a excelência das comunicações. Toculo ficava sobre a estrada Lumbo-Nampula, tinha um apeadeiro de caminho de ferro dentro do próprio recinto, estava a uns três quilómetros do aeródromo e a cinco do litoral – onde podia haver embarque para uso da via marítima. Era uma situação ímpar e o Jaime andou avisadamente alertando para a existência daquelas instalações que certamente seria fácil transferir para o domínio público militar – penso aliás que ele já dera conta também no QG. Concordei com ele, fiz uma referência no meu relatório e o assunto saiu da minha mão.

O futuro da Vila Barreto iria ser muito mais complicado porque o QG entendeu que o local devia ser ocupado sim mas com o centro de instrução que partilhava as instalações do QG em Nampula. Para a minha perspetiva técnica era dar cabo de uma excelente instalação com uma unidade de efetivos tão elevados que quase equivale a dizer que se aproveitava o local, o terreno e pouco mais. Mas devo acrescentar que a situação em Nampula era complicada e isso fatalmente terá influído na decisão. As instalações do Batalhão de Caçadores de Nampula, que, há que reconhecê-lo, tinham sido dimensionadas com generosidade, passaram a alojar, quando o comando da Região Militar avançou para Nampula, além do referido Batalhão, o QG e o Centro de Instrução, enquanto a messe da unidade foi transformada em messe da guarnição militar. Naturalmente, a mudança do Centro de Instrução era das soluções deste complexo *puzzle* que aliviava a carga sobre o edifício do QG mas foi com um certo desgosto que acompanhei o seguimento do problema nesta direção. Mas, muito provavelmente, não me custa admitir, eu estava fora da razão – e, naturalmente, não tinha todos os dados do problema nem voz ativa no assunto.

O certo é que a questão andou para a frente e, a folhas tantas, houve que resolver um dos problemas que o Toculo tinha – e que era a falta de água. O Agrupamento de Engenharia encomendara sondagens que acusaram a existência de água – à volta dos 20, 25 metros de profundidade e foi nesta altura que tornei a entrar em cena. O major Medeiros Barbosa chamou-me ao gabinete, contou-me a história – refiro-me ao parágrafo anterior, no resto eu tinha participado – e determinou:

– Há um vedor no batalhão que está em Marrupa, eu pedi ao QG que ele desse uma saltada cá baixo e você prepare as coisas para o levar ao Toculo. Quero que ele confirme essa história da água. Vai também consigo o Maia e Costa que é, no Agrupamento, quem tem o assunto em mãos, e o comandante do Centro de Instrução, o major Rebelo de Carvalho.

Fiz cara de semiescandalizado:

– Oh! Comandante! Um vedor?!

– Pois, claro, um vedor. Você não acredita nisso?

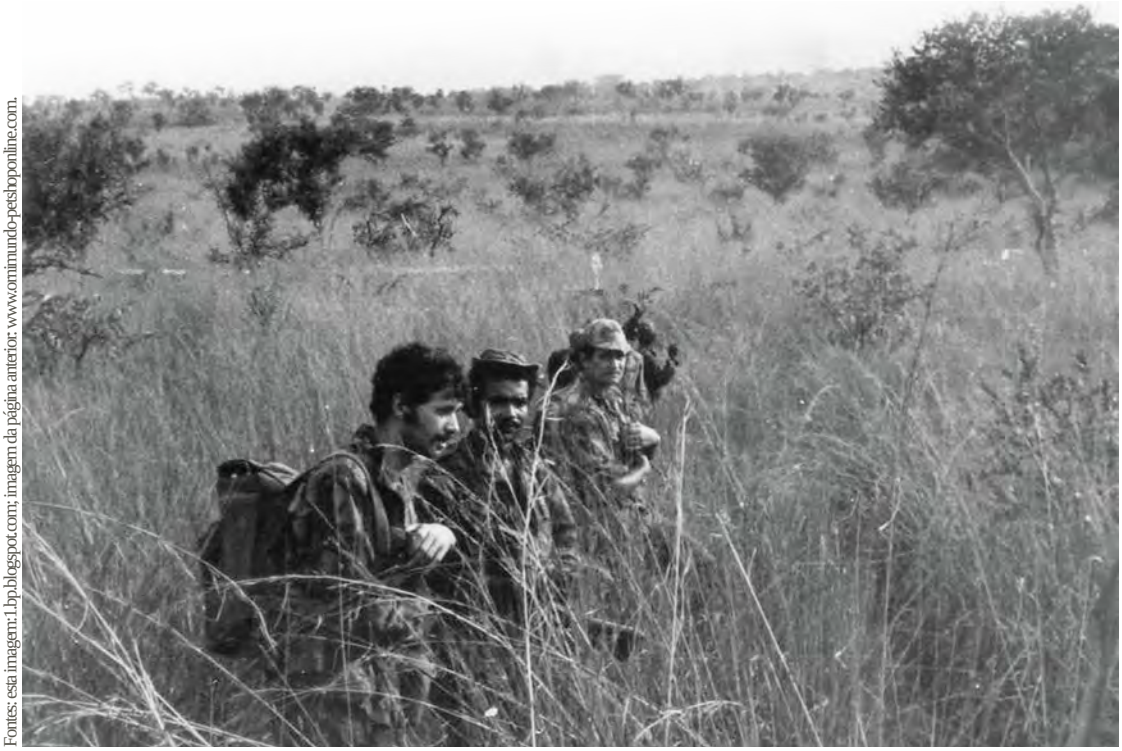
Não, de facto não acreditava nisso mas para falar verdade, verdadinha, já fora mais radicalmente cético. Por alturas do meu terceiro ano de Engenharia, no verão de 1955, o pai do meu colega de curso de Colégio Rui Negrão, que praticava a arte de vedor com uma mola de relógio, tivera uma longa conversa comigo sobre o assunto. Eu fizera nesse ano a cadeira de Mineralogia e Geologia na Faculdade de Ciências com o professor Guerreiro Boto, que mais tarde se jubilaria como professor catedrático da Academia Militar, muito apreciara tal matéria, e o pai Negrão propôs-me fazermos experiências no campo, acompanhando as suas artes com uma leitura geológica do terreno, para uma melhor e mais completa interpretação dos fenómenos. Eu acedi, pensando que muito fraca iria ser certamente a minha colaboração no dueto mas cheio de curiosidade de o ver trabalhar com a dita mola, que, disse-me ele, pulava de tal forma nas mãos que chegava a deixá-las a sangrar. Infelizmente, pai Negrão faleceu pouco depois e nada se chegou a fazer.

Mais tarde e para amolgar seriamente a minha credulidade sobre as artes da adivinhação da água, lera um artigo publicado na *Técnica* reproduzindo uma palestra, feita em abril de 1956 na Ordem dos Engenheiros, na qual o engº Pedro Lopes Paradela, engenheiro chefe do Serviço de Hidrologia da Zona Sul da Direção de Serviços de Salubridade, do Ministério das Obras Públicas – portanto, uma voz autorizada – arrasava totalmente e sem piedade tudo o que cheirasse a vedores e artes correlativas – e a força dos argumentos parecia ser tal que eu rendi-me à evidência e absorvi muito desse ceticismo. Todavia, a confrontação da experiência prática do pai Negrão e da sabedoria científica do engº Paradela não conduzira a uma síntese repousante: as dúvidas permaneciam.

– Vá lá, talvez fique mais convencido depois de ver o homem trabalhar.

Como o major Barbosa soube da existência do tal vedor e conseguiu a sua mobilização permanece para mim um mistério mas na data aprazada pusemo-nos a caminho em dois *jeep*. No da frente seguiam o major Rebelo de Carvalho, futuro locatário do território, o major Maia e Costa, oficial de operações do Agrupamento de Engenharia, meu condiscípulo na Escola do Exército, e um cabo europeu de cabelo ruivo, do Centro de Instrução, cuja missão ignorava; no outro, viajava o "artista", acompanhado do furriel que o escoltava desde Marrupa, e eu próprio.

À primeira vista, o vedor fora, para mim, uma profunda desilusão. Era um europeu, com olhinhos pequenos encovados numa cara inexpressiva, um dos sujeitos mais primitivos que me fora dado encontrar. O furriel estava ciente do efeito negativo que o rapaz exercia nas pessoas e substi-



Fontes: esta imagem: 1.bp.blogspot.com; imagem da página anterior: www.omimundo-petshoponline.com.

Fontes: esta imagem: mw2.google.com; imagem da página seguinte: 343.photobucket.com.

tuía-o nas respostas, como se fosse o seu *manager* ou treinador. O outro não se importava: aparentemente nada o interessava.

A viagem decorreu sem qualquer incidente e as perguntas que eu gostaria de ter posto ao vedor ficaram no tinteiro – ou porque o treinador se atravessava pela proa ou porque a resposta era chocha e sem consistência. Foi uma excursão deprimente mas quando já estávamos perto do Toculo sobressaltei-me: qual era o "aparelho" com que vedor iria trabalhar – bola de sabugueiro, mola de relógio, sei lá o quê? Ele não trazia nada, nem se preocupava com isso. Com muito jeitinho, para procurar ser claro sem dizer asneira e afastando o furriel do caminho com muita dificuldade, consegui que ele entendesse a minha dúvida. Replicou perguntando se alguém trazia um canivete, uma faca, uma navalha. Sim, havia uma navalha, mais do que uma, até. E havia lá mangueiras? Mangueiras de borracha, perguntava eu sem perceber nada. Não, mangueiras árvores ou outras parecidas. Sim, havia fartura delas. Então logo se arranjaria qualquer coisa, concluiu o vedor, laconicamente.

Com esta desesperadora lassidão chegamos ao Toculo e desembarcámos. O vedor amarinhou à árvore mais próxima, cortou um galho pequeno e aparou-o com uma destreza inesperada, ficando com um pequeno Y nas mãos.

Avançámos então pelo campo aberto. O vedor seguia erraticamente pelo terreno, aparentemente sem rumo definido, escoltado de perto pelo furriel; atrás seguiam o Rebelo de Carvalho e o cabo; o Maia e Costa sobraçava os resultados das sondagens oficiais e cochichava-me a sua enorme incredulidade; e os dois condutores fechavam a estranhíssima procissão. A páginas tantas o vedor estacou, e ficou-se a olhar para o Y de mangueira, que mexera:

– Aqui há água!

À sucapa, de costas para o vedor – cautela escusada porque ele não podia perceber nada do texto lá estava escrito, mesmo que o visse a um palmo de distância – o Maia e Costa compulsou o relatório e, contrafeito, esboçou uma careta de concordância. Sem querer, ri baixinho e o Maia voltou-se para mim:

– Não me digas que estás como o Barbosa, também acreditas!

– Eu não digo nada, estou só a aprender! Mas sempre quero ver como isto acaba porque está a ser muito mais divertido do que parecia!

O Maia e Costa tomou o comando das operações e foi indicando sucessivos sítios – escolhendo aleatoriamente locais onde tinham sido feitos furos, com água ou secos. A todos o vedor respondia com certeza imediata, sem falhar nenhum. Se a resposta tivesse sido dada ao acaso era virtualmente impossível obter esta série de coincidências; por outro lado, nada no terreno denunciava diferenças duns locais para outros. A perplexidade tomava conta de nós.

Num último assomo de insistência, o Maia e Costa mudou de estratégia e resolveu inquirir da profundidade, que os resultados das sondagens indicavam com precisão. Aí o vedor torceu-se, não queria responder, porque se podia enganar.

– Enganar em quanto? – insistia o Maia e Costa.

– Sei lá... não sei bem... talvez...

– Quanto? – repetia, implacável, o Maia e Costa.

– Talvez, sei lá, p'rá aí meio metro ou um metro, não sei...

O Maia não queria acreditar e insistiu. Por fim o vedor, entalado, resmungou:

– Meu major, a água está aí a uns vinte ou vinte e um metros, não sei bem...

Vinte metros e meio era a indicação que figurava na sondagem: a derrota era completa. O vedor nem sonhava com os estragos que estava a fazer nas convicções racionais e cientificamente corretas daquela rapaziada mas o pior estava para vir.

O furo dos vinte metros e meio era o campeão das sondagens – o vedor, naturalmente, não sabia este pormenor – e supostamente era um dos pontos favoritos para a perfuração. Mas o nosso homem continuava a deambular pelo campo brincando com a sua rudimentar engenhoca e resmungando coisas ininteligíveis até que deu um berro – afinal ele também se entusiasmava, Deus louvado, não era feito de massa tenra!

– Aqui, meu major, aqui é que há água a valer! Ena pá, tanta água! Que fartura!

Com o espetáculo do homem a pular de alegria, porque "via" literalmente o rio de água a correr, assinalou-se cuidadosamente o local, no terreno e na planta, para futuras aplicações – uma vez que já parecia inquestionável ele possuir faculdades extrassensoriais para o efeito. Mas, neste momento, perante a "torrente" que jorrava oculta sob os nossos pés, esquecemos os nossos anteriores preconceitos e fomos, todos, assaltados pela mesma ideia infantil: será que eu, bem... será que eu também consigo "ver" a água? Afinal o homem é tão tosco, tão primitivo... Não será que eu também tenho propriedades radiestésicas não reveladas ou incompreendidas? Se tal acontecesse, seria... Meu Deus, que enorme sucesso, que jornada gloriosa!

E, um a um, pobres lâmpadas fundidas de tão nobre arte, fomos todos, pela sacrossanta ordem da antiguidade, auscultar os desejos ocultos da varinha de manga que, espécie de sapatinho desta Cinderela macuana, a todos negou o seu encanto. E, depois do desfile sem glória de todas as patentes em parada, sem que a varinha se dignasse acusar a sua nobre existência, chegou a vez, como cerra-fila desta comitiva, do estimável cabo Cenoura que, negligentemente, também pegou na varinha, e começou ato contínuo aos pulos e aos berros, como se tivesse apanhado um choque elétrico:

– Meu major, meu major – berrava ele dirigindo-se ao Rebelo de Carvalho, que arregalava o olho sem saber bem se devia fazer alguma coisa – meu major, isto está a mexer! E não para, não para mesmo! Está a mexer muito!

E o bom do cabo Cenoura dançava uma estranhíssima dança, aos pulos, de olhos fixos na varinha de manga que agarrava com enorme dificuldade, sem conseguir suspender a sua atividade nem livrar-se dela, enquanto o Rebelo de Carvalho olhava para nós com a cara aflita e ansiosa de quem espera que alguém, ao pé do quadro, desligue finalmente os fusíveis!

Naquele dia, e que eu desse notícia, três coisas importantes aconteceram: descobriu-se um manancial muito mais rico do que aquele que fora revelado pelas sondagens e esse facto poderá ter tido alguma importância no futuro da instalação; o cabo Cenoura descobriu uma aptidão que desconhecia e esse facto poderá ter tido alguma importância no seu futuro; e eu fiquei com a convicção de que o nosso conhecimento sobre alguns fenómenos ainda deixa muito a desejar e que nunca devemos fechar as portas do espírito à possibilidade de aparecerem novas ideias, novas teorias e novas explicações – e esse facto teve muita importância no meu futuro.

Afinal, já o imortal Cervantes, pela voz do singularíssimo Sancho, rodeava o desconhecimento com cautelas e temores: "*Yo no creo en brujas pero que las hay, las hay!*". E não há como uma boa tirada de um clássico para confortar a nossa ansiedade ou apaziguar as nossas dúvidas.

MILICIA

WWW.MILICIAPRO.COM

SEDE
Showroom
Nova Loja

+80 Marcas
Loja 170M²
Showroom 180 M²
Estacionamento
700 M² Armazém

FARDAMENTO
EQUIPAMENTO
SEGURANÇA

5.11 TACTICAL SERIES · SAFARILAND · BLACKHAWK! · TASER

Aimpoint, American Body Armor, AmeriGlo, Arktis, Armor Accessories, Bates, BCB, Bianchi, C-A-T, Sam Medical CAA Tactical, Cadex, CamelBak, Crimson Trace, Defcon 5, Defense Technology, Eagle, Eberlestock, ESS, Explorer First Choice, Fisher Labs, Forensics Source, Peli, GoldEck, Hatch, Hawke, Hellstorm, Hiatt, Inova, Lansky, Ledwave Libervit, Marlow, Maxpedition, MOD, Monadnock, Oakley, Otis, Fox, Peltor, Protech, Quickstep, Savvy Armor Second Chance, Seeker, Sog, Suex, SureFire, Tactical Medical, Taser, TSSI, United Shield, Garret, Tristar Armored Cars

Visite-nos na Av Poeta Eugénio de Andrade, nº 1267 - Canidelo VNG
coordenadas GPS: 41,115871 / -8,648119

PLANO DE SAÚDE DENTÁRIO EXCLUSIVO

PARA OS MILITARES E CIVIS DO **EXÉRCITO PORTUGUÊS**, INCLUINDO AS SUAS FAMÍLIAS

Já não custa ter um sorriso bonito e uma boca saudável

Preço: 30€ pessoa/ano - (Preço família, especial de lançamento 75€/ano incluindo cônjuge e descendentes)

VANTAGENS:

- Mais de **3000 médicos dentistas** à sua disposição em todo o território nacional e ilhas.
- **Todas as especialidades cobertas** e todos os tratamentos que possa necessitar.
- **Clínicas seleccionadas** que cumprem os máximos standards de Qualidade.
- **Redução dos custo nos tratamentos em mais de 50% do preço privado** (ver tabela completa na página Web).
- **Tratamentos preventivos e mais frequentes SEM CUSTO.**

TRATAMENTOS	PLANO DE SAÚDE EXÉRCITO / DENTALREDE	PREÇOS MÉDIOS EM PRIVADO
CONSULTAS E VISITAS DE ESPECIALIDADE	SEM CUSTO	30,00€
DESTARTARIZAÇÃO (LIMPEZA)	SEM CUSTO	40,00€
RADIOGRAFIAS	SEM CUSTO	10.00€
COROAS E PONTES DE CERÂMICA	240.00€	400.00€
ORTODÔNTIA	255,00€ (POR APARELHO)	500,00€ (POR APARELHO)
EXTRACÇÕES SIMPLES	SEM CUSTO	30,00€

Ver toda a informação
www.Dentalrede.pt/parceiros/exercito português

INSCREVA-SE JÁ!!!

Fale connosco através do

808 201 665